



COPPE/UFRJ

MEMÓRIA E TRABALHO: RELAÇÕES SOB O OLHAR DO IDOSO

Marcos José de Araújo Pinheiro

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção.

Orientador: Fabio Zamberlan

Rio de Janeiro

Julho de 2009

MEMÓRIA E TRABALHO: RELAÇÕES SOB O OLHAR DO IDOSO

Marcos José de Araújo Pinheiro

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO ALBERTO LUIZ COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA (COPPE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM CIÊNCIAS EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Aprovada por:

Prof. Fabio Luiz Zamberlan, D.Sc.

Prof. Roberto dos Santos Bartholo, Dr.

Prof. Michel Jean-Marie Thiollent, Dr.

Prof. Marco Aurélio Santana, Dr.

Prof. Maurício César Delamaro, D.Sc.

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

JULHO DE 2009

Pinheiro, Marcos José de Araújo

Memória e Trabalho: Relações sob o Olhar do Idoso /
Marcos José de Araújo Pinheiro. – Rio de Janeiro:
UFRJ/COPPE, 2009.

X, 430 p.; 29,7 cm.

Orientador: Fábio Luiz Zamberlan

Tese (doutorado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de
Engenharia de Produção, 2009.

Referencias Bibliográficas: p. 260-271

1. Trabalho. 2. Memória. 3. Idoso. 4. Profissão I.
Zamberlan, Fabio Luiz. II. Universidade Federal do Rio
de Janeiro, COPPE, Programa de Engenharia de
Produção. III. Título.

*“E porque você é uma menina com uma flor,
eu lhe predigo muitos anos de felicidade, pelo
menos até eu ficar velho” (VINÍCIUS DE
MORAES, do poema “Para uma menina com
uma flor”)*

Dedico aos meus filhos e amigos
Gabriel e Jonas.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pela compreensão de todos à minha ausência.

Ao meu orientador e amigo Fabio Zamberlan, por seu apoio e pelas oportunidades surgidas ao longo desse tempo.

Ao prof. Bartholo, por suas aulas, seu acolhimento e por acreditar nas possibilidades de meu tema de pesquisa.

Ao engenheiro Sérgio Vidal, por seu total apoio às entrevistas realizadas no setor naval.

Aos arquitetos José Aguilera e Maria Cristina Coelho, por suas indicações e contatos com os entrevistados na área de preservação patrimonial.

Aos engenheiros Guilherme Binelli e Mílvio Bertin por suas entrevistas e contatos com os demais entrevistados na área ferroviária.

A todos os entrevistados, por sua dedicação e participação.

Ao Sérgio Lamarão, por sua eficiente e incansável revisão de texto.

Aos companheiros do LT&F, por esse tempo de fruição.

À Casa de Oswaldo Cruz, especialmente aos meus companheiros de direção, pelo tempo e compreensão do significado dessa jornada.

A todos os amigos e companheiros que de alguma forma compartilharam e contribuíram para a conclusão dessa tese.

Resumo da Tese apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Ciências (D.Sc.)

MEMÓRIA E TRABALHO: RELAÇÕES SOB O OLHAR DO IDOSO

Marcos José de Araújo Pinheiro

Julho 2009

Orientadores: Fabio Luiz Zamberlan

Programa: Engenharia de Produção

O objetivo dessa tese é avaliar a partir da compreensão filosófica e sociocultural da modernidade, e das críticas à universalidade contidas em sua concepção contemporânea, a esfera do trabalho e seu papel nas afinidades dos indivíduos e das sociedades a respeito de três tipos de relações: vida como experiência e cultura; espaços e lugares; profissões, ocupações, afazeres e suas vinculações entre gerações. Contextualiza essas três relações nas transformações socioculturais decorrentes da produção capitalista segundo o modelo da grande indústria e do *fordismo*, e daquelas ocorridas no processo em curso do capitalismo pós-industrial, do trabalho flexível e da globalização moderna. Esse estudo procura compreender essas mesmas relações sob a perspectiva do idoso tanto pelo que nos diz a bibliografia especializada como por meio dos depoimentos de trabalhadores idosos em exercício de suas atividades. Objetiva contribuir para um melhor diagnóstico das mudanças socioculturais e econômicas e suas implicações com a esfera do trabalho, em meio ao crescente envelhecimento populacional não só dos países desenvolvidos, mas principalmente no Brasil, e com isso identificar alternativas para a inserção dos idosos no reencontro do trabalho com a vida e a cultura.

Abstract of Thesis presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Science (D.Sc.)

MEMORY AND LABOR: RELATIONS IN THE EYES OF THE ELDERLY

Marcos José de Araújo Pinheiro

July 2009

Advisor: Fabio Luiz Zamberlan

Course: Production Engineering

Departing from a philosophical and sociocultural understanding of modernity and from the critiques of universality found in the contemporary conception of modernity, the dissertation examines the sphere of labor and its role in the affinity of individuals and societies, taking into account three sets of relations: life as experienced and culture; spaces and places; and professions, occupations, tasks, and inter-generational ties. These relations are placed in the context of the sociocultural transformations brought about by capitalist production according to the model of big industry and Fordism and, secondly, of the transformations now underway with post-industrial capitalism, flexible work, and modern globalization. Relying on the specialized bibliography and on the testimonies of older workers still on the job, the study endeavors to understand these relations from the point of view of the elderly. At a moment when populations are aging in developed nations and principally in Brazil, the goal was to arrive at an enhanced diagnosis of sociocultural and economic changes and their implications in the work sphere and thus identify alternative ways for the elderly to take part in the re-encounter of labor with life and culture.

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	1
<u>PRIMEIRA PARTE</u>	15
Capítulo 1 - A Esfera do Trabalho na Modernidade.....	15
1.1 – O conceito e o universal.....	16
1.2– A essência humana, o ser social e o trabalho.....	20
1.3 – Afinidades da esfera do trabalho.....	25
Capítulo 2 – Relações do trabalho com a vida vivida.....	30
2.1 – Da cisão entre a cultura do trabalho e a cultura da vida.....	30
2.2 – O reencontro do trabalho com a vida.....	43
2.3 – A memória e o trabalho.....	50
Capítulo 3 – Relações do trabalho com o espaço e o lugar.....	57
3.1 – A solução espacial.....	57
3.2 – A memória e o espaço.....	69
Capítulo 4 – Relações entre trabalho e profissão.....	85
4.1 – O trabalho na formação do Brasil.....	86
4.2 – Os casos das áreas navais e ferroviárias.....	96
4.3 – O caso da preservação do patrimônio cultural.....	105
4.4 – A “desprofissionalização” do trabalho.....	112
4.5 – A educação profissional como reaproximação.....	121
Capítulo 5 – O idoso..	127
5.1 – O idoso nas sociedades do trabalho e do conhecimento.....	129
5.2 – Diferentes olhares sobre os idosos.....	147
<u>SEGUNDA PARTE</u>	170
Capítulo 1 – O olhar do idoso.....	170
Capítulo 2 – A escuta na ferrovia.....	185
Capítulo 3 – A escuta no estaleiro naval.....	200
Capítulo 4 – A escuta dos profissionais de preservação patrimonial.....	222
<u>CONCLUSÃO</u>	246

<u>BIBLIOGRAFIA</u>	260
<u>ANEXOS</u>	272
Anexo I – Entrevistas na área ferroviária.....	272
Anexo II – Entrevistas na área naval.....	332
Anexo III – Entrevistas na área de preservação patrimonial.....	372

LISTA DE ENTREVISTAS

ANEXO I – ENTREVISTAS NA ÁREA FERROVIÁRIA

- I. 1 – Guilherme José Binelli
- I. 2 – Mílvio Vicente Bertin
- I. 3 – Orlando de Oliveira Victorino
- I. 4 – Setembrino da Silva Rosa e Carlos Alberto Teixeira

ANEXO II – ENTREVISTAS NA ÁREA NAVAL

- II. 1 – George Aquino do Nascimento
- II. 2 – João Batista da Silva Campos
- II. 3 – Jorge Mauro Braga
- II. 4 – Luis Carlos de Jesus Ferreira
- II. 5 – Manuel dos Santos Duarte Silva
- II. 6 – Nilton Silva

ANEXO III – ENTREVISTAS NA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL

- III. 1 – Adorcino Pereira da Silva
- III. 2 – Antônio José Aguilera Montalvo
- III. 3 – Cyro Corrêa Lyra
- III. 4 – Fernando Barreiros
- III. 5 – George Shliakas
- III.6 – Marilka Mendes

INTRODUÇÃO

O objetivo desse estudo teve como ponto de partida as experiências profissionais do autor ao longo da década de 1980, inicialmente na área naval, mais precisamente em um estaleiro de reparo naval, em seguida na área ferroviária e, posteriormente, na área de preservação patrimonial, em que atua desde o ano de 1989. Foi observada, tanto na área naval quanto na área ferroviária, a presença de um expressivo contingente de profissionais com larga experiência e extrema dedicação ao trabalho. Esses trabalhadores, em sua maioria, tinham uma idade média acima dos 40 anos e apresentavam como traço em comum o compartilhamento de vínculos geracionais com a profissão, quer por serem membros de famílias ligadas a essas áreas profissionais, quer por terem nascido e sido criados em lugares que mantinham estreita relação com as profissões.

O desaquecimento dessas áreas aqui no Brasil, ocorrido a partir da década de 1980, acarretou a transferência de um número significativo de profissionais para campos de trabalho mais promissores ou para atividades autônomas e, principalmente, a aposentadoria prematura por tempo de serviço daqueles com idade acima da média. Além disso, constatou-se que nos raros períodos de reaquecimento, os novos quadros eram recrutados entre trabalhadores sem qualquer afinidade com a profissão, fosse ela na área ferroviária ou na área naval. Por mais qualificados que fossem – a formação desses novos profissionais muitas vezes contrastava com a baixa escolaridade dos trabalhadores mais antigos –, a sua permanência na área era explicada por uma questão de oportunidade de emprego, e não por um real interesse na profissão. O cenário que então se vislumbrava era, por conseguinte, o de uma paulatina “desprofissionalização” das duas áreas e de seu esvaziamento do sentido de pertencimento.

O contraponto à área ferroviária e à área naval nacionais estava ocorrendo em outro campo de trabalho: o da preservação patrimonial. Com histórico e características intrínsecas bem diferentes das duas anteriores, essa área lidava basicamente com o restauro de bens culturais móveis e de bens culturais imóveis. O que nela se observava de forma mais evidente era que sua constituição ainda estava na fase inicial de um longo processo que se anunciava, pois, apesar de já contar com nomes expressivos em suas fileiras, era ainda pouco profissionalizada. Com efeito, as iniciativas de formação profissional eram esparsas e a mão-de-obra não atendia, tantos em termos qualitativos quanto quantitativos, à demanda que começava a aumentar e que, influenciada por um movimento mundial já em curso, atingia uma escala ainda não conhecida no panorama do patrimônio cultural nacional.

A formação de uma cultura técnica e de toda uma tradição profissional nas áreas naval e ferroviária permitiu que nelas o estigma do trabalho, de presença tão marcante na sociedade brasileira, começasse a ser superado. Nos dois casos, os antecedentes remontam a um período que antecede a industrialização e a profissionalização no território nacional. No caso ferroviário, sua maior expressão iniciou no final do século XIX, e foi um dos poucos casos da história da indústria nacional que utilizou, desde sua origem, quase exclusivamente de operários livres, não recorrendo à mão-de-obra escrava. Já o início da construção naval no Brasil deve ser buscado no primeiro século da colonização reunindo um grande número de trabalhadores, e com isso configurando-se como indústria de grande capacidade de geração de empregos na época. Essas áreas constituem-se por assim dizer, como dois de raros exemplares na formação da profissionalização e da cultura do trabalho em terras brasileiras no período que vai do colonial ao primeiro quartel do século XX, rompendo com o estigma ao trabalho presente até então em nossa sociedade, muito decorrente, como veremos a seguir, por

nosso passado escravocrata e pelas características de nossa colonização. Tal profissionalização nessas áreas é representativa no Brasil até os anos 1980. Já a preservação do patrimônio cultural, que nos países europeus constituiu a sua base a partir da cultura técnica das corporações de ofícios, em nosso país não pode se valer de algum passado e por sua profissionalização, caracterizando-se pela dedicação e superação de alguns poucos.

O pertencimento observado nos profissionais veteranos das áreas ferroviária e naval, e mais o envolvimento quase heroico dos pouquíssimos profissionais que lutavam pelo crescimento e legitimação da área de preservação patrimonial revelavam um tipo de relação entre o trabalhador e o trabalho merecedor de uma investigação mais cuidadosa. Estudos sobre a atualidade da profissionalização que a traduzisse e pudesse ser avaliada perante não só aos acontecimentos mais recentes, mas que considerassem, sobretudo, as transformações socioculturais ocorridas desde quando o trabalho e os processos de trabalho tornaram-se centrais, filosófica e historicamente, numa nova ordem social marcada pelo credo materialista da acumulação do capital. Esses estudos pressupõem que avaliemos a esfera do trabalho a partir da apreensão filosófica e sociocultural da modernidade e das críticas à universalidade contida em sua concepção contemporânea, e, também, segundo as transformações ocorridas nas sociedades ocidentais desde a origem do capitalismo industrial até o surgimento do capitalismo pós-industrial, e sua constante atualização.

A relevância das áreas naval e ferroviária para uma análise sobre a relação entre o trabalho e a profissionalização reside no fato de serem, como dito anteriormente, historicamente uns de poucos casos com significado na aproximação entre a sociedade brasileira e o apreço ao trabalho a ponto de constituírem primeiramente a profissionalização. Já a preservação patrimonial no Brasil, apesar de não ter

significância na história da profissionalização nacional se pensada em conjunto, tem o seu mérito por sua trajetória na Europa ter o sentido pleno de profissionalização pelo aglutinamento de ofícios cuja origem estão nas guildas. Entretanto, alguns dos ofícios contidos no conjunto de atividades constituintes da preservação patrimonial podem ser descritos com algum grau de profissionalização. Nesses exemplos estariam marceneiros, estucadores, pedreiros, e outros, mas que não tinham o foco na conservação e na restauração patrimonial. Além disso, contrapõe-se aos exemplos anteriores por acirrar o seu processo de profissionalização no momento em que iniciam crises nas áreas naval e ferroviária, e a desprofissionalização começa a se fazer presente.

Para levarmos essa investigação adiante, admitimos que o trabalho¹ assumiu determinadas caracterizações nas sociedades modernas – a de ser racionalizado pela economia de mercado, a de ser só reconhecido, praticamente, quando realizado na esfera pública, e a de ser legitimador da racionalidade ilustrada – que acabaram por modificar não apenas as relações que os homens travavam anteriormente com as atividades provedoras de seu sustento, mas também aquelas que podiam caracterizá-lo como *homo faber*². A análise dessas transformações pressupõe, para sua compreensão, que não nos restrinjamos à relação entre trabalho e profissão, e sim ampliemos o estudo sobre as mudanças ocorridas com outras relações que envolvam o trabalho, desde que este foi alçado à protagonista nas sociedades ocidentais modernas, e por entendermos que outras relações socioculturais com a esfera do trabalho afetam diretamente a questão da profissionalização.

O conjunto de afinidades a serem avaliadas deveria propiciar a recuperação de valores dispersos pela naturalização das relações heterônomas e alienadas com a esfera

¹ Fazemos a distinção entre labor e trabalho no Capítulo I da Parte I, com base em ARENDT (2003). Apesar de concordarmos que o que ocorreu mais corriqueiramente como atividade humana foi o labor, utilizamos a palavra “trabalho” para nos referirmos ao referencial sociocultural central nas sociedades ocidentais modernas.

² Tratamos dessa definição e a de *animal laborans* também no Capítulo I da Parte I dessa tese.

do trabalho. Desse modo, adotamos, para além da relação entre trabalho e profissão, outras duas relações. Uma delas é a situada entre o trabalho e a vida vivida dos homens, e a outra é a existente entre o trabalho e os espaços onde habitam os homens. Para essas investigações, assumimos que o trabalho apresentou-se modernamente ora como meio, ora como fim em si, assumindo, desse modo, entre outras funções, a de ordenador de novas ações sociais, a de legitimador da lógica capitalista e a de espaço de realização humana. Contextualizamos as relações entre trabalho e vida, trabalho e espaço, e trabalho e profissão nas transformações socioculturais decorrentes da produção capitalista, de acordo com o modelo da grande indústria e do fordismo, bem como naquelas ocorridas no processo em curso do capitalismo pós-industrial, do trabalho flexível e da globalização moderna.

A questão que se coloca na relação entre o trabalho e a vida tem sua origem tanto na universalidade particular contida em nossa modernidade quanto no fato de que a apreensão filosófica em conceitos ter feito com que houvesse uma redução conceitual do que é o trabalho na era moderna. Esses eventos, associados à sua racionalização econômica e ao tecnicismo presente nas sociedades ocidentais contemporâneas, provocaram uma fragmentação do tempo humano em tempo do trabalho e tempo da vida, cindindo a cultura técnica e profissional da cultura da vida cotidiana e da memória social. Os papéis atribuídos ao trabalho enquanto responsável pela realização das necessidades do indivíduo e pela sua legitimação como cidadão permitiram que o trabalho consumisse, despercebidamente, o trabalhador ao longo dos anos de sua existência, impedindo-o, com frequência, de ter outra razão de viver. Essa ausência e a fragmentação entre os tempos do trabalho e o tempo da vida são dissimuladas pelos excessos e pela fadiga com o exercício do próprio trabalho que só vêm a ser reveladas,

muitas vezes, ao fim da vida produtiva do trabalhador, que corresponde à aposentadoria, quando ele tem pouca ou nenhuma possibilidade de esboçar alguma reação.

Quanto à relação entre o trabalho e o espaço, entendemos que, entre os diversos papéis confiados ao trabalho na era moderna, destaca-se o de ter sido, sobretudo no processo de formação e consolidação do capitalismo industrial, o agente de intensificação da malha urbana nos lugares onde e quando esse capitalismo ocorreu. O trabalho – que, antes dos processos industriais, era o agente de fixação do homem no espaço, conformando o lugar como referencial de território, de enraizamento, e das relações sociais firmadas entre gerações – assumiu, então, o papel de fomentador de uma nova característica sociocultural - a mobilidade³. Com efeito, o trabalho adensou as populações urbanas, atraindo para as cidades ondas migratórias oriundas dos campos e de regiões menos abastadas, que buscavam meios de subsistência materializados na maior oferta de empregos. Com isso, o trabalho validou o urbano como novo referencial espacial nas sociedades modernas, tendo sido responsável, portanto, não apenas por desenraizamentos culturais, mas também por conformar, no final das contas, novos pertencimentos e culturas.

A apropriação humana do espaço foi a partir de então completamente reformulada em seus aspectos mais básicos, dando início a um processo de profundas modificações na Natureza implementadas pelo homem. Ademais, a apropriação do espaço pelo trabalho ganhou a forma, muitas vezes, de uma estratégia política e econômica que visava precipuamente uma maior lucratividade. Essa estratégia acarretou transformações ainda mais contundentes, refletidas em ondas de politização e

³ Adotamos como conceito de mobilidade a não fixação do homem em seu lugar de origem e sua disponibilidade de migração em função de oportunidades de trabalho. A conceituação de mobilidade como característica contemporânea de não fixação do trabalhador em uma dada ocupação não é aqui alvo de estudo. Para tal, preocupamo-nos mais com a profissionalização versus desprofissionalização.

despolitização de áreas adjacentes às grandes indústrias, em função do aporte ou da retirada de investimentos financeiros.

Já nas últimas décadas do século XX, o advento do capitalismo pós-industrial associado à flexibilização do trabalho e a uma globalização cada vez mais acelerada, fizeram com que a relação entre o trabalho e o espaço se modificasse uma vez mais, intensificando sobremaneira a ruptura de territórios e os movimentos migratórios de populações em busca de empregos. Essa transformação consagrou definitivamente o urbano como referência espacial e fez do mundo um novo e mega espaço social. Como consequência dessa intensa mobilidade, a concepção de uma universalidade particular foi confrontada com a atualidade de diversas outras realidades, que pouco a pouco se fizeram ouvir, dando início a tensões e conflitos, gerados com frequência pela relação com o trabalho em espaços que tiveram de lidar com inesperadas diversidades culturais e étnicas.

Já no caso das relações entre o trabalho e as profissões, elas adquiriram diferentes leituras ao longo da era moderna, sobretudo com o incremento da produção como sustentação do capitalismo industrial. Esse aumento implicou no desenvolvimento de novos modos de organização do trabalho, baseada sempre na sua divisão social e técnica, caracterizando-o como atividade humana heterônoma e dele retirando qualquer autonomia. A valorização da profissão e da experiência acumulada, tão presente nas organizações do trabalho que precederam à era do capitalismo industrial, cedeu a vez a processos de aprendizagem em tempos reduzidos, visto que não seria lucrativo, nem necessário, o investimento na capacitação do operariado nos mesmos moldes empregados nas corporações de ofícios.

Teve então início aquilo que seria ainda mais marcante no capitalismo pós-industrial, ou seja, a quebra do diálogo entre a experiência e o conhecimento adquiridos

com o tempo de trabalho e a sua transmissão às novas gerações de profissionais. A memória técnica estava, com isso, cada vez mais apartada da sociedade moderna, e o profissional passava a ser visto, cada vez mais, como apenas uma peça do processo produtivo, incapaz de acompanhar a evolução acelerada da inovação tecnológica. Como parte integrante da produção flexível do capitalismo pós-industrial, o novo profissional tornou-se sempre mais valorizado que o antigo, seja pelos atributos a eles atribuídos de maior flexibilidade e aceitação às novidades, seja pela desvalorização do conhecimento tácito.

Entendemos, por um lado, que se os processos de produção industrial soterraram culturas técnicas e profissões, por outro configuraram novos ambientes sociais de vida e novos laços entre o trabalho e suas novas profissões. Os ambientes sociais de vida são constituídos organicamente em torno das categorias de trabalho e profissionais, delineando contextos sociais com base no trabalho, e definindo elos socioculturais e vínculos com organizações de natureza econômica, religiosa, política ou cultural. A profissionalização do trabalho, tão destacada na visão weberiana e capaz de propiciar as condições necessárias para o desenvolvimento da ética do trabalho e do espírito do capitalismo, desagregou-se na fase pós-industrial. Em conjunto com essa desagregação, outra marca presença - a dos ambientes sociais de vida. Juntas, essas obsolescências conformam a “desprofissionalização” como um fenômeno sociocultural em nossa atualidade. É essa “desprofissionalização” que está presente nas novas relações instituídas entre o trabalho e a profissão observadas na área ferroviária e na naval. Já a terceira área estudada, a da preservação do patrimônio cultural, tem o seu processo por assim dizer invertido. Por suas características próprias e pelo contexto histórico em que se desenvolveu, ela passou de uma fase quase amadora, para outra em que prevalece uma franca e consistente profissionalização.

Os processos que vêm ocorrendo nessas três áreas estão intrinsecamente ligados a outra questão, a do trabalhador idoso, e à maneira pela qual ele se insere no acirramento ou na solução das questões assinaladas nas três relações com o trabalho aqui estudadas. As três áreas compartilham uma característica comum, a relativamente baixa vulnerabilidade às inovações tecnológicas, nelas prevalecendo técnicas e práticas de trabalho que pouco se renovam. Por conta disso, os trabalhadores idosos, nessas áreas, têm ainda muito a dizer, mesmo em uma sociedade em que o jovem e o novo têm preferência. Essa idolatria, tão comum nas sociedades modernas, parece-nos ilógica num mundo cada vez mais envelhecido. O mais incoerente é que ela não permite o reconhecimento desses mesmos jovens como cidadãos, uma vez que não encontram oportunidades reais de se profissionalizarem e serem incluídos no processo social de produção.

Essa esquizofrênica incapacidade de absorção de jovens, associada ao afastamento dos velhos do mercado de trabalho, provoca um aumento na massa humana que se mostra invisível aos olhos de uma sociedade que, embora inclua nos princípios dessa modernidade, a igualdade entre os homens, se esquece de repensá-la, não adequando ao reconhecimento da pluralidade e da singularidade humanas. As universalidades particulares marginalizam pensamentos, atitudes, homens, e sua apreensão conceitual do que é e o que deve ser valorado em termos da capacidade ideal de produção socioeconômica coloca de lado seres humanos, que, por sua essência e vivência, poderão sempre contribuir, e compartilhar, com os que estão à sua volta. Partindo dessa premissa, entendemos ser necessária a escuta de trabalhadores idosos das áreas ferroviária, naval e do patrimônio cultural.

A condição socioeconômica imediata na vida do trabalhador, quando atinge uma determinada idade, é a de aposentado, conquista social que o retira da vida pública,

esfera em que, modernamente, se reconhece, pelo trabalho, o indivíduo como cidadão. Esse afastamento também implica na redução de proventos, tornando-o mais dependente das relações sociais que o cercam, e também mais vulnerável, quando percebe a fragmentação que, ano a ano, se efetivou entre a sua vida no trabalho e a sua vida cotidiana. A nossa proposição, dado esse quadro básico, é entendermos as motivações e condições que propiciaram profissionais com 60 anos ou mais a continuar no exercício de suas profissões nas três áreas aqui estudadas, e de que modo eles se relacionam com os profissionais mais jovens. Nesse aspecto, interessa-nos também investigar de que maneira eles podem contribuir para o estabelecimento de estratégias que visem à formação e à inserção de jovens profissionais no mercado de trabalho, à profissionalização da área, à valorização dos saberes e práticas dos trabalhadores e à harmonia entre gerações.

O nosso intuito é que a escuta desses profissionais idosos possa revelar novos indícios e caminhos alternativos ao modo fragmentado com o qual estabelecemos tipos de relação com o trabalho em seus aspectos cotidianos como a vida vivida e as relações presentes; com o lugar configurado como espaço urbano multifacetado, fragmentado, estranho; e por fim ao exercício de suas atribuições e de sua profissão.

A proposta metodológica que norteou a elaboração dessa tese consiste na constituição de dois segmentos, organizados como Parte I e Parte II. A primeira, de caráter teórico, assume como premissa oferecer os fundamentos sobre os seguintes pontos: a) o tema “trabalho” em sua concepção contemporânea, o que corresponde ao Capítulo 1; b) as três relações eleitas para estudo com o trabalho, distribuídas pelos Capítulos 2, 3 e 4; e c) os referenciais teóricos e estatísticos sobre as populações idosas e a sua inserção histórica na vida sociocultural, política e econômica, que vêm a

constituir o Capítulo 5. A seguir, apresentamos com maior riqueza de detalhes o conteúdo de cada um desses cinco capítulos.

No Capítulo 1, analisamos primeiramente as bases em que se constituíram a nossa modernidade e a sua universalidade particular, formadoras que são de novas relações socioculturais com as atividades humanas. Depois, procedemos a um ensaio sobre as atividades humanas que constituem a *vita activa*, situando modernamente a concepção do que é labor e do que é trabalho, e do papel de ambos na essência humana e na constituição do ser social. Finalizando o capítulo, ponderamos sobre as afinidades presentes nas sociedades ocidentais modernas na concepção atual da esfera do trabalho, estabelecendo as pontes entre essa primeira conceituação teórica e a discussão com cada uma das três relações a serem tratadas nesse estudo.

No Capítulo 2, tratamos primeiramente de explicitar a fragmentação do tempo humano em tempo do trabalho e tempo da vida, e a cisão entre a cultura do trabalho e a cultura da vida. A seguir, apresentamos a partir dos pensamentos críticos ao capitalismo industrial e dos modos alternativos de produção socioeconômica, proposições de reencontro entre o tempo do trabalho e o tempo da vida, e entre suas culturas. À guisa de conclusão, inserimos uma nova perspectiva de encontro entre esses dois tempos, a partir da percepção de que um ponto de união entre o trabalho e a vida é que ambos são constituintes de memórias e de conhecimentos, conformando-se, muitas vezes, em bens intangíveis de nossas culturas.

O Capítulo 3 investiga, a partir do objeto relacional entre o trabalho e o espaço, como este foi socialmente apropriado a partir de estratégias econômicas e políticas desde as produções capitalistas industriais do século XIX até as vigentes na produção flexível do trabalho. O capítulo prossegue avaliando seus impactos no pertencimento dos indivíduos e na consolidação de novos espaços referenciais, e estendendo essa

análise para outras apropriações, agora situadas numa perspectiva dialógica e humana, do espaço pelo homem moderno. Com base nesse ponto de vista, discutimos a força do lugar frente ao não-lugares, que se adensam como consequência da intensificação e da transformação de aspectos socioculturais da modernidade. Concluímos o capítulo destacando a importância do espaço na relação com o trabalho num mundo que, por conta da globalização, tem de lidar com as tensões resultantes da necessidade, cada vez mais imperiosa, de se adotar políticas de identidade e de reconhecimento da diversidade cultural e étnica.

Para melhor compreensão das questões presentes na relação entre o trabalho e as profissões, abrimos o Capítulo 4 com um estudo sobre as formações da estima e do estigma ao trabalho no caso brasileiro. Consideramos essa abordagem bastante relevante, por ela evidenciar quão difícil foi o processo de constituição do apreço ao trabalho e à profissionalização em um país de passado escravocrata, e o quanto suas bases são frágeis. A seguir, traçamos um panorama de como a área naval e a ferroviária constituíram-se cultural e historicamente no Brasil, e qual a situação vigente. Avaliamos igualmente a área da preservação patrimonial, sendo necessário, para tanto, devido às suas características específicas, retroceder às corporações de ofícios e aos modos como eram regulados os seus processos de produção e de comercialização, tanto no caso europeu como nas situações incipientes verificadas no Brasil. Examinamos ainda a maneira pela qual se processaram as transformações entre o trabalho e as profissões na supressão das guildas pelas novas relações sociais presentes na produção industrial.

O caso da “desprofissionalização” do trabalho foi o penúltimo tópico tratado no capítulo. Nele, refletimos sobre diversas questões atuais, como a perda da memória de diversas profissões, sobre o fenômeno sociocultural da *Geração X* nos países ocidentais desenvolvidos, sobre a descontinuidade na biografia individual de trabalho, sobre a

centralidade do trabalho e sobre a desvalorização da experiência profissional do trabalhador. Concluimos o capítulo com uma proposta de educação profissional como forma de reaproximação entre o trabalho e as profissões, e principalmente como elemento de valorização e transmissão do conhecimento adquirido por profissionais idosos, além de refletir sobre a efetividade das estratégias apontadas.

O Capítulo 5 difere dos capítulos anteriores por não ter seu foco exclusivamente no trabalho, debruçando-se, na realidade, sobre a questão do idoso. Abordamos aspectos decorrentes do transcurso da vida no mundo do trabalho em meio ao aumento progressivo do envelhecimento populacional mundial. Esses aspectos, fundamentais na análise das entrevistas constantes da segunda parte da tese, foram entrelaçados às questões apontadas nos capítulos precedentes. Inicialmente, apresentamos os cenários atuais e os projetados para as próximas décadas nas sociedades ocidentais – em particular na sociedade brasileira – frente ao envelhecimento de suas populações e suas consequências na vida econômica e sociocultural.

Em seguida, recorreremos a uma abordagem trans-disciplinar, entremeando as relações eleitas como referenciais para o estabelecimento de um campo de diálogo com os pontos mais emergentes e sensíveis que envolvem o trabalho e o homem como ser singular e social. Com esse pano de fundo, enfocamos as idades do homem sob diferentes olhares, incluindo o economicista e o sociocultural. Finalizamos o capítulo, e a primeira parte da tese, com um esboço da trajetória dos velhos nas esferas social, cultural, política e do trabalho ao longo dos séculos nas sociedades ocidentais.

A segunda parte da tese apresenta os resultados da nossa pesquisa de campo, na qual entrevistamos trabalhadores com idade mínima de 60 anos. Nessas entrevistas, correlacionamos as experiências de vida dos depoentes com as suas percepções sobre as relações aqui referenciadas como representativas das transformações decorrentes das

mudanças nos modos de produção e dos processos de trabalho. Essa parte foi estruturada em quatro capítulos. No Capítulo 1, procuramos justificar, primeiramente, os motivos do recurso à memória oral e aos depoimentos como suportes alternativos para análise dos impactos sociais decorrentes das transformações dos modos de trabalho. Além disso, descrevemos a metodologia adotada para a realização das entrevistas e explicamos as razões pelas quais tomamos o método qualitativo como modelo.

Nesse capítulo, empreendemos ainda a uma reflexão sobre dados comuns dessas entrevistas. Foram entrevistados trabalhadores com idade mínima de 60 anos em exercício de suas profissões, aposentados ou não, sem distinção de sexo ou etnia, que tenham vivenciado as transformações socioculturais de diversos setores produtivos e vínculos em diferentes profissões, tendo como principais referências além da questão da velhice, as três relações abordadas na primeira parte dessa tese, quais sejam: a) a do trabalho com a vida; b) a do trabalho e dos modos de produção com o espaço e o lugar; c) a do trabalho com as profissões. As entrevistas concentraram-se, evidentemente, nas três áreas de trabalho antes descritas, ou seja: a) ferroviária; b) naval; c) preservação do patrimônio cultural. As entrevistas de cada uma dessas áreas conformaram, assim, respectivamente os Capítulos 2, 3 e 4 da Parte II, e neles confrontamos os conteúdos de cada entrevista com os pressupostos teóricos constantes dos capítulos da Parte I.

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO 1 – A ESFERA DO TRABALHO NA MODERNIDADE

“Não sei quem sou, que alma tenho. Quando falo com sinceridade não sei com que sinceridade falo. Sou variamente outro do que um eu que não sei se existe (se é esses outros).[...]

Sinto-me múltiplo. Sou como um quarto com inúmeros espelhos fantásticos que torcem para reflexões falsas uma única anterior realidade que não está em nenhuma e está em todas.[...]” (PESSOA, 1982)⁴

A afirmação inicial dessa tese poderia ser a de que não há universidade particular ou projeto iluminista criadores da nossa modernidade que sejam efetivamente únicos. Dos frutos mais diletos desta modernidade vicejam aspectos inusitados da condição humana, que propiciaram novas relações socioculturais com as atividades fundamentais ao homem, que foram, antes de tudo, revestidas de uma universalidade muito própria. Pensar a esfera do trabalho na modernidade significa, antes de tudo, proceder a uma revisão das bases que constituíram a nossa modernidade e examinar como o trabalho passou a ser percebido social e culturalmente não só pelo *ethos* filosófico que se instaurou, mas, sobretudo pelo papel central a ele atribuído na nova ordem social, na qual a acumulação do capital pontifica. Para tanto, dividimos esse capítulo em três segmentos complementares. Abordamos, no primeiro, a universalidade tão própria à nossa modernidade; em seguida, fazemos um ensaio sobre os atributos do trabalho presentes na essência humana e na constituição do ser social; e, por último, discorreremos sobre as afinidades decorrentes do protagonismo do trabalho no mundo contemporâneo, que desaguarão nas relações que adiante iremos aprofundar.

⁴ PESSOA, F., 1982, *Consciência da pluralidade*, In: BERARDINELLI, C., org., 1982, *Fernando Pessoa: obras em prosa*, 3^a ed., Série Portuguesa, Rio de Janeiro, Ed. Nova Aguilar, pp. 81.

1.1 – O conceito e o universal

A aceção das afirmativas descritas anteriormente pressupõe a análise das bases que constituíram a nossa modernidade. Podemos localizar sua origem filosófica nas Ilhas Jônicas e a sua cristalização em Hegel. Nas palavras de Franz Rosenzweig,⁵ essa base filosófica materializa-se como uma corrente filosófica idealista, esquecida da realidade, apreensora de uma época em conceitos, e na qual o monismo se apoiou. Esse pensamento afirma o mundo como totalidade e não como plural. Pensar então a partir do conceito torna esse modelo universalizante, no qual o processo do conhecimento se apóia na idéia de igualdade e não na de diferença; é pretender afirmar-se não só pela certeza, mas pela certeza absoluta, e dessa convicção da apreensão da verdade surge a totalidade como categoria-chave. A universalidade ilustrada proclamou a igualdade do homem, mas o pressupôs como o homem europeu e cristão. Do mesmo modo, pressupôs o espírito que nos fundamenta como o espírito germânico, ou seja, a Europa foi alçada à sede do Espírito Universal, e por conseguinte, outras realidades foram deixadas à margem.

Como afirma MATE (1997, p. 11), a ilustração é por excelência a liberdade e a liberdade, por sua vez, só pode ser garantida por intermédio da pluralidade, dado que os mitos garantem a divisão de poderes e essa divisão é a condição primeira para a existência da própria liberdade. Ainda segundo MATE (*Ibid.*, p. 15), a pretensa universalidade ocidental é algo particular, uma vez que a sua razão não comporta diferenças, e, para ele, uma universalidade universal só pode ser construída a partir das culturas e dos pensamentos marginalizados. O projeto iluminista julgou que tudo poderia ser pensado e avaliado a partir de sua própria razão, daí a autonomia da

⁵ O pensador judeu alemão Franz Rosenzweig é considerado uma das figuras mais emblemáticas e conscientes entre aquelas que questionaram a universalidade ilustrada como pensamento único. Em suas obras *The New Thinking* e *The Star of Redemption* (escrita em 1919), sem tradução em português, ele propõe a coexistência de outras universalidades.

racionalidade ilustrada e a invalidação da possibilidade de liberdade, já que tudo tem uma única base e uma única causa. Não há, pois, perguntas e respostas que não tenham essa razão como eixo. Todavia, como nos diz MATE (*Ibid.*, p. 22), *“toda palabra humana es respuesta. La iniciativa nos viene de fuera y marca el sentido”*.

Ao prosseguir em sua apresentação de outros pensamentos esquecidos, e em especial do pensamento judeu como filosofia à margem do modelo universalizante iluminista, Mate detém-se na relação da linguagem com a revelação ao homem. A leitura judia da realidade é, para o filósofo espanhol, uma leitura cuja origem não reside no conceito e sim na linguagem; o que distingue essas duas possibilidades originárias é o tempo. Diante disso, e com base na capacidade reveladora ritual da linguagem aqui representada pelo pensamento de Rosenzweig, Mate afirma que passado, presente e futuro estão referidos nas três formas de linguagem: o relato, o diálogo e o coro:

“El relato connota pasado ya que el relato se refiere a un acontecimiento que se sitúa frente a nosotros, los hablantes, como sido. El diálogo surge de un acontecimiento que es presencia o presente. El coro o comunidad de voces establece una relación tal entre los sujetos que la suerte de uno depende del otro. Los otros se sitúan frente a los hablantes como su futuro o por-venir” (*Op. cit.*, p. 195).

O relato caracteriza-se não só por sua referência ao passado, mas, sobretudo, pela ausência do interlocutor. Uma vez que é narrado na terceira pessoa, não se configura como central na linguagem face ao sistema próprio de comunicação presente no diálogo, em que o “eu” se constitui a partir do “tu”. Há, para Mate, uma diferença específica entre o relato e o diálogo. Enquanto o primeiro é *“objetivo y condicionado por la realidad pre-existent al relato”*, no segundo:

“se produce una revelación: el hombre se reconoce constituido en sujeto por iniciativa del otro. Ante esa llamada el hombre no es libre de dialogar: está forzado a ello puesto que en la escucha del otro se juega él su identidad y, el otro, la posibilidad

de ser visto como un tú por mi. La interpelación del otro tiene el valor de un mandato: el del mutuo reconocimiento". (Op. cit., p.199).

A linguagem do diálogo situa-se no âmbito da responsabilidade, e assim transcende o relato, que pode ou não incluir a liberdade de quem narra, mas não a responsabilidade do que diz. A responsabilidade implica em uma resposta ao outro, e essa é a base do diálogo.

O coro não se dá apenas a partir do diálogo, mas também a partir do relato. Não é, portanto, a generalização do diálogo. O coro celebra a reconciliação do homem com o mundo, e simboliza a eternidade "*pelo principio ideal de comunicación en la comunidad humana*". O diálogo, na perspectiva ilustrada, confunde-se com o que é relatado e com o que é dito em coro. E o que é relatado? É dito que a universalidade ocidental abarca uma série de "verdades", e para MATE (*Ibid.*, p. 32) a primeira delas é a afirmação de que falar de razão é falar de ciência. A segunda "verdade" é a relação racionalidade ilustrada-razão universal, e a terceira a relação entre progresso científico da civilização e progresso do espírito humano. A quarta "verdade", segundo Mate, seria o da eficácia das idéias.

Para dar fundamentos a essas premissas e à relação entre o pensamento e a realidade, Mate apresenta três modelos do pensamento ocidental como base: o hegeliano, o kantiano e o heideggeriano. Todos eles orbitam em torno do conceito e todos eles afirmam o primado da ontologia sobre a ética, omitindo o que poderia ser a afirmação de um primado a partir do valor e da ética. A filosofia não pode ter como fundamento a detenção da razão, pois a razão única pode desaguar no poder absoluto. A universalidade e a totalidade não devem estar vinculadas uma à outra, sob o risco de se constituírem no cerne do totalitarismo. Mate questiona a verdade ilustrada, assumida como tal, em sua essência, tendo como base pensamentos marginalizados por nossa

modernidade, mas que são tão ou mais antigos do que aqueles que constituem os fundamentos do nosso pensamento cristão-germânico. Afirma o autor:

“Precisamente porque la humana búsqueda de la verdad es más importante que la pretensión de poseerla [...] Para la Ilustración, el hombre es algo más que gerente de un bien. El hombre ilustrado vale más que su patrimonio. Lo que le da valor y dignidad, lo que justifica sus títulos de propiedad nos es la herencia recibida sino la búsqueda. En la actitud de búsqueda está su sentido y su salvación”. (Ibid., p. 90)

O que devemos recuperar dessa afirmação é o nosso compromisso com a busca da verdade e não julgarmos possuí-la. Ao apontarmos pensamentos esquecidos e outras realidades que, conjugadas ou alternativas ao modelo atual, dêem conta da emancipação humana e suplantem o mito da identidade a partir da homogeneização, estamos afirmando a pluralidade como constituinte fundamental da existência política, social e cultural em nossa temporalidade. Atribuindo o valor esquecido à autonomia inserida na singularidade recuperamos a distinção desta em relação à personalidade (ou à individualidade), o que faz com que o homem não aceite se submeter à ética idealista, e lance novos olhares, capazes de transformar as relações heterônomas e alienadas estabelecidas modernamente com a esfera do trabalho.

É essa essência tão humana que buscamos recuperar nas relações imbricadas entre o ser social e o trabalho na esfera pública e que acabaram sendo naturalizadas em procedimentos e condutas comuns que passam imperceptíveis ao longo de toda a nossa vida produtiva social. Esses procedimentos e condutas vêm à tona na medida em que o tempo passa, e a idade afasta-nos dela, arrastando-nos forçosamente a um encontro com nós mesmos e a uma última chance de nos emanciparmos como seres singulares. A modernidade trouxe consigo não só a pretensão de uma universidade particular, como também propiciou, no seu desenrolar, a exaltação do trabalho como referencial teórico para a emancipação do homem. Entretanto, o que de fato resultou disso foi o seu

aprisionamento aos modos de vida que apenas suprem as necessidades naturais e as que vêm a ser criadas pelo próprio homem.

1. 2 – A essência humana, o ser social e o trabalho

Os modos de vida relacionados ao labor e ao trabalho não são, segundo ARENDT (2003, p. 21), suficientemente dignos para constituir “*um bios, um modo de vida autenticamente humano*”⁶ e assim os homens modernos, que fazem parte das novas classes de trabalhadores, “*não podiam ser livres e independentes das necessidades e privações humanas*”. Arendt recupera da filosofia grega as três atividades humanas fundamentais ao homem, que expressam as diferentes formas da *vita activa*⁷, quais sejam, o labor, o trabalho e a ação. O labor encerra as práticas que dão conta das necessidades biológicas humanas. Trata-se de uma atividade voltada à manutenção da vida, à subsistência da espécie humana, e seus produtos são os mais necessários e os menos duráveis. Sua condição humana é a própria vida. Para Arendt, quem se dedica a essa atividade é o *animal laborans*.

Já o trabalho nem sempre faz parte da nossa conveniência, e se ocupa da produção das artificialidades e da mundanidade; é a atividade produtora de objetos, e sua relação é com as mãos e com o que elas são capazes de realizar. Arendt define quem se dedica a essa prática como *homo faber*, e é ele quem realiza as obras de arte, os

⁶ Para ARENDT (2003, p. 21) o *bios* seria um modo de vida autônomo e humano. Como Arendt, AGAMBEN (2004, p. 9), recupera esse outro sentido da palavra ‘*vida*’ de Aristóteles, e a define como “*forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo*”. O *bios* encerra três formas distintas: o *bios theoreticós*, que remete à vida contemplativa; o *bios apolausticós*, que diferencia a vida do prazer; e o *bios políticós*, que caracteriza a vida política. O *bios políticós* (ou *bios politikós* como define Arendt) possui duas atividades necessárias e presentes nas comunidades humanas: a ação (*práxis*) e o discurso (*lexis*). O *bios*, em qualquer de suas formas, não pode ser confundido com o *zoe*, que, para os gregos antigos, significava o simples fato de viver de todos os seres vivos, apenas suprindo os seus instintos e necessidades.

⁷ Segundo WAGNER (2002, p. 80), Arendt via na era moderna a abolição da *vita contemplativa*, e foi por esse motivo que a atividade de pensar passou à condição de serva da *vita activa*.

objetos de uso, os artesanatos e os artefatos, objetos que tomam a durabilidade emprestada da natureza.

A ação corresponde ao exercício humano de suas potencialidades sem a mediação da matéria. Está fundada na convivência entre os homens, e sua condição humana corresponde à pluralidade humana, que, segundo Arendt, é a pluralidade dos homens singulares. Para ARENDT (*Ibid.*, pp. 138-139), a dita sociedade de consumo é de fato uma sociedade de operários, de homens que laboram, uma vez que consumo e labor são partes de um mesmo processo, e essa sociedade não surge da emancipação das classes trabalhadoras, mas sim da emancipação do labor como atividade humana antes da sua emancipação política. Segundo ARENDT (*Ibid.*, p. 139), o que houve foi a redução de todas as possibilidades humanas ao atendimento das suas necessidades, e assim todas as atividades humanas vistas como sérias passam a ser chamadas de “trabalho”, porquanto *“toda a atividade que não seja necessária, nem para a vida do indivíduo nem para o processo vital da sociedade, é classificada como lazer”*. O que é de fato labor, em nossa sociedade moderna, passa a ser visto como trabalho. Ao contrário de uma teoria que distinga as atividades frutos do labor das que são produzidas pelo trabalho, o que há, segundo ARENDT (*Ibid.*, p. 96), é a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo e a divisão das atividades oriundas do trabalho manual daquelas advindas do trabalho intelectual.

Marx não estabelece distinção entre o labor e o trabalho. Para ele, o labor seria a síntese da capacidade humana de construção do mundo, ao passo que o trabalho humano como criador de valores de uso seria a condição da existência de todas as formas de sociedade. Numa sociedade não mais pautada no atendimento das necessidades de uso, mas sim na geração de mais capital, decorrente do surgimento do excedente econômico, o trabalho desponta como atividade essencial para a produção do valor de troca. De

acordo com MARX (2004, p. 84), é a vida produtiva que engendra a vida humana, sendo o trabalho a atividade vital humana que distingue o homem dos outros animais, mesmo que unicamente para suprir o essencial humano⁸. Essa “*vida produtiva é, porém, a vida genérica. (...) No modo da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma species, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A vida mesma aparece só como meio de vida*”. O trabalhador, sob o jugo da produção capitalista, não mais exerce o trabalho como atividade criadora. Realiza-o alienadamente e vê-se impossibilitado de suplantar o seu estranhamento ao que reproduz da apropriação do trabalho alheio, e esse estranhamento “*faz da sua essência apenas um meio para sua existência*” (Ibid., p. 85).

O exame da essência do trabalho na condição moderna do homem e seu enfrentamento podem ser avaliados sob diferentes perspectivas. Para enriquecer a discussão, tomemos outra obra como referência, *O trabalho – um valor em vias de extinção*, de Dominique Méda. Nesse texto, a socióloga francesa analisa, sob um enfoque ao mesmo tempo filosófico, sociológico e político, o tema trabalho e sua relação com as sociedades ocidentais, dado que o assunto constitui um dos fundamentos básicos dessas sociedades, sejam elas industriais ou pós-industriais. Essa questão remete à natureza da crise contemporânea, que se traduz no aumento do desemprego e em problemas subjacentes, como a intolerância cada vez maior em relação ao emigrante na Europa, a miséria e a exploração da mão de obra nos países do Terceiro Mundo, o desenraizamento do trabalhador, decorrente da intensa flexibilização do trabalho e da

⁸ A crítica de Arendt a Marx assenta-se no fato de ele não perceber a distinção entre trabalho e labor, e de que toda a produção na sociedade moderna ter como base atividades não qualificadas, características do labor. Segundo ARENDT (Ibid., p. 111), “*toda a teoria de Marx gira em torno do velho conhecimento de que o trabalhador, antes de mais nada, reproduz a própria vida ao produzir os meios de subsistência*”, e justamente o que Marx julga distinguir os homens dos animais é o que o caracteriza como *animal laborans*.

globalização, e a transformação do trabalho provocada pelo crescimento dos setores de serviço, e de geração e gestão da informação e do conhecimento.

Ao discutir o lugar de trabalho em nossas sociedades, Méda parte da constatação da situação paradoxal de a produtividade do trabalho ter aumentado consideravelmente nas últimas décadas e de sermos capazes de produzir cada vez mais com cada vez menos trabalho humano. Méda classifica as diversas análises de diferentes autores sobre o tema em correntes doutrinárias de natureza cristã, marxista e humanista, e avalia as características utópicas do trabalho levando em conta as premissas de cada uma. Por essas características o trabalho pode ser visto como categoria antropológica; como laço social; ou como libertação. Avalia-as também sob as perspectivas de outras doutrinas e sociedades que não tinham o trabalho como eixo principal, limitando-o às suas necessidades e, por conseguinte ao trabalho associado. O desprezo, a condição servil e secundária e mesmo o caráter penitente do trabalho, observados desde os antigos gregos, passando pelo Império Romano e pela Idade Média, persistirão, salvo algumas exceções, até o século XVIII, quando o trabalho torna-se alvo de um novo olhar e torna-se um elemento central nas sociedades que virão. Não por acaso, esse é o tempo inicial da consolidação da nossa modernidade, do projeto iluminista e de uma pretensa universidade particular.

As questões colocadas por Méda giram em torno de o trabalho ser ou não a essência do homem, de ser ou não realizador. No caso do trabalho não ser realizador, há três lógicas de seu desenvolvimento. A primeira é o trabalho não ser um fim em si mesmo, fruto da procura de realização de um indivíduo ou uma comunidade, mas meio para a nação ou uma sociedade aumentar suas riquezas, para um indivíduo adquirir rendimento. É um meio a serviço da lógica capitalista. Movido e suprido pelo desenvolvimento da racionalidade instrumental, o capitalismo utiliza o trabalho como

meio de realização aos seus fins. A segunda lógica é a do laço de subordinação do trabalhador assalariado. É a aporia da submissão voluntária, a vassalagem, e que é contraposta pela organização coletiva e política do trabalhador. A terceira e última coloca o trabalho, a partir do século XVIII, como meio de ordenação do mundo e tem como base o desenvolvimento técnico, a relação técnica mantida por nós homens com o mundo e o legado deixado pelas gerações anteriores e transmitido às futuras. Apoiada em Heidegger e Hannah Arendt, Méda afirma que:

“humanização do mundo e técnica são uma só e a mesma coisa, uma vez que humanizar significa aniquilar o natural e uma vez que esta operação se faz com o auxílio de técnica. Estamos hoje, portanto, na era da técnica e por este último termo devemos entender muito mais que um conjunto de procedimentos mecânicos que visam tornar o mundo mais confortável. Trata-se de um tipo de relação com o mundo em que este é considerado ao mesmo tempo como um campo a transformar, como um reservatório de onde o homem extrai o que lhe é útil e como a exterioridade que lhe permite construir-lhe enquanto homem” (MÉDA, 1999, p. 159).

Outra aporia que Méda nos convida a levar em consideração é a da condição do trabalho como laço social. Nessa perspectiva, o trabalho constitui não só o principal meio de socialização e integração social, mas é ele, também ou principalmente, o mantenedor do laço social, a medida das relações nas sociedades ocidentais modernas. Inclui diversos elementos, classificados por Méda segundo quatro pontos de vista: a) o de permitir a aprendizagem da vida social e a constituição de identidades; b) o de ser a medida das trocas sociais; c) o de permitir que cada um tenha uma utilidade social; d) o de ser um lugar de encontro e cooperação, por contraste com os lugares não públicos que são a família, ou o casal, e o espaço doméstico.

Não obstante todas as análises da sua natureza ou de seus possíveis desígnios, o trabalho teve, sem dúvida, a sua compreensão e seu status alterados nas sociedades

ocidentais a partir do século XVIII. E isso ocorreu não por acaso, mas antes foi fruto da estrutura filosófica onto-antropológica das sociedades industriais e do pensamento cartesiano, em que se fazem presentes o domínio da economia, a escolha da esfera do trabalho e da produção como órgão vital da vida individual e social, e o definir da política. Articulam-se esses fenômenos entre si, e deles decorrem outros fenômenos que vêm a sustentá-los na ordem vigente. A tudo isso, Méda questiona se trata:

“igualmente de saber, por um lado, se a economia não herdou do seu passado um certo número de pressupostos que a impedem de se adaptar aos problemas que hoje conhecemos; por outro lado, se a escolha que a economia representava no século XVIII – individualismo contra holismo – se põe ainda hoje nos mesmos termos; por fim, se não teremos, acima de tudo, necessidade de uma concepção da sociedade radicalmente diferente da que apesar de tudo continua a referir-se à economia.” (Ibid., p. 201)

Pensar o trabalho e seus desígnios no mundo contemporâneo leva-nos a questioná-lo e confrontá-lo com diferentes marcos do pensamento humano e hábitos e costumes correlatos. Nesse sentido, podemos pensá-lo a partir das relações e dos atos constituídos do início da formação das sociedades industriais, das imbricações decorrentes do domínio econômico com as demais esferas, e do papel da relação entre memória e poder no sentido do trabalho. A despeito de outras representações, o trabalho constituiu-se de fato nas sociedades contemporâneas como laço social, ordenador do mundo e, como tal, consubstanciou indivíduos, gerações, comunidades, sociedades e nações que hoje se vêem, em diferentes medidas, impactados pelas constantes transformações no mundo do trabalho e na economia mundial.

1.3 – Afinidades modernas da esfera do trabalho

Com a transformação da riqueza em capital, este teve como objeto a geração de mais capital, e a propriedade privada, segundo ARENDT (2003, p. 79), acabou por

igualar a todos em um processo permanente de acumulação, suprimindo a contradição entre o que era privado e o que era público, os quais foram, por sua vez, subordinados à esfera do social. A geração de mais capital implicou a revisão do valor do trabalho e dos processos de produção e a identificação de produtos potenciais que fossem objetos passíveis de serem adquiridos ou consumidos. O trabalho passou a ser fator de aumento da riqueza, e o seu conceito tornou-se material, passível de ser quantificado e mercantilizado.

Por sua vez, as alterações nos modos de produção capitalista trouxeram em seu bojo mudanças significativas nos âmbitos socioculturais e econômicos, provocando impactos diretos nos espaços públicos e privados, nas famílias, comunidades, sociedades e nos indivíduos, bem como na constituição dos poderes políticos, na geopolítica, no dia-a-dia. O trabalho e os processos de produção tornaram-se o centro de uma nova ordem social. As transformações nos modos de produção mantiveram sempre uma afinidade direta com a compreensão do que era o trabalho, ou de como este deveria ser percebido pelas sociedades através dos tempos, notadamente a partir da Revolução Industrial.

São dois os contextos que aqui delimitamos para nosso estudo. O primeiro está situado no processo de formação do capitalismo industrial e na sua consolidação no fordismo, o que inclui a afirmação dos Estados nacionais e das multinacionais. Já o segundo pode ser localizado no processo ora em curso do capitalismo pós-industrial, da produção flexível, e na concretude dos Estados supranacionais e das transnacionais. Há, nesses dois contextos, relações relevantes com o que contemporaneamente se entende como trabalho, o que as torna alvo desse estudo em sua proposição de fomentar o reencontro do trabalho com a vida e a cultura, com o *bios*.

Pretendemos, sobretudo, tornar os idosos partícipes desse ato, por terem vivenciado ou vivenciarem essa transição entre os contextos supracitados. É importante escutá-los se quisermos dar concretude a uma universalidade capaz de abarcar diferentes olhares. Não apenas por representarem os prognósticos estatísticos de potencial grupo populacional nesse século XXI expresso por seu progressivo incremento percentual na composição da população mundial, e por sua cada vez maior participação na vida sociocultural e política e, por conseguinte constituírem-se em significativa faixa de consumidores com novas demandas em nossa economia de mercado.

Vale destacar que, entre tantos argumentos de diferentes naturezas, a escuta dos idosos é de fundamental importância, pois eles são imprescindíveis para a constituição de um mundo livre, plural, fraterno e sustentável, se quisermos pensar em uma universalidade universal. Essa escuta é igualmente essencial por uma razão mais simples e pragmática, mas nem por isso menos relevante. Afinal, a velhice é o destino que aguarda aqueles que sobreviverem e superarem as ciladas e os percalços cotidianos, as doenças, as violências, os desamores, as perdas. Enfim, não podemos deixar de considerar o futuro e de nos sentirmos responsáveis e solidários para com esse destino possível para muitos que hoje ainda se situam na faixa da população economicamente ativa.

Os estudos demográficos apontam, para os próximos cinquenta anos, um mundo envelhecido. Isso é particularmente verdadeiro para os países ocidentais, cujas doutrinas religiosas estão fundamentadas no cristianismo, e também para os países do Sudeste Asiático e a China. Economicamente está posto que os países que melhor souberem aproveitar o potencial produtivo das populações idosas, e que saibam de fato acolhê-las nos âmbitos religioso, social e cultural, estarão na vanguarda mundial em um contexto

em que, pela primeira vez na história da humanidade, o número de idosos suplantar o de jovens. Do mesmo modo, nunca será tão essencial estar atento para o que dizem as diferentes minorias, etnias, crenças, e tudo o mais que conforma o outro para o cidadão universal moderno. Esse ponto torna ainda mais necessária a escuta de representantes dessa faixa etária de cidadãos de sessenta anos ou mais, por terem vivido essas transformações e nas relações a serem assinaladas a seguir. Se assim procedermos, não ficaremos apenas inscritos no debate teórico do trabalho no capitalismo, travado pelo pensamento crítico, e nem ficaremos restritos às experiências alternativas aos modos de produção vinculados à economia de mercado.

Uma premissa na avaliação dos vínculos do trabalho com as questões humanas que se seguem é que elas se entrelaçam influenciando uma a outra, e constituem de fato uma rede de relações e conexões complexas em que o trabalho no período que se inicia com a própria modernidade moderna, intensificou-se a partir da Revolução Industrial e persiste até os dias de hoje, no início do século XXI. O trabalho revela-se como a atividade humana que entre tantas outras, ora se apresenta como ordenadora de novas ações sociais, ora como instrumento de validação do capitalismo industrial, ora como lugar de realização do homem, ou mesmo como agente de conformação de outros espaços e modos de relacionamento, não sendo passível de se esgotar nas três relações a serem apresentadas aqui. Entretanto, por sua natureza, consideramos as relações eleitas como modelos referenciais suficientemente representativas aos nossos propósitos, uma vez que elas cobrem um campo de diálogo abrangente, que dá conta das questões mais emergentes e sensíveis e que dizem respeito ao homem como ser singular e social e ao trabalho. Essas relações afetam sobremaneira a vida individual e social do ser humano contemporâneo, desde o seu nascimento até a sua morte, mas, na maior parte do tempo, de modo imperceptível ou naturalizado. As suas consequências, acreditamos, serão mais

evidentes na fase final da vida social produtiva do homem ou após o seu término, quando o trabalhador está prestes a deixar ou já deixou o exercício do trabalho na esfera pública e passa a exercer funções na esfera privada e doméstica. Essa e outras características vinculadas às relações decorrentes do mundo do trabalho e às pessoas de idade reforçam ainda mais a escolha dessa faixa de indivíduos para objeto de nossa investigação.

Uma primeira relação a ser estudada é a que ocorre entre o trabalho e a vida vivida, sendo o trabalho visto ora como realização das necessidades do homem, ora como revelação da sua capacidade artesanal e criativa para si e para a sociedade. A segunda relação remete à relação do trabalho com o espaço. Nesse sentido, num primeiro momento, o trabalho é um elemento crucial na consolidação da cidade como referência de espaço social, uma vez que, ao provocar deslocamentos populacionais, ele é responsável não apenas pelo desenraizamento cultural, mas também pela conformação de novas culturas e de outros pertencimentos. Já num segundo momento, quando a ruptura de territórios e o êxodo são ainda mais acentuados, a validação do urbano em detrimento do campo persiste, e o mundo é proposto como espaço social. Uma última relação é a que decorre das transformações dos vínculos entre o trabalho e as profissões no seio das famílias, das comunidades, das organizações. É aí que se percebe o esvaziamento dos compromissos estabelecidos, a ruptura de ligações com as profissões, e se configura aquilo que se denomina “*desprofissionalização*” do trabalho.

CAPÍTULO 2 – RELAÇÕES DO TRABALHO COM A VIDA VIVIDA

“O trabalhador só é, enquanto trabalhador, assim que é para si como capital, e só é como capital, assim que um capital é para ele.”
(MARX, 2004, p. 91)

As relações do trabalho com a vida vivida estão na ordem das afinidades cotidianas do homem comum. Com efeito, a centralidade do trabalho é um traço marcante ao longo de grande parte de sua existência, notadamente na fase da vida vista como socialmente produtiva. O papel atribuído à vida profissional – à qual se atribui não só a realização das necessidades humanas, mas igualmente a legitimação da condição cidadã ao indivíduo – sobrecarrega de tal modo as horas despendidas ao longo de uma jornada habitual de trabalho. Essa jornada vem a se acumular desapercibidamente, ano após ano, a ponto do trabalhador, muitas vezes, só vir a sentir suas consequências ao encerrar sua vida ativa, com a aposentadoria.

Dando prosseguimento ao estudo das imbricações das relações do trabalho com a vida diária, subdividimos esse capítulo em três partes: a primeira, que trata da ruptura ocorrida entre a cultura da vida e a do trabalho; a segunda, que aborda as propostas de reencontro dessas duas culturas; e a terceira e última, que enfoca o trabalho como um bem intangível de nossa cultura.

2.1 – Da cisão entre a cultura do trabalho e a cultura da vida

“O trabalho liberta”⁹

A epígrafe acima dá-nos a dimensão dos equívocos associados à apreensão do trabalho e dos sentidos da vida pela humanidade, das suas apropriações de toda espécie,

⁹ Tradução de *“Arbeit macht frei”*, slogan nazista inscrito no portão de entrada do campo de concentração de Sachsenhausen, em Berlim (cf. “Holocausto – Europa lembra mortos do nazismo”, *Jornal do Brasil*, Caderno Internacional, 28/01/2006, p. A9).

e do quanto está o trabalho sujeito a se tornar instrumento a fins de diferentes naturezas, perdendo, assim, os seus significados e valores mais humanos. Para ARENDT (2003, p. 229), a principal diferença entre o trabalho escravo e o trabalho livre moderno reside não no fato de possuímos ou não a liberdade pessoal, mas sim em sermos admitidos como trabalhadores na esfera pública e emancipados como cidadãos. Conforme explicita a autora (*Ibid.*, p. 12), o trabalho foi a atividade humana que, na era moderna, transformou a sociedade em uma sociedade operária, em uma sociedade de trabalhadores. Nela, o trabalho destaca-se pela sua realização na esfera pública, diferenciando-se fundamentalmente do trabalho tal como concebido em épocas anteriores, quando estava confinado à esfera privada. Como nos relata ARENDT (*Ibid.*, p.78), a preocupação individual com a propriedade privada foi precedida pelo interesse público, e a esfera do social assumiu a organização da proteção das riquezas daqueles que tinham propriedades. A racionalização econômica do trabalho em meio a um sistema particular de economia é tida por pensadores como POLANYI (2002) e GORZ (2003b) como a inflexão contemporânea no modo de vida, dos valores, das relações sociais e das relações do homem com o mundo que o cerca.

Para POLANYI (*Ibid.*, p. 51), o avanço nos processos de produção trazido pela Revolução Industrial, ocorrida no século XVIII, foi de tal monta que provocou uma “*catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas comuns*” e os homens acabaram sendo triturados e transformados em massa por “*moinhos satânicos*”. A Revolução Industrial delineou-se como o ponto de partida de uma revolução ainda mais extremada, ao impor um credo materialista para a solução dos problemas humanos mediante a obtenção de bens materiais. Esse princípio vigora ainda hoje como constituinte das ações e relações do homem com a sociedade e com o meio ambiente. Ainda na ótica de Polanyi, não se pode conferir destaque a nenhuma das causas da Revolução Industrial e

das transformações dela decorrentes, mas não se pode deixar de reconhecer que se a máquina não causou, por si só, essas mudanças, o seu uso e os processos fabris então estabelecidos coincidiram com o surgimento e o fortalecimento da idéia de um mercado auto-regulável e com a substituição da motivação da subsistência pela do lucro. Esse sistema auto-regulável é a economia de mercado, uma economia guiada estritamente pelos preços de mercado, conformando uma sociedade e suas relações como partes integrantes dessa economia, o que a difere substantivamente das ocorridas em épocas precedentes, nas quais a economia estava, em geral, “*embutida nas relações sociais*” (*Ibid.*, p. 77).

POLANYI (*Ibid.*, p. 91), ao tratar o regime feudal e o sistema das guildas como contraposição à economia de mercado, oferece exemplos em que a terra e o trabalho eram parte da organização social. Nesse cenário, o sistema econômico mercantil era responsável apenas pela unificação das condições estatutárias e de regulação dos costumes da terra, cujos elementos eram a base militar, jurídica, administrativa e política. A essas, devemos acrescentar a base religiosa e a do trabalho, incluindo aí as relações estabelecidas nas cidades entre mestres e aprendizes. Numa economia de mercado, o trabalho e a terra são apenas partes integrantes dos processos produtivos e geradores de capital. Assim, pela primeira vez na história do homem, o trabalho e a terra passam a ser descritos como mercadorias fictícias. Fictícias porque tanto o trabalho como a terra assumem dimensões alheias às suas essências. O trabalho é “*apenas outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda, mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser armazenada ou mobilizada*”. Por sua vez, a terra “*é apenas outro nome para a natureza, que não pode ser produzida pelo homem*” (*Ibid.*, p. 94). O trabalho visto então como mercadoria, afeta o cidadão comum que, ao dispor de sua força de trabalho,

dispõe também da sua “*entidade física, psicológica e moral*”. Se despojado de suas instituições culturais, segundo POLANYI (*Ibid.*, p. 95), ele sucumbirá pelo abandono social, vítima “*de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome*”.

Já GORZ (*Ibid.*, p. 21) afirma que o indivíduo comum, ao tornar-se cidadão, tem que ser remunerado pelo trabalho exercido no âmbito público, não ficando mais restrito aos seus interesses privados. Para pertencer à esfera pública, para ser socialmente integrado às diversas redes relacionais, o indivíduo comum deve ser reconhecido pela sua existência e pela sua participação no processo de produção social. O indivíduo só é reconhecido como cidadão ao exercer o trabalho na esfera pública, mas esse trabalho não é garantia da socialização, ao gerar uma “*socialização associal*”.

Afastado de si, mas voltado a si, o indivíduo exerce o trabalho alienado, que também o aliena, como igualmente alienados serão o seu consumo e suas necessidades. A integração funcional do trabalho se dará estrategicamente pelo consumo compensatório, que passa a ser o fim pelo qual o trabalhador visa o trabalho. Em outras palavras, a remuneração em dinheiro antes obtida pelo trabalho para obter bens e serviços e suprir necessidades, é vista agora como objeto indispensável para possibilitar o maior consumo. Ela assume assim caráter teleológico e torna-se instrumento de profunda mudança cultural ao suplantiar outros valores na mediação das relações humanas¹⁰. O consumo compensatório incita a retração à esfera privada, a procura por vantagens individuais e a desagregação das “*redes de solidariedade e de ajuda mútua, a coesão social e familiar, o sentimento de pertencimento*”. Além do que, acrescenta Gorz:

¹⁰ Cabe destacar que, se confrontada com a crise de desemprego emergente e a crescente informalidade do trabalho que, desde os fins do século XX, põem em risco toda uma ordem social e colocam os homens em conflito com si próprios, a necessidade de emprego regular como regra social vem a ocorrer apenas no início do século XX como estratégia socioeconômica diante da independência do trabalho descontínuo. Nas palavras de GORZ (2003b, p. 193), “*a abolição do direito ao trabalho intermitente visava expressamente a suprimir uma liberdade operária: aquela da autogestão do tempo (Zeitsouveränität), da autodeterminação do ritmo de vida*”.

“O indivíduo socializado pelo consumo não é mais um indivíduo socialmente integrado, mas um indivíduo levado a desejar ‘ser ele mesmo’ distinguindo-se dos outros e que, canalizado socialmente ao consumo, aos outros só se assemelha pela recusa em assumir, por meio de uma ação comum, a condição comum” (GORZ, 2003b, p. 53).

GORZ (*Op. cit.*, p. 43) identifica aí uma ruptura do sistema social com a esfera civil auto-regulada, cada vez mais reduzida, mais manipulada e inscrita na inserção funcional do trabalho socializado, e a esfera pública, cada vez mais heterorregulada pelo Estado, pelas organizações e pela globalização neoliberal. Há, nesse dissenso, duas racionalidades: a dos indivíduos, e sua relação com os objetivos das organizações em que trabalham, e a das organizações. Ambas racionalidades mostram-se insensatas uma a outra e *“tal cisão do sistema social e tal divórcio entre racionalidades diversas engendram o esfacelamento do indivíduo: vida profissional e vida privada são dominadas por normas e valores radicalmente diversos, e até contraditórios”* (*Op. cit.*, p. 43).

O êxito do indivíduo está subsumido pelo êxito profissional, pois ao trabalhador é solicitado, com base nos critérios técnicos e morais pertinentes à função ocupada, que seja bem sucedido no âmbito da organização onde trabalha, a despeito do seu confronto ou desconforto ético. Sua compensação se dará na esfera privada, consoante ao seu desempenho frente aos desafios e oportunidades. Assim, são relegadas a um segundo plano as qualidades profissionais e virtudes na vida cotidiana do cidadão comum, importando menos o quão ele é solidário com a sua comunidade, sua família ou com um cidadão qualquer, qual é sua ação responsável com o ambiente e com seus companheiros de trabalho, ou o quanto se preocupa com a arte e a cultura. O que pode

lhe garantir uma vida confortável¹¹ é o seu êxito profissional, sejam quais forem as bases em que isso se dê e o quanto esteja distante da vida do dia-a-dia.

Para entendermos um pouco mais essa ruptura no sistema social e na relação entre o indivíduo e a realização de suas necessidades e desejos por meio do trabalho, voltemos à Polanyi e à sua inquietação quanto às conseqüências de tornar o trabalho, a terra e também o dinheiro mercadorias fictícias. Para ele, a produção industrial tornou-se cada vez mais complexa, sendo exigidas, cada vez mais, garantias de atendimento a novas e crescentes demandas. Para tal, os elementos pertinentes à produção industrial viram-se objetos de uma organização necessária, com foco exclusivo no atendimento das vendas que o mercado impunha. Entre esses elementos, destacam-se o trabalho, a terra e o dinheiro.

Desses elementos, o trabalho seria aquele mais estreitamente relacionado à estrutura social e seria também o principal alvo de estudos que visavam a sua racionalidade e aumento de eficiência, o que impactou não só a organização do trabalho como a própria organização do sistema de mercado (POLANYI, 2002, pp. 94-97). Como nos diz Polanyi, o que entendemos como organização do trabalho é a estruturação da própria vida comum, ou, em outras palavras, as diversas mudanças na organização do trabalho, decorrentes do desenvolvimento do sistema da economia de mercado, estão diretamente imbricadas nas subseqüentes transformações das sociedades. O fato de os modos de produção se aprimorarem cada vez mais fez com que máquinas e fábricas se especializassem. Essa complexificação e a busca por um aumento da produção implicaram na especialização cada vez maior da mão-de-obra, na

¹¹ Para o trabalhador, a sua vida confortável foi muito mais valorizada por suprir as suas necessidades agora acrescidas pelo fetiche do consumo, e menos por sua qualidade de vida, uma vez que, na maior parte da história do capitalismo industrial e pós-industrial o que se observa são os sofrimentos, as amputações, os óbitos, as doenças psicopatológicas decorrentes dos ambientes, das longas jornadas e dos processos de trabalho, além das coerções sociais inscritas nas relações de trabalho. Para mais informações sobre esse assunto, ver DEJOURS (1992) e HARDMAN, LEONARDI (1991).

divisão das atividades operacionais, o que, por sua vez, fragmentou a vida individual e social dos trabalhadores. Essa fragmentação pode ser evidenciada, entre tantas experiências vividas pela massa de trabalhadores, no relato de Simone Weil¹² a uma das suas alunas, em carta datada de 1934. Weil, após muito vagar na procura de um emprego em uma fábrica, em seu intento de se informar de questões específicas do pensamento político, e que acreditava só o pleno exercício prático poderia substanciar, ingressou como operária numa fábrica e dessa experiência escreveu o texto abaixo:

“As mulheres são mediadas num trabalho inteiramente maquinal, no qual só lhes pede rapidez. Quando digo maquinal, nem imagine que seja possível sonhar com outra coisa enquanto se trabalha, e muito menos refletir. Não. O trágico dessa situação é que o trabalho é maquinal demais para fornecer assunto ao pensamento, e, além disso, impede qualquer outro pensamento. Pensar é ir menos depressa; ora, há normas de rapidez estabelecidas pelos burocratas sem piedade e que é preciso cumprir, para não ser despedido e, ao mesmo tempo, para se ganhar o suficiente (o salário é por peças). Eu ainda não consigo fazer, por vários motivos: falta de costume, desajeitamento natural – que é enorme –, uma certa lentidão natural dos movimentos, dores de cabeça, e uma certa mania de pensar de que eu nunca consigo me libertar...Por isso acho que me poriam na rua, sem uma proteção superior. Quanto às horas de lazer, teoricamente elas são absorvidas por um cansaço que muitas vezes chega ao embrutecimento. Acrescente-se, para completar o quadro, que na fábrica a gente vive numa perpétua e humilhante subordinação, sempre sob as ordens dos chefes. É claro, tudo isso faz sofrer mais ou menos conforme o caráter, a força física, etc.; seria preciso marcar as graduações; mas, enfim, é isso em última análise.” (WEIL, In: BOSI, 1996, p. 84)

Essa fragmentação ou divisão do trabalho – que, para GORZ (2003b), encerrava em seu cerne a dominação da massa trabalhadora e o incremento da produção – acabou por provocar, e intensificar, a especialização dos meios de produção, favorecendo a sua

¹²Pensadora política, filósofa, professora, militante e crítica da esquerda, Simone Weil nasceu em 1909, em Paris. Preocupada em colocar em prática seus ideais humanistas cristãos, trabalhou também como operária fabril.

mecanização e automação. Daí ter ocorrido uma corrida à especialização dos saberes e o aprofundamento em áreas do conhecimento mais restritas, esfacelando a produção em “*atividades produtivas que só valem, cada qual, combinadas a outras*”, as quais Gorz chama de divisão macrossocial do trabalho. Ela sobrepõe-se à divisão taylorista das tarefas de trabalho, pois ao contrário desta é irreversível, já que desmorona o que poderia se constituir como uma cultura do trabalho. A cultura do trabalho seria constituída pelo diálogo entre a cultura profissional e a cultura do cotidiano, que ora não se concretiza, uma vez que “*as passarelas que levam uma a outra foram irremediavelmente destruídas pela tecnicidade crescente de tarefas cada vez mais especializadas*” (*Op. cit.*, p. 88). Nesse sentido, o caso exemplar do mestre artesão é diferente do profissional que atua em um processo industrial fabril, mesmo que este último percorra todas as etapas de produção e tenha competência técnica reconhecida em cada uma delas. Neste profissional permanece o caráter funcional, configura-se apenas o saber especializado, desconectado da realidade que ocorre fora do espaço fabril, ao mestre artesão é possível a unidade entre a cultura técnica e sua cultura do dia-a-dia. Outro exemplo é o do pequeno lavrador que faz da sua roça não só o seu meio de vida e sobrevivência, mas também inspiração de vida e de cultura. Tem como contrapartida o bóia-fria, o trabalhador rural itinerante, que roda as plantações e migra de região em região conforme a época do ano e o tipo de colheita, em busca de empregos que são sempre temporários.

Na era moderna, a cultura do trabalho é essencialmente técnica, desenraizada, desprovida de outros atributos que não os dos saberes especializados. Não é passível de confusão de significados o espaço do trabalho, em especial as indústrias, como lugar de encontro e de organização de outra natureza, tal como política ou sindical e sua relação com o cotidiano, e a dissociação entre as culturas técnicas, dos saberes tácitos ou

explícitos que envolvem o trabalho que se realiza na maior parte das horas do dia do homem comum e a sua cultura, afazeres, prazeres que ocorrem nas horas que lhe sobram.

Diante da crescente quantidade de saberes especializados e compartimentados, o homem só consegue participar ativamente de uma pequena parcela deles. Nesse sentido, a cultura do trabalho é, para Gorz, fragmentada em “*mil estilhaços de saber especializado*” e isolada da cultura do cotidiano, e a “*esta fragmentação renitente à integração do vivido corresponde uma (não)cultura do cotidiano, feita de sensações fortes, modas efêmeras, divertimentos espetaculares e informações também fragmentárias*” (*Ibid.*, p. 94). A cultura dominante é incapaz de pensar a vida como ela é realmente vivida e, face à contínua cisão entre o trabalho e essa vida vivida, a cultura técnica acaba sendo uma incultura de tudo aquilo que não for técnico ou voltado para o aumento de riquezas. Nessa perspectiva, o “*aprender a trabalhar é desaprender a encontrar, e mesmo a buscar, um sentido às relações não instrumentais com o meio ambiente e os outros*” (*Op. cit.*, p. 91). Corroborando a afirmação de Polanyi de que a sociedade, quando privada de suas instituições culturais e de suas vinculações com o que ocorre no cotidiano, é sempre sujeita a grandes crises sociais, Gorz considera a cultura do cotidiano, “*com toda a ambigüidade confusa que apresenta essa criação antinômica – [...] uma cultura da violência ou, em sua forma extrema, uma cultura da barbárie, tematizada, refletida, sublimada, exacerbada[...], da crueza, da feiúra[...]*” (*Ibid.*, p. 92).

Se aplicarmos essas análises aos dias atuais, quando predomina a produção flexível, o que identificamos é a intensificação, de uma maneira geral, da crise social em sua relação com o trabalho. As iniciativas de âmbito local, que despontam como alternativas potenciais à cisão entre o trabalho e a vida, são pouco numerosas, não se

configurando como uma maioria referencial. No que tange à produção flexível, para MARAZZI (2003, p. 11), a característica que mais a distingue do modo de produção fordista, se quisermos compreender o alcance das transformações socioeconômicas, políticas e culturais, é o fato de, na inovação tecnológica e produtiva, a comunicação e a informação de conhecimentos se situarem no centro do modo de produção flexível, enquanto no modo fordista estavam apenas justapostas à produção.

Outra característica importante é que, na produção flexível, os aumentos de produção não se dão com base nas economias de escala e na geração de grandes estoques tal como acontecia no período industrial fordista, mas sim derivam da sua capacidade de produzir diversos modelos em quantidades menores. Ao contrário do fordismo, no qual a produção induz a demanda, no pós-fordismo é a demanda que induz a produção, e para tanto deve depender menos dos custos fixos, e com isso dispõe de menos postos permanentes de trabalho. Os trabalhadores da produção flexível são caracterizados pela versatilidade e pela maior capacidade de adaptação às mudanças dos ritmos e fluxos da produção; são aptos a entender e contribuir com informações, ao contrário do operário especializado e atomizado do chão de fábrica fordista.

A fábrica deve ser mínima, o seu processo de produção bastante flexível e desprovido ao máximo de excessos, de forma a ser suficientemente eficaz e eficiente no atendimento a um mercado cada vez mais volátil. Para tanto, é a comunicação que permite à alteração rápida dos fluxos de trabalho, e é a informação, bem como a propriedade do trabalho imaterial e a detenção do bem intangível configurado pelo saber, que permite o desenvolvimento de novos produtos e dos diversificados modelos demandados. Enquanto no fordismo a produção ainda se encontra no centro das relações, permitindo que o Estado protagonize a ação social, no pós-fordismo é o

consumo que assume definitivamente o papel principal no modo de produção e nas relações sociais.

Nas transformações decorrentes do capitalismo industrial, o Estado assume o papel de Estado protetor como compensação ao declínio das relações sociais auto-reguladas e da solidariedade familiar, provocado pela socialização ditada pelo consumo. Já o que caracteriza as relações sociais contemporâneas é que a globalização e o trabalho flexível vêm a recuperar a tônica da racionalidade econômica do trabalho, esvaindo-o, segundo GORZ (*Ibid.*), ainda mais de quaisquer sintomas socializantes.

Ainda de acordo com GORZ (2004, p. 48), no que tange as relações sociais, a produção flexível é um retrocesso em relação ao fordismo, uma vez que as substitui por relações pré-modernas. Ele toma como base o toyotismo que, em sua análise, carrega as marcas do feudalismo japonês. Nessa fase do modo de produção, a empresa é o interesse e bem comum de toda a sua força de trabalho, não havendo negociações entre as partes e sim decisões em que haja consensos em prol da empresa. A empresa é o bem maior e para ela devem estar voltadas todas as ações; os trabalhadores devem sentir-se ligados a ela por laços de pertencimento e não à sociedade ou à sua família. Ela estabelece o que se denominou uma sociedade dual, onde há dois níveis de trabalhadores¹³.

O primeiro nível compreende o núcleo estável da empresa, comportando os trabalhadores que tenham flexibilidade funcional, ao passo que no segundo nível, caracterizado pela sua instabilidade, a força de trabalho torna-se periférica e sua flexibilidade é regida pelo número de postos de trabalho disponibilizados em um dado

¹³ Segundo SILVER (2005, pp. 75-77), enquanto no Japão foi adotado um modelo chamado de “*enxuto-dual toyotista*”, no qual era oferecida estabilidade de emprego ao círculo de força de trabalho principal em troca de cooperação mútua, nos EUA e na Europa, e na maior parte dos demais centros produtores, adotou-se o modelo que se denominou como “*enxuto-cruel*”, onde não há garantia da estabilidade no emprego nem mesmo para os trabalhadores inscritos no círculo principal.

contexto¹⁴. No fordismo, os trabalhadores ainda apresentam laços de pertencimento a si mesmos, bem como outros laços sociais – tais como os que ligam o cidadão comum à sua profissão, à sua classe de trabalho, a seus novos territórios – se solidificam. O que é ainda mais relevante é que a relação dos trabalhadores com seus direitos sociais e políticos sai fortalecida. Para GORZ (*Ibid.*, p. 49), o pós-fordismo recupera “*em nome do imperativo de ‘competitividade’, o terreno que a empresa teve que ceder durante o período fordista*”, abrindo “*brechas cada vez mais largas no direito do trabalho e nas disposições das convenções coletivas*”.

O que caracteriza uma sociedade de mercado em seus modos de produção, sejam eles *fordista, taylorista, toyotista*, pós-industrial ou pós-fordista, é que nela se desaprende a viver a vida vivida, absorvem-se modelos e costumes avessos à condição humana em prol de uma razão que privilegia o valor econômico e produtivo da acumulação, tanto de capital como de saberes objetivos, que tem foco no poder que a detenção da certeza absoluta ilude os homens, em detrimento de valores outros, hoje marginalizados. As concepções originais do trabalho em suas esferas privadas e públicas, passando por sua transformação em *ethos* social e político na sociedade industrial e capitalista, e pela crise que o retira do centro das questões econômicas, culturais e políticas em uma sociedade cada vez mais orientada para o consumo e a economia de mercado, são caminhos aqui assinalados e que devem ser confrontados com outros rumos em curso ou passíveis de serem pensados como possibilidades de estímulo ao reencontro do trabalho com a vida vivida.

¹⁴ A força de trabalho nas instituições públicas no Brasil acabou por tomar uma forma dual: de um lado, um núcleo estável representado pelos servidores públicos, com todos os direitos que lhe asseguram o Regime Jurídico Único – RJU, e, de outro, uma grande massa de trabalhadores terceirizados, detentores de vínculos diversos, e que constituem a parte periférica e instável dessa relação social. Esse quadro ficou bastante evidenciado quando a política governamental optou por um Estado mínimo inspirada pelo modelo anglo-saxão.

A autonomização, em contraposição à heteronomia do trabalho, como um caminho concreto para uma sociedade de cultura, e o não exercício do lazer como novo incremento à sociedade do trabalho¹⁵ e ao capitalismo são algumas das proposições de autores como GORZ (2003b) e ZAOUAL (2006). Eles trazem em suas contribuições o já apontado por MATE (1997) sobre a atualidade de outras culturas esquecidas pela hegemonia ocidental. Essas culturas são essenciais por sua diversidade, por se oferecerem como contraponto ao modelo universalizante, que acirra a competição e no qual o mais forte prevalece. Como visto anteriormente, Mate recupera a nossa memória (do Ocidente) pela reabilitação de pensamentos esquecidos, como o de ROSENZWEIG (1997). Este, por sua vez, restaura outros valores, entre os quais o da autonomia do homem, do homem enquanto si mesmo, enquanto singular. A redução conceitual do trabalho restringiu a atenção e a valoração ao trabalho como fonte de produção e acumulação econômica. Ao centralizá-lo na vida humana, quis tornar a vida parte dele, e com isso acabou por separar o trabalho e sua cultura da vida e da cultura do dia a dia. Deixou à margem o que havia de mais valor no tempo do trabalho, i. e., a realização, a vida, a sobrevivência, a solidariedade, a arte, a alegria, a liberdade, o ato de comemorar, a singularidade do homem frente ao outro. Em outras palavras, a redução conceitual do trabalho é fruto direto da apreensão filosófica em conceitos da realidade, o que – em conjunto com a racionalidade moderna e o tecnicismo, ao tornar a vida parte do trabalho – fragmentou o tempo humano em tempo do trabalho e tempo da vida, afastou a cultura técnica e profissional da cultura do cotidiano e da memória social, e fomentou o esquecimento. A discussão à luz dessas perspectivas pode apontar alternativas a uma sociedade que valorize as atividades cumpridas como um fim em si, livre das

¹⁵ A crítica se situa na possibilidade de a indústria do lazer ser consumidora e não produtora do tempo disponível do trabalhador; porém, ela é reconhecida como geradora de empregos, produto e renda.

necessidades geridas pelo mercado, capazes de aperfeiçoar o homem e serem fontes de sentido e alegria.

2.2 – O reencontro do trabalho com a vida

Segundo WEIL (*In: BOSI, 1996, p. 139*), a conciliação das exigências contidas na produção fabril industrial com as das necessidades daqueles que fabricam é um problema que os empresários capitalistas solucionam com a supressão dos anseios humanos e com o privilegiamento das necessidades da produção. Por outro lado, alguns conceitos anarquistas apontam para uma direção diametralmente oposta. Para Weil, isso remete a uma questão que é essencial à vida operária, a de *“encontrar um método de organização do trabalho que seja aceitável ao mesmo tempo para a produção, para o trabalho e para o consumo”* (*Ibid.*, p. 139). Num contexto eminentemente taylorista da organização científica do trabalho, mas sem perda da sua atualidade, Weil reconhece não saber qual seria esse método. Ela chega mesmo a achar que, em uma sociedade capitalista, não existe um método da organização do trabalho capaz de propiciar esse encontro das necessidades de produção e consumo com trabalhadores felizes e realizados pelo trabalho. Por sua condição de filósofa e teórica dos temas sobre o trabalho e a vida, e por sua condição de operária por opção, Weil compreende melhor os processos opressivos do trabalho e as classes sociais, às quais entendeu como mais atingidas. Sabe que o operário não sofre apenas pelos seus poucos vencimentos, mas porque está socialmente relegado a uma espécie de servidão, tal como nos falou ARENDT (2003). Afirma Weil:

“A classe operária sofre por estar sujeita à vontade arbitrária dos quadros dirigentes da sociedade, que lhe impõem, fora da fábrica, seu padrão de existência e, dentro da fábrica, suas condições de trabalho. Os sofrimentos suportados na fábrica por causa da arbitrariedade patronal pesam tanto na vida dum operário quanto as

privações suportadas fora da fábrica por causa da insuficiência dos salários.” (WEIL in: BOSI, 1996, p. 138)

Segundo BOSI (1996, p. 26), apesar desse descrédito por uma solução a contento, o tema do trabalho era o mais apaixonante para Simone Weil. Ela acreditava ser ele o lugar de encontro dos homens que perseguiram a paz, porque “*a amizade que nasce nas relações de trabalho é que engendra a paz, ‘ter um amigo é a única maneira de amar a humanidade’*”. Para Weil, o poder só pertenceria aos trabalhadores caso eles se unissem “*não pelo vínculo imaginário de uma comunidade de opiniões, mas pelo vínculo real que cria a comunidade da função produtora*” (WEIL apud: BOSI, 1996, p. 26).

Já GORZ (2003b), em sua proposição de reaproximar o trabalho do sentido da vida, divide-o em atividades realizadas em prol de sua remuneração, ou, em outras palavras, das suas atividades mercantis, e em atividades não mercantis, que se desdobram no trabalho para si e nas atividades autônomas. Propõe como modelo a redução da duração do trabalho com fins econômicos, a fim de possibilitar a extensão do direito ao trabalho a uma massa maior de trabalhadores, consolidando-os como cidadãos ativos e sociais, e assim devolver-lhes a sua condição primeira de homem.

O exercício do não-trabalho insere-se no tempo disponibilizado não apenas como tempo de preguiça ou dedicado ao incremento do lazer, do estímulo à indústria cultural, ou seja, ratificador do mesmo trabalho “heterodeterminado” e ditado pelo mercado. Insere-se, também, como instrumento de novas relações de cooperação e solidariedade, de novos espaços sociais e culturais, tal como concebido como uma sociedade da cultura (*Kulturgesellschaft*)¹⁶ em oposição à sociedade do trabalho ou à sociedade de consumo. Configura-se assim o tempo dedicado ao trabalho não mais como tempo da produção, do consumo, da geração de renda voltada ao consumo, mas

¹⁶ Segundo GORZ (2003b, p.177), os alemães assim denominam uma sociedade em que o tempo seja liberado e os aspectos culturais e sociais predominem sobre a economia. Para maior aprofundamento sobre a sociedade da cultura, consultar também HUYSSSEN (1996), OFFE (1992) e PINHEIRO (2004).

do tempo do trabalho como parte integrante do tempo da vida, e não mais como determinante deste.

Ao contrário de Gorz e outros estudiosos do assunto, para MARAZZI (*Ibid.*, p. 50) o problema não é que tenhamos chegado a uma vida desprovida de sentidos e, com isso, sejamos incapazes de propor um sistema de referências que dote a nossa existência de valores e ideais moldadores e construtores de identidades harmonizadas e conformadoras da singularidade humana. O que se verifica hoje, por um lado, é um excesso de sentidos que agem livremente e de forma desconexa, e, por outro, a ausência de uma ordenação simbólica que estruture e unifique os fragmentos de nossa existência. Marazzi procura alertar para o fato de que se no capitalismo industrial pensou-se estar em curso a destruição dos pertencimentos e o desenraizamento para com isso serem criadas as condições ideais de sustentação de uma economia capitalista globalizada, quando nos deparamos numa globalização tal como a percebemos, em meio a supressão idealizada de raças e credos, é que de fato tudo retorna, mas de forma intolerante, reacionária e conservadora¹⁷ e o vazio de sentidos torna-se repleto de mitos e símbolos avessos ao diálogo, desconexos uns dos outros. Para MARAZZI (*Ibid.*, p. 51), devemos ser cuidadosos nessa busca por novas ordens simbólicas, de novos modelos sociais e de outras utopias, de modo a não incorreremos no fortalecimento da fragmentação de sentidos e no acirramento de seus embates, e sim a incorporar essa diversidade de sentidos numa vida em que prevaleça a singularidade humana e sua pluralidade de experiências. Para tanto, antes de definir novas regras, deve-se questionar sobre “*los lugares em los que nacen y se constituyen las reglas*”.

Para aprofundarmos um pouco mais os rumos alternativos da produção que aproximam o trabalho da vida, podemos nos valer de SANTOS *et al.* (2002), em sua

¹⁷ Nessa mesma perspectiva, ver a cultura e a memória como compensação ao mundo descartável e à homogeneização dos costumes HUYSSSEN (1996; 2000) e PINHEIRO (2004).

breve descrição sobre outros modos de produção que continuam vivos desde o aparecimento do capitalismo industrial, caminhos alternativos ao da exploração de terras e de homens, e que hoje tomam vulto e alçam patamares mais expressivos. Segundo SANTOS *et al.* (2002, p. 23), os desafios e as resistências ao capitalismo em sua forma industrial e sob a égide da economia de mercado foram acompanhados de um pensamento crítico¹⁸ e que desde o associativismo presente em Saint-Simon, Fourier e Owen, no século XIX, passando à crítica de Marx, também no século XIX, estendeu-se à *“reivindicação de um desenvolvimento econômico nos países periféricos e semiperiféricos no século XX”*. Para SANTOS *et al.* (*Ibid.*) pensar e lutar por alternativas socioeconômicas são atividades urgentes porque a idéia dominante hoje é a de que não há alternativas ao capitalismo, por já não se apresentarem mais como viáveis as propostas de alternativas sistêmicas ao capitalismo como nos séculos XIX e XX, representadas por economias socialistas centralizadas, politicamente autoritárias e economicamente inviáveis. Entretanto, isso não significa a aceitação dessa realidade, e sim a redescoberta de outras formas de pensamento e práticas postas à margem do sistema político-econômico hegemônico hoje vigente. De acordo com SANTOS *et al.* (*Ibid.*, p. 27-29), as linhas de pensamento crítico assinalam, de uma maneira geral, características negativas que apontam, em um primeiro plano, para o fato de o capitalismo ter produzido, de forma ordenada e crescente, *“desigualdades de recursos e de poder”*. Em outro plano, as relações de concorrência ditadas pelo capitalismo e em especial pela economia de mercado produziram *“formas de sociabilidades empobrecidas, baseadas no benefício pessoal em lugar de na solidariedade”*. Em um terceiro e último plano, a exploração predatória dos recursos naturais, em níveis nunca antes produzidos pela humanidade, suplantando em muito o impacto ambiental causado

¹⁸ Sobre o socialismo utópico e o pensamento crítico ao capitalismo, ver em BUBER (1986).

por todas as civilizações e sociedades que antecederam o capitalismo industrial, pôs em risco toda a humanidade e a própria Terra¹⁹.

Para SANTOS *et al.* (*Ibid*, p. 30), ao contrário do ocorrido em períodos anteriores, nenhuma das proposições em curso, tanto as teóricas quanto as práticas, constituem alternativas sistêmicas ao capitalismo. Elas apresentam-se, isso sim, como alternativas de produção socioeconômica com base em valores como a solidariedade, a igualdade e a sustentabilidade ambiental, ou seja, fazem um contraponto às principais características do pensamento crítico e estabelecem relações de diferentes modos com os mercados locais, nacionais e internacionais. Para SINGER (2002, p. 86), os modos alternativos de produção, em conjunto com o “*capitalismo, a produção estatal de bens, a produção privada sem fins de lucro compõe[m] a formação social capitalista*”. Mas ainda assim, mesmo com a hegemonia capitalista, não há obstáculos teóricos ou práticos que nos impeçam de inserir, através de outros modos de produção, estratos mais frágeis da sociedade na vida social ativa. Essas novas transformações nos modos de produção e do trabalho têm impactos diretos na vida vivida dos seus atores, em suas vidas individuais e sociais, de modo a reaproximarem e tornarem coesos os diversos sentidos e significados decorrentes das culturas do profissional e do cotidiano.

Como ilustração da possibilidade do trabalho comungar com a vida, de não se limitar a suprir as necessidades humanas ou as impostas pelo mercado, mas sim de ser capaz de conformar os sentidos de uma vida plena (*bios*), referimo-nos às formas cooperativas de produção. Inicialmente, detemo-nos na sua vertente tradicional que desde suas origens se contrapõe ao individualismo liberal e ao socialismo centralizado,

¹⁹ Cabe destacar que mesmo entre os cientistas não havia um consenso sobre os impactos causados pelo homem no meio ambiente e suas conseqüências. Isso só veio a acontecer em 2007, quando o Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e o ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, autor de um documentário sobre a temática ambiental, foram agraciados com o Prêmio Nobel da Paz. O dissenso até então predominante colaborou, de forma considerável, para que não tivessem sido tomadas decisões de âmbito global que inibissem os agentes poluidores, e que, de algum modo, ferissem a economia de mercado e promovessem a atualidade das propostas alternativas de produção socioeconômicas.

segundo SANTOS *et al.* (*Ibid.*, p. 33), e que tem como fundamentos os princípios de cooperação, mutualidade, autonomia, igualdade e equidade, e na opção por formas de organização política pluralista, em que prevaleça a democracia participativa e que tenha a sociedade civil como seu elemento central. Apesar das dificuldades impostas pelo mercado, há exemplos bem sucedidos de cooperativas²⁰ onde prevalecem os princípios assinalados e assim promovem o reencontro de sentidos entre o trabalho e a vida. Outra forma cooperativa de produção apontada por SANTOS *et al.* (*Ibid.*, p. 41-43) é a do socialismo de mercado, que se constitui em uma resposta ao “medo” da tradição socialista à *“economia plural onde a concorrência, no mercado, tenha um lugar”*. Essa modalidade propõe perseguir os princípios socialistas de igualdade e solidariedade, combinados aos *“mecanismos de mercado e planejamento econômico, na qual o mercado tenha papel preponderante”*. O mercado constitui-se assim como uma ferramenta e não como o centro das relações socioeconômicas e políticas e nem tampouco como regente das condições de trabalho.

Outro caminho alternativo, cujos efeitos reconduzem o trabalho à vida cotidiana, é o da economia solidária, que tem a cooperativa como modalidade básica de produção, comercialização, consumo e crédito e tem como finalidade a maximização da quantidade e da qualidade do trabalho e não do lucro. Segundo SINGER (2002, p. 83), a empresa que tem por base a economia solidária (cujas origens remontam ao surgimento do capitalismo industrial), *“nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo”*. Nessa perspectiva, ela se

²⁰ As cooperativas estão sujeitas a serem cooptadas pelo sistema capitalista da economia de mercado, ou mesmo de serem apenas “cooperativas” em sua razão jurídica, para estarem livres de algumas tributações e assim fomentarem ainda mais a exploração do trabalhador. Esse tipo de cooperativa teve sucesso no Brasil, quando da tentativa de se implantar um Estado mínimo e substituir postos de trabalho originalmente pertencentes ao funcionalismo público por força de trabalho terceirizada. Disso e do fato de a burocracia pública enfraquecida, e estimulada pelas concorrências públicas que visavam apenas os menores preços de contratação, aproveitaram-se as cooperativas de fachada em que apenas alguns sócios eram os verdadeiros donos e os cooperados eram de fato trabalhadores contratados sem os direitos assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943).

opõe frontalmente à empresa capitalista, cujo capital pertence aos investidores e, por isso, sua única missão é lhes proporcionar lucro em relação ao capital investido. Já *“o capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa”*.

O que devemos observar é que, em uma sociedade do trabalho, a despeito da cisão com a vida vivida ocasionada pelas transformações dos modos de produção, o trabalho vem a se constituir em forte componente de nossa cultura, se a entendemos como *“tudo aquilo que não é natureza, posto que seja do homem”* (PINHEIRO, 2006, p. 196). A transformação do trabalho e as dela decorrentes, observadas nas comunidades e nos indivíduos, continuam a exercer outros fascínios para além da celeuma sobre a sua centralidade na vida social, ora posta em risco, ou o sobrepujamento pelo trabalho imaterial de outras formas mais tradicionais ou conservadoras do exercício da realização, da ação e da sobrevivência humana. O que não deve ser esquecido, e que deve mesmo constituir o ponto de união entre a vida e o trabalho, é que ambos são elementos primordiais na constituição de memórias, sejam elas individuais ou coletivas, e também de técnicas e saberes ou do cotidiano, os quais, por sua vez, se consubstanciam em bens culturais imateriais. O trabalho, a sociedade do trabalho, as comunidades operárias esquecidas, são patrimônios intangíveis, do mesmo modo que seus hábitos, suas expressões, suas lutas. Ao contrário da valoração ocidental, que privilegia as obras e os objetos, é primordial atribuir valor, como patrimônio cultural, também ao histórico dos processos, ao trabalhador, às práticas, pois *“é possível sustentar que aquilo que se quer preservar como patrimônio cultural não são os objetos, mas os seus sentidos e significados; ou seja, aquilo que confere sentido ao bem tangível é intangível”* (CHAGAS, 1997, p. 97).

2.3 – A memória e o trabalho.

Como nos diz SANTOS (2003, p.21) as ciências sociais passaram a considerar uma ruptura com pensamentos tradicionais ao apreciar os estudos do sociólogo Maurice Halbwachs que ponderava a memória não mais como atribuição da condição dos homens e nem como vínculo do passado deles. Pensava-a como uma representação coletiva construída no momento presente, constituindo-se antes de tudo como uma memória coletiva, cuja função era dar subsídios a uma sociedade que se queria ver sólida. Segundo SANTOS (*Ibid.*, p.21), Halbwachs após estudos com o filósofo também francês, Henri Bérégson, associou-se a outros intelectuais que orbitavam em torno do sociólogo Émile Durkheim, que compartilhavam a idéia da “*anterioridade e [d]a determinação de idéias sustentadas sobre o pensamento e atitudes individuais*”, e desse modo, “*a memória foi pensada a partir dos laços sociais existentes entre indivíduos constituídos no presente*”. Ainda segundo a autora, os estudos sobre a memória coletiva, alvo de nosso interesse, acabaram por se tornar interdisciplinares levando-a a ser entendida como parte das práticas reflexivas ou de construções sociais. Nas palavras de SANTOS (*Ibid.*, p.35), um dos maiores créditos que podem ser dados à Halbwachs sobre a memória foi ter escrito sobre ela em sua forma coletiva, em uma época em que apenas era considerada em sua manifestação individual. Para tanto considerou que os passados individuais só são lembrados enquanto contextualizados socialmente, e o que lembramos são fragmentos de uma construção social realizada no momento presente.

Para ARENDT (2000, p.31) a memória é tão somente uma das formas de manipulação do pensamento, talvez das mais importantes, mas mostra-se impotente se estiver fora de um contexto referencial, pois a mente humana em geral, demonstra-se incapaz de reter situações ou informações que se apresentem desconexas. Segundo a

filósofa, a função da mente é entender o que está acontecendo, o que lhe possibilita a se conciliar com seu destino de estar em paz com seu tempo.

A idealização da memória, bem como do esquecimento leva ao que definimos como amnésia. Para PINHEIRO (2004, p.90) essa amnésia pode ser tanto fruto da obsolescência frenética do presente como também, e aí reside uma maior preocupação, da revisão ou representação do passado. A edição do passado nos remete a um novo passado, e à medida que esse processo de interpretações avança, ao contrário de uma memória, o que prevalece é o esquecimento. Desse modo, a construção da memória se torna algo mais dinâmico que a princípio poderíamos supor, pois inconscientemente somos levados a supô-la como congelada em algum momento, o que se afasta em muito da realidade. A sua construção pode ser visualizada como uma espiral, cujo movimento nos leva sempre próximo, mas nunca à origem. A constituição da memória assume então o esquecimento e não só a lembrança como seus elementos, pois devemos esquecer para produzir a memória. Segundo Pinheiro:

“Se pensarmos a memória como algo vivo, porque dinâmica, podemos também supor um ciclo de vida da memória onde a morte se faz necessária para a germinação. O esquecimento está para a memória assim como a ruína está para o monumento, que não representa a degradação ou perda de identificação, mas sim, a germinação do imaginário histórico. O esquecimento, como a ruína, nos seduz e nos induz a pensarmos como era ou como poderia ter sido a realidade da época.” (PINHEIRO, p.91)

Retornando a SANTOS (*Ibid.*, p.19), essa socióloga recupera uma grande preocupação do mundo moderno que vem a ser a da perda da memória, principalmente em face de um mundo que se quer reconhecido por sua capacidade de gerar e armazenar informações. Nesse sentido, a autora aponta as consequências da substituição

cada vez mais voraz de um tipo de trabalhador por outro e com ele sua técnica, como componentes de uma amnésia que se faz coletiva. Para ela:

“O tempo se desvincula de experiências de vida, torna-se autônomo, regulado, impessoal e passa a exercer controle sobre os passos de cada um. O fim da tradição oral e o surgimento da escrita também apontam a perda de transmissão de conhecimentos e valores entre gerações” (Op. Cit., p.19)

Por outro lado a obsolescência voraz não tem se mostrado capaz de seduzir a todos em um processo incessante de construção de amnésias coletivas. A necessidade de se preservar e transmitir conhecimentos e informações tem gerado interessantes manifestações até mesmo em grandes corporações, o que a princípio pode parecer incoerente num mundo fascinado pelo novo e pela inovação. Desse movimento saem desde o fenômeno da musealização²¹ num extremo, como teorias de gestão do conhecimento numa outra ponta, notadamente competitiva nas estratégias de liderança de mercado.

Com a perspectiva da construção de uma memória que traduza as relações entre o trabalho com a vida em nossas sociedades, a premissa do trabalho e suas técnicas serem considerados em alguma medida como patrimônios intangíveis toma corpo. Ao considerarmos o trabalho como patrimônio cultural²², é importante recuperarmos a

²¹ O conceito de musealização é proposto originalmente pelo filósofo alemão neoconservador Hermann Lübbe, e posteriormente recuperado por Andreas Huyssen (ver em HUYSEN (1996, 2000)). Por essa conceituação, a musealização não está mais restrita ao museu enquanto espaço ou instituição, e sim está infiltrada em toda a vida cotidiana, revelando o crescimento do discurso da memória e sua obsessão nas sociedades modernas.

²² O artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil define “*patrimônio cultural a partir de suas formas de expressão; de seus modos de criar, fazer e viver; das criações científicas, artísticas e tecnológicas; das obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico*” (<https://portal.iphan.gov.br>). O patrimônio cultural é hoje compreendido em seus desdobramentos de patrimônio material e patrimônio imaterial, e não está restrito a monumentos e edificações públicas ou particulares, estendendo-se a sítios urbanos ou industriais, ambientes rurais e naturais, e a bens culturais de caráter processual e dinâmico. Compreende os patrimônios históricos e artísticos, os patrimônios científicos, os patrimônios orais e imateriais, e também os patrimônios industriais. Para o nosso objeto de interesse, destacamos outra modalidade de

priori o papel contraditório da memória na conformação das relações humanas com elas mesmas e com a sociedade. A memória que valorizamos é a memória reconhecida como oficial, ou mais precisamente a histórica e coletiva. Ela foi essencial na consolidação do sentimento de pertencimento a um Estado nacional, e fundamental, segundo LOVISOLO (1989, p. 16), para “*a consciência de classe, étnica ou das minorias, sendo constitutiva das lutas contra a opressão ou a dominação*”. Para tanto, a memória coletiva tem que ser seletiva, e como mencionada antes é preciso esquecer para lembrar o que deve ser lembrado. A questão que deve ser colocada é quem determina o que deve ser preservado e o que deve ser esquecido? Essa é uma questão relevante, mas mantida historicamente nos subterrâneos das intelectualidades e dos poderes políticos, dado que, segundo o princípio da razão absoluta, para existir essa memória outras não poderão coexistir. Têm então lugar o desenraizamento, a marginalização de culturas e um pensamento que se pretende único ao longo da maior parte da história da humanidade. A memória coletiva sobrepõe-se à memória individual, que se caracteriza por ser constitutiva da identidade do indivíduo, da sua singularidade. Mas ambas as memórias, tanto a coletiva como a individual, valem-se do esquecimento como elemento produtor da “*retórica da memória*”. Segundo Lovisolo:

“A memória histórica se nos apresenta idealmente como âncora e plataforma. Enquanto âncora, possibilita que, diante do turbilhão da mudança e da modernidade, não nos desmanchemos no ar. Enquanto plataforma, permite que nos lancemos para o futuro com os pés solidamente plantados no passado criado, recriado ou inventado como tradição. Esta, por sua vez, toma o sentido de resistência e transformação.”
(LOVISOLO, 1989, p. 16)

patrimônio cultural, os Tesouros Humanos Vivos. Essa classificação, que tem por base recomendação da UNESCO inspirada nas experiências orientais, nas quais o saber fazer é mais importante do que o objeto feito, valoriza o artesão e os processos de execução, perpetuando-os na educação profissional de jovens artífices.

Nessa acepção, os pensamentos críticos ao capitalismo industrial e aos modos alternativos de produção socioeconômica são bons exemplos do que se tentou esquecer, tornando-os memórias marginalizadas de modo que o trabalho cooptado pela economia de mercado fosse consolidado como memória coletiva única e constitutiva das bases necessárias para a implantação do consumo como objeto pelo qual deveriam se mover os homens. Se tratados como patrimônios culturais, o trabalho, seus modos de produção, seus sítios fabris, suas vilas operárias e suas linhas de pensamento podem contribuir para o reencontro do trabalho com a vida. Essa perspectiva nos obriga a pensá-los dialogicamente, face a face, recuperando memórias, preservando-as para nós e para as outras gerações, permitindo-nos a retomada de outros cursos e modos de relação.

Segundo SILVA (s.d.), o patrimônio cultural, em sua vertente industrial, permite estabelecer elos entre as formas de produzir e a cultura. Temos, portanto, pessoas como executantes, de um lado, e as ferramentas e os instrumentos do processo de trabalho, do outro. Por conseguinte, temos a adaptação, a intervenção, a adoção de um modo próprio, singular, de trabalho, de manuseio, de produção, de reaproximação do seu eu com a sua atividade laboral que deve ser lembrada, e esse saber tácito deve ser passível de ser explicitado. THIESEN (s.d., p. 2) insere a disciplina da arqueologia industrial como elemento importante na preservação das relações de trabalho. Para ela, *“a arqueologia industrial deve ser entendida como o estudo das mudanças sociais, econômicas e culturais decorrentes do crescimento da organização capitalista na indústria, a partir das suas evidências materiais”*. Segundo essa autora, as pesquisas inerentes ao trabalho arqueológico não podem ficar restritas ao objeto material, em geral representado pela fábrica e pelos seus artefatos, tais como máquinas e produtos. Devem, e aí reside a sua densidade, perceber as diferentes marcas decorrentes de processos inerentes ao

atendimento das demandas da sociedade e do mercado, configurando uma cultura imaterial que “*carrega em si a narrativa de diferentes facetas de um mesmo drama: estratégias de sobrevivência, de dominação ou resistência; relações de trabalho, de gênero ou étnicas; divisões econômicas, religiosas ou espaciais, e tantas outras questões*” (Ibid., p. 3). Essa perspectiva de tombamento de sítios industriais²³, vilas operárias, processos e práticas de trabalho, inclui não só a preservação de uma dada memória, mas também a valorização de um dado saber e prática, de um modo de viver, que não deve ser soterrado, possibilitando novos encontros e valores. O tombamento desses lugares e práticas de trabalho não deve ser objeto de tentativa de espacialização do tempo e consequente estetização da política, como nos alerta HARVEY (2000), mas sim de uma cuidadosa ação compartilhada desde sua gestação com as comunidades locais, empresas, poderes públicos e instituições de ensino e de cultura para a preservação e divulgação de um conjunto de práticas socioculturais, espaciais e políticas que reforcem a solidariedade, os saberes e os valores tradicionais das populações locais frente às transformações decorrentes da apropriação do trabalho e da vida pelo capital.

Como dito anteriormente, o trabalho constituiu-se, nas sociedades contemporâneas, como laço social e ordenador das relações socioculturais, políticas e econômicas vigentes nos contextos locais e mundial, e como tal consubstanciou indivíduos, gerações, comunidades, sociedades e nações que hoje se vêem, em diferentes medidas, impactados pelas transformações no mundo do trabalho, mas sentem as lacunas existentes entre o seu labor como fonte provedora de seus recursos

²³ KÜHL (s. d.) lembra do esforço que no caso brasileiro essa prática de atribuir valor ao patrimônio industrial se dá, apesar de ser uma prática não muito recente. O primeiro tombamento dessa natureza pelo IPHAN ocorreu em 1964, com o conjunto formado pela Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, município de Iperó (SP). Na realidade, essa prática poderia contribuir, de forma efetiva, para a memória do trabalho e para constituição de sua cultura, levando-se em conta a presença dos engenhos de açúcar do período colonial, das fazendas do ciclo do café, das ferrovias, dos estaleiros navais. Na França, as chamadas *usines-musées* espalham-se pelo território do país, constituindo museus temáticos, de territórios e sociais, cuja missão é conservar o patrimônio industrial e os saberes e práticas associados. Elas provocam impactos socioeconômicos e culturais positivos, uma vez que revitalizam áreas abandonadas pela decadência do seu polo produtivo original.

financeiros, do seu trabalho como atividade de realização de si mesmo e de transformação da natureza, e da sua vida vivida como vida autônoma e humana. Para a proposição de relações que estreitem essas posições a princípio antagônicas, devemos entender melhor essas lacunas. Elas podem ser adequadamente observadas a partir da escuta de diversos segmentos sociais, como os jovens que estão por ingressar na vida profissional à procura de um primeiro emprego, a massa de desempregados ou de trabalhadores do mercado informal, mulheres que acumulam as funções domésticas com o exercício do trabalho na esfera pública, estrangeiros, ilegais ou não, que tentam a sua subsistência longe de sua terra natal. Para podermos tecer relações a partir de uma universalidade real, é essencial essa escuta. Faz necessária a constituição de memórias que digam sobre o trabalho, seus processos, suas ferramentas, suas tensões e técnicas. Explicitar e transmitir conhecimentos tácitos são cada vez mais estratégias atuais até mesmo num mundo que se quer inovador. Pensar o trabalho como elemento constituinte da memória coletiva dos homens e das sociedades, remete-nos em direção contrária aos caminhos que fortalecem as rupturas entre a cultura da vida e a cultura do trabalho. Uma proposição para tal é a que nos dispomos a realizar, ou seja, preencher essas lacunas a partir dos depoimentos de trabalhadores que já tenham encerrado a sua trajetória profissional ou estejam por findá-la, constituindo memórias sobre áreas que historicamente transformaram culturalmente a afeição brasileira ao trabalho.

CAPÍTULO 3 – RELAÇÕES COM O ESPAÇO E O LUGAR

“Lugar é geografia, um local para a política; comunidade evoca as dimensões sociais e pessoais de lugar. Um lugar se torna uma comunidade quando as pessoas usam o pronome ‘nós’”. (SENNETT, 2006, p. 165)

Na era moderna, o trabalho acabou por acumular diferentes papéis e um deles foi o de consolidar a cidade como referência do espaço social. Foi o trabalho que adensou a malha urbana, estimulando deslocamentos populacionais em busca de melhores condições para o atendimento das necessidades das pessoas, materializado na oferta mais abundante de emprego registrada nas cidades e em seus arredores. O trabalho tornou-se assim responsável não apenas por desenraizamentos culturais, como também pela conformação de novas culturas, de outros pertencimentos. Posteriormente, a partir da segunda metade do século XX, quando uma nova organização do trabalho passou a prevalecer, o trabalho ganhou ainda mais importância. Nesse momento, no qual a flexibilidade e a globalização vieram a se constituir em elementos centrais, o trabalho tornou-se ainda mais determinante para a ruptura de territórios e os fluxos migratórios, assim como para a validação do urbano em detrimento do campo e para a apresentação do mundo como espaço social.

Partindo dessas premissas, avançamos nossa análise, propondo inicialmente investigar até que ponto a apropriação social do espaço caminhou junto com as estratégias econômicas e, a seguir, entender essa mesma apropriação sob uma perspectiva mais humana e dialogal.

3.1 – A solução espacial

As transformações nos modos de produção aqui em foco impactaram fortemente a apropriação social do espaço. Nossa premissa é que no período do capitalismo

industrial, desde a sua origem até o fordismo, ocorreram significativos desenraizamentos culturais, intensos fluxos migratórios internacionais e uma acelerada migração interna do campo para a cidade. Nesse momento, o urbano consolidou-se como referência central de espaço social e os subúrbios como espaços periféricos onde se adensava a grande massa de trabalhadores e as fábricas, o que também ratifica o modelo hegemônico de uma universalidade particular. Nessa fase do capitalismo, se houve a perda de referências culturais e de pertencimento, houve também a formação de novos espaços e lugares e a consolidação de novas culturas e hábitos em torno das cidades e das indústrias, que tinham por significado a possibilidade de concretizar o sonho sonhado não pelos trabalhadores, mas pela nova economia.

Estabeleceram-se novos laços de pertencimento, novas raízes foram lançadas. O homem tinha um novo lugar onde adaptar seus antigos hábitos, situar seu sentido inscrito, seus ritos e símbolos, e assim conformar uma nova vida social. A cidade e seus arredores como modelo de espaço social engendraram novos padrões e contratos sociais; neles germinaram os brotos de uma globalização inovadora, que passou a conviver com bolsões de localismos e com um nacionalismo muitas vezes exacerbado. As mudanças geográficas das indústrias de produção em massa provocaram crises entre o trabalho e o capital, politizaram as classes trabalhadoras, geraram o crescimento e a decadência de áreas populacionais e estimularam a mobilidade dos trabalhadores com ondas migratórias internas e externas às nações.

Com o capitalismo pós-industrial, intensificou-se a mobilidade que rompe os territórios, acentuaram-se os êxodos populacionais, o que, entre outras consequências, colocou culturas e etnias diferentes nos mesmos espaços. A diversidade impôs-se como elemento a ser considerado, colocando em questão a hegemonia da universalidade única. No entanto, essa diversidade, associada ao desemprego e aos movimentos

compensatórios, fez com que a intolerância também se fizesse cada vez mais presente. A globalização e a “desterritorialização” recuperaram e tornaram presentes, sem dúvida, outras universalidades, mas o ponto que se coloca aqui é saber qual a atualidade desses outros pensamentos frente a uma globalização que estimulou a transcendência espacial e, ao mesmo tempo, acentuou a demarcação de territórios como ações reativas e compensatórias.

A solução espacial, alvo de análise desse segmento – cuja missão era desestabilizar as organizações de trabalhadores e na procura de produzir com maiores lucros – fez-se presente desde as produções capitalistas industriais do século XIX, e persiste hoje nas indústrias mediante a produção flexível do trabalho. No modelo pós-industrial, há a conformação de novos espaços referenciais e, por esse motivo, a cidade não é mais central nas relações sociais, mas sim o mundo, o ciberespaço e os não-lugares. Nesses novos espaços situam-se o não-pertencimento e a impessoalidade, a solidão do trabalhador e a tensão solitária do indivíduo, marcas de nossa contemporaneidade.

Para uma melhor compreensão dos elementos presentes nas relações entre o trabalho e o espaço e, em especial, a solução espacial, recorreremos primeiro aos estudos desenvolvidos por SILVER (2005). O propósito dessa autora é entender o movimento de trabalhadores numa perspectiva histórica mundial e, para tal, procura estabelecer padrões cíclicos com causas e efeitos inter-relacionados²⁴. Para um maior aprofundamento, examinemos antes algumas das hipóteses e definições por ela adotadas.

²⁴ Beverly J. Silver é professora de Sociologia na Johns Hopkins University em Baltimore, no estado de Maryland, EUA. Seu objeto de estudo versa sobre o trabalho, tendo colaborado em pesquisas com outro destacado sociólogo dessa área, Giovanni Arrighi, com o qual escreveu *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*, com edição brasileira pelas editoras Contraponto e UFRJ. Nessa obra a idéia de haver padrões cíclicos também está presente, com os autores desenvolvendo seus estudos a partir dessa premissa em relação à hegemonia econômica e política mundial a partir do século XVII.

Silver refere-se à existência de uma oscilação pendular entre a crise de lucratividade e a crise de legitimidade, sendo que, em geral, a segunda decorre da primeira. A crise de lucros no mercado econômico leva a ações que provocam custos sociais cujos efeitos afetam principalmente as classes menos favorecidas, o que, por sua vez, acarreta uma crise de legitimidade social. O que SILVER (*Ibid.*, p. 35) quer mostrar mais especificamente é a contradição inserida na história do capitalismo, dado que para a produção capitalista se expandir é necessário fortalecer o trabalho e, assim, acirra-se o embate entre o capital e as organizações trabalhistas, o que leva a concessões por parte dos capitalistas, as quais, por sua vez comprometem o lucro e remetem o sistema a uma crise de lucratividade. *“Por outro lado, os esforços feitos pelo capital (e pelos Estados) para recompor os lucros invariavelmente envolvem a quebra de pactos sociais estabelecidos e a intensificação da mercadorização do trabalho, gerando, assim crises de legitimidade e forte resistência”* (*Ibid.*, p. 35), que acabam por estabelecer novos pactos sociais e a reduzir a face mercantil do trabalho.

Para Silver, a solução de certos tipos de crises acaba provocando outras crises, e com isso instala-se uma alternância de desequilíbrios conjunturais, uma dinâmica temporal caracterizada por movimentos periódicos que oscilam ao longo da história. Em suma, para se obter determinados fins são empregados meios que são causas para outros fins e que, por sua vez, dão início a outro ciclo de causas e efeitos. Segundo esse autor (*Ibid.*, p. 35) essa dinâmica temporal está ligada a uma dinâmica de tipo espacial, ou seja, *“a oscilação periódica entre fases que tendem à mercadorização e outras que tendem a desmercadorização do trabalho envolve também um processo de diferenciação entre áreas geográficas com relação ao nível/ intensidade da mercadorização do trabalho”*.

Outra definição importante recuperada por SILVER (*Ibid.*, p. 29)²⁵ diz respeito às diferentes modalidades de poder dos trabalhadores. Ele denomina a primeira delas de *poder de associação*, aquele que emana “*da organização coletiva dos trabalhadores*”. Já o poder estrutural, que consiste no poder “*conferido aos trabalhadores apenas em virtude de sua posição [...] no sistema econômico*”, divide-se em dois subtipos: o *poder de barganha de mercado*, resultante de mercados de trabalho restritos, e o *poder de barganha no local de trabalho*, que resulta da “*localização estratégica de certo grupo de trabalhadores num setor industrial-chave*”.

Em meio às crises decorrentes do fortalecimento dos movimentos trabalhistas e de suas fontes de poder, os capitalistas respondem aos estrangulamentos de lucros num dado setor industrial deslocando-se geograficamente (solução espacial); inovando em processos de produção (solução tecnológica/organizacional); deslocando o capital para linhas de produtos e indústrias mais inovadoras e lucrativas (solução de produto); deslocando o capital do comércio e da produção para empréstimos de dinheiro, intermediação financeira e especulação (solução financeira). Essas soluções empregadas pelo sistema produtivo capitalista, apontadas por Silver, não são excludentes, podendo haver mais de uma em um dado contexto.

Outra premissa metodológica de SILVER (*Ibid.*, p. 40) é a de que “*trabalhadores e movimentos trabalhistas localizados em diferentes regiões e Estados estão ligados uns aos outros pela divisão do trabalho em escala mundial e por processos políticos globais*”. A indústria automobilística é exemplar, num primeiro momento, da solução espacial, e, posteriormente, da solução tecnológica/organizacional. Foi com ela, afirma SILVER (*Ibid.*, p. 53), que a produção em massa fordista recriou condições e contradições sociais semelhantes nas regiões

²⁵ Para elaborar essa definição, Silver lançou mão das distinções estabelecidas por Erik Olin Wright in: WRIGHT, E.O., “Working-Class Power Interests, and Class Compromise”.. *American Journal of Sociology*, v. 105, nº 4, jan. 2000, pp. 957 – 1002.

onde se instalou, tendo como resultado o fortalecimento da organização dos trabalhadores e como reação aos movimentos trabalhistas o deslocamento geográfico da produção para outros locais que dispunham de mão-de-obra mais barata e politicamente menos organizada.

Esses deslocamentos geográficos da produção acarretavam falta de investimentos no lugar onde a produção estava anteriormente instalada, gerando desemprego e, por conseguinte, migrações e o crescimento da mobilidade dos trabalhadores especializados e suas famílias, estimulando-os à circulação e ao desenraizamento. Por outro lado, o investimento em novos locais gerava empregos, conformava novos lugares, e fortalecia, pouco a pouco, a organização local dos trabalhadores. SILVER (*Ibid.*, p.53) resume esse processo afirmando que “*a trajetória da indústria automobilística mundial sugere que, para onde vai o capital, o conflito vai atrás*”. Entretanto, esse conflito traz em seu rastro algumas benesses, evidenciadas pelo crescimento de novas cidades e bairros, pela valorização de novos profissionais e pela politização dos trabalhadores, o que, juntamente com os movimentos operários, consolida outros ganhos para a democratização da sociedade.

SILVER (*Ibid.*, p. 9) informa que em 1937, nos Estados Unidos, mais precisamente no estado de Michigan, houve uma série de greves nas indústrias de massa, cujo ponto de partida foi a capitulação dos industriais e a assinatura de um contrato entre a General Motors (GM) e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Automobilística (STIA) atendendo às reivindicações trabalhistas. Nesse mesmo ano, a empresa adquiriu uma fábrica de motores na cidade de Buffalo, no estado de Nova York, espalhando, em seguida, suas unidades de produção pelos estados sulistas, onde o movimento sindical era mais débil. Esse deslocamento da General Motors para o sul intensificou-se nos anos 1970, sobretudo para áreas rurais e cidades menores. Todavia,

em poucos anos essa estratégia revelou-se ultrapassada, já que em 1979 o STIA conseguiu fazer valer suas reivindicações também nas fábricas sulistas. A reação da GM e de outras indústrias automobilísticas foi deslocar suas plantas fabris para fora dos EUA, instalando-as em países com maiores reservas de mão-de-obra.

A indústria automobilística europeia experimentou situações semelhantes às registradas nos Estados Unidos, tendo suas montadoras dado respostas também semelhantes aos avanços do movimento sindical. SILVER (*Ibid.*, p. 61-63) frisa, porém, que tanto o movimento sindical quanto às respostas dos capitalistas variaram de acordo com as regiões do continente, sendo as lutas mais arrebatadoras e contributivas no plano sociopolítico nacional aquelas que tiveram lugar no Sudoeste europeu, se comparados com o Noroeste europeu. Isso pode ser explicado pelo fato de os países do Noroeste, como a Alemanha, contarem com diversas fontes de trabalho imigrante, enquanto no Sudoeste, principalmente na Itália e na Espanha, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, como a força de trabalho era constituída apenas por nacionais, os movimentos dos trabalhadores conjugaram-se a outros, de natureza social e política, *“formando uma ampla luta pela democratização política e econômica”*.

Prosseguindo em sua avaliação, Silver estabelece uma comparação entre as situações vividas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos:

“A rápida expansão de técnicas de produção em massa pela Europa ocidental teve efeitos contraditórios sobre a mão-de-obra, semelhantes àqueles experimentados pelos trabalhadores da indústria de automóveis dos EUA, no começo do século XX. Por um lado, o poder de barganha de mercado dos trabalhadores diminuiu à medida que os artesãos (e seus sindicatos) foram postos à margem da produção e novas reservas de mão-de-obra passaram a ser exploradas. Por outro lado, a expansão e a transformação da indústria gerou uma nova classe trabalhadora de média qualificação, composta de trabalhadores migrantes recém-proletarizados. No caso dos Estados Unidos, no começo do século XX, os migrantes haviam chegado da Europa oriental e meridional (e do sul do país). No caso da Europa ocidental, nos anos 1950 e 1960, os migrantes

vieram de regiões periféricas do continente (Sul da Itália, Espanha, Portugal, Turquia e Iugoslávia). Em ambos os casos, a primeira geração de trabalhadores migrantes geralmente não protestava contra as penosas condições de trabalho e de vida. Os sindicatos eram fracos e o poder arbitrário da direção sobre temas como contratação, demissão, promoção e divisão de tarefas não era questionado dentro das fábricas de automóveis. Mas, em ambos os casos, a segunda geração tornou-se a viga-mestra das lutas militantes que conseguiram transformar radicalmente as relações na fábrica e na sociedade.” (Op. cit., p. 62)

Os deslocamentos geográficos da produção avançaram mundo afora, buscando sempre força de trabalho mais barata e menos organizada, mas acabaram por recriar movimentos dos trabalhadores semelhantes aos das regiões de onde partiam. No Brasil, por exemplo, os investimentos estrangeiros se intensificaram a partir de 1964, resguardados pelo regime militar instalado no país naquele ano. O crescimento da produção automobilística brasileira foi espantoso, a ponto de o país se situar, já em 1974, entre os dez maiores produtores mundiais de automóveis. Ao mesmo tempo, a despeito da repressão do regime, os operários brasileiros conseguiram se organizar e, tendo como base as indústrias metalúrgicas e automobilísticas, aplicaram perdas às montadoras, que tiveram que ceder aos pleitos sindicais das greves como nas cidades de Contagem e Osasco. Vale salientar que o movimento sindical desempenhou papel fundamental na luta pela democratização do Brasil e pela promulgação de uma nova Constituição. SILVER (*Ibid.*, p. 66) lembra que de meados de 1980 a meados dos anos 1990 o país deixou de ser referência para investimentos na indústria automobilística. Os investimentos começaram a retornar principalmente a partir da abertura da economia brasileira ocorrida no Governo Collor (1990 – 1992) e a partir de 1995, quando teve início o Governo Fernando Henrique Cardoso, cuja política econômica era calcada em práticas neoliberais. No entanto, ao contrário do contexto anterior, dessa feita optou-se por expansões fabris fora da capital do estado de São Paulo e da região do ABC.

Mas o movimento pendular prosseguia, passando pela África do Sul, entre final de 1960 até os últimos anos da década de 1980, que coincidiu com o declínio brasileiro. Depois do Brasil e da África do Sul, chegou a vez da Coreia do Sul, que seguiu os mesmos passos de politização da força de trabalho, organização sindical, melhoria dos salários e das condições de trabalho, e diminuição do aporte de recursos financeiros pelas montadoras. Em todos os casos, porém, o movimento dos trabalhadores repercutiu em outros movimentos sociais e no fortalecimento democrático nos lugares em que ocorreram. SILVER (*Ibid.*, p. 73) aponta o norte do México e a China como os novos pólos mundiais escolhidos pelas montadoras para investimentos no setor automobilístico, por atrativos semelhantes aos dos antigos pólos de produção nesse setor, juntamente com o retorno de investimentos aos países centrais, mas em regiões destes países com menor tradição sindical.

O Japão não se enquadra nesse padrão internacional cíclico de crises de lucratividade e de legitimidade, e muito menos a sua força de trabalho valeu-se das formas de poder assinaladas por Silver, uma vez que nesse país optou-se pela solução tecnológica/organizacional do pós-fordismo. Na verdade, o Japão liderou um movimento que seria mundial de transformação nos modos de produção, mediante a adoção de regras flexíveis de trabalho, nas quais, ao invés de ter lugar a integração vertical mais tradicional do fordismo, recorria-se ao uso extensivo de estruturas horizontais. Nem por isso, porém, as montadoras japonesas, ao perceberem o alto custo de sua mão-de-obra, deixaram de se valer da solução espacial, e segundo SILVER (*Ibid.*, p. 75) acabaram por deslocar seus investimentos para os países do leste e do sudeste da Ásia, expandindo-se, posteriormente, para à Europa Ocidental, aos Estados Unidos e aos países latino-americanos.

A dinâmica identificada por SILVER (*Ibid.*) é a que prevalece no setor automobilístico, a principal indústria de produção em massa do século XX em escala mundial. Já a análise da indústria têxtil, basilar do capitalismo industrial no século XIX, remete-nos a uma outra dinâmica. As respostas de investimento dos capitalistas às crises de lucratividade decorrentes da ação organizada dos movimentos dos trabalhadores tiveram como estratégia, na ótica de Silver, a solução geográfica associada à solução tecnológica, com a expansão da mecanização das linhas de produção. Mais tarde, eles incorporaram a solução de produtos, quando a transferência do complexo têxtil para a periferia coincidiu com a ascensão da indústria automobilística como produção de massa.

A indústria têxtil abarcava uma maior distribuição geográfica e o porte das suas unidades fabris era mais diversificado, daí decorrendo uma maior difusão das crises geradas entre trabalho e capital. No entanto, o seu maior conflito social foi o que resultou da transformação de camponeses em operários fabris, de artesãos em operadores de máquinas, de trabalhadores em proletários, do campo em fontes de matéria prima têxtil e em cidades industriais, onde os trabalhadores se aglomeravam em novos espaços, degradantes e desumanos. Foi então que, pela primeira vez, foi atribuída à terra a condição de mercadoria. Para POLANYI (2000, p. 58), “*uma avalanche de desarticulação social, superando em muito a que ocorreu no período dos cercamentos, desabou sobre a Inglaterra [...] simultânea a um vasto movimento de progresso econômico*” e, juntamente com um “*mecanismo institucional inteiramente novo*”, atingiu a sociedade desde o primeiro momento. Seus perigos não superados e a tentativa de proteger-se forjaram o *leitmotiv* social do século XIX.

Para SILVER (*Ibid.*, p. 107), “*os focos das grandes ondas de protestos trabalhistas se deslocam juntamente com as mudanças geográficas da produção, dentro*

da indústria líder do capitalismo em uma dada época, assim como entre indústrias com as sucessivas ascensões e quedas de ciclos de produto sobreposto". Os deslocamentos geográficos trouxeram em seu rastro mudanças socioeconômicas e políticas para diversas regiões e, desde a origem, consubstanciaram os primeiros passos de uma globalização muito própria da nossa era, na qual as relações são mediadas mais por intermédio da vida profissional e menos pela vinculação com o espaço de origem ou com a natureza do lugar. A conscientização política das classes trabalhadoras decorrente desses deslocamentos contribuiu para a abertura política e a democratização de várias regiões, conformando hábitos vanguardistas e novos pactos sociais e propiciando o germe de uma vida cidadã nessas sociedades. Antes, porém, que isso ocorresse, foi necessária a articulação de uma árdua militância política, que não deixou de ter consequências tanto para os trabalhadores como para os empregadores capitalistas, gerando ciclos de crises de lucratividade e de legitimidade social, que incluíram a quebra de pactos sociais estabelecidos, repressões, demissões, deslocamentos de investimentos e subsequentes ondas de desemprego.

Os custos do progresso e da politização foram muito elevados, se computados os danos ambientais e sociais impostos às regiões onde se desenvolveram essas grandes frentes de produção industrial em massa. A devastação de matas, o despejo de resíduos e efluentes não tratados nos rios, lagoas e lixões a céu aberto, a emissão de gases poluentes na atmosfera, o crescimento populacional desorganizado, os êxodos rurais, a proliferação de condições subumanas pela falta de infra-estruturas adequadas, todo esse conjunto de fatores agrediu seriamente os ecossistemas, provocando danos sócio-ambientais altíssimos. Cabe lembrar que o atrativo que moveu essas indústrias para novas regiões era a recuperação da lucratividade perdida na região precedente, materializada em mão-de-obra barata com excedente significativo, na ausência ou pouca

organização dos trabalhadores, em legislações ambientais fracas ou permissivas, e desobrigações fiscais como incentivos dados pelas autoridades locais. O que se intensificou nos países do sul, a partir dos anos 1970, reproduz em alguma medida as agruras sofridas no século XIX e no início do século XX nos países centrais. Assim, observam-se hoje, em escala mundial, baixos índices de desenvolvimento humano na maioria dos países não centrais, o aquecimento global do planeta, causado em grande parte pelas principais economias mundiais, onde se destacam os Estados Unidos da América, atual potência econômica mundial, e a China como a potência econômica em ascensão econômica do século XXI²⁶, e municiados pelos países industriais periféricos, tais como Índia e México.

Um elemento de importância central presente nos deslocamentos geográficos da produção é a apropriação espacial pelo trabalho subsumido ao capital. Trata-se, pois, de uma relação entre o trabalho e o espaço, mas intermediada pelos interesses do capitalismo industrial e pós-industrial. Cabe sublinhar que, independentemente do reconhecimento dos impactos benéficos ou não ao ser humano e ao ambiente, o fator

²⁶ Segundo a reportagem “*E a locomotiva corre...*”, *O Globo*, 26/10/2007, p. 25, com base nas projeções do Fundo Monetário Internacional – FMI, o PIB projetado da China para US\$3.248,00 milhões torna-a a quarta economia mundial, atrás apenas dos Estados Unidos, Japão e Alemanha. Já as projeções do PIB chinês para 2008 para o seu PIB são de US\$3.713,00 milhões, o que a coloca em terceira posição na economia mundial ultrapassando a Alemanha. Há previsões de que até 2010 a China ultrapasse o Japão e situe-se apenas atrás dos EUA. Segundo a mesma reportagem de *O Globo*, o Brasil se situava em 2007 na 10ª posição, com US\$1.295,00 milhões, sendo ultrapassado pela Rússia em 2008, no *ranking* econômico mundial, o que ratifica projeções gráficas publicadas no UOL Economia, cf. <http://economia.uol.com.br/infografico/2008/09/10>, segundo dados do IBGE, de 10 de setembro de 2008, apenas corrigindo para US\$1.621,00 milhões. Entretanto, a reportagem “*China prevê que PIB de 2008 continuará menor que o da Alemanha*”, publicado na *Folha Online* em 23 de novembro de 2008, cf. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro>, revelava que a China se manterá como quarta maior economia mundial, com seu PIB de US\$2.700,00 milhões não superando os US\$ 2.860,00 milhões do PIB alemão. Porém, em 2009, reportagem do *O Globo*, publicada em 14/01/2009 no Caderno Economia, cf. <http://oglobo.globo.com/>, informa que a China revisou as taxas de crescimento de seu PIB de 2007 para 13%, perante os 11,9% previstos anteriormente, superando a Alemanha e colocando-se como terceira maior economia mundial já naquele ano. Essas constantes superações revelam a pujança e a capacidade da economia chinesa. Entretanto, por conta da sua política de controle familiar, que estipula um limite de um filho por casal, prevê-se que em 2050 a população da China será bem envelhecida. O número de pessoas com mais de 65 anos superará o existente atualmente em todo o mundo, além de compor a média de sua população econômica ativa, pessoas com mais de 45 anos de idade, o que significa estar com baixas taxas de renovação de sua força de trabalho em relação à média da população mundial e de seus principais adversários econômicos.

humano está muito pouco refletido nessa relação, a qual se reveste de uma dimensão nada dialogal. Assim, se recuperarmos a filosofia de BUBER (s.d.), o que se desvenda aos nossos olhos é uma relação em que o Tu não se revela ao Eu e vice-versa. A relação é, pois, uma relação Eu (homem trabalhador como elemento de produção) versus Isso (espaço como local em que se produz), na qual se configura um diálogo homem- objeto, e não se revela a inteireza humana nem o valor do lugar. Apesar da relevância da relação entre trabalho e espaço contida na solução espacial, é crucial a compreensão da apropriação direta do espaço (enquanto ambiente, território e lugar) pelo homem (enquanto humano, cidadão e trabalhador), e a memória constituída como reflexo dessas transformações.

3.2 – A memória e o espaço.

Para além das estratégias de deslocamentos geográficos e da apropriação do espaço pelos interesses capitalista, outro fator para a apreensão do diálogo entre trabalhador e o espaço ocupado é o abrangido nas relações contemporâneas em um mundo globalizado e interconectado por redes em níveis local, regional e mundial. Desde o início da era industrial, a produção fabril teve como base o uso indiscriminado e insustentável dos meios energéticos e insumos naturais que o mundo dispunha em seu ambiente, então mais selvagem do que o hoje virtualmente domesticado pela ação do homem. As primeiras fontes de energia no período proto-industrial, além da força humana e animal, foram o vento, a lenha e o carvão de madeira e, posteriormente, o carvão mineral. Juntamente com o ferro e a máquina a vapor, o carvão mineral tornou-se a mola propulsora da Revolução Industrial e da degradação do espaço.

De acordo com MUMFORD (2004, p. 484), as novas cidades apoiavam-se “*em três colunas principais: a abolição das guildas, com a criação de um estado de*

insegurança permanente para as classes trabalhadoras; a implantação do mercado aberto e competitivo[...]; e a manutenção de dependências estrangeiras como fonte de matérias primas, necessárias às novas indústrias, e como mercado aberto para absorver os excedentes da indústria mecanizada”. Ainda segundo MUMFORD (*Ibid.*, p. 494), se as indústrias a vapor foram os fatores iniciais de aglomeração da malha urbana, o novo sistema de transportes ferroviários intensificou-a ainda mais, uma vez que a ligação direta com as zonas de mineração passava a ser condição necessária para a produção de energia para as fábricas e de aquecimento para as cidades europeias. A atratividade de empregos nesses novos centros urbanos e a gradativa redução das atividades no campo acentuaram ainda mais a condição da cidade como referência num mundo industrializado.

Os caminhos da produção industrial tomaram novos rumos a partir dos primeiros anos do século XX. Desde então e até o final dos anos 1970 o mundo teve um ordenamento econômico inspirado no controle da produção do principal insumo energético para o desenvolvimento a que o Primeiro Mundo se outorgou – o petróleo. Mais do que o carvão no primeiro momento da Revolução Industrial, esse insumo energético modificou profundamente o espaço e o ambiente, transformou, gerou e esqueceu diversos tipos de trabalho e de trabalhadores, propiciou um grande avanço científico e tecnológico e forneceu as bases para a indústria automobilística e de transporte; acirrou disputas territoriais e deu origem a novas conformações territoriais, acirrou crises geopolíticas, além de estabelecer novos contratos e comportamentos sociais.

Num mundo aparentemente separado em dois blocos políticos – mas com a mesma ideologia do progresso desenvolvimentista e o mesmo fetichismo da industrialização –, prevaleciam nos países capitalistas ricos, políticas de pleno emprego

que vieram a se desmoronar com a crise do petróleo, implicando na transformação do trabalho e de sua relação com o mundo. As diversas formas de flexibilização do trabalho, em particular o toyotismo, acentuaram a crise, afetando igualmente uma memória já constituída em torno das práticas do trabalho, da organização do trabalhador e dos sindicatos, e substanciando novos saberes, novos poderes e, por conseguinte, uma nova memória ainda mais desenraizada, a chamada memória internacional. Essa nova memória necessita ter o esquecimento numa forma mais intensa que a memória nacional precisou ter para a formação dos Estados nacionais, uma vez que questões de língua, de cultura e de história devem dar lugar a elementos comuns de comunicação e de identidade.

Expressão de um novo poder político-econômico, essa memória deve radicalizar a seleção das recordações e produzir o que deve ser lembrado. Ela vem ao encontro das necessidades de um mercado transnacional, no qual as tradições geograficamente enraizadas e o isolamento de nações ou comunidades são obstáculos à afirmação de uma mundialidade calcada em uma economia transnacional. O novo trabalhador deve poder estar em qualquer parte do mundo a serviço de uma empresa, e sentir-se familiarizado com os novos hábitos e espaços. A empresa, por sua vez, deve produzir e vender a um mercado cada vez mais ávido e competitivo. Os não-lugares conformam-se como espaços comuns, as cadeias de *fast food* tipo *Mc Donalds*, os aeroportos, os *shoppings centers* são os novos lares. Não há bandeiras, nações e nem ideologias. O que existe? O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a General Motors, a British Petroleum, a Nike.

Há novas relações de trabalho, de memória, de saber e de poder, conformadas pelas ditas sociedades de controle, pela biopolítica, em contraposição aos mecanismos de poder do início das sociedades industriais, caracterizadas como sociedades

disciplinares. Esses são alguns dos elementos a serem considerados nesse segmento de análise, com foco nas relações entre o trabalho com o espaço e o lugar, e que corroboram *a priori* a premissa de entrelaçamento das relações propostas do trabalho com as questões da vida.

3.2.1 – A força do espaço e do lugar

Para SANTOS (2002, p. 131), é a presença inicial do homem, por atribuir valores às coisas, que marca a diversificação da natureza. Porém, o seu poder transformador ainda é insuficiente para afastá-lo da condição subordinada ao ambiente selvagem. O processo instaurado pelo capitalismo, principalmente a partir da sua fase industrial, intensifica sobremaneira o poder transformador do homem. A partir de então, e cada vez mais, o homem passou a operar não apenas por meio das forças naturais e com abrangência local, mas também recorrendo a forças sociais e em nível mundial. De acordo com SANTOS (*Ibid.*), esse aspecto foi crucial para uma profunda alteração na ordem das coisas: se, antes, o que se configurava como social estava situado no espaço do natural, depois o natural é que passou a se refugiar no domínio do social. O processo industrial acentuou essa transformação, em virtude das técnicas desenvolvidas e das formas de aproveitamento energético envolvidas nos processos produtivos industriais, o que consubstancia nos dias atuais a diversificação da natureza como processo e resultado em caráter repetitivo, e a “*divisão internacional do trabalho [como] processo cujo trabalho é a divisão territorial do trabalho*” (*Ibid.*, p. 131), mas em caráter progressivo.

Ainda segundo SANTOS (*Ibid.*, p. 267-268), como os espaços são cada vez menos homogêneos, pois evoluem de modo desigual e instável, tendo como cenário uma mundialidade em que a informação é a mola propulsora da divisão internacional do

trabalho, os fluxos e a circulação tornam-se os padrões geográficos e determinam os valores dos espaços. Ele denomina essa conformação de guerras dos lugares, em que as batalhas são travadas para revelar ao mundo empresarial as benesses e oportunidades que residem em cada lugar. Para SANTOS (*Ibid.*, p. 314) *“cada lugar é, a sua maneira, o mundo [...] mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade”*. O autor (*Ibid.*, p. 317) localiza no espaço a disputa pelo exercício das virtualidades dos homens. SANTOS (*Ibid.*, p. 317) recupera de Sartre a expressão prático-inerte, que nos traz o significado de vivências individuais e comunais congeladas no tempo e corporificadas em formas sociais e espaciais, e com base nela observa que o espaço, *“pelas suas formas geográficas materiais, é a expressão mais acabada do prático-inerte”*.

O espaço não é a configuração territorial ou a geográfica, pois para elas a *“realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial [...] tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais”* (*Ibid.*, p. 62). O espaço, antes formado pela natureza selvagem enquanto único conjunto de sistemas de objetos e de ações, vem incorporando através dos tempos, pela presença progressivamente modificadora do homem, outros objetos de ordem técnica e cibernética. Essa incorporação de novos objetos marca o espaço com conteúdos técnicos e torna-o, segundo SANTOS (*Ibid.*, p. 63), um *“sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes”*.

O lugar, em seu sentido sociológico e etnológico mais tradicional, é o de cultura localizada no tempo e no espaço. Para AUGÉ (2001, p. 50), a organização do espaço e a constituição de lugares são práticas coletivas e individuais de um grupo social. Para tanto, os indivíduos e o coletivo necessitam pensar a sua identidade e relação, e, ao fazerem isso, acabam por atribuir significados simbólicos aos elementos constituintes das identidades partilhadas, particulares e singulares. AUGÉ (*Ibid.*, p. 51) reserva a essa construção concreta e simbólica do espaço o termo “lugar antropológico”, por entender que o espaço não daria conta “*das vicissitudes e contradições da vida*”. O lugar definido, portanto, não é apenas a figura geométrica do movimento, mas também o lugar antropológico, onde se situa o sentido inscrito e simbolizado, que se pretende identitário, relacional e histórico. Para SANTOS (*Ibid.*, p. 322-323), nos dias atuais, os lugares se mundializam e cada um conforma o mundo à sua maneira, embora, em alguma medida, mantenham a sua singularidade. As grandes cidades despontam como locais de diversidade sócio-espacial, onde as classes e indivíduos mais fragilizados frente às disputas socioeconômicas encontram, ainda que de forma fugidia, mais oportunidades de sobrevivência. Esse adensamento das populações mais pobres nas grandes cidades e de seu entorno imediato torna-se crítico para soluções urbanísticas e socioeconômicas, o que para pensadores como Milton Santos revela-se como sua solução:

“E a presença dos pobres aumenta e enriquece a diversidade sócio-espacial, que tanto se manifesta pela produção da materialidade em bairros e sítios tão contrastantes, quanto pelas formas de trabalho e de vida. Com isso, aliás, tanto se ampliam a necessidade e as formas da divisão do trabalho, como as possibilidades e as vias da intersubjetividade e da interação. É por aí que a cidade encontra o seu caminho para o futuro.” (SANTOS, 2003, p. 323)

Vivemos um tempo de mudanças muitas vezes vertiginosas. Isso desfaz o arquétipo do homem acostumado à convivência rotineira de quase tudo que o cerca e que lhe possa ser familiar, ou comprometido e responsável pela ação participativa na construção coletiva dos lugares antropológicos. Êxodos e migrações, em geral por melhores condições e qualidade de vida, homens movidos pela busca de emprego ou para assegurarem o direito cidadão do trabalho, viajantes impelidos pelas indústrias do turismo e da cultura, reforçam a mobilidade, fazendo com que ela se sobreponha à acinesia como novo paradigma sócio-espacial. Nesse novo modelo não só os homens circulam pelos lugares, mas também as ideias e os objetos, o que leva SANTOS (*Ibid.*, p. 328) a falar em *desterritorialização*, cujo sentido é de “*estranhamento, que é, também, desculturização*”. Assim, instigado por essa intensa mobilidade, o homem vai para a cidade grande e deixa em seu local de origem a cultura que lhe foi legada. Na cidade, ele encontra outra cultura em outro espaço, que lhe são desconhecidos e de cuja criação em nada participou. Ele em nada se reconhece como parte do seu eu, e esse estranhamento torna-o um estranho. Os confrontos entre seu passado e sua nova moradia, e entre suas necessidades e suas expectativas fazem com que os que chegam sejam os que possibilitam a renovação sociocultural desses mesmos espaços:

“No lugar novo, o passado não está; é mister encarar o futuro: perplexidade primeiro, mas, em seguida, necessidade de orientação. Para os migrantes, a memória é inútil. Trazem consigo todo um cabedal de lembranças e experiências criado em função de outro meio, e que de pouco lhes serve para a luta cotidiana. Precisam criar uma terceira via de entendimento da cidade. Suas experiências vividas ficaram para trás e nova residência obriga a novas experiências. Trata-se de um embate entre o tempo da ação e o tempo da memória. Obrigados a esquecer, seu discurso é menos contaminado pelo passado e pela rotina. Cabe-lhes o privilégio de não utilizar de maneira pragmática e passiva o prático-inerte (vindo de outros lugares) de que são portadores.” (*Op.cit.*, p. 328)

No entanto, aos olhos de SANTOS (*Ibid.*, p. 330), o que a princípio parece ser uma inferioridade ou depõe contra o sujeito exposto a esse movimento, na realidade enriquece as suas relações sociais e a sua ação comunicativa, uma vez que o esquecimento lhe proporciona maior abertura e predisposição às novas descobertas individuais. O lugar novo obriga a quem está em movimento a novos aprendizados, a uma nova conscientização do seu futuro, constituindo o espaço o *locus* privilegiado dessa nova vivência. A maior instabilidade e a maior capacidade de surpreender do espaço estão relacionadas diretamente ao novo encantamento e desvelamento aos olhos do indivíduo. “A consciência pelo lugar se superpõe à consciência no lugar. A noção de espaço desconhecido perde a conotação negativa e ganha um acento positivo, que vem do seu papel na produção da nova história” (*Ibid.*, p. 330).

Ao criar um social orgânico, o lugar opõe-se ao não-lugar, onde se situa a impessoalidade e se cria a solidão do indivíduo e a tensão solitária, tão características da nossa modernidade. Para AUGÉ (*Ibid.*, p. 73), a intensificação e a transformação de alguns aspectos da modernidade, o que vem a denominar como supermodernidade²⁷, são produtores de espaços não integradores das memórias, de identidades, das relações e da história, e, portanto não se constituem em lugares antropológicos e sim no seu antagonismo. O viajante atual – ao contrário do *flâneur* de Baudelaire, retomado por Walter Benjamin em *Passagens*, aquele que flana entre as galerias e compõe o arquétipo da modernidade urbana, que é parte constituinte do *ethos* e da cultura modernos, e ao contrário também do viajante dos séculos XVIII e XIX, em suas viagens expedicionárias pela ciência – é o modelo exemplar do não-lugar.

²⁷ Termos tais como pós-modernidade, supermodernidade, trans-modernidade, neomodernidade ou outros, têm sentido em análises que contemplem apenas as esferas socioculturais, políticas e econômicas, e não filosófica. Nessa perspectiva, concordamos com a proposição de VAZ (1997, 2002) da referência filosófica contida em nossa temporalidade ser ainda uma modernidade situada em torno do eixo onto-antropológico.

Segundo AUGÉ (*Ibid.*, p. 87), em contraposição ao lugar antropológico responsável pela organicidade social, o não-lugar cria a tensão solitária e pode ser distinguido por duas realidades distintas e complementares: a que se refere aos espaços estabelecidos com fins específicos, tais como atender ao transporte, ao comércio ou ao lazer; e a que diz respeito à relação mantida tanto pelo indivíduo como pela sociedade com esses espaços. Em contraposição à constituição dos lugares antropológicos pelas identidades, linguagens e regras sociais não formuladas, os não-lugares reproduzem em seus usuários, passageiros ou clientes a identidade partilhada, não concedendo espaços às singularidades e à história. Na era moderna, por exemplo, o lar não é mais a esfera do nascimento e da morte. Espaços públicos como o hospital fazem as vezes do lar e substituem, em ambos os casos, o espaço privado. Impessoal e espetacular, tendo o tempo presente onde se realiza, o “*não-lugar é o contrário da utopia: ele existe e não abriga nenhuma sociedade orgânica*” (*Op. cit.*, p. 102).

Para GORZ (2004, p. 22), o capitalismo conseguiu, em nossos dias, emancipar-se dos poderes políticos e dominar os Estados nacionais, substituindo-os por outros Estados de cunho supranacional, que se estabelecem por suas próprias instituições e redes, tais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o FMI. Por estarem libertos das territorialidades, eles impõem poderes econômicos e políticos aos Estados territorializados a partir de não-lugares. São puros instrumentos de afirmação do capital globalizado, que, ao engendrar sociedades sem poder e Estados politicamente desacreditados, rompem pactos sociais e trabalhistas estabelecidos.

As exigências da mobilidade, os deslocamentos geográficos de investimentos e das grandes indústrias de produção em massa, a expansão do setor de serviços, a centralidade atual da informação e da inovação tecnológica, associados à flexibilização do trabalho, acentuam a crise relacional entre o trabalho e o espaço, afetando de forma

ainda mais intensa o desequilíbrio conjuntural constituído em torno das práticas do trabalho, e da organização sindical, constituindo memórias e saberes desenraizados com os valores tradicionais, dado que para a conformação do novo tipo de trabalhador é preciso destituí-lo do apreço aos laços comunais e que vigore uma memória internacional. Expressão de um novo poder político-econômico, essa memória radicaliza a seleção das recordações e produção de lembranças fugidias, pois as necessidades de um mercado transnacional ou supranacional requerem que as tradições geograficamente enraizadas e o isolamento de nações ou comunidades sejam superadas.

O novo tipo de trabalhador deve poder estar em qualquer parte do mundo, a serviço de uma empresa que produz e vende a um mercado cada vez mais ávido e competitivo, e sentir-se familiarizado com os novos hábitos e espaços. Os não-lugares configuram-se como as memórias que devem ser lembradas, constituem amnésias coletivas, uma vez que os lares do novo tipo de trabalhador idealizado devem passar a ser as cadeias de *fast food*, os aeroportos, os *shoppings centers*, as rodovias que interligam grandes centros e passam por paisagens distantes dos olhos e da alma. Neles, o novo tipo de trabalhador deve encontrar refúgio e sentir-se em casa, da mesma forma que os não-lugares pressupõem o mercado transnacional, deva ser o espaço com o qual o trabalhador se relacionará.

Mas como nos diz GORZ (2004, p.23), recusar a mundialização ou resistir a ela, nacional ou territorialmente, é capitular frente a ela. O que pode ser efetivamente feito é mudar o rumo dessa mundialização, a partir de resistências também transnacionais e de relações supranacionais que reconduzam a dimensão solidária e humana das ações do homem frente a si mesmo, às sociedades e ao mundo como espaço e lugar antropológico maior de nossa essência.

3.2.2 – O espaço num mundo diversificado

Ao identificarmos uma concepção universalizante de mundo – onde habitam doutrinas que professam a tecnicidade e a racionalidade instrumental como eixo de nossa modernidade – na qual os povos devem se articular em prol de um ideal de crescente produtividade e acumulação, e para tanto fazerem uso de tecnologias desenvolvidas pelas grandes potências econômicas, também constatamos insucessos nos países periféricos. Nesses, a preocupação crescente com o desemprego não é algo estranho, já que está impregnada em suas histórias, e a realidade da informalidade é sempre mais presente.

ZAOUAL (2006) parte do pressuposto de que o modelo fordista começou a se esgotar nos anos 1970, deixando em aberto um amplo espaço a ser ocupado nos países capitalistas, o qual não deveria ser substituído por modelos reguladores que insistissem na incapacidade do liberalismo econômico de reestruturação social. Para Zaoual, a separação entre economia e sociedade e a imposição das hipóteses e conclusões da primeira à segunda acabaram por provocar o aniquilamento da sociedade. A autonomia da economia fez a sociedade perder a sua própria autonomia e tornar-se dependente dos aspectos econômicos. Reduzida à economia a sociedade reduz-se, e o seu projeto social – abalado pelo declínio de instituições como a família, da comunidade e da cultura local – naufraga.

Assim, pouco a pouco, desfazem-se os vínculos sociais. Zaoual chama atenção para a visão reducionista de uma sociedade que está focada apenas na teoria darwinista da evolução da natureza em que os mais fortes sobrevivem, esquecendo-se de outro aspecto dessa mesma teoria, de acordo com o qual a própria natureza encontra na diversidade das espécies e na variedade de mecanismos de sobrevivência o centro do seu equilíbrio. Da mesma forma que a pluralidade de comportamentos e de aspectos

sociais poderem garantir a segurança do homem e sua relação com o porvir. O homem, na realidade, só se sente bem onde encontra seu lugar, e isso não pode ser atendido nem pelo mercado nem pelas ciências ditas racionais e utilitaristas, incapazes de contemplar as múltiplas dimensões humanas e os múltiplos aspectos da vida cotidiana. O que Zaoual propõe é a constituição de uma base, à qual denomina de sítios simbólicos de pertencimento, detalhadas abaixo, bem como defende o fim da cultura e das ciências de controle, próprias do mundo ocidental. Para este autor,

“Os sítios em questão são concepções evolutivas do mundo compostas de crenças (mitos, valores, representações, etc.), de ritos, de rotinas, de hábitos, de conhecimentos empíricos e/ou teóricos (um saber social), de modelos de ação individual e coletiva etc., combinando assim uma caixa preta, uma caixa conceitual e uma caixa de ferramentas e modelos de comportamento. O todo está ligado pelo sentido implícito do sítio. Numerosos segredos dos sítios só se desvendam esporadicamente quando são aproximados sem a priori na vida cotidiana. São espaços de vida e de inveja que se constroem dinamicamente nos percursos dos indivíduos e dos grupos. Assim, constituem o cadinho da identidade para as pessoas; são comunidades de sentido, sistemas de pertencimento etc. Os sítios impregnam o conjunto das dimensões dos territórios de vida: relação ao tempo, à natureza, ao espaço, ao habitat, à arquitetura, ao vestuário, às técnicas, ao saber-fazer, ao dinheiro, ao empreendedorismo etc., Antes de se materializar nos feitos e gestos dos atores ou em qualquer outra materialidade visível a olho nu, os sítios são entidades imateriais fornecedoras de balizamentos para os indivíduos e suas organizações sociais” (Op. cit., pp. 33-34).

Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano 2004, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), as afirmativas de que as diferenças culturais levam necessariamente a conflitos sociais, econômicos e políticos e que os direitos culturais suplantam os direitos políticos e econômicos foram rejeitadas no fórum internacional destinado ao debate da liberdade cultural num mundo

diversificado. O relatório também ressalta as dificuldades e os desafios que a gestão da diversidade cultural tem de enfrentar em meio a um mundo globalizado, onde predomina o convívio entre etnias, religiões, línguas e valores diversos, não restritos aos Estados multiétnicos. Segundo o documento do PNUD (2004, p. 2), os quase 200 países do mundo comportam em seus territórios cerca de cinco mil grupos étnicos e dois terços dos países contam com pelo menos uma minoria étnica ou religiosa, que representa pelo menos dez por cento de sua população. Os deslocamentos geográficos ao longo da história do capitalismo industrial, acentuados mais recentemente, aceleraram essa situação não só para esses dois terços como para os demais países. Hoje, nos primeiros anos do século XXI, podemos considerar que todos os países do mundo são, de algum modo, sociedades multiculturais. Nesse contexto, a emergência de políticas afirmativas em prol da liberdade cultural torna-se um outro elemento constituinte do mundo globalizado, uma estratégia de oposição às formas de exclusão e marginalização cultural. O Relatório de 2004 do PNUD detém-se um pouco na questão da exclusão cultural:

“Na prática, há duas formas de exclusão cultural. A primeira é a exclusão do modo de vida, que nega o reconhecimento e a aceitação de um estilo de vida que um grupo escolheria e que insiste em que cada um deve viver exatamente como todas as outras da sociedade. Os exemplos incluem a opressão religiosa, ou a insistência em que os imigrantes abandonem as suas práticas culturais e a sua língua. A segunda é a exclusão da participação, quando as pessoas são discriminadas ou ficam em desvantagem nas oportunidades sociais, políticas e econômicas por causa da sua identidade cultural.” (Op. cit., p. 6)

Em oposição às repressões e perseguições que combatem o reconhecimento da diversidade cultural, surgem as políticas de identidade, segundo as quais a liberdade cultural passa a ser compreendida como parte vital do desenvolvimento humano, uma

vez que “a capacidade de uma pessoa escolher a sua identidade – quem ela é – sem perder o respeito dos outros, ou ser excluída de outras opções, é importante para uma vida plena” (PNUD, 2004, p.1). Segundo o relatório (*Ibid.*, p. 2), muitos acreditam que a diversidade cultural deve ser aceita em um plano apenas teórico e que, na prática, enfraquece o Estado, gera conflitos sociais e contrapõe-se ao desenvolvimento. Portanto, são recomendáveis a supressão das diferenças culturais e a identificação de um padrão sociocultural nacional. Todavia, segundo o PNUD (*Ibid.*, p. 3), a imposição de uma escolha entre unidade nacional e diversidade cultural não é verdadeira. Trata-se de uma falsa questão que não reconhece exemplos bem sucedidos de coexistência entre as partes, como o da Bélgica, onde a população é formada por flamengos e valões, mas todos se sentem bem como cidadãos belgas, ou o da Suíça, onde essa coexistência é representada por seus três idiomas oficiais. Também não se sustentam as afirmativas de que o respeito pela diversidade cultural pode gerar conflitos que inviabilizam a paz. Pelo contrário, o que a história nos tem mostrado é que a identidade cultural, nos conflitos internos às nações, não se configura como a causa, mas sim é apropriada como meio de mobilização política e militar.

Outro ponto assinalado pelo PNUD (*Ibid.*, p. 4) é que não se devem confundir os conceitos e fundamentos presentes na liberdade cultural, que pressupõem, na realidade, a “*expansão das escolhas individuais*”, com a cristalização cultural de valores e práticas como um fim em si mesmo, o que acaba por negar os direitos humanos. Um exemplo que combate o mito da incompatibilidade entre diversidade cultural e desenvolvimento é o da “*Malásia, com 62% do seu povo malaio e de outros grupos indígenas, 30% chineses e 8% indianos*”. Esse país do Sudeste asiático tornou-se “*a 10ª economia mundial com mais rápido crescimento no período 1970 – 90, anos em que foi posta em prática uma política de ação afirmativa*” (*Ibid.*, p. 4).

A onda de determinismo cultural como a ideia de que a cultura de um grupo explica o desempenho econômico e democrático de um povo frente aos demais tem segundo o PNUD (*Ibid.*, p. 5) forte apelo, mas sem nenhuma fundamentação teórica ou prática. Na área econômica, o sucesso asiático capitaneado pelo Japão, pela Coreia e pela Tailândia, e agora pela China põe por terra qualquer teoria em que a religião protestante ou católica, e a cultura anglo-saxônica ou germânica prevaleçam sobre as demais. Na área política, vale lembrar que os fundamentos e valores democráticos não são exclusivos do Ocidente, uma vez que eles também fazem parte, historicamente, da tradição cultural do Oriente e dos países muçulmanos.

A incorporação de políticas multiculturais não é uma empreitada fácil. Esse movimento implica gestões na área política que estimulem a implantação de uma democracia participativa e inclusiva, e iniciativas na área econômica que promovam um desenvolvimento equitativo, centrado na fixação de um preço justo e na inclusão econômica. A conclusão do Relatório do PNUD é, em essência, a mesma de diversos pensadores aqui examinados anteriormente. Em outras palavras, a solução para as ameaças às identidades contidas na globalização não está no recurso a práticas de conservadorismos reativos, e sim na promoção de esforços que contemplem políticas multiculturais capazes de assegurar, em um mundo globalizado, a prevalência da diversidade e do pluralismo.

Para que esses objetivos sejam alcançados, os trabalhadores e os seus movimentos organizados devem cada vez mais procurar articular suas lutas numa escala mundial. Para que surja uma nova relação entre o trabalho e o espaço, é necessário que esse novo tipo de trabalhador não seja tão-somente um recurso humano desenraizado e predisposto aos deslocamentos geográficos ao sabor dos interesses capitalistas e transnacionais, mas que, desprovido do prático-inerte e obrigado a produzir uma nova

história, ele seja portador do germe da tolerância, da solidariedade e da liberdade cultural. Que os deslocamentos desses trabalhadores não tragam apenas lucro e desenvolvimento econômico, mas que também sejam capazes de promover o enriquecimento de culturas massificadas pelo homogêneo globalizado, trazendo de seus locais de origem culturas mais ricas e diversificadas. Que os novos espaços sociais e de trabalho não se transformem em não-lugares, e sim em lugares de encontro pela ação participativa e construtiva do trabalho. Que, em contraposição à degradação humana e ambiental engendrada pela voracidade das práticas de maximização dos lucros, os novos tipos de trabalhadores possam criar espaços sociais orgânicos e contribuir para o aumento dos índices de desenvolvimento humano que superem os dos países ricos mediante a adoção de práticas espaciais sustentáveis. Que os trabalhadores de novo tipo sejam responsáveis, em sua relação com o espaço, pela formação de lugares em que o tempo livre e os aspectos socioculturais prevaleçam sobre os espaços de dimensão exclusivamente econômicos. Que as áreas industriais abandonadas pelos deslocamentos de investimentos possam ser revitalizadas, tendo como perspectiva a implantação dos sítios e museus industriais como sítios simbólicos de pertencimento. E finalmente, que nós, como trabalhadores mundializados, possamos também ser partícipes de uma nova relação espacial com o trabalho.

CAPÍTULO 4 – RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E PROFISSÃO.

“Trabalhar não é apenas produzir riquezas econômicas; sempre é, também, uma maneira de produzir a si mesmo” (GORZ, 2003b, p. 85).

As relações entre o trabalho e a profissão têm-se apresentado de diferentes formas ao longo da era moderna. Inicialmente – quando essas relações, no âmbito urbano, estavam muito mais presentes entre os membros das corporações de ofícios, que devotavam grande apreço à sua formação e à atividade profissional –, alterando condutas antigas, anteriores à produção industrial. Mais, tarde, já nas sociedades ditas industriais, o trabalho estabeleceu novos vínculos entre o trabalhador e sua profissão, fomentados pelo pertencimento a uma classe profissional cujo prestígio se nutria ora de sua relevância política, ora de seu reconhecimento no seio de uma sociedade tecnocrática e valorizadora do trabalho. Esses vínculos reproduziram, de certo modo, os moldes vigentes nas corporações de ofícios, o que incluía certa afeição pela profissão. Isso gerou situações, bastante comuns, de gerações familiares ou comunais em que prevaleciam determinadas profissões ou ocupações em torno de uma atividade corriqueira.

A conformação atual do mundo do trabalho provocou transformações importantes na vinculação acima descrita entre o trabalho e as profissões, seja pela mutação constante das demandas de emprego, seja pelo esvaziamento dos compromissos estabelecidos e a subsequente ruptura das ligações com as profissões. Isso veio a configurar o que alguns denominam “desprofissionalização” do trabalho. O exame dessas relações constitui o eixo de investigação desse capítulo. Para desenvolvermos o tema, apresentamos primeiro, o processo de formação da estima ao trabalho no Brasil, centrando o foco, em seguida, nas três áreas que o nosso estudo

cobre: a área naval, no caso representada pelo reparo naval; a área ferroviária; e a preservação do patrimônio cultural.

4.1 – O trabalho na formação do Brasil

Como nos conta HOLANDA (1995, p. 38) em sua obra magistral *Raízes do Brasil*, os trabalhos manuais e mecânicos visam à exterioridade e à perfeição do que é ser humano. Esse aspecto, porém, não foi suficiente, por si só, para que a moderna religião do trabalho fosse naturalizada entre portugueses e espanhóis. Povos aventureiros em sua essência, eles tinham apreço por aquilo que consideravam mais nobre – o ócio²⁸. O que ocorreu no Brasil nesse campo, assim como nos seus irmãos latino-americanos²⁹, leva necessariamente em conta suas origens ibéricas, e mais a sua situação de colônia de exploração de matérias-primas para os grandes centros metropolitanos europeus. Dessa forma, as corporações dos ofícios, maneira de produzir em torno da qual diversas sociedades europeias organizavam as suas práticas de trabalho previamente à industrialização, não se fizeram presentes como estrutura de trabalho no solo brasileiro. Isso se explica, segundo HOLANDA (*Ibid.*, p. 57), pelas condições predominantes da sua situação de colônia, na qual predominava o “*trabalho escravo, indústria caseira capaz de garantir relativa independência aos ricos,*

²⁸ HOLANDA (1995, pp. 43-46) sustenta a tese de que as sociedades comportam dois princípios antagonistas – o tipo humano aventureiro e o tipo trabalhador –, que coabitam em diferentes proporções, regulando as ações humanas coletivas. Embora os dois princípios sempre coexistam, é a prevalência de um que acaba por caracterizar uma dada sociedade. Assim, há povos onde prevalece a ética do trabalho, configurando-se, por conseguinte, como trabalhadores. Sua característica principal é perceber, de imediato, a dificuldade, e não o bônus, do que almejam alcançar. Para tanto, sabem ser necessário um longo e persistente esforço, valorizam mais a parte e o detalhe do que o conjunto e, principalmente, reconhecem a estabilidade e a segurança. Já os povos nos quais a aventura predomina, os valores desprovidos de um proveito imediato não são contemplados, são tidos como mesquinhos. Eles estão mais preocupados em alcançar o objeto final. Nessa última caracterização, estariam situados os espanhóis e os portugueses, por exemplo.

²⁹ Assim mesmo, devem-se considerar as diferenças entre os propósitos coloniais portugueses e espanhóis. Nesses últimos, o interesse maior foi a fixação de novos centros urbanos e dotá-los de museus, escolas, e universidades, o que, no Brasil só aconteceria muito mais tarde, no início do século XIX, com a vinda da Corte portuguesa para a colônia.

entravando, por outro lado, o comércio, e, finalmente, escassez de artífices livres na maior parte das vilas e cidades”.

Ainda de acordo com HOLANDA (*Ibid.*, p. 59), nas cidades do período colonial o trabalho exercido visava tão-somente o lucro fácil e se fazia pela oportunidade, tal como ocorria no meio rural, refletindo bem a falta de vínculo profissional com a atividade exercida, e desse modo o comércio apresentava situações disparatadas, como ser comum a aquisição de *“ferraduras a um boticário como vomitórios a um ferreiro”*. Outro dado que põe em questão a relação entre o trabalho e a profissão é que na origem da formação do trabalho no Brasil poucos se dedicavam a um único negócio ou atividade profissional, transitando entre um interesse e outro, entre uma atividade e outra, pautados pela oportunidade, tal como ela se apresentava mais lucrativa. Eram raros, nessa época, os casos de ofícios ou negócios urbanos com tradições familiares e trans-geracionais, ao contrário do desenho da estrutura laboral que se desenvolvia no espaço rural, o que se tornou um *“dos sérios empecilhos à constituição, entre nós, não só de um verdadeiro artesanato, mas ainda de oficiais suficientemente habilitados para trabalhos que requerem vocação decidida e longo tirocínio”* (Holanda, *Ibid.*, p. 59).

HARDMAN *et al.* (1991, p. 23-24) assinalam que, na época colonial, além da construção naval³⁰ e da chamada agroindústria açucareira, que, juntas, arregimentavam o maior contingente de trabalhadores, havia a produção de gêneros alimentícios, como o

³⁰ Segundo o sítio <http://www.estaleiromaua.ind.br>, referente ao estaleiro situado na Ponta D’Areia, em Niterói, Rio de Janeiro, a história desse empreendimento confunde-se com a origem dessa área no Brasil. O estaleiro, fundado em 1865 por Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, foi o *“pioneiro na industrialização do Brasil. Foi o primeiro a ser aberto na América Latina, e chegou a construir mais de 70 navios a vapor e a vela para navegação de cabotagem no país. Em 1890, no entanto, suas atividades foram praticamente encerradas, e a frota que operava no Brasil era estrangeira em quase sua totalidade. O Estaleiro Mauá foi integrado à Companhia Comércio e Navegação (CCN) em 1905, ano em que foi fundada esta companhia, especializada em construção e reparo de navios. Na época, a CCN era também uma das maiores companhias de construção e reparos da América Latina. Em 1907, a CCN construiu um “dique seco”. O local escolhido foi a Ponta D’Areia, em Niterói, onde Irineu Evangelista de Souza (...), instal[ara] as oficinas de construção naval. A denominação ‘Estaleiro Mauá’, dada às oficinas da CCN, é em homenagem ao Barão de Mauá. Em 1911 ocorreu a inauguração do dique seco, denominado Lahmeyer, em homenagem ao Dr. Furquim Lahmeyer, engenheiro que o construiu e presidente da companhia na época. Este dique era um dos maiores e superior em construção, se comparado a outros no mundo.”*

charque, a extração do sal, a produção de óleo de baleia, usado na iluminação e na construção civil, sendo esta outra atividade comum capaz de envolver diversos tipos de trabalhos. Vale registrar também a existência de pequenas atividades manufatureiras e artesanais, tanto nas cidades como nos engenhos, exercidas por “*ferreiros, serralheiros, carpinteiros, calafates, seleiros, ourives, sapateiros, alfaiates, caldeireiros, lapidadores, tanoeiros, latoeiros, curtidores, oleiros e outros*”.

De qualquer modo, o que prevalecia entre nós era a condição de colônia e a consequente subordinação política e econômica aos desígnios de Portugal, que compreendiam o abastecimento do mercado europeu. Diante do aumento da população brasileira e às tentativas de diversificação da economia registradas na colônia, a metrópole portuguesa aumentou as restrições às tímidas iniciativas de cunho econômico que tinham lugar no Brasil, proibindo atividades como a extração de sal, o cultivo de uvas, oliva, pimenta ou quaisquer outras que interferissem na produção metropolitana ou no seu comércio. Esse cenário foi sendo paulatinamente modificado, primeiro com a vinda da Corte portuguesa ao Brasil – quando diversas instituições e pequenas manufaturas foram implantadas, acarretando a contratação de trabalhadores mais especializados – e depois, e principalmente, com a independência e a formação do Brasil Império.

Já em 1824, segundo HARDMAN *et al.* (*Ibid.*, p. 31), pequenas fábricas de fiação e tecelagem foram instaladas em Minas Gerais e Pernambuco, utilizando o algodão como matéria-prima. A necessidade de trabalhadores livres começava a se fazer sentir, mas ainda prevalecia a mão-de-obra escrava. Esse quadro começou a mudar ao longo da década de 1840, graças ao surgimento de estabelecimentos fabris mais modernos, sobretudo no ramo têxtil, com máquinas importadas e força de trabalho assalariada. Ainda que suas dimensões fossem acanhadas se comparadas ao que se

processava na mesma época nos Estados Unidos, os núcleos fabris que ora se instalavam necessitavam de outras atividades de suporte, como o transporte para escoamento de sua produção e o suprimento regular de matérias-primas, que provinham do interior do país, mas principalmente dos portos, por se tratarem de produtos importados.

A economia brasileira fomentava lentamente o surgimento de novos postos de trabalho e de trabalhadores com perfis diferentes. As ferrovias merecem destaque, por favorecerem a criação de um mercado interno, interligarem comunidades antes isoladas dos centros urbanos, e utilizarem, segundo HARDMAN *et al.* (*Ibid.*, p. 92), quase exclusivamente operários livres. Essa situação particular foi determinada, em grande parte, por lei aprovada em 1852 que, entre outros pontos, vedava a utilização de escravos nos trabalhos das estradas de ferro.

O capitalismo está fundado na apropriação privada dos meios e instrumentos de produção. Seu motor é a geração de lucros a partir da venda do trabalho materializada na produção de bens para o consumo no mercado, cada vez mais definido e estruturado. KOWARICK (1994, pp. 11-15) destaca que para os processos de produção serem bem sucedidos tinham de estar atrelados à geração de excedentes e à subjugação do trabalhador livre e expropriado. Ao contrário dos grandes centros europeus, onde a universalização do trabalho livre processou-se mediante a destruição de culturas enraizadas de atividades laborais no campo e nas cidades, no Brasil, como decorrência da utilização da mão-de-obra escrava e da relação senhorial, o contingente disponível para que se implantassem as bases do capitalismo e configurasse o trabalho como *ethos* na sociedade que se formava não encontrou quem pudesse sustentá-lo em sua origem.

A tese de KOWARICK (*Ibid.*, p. 21) é que o trabalho assalariado não se consolidou nesse momento no Brasil, nem mesmo entre os negros livres e libertos³¹, já então superiores em número aos escravos, porque eles podiam usar sua liberdade para uma vida autônoma, calcada numa economia de subsistência. Essa população de livres e libertos, marginalizada desde a época colonial, era desprovida de qualquer cultura que a associasse ao ethos do trabalho, rejeitando-o como princípio ordenador de sua vida. Movida pela rejeição causada pela economia escravocrata, essa população passou a associar qualquer trabalho manual às atividades que a depreciava ao aproximá-la como classe social aos escravos. Esse quadro corrobora o já apontado por Holanda de que a indiferença cultural ao trabalho disciplinado e regular no Brasil retardou em muito o apreço ao trabalho e às profissões. Com efeito, o processo produtivo impulsionado pela escravidão embotou o interesse por qualquer atividade que tivesse como base a manufatura, que foi, em geral, o embrião da indústria nos grandes centros europeus.

De acordo com HARDMAN *et al.* (1991, p. 29), até a primeira metade do século XIX os maiores entraves ao processo de industrialização no Brasil foram, além obviamente da escravidão, a falta de proteção alfandegária, a ausência de um mercado interno de consumidores e, também, a inexistência de um mercado de trabalho. A realidade observada então no Rio de Janeiro é exemplar a esse respeito. Mesmo havendo na cidade uma quantidade expressiva de oficinas de sapateiro, os fabricantes de calçados relutavam em produzir sapatos, posto que a população andava em grande parte descalça. As revoluções burguesas ocorridas na Inglaterra, França e Estados Unidos nos séculos XVII e XVIII, e mais tardiamente no século XIX na Alemanha e Itália,

³¹ Os negros livres são aqueles que nunca foram escravos, e os libertos os que tiveram parte de suas vidas na condição de escravos. Nesse caso, os negros livres referem-se aos afro-descendentes já nascidos sem serem escravos, devido à Lei do Ventre Livre ou por serem filhos de negros libertos. Os negros libertos são aqueles que antes tinham a condição de escravos e foram libertados por seus senhores por motivações particulares ou pressões sociais. Logo após a assinatura da Lei Áurea no Brasil, ainda persistiu essa distinção social. A referência específica aos “livres” refere-se não só aos negros livres, mas a todos nascidos em nossa terra que compunham a miscigenada sociedade brasileira e não tinham sido escravos, ou seja, mamelucos, cafuzos, mulatos, índios, e descendentes dos portugueses.

possibilitaram que, nesses países, primeiro fosse criado um mercado interno e, posteriormente, fosse desencadeado o processo de industrialização, segundo HARDMAN *et al.* (*Ibid.*, p.43). A acumulação econômica assegurada pela burguesia, bem como o seu fortalecimento cultural e político, deu-se antes da industrialização e da formação de outra classe social, o proletariado.

Ao contrário do observado na Europa, no Brasil a burguesia e o proletariado passaram a existir quase juntos. Aqui, segundo HARDMAN *et al.* (*Ibid.*, p. 90), as primeiras indústrias não foram os agentes do aparecimento dos primeiros proletários modernos, uma vez que brasileiros livres e imigrantes trabalhavam lado a lado, além de um número significativo de escravos, dificultando a consolidação do proletariado como classe social e o fortalecimento do *ethos* do trabalho. Para esses autores (*Ibid.*, p. 97), diferentemente do proletariado europeu – que surgiu a partir de uma massa de camponeses expulsos de suas terras, e principalmente de trabalhadores urbanos inseridos na manufatura, de artesãos e mestres artífices, despojados de suas ferramentas e de seu trabalho –, a contribuição dos artesãos e operários na formação do proletariado nacional não deve ser sobreestimada, visto que a sociedade brasileira se caracterizava como agrária e escravista, e nela predominava inicialmente o trabalhador estrangeiro como opção prioritária ao suprimento das demandas fabris.

Isso não quer dizer que alguns artesãos, arruinados pela concorrência com a produção industrial, não tenham vindo a compor a massa de proletários que se formava, mas a origem social desse proletariado nacional, segundo HARDMAN *et al.* (*Ibid.*, p. 98), está no recrutamento nos estratos sociais urbanos mais pobres nos anos que antecederam ao final do século XIX, quando um grande número de mulheres e crianças trabalhavam com ganhos salariais abaixo dos percebidos pelos homens. Muitas dessas crianças eram recrutadas em asilos de órfãos e instituições de caridade, com idade de até

dez anos, em alguns casos com cinco ou seis anos, trabalhando não menos que doze horas diárias nas indústrias têxteis. Conforme relatam HARDMAN *et al.* (*Ibid.*, p. 96), os primeiros proletários da indústria nacional apresentavam condições de vida inferiores aos trabalhadores autônomos e dos afro-descendentes livres.

Vale registrar que antes do surgimento do proletariado nacional, havia no Brasil artesãos e operários de manufatura, ainda que em número reduzido, insuficiente para a constituição da base do trabalho nas indústrias. Outro traço a destacar, entre sapateiros, marceneiros, carpinteiros, serralheiros, ourives etc., é a ambiguidade de um mercado de trabalho com fortes influências escravocratas, que determinava contradições significativas no perfil e nas condições de vida e trabalho desses nacionais. HARDMAN *et al.* (*Ibid.*, p. 97) oferecem como exemplo a província do Maranhão, onde, no início do século XIX, em um total de 3.949 artesãos, havia 2.985 artesãos escravos e apenas 964 trabalhadores livres. Essa situação atesta bem como seria difícil reverter socialmente o estigma sobre o trabalho no território brasileiro em virtude da herança escravocrata.

Outro fator que dificultou a formação de uma cultura do trabalho no cenário nacional foi o fato de o trabalho manual sobressair-se histórica e culturalmente às atividades manuais nas origens da sociedade brasileira. Esse predomínio, porém, não significou, segundo HOLANDA (*Ibid.*, p. 83), o “*amor ao pensamento especulativo [...] mas amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara*”, herdeiros diretos dos costumes dos antigos senhores de escravos e dos barões do café que lhes sucederam, dos capitães de indústria, dos coronéis etc. Para HOLANDA (*Ibid.*, p. 157), devido a essa ascendência, o bacharelismo acabou exaltando, antes de qualquer coisa, a cultura da personalidade individual como valor próprio, estando também na origem da sedução pelas carreiras liberais. Assim mesmo,

porém, foi incapaz de engendrar o apreço nessas profissões a ponto de aqueles que a exercem não se dedicarem unicamente a serem bons profissionais em seu ramo, e se enveredarem oportunamente por outras atividades mais ou menos lucrativas, desvinculadas de sua formação profissional³².

KOWARICK (*Ibid.*, p. 87) chama a atenção para o fato dos livres e libertos brasileiro terem sido absorvidos, mesmo após a Abolição, nos processos produtivos da época somente nos centros econômicos estagnados, onde não ocorreu à inserção da imigração de países europeus e asiáticos como fomentadora da força de trabalho nacional. À guisa de ilustração, ele lembra (*Ibid.*, p. 93) que até 1920, no estado de São Paulo, 52% da força de trabalho das indústrias eram compostos por estrangeiros e o restante compreendia uma parcela considerável de descendentes diretos de imigrantes. Esse cenário reflete em parte a necessidade, nos primeiros tempos da formação industrial brasileira, que empresários e políticos tinham de reiterar, sistematicamente, a ideia de que o brasileiro livre e agora liberto era vadio e marginal, depreciando explicitamente o trabalhador nacional.

De fato, os nacionais não se viam como partícipes da consolidação capitalista do trabalho pelo assalariamento, primeiro por recusarem a se submeter àqueles que antes haviam sido senhores dos escravos e ainda persistiam em seus desmandos, e segundo, motivo não menos relevante, por não terem estabelecido laços relacionais com a cultura do trabalho. Para KOWARICK (*Ibid.*, p. 107), a descrença instalada no imaginário popular sobre a inaptidão e a indisciplina do segmento nacional da força de trabalho de fins do século XIX até as primeiras décadas do século XX em São Paulo, centro da

³² Isso se reflete, nos dias de hoje, no imenso contingente de egressos de faculdades e universidades, graduados nas mais diversas especialidades, que optaram inicialmente por esse tipo de trajetória. Estimulados por um mercado que privilegia cada vez mais a formação acadêmica e a titulação, eles acabam, porém, atuando em outros segmentos do mercado de trabalho que não aquele para o qual se qualificaram movidos que são pela falta de oportunidades e de emprego e pela necessidade premente de prover seu sustento.

industrialização brasileira, era fruto mais do excedente de mão-de-obra estrangeira e de seus descendentes, já expropriados em suas terras de origem e mais afeitos à sua condição de proletariado e à subordinação aos rígidos compromissos do trabalho nas indústrias, do que da suposta incapacidade dos nacionais para o trabalho.

Esse quadro foi alterado pela sensível diminuição da imigração europeia observada após 1914, devido à eclosão da Primeira Guerra Mundial, e também pelo temor crescente do empresariado nacional das ideias anarquistas, que entravam no país juntamente com os novos fluxos de imigração. A conjugação desses fatores estimulou a contratação de trabalhadores do Norte e do Nordeste do país para recompor a força de trabalho industrial paulista. Vitimados pelas secas e outros infortúnios, e por suas precárias condições de vida, ondas migratórias dessas regiões brasileiras atenderam aos interesses imediatos da indústria emergente. Em decorrência disso, o discurso sobre a aptidão ao trabalho dos nacionais mudou. Conforme KOWARICK (*Ibid.*, p. 112), “*a instabilidade e indisciplina no trabalho deixaram de ser marcos inerentes à índole dos nacionais*”, e passou-se a louvar a coragem dos colonos que desbravavam a Amazônia, assim como a bravura e a determinação dos nordestinos frente às adversidades da sua região.

Iniciava-se, então, um processo de transformação radical na constituição do mercado de trabalho brasileiro, com a paulatina substituição de possíveis novos imigrantes por mão-de-obra nacional. Essa substituição foi particularmente sentida a partir de 1930, quando novos segmentos da economia surgiram nos grandes centros urbanos, principalmente da região Sudeste, em um momento em que a burguesia se consolidava como classe social, conformando as condições mínimas necessárias para a industrialização via a materialização de um mercado interno de consumo. O *ethos* do trabalho foi sendo progressivamente incorporado à sociedade brasileira à medida que a

economia impulsionava novas incursões e projetava o país no cenário mundial ou tinha que se adaptar às inovações.

O trabalho realizado por CIAVATTA (2002), em seu livro de fotografias sobre o mundo do trabalho na cidade do Rio de Janeiro entre 1900 e 1930, revela a presença, no cotidiano carioca, de diferentes profissões que já faziam parte de nossa história. As fotos nos mostram, por exemplo, um grupo de instaladores telefônicos e uma escola de emendadores de cabos telefônicos, numa conjuntura de modernização dos serviços públicos (gás, luz, bondes e telefone), empreendida por uma empresa canadense, a Light, responsável pelo fornecimento desses benefícios à população carioca. Ao lado dessas ocupações digamos modernas, a lente de Ciavatta captou uma ampla gama de vendedores ambulantes, presença constante e tradicional nas ruas do Rio. O comércio ambulante – da carne ao pão, do jornal às panelas, da vassoura ao querosene – requeria, é claro, a produção desses artigos, ou seja, estimulava o exercício de outras profissões que se moldavam aos novos costumes e necessidades. Essas fotos não apenas passam a ideia exata do predomínio das pequenas oficinas e das fabriquetas de alimentos, construção, calçados, mobiliário, metalurgia etc., capazes de absorver pequenas quantidades de operários mais qualificados e artesãos, mas também revelam a incipiente transformação que então se processava em prol da moderna cultura do trabalho (CIAVATTA, 2002, pp.75-81).

Hoje, como na maioria dos países que marcam presença na economia mundial, a escola e o *ethos* do trabalho estão introjetados na cultura da sociedade brasileira. Das diversas atividades que moldaram a constituição e formação do trabalho no Brasil, destacamos, como já foi anunciado, as áreas naval e ferroviária, e a preservação do patrimônio cultural. Essa seleção abre espaço para toda sorte de técnicos, artesãos e

artífices, e pode representar muito bem esse mosaico que constitui a nossa relação com o trabalho e as profissões.

4.2 – O caso das áreas naval e ferroviária

No início dos anos 1980 a área da construção naval no Brasil, e mais especificamente no Estado do Rio de Janeiro, começou a sentir os efeitos decorrentes da queda dos investimentos no setor e da maior competitividade internacional de países do sudeste asiático. Alguns estaleiros situados em Niterói e arredores – onde tradicionalmente eram atendidas as demandas do setor (produção de barcos de pescas, rebocadores e navios de médio a grande porte), como alternativa ao declínio da construção naval propriamente dita – ampliaram o seu foco de serviços e de produção, passando a atender às demandas do setor petrolífero e sobretudo do reparo naval, apresentado como um campo novo e promissor e possível complemento à absorção do espaço deixado pela construção naval.

Alguns estaleiros se transformaram e outros foram especialmente criados para atender essa demanda por reparos navais, inspirados na aposta da cidade de Niterói e arredores a princípio poderem se constituir em opção aos navios de diversas bandeiras que circulavam pelos mares do sul. Assim vislumbraram manter uma tradição na área naval que remonta ao final do século XIX na região de Niterói, e foi responsável pela formação e emprego de muitas gerações de profissionais, constituindo comunidades de famílias de operários tais como a da Ponta da Areia³³. Poucos anos depois, ficou evidente que o reparo naval não substituiria a construção naval na capacidade de absorção de mão-de-obra qualificada e de geração de empregos.

³³ Bairro também conhecido como Portugal Pequeno, devido à forte presença da imigração portuguesa instalada em Niterói. De acordo com o sítio da Prefeitura de Niterói, consultado em 21/11/2008, <http://meioambiente.niteroi.rj.gov.br/bairros/ponta_d.html>, a população desse bairro “*tem origem operária, tradicionalmente ligada às indústrias locais e de ilhas próximas, vinculada à construção naval, já que o bairro é pioneiro, no Brasil, neste ramo de atividade*”.

As causas são várias. Em primeiro lugar, o reparo naval não dispõe da mesma estabilidade da construção naval. Ao contrário desta, caracterizada por fluxos contínuos de trabalho, os serviços do reparo naval são atividades e contratações intermitentes, com períodos de curto ou médio prazo, com pouca programação, sujeitas ao imponderável. Essas atividades podem incluir simplesmente a raspagem e a pintura do casco do navio, a substituição de chapas de aço do casco ou do convés, o conserto de algum componente eletromecânico, ou ainda das hélices e do leme, ou mesmo algo relacionado ao cumprimento das exigências dos órgãos certificadores internacionais, como o *Lloyds Register* ou o *Bureau Veritas*. Em síntese, por mais ampla que seja a gama de atividades compreendidas no reparo naval nenhuma delas se aproxima, nem de longe, do que significa a construção de um navio ou de uma plataforma de exploração petrolífera, tanto no que concerne à programação e organização da produção, quanto no que diz respeito à diversidade de tarefas envolvidas.

Outra causa importante reside na instabilidade da demanda, sujeita às oscilações das exportações e importações, às flutuações da moeda, às condições portuárias precárias e, principalmente, ao contexto econômico mundial. Essa instabilidade podia, muitas vezes, aumentar ou diminuir o fluxo de navios na Baía de Guanabara, fazendo com que os navios procurassem outros portos e estaleiros no Brasil ou mesmo em outros países. O terceiro motivo foi a acirrada e crescente concorrência internacional no setor, e em especial da Coreia do Sul³⁴ e países vizinhos, que atraía por seus preços

³⁴ Em 1982, um dos diretores do estaleiro ENAVI S.A. regressou de viagem a estaleiros de reparo naval na Coreia completamente impactado pela perseverança e pela determinação dos profissionais envolvidos no setor. Por conta disso, foi convocada uma reunião extraordinária dos coordenadores do ENAVI. Nessa ocasião, foi relatada a preocupação com uma provável superação dos estaleiros de reparo naval brasileiros pelos concorrentes coreanos, e passado um vídeo mostrando a atuação profissional coreana. Os brasileiros ficaram impactados com cenas que mostravam coreanos trabalhando na limpeza do casco de um navio, equilibrados em barris de aços sobre a água que ainda se esgotava, enquanto o navio sequer havia sido docado num estaleiro flutuante. A cultura e os padrões nacionais de segurança indicavam a necessária docagem do navio com posterior esgotamento da água no estaleiro flutuante, para só assim poderem ser iniciados os trabalhos externos de reparo aos cascos dos navios. O cumprimento às exigências culturais e normativas significava pelo menos, meio dia de jornada de trabalho em atraso aos padrões coreanos.

praticados e eficiência os navios mercantis disputados nas rotas do sul e próximas ao equador.

Com base nessa instabilidade de demanda de produção e serviços, estaleiros como a Engenharia Naval e Industrial S.A. – ENAVI³⁵, especialmente criados com a finalidade de prestar serviços de reparo naval, contratavam e demitiam trabalhadores a rodo, de modo não planejado, estando sujeito a demandas efêmeras e fragmentadas. Conseqüentemente, instaurou-se um clima de insegurança que afetou diretamente os profissionais da área de um modo que eles nunca haviam vivido antes, e nem as gerações anteriores e muito menos as comunidades de famílias de operários da construção naval e de pescadores instaladas em torno da área naval, acostumadas com a valorização do trabalho, confiantes em terem emprego garantido até o término da construção de um navio e tendo a perspectiva de afirmar-se como profissionais nas organizações e de poderem contar com sindicatos organizados.

Em virtude do desaquecimento do mercado da construção naval, as cúpulas estratégicas dos estaleiros de reparo naval constataram³⁶ que, no médio prazo, profissionais qualificados, formados ao longo de gerações, estavam em vias de desaparecer, quer antecipando a aposentadoria quer migrando para outras atividades, mesmo percebendo remunerações mais baixas, conquanto que a estabilidade lhes fosse garantida. Os novos trabalhadores que se submetiam às contratações, demissões e

³⁵ A ENAVI S.A. não existe mais como empresa, tendo sido extinta. O que há desde 1995 é uma aliança comercial entre a ENAVI Ltda. com a RENAVE S.A., e juntas operam serviços de reparo naval na Ilha do Viana, em Niterói. O local onde hoje se situa os estaleiros ENAVI/ RENAVE teve como fundador de suas origens industriais o empresário Henrique Lage, nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1881, famoso por seu império industrial na época e por seu espírito inovador. Segundo o sítio <www.portalnaval.com.br>, “o império de Lage começou com um estaleiro e oficinas na Ilha do Viana, na Baía de Guanabara. No entanto, o industrial optou pela diversificação de seus negócios, buscando uma integração dos ramos de carvão, ferro e naval. Em 1919, trouxe o primeiro conversor para a produção de aço no Brasil. O equipamento, instalado na Ilha do Viana, foi utilizado tanto para a construção de embarcações, quanto de aviões – indústria na qual Lage foi pioneiro no país.”

³⁶ O autor vivenciou em parte essa experiência por ter trabalhado no biênio 1982-1983 como engenheiro responsável pelas manutenções eletromecânicas do Estaleiro ENAVI S.A.. Sua atuação mais específica foi nas atividades de reparos navais, na especialidade de engenharia elétrica, participando regularmente das reuniões de coordenação da empresa.

restrições do mercado de construção e reparo naval eram jovens técnicos qualificados, mas sem vínculos com a profissão. Verificou-se à época que esses trabalhadores poderiam estar hoje no setor naval e amanhã em alguma indústria de outro tipo, ou mesmo tentar os setores de informática ou do comércio. Poucos eram aqueles que alimentavam a ambição de serem reconhecidos como profissionais da construção naval, e muito menos de pertencerem ou terem compromissos com as empresas e organizações do setor.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em relatório sobre o desenvolvimento do setor da construção naval³⁷ entre 1990 e 1996,

“O Brasil já teve uma pujante indústria de construção naval, tendo produzido, no início da década de 80, cerca de um milhão de tpb - toneladas de porte bruto/ano, o equivalente a aproximadamente 30 navios/ano, gerando 40.000 postos de trabalho. Atualmente, a construção de navios no Brasil, em contínuo declínio, produz em torno de 145.000 tpb ou, aproximadamente, 3 navios/ano, em dois estaleiros, o Ilha e o Caneco no Estado do Rio de Janeiro, embora haja alguma atividade em Itajaí - Sta. Catarina, onde acaba de ser construído um navio de 10.000 TPB, e no Pará, que constrói pequenas embarcações para as hidrovias locais, propiciando menos de 5.500 empregos diretos. O setor de construção naval passou recentemente por um grande movimento de fusões e incorporações, tendo em vista as oportunidades de negócio e as circunstâncias econômicas e financeiras das empresas envolvidas. Essa combinação de fatores adversos fragilizou econômica e financeiramente o setor de construção naval, fazendo com que os estaleiros não investissem em atualização tecnológica, modernização de instalações e melhoramento de métodos de trabalho. Mais grave ainda foi o fato de que os programas de racionalização foram seriamente prejudicados, em função da estabilidade no emprego conseguida graças à atuação dos sindicatos das categorias profissionais, que promoveu a inclusão de cláusulas de estabilidade no emprego, entre outras vantagens, fazendo com que os salários médios na atividade mais que dobrassem entre 1989 e 1994, comprometendo a eficiência operacional e, por consequência, a competitividade em relação a países concorrentes.”

³⁷ Ver em <www.desenvolvimento.gov.br/arquivo>; arquivo consultado em outubro de 2007.

Segundo relatórios do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Sindicato Nacional da Indústria de Construção e Reparação Naval no Brasil – SINAVAL, entre os anos de 1974 e 1980 o número médio de empregos associados à construção naval foi superior a 20.000; em 1980, as vagas preenchidas chegaram a 36.000. Ao longo dos anos seguintes, contudo, houve um decréscimo acentuado, a ponto de em 1990 haver apenas 2.240 empregos registrados e em 2000 só 1.910 ofertas de emprego. Esse cenário modificou-se a partir de 2001 com grandes incrementos percentuais, mas ainda assim muito aquém do período anterior em números absolutos. Em 2004, havia, segundo o SINAVAL, 12.651 empregados, número que alcançou um total aproximado de 19.600 em 2006, o que revela o reaquecimento do setor. A idade dourada da indústria naval moderna brasileira viveu seu declínio já a partir do final dos anos 1970 segundo o SINAVAL, tornando improdutivo um grande parque industrial já instalado:

“A Indústria Naval brasileira, que se desenvolveu muito a partir de sua instalação em bases modernas, no final dos anos 50, por iniciativa do Presidente Juscelino Kubitschek, teve seu apogeu no final da década de 70, sofrendo, a partir daí, um declínio progressivo que culminou com a quase desativação da indústria no final dos anos 90. Nesse período de grandes dificuldades e baixa produção, apenas alguns estaleiros conseguiram manter-se ativos e prosseguir na produção de embarcações, com níveis de atividade abaixo dos que sua capacidade instalada poderia atender.”
(SINAVAL, 2007)

O mesmo quadro foi identificado a partir da segunda metade dos anos 1980, na área da engenharia ferroviária e notadamente em suas especificidades, tais como a sinalização ferroviária e a via permanente. A área era dominada, até fins dos anos 1970, por grandes empresas de construção ferroviária, entre as quais se destacava a

Companhia Brasileira de Sinalização – CBS (posteriormente denominada Companhia Brasileira de Engenharia e Indústria - CBEI³⁸). Essa empresa atuava em vários pontos do território brasileiro e, juntamente com a antiga Rede Ferroviária S.A. através de suas superintendências, e das indústrias de fabricação de vagões e locomotivas, formaram um número considerável de profissionais estreitamente vinculados às questões ferroviárias, configurando diversas cidades interioranas historicamente ligadas às ferrovias e às obras ferroviárias.

Todavia, a opção dos sucessivos governos de priorizar cada vez mais outros meios de transportes de carga e da massa, tais como o rodoviário e o aéreo, provocou a retração de investimentos no setor ferroviário. Grandes empresas faliram, surgindo outras, de menor porte, constituídas por profissionais oriundos das empresas maiores, falidas ou em dificuldades financeiras. Salvo algumas iniciativas governamentais – como a dos trens metropolitanos, a serem instalados nas grandes capitais brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife³⁹ –, pouco se investiu nos transportes ferroviários e metroviários.

As cúpulas estratégicas das empresas do setor ferroviário chegaram praticamente à mesma conclusão das suas congêneres da área naval, ou seja, a de que os profissionais – que, geração após geração, associaram a sua vida e de seus familiares a um tipo de trabalho específico – ou se aposentavam e não estimulavam os seus descendentes a prosseguir na atividade, ou eles mesmos partiam para outras empreitadas. A resposta às demandas geradas por aquecimentos ocasionais de investimento era suprida por trabalhadores formados em outras atividades ou egressos de escolas técnicas ou universidades, mas sem vínculos de vida, de emoção, de comprometimento e de

³⁸ Essa mudança foi formalizada em acordo comercial e judicial firmado com a antiga empresa da indústria fonográfica de mesmo nome - CBS.

³⁹ Essas obras foram alvos de acirradas disputas entre as empresas empreiteiras na época, e a continuidade desses projetos vitais para solução dos problemas urbanos de transporte se arrastam até os dias atuais sem perspectivas reais de conclusão.

profissão com o trabalho ou a organização. Para esses trabalhadores era apenas um emprego e nada mais; eles não se sentiam partícipes daquela memória e daquelas culturas social e técnica.

A despeito de uma possível maior escolaridade dos novos trabalhadores, eles não podiam ser comparados aos profissionais antigos, tanto pela experiência que estes haviam acumulado no campo, quanto pelo convívio que esses profissionais haviam estabelecido no decorrer de muitos anos com avôs, pais, tios e primos, amigos, todos em geral envolvidos no mesmo trabalho e conformando verdadeiras comunidades⁴⁰ com base nesse trabalho.

O domínio desses profissionais era pleno. Como os ofícios do setor ferroviário são desempenhados ao longo das ferrovias e nas estações ferroviárias, o que corresponde a grandes distâncias geográficas, a predisposição ao trabalho longe de casa por meses e meses constitui uma condição fundamental para a composição do perfil do trabalhador ferroviário. Para os profissionais com tradições e vínculos socioculturais em torno dessas atividades, esses lugares eram plenos de sentido inscrito e simbolizado e, por conseguinte, identitários, relacionais e históricos, pois os remetia aos relatos dos seus e do encontro com conhecidos de suas e de outras comunidades. O saber tácito nos ofícios específicos das ferrovias é de grande valia. É a ele que se recorre em muitas ocasiões imprevistas, que ocorrem a grande distância de qualquer centro urbano. Nessas

⁴⁰ A antiga Linha do Centro, que liga Belo Horizonte ao litoral do Rio de Janeiro, constitui um bom exemplo dessas comunidades. Ao longo deste ramal ferroviário, espalham-se diversos vilarejos e cidades de pequeno a médio porte cuja razão de ser inicial foi a ferrovia, ou então as atividades ferroviárias representaram o seu principal fator de desenvolvimento. Essas atividades podem remeter ao simples local de uma estação ferroviária, ao abrigo de garagens ou oficinas de manutenção das vias ou máquinas, ou ainda ao local de residência de trabalhadores e suas famílias, ligados de alguma forma à ferrovia. Entre outras cidades, que reúnem essas características, encontram-se Barra do Pirai (RJ), que já foi o maior entroncamento rodo-ferroviário da América Latina, Juiz de Fora (MG), por ter sediado o Centro de Comando e Operações da antiga SR-3; e Sarzedo e Conselheiro Lafaiete, também em Minas Gerais, por abrigarem um grande número de pessoas envolvidas com a história ferroviária.

situações, o saber prático acumulado é extremamente providencial, fornecendo a única solução possível⁴¹.

Há de se considerar a partir desses setores e de sua aplicação aos demais setores produtivos e de serviços, as transformações nas várias comunidades familiares desenvolvidas ao largo dessas indústrias, com a formação de gerações de profissionais que atuaram nessas áreas de produção. Essas gerações foram movidas pela cultura técnica e memória social para além do fator econômico e da obtenção de um emprego formal, e a sua substituição por profissionais sem vínculos relacionais com esse trabalho deve ser algo a ser considerado num eventual reaquecimento dessas indústrias. A relevância desse diálogo entre o trabalho e a profissão revela-se por diversos sinais, dos quais identificamos a real contribuição decorrente da transição do paradigma industrial para o pós-industrial. Uma análise, mesmo superficial dessa transição, permite-nos afirmar que se o primeiro provocou uma intensa agregação das forças produtivas e da migração das forças de trabalho para as áreas de entorno das fábricas e dos centros industriais e comerciais, o segundo não estabelece relação alguma entre concentração da produção e proximidade à área fabril, definindo, isso sim, outras relações, próprias das novas tecnologias de informação e da ausência do lugar.

A formação de uma cultura técnica e de toda uma tradição profissional nas áreas naval e ferroviária permitiu que nelas o estigma do trabalho, de presença tão marcante na sociedade brasileira, fosse superado. Nos dois casos, os antecedentes remontam a um período que antecede a industrialização no território nacional. No caso ferroviário, o desenvolvimento da rede de estradas teve lugar no Segundo Império e o capital inglês

⁴¹ O autor vivenciou experiências dessa natureza entre 1984 e 1989, quando trabalhou na COEFE – Construções e Engenharia Ferroviária S.A. (empresa originada a partir de profissionais da antiga CBEI e vinculada à SERTEP Engenharia S.A.). Nesse período, ele esteve à frente de grandes obras de sinalização e telecomunicações ferroviárias e metroviárias nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, tais como: Trem Metropolitano de Belo Horizonte – DEMETRO; Ferrovia do Aço; Cabo de Sinalização entre Cruzeiro (SP) e Itacuruçá/ Porto de Sepetiba (RJ). Experiências desse gênero são descritas pelos trabalhadores com mais de 60 anos, que foram entrevistados para essa tese.

teve uma importância decisiva nesse processo (HARDMAN *et al.* 1991, p. 47). Em 1880, 11 companhias ferroviárias inglesas operavam no Brasil. Em 1895, esse número chegou a 25, o que reflete a elevada lucratividade que os investidores ingleses vinham obtendo no setor. A construção de ferrovias foi um dos poucos casos da história da indústria nacional que, como dito anteriormente, se utilizou, desde sua origem, quase exclusivamente de operários livres, não recorrendo à mão-de-obra escrava.

Os primórdios da construção naval no Brasil devem ser buscados no primeiro século da colonização (HARDMAN *et al.*, 1991, p. 23). Essa atividade reuniu um grande número de trabalhadores, configurando-se como indústria⁴² de grande capacidade de geração de empregos na época, só comparável à força de trabalho empregada nos engenhos. Além de Salvador, que abrigava o maior e mais importante estaleiro à época, Belém, Ilhéus, Rio de Janeiro e São Vicente construíram embarcações desde o século XVI. O ritmo de produção foi extremamente intensificado no século XVIII.

⁴² Segundo o eng. Pedro Carlos da Silva Telles, em sua *História da engenharia naval*, disponível em <<http://www.transportes.gov.br/bit/estudos/Eng-naval/historia.htm>>, arquivo consultado em 09/03/2009, a “*indústria da construção naval é muito antiga no Brasil, vindo dos remotos tempos coloniais. Os portugueses, que na época da Descoberta eram grandes construtores navais, logo perceberam as vantagens de construir navios aqui, aproveitando a abundância e excelência das madeiras e a mão-de-obra indígena. As primeiras embarcações de tipo europeu construídas foram dois bergantins feitos no Rio de Janeiro em 1531. Muitos estaleiros foram fundados em vários pontos do nosso litoral, mas o mais importante, e que continuou com o mais importante até meados do Século XIX, foi o Arsenal de Marinha da Bahia, em Salvador, fundado por Thomé de Souza, e que construiu dezenas de navios, inclusive grandes naus, que eram os maiores navios de guerra do seu tempo. Em 1763, funda-se o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, até hoje existente, e cuja primeira construção foi a nau S. Sebastião, de 1767. Entretanto, na área do Rio de Janeiro, a grande façanha, foi por volta de 1670, a construção da nau Padre Eterno, dita como sendo o maior navio do seu tempo em todo mundo. Na primeira metade do Século XIX, o Arsenal da Bahia foi o maior estaleiro construtor, sendo o Arsenal do Rio de Janeiro principalmente um centro de reparos navais, circunstância essa que forçou a modernização desse Arsenal para poder atender os primeiros navios a vapor que começavam a chegar. Assim, a partir de 1840, foi contínua e notável a ampliação e modernização do Arsenal do Rio, com a implantação de novas oficinas e com a vinda dos primeiros brasileiros com um curso formal de engenharia naval na Europa, destacando-se os nomes de Napoleão Level, Trajano de Carvalho e Carlos Braconnot. Com isso, conseguiu o Arsenal pioneirismos notáveis, como a construção do primeiro navio a hélice em 1852, o primeiro navio encouraçado em 1865, e o primeiro de construção inteiramente metálica em 1883. Em 1890, foi construído o cruzador Tamandaré, de 4.537t, navio cujo porte só seria ultrapassado 72 anos depois, em 1962! Por essa época, o Arsenal chegou a atingir um adiantamento técnico comparável ao que havia nos centros mais avançados da Europa. Outro centro importante de construção naval no Século XIX, foi o estaleiro de Ponta d’Areia, do Visconde de Mauá, que construiu mais de uma centena de navios”.*

4.3 – O caso da preservação do patrimônio cultural

A partir dos anos 1980, a onda mundial de preservação e valorização do patrimônio cultural, e em especial do patrimônio construído, chegou com mais intensidade ao Brasil, registrando-se aqui basicamente o que já havia ocorrido nos países ricos ocidentais em termos de demanda por profissionais qualificados. A baixa oferta desses profissionais decorreu dos processos históricos dos modos de produção e de trabalho pertinentes ao capitalismo industrial, que, desde as suas origens, marginalizaram os ofícios tradicionais dos mestres e artífices. Para sorte do patrimônio cultural, os novos modos de produção e de trabalho foram incapazes de extinguirem e destinarem ao esquecimento esses profissionais e suas técnicas, devido às resistências isoladas ou minimamente organizadas de remanescentes das corporações de ofícios, das instituições governamentais, ou da sociedade civil.

No caso brasileiro, essa situação foi agravada pela baixa qualificação dos trabalhadores da construção civil nos dias atuais, contrastando diametralmente com o quadro apresentado no início do século XX, quando essa força de trabalho ainda possuía uma boa qualificação e tradição profissional. Isso pode ser explicado, segundo HARDMAN *et al.* (*Ibid.*, p. 137), porque “*não havia inteira separação entre trabalhadores e instrumentos de trabalho; existia uma menor distância social entre patrão e operário; e o trabalhador identificava-se ainda com o produto, como resultado de certa habilidade artesanal*”.

A grande maioria das soluções encontradas na Europa para essa defasagem entre a demanda e a oferta de mão-de-obra qualificada foi introduzir os jovens trabalhadores no aprendizado desses ofícios, demovendo-os da rejeição às práticas manuais e da especialização historicamente instituídas pelas diferentes modalidades de divisão do trabalho do capitalismo em suas fases industrial e pós-industrial. Algumas das

iniciativas tomadas na Europa nos dias de hoje, voltadas para a reversão desse quadro, baseiam-se em práticas seculares das corporações de ofícios. Uma delas é o programa francês *Les Compagnons*⁴³, que prevê o estabelecimento de uma relação duradoura entre mestre e aprendiz, revitalizando tradições e incluindo dimensões simbólicas, como as que estão presentes no *Tour de France* e na entrega do cajado a quem se torna mestre em determinado ofício.

As corporações ou guildas de ofícios foram associações profissionais surgidas no princípio da Idade Média como forma de regulação dos processos produtivos artesanais nos burgos medievais. As guildas de ofícios tiveram como precursores os colégios romanos que, por sua vez, sucederam as oito guildas econômicas na Roma antiga. Essas uniões e irmandades, segundo MUMFORD (2004, p. 295), existiram na Grécia do século III, perduraram entre os artífices urbanos do Império Romano, e permaneceram durante a Idade Média. A primeira guilda de ofício que se tem notícia foi a dos tecelões de Mainz, na Alemanha, criada em 1099⁴⁴. Conforme MUMFORD (*Ibid.*, p. 294), as guildas tinham por base a camaradagem, a fé e o trabalho em comum, encerrando uma dupla dimensão, religiosa e de convivência. Era “*adaptada a tarefas econômicas específicas e a responsabilidades de comércio, mas não inteiramente absorvidas por elas*”. Ao se manter fiel aos seus propósitos sociais, a guilda acabou por

⁴³ *Les Compagnons de Tour de France*, como hoje é denominada essa organização inicialmente denominada simplesmente *Les Compagnons*, tem origem no século XII e, segundo seus membros, descende das escolas de artesãos de Roma do século V a.C. difundidas pela Europa pelas legiões romanas. O *Tour de France* constituía a prova derradeira, na qual o candidato a companheiro, após longos anos de estudo e prática do ofício, ensinado segundo a tradição oral como modo de preservar segredos, percorria a França exercendo o seu ofício. Essa organização sofreu os efeitos da Revolução Francesa, e começou a declinar no século XIX, em virtude da industrialização e da conseqüente utilização de máquinas. Esse declínio foi intensificado durante a Primeira Grande Guerra, que quase extinguiu a corporação. Após a Segunda Grande Guerra, a França precisou se reconstruir física e moralmente, e os valores técnicos, simbólicos, culturais e éticos dessa corporação foram vistos como relevantes para a nação. Em 1952 foi criada a *Fédération Compagnonnique des Métiers du Bâtiment*. Os ofícios atuais ensinados são relacionados às áreas de marcenaria, marchetaria, pintura, telhamento, estuque, serralheria, revestimento e mosaicos, entre outros. Disponível em <www.compagnons.org>, arquivo consultado em 10/02/2009.

⁴⁴ Vale salientar que existem registros de pelos menos duas guildas mais antigas, a de Pavia, na Itália, datada de 1010, e a de Saint-Omer, na França, datada de 1050.

se tornar em sua época “*uma sociedade de seguros de saúde e velhice, uma fundação educacional*” (*Ibid.*, p. 297).

Tais organizações estabeleciam que a produção e a comercialização de um artefato só podiam ser exercidas pelas oficinas daquele ofício específico⁴⁵, e eram compostas por apenas três estratos hierárquicos na cadeia de transmissão dos saberes e práticas e na produção artesanal, a saber: os mestres artesãos, os companheiros ou jornaleiros (por trabalharem em jornadas de horas) e os aprendizes. Os aprendizes apenas recebiam o aprendizado, além de moradia e comida. Depois que se tornavam profissionais do ofício, após pelo menos uma década de estudo e prática, eles continuavam, em geral, a trabalhar com seus mestres na condição de companheiros, passando então a perceber remuneração por sua jornada de trabalho e produção. A passagem para mestre não era tarefa simples. O candidato era submetido a um exame rigoroso, que compreendia a execução do que chamavam de uma *opera prima*, e, posteriormente, passou a exigir a posse de recursos financeiros significativos.

Para MUMFORD (*Ibid.* p. 297), a decadência das guildas ocorreu quando a motivação econômica tornou-se a sua finalidade principal, e “*um patriciado de prósperos mestres levantou-se dentro dela para transmitir os seus privilégios aos filhos e, mediante a exigência de grandes jóias de ingresso, provocando a exclusão e a desvantagem do artífice mais pobre e do crescente proletariado*”. Ainda segundo MUMFORD (*Ibid.*, p. 448), a consolidação do capitalismo, entre os séculos XIII e XIX, desestruturou gradativamente o que havia de cotidiano humano nas cidades e a imposição do sucesso econômico fez com que se desprezasse o que era passado e se acolhesse o que era inovador.

⁴⁵ Esses ofícios a título de ilustração podem incluir desde a marcenaria, pintura, pintura artística, fundição de metais ferrosos e não ferrosos, estuque, cantaria, vitrais, azulejaria, cerâmica, até os trabalhos especializados em costura, padaria, sapataria, tapeçaria, joalheria, ourivesaria, cristais, prataria, cutelaria, relojoaria, encadernação artesanal, entre outros.

No rastro dessas ideias, criou-se um terreno propício para a supressão e a destruição das guildas. Os dissensos religiosos no século XVI, segundo MUMFORD (*Ibid.*, p. 297) “*quebraram a própria fraternidade religiosa, na Europa setentrional, sua natureza econômica cooperativa [das guildas] já se encontrava grandemente carcomida: os gordos, mais uma vez, pisavam sobre os magros*”. As guildas tinham importância para as cidades muradas, sendo confundidas com elas em seu aspecto econômico e representadas por elas em seus aspectos sociais e políticos. Todavia, o crescimento do comércio internacional colocou em evidência a debilidade comercial das cidades muradas, deixando também claro o descompasso entre a influência local das guildas e os novos rumos que a economia europeia seguia. Durante o século XIX, a doutrina do *laissez-faire* significou, na visão de MUMFORD (*Ibid.*, p. 419), “*não só a liberdade da regulamentação e monopólio da guilda, mas, igualmente, liberdade da regulamentação e controle central de qualquer espécie, inclusive por parte do urbanista*”, que, debruçado nos processos de planejamento das cidades modernas, acabou sendo envolvido na desconfiança do público para com o urbanismo, visto como um poder arbitrário.

Segundo HOLANDA (1995, p. 141), o Estado não deve ser compreendido como uma ampliação do círculo familiar e nem como estrutura de integração entre agrupamentos sociais e comunitários, e sim como a transgressão da ordem doméstica representada em sua instituição maior que é a família. Nesse sentido, vale lembrar que as antigas estruturas de trabalho baseadas nas corporações de ofício eram, antes de tudo, familiares. Com efeito, na medida em que mestres, jornaleiros e aprendizes compartilhavam dos mesmos lugares, hábitos, carências e confortos, podemos corroborar a tese de uma estrutura familiar, mesmo que esses trabalhadores não fossem do mesmo sangue nem pertencessem à mesma linhagem genealógica. Para HOLANDA

(*Ibid.*, p. 142), foi o sistema que se implantou com a Revolução Industrial que, ao separar empregadores e empregados nos processos de produção, acabou por cindir a estrutura familiar até então predominante. As relações diretas e pessoais, habitualmente existentes, foram suprimidas, tendo início uma estratificação nas relações entre os participantes que daria origem a uma hierarquização acentuada, muito mais de acordo com o novo regime de produção e exploração do trabalho, e com a nova estrutura sociopolítica personificada pelo Estado.

O incremento da produção, um dos pilares do capitalismo industrial, pressupunha o desenvolvimento de técnicas e organizações dos modos de trabalho que tinham por base a divisão social e técnica do trabalho. Nesse novo modelo, ao contrário dos pressupostos das corporações de ofícios, o trabalhador não tinha mais domínio sobre aquilo que produzia; ele agora fazia parte de um processo produtivo maior, não mais agregando sua experiência à memória técnica. O aprendizado necessário ao trabalho passou a envolver, de uma forma crescente, tempos mais reduzidos de transmissão. Iniciava-se, assim, um longo período no qual o diálogo do saber adquirido pela experiência e prática com a sua transmissão às gerações seguintes deixava de ser relevante. Essa transição marcou a ruptura da memória técnica com a sociedade moderna, uma vez que o novo profissional era apenas uma peça do processo produtivo e a evolução acelerada da inovação tecnológica e das técnicas soterrava a memória técnica até então preservada pela transmissão oral entre gerações. O que passou a prevalecer foi o recurso à reprodução mnemônica mecânica das sociedades escritas, em que a liberdade criativa é menos presente.

Retornando à atualidade, uma outra importante iniciativa destinada à recuperação de memórias técnicas atualmente em curso é o programa *Escuelas Taller*⁴⁶.

⁴⁶ Ver em <<http://ime.nds.es>>.

Voltado para a recuperação e a valorização de técnicas e saberes esquecidos pela industrialização, o *Escuelas Taller* é um programa público do Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais do governo espanhol. Sua finalidade precípua é formar jovens menores de 25 anos em situação de desemprego e inseri-los no mercado de trabalho por meio da sua capacitação profissional em práticas de preservação e valorização do patrimônio cultural ou natural, cujo projeto pedagógico dissocia a ruptura dicotômica moderna entre o saber e o fazer. A gestão para a formação profissional e emprego é tripartite, envolvendo a administração pública, organizações empresariais e sindicatos de trabalhadores.

A idéia dessas oficinas-escolas surgiu na Espanha em meados dos anos 1980 revelando-se uma solução inovadora para a alta taxa de desemprego dos jovens, principalmente daqueles considerados em risco social⁴⁷. A concretização de sua meta principal, a revitalização dos centros e sítios históricos, esbarrava na baixa qualificação profissional nos ofícios de restauração, configurando uma tendência à extinção de determinadas práticas. Esse programa tornou-se bastante conhecido nos países latino-americanos a partir em 1992, por ocasião das comemorações dos 500 anos do descobrimento das Américas. Naquele ano, o governo espanhol – por intermédio do *Programa de Preservación del Patrimônio Cultural en Iberoamerica*, da *Agencia Española de Cooperación Internacional – AECT*⁴⁸ – deu início ao processo de revitalização de centros históricos em diversas cidades ibero-americanas, priorizando o ensino técnico profissional de jovens em situação de risco social.

Essas iniciativas repercutiram positivamente tanto nos aspectos de preservação e valorização dos patrimônios culturais locais, o que por si só estimulou a auto-estima e o

⁴⁷ No caso europeu, o grande risco social era considerado o apelo das drogas frente aos jovens, não pelos motivos encontrados nos países ibero-americanos tais como a falta de recursos econômicos ou de educação, mas por sua desmotivação em ser inserido no mundo do trabalho e de sua desvalorização como indivíduo.

⁴⁸ Ver em www.aeci.es

enraizamento das populações residentes nas proximidades desses sítios, quanto na incorporação de valores éticos, sociais e culturais, representada pela educação profissional oferecida a jovens latino-americanos de cidades como Havana⁴⁹ e Quito⁵⁰. No Brasil, as iniciativas mais notáveis foram a da restauração da antiga Faculdade de Medicina, situada no Pelourinho em Salvador, Bahia⁵¹, e a do centro histórico de João

⁴⁹ A oficina-escola em Havana é denominada Escuela Taller Melchor de Jovellanos. Foi criada em 1992 a partir de um convênio de colaboração internacional entre a AECI e a Oficina del Historiador de La Ciudad de La Habana. Segundo seu site (<http://www.ohch.cu>, consultado em 21/11/2008), a sua missão é criar especialistas para o resgate dos ofícios de restauração do patrimônio cultural imóvel. Seu público alvo é o jovem entre 18 e 21 anos de idade, que pode ser formado como operário qualificado em alvenaria, carpintaria, pintura em obras, cantaria, forja, vidraria, instalações elétricas, canalizações, jardinaria e pintura mural, e também como auxiliar em arqueologia. Até novembro de 2008 haviam sido formados 250 alunos desde sua criação, e que foram aproveitados por instituições/organizações que trabalham na revitalização de Havana – Vicedirección de Conservación y Restauración, Empresa de Restauración de Monumentos, Construtora Puerto Carenas e Gabinete de Arqueologia. Um dado importante é que a procura de jovens interessados a cada inscrição é, em média, quatro vezes superior à sua capacidade de absorção.

⁵⁰ A Escuela Taller Quito I está localizada no centro histórico de Quito, capital do Equador, área considerada Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Instalada em 1992, no interior de uma maternidade restaurada para esse novo uso, a Escuela Taller Quito I tem como objetivo principal a formação de jovens entre 16 e 22 anos de idade, homens e mulheres, com poucos recursos financeiros, sem opções de emprego e de educação, encaminhando-os para o trabalho de valorização e recuperação dos antigos ofícios e artesanatos tradicionais em vias de extinção, e para a revitalização de cidades históricas. Para isso, incorpora velhos mestres como assessores ou instrutores desses ofícios. Essa oficina escola foi em 2004 premiada pelo Programa Red Innovemos, da OREALC/ UNESCO (Oficina Regional de Educación para América Latina y el Caribe, <http://portal.unesco.org/geography/es>, com sede em Santiago, Chile) pela sua inovação metodológica em educação e trabalho. Segundo sua ficha de registro (www.inovemosdoc.cl/educacion_trabajo/escuela_taler.doc), o período de formação na Escuela Taller Quito I é de três anos. Formou aproximadamente 400 jovens, cujo nível de inserção no mercado de trabalho é superior a 90%. O número de inscrições é em média de 800 pessoas, das quais apenas 119 são inscritos regularmente. Esses alunos têm direito a uma bolsa básica, a um fundo de alimentação e a um fundo de ferramentas, o qual visa a dotar o aluno ao final de sua formação de meios para seguir sua carreira profissional. Segundo essa mesma ficha de inscrição, há nove propostas inovadoras que a distinguem das demais oficinas escolas ibero-americanas e espanholas, das quais destacamos as seguintes:

- a) Metodologia e organização do ensino com enfoque sistêmico, com estratégias e conteúdos em função das necessidades e visão locais;
- b) Incorporação na oficina-escola de velhos mestres reconhecidos por sua arte e técnica;
- c) Incorporação da oficina-escola na rede de museus e empresas do Centro Histórico de Quito;
- d) Desenho participativo de um projeto de vida para os estudantes.

⁵¹ Iniciada em 1997, a Escola Oficina de Salvador – EOS teve como base o apoio da AECI e do Programa de Preservación del Patrimônio Cultural en Iberoamerica e a coordenação da Faculdade de Arquitetura da UFBA. Hoje, a escola apóia-se nos recursos financeiros provenientes da Universidade Federal da Bahia – UFBA, do governo espanhol (através da AECI), do IPHAN e da Secretaria Estadual de Trabalho e Renda da Bahia. Segundo dados da EOS (ver em www.eos.ufba.br) até 2007, de um total de 526 jovens atendidos 249 concluíram integralmente o estágio de 24 meses e 85 estão em processo de formação. Além desses jovens, foram beneficiadas indiretamente mais de 3.600 pessoas. O prédio da EOS abriga oficinas de pintura predial, cantaria, carpintaria, marcenaria, forja, estuques e de pedreiro, todas voltadas para a obra em execução no próprio edifício.

Pessoa, na Paraíba⁵². Nessas duas capitais nordestinas, jovens de 18 a 25 anos, residentes em sua maioria em áreas periféricas aos centros das cidades, com pouca ou nenhuma oportunidade de inserção social, receberam formação técnico-profissional em oficinas-escolas. A iniciativa constituiu um instrumento poderoso na reversão do quadro de exclusão social, valorizando esses jovens como cidadãos econômica, política e culturalmente produtivos.

4.4 – A “desprofissionalização” do trabalho

Essas experiências estimulam a reflexão sobre o impacto das transformações sociais decorrentes das mudanças nos modos de produção e dos deslocamentos de investimentos, e sobre as relações que os indivíduos e agrupamentos sociais mantêm com o trabalho realizado e a profissão. Algumas experiências (áreas naval e ferroviária) demonstram que grupos de trabalhadores com estreita vinculação entre vida, trabalho e profissão, por decorrência das conjunturas políticas e econômicas e por uma questão de sobrevivência, desfazem pouco a pouco os laços sociais, tomando rumos distintos, o que vem a enfraquecer as suas posições enquanto profissionais e os setores produtivos em que estavam até então inseridos, em um eventual reaquecimento de demandas⁵³.

Do lado oposto, encontram-se setores ou tipos muito particulares de profissões que, após enfrentarem o seu ocaso, vêm a se tornar novamente essenciais em demandas que passam a ser mundiais. Nesse caso, o fato de os saberes teóricos e práticos, além

⁵² A Oficina Escola de João Pessoa teve como base inicial também a AECI e o *Programa de Preservação del Patrimônio Cultural en Iberoamerica*; e o *Monumenta*.

⁵³ A recuperação atual do setor da construção naval acabou por sofrer os reveses do desaquecimento no final do século XX. Segundo matéria divulgada pelo sítio <www.uol.com.br/aprendiz/guiadeemprego>, consultado em outubro de 2007, “o setor naval tem retomado o crescimento e espera fechar o ano de 2006 com a criação de 35 mil empregos diretos, estima o governo federal. Para suprir a demanda de funcionários no setor, os estaleiros estão à procura de mão-de-obra e têm tido dificuldades para encontrar profissionais especializados. Sentindo-se pressionadas, as escolas de formação superior vão à caça de alunos.” Mais adiante, o texto prossegue: “‘Os soldados são os mais procurados. Os próprios estaleiros tiveram de abrir escolinhas para formar soldados’, diz Sérgio Bacci, secretário de Fomentos da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (Antaq)”.

dos métodos de aprendizagem, terem sido de algum modo preservados favoreceu a retomada dessas profissões. Podemos especular que se isso não tivesse ocorrido, extensas lacunas teriam surgido em nossa cultura técnica, com prejuízos incalculáveis aos nossos patrimônios culturais e às nossas memórias.

A perda da memória técnica e o esquecimento também estão presentes, na realidade, em diversos afazeres e profissões constituídos ao longo do capitalismo industrial, à medida que esse se transforma. Os relatos e depoimentos contidos em *Memórias do trabalho: depoimentos sobre profissões em extinção*, de CERQUEIRA (1999), em pesquisa realizada pelo Museu da Pessoa como parte do projeto “História das profissões em extinção”, e supervisionada pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/ CUT, dão a dimensão desse novo processo de mudança sociocultural, tendo como eixo o trabalho e suas relações.

A pesquisa baseia-se na escuta de trabalhadores idosos, pertencentes a uma ampla gama de categorias profissionais surgidas ao longo da fase industrial do capitalismo – gráficos, marceneiros, ferramenteiros, telegrafistas, enroladores de motores, chapeleiros, serralheiros, cobradores de bonde, motorneiros, tipógrafos, alfaiates, rebitadores, torneiros mecânicos, ajustadores mecânicos, vidreiros, profissionais de gravação direta na indústria fonográfica, contabilistas bancários, ferroviários, afiadores de alicates, costureiras e perfuradores de cartões. Ela deixa patente um esquecimento que é motivado pela evolução tecnológica, pelos modernos processos de trabalho, pelas novas demandas de consumo, pelo uso e domínio de novos materiais, da globalização.

Assim como se anunciam novos esquecimentos, a vinculação entre o trabalho e a profissão, como fruto das transformações ora em curso, também perde, pouco a pouco,

relevância em nossa sociedade. Segundo GORZ (2004, p. 73), pesquisas realizadas⁵⁴ com recém-diplomados nos EUA, Canadá, Alemanha, Grã-Bretanha, França e Países Baixos ao longo dos anos 1980 e 1990 revelaram que esses jovens se recusavam em se fixar em um emprego qualquer. Eles preferiam continuar disponíveis para cultivar atividades não inerentes à sua qualificação profissional, priorizando, assim, apelos de ordem pessoal. Para tanto, trabalhavam em ocupações temporárias, sem ter como perspectiva o engajamento em carreiras que implicassem empregos em tempo integral, algo fora do objetivo comum desses jovens, uma vez que seus projetos pessoais eram tão ou mais importantes do que a relação com o trabalho. Para eles, denominados por alguns estudiosos de “*Geração X*”, era extremamente importante poder equilibrar o tempo disponibilizado para o trabalho com o tempo a ser dedicado a outros interesses, tais como a prática de *hobbies* e o exercício do convívio social.

Pesquisas realizadas nos anos 1990, em países centrais como os Estados Unidos e a Alemanha, demonstraram que a maioria dos cidadãos na idade ativa com menos de 35 anos consideravam o trabalho ou a profissão como uma das mais baixas prioridades em suas vidas, em contraposição a estudos semelhantes realizados nos anos 1950⁵⁵. Essa mudança de atitude levou GORZ (*Ibid.*, p.75) a afirmar que “*crece em todos os países e no conjunto da população ativa, a desafeição ao ‘trabalho’, de modo tão obsessivo que termina transformando-se na preocupação de encontrar um ganha-pão ou no temor de perder o emprego que se ocupa*”. A generalização contida nessa afirmação parte da realidade dos países centrais, não considerando a persistência, nos

⁵⁴ Gorz se refere a YANKELOVICH, D., 1981, *New Rules – Searching for Selffulfillment in a World Turned Upside Down*, Nova York, Random House; ZOLL R., 1989, *Nicht so wie unsere Eltern*, Opladen, Westdeutscher Verlag; COUPLAND D., 1991, *Generation X. Tales for an Accelerated Culture*, Nova York, St. Martin’s Press; LELAUBE A., “L’élite des ‘Grandes Écoles’ est fatiguée”, *Le Monde Initiatives*, 23 de janeiro de 1991; LELAUBE A., “La mutation du travail”, *Le Monde Initiatives*, 11 de maio de 1994.

⁵⁵ Segundo GORZ (*Ibid.*, p. 75), apenas 10% da população economicamente ativa da Alemanha consideraram o trabalho como a dimensão de maior valor em suas vidas. Nos EUA esse percentual é de 18%, o que equivale a menos da metade do indicado em pesquisas semelhantes, realizadas nos anos 1950.

países periféricos, da necessidade premente de sobrevivência vivida pela maior parte das suas populações. Aí, o desapego ou a desvinculação à profissionalização do trabalho deve-se muito mais aos fluxos de demanda do mercado de empregos e à escassez de empregos formais, o que obriga grande parte da população na faixa etária considerada produtiva a ter que constantemente se reinventar na informalidade. E isso acontece, vale salientar, mais por lhe serem oferecidas poucas oportunidades de capacitação e formação profissional, e menos pelo desejo de disponibilizar o tempo para projetos pessoais. Essa situação, por sua vez, produz efeitos tão ou mais graves nas relações sociais e pessoais com o trabalho e as profissões, tal como vimos nos casos das construções ferroviárias e navais, e da preservação do patrimônio cultural.

Para OFFE (1992, p. 35), há dúvidas para os que trabalham, sobre a atualidade de considerarem o trabalho como central em suas vidas. Para quem depende da remuneração proveniente do trabalho exercido, o seu significado e racionalidade hoje se mostram de modo turvo frente aos seus hábitos cotidianos, à sua vida vivida e à sua consciência. Segundo este autor (*Ibid.*, p. 35), parece paradoxal que o mundo do trabalho abranja parcela cada vez maior da população sendo remunerada pelo exercício de trabalhos na esfera pública e que, ao mesmo tempo, a participação e o envolvimento do indivíduo na atividade exercida sejam cada vez mais reduzidos. A descentralização do trabalho frente a outras dimensões da vida poderia ser contraposta sociologicamente por dois mecanismos mantedores da centralidade do trabalho na organização da sociedade e do indivíduo. Uma que dá ao trabalho o papel regulador ou normativo, constituindo-o como referência de uma vida moralmente correta. De acordo com OFFE (*Ibid.*, p. 37), porém, essa ideia fracassa tanto pela erosão das tradições culturais religiosas quanto pelo hedonismo consumista das sociedades industriais capitalistas: “[l]a fuerza comprometedora de las actitudes ético-laborales se debería ver, cuando

menos, adicionalmente debilitada por la circunstancia de que la etificación del hecho de trabajar solo puede funcionar bajo condiciones que permitan en definitiva que los trabajadores se confirmen, preserven y encuentren reconocimiento en su trabajo como personas que actúan moralmente como titulares de deberes”.

O outro mecanismo é o que reserva ao trabalho um papel impositivo no âmbito da integração social, sendo, portanto, condição exterior para a sobrevivência física. Para OFFE (*Ibid.*, p. 37), os processos taylorizados de racionalização técnica da produção parecem ter conduzido a supressão do “fator humano”, que sempre pode conter uma parcela de insegurança e transtorno, ao que as empresas contra-acenaram normalizando outros valores inerentes ao trabalho, como a responsabilidade e a racionalidade. A “desprofissionalização” do trabalho é hoje constatada mais frequentemente, o que para OFFE (*Ibid.*, p. 38) faz com que também desapareça *“la vertiente subjetiva de la profesión, a saber: el manejo de deberes y derechos asignados a una determinada función laboral, el ‘orgullo de productor’ y su reconocimiento social”*.

A “desprofissionalização”⁵⁶ do trabalho contrapõe-se à visão *weberiana* que identifica na profissionalização do trabalho as condições necessárias para o desenvolvimento da ética do trabalho e da base espiritual do capitalismo. A esses argumentos contrários à valoração ética e moral humana nos dias atuais por meio do trabalho, soma-se, segundo OFFE (*Ibid.*, p. 38), a desagregação dos ambientes sociais

⁵⁶ Por outro lado a “desprofissionalização” pode se configurar como uma diretriz estratégica para algum setor, para que se alcance algum objetivo político específico. Segundo KUNCZIK (2002, p. 143), a discussão do imperialismo cultural comporta a intenção de se adotar uma política de dissociação cultural, e, para tal, é necessário a descentralização dos meios de comunicação e a participação maciça da população para impedir a manipulação das informações por parte dos profissionais da área de comunicação. Essa ação, se concretizada, remete-nos à “desprofissionalização” premeditada na área jornalística para que ocorra a descentralização da informação. Para KUNCZIK (*Ibid.*, p. 144), esse conceito não garantiria uma melhor comunicação, mas, ao contrário, geraria o caos, dado que há necessidade de profissionais que avaliem e fixem as prioridades para cada interesse, seja ele local ou global. Seguindo essa mesma linha, OLIVEIRA (2004, p. 1128) localiza, no rastro das reformas educacionais iniciadas na última década no Brasil e em outros países latino-americanos, mudanças de tal monta no exercício do magistério, que as teses sobre desvalorização e desqualificação dos trabalhadores docentes ensejam estudos e pesquisas sobre a *desprofissionalização* do magistério.

de vida, constituídos organicamente em torno de categorias de trabalho e profissionais, e que configuram não somente contextos sociais com base no trabalho e em tradições, *como também* elos socioculturais e vínculos a organizações empresariais, religiosas ou culturais.

Na visão de Offe, a crescente obsolescência desses ambientes sociais é causada pela atual descontinuidade entre a formação e o exercício profissional. Com efeito, hoje em dia os trabalhadores com vidas profissionais contínuas constituem exceções e não a regra necessária, senão para a constituição, pelo menos para a conservação desses ambientes de vida. Nos termos de Offe, há uma descontinuidade na biografia de trabalho, que somada à redução, identificada por outros estudiosos que pesquisam o tema, do tempo dedicado ao trabalho em relação ao tempo de vida, fazem do trabalho um aspecto entre tantos outros da vida social humana, e não mais o elemento central em nossas relações.

Essa centralidade também pode ser entendida como persistir em outros termos e em diferentes escalas de valores, esses ambientes sociais de vida constituídos em torno das relações estabelecidas entre os atuais trabalhadores e suas profissões, se observarmos que as grandes cidades, principalmente nos países periféricos, são ambientes de vida (e morte), onde se refugiam populações em busca de alternativas de sobrevivência, através da prática de serviços e atividades laborais. O que se mostra muito evidente como diferença nesses novos ambientes sociais é a não vinculação entre o trabalho exercido e o emprego, a não profissionalização do trabalho, a ausência cada vez maior de qualquer comprometimento ou responsabilidade com o que se faz ou onde se faz por parte de quem o faz.

Nos dias atuais, não há longos prazos e nem carreiras tradicionais no trabalho, o que ocasiona, entre outras conseqüências, o fato, sublinhado por SENNETT (2006, p.

20), de as comunidades dormitórios, apesar de continuarem a ter vida social, serem constituídas por vizinhanças que não podem ser testemunhas do prazo de vida de nenhuma outra pessoa, por sua intensa mobilidade espacial e de emprego. A inexistência de longos prazos tanto no local de trabalho como no lugar de moradia implica, para SENNETT (*Ibid.*, p. 24), na corrosão da confiança, da lealdade e do compromisso mútuo, pois esses laços sociais dependem do tempo e do enraizamento das relações humanas. As transformações atuais nessas relações sofreram forte influência das mudanças ocorridas nos modos relacionais com o trabalho. Na realidade, desde o momento inaugural do capitalismo industrial, as fábricas localizadas fora das cidades inovaram os hábitos das populações locais, uma vez que também afastavam os trabalhadores de suas casas, separando o ambiente de produção e trabalho do lugar de moradia. Essa separação era até então estranha à grande parte das famílias, se pensarmos quer nas atividades agrícolas, realizadas na roça próxima à casa, quer nos ofícios de padeiro, sapateiro, alfaiate etc., cujo desempenho tinha lugar na oficina ou no ateliê instalado nos fundos ou no térreo da residência. Essa separação, segundo SENNETT (*Ibid.*, p. 40), foi, aos olhos de Adam Smith, a mais importante de todas as modernas divisões de trabalho.

Para SENNETT (*Ibid.*, p. 102) a cultura do risco é moderna, pois hoje permanecer imóvel é visto como sinal de fracasso e de estagnação. Nesse sentido, a estabilidade nas relações entre trabalho, profissão e emprego está no sentido inverso não somente das diretrizes contemporâneas que, nos aspectos socioeconômicos, insiste em nos forçar a partir de um trabalho ao outro, como também no da reestruturação das organizações e no da maior flexibilidade dos sistemas e modos de produção. Como as atividades de trabalho não implicam mais em compromissos e participação efetiva no que é produzido, os elos unificadores à profissão e ao ambiente daqueles que dependem

de remunerações por atividades laborais são cada vez mais fracas, tornando os trabalhadores e as sociedades cada vez mais vulneráveis aos riscos, aos deslocamentos e às mudanças de diversas ordens.

Essa disponibilidade de vida é associada à flexibilidade, a qual, de acordo com SENNETT (*Ibid.*, p. 110) equivale à juventude; em contrapartida, a estabilidade é associada à rigidez, que, por sua vez, equivale atualmente à velhice. A experiência, que o trabalhador acumula em sua profissão ou emprego, tende a ser desvalorizada, pois ela é vista hoje como um possível empecilho à adoção de medidas de transformação das organizações empresariais. Assim, nessa perspectiva, os mais experientes são subestimados em detrimento dos profissionais mais jovens, menos experientes, porém mais flexíveis e mais afeitos teoricamente a mudanças e com menos capacidade prática de crítica aos novos procedimentos. Para SENNETT (*Ibid.*, p. 117), a arena da ética do trabalho é onde mais se contesta, nos dias atuais, a validade da experiência profissional, pois a ética mais clássica afirmava o uso auto-disciplinado do tempo e adiava o valor da satisfação pessoal. As pessoas tentavam provar o seu valor como indivíduo por meio do trabalho. Por conseguinte, essa ética do trabalho possibilitou a revelação de conceitos de caráter ainda presentes em nossas vidas, embora desprezados como qualidades desejadas nos perfis de mão-de-obra. Modernamente, a ética do trabalho, segundo SENNETT (*Ibid.*, p. 118), está concentrada no trabalho de equipe, pois serve a uma economia política flexível, e este trabalho em equipe “*ênfatiza a adaptabilidade às circunstâncias*”. Diz ele:

“As formas modernas de trabalho em equipe são em muitos aspectos o oposto da ética do trabalho como concebia Max Weber. Ética de grupo em oposição à ética do indivíduo, o trabalho em equipe ênfatiza mais a responsabilidade mútua que a confirmação pessoal. O tempo das equipes é mais flexível e voltado para tarefas específicas de curto prazo do que para a soma de décadas caracterizadas pela contenção e a espera. O trabalho em equipe, porém, nos leva ao domínio da

superficialidade degradante que assedia o moderno local de trabalho. Na verdade, o trabalho em equipe deixa o reino da tragédia para encenar as relações humanas como uma farsa.” (Op. cit., p. 126-127)

Para a empresa moderna, num mundo globalizado, num mercado ágil e flexível da economia transnacional, é imprescindível mostrar-se liberta das exigências espaciais e das fronteiras territoriais. Isso a torna capaz de opor-se à soberania de cidades ou países; ela pode negar-se a atender a exigências atribuídas por impostos ou medidas de proteção social, simplesmente por lhe ser possível deslocar os seus investimentos ou local de atuação. Porém, como observa SENNETT (*Ibid.*, p. 163), a economia dá sinais de não ser tão insensível ou invulnerável à questão do local como se pretende supor. Na realidade, o lugar tem dado provas de ter poder e ainda determinar tomadas de decisões sobre investimentos, mesmo em uma economia globalizada. Os aspectos geopolíticos, culturais e sociais do lugar ganham uma força não prevista e não desejada nas estratégias do capitalismo moderno, decorrente da necessidade de proteção frente às incertezas da flexibilidade, dos desenraizamentos provocados pelo excesso de mobilidade e das superficialidades contidas nas relações atuais do trabalho. Para SENNETT (*Ibid.*, p. 171), *“a visão do ‘nós’ comunal é muito mais profunda que a partilha muitas das vezes superficial de valores comuns que com frequência aparece no moderno comunitarismo”*, e os laços criados se mostram distantes da dimensão reativa presente na valorização do lugar e das tradições.

A força da comunidade faz-se presente quando são reconhecidas as diferenças contidas nas próprias comunidades. As marcas do tempo e as desorganizações nas estruturas sociais conduzem, mais do que à superficialidade contida na cooperação do trabalho em equipe ou na organização flexível do trabalho, à real articulação e à busca pela verdade nas relações sociais. Conforme SENNETT (*Ibid.*, p. 173), alguns

pensadores franceses, como Sartre, estabeleceram uma distinção no movimento humano de permanência. Eles separaram o manter-se a si – cujo sentido conserva a identidade ao longo do tempo e é, portanto, mutável à medida que incorpora as novas experiências da vida, estando sujeita à interferência espaço-temporal – do ser fiel a si, cujo significado maior é manter-se honesto consigo mesmo, o que independe das dimensões espacial e temporal, mas possui estreita relação de responsabilidade com a dimensão social. Essa dimensão de responsabilidade para consigo mesmo e para com o outro é que está em jogo em virtude, exatamente, da desvinculação entre o nosso trabalho e as nossas experiências de vida e profissional, quando essas últimas deixam de ser qualidades significativas nas relações socioeconômicas providas pelo mercado de trabalho.

4.5 – A educação profissional como reaproximação

A educação profissional, tanto como caminho para a valorização dos ofícios em desuso, quanto como meio de incorporar jovens em situação de risco social, tem-se mostrado um ingrediente crucial na busca da profissionalização do trabalho. Uma iniciativa relevante da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO⁵⁷ foi a adoção de diretrizes para a criação, em sistemas nacionais, do programa Tesouros Humanos Vivos como salvaguarda do patrimônio imaterial. Diferentemente dos países ocidentais, onde se preserva e valoriza o objeto testemunho como bem cultural, os países do Extremo Oriente sempre privilegiam o processo e não o produto quando se trata do seu patrimônio cultural. Essa perspectiva diferente vem ao encontro de nosso propósito de valorização do trabalho, ganhando importância como estratégia a ser considerada.

⁵⁷ Ver em <www.unesco.org/culture/ich/es/tesoros-humanos-vivos>.

Os chamados Tesouros Humanos Vivos são pessoas notáveis, que detêm saberes e técnicas ímpares, necessários à manifestação e à preservação de aspectos da vida cultural de um povo. Suas práticas podem ou não consubstanciar produtos materiais, cuja importância pode vir a ser também a ponto de eles também se constituírem em patrimônios culturais. De qualquer modo, vale reiterar que o mais importante não são os objetos produzidos, mas sim os processos a serem preservados e a valorização de quem o sabe fazer. Para tal, aquelas pessoas eleitas como Tesouro Humano Vivo deverão ser custeadas pelos governos locais, percebendo remuneração adequada ao propósito de se manterem vivas técnicas e práticas culturais. Seus conhecimentos deverão ser divulgados por meio de projetos pedagógicos de formação profissional de jovens; estes, por sua vez, deverão dar sequência às atividades aprendidas e serem co-responsáveis pela transmissão dessa herança cultural às gerações seguintes.

Os antecedentes à criação desse programa dão conta de muitas das questões abordadas acima. O processo teve início em 1950, quando o governo japonês reconheceu oficialmente quem possuía saberes e técnicas especiais, passando a estimular a continuidade de costumes tradicionais japoneses, tais como a fabricação de sabres, a prática de artes marciais ou cênicas. Segundo a UNESCO, nesse mesmo ano de 1950 foi promulgada a Lei para Proteção de Bens Culturais, abrangendo tanto os patrimônios materiais como imateriais. Essa lei impôs-se como necessária devido à destruição – causada por um incêndio, ocorrido em 1949 – das pinturas murais de *Horyuji Temple's Kondo*, conhecido como Templo Dourado, situado em Nara, e à crescente conscientização da população japonesa no pós-guerra de que suas tradições culturais estavam correndo risco de desaparecerem frente à onda de modernização e adequação aos padrões ocidentais. Os âmbitos japoneses definidos por lei são designados como artes cênicas ou técnicas artesanais. Nas artes cênicas estão

classificadas oito modalidades e nas técnicas artesanais mais oito: cerâmica, tecido e pintura de telas, laqueado, trabalho em metal, trabalho em madeira e bambu, fabricação de bonecas e fabricação de lâminas de ouro.

Em 1964, a Coreia adotou os mesmos princípios japoneses, mas com um sistema próprio de preservação e transmissão do patrimônio cultural imaterial às gerações futuras. Nas décadas seguintes, as Filipinas e a Tailândia aderiram à idéia, implementando programas semelhantes. Na Europa, a França e a Romênia adotaram igualmente programas próprios de valorização e transmissão de seus conhecimentos tradicionais. Posteriormente, em 1989, a UNESCO divulgou uma recomendação sobre *Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*, ponto de partida do conceito ampliado do Programa Tesouros Humanos Vivos, estendido a todos os países. Na França, segundo dados da UNESCO, há atualmente 63 mestres artistas reconhecidos oficialmente pelo governo nos termos previstos pelas Diretrizes para Criação de Sistemas Nacionais de ‘Tesouros Humanos Vivos’⁵⁸. Eles exercem suas atividades nas seguintes especialidades: fabricação de instrumentos; gravação de livros; teatro; música e dança; fabricação têxtil e moda; artes da terra e do fogo; artes mecânicas; madeiras e móveis; metal; joalheria e ourivesaria.

No Brasil, o Ministério da Cultura criou a Ação Griô – Mestres dos Saberes, com o objetivo de dar apoio financeiro e material aos mestres dos saberes, para que possam dar continuidade à preservação, divulgação e reinvenção de nossa cultura. Essa ação é a forma brasileira de aproximação ao Programa Tesouros Humanos Vivos da UNESCO. O texto abaixo fornece mais informações sobre a Ação Griô:

“Márcio, conhecido como ‘Velho Griô’, é um contador de histórias, músico e poeta, que caminha pelos diversos vilarejos do sertão da Bahia ‘aprendendo e ensinando cultura’. Dona Severiana, em Trucanhém, interior de Pernambuco, dá forma

⁵⁸ Ver em www.unesco.org/culture/ich/es/tesoros-humanos-vivos, e em especial nesse sítio o documento “*Diretrizes para la creación de sistemas nacionales de ‘Tesoros Humanos Vivos’*”.

ao barro, criando bichos, santos e figuras que contam a sua história e a de sua comunidade. Dona Noemiza é a mais conhecida paneleira do Vale do Jequitinhonha e, apesar do reconhecimento artístico, vive isolada e em condições financeiras difíceis. Mestre Didi, conhecido como ‘o guardião dos segredos da Bahia’, pinta as cores e a diversidade de seu povo.

Griô é o ‘abrasileiramento’ da palavra francesa griot, usada por jovens africanos que foram estudar em universidades francesas. Movidos pela preocupação com a preservação de seus contadores de histórias, que carregam consigo a tradição oral (‘a morte de um griot representa um incêndio em uma biblioteca’, diziam), consolidaram um conceito e uma atividade secular entre seu povo, também expressado na palavra dielis.

São pessoas que por diversas razões, circunstâncias e habilidades, acumularam conhecimentos que pertencem às suas comunidades e que podemos entender como ‘patrimônio cultural imaterial’. São as práticas, representações, expressões e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial é transmitido de geração a geração.” (<www.cultura.gov.br/cultura_viva/catalogo/cat10.php>)

Outras iniciativas brasileiras na esfera pública federal são as que estimulam a conservação e a melhoria das condições de sustentabilidade do patrimônio cultural imaterial brasileiro por meio de ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, como editais de apoio e fomento ao patrimônio imaterial. Outras ações de salvaguarda podem ser citadas, entre as quais a Arte Kusiwa, que, segundo o IPHAN⁵⁹, procura valorizar e salvaguardar as expressões gráficas e orais da comunidade Wajãpi do Amapá; o samba de roda do Recôncavo Baiano, e o ofício das paneleiras de Goiabeiras, que envolve ações relativas à organização e à capacitação do grupo de paneleiras, bem como ao uso sustentável dos recursos e insumos ambientais usados na

⁵⁹ Ver em <<http://portal.iphan.gov.br>>.

confeção das panelas, tais como o barro extraído do vale do Mulembá e o tanino encontrado nos manguezais para dar coloração às panelas de barro.

Essas iniciativas – juntamente com outras, do tipo e do porte das *Escuelas Taller*, e do *Programa de Preservación del Patrimônio Cultural em Iberoamerica*, implementadas nas oficinas-escolas espalhadas pelos países da Europa, Américas, África e Ásia – constituem bons exemplos da associação da educação profissional em técnicas em desuso com a reconstrução e a valorização da memória local. Essa combinação permite consolidar e enraizar ritos e significados sociais, e também opor resistência à mundialização do trabalho e da vida.

No Brasil, merece também menção as já citadas experiências da Escola Oficina de Salvador – EOS e da Oficina Escola de João Pessoa, no nordeste brasileiro. Há ainda o *Monumenta*, um programa de recuperação do patrimônio cultural urbano brasileiro, executado pelo Ministério da Cultura, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e apoio da UNESCO. O *Monumenta* inclui, entre as suas estratégias para recuperar o patrimônio cultural, atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauração, formação de agentes locais de cultura e turismo, além da promoção de atividades econômicas e programas de educação profissional.

Um exemplo mais recente teve lugar no Rio de Janeiro ao longo do ano de 2007. Foi o projeto-piloto do Programa Oficina Escola de Manguinhos, com recursos provenientes de convênio assinado entre a Fundação Oswaldo Cruz, através de sua unidade técnico-científica Casa de Oswaldo Cruz – COC, e o Monumenta. A Oficina Escola de Manguinhos, uma das ações de educação patrimonial da Casa de Oswaldo Cruz, tem como base o ensino técnico-profissional em conservação e restauração do patrimônio cultural da saúde. No caso específico do projeto-piloto, foram ministradas aos 40 alunos matriculados 270 horas de aulas teóricas e práticas nos ofícios de estuque

ornamental e pinturas murais, e mais atividades de extensão vinculadas às ações em curso de preservação patrimonial da instituição aos vinte alunos mais destacados⁶⁰.

As estratégias aqui assinaladas não são as únicas nem as melhores para o reencontro do trabalho com a profissão, mas são repletas de significados. Dentre esses significados, destacamos a transmissão de ofícios a jovens, por intermédio de destacados profissionais idosos, que segundo a tendência atual estariam alijados do mercado de trabalho. Considerá-los como elementos essenciais na preservação e valorização de determinadas profissões parece-nos uma alternativa ao soterramento de saberes e vidas que a prática tem demonstrado como eficaz. Persistindo nesse caminho, vale entender um pouco mais sobre os idosos em nossas sociedades modernas e recorreremos à sua escuta para constituir outra memória do trabalho que não aquela que a história nos tem contado.

⁶⁰ Em 2009 a Oficina Escola de Manguinhos – OEM iniciou a formação de sua segunda turma, agora restrito ao ofício de estuque. A OEM faz parte de um programa de educação profissional ainda em gestação na Casa de Oswaldo Cruz, que também engloba mais duas oficinas escolas, uma localizada no Palácio Itaboraí, em Petrópolis e que teve já cursos de pintura muraria, e a Oficina Escola da Colônia, localizada na antiga Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, RJ, com previsão de início para 2010. Para maiores informações, ver <www.fiocruz.br> e em <www.coc.fiocruz.br>.

CAPÍTULO 5 – O IDOSO

“Você está para fazer oitenta e dois anos. Encolheu seis centímetros, não pesa mais do que quarenta e cinco quilos e continua bela, graciosa e desejável. Já faz cinquenta e oito anos que vivemos juntos, e eu amo você mais do que nunca. De novo, carrego no fundo do meu peito um vazio devorador que somente o calor do seu corpo contra o meu é capaz de preencher.” (GORZ, 2008, p. 5).⁶¹

Uma dúvida que acomete os homens desde épocas passadas é a definição do que é ser velho. Nas sociedades modernas ocidentais, essa definição está diretamente relacionada à capacidade produtiva do indivíduo, e para tanto, a idade cronológica prevalece como parâmetro social, político e econômico para diversos fins. No contexto atual, a Organização Mundial de Saúde – OMS define a população idosa como aquela composta por pessoas a partir de 60 anos de idade, mas condiciona esse marco etário ao local de residência do indivíduo. Essa distinção tem a ver com a maior ou menor qualidade de vida que uma pessoa desfrutou ao longo da sua história, o que remete à maior ou menor expectativa de vida ao nascer. Resulta daí que nos países em desenvolvimento prevalece a idade de 60 anos, enquanto nos países desenvolvidos essa idade limítrofe chega aos 65 anos. No Brasil, o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) define o idoso como toda pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, mas para o recebimento de alguns benefícios, como a aposentadoria⁶² e a gratuidade no transporte, a idade mínima é de 65 anos.

Nos países ocidentais, o envelhecimento está associado sobretudo à saída do indivíduo da vida produtiva na esfera pública, através da aposentadoria, referida em

⁶¹ Trecho de carta que Gorz escreveu no fim de sua vida à sua esposa Dorine, com quem viveu por quase 60 anos, como despedida anunciada de um suicídio mútuo porquanto não podiam mais vivenciar o crescente sofrimento dela por uma doença que não conseguiriam vencer.

⁶² Na realidade, a idade de 65 anos refere-se ao direito ao benefício da aposentadoria por idade concedida aos trabalhadores urbanos do sexo masculino, sendo fixada a idade de 60 anos para o sexo feminino. Para os trabalhadores rurais do sexo masculino, essa idade mínima passa a ser de 60 anos, e para os de sexo feminino 55 anos (Ver em http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/beneficios_02.asp).

grande parte à sua idade cronológica, e a sua passagem para a esfera doméstica, mais restrita, do que propriamente à sua idade biológica. A aposentadoria caracteriza a retirada do indivíduo trabalhador do mundo produtivo e o seu ingresso no mundo doméstico, o que causa, muitas vezes, estranhamento tanto a quem se aposenta como à sua família. Essa mesma aposentadoria – que ajudou a transformar na história a condição do velho como nova classe social e política, além de parcela importante na economia – é com frequência conflituosa e vista mais como penalidade do que como direito trabalhista conquistado para quem se aposenta ou está em vias de se aposentar. Procuraremos abordar, neste capítulo, esse e outros aspectos decorrentes do transcurso da vida no mundo do trabalho em meio ao aumento progressivo do envelhecimento populacional não só nos países desenvolvidos, como também nos países em desenvolvimento. Nossa intenção, com isso, é lançarmos os fundamentos que embasarão a análise das entrevistas constantes da segunda parte desta tese, entrelaçando-os às questões apontadas nos capítulos precedentes e que dizem respeito às relações do trabalho com a vida, com o lugar e com a profissão.

Para os nossos objetivos nesta tese, é fundamental avaliarmos as questões que impactam as sociedades em seus aspectos econômicos e socioculturais, dado que estudamos o mundo do trabalho sob determinados aspectos relacionais em três segmentos produtivos (naval, ferroviário e preservação do patrimônio cultural) e, por conseguinte, o registro desses aspectos e a sua inserção na vida de profissionais com 60 anos ou mais. Inicialmente, apresentaremos dados concretos que possibilitem a compreensão dos cenários atuais e futuros nas sociedades ocidentais – em particular nas sociedades latino-americanas e caribenhas e de forma ainda mais detalhada na sociedade brasileira – frente ao envelhecimento de suas populações e suas consequências na vida econômica e social. Em seguida, procederemos à abordagem

trans-disciplinar, entremeando as relações eleitas como referenciais para o estabelecimento de um campo de diálogo com as questões mais emergentes e sensíveis que envolvem o trabalho e o homem como ser singular e social. Com essa perspectiva, enfocaremos as idades do homem sob diferentes olhares, incluindo o economicista e o sociocultural, que propõem a velhice como uma construção social. E finalmente, acompanharemos a trajetória dos velhos ao longo dos séculos nas sociedades ocidentais, tendo por referência básica a obra de BEAUVOIR (1990), escrita, não por acaso, em 1968, quando movimentos socioculturais e políticos explodiram principalmente na França e tornaram visíveis questões antes ocultadas, como a discussão do outro, aquele indivíduo não abrangido pelo conceito universal do homem europeu e cristão, a educação, o trabalho e as minorias. Entre essas últimas, situa-se exatamente a velhice, e por esse motivo esse livro de Simone de Beauvoir constitui um marco obrigatório para a temática sobre o velho e seu lugar no mundo ocidental moderno.

5.1 – O idoso nas sociedades do trabalho e do conhecimento

“O fim da vida ainda é vida” (GUARDINI, 1998, p. 94).

Em abril de 2002, a ONU realizou em Madri, Espanha, a 2ª Assembleia Mundial sobre Envelhecimento. No encontro foram discutidos os impactos do envelhecimento da população mundial, sobretudo nos países em desenvolvimento, sendo recomendadas algumas diretrizes de atuação para essa faixa populacional e proposto um Programa de

Ação para Pessoas Idosas⁶³. Essa iniciativa foi uma resposta à constatação de que o envelhecimento da população mundial é um dos mais significativos processos demográficos da era moderna. Todos os anos, esses prognósticos são confirmados por pesquisas, censos e relatórios, como o da United Nations Population Fund – UNFPA, em colaboração com The Population and Family Study Center – CBGS (UNFPA, 2002). Conforme POPOLO (2001, p. 5), esse processo demográfico – fenômeno característico do final do século XX e que deve se intensificar ao longo do século XXI – tem como aspecto central a consolidação do envelhecimento como um dado irreversível nos países desenvolvidos; já o envelhecimento populacional nos países em vias de desenvolvimento ocorrerá num intervalo de tempo muito menor e de modo heterogêneo, deixando marcas profundas nas estruturas sociais, econômicas e culturais desses países.

Segundo uma projeção para o ano de 2050, realizada pela ONU em 1998⁶⁴, e posteriormente ratificada em estudos mais recentes, os países desenvolvidos continuarão a ter percentualmente populações de idosos superiores às de jovens, caracterizando-se, portanto, como sociedades envelhecidas. Os países em desenvolvimento apresentarão números absolutos mais elevados, com projeção de 1,1 bilhões de idosos, enquanto os países desenvolvidos reunirão em torno de 287 milhões de velhos. Os prognósticos gerados pelo envelhecimento da população mundial

⁶³ O programa referenda ações anteriormente propostas no sumário do Programa de Ações para Pessoas Idosas, da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada em 1994, e cujos pressupostos são os seguintes: 1) a constatação do declínio da fertilidade e da mortalidade; 2) o avançado processo de envelhecimento nos países desenvolvidos; 3) a longa expectativa de vida das mulheres em confronto com o fato das mulheres idosas serem em sua maioria pobres; 4) o contraste entre o aumento numérico de pessoas idosas e a diminuição de ofertas de trabalho para essa faixa populacional; 5) o longo tempo necessário para a obtenção de benefícios e assistência em função da idade. O referido programa propõe as seguintes iniciativas: 1) o desenvolvimento de sistemas de seguridade social que assegurem a equidade e a solidariedade inter-geracional e intra-geracional; 2) o estímulo à constituição de famílias multi-geracionais e serviços de suporte para o crescimento do número de pessoas idosas; 3) a promoção da autoconfiança e a criação de oportunidades para os idosos assumirem uma vida ativa, saudável e auto-determinada; 4) o estímulo aos idosos para que eles passassem a utilizar as suas habilidades e conhecimentos, e os outros a reconhecerem a sua contribuição na vida familiar e comunitária; 5) o fortalecimento de sistemas de suporte para a eliminação da violência e discriminação contra os idosos, em particular as mulheres idosas; 6) a promoção do interesse dos idosos em colaborar com ONGs e com o setor privado, em especial na área de saúde (UNFPA, 2002, p. 12).

⁶⁴ Dados obtidos em CARVALHO, ANDRADE (2000, p. 86).

apontam para um agravamento do desemprego e das condições socioeconômicas em geral entre os mais velhos. POPOLO (2001, p. 7) chama a atenção para o fato de que o envelhecimento populacional, considerado como um fenômeno de proporções mundiais, mas que apresenta diferenças importantes entre os continentes e os diversos países, abriga, por conta disso, evoluções desiguais nos componentes demográficos, o que afeta sobremaneira as condições em que se dão as transições demográficas de cada região.

As marcas socioeconômicas decorrentes desse processo podem ser visualizadas na pressão sobre os sistemas de saúde e de seguridade social, que devem se adequar às mudanças nos padrões demográficos, tais como o incremento de gastos em doenças relacionadas às pessoas com mais idades, como a diabetes, a hipertensão, as doenças cardiovasculares e as artrites reumatóides, em contraponto com a diminuição de gastos com doenças e problemas típicos da infância, implicando em mudanças de infra-estruturas físicas e econômicas, além de transformar as demandas que orientam a formação de recursos humanos.

Segundo POPOLO (*Ibid.*, p. 11), a atenção à saúde das pessoas de idade é fundamental para as sociedades que buscam o aumento da expectativa de vida associada ao bem-estar de sua população. Desse modo, a transição demográfica por que passam diversos países, e em particular os países latino-americanos e caribenhos, requer contínuos avanços em pesquisa e desenvolvimento na transição epidemiológica, que comumente ocorre concomitante à demográfica. Os padrões de morbidade presentes nessa transição revelam o predomínio de doenças crônicas e degenerativas, no lugar das doenças infecciosas e agudas, características de uma estrutura populacional com predomínio de jovens e crianças. Profissionais especializados em geriatria ou doenças cardiovasculares ganham espaço nos países com envelhecimento populacional, num

momento em que as demandas por outras especializações, como pediatria e obstetrícia, se reduzem.

As mudanças no campo da educação podem ser exemplificadas na análise de GOLINI (2000, p. 112) sobre o envelhecimento na Itália⁶⁵, centrada nas transformações ocorridas entre 1975 e 1993 na relação entre professores e alunos nas escolas públicas do ensino primário. Nesse período, o número de crianças entre seis e 14 anos de idade diminuiu de 7,2 milhões para 4,5 milhões, enquanto o número de professores continuou aumentando na proporção habitual, passando de 482 mil para 515 mil no mesmo período. Isso acarretou um aumento anual de 4,906 bilhões de Liras italianas, em valores de 1985. Segundo GOLINI (*Ibid.*, p.112), com isso o gasto em 1995 por estudante da escola primária na Itália passou a ser cerca de 40% maior do que na Inglaterra e na França, países que apresentam índices menores de envelhecimento populacional que a Itália.

Essas transformações afetam culturalmente as sociedades e, de forma mais direta, a relação apontada anteriormente entre o trabalho e a profissão, conformando novas especialidades, fortalecendo algumas e esvaziando outras de sua importância perante o conjunto da sociedade, propiciando condições para o aumento do fluxo migratório em prol da procura por melhores oportunidades de emprego em determinada profissão. Isso impacta também a relação do trabalho com o lugar, acarretando consequências diretas para o indivíduo enquanto trabalhador.

Outra marca da transformação socioeconômica é a diminuição da relação do número de contribuintes ativos por aposentados nos sistemas de previdência social e o

⁶⁵ A Itália é o país que apresenta no mundo a maior relação de pessoas com 65 anos ou mais (18,2% em 1998) e a maior taxa de envelhecimento (relação entre o número de pessoas com 65 anos ou mais e o número de jovens com menos de 15 anos de idade) mundial, que equivale a 128. Ou seja, há mais 28% pessoas com 65 anos ou mais do que jovens com menos de 15 anos na Itália (cf. División de Población del Departamento de Asuntos Económicos y Sociales, Nueva York, Naciones Unidas, *apud* Golini (2000, p. 107)).

maior período, em média, que o aposentado usufrui da aposentadoria em virtude do aumento da expectativa de vida. Nesse sentido, estudos que recomendam o aumento da idade mínima de aposentadoria em alguns países são questionados, não só pelos valores sociais neles presentes, mas principalmente por sua pouca eficácia. Segundo GOLINI (*Ibid.*, p.118), as mudanças nos sistemas de previdência devem estar conjugadas a uma transformação do mercado de trabalho, de modo a facilitar a quem está próximo da idade de se aposentar, possibilitando uma transição gradual entre o trabalho em jornada integral e o gozo do tempo disponibilizado pela aposentadoria, e ao mesmo tempo, permitir ao idoso encontrar trabalhos em jornadas parciais. Ele denomina esse processo de mobilidade profissional horizontal.

Tal proposição é compartilhada por diversos aposentados ou trabalhadores em vias de se aposentar, e têm como porta-vozes políticos e autores que tratam sobre o assunto, tais como Gorz e outros, que abordam o tema não somente por vivenciarem essa etapa da vida pessoalmente, mas também por reconhecerem a profundidade da questão humana que ele encerra. SCLIAR (2007), por exemplo, julga urgente se refletir sobre um regime de transição gradativa que atenuar o que hoje ocorre, ou seja, a passagem direta entre a condição ativa de um trabalhador para outra, em que ele é “expulso” de toda uma vida, a despeito de sua capacidade física e intelectual. Por outro lado, por uma questão de justiça social, a manutenção por mais tempo de um profissional no mercado de trabalho formal diminui a oferta de oportunidades para os jovens no mundo do trabalho, segmento no qual a taxa de desemprego é extremamente elevada em todo o mundo. O agravamento atual pode ser explicado, entre outros fatores, pelo aumento da expectativa de vida que faz com que a postergação da morte do indivíduo crie um distanciamento ainda maior entre a idade biológica do ser e sua inserção nos âmbitos socioeconômicos e políticos do espaço que o cerca. Percebe-se um

afastamento ainda maior entre as estratégias sociais e políticas que teoricamente visam dar conta da diminuição das taxas de desemprego, e a criação efetiva de oportunidades para quem inicia a sua vida laboral e a realidade crua de se afastar trabalhadores capazes de produzir e ainda com perspectivas de uma longa jornada de vida.

Conforme dados da ONU de 2001 (UNFPA, 2002, p. 9), o mundo tinha em 1950, 8% da sua população composta por pessoas com mais de 60 anos. Em 2000, essa participação já era de 10% e a projeção para 2050 é de 21% da população mundial. Isso significa um incremento de 13% na parcela de pessoas com mais de 60 anos num período de 100 anos, sendo que o crescimento total da população para igual período é projetado em 9,5%.

O envelhecimento demográfico tem lugar quando persiste, por um período de médio a longo prazos, o crescimento da população idosa em taxas superiores às das populações mais jovens, em uma dada região. O envelhecimento de uma população pode ser explicado, resumidamente, como fruto do aumento da expectativa de vida dos indivíduos conjugado com a diminuição da fecundidade. Os processos de transição demográfica caracterizam-se em geral, por uma etapa inicial em que há diminuição nas taxas de mortalidade, passando em seguida a uma nova etapa, na qual a fecundidade também decresce. Na etapa seguinte, ambas as taxas são decrescentes. Segundo GOLINI (2000, p. 106), a conferência da ONU em 1997 já relatava que pelo menos 44% da população mundial apresentavam níveis de fecundidade inferiores ao necessário para manter o nível de reposição geracional positivo. Isso ocorre quando a taxa de fecundidade de uma população equivale à sua taxa de mortalidade, resultando daí uma taxa de crescimento nula. Essa situação acontece, em geral, quando se observa uma média inferior a 2,1 filhos por mulher até o final da sua vida reprodutiva.

O envelhecimento ou o rejuvenescimento de uma sociedade pode ocorrer sob outras circunstâncias que não aquelas relacionadas diretamente com a expectativa de vida ou com a fecundidade. A migração de jovens e adultos em sua plena capacidade biológica e produtiva merece destaque especial, uma vez que acarreta o rejuvenescimento da população do país que a recebe e o gradativo envelhecimento de seus países de origem. Assim, os fluxos migratórios acabam tendo uma importância praticamente tão grande quanto a expectativa de vida (ou mortalidade) e a fecundidade como parâmetros demográficos na análise do processo de envelhecimento de uma população. Outros fatores, tais como guerras e catástrofes, são atípicos, mas nem por isso menos relevantes.

O envelhecimento de uma população se dá quando a idade média do conjunto da população aumenta. Esse processo fica bem evidente nos censos demográficos, sobretudo quando se acompanha a evolução gráfica por estrutura de idade, e se verifica a diminuição da proporção de jovens na base de um gráfico tipo piramidal e o aumento da proporção de pessoas idosas no topo do mesmo gráfico. Segundo CARVALHO *et al.* (2000, p. 83), as medidas de envelhecimento mais usadas são a proporção de pessoas com mais de 65 anos; a razão de dependência de anciães (RDA), que mede a relação entre os indivíduos com 65 anos ou mais com a população entre 15 a 64 anos; o índice de anciães ou taxa de envelhecimento, que se refere à relação entre o grupo com 65 anos ou mais e o grupo com 15 anos ou menos; a razão de dependência de jovens menores de 15 anos de idade (RDJ), que mede a relação entre esta população e a de pessoas com idade entre 15 e 64 anos. A relação de dependência total (RDT) – i.e., a soma das relações RDA e RDJ – demonstra a população efetiva de uma sociedade em idade considerada como economicamente ativa. A Organização Internacional do Trabalho – OIT considera como a faixa etária apta para a vida ativa no trabalho aquela situada entre

os 16 a 65 anos, denominando-a População em Idade Ativa (PIA). Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE trabalha com o conceito de População Econômica Ativa – PEA, que considera apenas a idade mínima de dez anos, não estabelecendo uma idade máxima para o trabalhador.

Para SIQUEIRA *et al* (2002), as obras que analisam o envelhecimento adotam diferentes perspectivas de análise. Uma delas enfoca-o sob o ponto de vista biológico/comportamentalista, restringindo-se, assim, ao processo de envelhecimento fisiológico. A perspectiva economicista discute os impactos econômicos decorrentes dos processos de aposentadoria e da assistência à saúde, ao passo que a sociocultural apóia-se na tese de que a velhice é uma construção social. A quarta abordagem, a trans-disciplinar, contempla e articula as três primeiras perspectivas de uma forma complexa, para a qual todos os componentes anteriores contribuem, mas o foco permanece centrado no bem-estar do idoso. Segundo DEBERT (2007, p. 62), a velhice transformou-se em um problema social não apenas pelo inequívoco envelhecimento populacional. Recorrendo a Remi Lenoir⁶⁶, Debert recupera a tese de que *“um problema social é uma construção social e não o puro resultado do mau funcionamento da sociedade. A constituição de um problema social supõe um trabalho em que, segundo o autor [Lenoir], estão envolvidas quatro dimensões: reconhecimento, legitimação, pressão e expressão”*.

5.1.1 – Cenários das populações idosas

O envelhecimento populacional traz em seu bojo significativas mudanças nas estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais de qualquer sociedade que esteja atravessando essa transição demográfica. Na nossa avaliação, o entendimento da

⁶⁶ Refere-se a LENOIR, R., 1977, *Transformations des rapports entre générations et apparition du troisième age*. Paris, EHESS, v.1.

singularidade desse processo é fundamental para podermos analisar as suas repercussões no campo do trabalho e em suas relações com a vida, com o lugar e com a profissão. A China – nação que surpreende o mundo pela rapidez com que vem desenvolvendo a sua economia, abrindo espaço entre os países desenvolvidos – é um bom exemplo dessa situação. Segundo SCHIRRMACHER (2005, p. 3), há previsões de que em 2050 a China venha a possuir uma população de idosos com mais de 65 anos equivalente numericamente ao total mundial para esse segmento etário populacional nos dias atuais. O que Schirmacher quer demonstrar com esse exemplo é que as sociedades que melhor se adequarem ao novo cenário, principalmente nas esferas religiosa e cultural, serão provavelmente aquelas mais bem sucedidas nos terrenos sociais e econômicos.

Uma das grandes transformações decorrentes dessa transição já pode ser observada em diversos países no que tange à constituição das estruturas familiares atuais. Tornou-se comum famílias nas quais convivem diferentes gerações – bisavós, avós, pais, filhos, netos e bisnetos –, mas ao mesmo tempo também se observa um pequeno número por estrato geracional, uma vez que a quantidade de filhos é pequena. Assim, segundo SCHIRRMACHER (*Ibid.*, p. 34), cada vez mais, as famílias passam a apresentar estruturas verticais ao invés de horizontais. A perspectiva que se coloca é que muitos idosos não serão avós, pois é crescente o número de adultos sem filhos ou com poucos filhos, o que fragiliza a família enquanto estrutura social capaz de assegurar apoio a uma população de idosos sempre crescente, em sociedades, convém reiterar, em que as pessoas de idade tendem a superar quantitativamente os jovens.

Outra mudança cultural já presente em alguns países com avançada transição demográfica decorre da melhor qualidade de vida da sua população idosa, provocada, entre outros fatores, pelos avanços biotecnológicos. Daí deriva um inusitado e silencioso embate entre gerações, dado que pessoas com mais idade e que deveriam

estar afastadas, segundo as expectativas dos mais jovens que estão por iniciar suas vidas, de questões nos campos das relações e do trabalho, suscitando uma concorrência não imaginada em toda a história que nos precede.

Ainda segundo SCHIRRMACHER (*Ibid.*, p. 27), com base em previsões feitas para a ONU, a população mundial de idosos com mais de 85 anos de idade terá sua população aumentada em 570% até 2050. Segundo o IBGE (2002), o número de idosos no Brasil com cem anos ou mais aumentará em até 15 vezes entre os anos de 1999 e 2050. Além disso, em escala mundial, o número de pessoas entre 15 e 64 anos por cada pessoa com 65 anos ou mais diminuirá para menos da metade nas regiões desenvolvidas, acentuando-se gravemente essa tendência nas regiões menos desenvolvidas, o que significa maior dependência da população dita inativa em relação à considerada economicamente ativa. No meio desse cenário, a população da Alemanha – um dos países europeus com maior número de pessoas idosas e um baixíssimo índice de fecundidade – passará da relação de 44,3 idosos com mais de 60 anos para cada 100 habitantes com idade entre 20 a 60 anos, para a taxa projetada de 78 idosos no ano de 2050. Concomitante a esse aumento, uma vez que a maioria populacional alemã é de idosos e o nível de fecundidade situa-se abaixo da taxa de reposição, prevê-se uma redução da população do país, em números absolutos, da ordem de 12 a 17 milhões de habitantes, se não considerarmos o componente demográfico da imigração.

Esse prognóstico pode ser aplicado a diversos outros países europeus. A Itália é um deles. Segundo SCHIRRMACHER (*Ibid.*, p. 29), persistindo a tendência atual, o país contará, no final do século XXI, com apenas 10 milhões de pessoas, o que coloca, para os países centrais, a perspectiva de sua população cair a números incompatíveis com a manutenção da sua liderança cultural, política e econômica no âmbito mundial. Esse cenário pode determinar a adoção de uma série de diretrizes político-estratégicas,

entre as quais a de priorizar cada vez mais a gestão do conhecimento como princípio nas corporações e instituições públicas e privadas desses países, o que implica o reconhecimento do papel do profissional idoso, de seu saber tácito e de sua competência nas estruturas de formação e de produção. Outro caminho seria a recomposição da força de trabalho desses países via o fluxo migratório positivo, o que colocaria em cena a ocorrência de conflitos entre os locais com os imigrantes, entre culturas e religiões diferentes, questões extremamente relevantes e delicadas nesse século, principalmente em períodos de recessão econômica.

No caso dos países latino-americanos e caribenhos, estudos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL (2004, p. 100) divulgados em Santiago do Chile em 2004 revelam um quadro de profundas transformações socioeconômicas na região, que podem ser assim sintetizadas: a) a diminuição da taxa de crescimento populacional de 2,7% anuais, no período entre 1950 a 1955, para algo em torno de 1,5% anuais, no início deste século; b) o crescente envelhecimento populacional devido ao aumento da expectativa de vida e da melhoria das condições sociais; c) a queda sustentada da mortalidade a partir dos anos 1950; d) a diminuição acelerada dos níveis de fecundidade, passando de um dos maiores índices reprodutivos mundiais para níveis inferiores à média mundial em apenas 40 anos. A esperança de vida na região, conforme o CEPAL (*Ibid.*, p. 100), é de 72 anos ao nascer, o que coloca a América Latina e o Caribe acima da média das demais regiões em desenvolvimento em oito anos. Como dito anteriormente, o mais preocupante na transição demográfica observada nos países em desenvolvimento é a velocidade com que ela ocorre, uma vez que eles comportam um grande contingente populacional e precárias condições sociais e econômicas. A região latino-americana e caribenha tem como prognóstico, para o período 2000-2025, um incremento da população com 60 anos ou mais de idade três

vezes superior ao da população total, e cinco vezes superior no período 2025-2050, o que levará a região contar, em 2050, com um idoso para cada quatro latino-americanos.

Já no Brasil, segundo o IBGE (2002), persistindo as tendências atuais de diminuição da taxa de fecundidade e de aumento da longevidade da população, estima-se que o contingente demográfico com 60 anos ou mais passará de aproximadamente 8% da população total em 2000 para quase 13% em 2020. Deve-se salientar que a evolução desse segmento populacional em relação à população de crianças vem crescendo de modo acelerado. Com efeito, os últimos censos atestam essa tendência: se, em 1980, o número de idosos para cada criança era 16, 20 anos depois essa relação passou para quase 30 idosos para cada criança, ou seja, um incremento de 87,5% no período.

Esse panorama latino-americano e caribenho cria um aumento na dependência demográfica. Em outras palavras, isso significa, para alguns países da região, retornar a uma situação anteriormente superada, por já terem diminuído a RDJ (razão de dependência de jovens), apresentando-se em uma situação ótima, com o maior contingente de sua população situado na faixa etária entre os 15 e os 64 anos, considerado como a fatia economicamente ativa da população e, assim, apresentando valores baixos de RDT (razão de dependência total). Com o passar do tempo, o envelhecimento populacional incide no acréscimo gradativo da RDA – razão de dependência do ancião, provocando o aumento da RDT e conseqüentemente empurrando o país em questão para fora da situação ótima em termos da população economicamente ativa. Esse fato obrigará as estruturas governamentais a prestar muita atenção às transformações em curso no perfil de sua força de trabalho, que em muito se aproximam de uma tendência mundial em que a média projetada para até a metade deste século será de 45 anos de idade para os que compõem a PEA. Esse fato poderia passar

ao largo se não considerássemos a difícil inserção no mercado de trabalho da população jovem nos países da região, e de os trabalhadores com idade acima dos 40 anos continuarem empregados.

No caso do Brasil, segundo CARVALHO *et al.* (2000, p. 86), as mudanças na estrutura etária influenciaram diretamente a RDT. Em 1990, a RDT brasileira - 64,2% - já era superior à média europeia - 49,5%, situando-se bem perto da média mundial - 62,6%. A composição da RDT da média europeia é diferente da brasileira, por apresentar maior dependência dos anciões (RDA) - 38%, contra 11% no Brasil. O cenário futuro que se coloca para o nosso país é a queda da RDT por conta da diminuição da RDJ, referentes aos jovens menores de 15 anos de idade, em relação aos seus irmãos latino-americanos e caribenhos, mas logo em seguida o país experimentará uma elevação acentuada de RDA, o que provocará um novo aumento de sua RDT, de tal forma que, em 2050, ela será superior à média da região.

Apesar de os processos transicionais terem ocorridos em momentos diversos nos países latino-americanos e caribenhos, o envelhecimento demográfico observado no conjunto da região possui algumas características comuns, entre elas a diferença entre as áreas rurais e as áreas urbanas. De acordo com o CEPAL (*Ibid.*, p. 108), as áreas rurais exibem níveis levemente superiores de envelhecimento em relação às áreas urbanas, mesmo se consideradas a sua maior taxa de fecundidade e menor expectativa de vida. O envelhecimento rural mais acelerado decorre basicamente do fluxo migratório do campo para as cidades da população mais jovem em busca de melhores condições de trabalho e, muitas vezes, do fluxo inverso, ou seja, o retorno de pessoas com idade a seus lugares de origem. Como decorrência dessa expressiva migração campo-cidade, a América Latina e o Caribe possuem as maiores populações urbanas entre os países em desenvolvimento, segundo o CEPAL (*Ibid.*, p. 145). Na realidade, três em quatro latino-

americanos e caribenhos vivem em alguma localidade urbana, e uma em cada três pessoas que vivem nessa região reside em cidades com mais de um milhão de habitantes.

De acordo com o relatório da CEPAL (*Ibid.*, p. 149), o início desse crescente processo de urbanização regional localiza-se nos anos 1930, momento inaugural da industrialização e da ampliação do Estado, e que veio se acelerando até os anos 1980, provocando uma concentração de atividades, recursos, serviços e postos de trabalho nas grandes cidades e, em contrapartida, um esvaziamento do campo, que viria a se especializar em lavouras destinadas à exportação. Segundo o trabalho da CEPAL (*Ibid.*, pp. 149-150) até 1960 os fluxos migratórios das áreas rurais para as áreas urbanas dessa região, caracterizaram-se por se dirigirem para um número limitado de cidades, decorrentes da concentração de investimentos públicos e privados. No período imediatamente posterior, de 1960 a 1970, houve uma diversificação do fluxo de migração, que passou a incluir cidades de tamanho intermediário, que se impunham como centros regionais, e cidades cujo atrativo era o aspecto turístico. Já na década de 1980, pela primeira vez cidades de grande porte, como a Cidade do México e São Paulo, experimentaram uma emigração líquida, creditada à abertura e à liberalização econômica, bem como à redução do emprego público, concentrado nos principais centros urbanos.

No Brasil, segundo análise do IPEA (*Ibid.*, p. 82), em 50 anos a concentração espacial da população nas áreas urbanas passou de 36,2% do total da população do país em 1950 para 81,2% no ano 2000. Nesse mesmo período, a população rural foi reduzida em aproximadamente 45%, causada, sobretudo, pelo progressivo aumento de jovens que deixavam o campo à procura de oportunidades de trabalho nas grandes cidades. Entre os anos 1970 e 2000, os homens na faixa de 20 a 24 anos foram os que apresentaram as

maiores taxas de migração; as mulheres, que exibiram taxas menores de migração, deslocaram-se em maior número na faixa de idade entre os 15 e os 19 anos. O resultado desse fluxo migratório foi o maior envelhecimento da população rural em comparação com a urbana, mesmo considerados os componentes de maior fecundidade na área rural e de maior mortalidade.

Nas últimas décadas, o fluxo migratório dos países latino-americanos e caribenhos para outros países caracterizou-se pela evasão de jovens e adultos qualificados para o trabalho, agravando ainda mais o déficit da população jovem e de profissionais na composição da força de trabalho da região. Segundo a CEPAL (*Ibid.*, p. 133), mais de 20 milhões de latino-americanos e caribenhos vivem fora de seus lugares de origem, atraídos por oportunidades de trabalho encontradas nos Estados Unidos e na Europa, sobretudo a Espanha. Esse componente demográfico passou não só a influenciar o envelhecimento da população latino-americana e caribenha, como também a transformar as suas estruturas familiares, firmando-se como padrão de desenvolvimento econômico para sub-regiões de alguns países da América Latina e do Caribe.

No Brasil, mais especificamente, o componente “emigração” não é expressivo se comparado ao total da sua população segundo o IPEA (*Ibid.*, p.79). Porém, quando se avalia o perfil médio da população emigrante, percebe-se que é de jovens com certo nível educacional, o que pode significar a perda de população jovem qualificada para composição da força de trabalho de países desenvolvidos.

Observa-se, em todos os países latino-americanos e caribenhos, uma queda dos níveis de fecundidade. Para a CEPAL (*Ibid.*, p. 111), essa mudança de padrão teve origem nas quatro últimas décadas do século XX, quando o modelo de estrutura familiar deixou de apresentar uma composição numerosa, que a configurava basicamente como

estrutura horizontal, passando a se caracterizar por um número de filhos por mulher mais reduzido, em média dois.

Constata-se, numa escala mundial, que, quanto maior o desenvolvimento social e econômico de um país, os seus níveis de fecundidade serão, em geral, menores. Associa-se, a esse decréscimo, a elevação das condições de vida e dos níveis educacionais, e o fato de a mulher estar hoje mais inserida no mercado de trabalho. Esse dado, conjuntamente com o direito de decidir quando ter filhos e em que número, propicia a escolha de famílias menores.

No que tange à população feminina, a CEPAL (*Ibid.*, p. 1 25) informa que as suas taxas de mortalidade, em toda a América Latina, são cada vez menores do que as da população masculina. A diferença média entre os sexos, que era de 3,5 anos a mais de vida para as mulheres até meados do século XX, passou para 6,5 anos ao final do mesmo século. Dentre as causas que contribuem para essa diferença favorável às mulheres – as doenças, o estresse, e a postura frente às adversidades –, destaca-se a violência a que está submetida a população masculina, principalmente os mais jovens, resultando num aumento das taxas de mortalidade desde a última década do século passado determinado por causas externas.

No Brasil, essa diferença é ainda maior. Segundo o IPEA (2006, p. 74), entre os anos de 1980 e 2000 a diferença de 7,1 anos a favor da população feminina passou a ser de 8,3 anos. A segunda principal causa de morte dos homens em idade ativa, principalmente os jovens entre os 15 e os 29 anos de idade, são as chamadas causas externas, os acidentes de trabalho e de trânsito, além de homicídios e suicídios, que representam 17,4% do total de óbitos. Elas exercem, evidentemente, um impacto significativo sobre a constituição da PIA nacional e a consolidação do envelhecimento populacional.

Conforme o IPEA (*Ibid.*, p. 84), a oferta de trabalho é usualmente determinada pela quantidade de pessoas inseridas no mercado formal de trabalho ou que estejam tentando nele ingressar e, para tal, a idade é um fator determinante. O que se observa – com base na decomposição por idades de acumulação/ formação, produção e descanso⁶⁷ –, é que embora a OIT considere como vida laboral o período compreendido entre os 16 e os 65 anos de idade, no Brasil a população vem dedicando um número menor de anos às atividades econômicas, e mais tempo para a sua formação e posterior aposentadoria. Essa situação, de acordo com o IPEA (*Ibid.*, p. 86), é fruto da entrada cada vez mais precoce do indivíduo na escola e de sua maior permanência na sala de aula, o que acarreta um ingresso mais tardio no mercado de trabalho e sua aposentadoria proporcionalmente mais cedo, se comparada com o aumento da sua expectativa de vida. A mortalidade até os 50 anos é a principal responsável pela saída do homem brasileiro do mercado de trabalho; se o indivíduo supera essa barreira, a aposentadoria passa a ser a principal causa da retirada do mercado de trabalho. Assim, a maioria da população masculina com 65 anos ou mais se encontra aposentada, ressalvando-se, porém, que 44% desses aposentados continuam trabalhando.

Segundo dados do Censo 2000 realizado pelo IBGE (2002), 62,4% dos idosos eram responsáveis pelos domicílios brasileiros, um aumento de quase 2% em relação a 1991. Desse modo, do total de 44.795.101 domicílios existentes no país em 2000, 20% deles – i.e., 8.964.850 domicílios em números absolutos –, tinham idosos como responsáveis. Outra característica dos domicílios sob responsabilidade de idosos é que 17,9% deles são caracterizados como domicílios unipessoais, ou seja, com apenas um morador, no caso o próprio idoso. Essa informação dá conta do grande número de idosos que residiam sozinhos no ano de 2000. Dessa população, a maioria, em torno de

⁶⁷ Veremos essa proposição de análise da estrutura etária no segmento seguinte.

67%, era constituída por mulheres idosas, que, por esse motivo, encontravam-se fora do alcance das propostas das organizações nacionais e mundiais de fortalecimento da família como estrutura de apoio ao idoso.

A população idosa sofre, ainda conforme dados do IBGE (2002), as consequências das políticas educacionais brasileiras anteriores, como as das décadas de 1930 a 1950, quando o ensino que hoje definimos como fundamental ainda estava restrito a determinados segmentos sociais. A pouca ou nenhuma escolaridade produzida por essa omissão política reflete-se nos salários majoritariamente baixos dessa população. O IBGE (2002) destaca o aumento considerável da proporção de idosos alfabetizados nos últimos anos, passando dos 55,8% em 1991, para 64,8% em 2000. Dessa população os homens constituem a maior parcela, respondendo por 67,7% do total, como consequência de um passado muito recente em que a população masculina teve um acesso mais efetivo à educação.

5.2 – Diferentes olhares sobre os idosos

“Le Vieillessement⁶⁸ será a minha despedida da adolescência, minha renúncia ao que Deleuze-Guattari chamarão de ‘a ilimitação do desejo’, e que Georges Bataille chamava de ‘a omnidade do possível’, à qual só se chega pela recusa indefinida de toda determinação: a vontade de não ser Nada se confunde com a de ser Tudo. No fim do Vieillessement se encontra esta auto-exortação: ‘É preciso aceitar ser finito: estar aqui e em nenhum outro lugar, fazer isto e não outra coisa, agora e não sempre ou nunca [...]; ter apenas esta vida.”
(GORZ, 2008, p. 44)

5.2.1 – “As idades do homem” ou “A construção do idoso como classe social e econômica”

Alguns autores e estudiosos sobre a velhice apontam que esta idade, assim como todas as demais categorias etárias, é uma construção histórica e social, com um passado que pode ser considerado muito recente se observarmos a idade do homem na face do planeta. DEBERT (2007, p. 50) destaca que os antropólogos, por sua formação, têm muita dificuldade em considerar a velhice uma categoria socialmente produzida, já que estão em jogo as formas de se conceber e viver o envelhecimento em um dado contexto social, o que, por sua vez, contribui significativamente para que a velhice não seja considerada uma categoria natural. Isso nos remete a pelo menos uma aparente contradição, se considerarmos o fato biológico presente em todos os seres vivos, e que envolve nascimento, crescimento, envelhecimento e morte. O que está por ser compreendido é que como aponta ELIAS (1998, p. 38), embora existam diferenças

⁶⁸ *Le Vieillessement* é uma obra escrita por André Gorz e cujo tema é a velhice. Sem tradução para o português, pode ser encontrada no idioma original, o francês, em conjunto com outra obra do autor, em *Le Traître, édition augmentée, suivi de Le Vieillessement*, 2005, Col. Folio, Paris, Gallimard.

entre o tempo físico e o tempo social, elas se desfazem diante da missão que nós mesmos nos atribuímos de torná-los iguais. Para Elias:

“[...] a auto-regulação ‘temporal’ com que deparamos em quase todas as sociedades avançadas não é um dado biológico, ligado à natureza humana, nem tampouco um dado metafísico, ligado a algum priori imaginário, porém um dado social, um aspecto da evolução social da estrutura de personalidade, que, como tal, torna-se parte integrante da individualidade de cada um”. (Op. cit., p.119)

MATTA (1981, pp. 121-122), ao relatar a sua experiência como etnólogo na aldeia dos índios Apinayé, destaca que para um membro dessa sociedade a sua unidade e cultura não são dadas pela noção de temporalidade tal como conhecemos, na qual os eventos se superpõem linearmente no tempo, e sim por modos dialéticos de interação. Assim, para os Apinayé, é impossível separar *“o homem da natureza ou o tempo do processo histórico. Aqui tudo se entrelaça, simultânea, paralela e dialeticamente”*. Diante disso, MATTA (*Ibid.*, p. 124) pergunta a si próprio se o tempo totalizador, medido e posto linearmente, não se apresenta unicamente como problema para nós, ocidentais e modernos, justamente por nosso universo social ser tão fragmentado e individualizado. O problema em si, para MATTA (*Ibid.*, p. 126), é que, ao atribuímos ao tempo, *“socialmente concebido”*, dimensões cujos valores são essencialmente absolutos, deixamos de lado os aspectos relativos do tempo, e dessa complexa combinação entre os seus valores absolutos e relativos⁶⁹ é que deveriam derivar os fundamentos necessários para a fluidez do tempo.

Essa compreensão temporal reflete-se ao longo da história dos homens, na percepção de suas idades relativamente à dos demais membros de suas sociedades. Por diversas transformações socioculturais, e devido ao aumento progressivo da expectativa

⁶⁹ MATTA (*Ibid.*, p.126) toma como base a temporalidade relativa de Thomas Mann, que, ao abordar a narrativa poética, por exemplo, nela identifica duas temporalidades: uma, o tempo de quem a lê, e outra, o tempo presente no conteúdo do que é lido.

de vida humana, essa percepção alterou-se e, com isso, as idades do homem diferenciaram-se ainda mais. ARIÈS (2006, p. 1) afirma que um homem ocidental dos séculos XVI ou XVII ficaria espantado se lhe perguntassem a sua idade, algo extremamente corriqueiro nos dias atuais. Segundo ARIÈS (*Ibid.*, p. 2), é creditado ao século XVIII o início da manutenção de registros civis exatos sobre o nascimento de cada indivíduo. Tudo leva a crer que isso resultou das necessidades de organização dos Estados modernos, mas *“a importância pessoal da noção de idade deve ter-se afirmado à medida que os reformadores religiosos e civis a impuseram nos documentos, começando pelas camadas mais instruídas da sociedade, ou seja, no século XVI, aquelas camadas que passavam pelos colégios”* (*Ibid.*, p. 2).

Na Idade Média, as idades segundo ARIÈS (*Ibid.*, p. 6) tinham correspondências distintas das vigentes na era moderna. Eram em número de sete: a primeira idade, a infância, que se estendia do nascimento aos sete anos; a segunda idade, chamada de *puerita*, que durava até os 14 anos; a terceira idade, que correspondia à adolescência e que se estendia até os 30-35 anos; a juventude, que no entender da época correspondia ao meio da vida, e durava até os 45-50 anos de idade; a senectude, porque segundo ARIÈS (*Ibid.*, p.7), *“está a meio caminho entre a juventude e a velhice, e Isidoro a chama de gravidade, porque a pessoa nessa idade é grave nos costumes e nas maneiras; e nessa idade a pessoa não é velha, mas passou a juventude”*; a velhice, que perdurava até os setenta anos; e finalmente a *senies*, a última etapa da velhice.

ARIÈS (*Ibid.*, p. 10) chama atenção para o fato de que, uma vez que a juventude significava a *“força da idade”*, não houve lugar até o século XVIII para a adolescência, então confundida com a infância. A partir do final do século XIX, a adolescência despontou como a grande categoria etária, confundindo-se com o que se pensava como juventude. Ela surgiu, segundo ARIÈS (*Ibid.*, p. 14), na Alemanha wagneriana,

representada pelo “*primeiro adolescente moderno típico*” que foi o personagem Siegfried, de Wagner. Como fenômeno moderno, o adolescente representava não só um sentimento romântico, mas também os combatentes das frentes de batalhas das grandes guerras ocorridas no século XX e a gradual sedimentação do pensamento do novo, sobrepondo-se ao que estava cristalizado. Para ARIÈS (*Ibid.*, p. 15), passava-se de uma época em que não havia adolescência para uma outra, em que essa idade tornou-se a favorita. Sua evolução foi paralela a uma involução da velhice como categoria de idade.

De fato, nas sociedades ocidentais modernas, tanto a infância como a velhice são categorias de idades que ficam, em geral, à deriva dos acontecimentos protagonizados por outras categorias, uma vez que constituem fases da vida que – à exceção dos períodos e lugares em que se estabeleceu uma gerontocracia ou nas sociedades tradicionais, onde os idosos têm seu papel social⁷⁰ – denotam algum tipo de dependência para com a família ou a sociedade. Ambas encontram-se socialmente à margem das questões centrais das sociedades, assemelhando-se, segundo BEAUVOIR (*Ibid.*, p. 253), às representações nas tragédias gregas pela impotência a elas atribuídas. Aparecem como expoentes da relação inocente instituída no seio da família entre os avôs e os netos, capaz de brotar da simples afinidade entre gerações tão distantes, revelando que essa impotência reúne, em um mesmo suspiro, a fase inicial e a fase final de toda uma vida.

Adepto da tese de que as idades são construções sociais, ARIÈS (*Ibid.*, p. 190), a partir de seu estudo sobre a consolidação da infância como idade social a se iniciar no século XVII, constata também que até este século a vida era vivida em público. As

⁷⁰ ELIAS (1998, pp. 130-135) recupera o tema central do romance *A flecha de Deus*, de Chinua Achebe (ACHEBE, C., 1964, *Arrow of God*, Londres), que é a determinação do tempo numa aldeia *ibo* da Nigéria oriental. O velho sacerdote Ezele é o responsável pela tradução, para os demais habitantes, dos sinais que o deus Ulu envia para marcar a estação das chuvas, do plantio, da colheita, da estiagem, e assim manter a paz entre as seis aldeias *ibo*. Essa passagem revela o papel social maior exercido por pessoas idosas em algumas sociedades.

cerimônias tradicionais – tanto as bênçãos do nascimento como o casamento e o ato de velar os mortos – eram direitos em que a sociedade prevalecia sobre a privacidade dos entes diretamente envolvidos. A partir do século XVIII, segundo ARIÈS (*Ibid.*, p. 191), a família tornou-se uma sociedade fechada e ela sim, e não o individualismo, veio a prevalecer na vida moderna. Esse sentimento desenvolveu-se às custas da perda da sociabilidade.

Nessa perspectiva, o grande acontecimento foi o ressurgimento, ainda no século XVII, da preocupação com a educação, a constatação de que a criança não estava preparada para a vida. A família e a escola modernas que retiraram as crianças da sociedade e da vida comum, uniram-se e passaram a predominar como nova práxis social, em consonância com as demandas de uma nova economia e de uma proto-industrialização que então se formavam, mas cuja ascendência é eminentemente burguesa. Essa prevalência familiar posteriormente será substituída em grande parte pelo Estado, principalmente nas questões que envolvem diretamente as pessoas idosas, e o tempo passará cada vez mais a ser parte incondicional dos aspectos sociais modernos. Sua gestão estará atrelada às complexas relações socioeconômicas, mediante as ações políticas engendradas pelo Estado e pelas instituições e corporações.

GUARDINI (2003) propõe outra divisão das fases da vida, também em número de sete: a gestação no útero, a criança, o jovem, o adulto, o homem maduro, o idoso e o senil. A transposição de uma fase para outra seria marcada, segundo este autor, por uma crise. Assim, as crises do homem começam já com o nascimento, e prosseguem com a crise do amadurecimento, que marca a passagem da criança ao jovem, seguida da crise da experiência, que define a transição do jovem à fase adulta. A passagem à fase madura é sublinhada pela crise do reconhecimento dos limites, ao passo que a transposição da fase madura para a fase do idoso é caracterizada pela crise da separação,

e a crise do desinteresse marca a derradeira fase da vida antes da morte, que é a senilidade. Para GUARDINI (*Ibid.*, p. 46), o homem que transita por todas essas idades e crises é sempre o mesmo homem, não só no aspecto biológico, mas como pessoa ciente de si própria. E envelhecer significa, sem dúvida, aproximar-se da morte e “*dessa proximidade emerge o embasamento da existência. Levantam-se as questões primordiais: a morte é a desintegração no vazio ou a passagem para o autêntico?*” (*Op. cit.*, p. 110).

A visão da velhice como problema social decorreu, conforme PEIXOTO (2007, p. 70), dos efeitos econômicos que afetaram as estruturas financeiras das empresas e das famílias e a transferência desses efeitos para o Estado ou para instituições sociais através das aposentadorias afetou as relações antes constituídas nas sociedades e nos âmbitos familiares. Segundo PEIXOTO (*Ibid.*, p. 71), está presente, desde o início do debate sobre a questão, no século XIX, de como assegurar aos velhos ou velhotes⁷¹ o seu sustento e a qual grupo social caberia esse ônus, a relação entre a representação social da velhice e sua capacidade de participar dos processos de produção econômica. Na França – onde, no final do século XIX, mais da metade da população urbana com mais de 60 anos dependia dos filhos e de instituições de assistência social por não dispor de renda própria –, coube ao patronato empresarial instituir as caixas de aposentadorias, “*cujas finalidades principais eram reduzir os custos de produção, pois se ‘desfaziam’ dos velhos trabalhadores, cujos salários já não compensavam o rendimento que tinham*” (*Ibid.*, p.72). Isso denota a forte relação estabelecida nas sociedades industriais da valoração do homem pela sua capacidade produtiva, e a substituição gradativa da família, nos grandes centros urbanos, pelas instituições e pelo Estado.

⁷¹ Assim eram designadas as pessoas com idade avançada que não dispunham de meios próprios para sua subsistência, enquanto designava-se de idosos aos que possuíam economias suficientes para seu sustento.

A hipótese central de Peixoto é a de que os termos classificatórios tais como velho, velhote, idoso e mais recentemente terceira idade denotam categorias sociais diferenciadas e relacionadas com a maior ou menor dependência socioeconômica da pessoa com mais de 60 anos. Para ele (*Ibid.*, p. 72), a velhice foi excluída socialmente na sociedade ocidental moderna do século XIX até os anos 60 do século XX. Nessa década, a elevação dos valores das pensões pagas aos aposentados, fruto de novas políticas sociais para a velhice, fez com que houvesse uma nova transformação nas estruturas sociais das sociedades contemporâneas, tornando os idosos uma classe respeitada e socialmente reconhecida, em grande parte devido ao seu novo poder de consumo. O respeito assegurado pela aposentadoria, que se apóia quer na idade cronológica quer no tempo de serviço do cidadão, se por um lado concede ao idoso uma pensão pelo tempo trabalhado, por outro lhe atribui a marca de pessoa inativa. Esse dado é bastante significativo, “*se considerarmos que a ideologia do trabalho e a apologia da produtividade são bastante enfatizadas nas sociedades industriais, a aposentadoria representa, para alguns, a deterioração da pessoa*” (*Ibid.*, p. 74).

SILVA (2007, p. 156) corrobora a reflexão acima enunciada, ao apontar que as diferenciações entre as idades e seus correspondentes espaços, funções e hábitos têm início no século XIX, quando se iniciou a segmentação do curso da vida em estágios formais de grupos etários. A noção de velhice tal como é comumente percebida nos dias de hoje, como etapa diferenciada, última e degradada do ciclo da vida surgiu entre o século XIX e o século XX, do mesmo modo que envolveu outros estágios da vida, tais como a infância e a adolescência em diferentes épocas. Como hipótese, SILVA (*Ibid.*, p. 157) adota a suposição de que o surgimento da velhice como categoria diferenciada no ciclo da vida está articulado ao processo de modernização das sociedades ocidentais, quando as estruturas sociais que, nos momentos anteriores, não designavam atributos

culturalmente específicos à idade cronológica, passam a designar a idade como “*fator fundamental para a distinção social, destacando-se como categoria e como modelo de identidade para os sujeitos*”.

Para que esse segmento do ciclo da vida pudesse receber tal consolidação, Silva destaca o surgimento de novos saberes médicos, que passaram a investigar os velhos e as doenças a eles associadas, e a institucionalização da aposentadoria. O primeiro fator vem a solidificar argumentos que põem por terra concepções, ainda mistificadas, acerca da morte, da vida eterna e da perpetuação da juventude, e passa a encarar a velhice como etapa necessária de degeneração do corpo humano e a morte como consequência dos limites biológicos humanos e das doenças próprias da velhice. O segundo fator, a institucionalização dos sistemas de aposentadoria, atribuiu uma relevância à idade cronológica até então inexistente em termos culturais, e pôs em cheque a capacidade produtiva do velho, associando-o ao inválido, àquele que não podia contribuir mais com a sociedade. Essa assimilação só recentemente começou a ser desmontada, e não por acaso a partir dos anos 1960, quando diversas outras minorias passaram a reivindicar seus direitos sociais. Nessa ocasião, também o aposentado se descobriu como um ator capaz de contribuir política e socialmente em prol de si mesmo, de sua categoria, e por sociedades mais justas e plurais.

A partir do estabelecimento das aposentadorias nas sociedades contemporâneas, delineia-se uma nova estruturação das idades da vida, muito diferente da conhecida em eras anteriores e diretamente associada à capacidade produtiva do ser. Esse novo ciclo, de acordo com PEIXOTO (2007, p. 74), organiza-se em três grandes etapas ou categorias: a) a infância e a adolescência – tempos de formação; b) a idade adulta – tempo de produção; c) velhice – tempo do repouso ou da não produção. Essa diferenciação categórica da idade do homem considera o modelo econômico moderno e

não necessariamente outros agentes diferentes, uma vez que a idade do homem nas sociedades contemporâneas pode ser, de fato, contemplada sob diferentes ângulos, podendo ser definida de pelo menos cinco maneiras distintas: a) idade cronológica; b) idade biológica; c) idade social; d) idade psicológica; e) idade geracional. Assim, indivíduos com a mesma idade cronológica não têm necessariamente o mesmo comportamento biológico, social ou psicológico, e nem podem ser enquadrados produtivamente, sem margem significativa de erro, nas três categorias dos tempos de formação, de produção e de repouso. De qualquer modo, é assim que geralmente acontece nas esferas social e econômica do mundo ocidental moderno.

O incômodo aumento da expectativa de vida e do quantitativo da população idosa para as estruturas políticas e econômicas fazem com que o poder público veja com bons olhos a inovação de novas idades, tais como a terceira e a quarta idade, e a alteração das fronteiras das fases da vida, uma vez que a sua segmentação amplia os nichos de consumo e abre caminho para uma eventual postergação da idade mínima de aposentadoria. Também reconhecendo a possibilidade de um mesmo indivíduo abrigar diversas naturezas de idades, POPOLO (2001, p. 12) lembra-nos que uma pessoa, à medida que a idade aumenta, vivencia diversas experiências que acarretam transformações em si mesma e que não estão restritas ao campo biológico. Elas extrapolam para os aspectos psicológicos, o que permite uma percepção própria de si mesma e, portanto da idade que julga ter; para os aspectos culturais, que dizem respeito à percepção que os outros têm da pessoa em questão; e para os aspectos sociais, econômicos e políticos, que afirmam a inserção que o idoso tem em sua comunidade.

Segundo POPOLO (*Ibid.*, p. 12), a CEPAL propôs para a América Latina e Caribe, em 1997, um enfoque de desenvolvimento individual permanente, capaz de contribuir com o enfrentamento dessa realidade, de tal modo que a abordagem sobre o

envelhecimento comportasse não só a idade cronológica, mas também as idades subjetivas, influenciadas por circunstâncias ambientais, genéticas e sociais, relacionadas com os constituintes formais da velhice, como a idade de aposentadoria e os aspectos sociais e culturais presentes nas relações humanas. As ações propostas no plano biológico relacionam-se com as políticas de saúde com foco na prevenção dos problemas relacionados às restrições físicas e mentais decorrentes do avanço gradual da idade. No que concerne às questões ligadas às subjetividades da idade, a CEPAL recomenda o fortalecimento das ações voltadas para o incremento da autoconfiança do indivíduo e a participação da família e da comunidade, vistas enquanto estruturas necessárias para essa valoração.

Prosseguindo na consolidação atual da categorização das idades que vai além do aspecto cronológico, DEBERT (2007, p. 56-57) recorre aos estudos de Meyer Fortes⁷². Em suas obras, o antropólogo inglês nascido na África do Sul, contrariando alguns antropólogos que estabelecem para seus grupos estudados, caracterizações por categorias de idades cronológicas, propõe novos conceitos, tais como o de estágio de maturidade, a ordem de nascimento, a idade geracional e a idade cronológica.

Ausente das maiorias das sociedades não-ocidentais ou tradicionais, e estabelecida nas sociedades ocidentais já na era moderna, a idade cronológica surge como um instrumento de definição do momento em que o indivíduo passa a ter algum direito ou a assumir algum dever perante a sociedade. O estágio de maturidade não está pautado pela idade cronológica, e leva em conta, nas sociedades não-ocidentais, além da idade biológica, o *“reconhecimento da capacidade de realizar certas tarefas, e que a validação cultural desses estágios não significa apenas o reconhecimento de níveis de*

⁷² FORTES, M., 1984, Age, generation, and social structure. In: KERTZER, D., KEITH, J. (Eds.), 1984, *Age and anthropological theory*, Ithaca, Cornell University Press.

maturidade, mas uma autorização para a realização de práticas como caçar, casar e participar do conselho de velhos” (DEBERT, 2007, p. 56).

A idade geracional não está atrelada ao compartilhamento da mesma idade cronológica, mas sim à vivência de mesmos eventos e experiências que, de alguma forma, marcaram uma dada geração em certo lugar. Não se restringe à esfera familiar ou mesmo comunitária, ultrapassando-as e podendo até mesmo alcançar a dimensão global em determinados momentos. Relaciona-se mais à memória coletiva ou à memória social do que às memórias individuais, sendo reativada nas comemorações que propiciam encontros inusitados de pessoas de diferenciados lugares e idades cronológicas, mas capazes de compartilhar experiências comuns transformadoras de suas trajetórias, e de nivelar indivíduos pela cumplicidade de uma mesma vivência num dado contexto.

5.2.2 – A velhice nas sociedades ocidentais

Como afirma BEAUVOIR (1990, p. 15), a velhice, assim como todas as situações em que o homem se faz presente, transforma a relação que o indivíduo tem com o que está a sua volta, seja com o próprio tempo, consigo mesmo, ou com o mundo que o cerca. Mas ao contrário do que podemos pensar, o homem, para Beauvoir, não vive nunca em estado natural, seja qual for a sua idade, e em especial em sua velhice, pois essas idades são instituídas, em sua essência, pela sociedade a qual esse homem pertence. Diferentemente dos antropóides, para BEAUVOIR (*Ibid.*, p. 51), o indivíduo humano, incapaz de produzir o seu sustento, não tem seu destino determinado simplesmente pelos fatores biológicos, uma vez que nele residem todos os fatores inerentes à sua condição humana, sendo determinantes os fatores culturais sempre presentes em nossas vidas.

Segundo BEAUVOIR (*Ibid.*, p. 47), as decrepitudes do homem, em sua sanidade física, mental e moral, são produzidas na sociedade e dependem basicamente das características dessa sociedade e da relação que o indivíduo estabeleceu com ela. O velho é visto de distintos modos em função da sociedade que o cerca e do tempo em que se faz presente. Nas sociedades modernas o velho é visto como o outro, vindo a se tornar um estrangeiro em seu próprio lugar, mas ainda assim preserva para si mesmo a sua experiência vivida. Em outras sociedades, ele é visto como objeto do saber e da experiência, fazendo parte socialmente dos acontecimentos; em outras ainda, quando não está mais lúcido ou saudável, torna-se objeto de desprezo.

As sociedades tradicionais, cíclicas, temem as incertezas das forças da natureza e o desgaste das instituições existentes. Elas se protegem conservando intacto o passado, não por temerem o futuro, segundo BEAUVOIR (*Ibid.*, p. 55), mas por considerarem que a comemoração e o reverenciamento ao passado modelam o presente que dominam. A tradição oral presente nessas sociedades pressupõe a identificação de um depositário da memória para a transmissão de sua cultura e seus saberes às gerações seguintes e, nesse sentido, o velho ganha legitimidade e respeito. Em certas sociedades, onde os mitos, as crendices, as magias e as religiões prosperam, a figura do velho torna-se poderosa, pois detém a memória dos ritos, sabe identificar com mais clareza os sinais apontados pela natureza. Todavia, a relevância atribuída ao idoso esvai-se nas sociedades mais avançadas, menos místicas e menos sujeitas aos caprichos das forças da Terra.

É pelo seu saber e por sua memória que o velho pode se tornar indispensável, apesar de sabermos que nem todo ancião é sábio e que ele deve manifestar a sua sabedoria para a coletividade para afirmar-se como tal. Para BEAUVOIR (*Ibid.*, p. 107), está claro que se o avanço do processo biológico, o envelhecimento, por um lado,

acarreta a improdutividade e, por conseguinte a sua dependência social e econômica, por outro, o que confere sentido e valor a essa etapa da vida denominada velhice é o sentido que os homens atribuem à sua existência, acrescido do seu sistema global de valores, pois *“inversamente: através da maneira pela qual uma sociedade se comporta com seus velhos, ela desvela sem equívoco a verdade – muita das vezes cuidadosamente mascarada – de seus princípios e de seus fins”* (Op. cit., p. 108).

A relevância do estudo de Beauvoir está no fato da maioria da bibliografia existente sobre a velhice tratá-la unicamente sob a perspectiva sociocultural, ou sob a perspectiva economicista, ou mesmo fisiológica, mas raramente sob o prisma transdisciplinar tal como essa filósofa existencialista o fez, mesmo que ela expressasse a velhice como construção social. Outro aspecto é a desmistificação de que a depreciação aos velhos seja uma questão moderna, uma vez que ela esteve presente em diversos momentos da história humana de diferentes modos. A questão atual sobressaiu no momento exato no qual, os velhos deixaram de estar invisíveis aos olhos da sociedade por seu aumento populacional e por seu posicionamento como cidadãos. Por exemplo, no Baixo Império romano e na Alta Idade Média, os velhos foram, em diferentes medidas, excluídos do que se entendia por vida pública. Como toda sociedade guerreira e fragmentada, a sociedade medieval era regida pela vitalidade e pela impetuosidade dos jovens e das armas. BEAUVOIR (*Ibid.*, p. 165) chama a atenção para a particularidade dessa época, em que a juventude tem proeminência. Caracterizado pela passagem dos poderes do pai para o filho, mudança afirmada em maior intensidade a partir do século XI, esse período da Idade Média na Europa Ocidental foi igualmente marcado pela hegemonia ideológica do cristianismo, que é, antes de tudo, a religião de Cristo, Filho de Deus Pai.

O velho não terá vez entre a Idade Média e a Renascença, uma vez que a primeira rejeita tudo que possa remeter à decadência humana e a segunda enaltece o belo, em particular a beleza humana. Do antigo Egito ao Renascimento a velhice foi sempre ridicularizada. Aos velhos convinha o recato e aqueles que insistiam em manter seus desejos eram acusados de disseminar a discórdia e o escárnio, tornavam-se referências para personagens satirizadas e estereotipadas da literatura e de peças teatrais da época.

O velho, segundo BEAUVOIR (*Ibid.*, p. 200), é agente da história e apenas sofre o destino biológico final que nos aguarda. Ele representa, em relação à juventude e à maturidade, “*uma espécie de referência negativa: não é o próprio homem, mas seu limite; fica à margem da condição humana; nele não a reconhecemos, e não nos reconhecemos nele*” (*Op. cit.*, p. 201). A sociedade francesa autoritária e absolutista do século XVII foi dura para com a velhice ou mesmo para com indivíduos com mais de 50 anos (*Ibid.*, p. 206). Uma vez que a expectativa média de vida era de 20 a 25 anos, não sobrava espaço a quem havia sobrepujado a categoria dos adultos, e não lhes havia consideração apesar do valor imbuído pela memória e experiência legitimadas dos idosos.

BEAUVOIR (*Ibid.*, p. 218) destaca, em contraposição, que a sociedade industrial e comercial que se implantava encontrou no puritanismo do século XVII – nessa mesma França, e também na Inglaterra e Holanda – o aliado para modificar os hábitos cristãos, de modo que se conformasse o espírito competitivo e se instalasse a ideologia do trabalho. Enquanto os miseráveis padeciam com a substituição da esmola e do assistencialismo pelo empréstimo e com os estímulos a quem trabalhava, a velhice passava a ser valorizada por sua longevidade, assumida como “*benção divina*”, pelo ascetismo de que estava imbuída, já livre dos desejos carnis que tanto interessava aos

puritanos, além de simbolicamente representar a estrutura familiar como instituição a ser seguida.

Desde o final do século XVII e ao longo do século XVIII, a burguesia que ascendia como classe social valorizou a velhice, desenhando uma nova moral, urdida de acordo com as suas conveniências. Crescia o interesse pelo que o tempo e o espaço representavam, assim como pelas culturas que se situavam além do mundo ocidental. Essas transformações sociais estavam em conformidade com as mudanças na economia e os novos ideários políticos, que ora se forjavam, modificando as categorias de idade, assim como as vidas médias das populações. No século XIX, processaram-se importantes mudanças na condição dos velhos e no olhar da sociedade para com eles. Concomitantemente, registrou-se um grande aumento demográfico nos países europeus (*Ibid.*, p. 235). Com efeito, a população do continente, que era de aproximadamente 187 milhões de habitantes em 1800, chegou a 266 milhões em 1850 e a 300 milhões em 1870, ou seja, em 70 anos o contingente demográfico europeu experimentou um aumento da ordem de 60%, algo nunca visto antes na história⁷³. Por detrás desse crescimento demográfico, teve lugar, além do crescimento da população idosa causado por avanços científicos, um significativo fluxo migratório das áreas rurais em direção aos centros urbanos, motivado pela Revolução Industrial. Esse deslocamento populacional campo-cidade não só consolidou o urbano como novo referencial espacial, como também provocou um notável adensamento demográfico nas cidades, e deu origem a uma nova classe social nesses novos centros populacionais – o proletariado.

O êxodo rural em direção às aglomerações urbanas formadas em torno das indústrias e às cidades menores, que se desenvolviam em torno das grandes metrópoles

⁷³ Vale à pena comparar com o crescimento populacional da população previsto para a média dos países europeus entre 2000 e 2050. A projeção do crescimento da população idosa europeia para esse período ultrapassa em muito os dados relativos a esses setenta anos, além do que se projeta para o aumento de toda a população desses países.

graças ao crescimento do comércio é quantificado, no caso da França, por BEAUVOIR (*Ibid.*, p. 236). No final do século XVIII, a população urbana francesa havia dobrado de tamanho, passando a representar 1/5 do conjunto da população do país. Menos de cem anos depois, em 1881, a população urbana da França já equivalia a 1/3 do total. O crescimento do contingente demográfico urbano foi acompanhado pelo incremento no número de velhos em determinadas classes sociais. BEAUVOIR (*Ibid.*, p. 235) salienta que esse aumento estava associado ao progresso da ciência observado na época, verificando-se então a substituição das crenças sobre a velhice por saberes científicos que viriam a embasar a medicina na constituição de áreas especializadas para a velhice. As condições de vida dos velhos tornaram-se ainda piores do que sempre foram na segunda metade do século XIX. E isso ocorreu tanto na França quanto na Inglaterra. Países onde já se faziam presentes as formas de trabalho impulsionadas pela produção industrial, em função das condições de trabalho às quais os operários eram submetidos.

A exploração máxima do trabalhador fabril, fosse ele homem ou mulher, criança ou velho era também a tônica nas indústrias norte-americanas e onde quer que houvesse estabelecimentos fabris, entre os fins do século XIX e princípio do século XX. Nesses anos, foram elevadas as perdas humanas em virtude do taylorismo, aplicado como modo de organização da produção industrial. Para BEAUVOIR (*Ibid.*, p. 263), o número de idosos explorados entre a Idade Média e o século XVIII não deve ter sido expressivo, dado que a maioria dos trabalhadores morria jovem tanto nas cidades como nos campos. Já a situação dos idosos no advento do capitalismo e durante a Revolução Industrial no século XIX foi extremamente penosa. Não que eles fossem explorados diretamente ou de forma mais intensa que outras faixas etárias, visto que, independente de idade ou gênero, a opressão pelo trabalho nas indústrias foi generalizada. Na verdade, uma vez que esses idosos pouco acrescentavam à força de trabalho, a sociedade passou a ignorá-

los até que o seu expressivo aumento numérico inviabilizou a tentativa de fazê-los invisíveis.

Enquanto na cidade o idoso que perdia o emprego devido à idade corria sério risco de se tornar um miserável, nos campos da França e de diversos outros países ocidentais, o idoso podia continuar trabalhando em suas terras e conservava a sua autoridade. Entretanto, a diminuição da importância econômica da agricultura familiar fez com que os camponeses, à medida que envelheciam e não podiam mais trabalhar por conta própria, ficassem dependentes dos filhos. BEAUVOIR (*Ibid.*, p. 237) informa que em muitos desses casos em que os velhos caíam na dependência do auxílio dos filhos, acabavam despossuídos de seus pertences e abandonados em asilos.

Em fins do século XIX as famílias nas cidades não eram mais patriarcais, o poder político passava a ser protagonizado pelo capital financeiro e pelas indústrias, que, juntos, evidenciavam o primado da produção econômica. O capitalismo familiar cedia a vez às sociedades anônimas. Essa perda, cujo significado para os idosos mais abastados representava um indício inequívoco de desprestígio econômico, foi seguida da perda do prestígio político através da adoção do sufrágio universal, considerando-se que o idoso mantinha até então, por sua senhorilidade, alguma influência no campo político. Porém, o que ocorreu em quase todo o Ocidente foi, segundo BEAUVOIR (*Ibid.*, p. 244), um equilíbrio geracional no interior da burguesia, observando-se uma colaboração entre jovens e velhos e definindo-se papéis específicos para cada qual na sociedade complexa que então se instaurava. Não se podia prescindir, por um lado, dos saberes acumulados pelos mais velhos e nem da sua imagem estável e tranquila, nem, por outro, da dinâmica e da força empreendedora dos mais jovens. O velho como garantia é uma invenção que ganhou força na ideologia burguesa da época, pois o

paradigma da acumulação em diferentes nichos em um modelo de economia capitalista passava a ser valorizado como idéia.

A consolidação do urbano como modelo e espaço para a sociedade acentuou-se sobremaneira no século XX, assim como a industrialização dos grandes centros. Em decorrência disso, na opinião de BEAUVOIR (*Ibid.*, p. 255), o desaparecimento da família patriarcal no âmbito urbano também se tornou mais visível, mantendo-se por mais algum tempo apenas no campo. O velho deixou de exercer a função de elemento de ligação entre as gerações; a família, por sua vez, passou a apresentar-se cada vez mais reduzida no espaço urbano, tanto em sua expressão quanto no tamanho de sua composição. Numa sociedade tecnocrática para qual o saber acumulado se estagna e precisa ser renovado, a experiência – elemento definidor do velho como classe socialmente produtiva – passou a experimentar uma avaliação negativa.

Culturalmente, os movimentos artísticos ao longo desse século dão conta dessa intensa renovação de valores, exemplificados pelo culto ao indivíduo jovem e à sua impetuosidade frente à vida, exemplificadas pelo *rock'n'roll*, onde as pedras que rolam não criam limo. Ao longo do tempo, essa máxima pode ser interpretada de outro modo, uma vez que muitos ídolos e personagens desse gênero musical, mesmo “sessentões”, continuam a empolgar as plateias, em grandes turnês mundiais ou mesmo regionais, consagrando-se ainda como referências às novas gerações. O exemplo desses artistas atesta que as pedras rolantes não criarem limo tem o significado da inovação. Inovação que o próprio ser é capaz de propor a si mesmo e ao mundo, mantendo-se fiel a si, independente da idade que possui.

A concepção do que é ser velho está muito associada à expectativa de vida de uma sociedade. Em determinadas épocas e lugares, a velhice não chegou a configurar uma classe de idade, uma vez que apenas alguns indivíduos conseguiam exceder em

muito à duração média de vida de uma região. Na realidade, a visibilidade do idoso como classe é algo recente e característico das sociedades modernas. O aumento da vida média é progressivo desde os primórdios da vida humana. Na França do século XVIII, a vida média girava em torno dos 30 anos e a proporção de idosos com mais de 60 anos não excedia os 9% da população, chegando a algo em torno de 18% em fins do século XIX. O aumento progressivo da expectativa de idade, associado a melhores condições de vida e de saúde que asseguraram um declínio na mortalidade infantil, fez com que, paulatinamente, o número de pessoas com mais de 60 anos crescesse significativamente, em especial nos países europeus, norte-americanos e em alguns países asiáticos. O velho teve, nessas novas condições, sua percepção como classe etária modificada, tornando-se objeto de políticas específicas nas sociedades atuais em que a experiência não conta tanto como antes, prevalecendo as noções de inovação e de renovação, ideias próximas ao vigor e à inquietude da juventude.

O local de trabalho ficou muito distante do lar do trabalhador, afastando-o ainda mais de sua família e do pouco de sua vida que ainda está fora das suas relações com o trabalho. Contraditoriamente, enquanto cresce sua expectativa de vida, o que faz com que, pelo menos em teoria, permaneça mais tempo ativo no terreno profissional, a tarefa em que se especializou muda ou mesmo desaparece com o passar do tempo, esvaziando o valor da experiência que carrega. É muito comum que pessoas idosas acabem desempregadas antes da aposentadoria, situação que se acentua em períodos de recessão e altas taxas de desemprego⁷⁴. Mas se profissionalmente constata-se a queda de produtividade do idoso provocada pelo desgaste biológico, a maioria das pesquisas

⁷⁴ Segundo a matéria “*Demitido da Embraer e sem opção de trabalho*”, Caderno Economia, *O Globo*, 22/02/2009, Rio de Janeiro, p. 21, dos mais de 4.200 funcionários demitidos pela Embraer, muitos deles, por sua especificidade (trabalhavam nas áreas de produção, nas seções de material composto e de *shoot peeling*) não encontrarão emprego em funções semelhantes, a não ser em outras indústrias do mesmo setor. Essa situação os afasta do mercado nacional – por não haver concorrência – ou os remete para outras atividades, nas quais não são necessários conhecimentos tão específicos. Não será nenhuma excepcionalidade se desse grupo de funcionários, aqueles com idades mais avançadas tiverem maior grau de dificuldade em encontrar emprego formal.

realizadas desde a segunda metade do século XX revela que os trabalhadores mais velhos superam, em algumas atividades, as deficiências advindas da idade, por sua habilidade, sua qualificação, sua consciência profissional. Apesar de não mostrarem interesse por processos inovadores e serem prejudicados pela rotina, eles conservam o mesmo rendimento e estão menos sujeitos a acidentes no ambiente de trabalho.

Para ELIAS (1998, p. 98), nas sociedades ocidentais urbanizadas modernas, onde a economia de mercado é parte essencial das relações sociais, e as indústrias e os processos produtivos desencadearam a absorção cultural de que as tarefas vitais geraram a necessidade social de medição constante do tempo, atribuiu-se a mesma relevância à consciência do tempo de vida dos homens em seus contextos socioeconômicos. A essa nova necessidade social, podemos atrelar a esquizofrenia instaurada nas sociedades modernas. PAZ (2002, p. 88) chama a atenção para esse aspecto, uma vez que essas sociedades sempre quiseram que seus cidadãos vivessem o maior tempo possível. Nesse sentido, elas foram bem sucedidas, visto o aumento da expectativa de vida em boa parte do globo. O aumento da população idosa, porém, torna o que não era visível tão evidente que essas mesmas sociedades passam a fazer de tudo para esconder essa velhice, deixando transparecer unicamente a jovialidade de seus jovens.

A idolatria da juventude é um traço comum às sociedades modernas, às economias industrializadas e à tecnocracia. Segundo PAZ (*Ibid.*, p. 88), essa idolatria fez da juventude uma conquista capitalista e não dos próprios jovens. Esses mesmos jovens, que apesar de serem o foco da produção capitalista, acabam não sendo reconhecidos como cidadãos, uma vez que não encontram oportunidades reais em um sistema social pouco engenhoso e ainda menos inclusivo. Ademais, a anulação dos velhos pela supervalorização da juventude como força produtiva levou-os, por um lado, a tentar se adequar ao estereótipo juvenil, ou então, por outro lado, a assumir o seu

isolamento e invisibilidade, o que, de todo modo, de acordo com PAZ (*Ibid.*, p. 88), acarreta sempre a desintegração do homem em suas dimensões humana e temporal. Essa esquizofrenia apontada por PAZ (*Ibid.*, p. 88) fica patente na massa anônima e invisível, formada por velhos e jovens, em uma sociedade que declara em seus princípios a igualdade entre os homens. Sabemos, de antemão, que nesse princípio reside a primeira condição a ser repensada em nossa universalidade, aquela que busca atribuir à pluralidade e à singularidade o real valor norteador de um pensamento capaz de abrigar diferentes concepções de mundo.

Segundo SCHIRRMACHER (2005, p. 77), a atribuição de incompetência e incapacidade aos idosos, que tem por base argumentos revestidos de racionalidade, tais como diagnósticos médicos e outras avaliações, encobertas sob a égide da ordem moral, é em sua essência totalitária. As universalidades particulares marginalizam pensamentos, atitudes e homens, e a apreensão conceitual do que é e o que deve ser valorado em termos da capacidade ideal de produção socioeconômica coloca de lado seres humanos, que, por sua essência e vivência, poderão sempre contribuir, e compartilhar, com os que estão à sua volta. O processo imediato na vida do trabalhador, quando atinge uma determinada idade e ainda permanece ativo profissionalmente, é a aposentadoria, cuja grande crítica reside em se fixar no parâmetro da idade cronológica, que não está necessariamente em sintonia com a idade biológica, por exemplo.

Um dos traços mais marcantes que permeia toda a vida do trabalhador em toda a sua extensão é o fato de o trabalho, na vida pública, encerrar, entre outros aspectos, uma dissociação entre ele e a vida. Isso pode ser bem percebido na aposentadoria dos homens em relação à das mulheres, embora as recentes mudanças culturais concernentes ao lugar da mulher na sociedade estejam afetando essa situação. O indivíduo, quando é retirado de uma categoria ativa na sociedade para outra, que o caracteriza como inativo

e que implica em redução de proventos, torna-se mais dependente das relações sociais que o cercam. Essa transição é menos traumática para quem esteve às voltas com o trabalho no âmbito doméstico, uma vez que a continuidade é possível enquanto houver vigor e saúde.

Quando o trabalho foi uma escolha que acabou se constituindo como uma realização em si mesmo, a renúncia a essa motivação de vida, segundo BEAUVOIR (*Ibid.*, p. 325), passou a ter, para esse trabalhador, um sabor de morte, mesmo se considerados o seu cansaço e a possibilidade de aproveitar outras oportunidades oferecidas pela vida social. BEAUVOIR (*Ibid.*, p. 340) chama a atenção para o fato de o ato da aposentadoria, tal como ocorre na maioria dos países, ser o desfecho da tragédia que é o sistema de vida em que estamos inseridos. Esse sistema não propicia uma razão de viver efetiva à maioria das pessoas, que, na realidade, passam toda a sua existência dissimulando essa ausência pelo trabalho e pelo cansaço do dia-a-dia.

A aposentadoria passa a ser o momento dessa revelação. É nesse momento que o trabalhador percebe que *“não tem mais lugar no mundo, porque, na verdade, nunca lhe foi concedido um lugar”*. Essa fragmentação do indivíduo é percebida em um momento extremamente inoportuno, uma vez que lhe resta pouco espaço para reagir às sucessivas rupturas ocorridas ao longo da vida, nas relações da cultura do trabalho com a cultura da vida, com o lugar e com as profissões e realizações do ser. Mas essa fragmentação não abole o fato, lembrado por ELIAS (1998, p. 58), de que, ao contrário do que possa parecer nos dias atuais, *“a imagem que os homens têm de si, ou a experiência de si mesmo, em suma, não é independente do patrimônio de saber de que eles dispõem, nem tampouco isolável de sua experiência do mundo em geral. Ela é parte integrante de seu universo sócio-simbólico e se modifica junto com ele”*.

Interessante observar que ilustres pensadores modernos, de diferentes áreas do conhecimento, como Simone de Beauvoir, Norberto Bobbio, Norbert Elias, André Gorz, Romano Guardini, e Paul Ricœur, ao ingressarem na etapa da vida que é o cerne de nosso estudo, perceberam três fenômenos característicos de nossa temporalidade, que são o envelhecimento das sociedades, o distanciamento do pensamento ocidental da morte, e a valorização excessiva do que é jovem. Esse entendimento levou-os, todos eles, a se preocuparem em tornar visíveis essas fendas e, desse modo, contribuíram sobremaneira para a discussão dessa temática tão atual. A velhice nas sociedades contemporâneas acaba por revelar o modo fragmentado mediante o qual elas estabeleceram, com base na competição e na economia de mercado, tipos de relação com o trabalho em seus aspectos cotidianos como a vida vivida e as relações aí presentes; com o lugar configurado como espaço urbano multifacetado, partido, estranho; e por fim ao exercício de suas atribuições e de sua profissão.

Se essas rupturas não podem ser completamente evitadas, podem, pelo menos, ser evidenciadas e, nesse sentido, vale a pena repetir as palavras de Beauvoir e concluir essa seção com uma demonstração de fé na vida e no reencontro do homem com si mesmo:

“Para que a velhice não seja uma irrisória paródia de nossa existência anterior, só há uma solução – é continuar a perseguir fins que dêem um sentido à nossa vida: dedicação a indivíduos, a coletividade, a causas, trabalho social ou político, intelectual, criador. Contrariamente ao que aconselham os moralistas, é preciso desejar conservar na última idade paixões fortes o bastante para evitar que façamos um retorno sobre nós mesmos. A vida conserva um valor enquanto atribuimos valor à vida dos outros, através do amor, da amizade, da indignação, da compaixão. Permanecem, então, razões para agir ou para falar” (Op. cit., p. 661).

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO 1 – O OLHAR DO IDOSO

“Me dijo que antes de esa tarde lluviosa en que lo volteó el azulejo, él había sido lo que son todos los cristianos: un ciego, un sordo, un abombado, un desmemoriado. [...] Diecinueve años había vivido como quien sueña: miraba sin ver, oía sin oír, se olvidaba de todo, de casi todo. Al caer, perdió el conocimiento; cuando lo recobró, el presente era casi intolerable de tan rico y tan nítido, y también las memorias más antiguas y más triviales. Poco después averiguó que estaba tullido. El hecho apenas le interesó. Razonó (sintió) que la...inmovilidad era un precio mínimo. Ahora su percepción y su memoria eran infalibles” (BORGES, 2005, p. 160).⁷⁵

Nesse capítulo, recorreremos à memória oral como função intermediária e temporal das culturas entre gerações, como recriação do passado à luz das lembranças vividas e como alternativa ou complemento à história oficial. Para tal, teremos como base a relação da memória com a linguagem, conforme é trabalhada por Bosi em suas obras (1986, 1994, 2003). Nelas, a autora desenvolve um estudo sobre memórias de velhos e uma psicologia social que, substantivamente, nos reaproximam do que é enunciado por MATE (1997), ao concluir que a história oficial faz-se em um tempo linear, fruto de uma sucessão de lutas entre poderes, pensamentos e hábitos que anseiam por se constituírem como hegemônicos. Mas essa mesma história omite a memória vivida, os aspectos do dia-a-dia, e as vozes dos homens comuns.

Tomemos como eixo central a perspectiva de BOSI (1994) de ser o trabalho a relação da memória com o tempo. Trabalho da memória sobre o tempo vivido, definido pela cultura e pelo indivíduo. Tempo que não flui uniforme, já que foi transformado em

⁷⁵ Do conto ficcional “*Funes el memorioso*” escrito por Jorge Luis Borges em 1942 sobre um prodigioso homem que tinha “*más recuerdos*” que “*los que habrán tenido todos los hombres desde que el mundo es mundo*”.

cada sociedade e em cada indivíduo ou grupo de pessoas, que o vivencia de modo particular.

Em nosso caso, a interpelação dos discursos dos idosos deve-se ao fato de eles serem testemunhas comuns da história vivida, instrumentos de reconstrução e análise do impacto e das transformações socioculturais nos dois períodos produtivos em questão: o industrial e o pós-industrial. Desse modo faz-se premente o reconhecimento mútuo e a escuta do outro, o que aponta para a possibilidade de uma história subterrânea, revelada por uma memória coletiva fadada ao esquecimento. Ademais, não devemos nos deixar seduzir pelo mito de que entrevistar segmentos sociais periféricos signifique legitimar uma história não contada.

Como nos alerta DUARTE (2004), por mais politizado e sensível às questões sociais que o pesquisador possa ser e por mais que tente ser imparcial, ele será sempre o autor e o condutor da pesquisa, e, portanto, não só a fala do entrevistado como a sua interpretação estarão sob a perspectiva de quem os estuda. Ainda assim, a importância da linguagem para a compreensão da esfera do trabalho e o seu entrelaçamento com as questões da vida reforçam a necessidade de avançarmos em sua compreensão e, para tanto, vale recuperar as noções judias de relato, diálogo e coro, tratadas preliminarmente no primeiro capítulo da primeira parte desse trabalho. Essa premissa levou-nos a manter, no correr dos capítulos subsequentes, períodos médios e longos das falas dos entrevistados, procurando, com isso, deixar claro a responsabilidade e a temporalidade que há no diálogo.

Recorremos à memória oral de idosos que tenham vivenciado as transformações socioculturais de diversos setores produtivos e vínculos em diferentes profissões, tendo como principais referências as três relações abordadas na primeira parte dessa tese, a saber: a) do trabalho com a vida; b) do trabalho e dos modos de produção com o espaço

e o lugar; c) do trabalho com as profissões. As entrevistas, concentradas nas três áreas de trabalho anteriormente investigadas (a ferroviária, a naval e a de preservação do patrimônio cultural), foram realizadas entre os dias 25 de julho de 2008 e 5 de março de 2009, nas cidades do Rio de Janeiro, Niterói, e Barra do Piraí, no estado do Rio de Janeiro, nos locais de trabalho dos entrevistados. Optamos pela realização das entrevistas no espaço de trabalho por entendermos que a ambientação proporcionada por essa escolha poderia contribuir, de forma significativa, para o nosso envolvimento com o que foi dito durante as gravações e para a valorização do próprio entrevistado, mesmo reconhecendo que essa escolha prejudicaria, com certeza, a qualidade das gravações.

Como metodologia, recorreremos à análise com foco qualitativo, dado que estávamos preocupados com os processos e relações sociais com o trabalho e não com a forma pela qual esses segmentos sociais de profissionais se estruturaram. O universo de pesquisa em cada área foi delimitado quando se percebeu alguma conformidade nos seus conteúdos, e uma progressiva redução de novas inserções ou aspectos quando se tratou das questões chaves.

As entrevistas tinham início com a explicação prévia do que se propunha, de que fariam parte de uma tese de doutorado. As perguntas eram em pequeno número, visando, exatamente, a livre expressão do entrevistado, permitindo que ele elaborasse um longo discurso sobre sua vida e sua trajetória profissional. Essa orientação visou a coerência com a perspectiva de procurarmos identificar rupturas entre a cultura do trabalho e a cultura da vida. Entrevistas com base única em perguntas pré-formuladas tal como pressupõe algumas metodologias de pesquisa qualitativa seriam de tal forma parametrizadas, que acentuariam ainda mais essa cisão. Tivemos a preocupação de que fossem registrados os locais e datas de nascimento, e que as relações objeto dessa tese

– as relações do trabalho com a vida vivida, as relações com o espaço e o lugar e as relações entre trabalho e profissão – corresponderem a perguntas-chaves. Com essa mesma preocupação, quando os entrevistados não mencionavam espontaneamente, perguntamos diretamente se a inserção do entrevistado na área profissional específica deveu-se à influência de alguém do círculo familiar ou de amizade, e também se essa escolha veio a influenciar gerações posteriores.

Outras perguntas-chaves diziam respeito às fronteiras entre a vida no trabalho e a vida do dia-a-dia, à percepção do entrevistado sobre a sua profissão nos dias atuais, ao papel do entrevistado na formação de novos profissionais, e a maneira pela qual viam a idade no desempenho da profissão. Como critérios para compor a amostragem era necessário que os entrevistados fossem, via de regra, lideranças em suas áreas de atividade, reconhecidos pelos seus pares por seus méritos e por sua história profissional, por seu comprometimento institucional e por seu papel na preservação e na divulgação dos conhecimentos específicos de suas profissões, e estivessem inseridos no mercado de trabalho. Desse modo, conformou-se um grupo privilegiado de profissionais não representativos da maioria da força de trabalho nacional, mas capazes de darem indícios sobre os efeitos nas relações com o trabalho e de uma avaliação da trajetória de suas profissões.

A amostra compreendeu um total de 17 entrevistados, sendo cinco na área ferroviária, seis na área naval e também seis na área de preservação patrimonial. As características comuns a todos esses entrevistados são as seguintes: a sua larga experiência acumulada no exercício das suas atividades, o que representa um expressivo saber tácito; o empenho em explicitar e transmitir, de modo direto ou indireto, seus conhecimentos aos mais jovens; o profissionalismo; e a consciência da fragilidade atual de suas profissões.

Na área naval, as entrevistas concentraram-se na especificidade do reparo naval, em particular nos serviços realizados em Niterói. Na área de reparo naval, todos tinham formação de nível técnico médio e apenas um também possuía graduação superior em administração, constituindo-se no grupo mais homogêneo em termos de escolaridade. De fato como iremos verificar adiante, os grupos de entrevistados das áreas ferroviária e de preservação patrimonial têm significada parte composta por profissionais graduados, ou mesmo com pós-graduação em suas respectivas áreas do conhecimento, e uma parcela menor de profissionais com baixa escolaridade e formação forjada na prática.

Na área ferroviária, os entrevistados tinham em comum o fato de terem sido, todos eles, empregados de uma antiga e prestigiada companhia de prestação de serviços de engenharia nas frentes de construção e manutenção de ferrovias e metrô. Com atuação em grande parte do território nacional, essa empresa teve destacada atuação antes da privatização da Rede Ferroviária Federal S.A.. Dos entrevistados dessa área, três são formados em engenharia (tendo um deles pós-graduação *stricto-sensu* fora do país), e dois possuem o ensino fundamental e cursos técnicos, mas a sua formação profissional básica se deu na prática do dia-a-dia.

As entrevistas envolvendo os profissionais ligados à preservação do patrimônio cultural abarcaram desde servidores públicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, até restauradores autônomos, envolvidos na preservação de bens culturais móveis e imóveis. Nessa área, dois eram graduados em arquitetura – um deles com doutorado na área de patrimônio cultural e o outro com mestrado na área e atualmente doutorando-se em memória social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO –, dois possuíam graduação em artes plásticas, e outros dois o ensino fundamental e formação técnica forjada na prática.

Todos os entrevistados, à exceção de uma entrevistada da área de preservação do patrimônio cultural, eram homens⁷⁶. No caso da faixa etária, fixou-se a idade mínima de 60 anos⁷⁷ para todo o conjunto. Cabe registrar que foi aberta uma exceção para um entrevistado da área de preservação do patrimônio cultural. Esse profissional tinha 54 anos no momento da entrevista, fato constatado *a posteriori*, mas como o seu depoimento foi considerado muito relevante acabou sendo mantido. Como o entrevistado mais velho tinha 83 anos, a idade média do grupo de depoentes chegou a 67 anos. A idade média mais elevada foi na área ferroviária com 71,2 anos, seguida pela área de preservação do patrimônio cultural com 68,3 anos de idade média, e por fim a área naval com média de 61,3 anos, como pode ser visualizado nos quadros I, II e III a seguir.

A valorização da experiência profissional acumulada ao longo dos anos é comum nessas três áreas, o que difere substancialmente da maioria das atuais áreas de trabalho, nas quais o novo tem mais valor. Essa valorização tem a ver, basicamente, com três fatores: a baixa inovação tecnológica presente na espinha dorsal dessas três áreas; o hiato registrado na construção/conservação/operação ferroviária e na construção/reparo naval desde os anos 1980 até os primeiros anos do século XXI; e a restrita oferta de trabalho e a dificuldade de fixação de profissionais no campo da preservação do patrimônio cultural. Esse conjunto de causas coloca os antigos profissionais numa posição bastante confortável em termos de oportunidades de trabalho, porque não têm substitutos e porque são necessários à formação de novos quadros.

⁷⁶ A questão gênero não foi alvo desse estudo, não tendo sido, portanto, determinante na escolha dos entrevistados.

⁷⁷ Essa é a idade mínima estabelecida pelo Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) para definir uma pessoa como idosa.

A área ferroviária foi em grande parte dos seus entrevistados descrita por sua vulnerabilidade frente ao que se desenrola nos dias atuais. A privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. foi citada em diversas falas como um dos agravantes para a área, bem como despontou a sinalização ferroviária como um subsetor em vias de extinção. Primeiro por estarem obsoletas as instalações vigentes; segundo por não haver profissionais capacitados nem para a formação de novos trabalhadores; e por último pelo desinteresse das empresas responsáveis atualmente pela operação das linhas férreas de investirem na modernização de tecnologias e formação profissional. Esse desinteresse pode ser descrito, por exemplo, pela fala de Mílvio Bertin, um dos entrevistados, na qual aponta haver linhas férreas onde a operação se faz por telefones celulares. O ferroviário também é apontado como um profissional em vias de extinção.

Já a área naval, não há indicações por parte dos entrevistados de extinção ou superação das profissões inscritas. O que se demonstra são as consequências devidas por um longo período, em torno de vinte anos, de pouquíssimos investimentos no setor e decorrente desaquecimento suficientemente capaz de reduzir em mais de dez vezes o número de empregos, como vimos pelos dados citados no capítulo 4 da primeira parte de relatórios do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do SINAVAL. Mas tanto uma área como a outra, a perspectiva de continuidade e de atendimento a demandas atuais e futuras está nas mãos de profissionais de mais de sessenta anos por sua responsabilidade de transmissão de conhecimentos e de capacitação de novas equipes de trabalho, e por não haver estratégias governamentais ou do empresariado com essa finalidade. Pensar a atualização da malha ferroviária ou mesmo metroviária sem traçar diretrizes de formação de profissionais aptos ao desempenho de funções afins é não ter estratégias sustentáveis de desenvolvimento para essas áreas. Nesse bojo, podemos questionar a viabilidade operacional de projetos

estratégicos para o setor de transportes como os dos trens de alta velocidade, denominados popularmente como trens balas, nos eixos Rio – São Paulo – Belo Horizonte, ou de ampliação das linhas metroviárias como solução ao caos do transporte urbano nas grandes capitais brasileiras.

A área naval por outro lado sofre um problema que não está restrito ao caso brasileiro, e que é a da forte concorrência internacional, notadamente dos países asiáticos, e que transformaram o cenário mundial dessa área. Muitos países europeus tradicionalmente ligados ao cenário da construção e do reparo naval encontram-se em situações às vezes mais críticas que a verificada no Brasil. Por aqui houve uma atenuação nos efeitos dessas transformações pela crescente demanda da exploração marítima de petróleo. Entretanto, o que se verificou como marcante nas entrevistas realizadas da área foi a não existência de escolas ou cursos adequados de formação técnica nas proximidades dos centros empregadores e que fossem acessíveis às faixas populacionais mais carentes.

O grupo de entrevistados da área de preservação patrimonial reforça a tese de estarmos percorrendo um recente caminho em direção à profissionalização da área, por conta da maioria deles terem vivido pessoalmente as dificuldades de formação em suas respectivas épocas. Muitos tiveram que procurar formação fora do Brasil ou tiveram oportunidades tais como a de trabalharem com algum profissional mais experiente. Aliás, esse ponto merece destaque, qual seja a de que nas entrevistas dessa área não transparecer a dificuldade de transmissão de um trabalhador mais experiente a outro mais jovem, ao contrário da área naval. Nesta, algumas entrevistas deram a entender que certos profissionais entrevistados não encontraram facilidades em seu início de vida profissional devido à sonegação de informação por parte dos mais antigos. Ou seja, a transmissão de conhecimentos sempre foi um processo tenso, onde há de ser

considerados interesses múltiplos. Essa tensão esteve presente já nas corporações de ofícios, como descrito no capítulo 4 da primeira parte dessa tese.

Vale salientar que todos os entrevistados se mostraram muito entusiasmados com a possibilidade de discorrer sobre a sua vida profissional e de fazer avaliações sobre suas profissões. Esse é o caso de George Shliakas, profissional autônomo da área da preservação patrimonial, que se deslocou de sua residência em Maricá, para o Centro Cultural do Tribunal de Justiça, no centro da cidade do Rio de Janeiro, onde executa obras de restauração, com a finalidade exclusiva de participar da entrevista. Outro caso que merece destaque foi o de Setembrino da Silva, encarregado de oficina da área ferroviária, que agradeceu explicitamente ter tido a oportunidade de relatar sua história, frisando estar ela estreitamente relacionada com a história da ferrovia.

Pelos quadros I, II e III, podemos verificar que a maioria dos entrevistados, cerca de 76,5%, era constituída por aposentados, mas todos continuavam atuando profissionalmente à época das entrevistas. A área com maior número de aposentados foi a ferroviária com 100%, seguida da área naval com 83,3%, e por últimos a da preservação patrimonial com apenas 50%. A comparação desses dados com a idade média de cada área explica a totalidade de aposentadorias na área ferroviária, que apresenta uma média de idade bastante alta. Já o fato de a área naval ter um número de aposentados expressivamente maior do que a de preservação patrimonial, mesmo com sua idade média menor, deve-se às condições especiais de aposentadoria vigentes na época para trabalhadores em ambientes insalubres e com alta periculosidade e, também, à menor preocupação dos profissionais de preservação patrimonial com a questão da aposentadoria.

QUADRO I – Síntese das entrevistas da área ferroviária.

SÍNTESE DAS ENTREVISTAS DA ÁREA FERROVIÁRIA													
Entrevistado	Idade (anos)	Formação	Filhos (sim/não)	Aposentado (sim/não)	Continua trabalhando?	Porque continua a trabalhar	Pensa em parar de trabalhar quando?	Trabalho atual	Consegue desvincular trabalho x vida?	Como vê a profissão hoje?	Trabalha na formação de jovens?	Foi (1) ou influenciou (2) alguém na prof.?	Relação trabalho x espaço: mobilidade ou permanência
Guilherme José Binelli	68	pósgraduado mestrado	Sim	Sim	Sim	sente-se realizado	Não pensa	engenheiro empresário	Sim	Carece da formação de profissionais	Sim	1-pai 2-filhos	Mobilidade Viagou muito a trabalho e formação.
Mílvio Bertin	76	graduado - engenharia	Sim	Sim	Sim	não consegue se ver parado	Enquanto puder continuar.	engenheiro empresário	Não	Em extinção. Carece da formação de profissionais	Sim	1-Não/ 2-filho	Mobilidade SP, PR, RJ
Orlando de Oliveira Victorino	66	graduado - engenharia	Sim	Sim	Sim	paixão	Enquanto puder continuar.	engenheiro empresário	Não	Em extinção. Carece da formação de profissionais	Sim	1- não/ 2- não	Mobilidade RJ mudou p/ B. Pirai
Setembrino da Silva	77	fundamental	Sim	Sim	Sim	prazer	Enquanto puder continuar.	supervisor de oficina	Sim	Decaindo. Carece da formação de profissionais	Sim	1- pai de amigo/ 2 filhos	Permanência Barra do Pirai
Carlos Alberto Teixeira	69	fundamental	Sim	Sim	Sim	prazer	Enquanto puder continuar.	supervisor de oficina	Não	Decaindo. Carece da formação de profissionais	Sim	1- pai/ 2- não	Permanência Barra do Pirai

IDADE MÉDIA (anos)	71,2
PERC. APOSENTADOS (%)	100,00

QUADRO II – Síntese das entrevistas da área naval.

QUADRO 2

SÍNTESE DAS ENTREVISTAS DA ÁREA NAVAL													
Entrevistado	Idade (anos)	Formação	Filhos (sim/não)	Aposentado (sim/não)	Continua trabalhando?	Porque continua a trabalhar?	Pensa em parar de trabalhar quando?	Trabalho atual	Consegue desvincular trabalho x vida?	Como vê a profissão hoje?	Trabalha na formação de jovens?	Foi (1) ou influenciou (2) alguém na prof.?	Relação trabalho x espaço: mobilidade ou permanência
George Aquino do Nascimento	61	estrutura naval/ graduado em administração	Sim	Não	Sim	Para conseguir tempo de aposentadoria	Assim que se aposentar	supervisor de estrutura	não	Carece de formação profissional	Sim	1 - Não 2- alunos Pral	Mobilidade/ nasceu B.
João Batista da Silva Campos	65	técnico	Sim	Sim	Sim	despesas/ prazer	Não se vê parado	Mestre	trabalho influenciou vida	Carece de formação profissional	Sim	1 - Não 2- alunos	Permanência
Jorge Mauro Braga	60	técnico	Sim	Sim	Sim	Para não ficar parado	Não se vê parado	chefe de departamento	não	Carece de formação profissional	Sim	1 - pai fez questão de não influir 2- filhos	Permanência
Luiz Carlos Jesus Ferreira	60	técnico	Sim	Sim	Sim	despesas	quando acabarem as despesas	mestre/ chefe de manutenção	não	Carece de formação profissional	Sim	1- pai e 2- alunos	Permanência
Manoel dos Santos Duarte Silva	62	técnico / graduado	Sim	Sim	Sim	gosta/ despesas	Não	chefe de departamento	não	Carece de formação profissional	Sim	1- não 2- alunos	Permanência
Nilton Silva	60	técnico/ projetista	Sim	Sim	Sim	despesas/ prazer	Não	técnico de produção	antes só nos domingos/ hoje consegue	Carece de formação profissional	Sim	1 - sim 2- não conseguiu influenciar filhos	Permanência

IDADE MÉDIA (anos)	61,33
PERC. APOSENTADOS (%)	83,33

QUADRO III – Síntese das entrevistas da área de preservação patrimonial.

QUADRO 3 SÍNTESE DAS ENTREVISTAS DA ÁREA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL													
Entrevistado	Idade (anos)	Formação	Filhos (sim/não)	Aposentado (sim/não)	Continua trabalhando?	Porque continua a trabalhar?	Pensa em parar de trabalhar quando?	Trabalho atual	Consegue desvincular trabalho x vida?	Como vê a profissão hoje?	Trabalha na formação de jovens?	Foi (1) ou influenciou (2) a algum na prof.?	Relação trabalho x espaço: mobilidade ou permanência
Adorcino Pereira da Silva	83	1º Grau-fundamental	Sim	Sim	parte principal dele/ despesas	Não	Artesão restaur.	Não	Carece de formação profissional	Sim	1- irmãos	Pouca mobilidade Araruama/ RJ	
Antônio José Aguilera	62	pósgraduado doutorando	Sim	Não	prazer	Não	Arquiteto IPHAN	Não	Carece de formação profissional	Sim	1- não 2- alunos	Mobilidade Equador/ Viaja muito à serviço	
Cyro Corrêa Lyra	71	pósgraduado doutorado	Sim	Sim	não consegue se ver parado	Não	Assessor IPHAN	Não	Carece de formação profissional	Sim	1- outro prof. 2 - alunos	Mobilidade	
Fernando Barreiros	54	graduado - Belas Artes	Sim	Não	prazer/ despesas	Não	Artesão restaur.	Não	Carece de formação profissional	Sim	1 - outro prof. 2 - filho	Permanência	
George Shliakas	61	Fundamental	Sim	Não	prazer/ despesas	Não	Restaurador	Não	Carece de formação profissional	Sim	1 - pai 2- alunos	Mobilidade	
Mariyka Mendes	79	graduada - Belas Artes	Sim	Sim	prazer/ despesas	Não	Restauradora	Sim	Carece de formação profissional + Regulação da profissão	Sim	1- outro prof. 2 - alunos	Mobilidade na formação Permanência no trabalho	

IDADE MÉDIA (anos)	68,33
PERC. APOSENTADOS (%)	50,00

De todos os aposentados, apenas um entrevistado, da área de reparo naval, declarou continuar a trabalhar somente para custear as despesas com as faculdades de seus filhos, uma vez que os proventos da aposentadoria não eram suficientes para cobrir aqueles gastos, e que, logo que esses compromissos cessassem, deixaria de trabalhar na sua área, mas ainda continuaria a fazer serviços temporários. Todos os demais disseram trabalhar não só para complementar suas aposentadorias, mas também, e principalmente, por prazer, para não ficar parados em casa. Não conseguiam se imaginar não trabalhando, porque para eles o trabalho era um espaço de encontro social. Nesse espaço, sentiam-se importantes, uma vez que era lá que podiam dar continuidade à profissão, através do ensino de seus ofícios aos mais jovens. O espaço doméstico como dito na Parte I traz ao aposentado e à família deste, novas questões não colocadas em toda a vida produtiva do trabalhador. Torna-se muitas vezes um espaço de tensões suficientemente capaz de demover o aposentado do desejo inicial e da idealização de um tempo de desfrute do ócio.

Apesar das tensões reveladas nas entrevistas, principalmente na área naval, que dão conta das dificuldades geradas por seus trabalhos, com consequências como a do sobrepujamento do tempo da vida pelo tempo do trabalho, e, por conseguinte do afastamento de muitos do convívio familiar, há motivações claras do exercício do trabalho por motivos para além de prover o sustento. Essas motivações para continuarem trabalhando os remetem ao exercício de atividades para sua realização como indivíduos. Essa questão traz à tona as três formas de *vita activa* – o labor, o trabalho e a ação –, recuperados por ARENDT (2003) da filosofia grega e tratado no Capítulo 1 da Primeira Parte desta tese. Ali evidenciamos, na perspectiva de Arendt, de que somente as atividades humanas vistas como sérias passariam a ser tratadas como trabalho, entendendo-se por atividades sérias aquelas que davam conta das necessidades

humanas, confundindo o que era labor com o que era trabalho. Nesse sentido, o fato de tantos entrevistados continuarem a exercer seu trabalho não só para suprirem as suas necessidades materiais atualiza a questão *animal laborans* versus *homo faber*. Se lembrarmos bem, o primeiro caracteriza de fato o homem na sociedade de consumo, a suprir as necessidades para sua subsistência, enquanto ao segundo, livre das conveniências e obrigações, cabe a realização das obras de artes, dos objetos, dos artefatos, e da transformação da natureza.

Como podemos verificar nos quadros I, II e III, há como característica comum nas falas dos entrevistados a preocupação com a continuidade da profissão e a identificação da carência de oportunidades de educação profissional. O aprofundamento dessa característica em cada área será dado nos capítulos subseqüentes, quando trataremos especificamente as entrevistas. Outros pontos comuns nas entrevistas das três áreas, talvez mais na ferroviária e na naval, são as críticas à aposentadoria e a ênfase em idolatrar o período e a geração a qual pertencem e criticar as gerações mais recentes em seu descaso ou desinteresse pela profissão. Há argumentos em suas falas para tanto, mas também há visíveis traços de tensões intra-geracionais e intenso auto-reconhecimento. Esse movimento tende a ser uma tensão a ser enfrentada nos países em crescente processo de envelhecimento.

Essas questões colocam em cena, sobretudo, as relações do trabalho com a vida vivida e com a profissão, além da relação entre o trabalho e o espaço, e para procedermos à escuta das vozes desses trabalhadores a respeito desses temas, destacaremos alguns trechos das entrevistas, organizados por área de atuação. As entrevistas, igualmente separadas por cada área, encontram-se disponíveis, na íntegra, nos anexos.

Vale salientar que muitas das questões apontadas nas entrevistas aproximam-nos da perspectiva de MÉDA (1999), que considera o trabalho como laço social. Conforme já foi abordado anteriormente, ele pode ser focado de quatro maneiras distintas: a) permitir a aprendizagem da vida social e a constituição de identidades; b) ser a medida de trocas sociais; c) permitir que cada um tenha uma utilidade social; e d) ser um lugar de encontro e cooperação, por contraste com os lugares não públicos que são a família, ou o casal, e o espaço doméstico. Todas elas estão presentes nas descrições dos entrevistados sobre suas trajetórias de vida vivida e de vida profissional.

CAPÍTULO 2 – A ESCUTA NA FERROVIA

*“Essa Maria Fumaça
É devagar quase parada
Oh seu foguista
Bota fogo na fogueira
Que essa chaleira
Tem que tá até sexta-feira
Na estação de Pedro Osório
Sim senhor! [...]*

*Se esse trem não chega a tempo
Vou perder meu casamento
Atraca, atraca
Ligadão nessa lareira
Esse fogão é que
Acelera essa banheira
O padre é louco
E bota outro em meu lugar...” (KLEITON,
KLEDIR)⁷⁸*

Os entrevistados da área ferroviária deixam transparecer certo saudosismo de uma era na qual pertencer à categoria era motivo de orgulho profissional, e que dado um contexto, há um consenso nas entrevistas sobre o risco de superação dessa categoria profissional. A mudança nesse quadro é localizada na adoção de uma série de medidas no setor de transportes, da parte de sucessivos governos, cujo resultado foi a paulatina substituição da ferrovia sobretudo pela rodovia, o que provocou, conseqüentemente, a redução da demanda por profissionais especializados, repercutindo na não renovação da sua força de trabalho. Outro fator importante para explicar essa nova situação foi, sem dúvida, a privatização da Rede Ferroviária Federal – RFFSA, que transformou culturalmente a área.

Essas constatações, entre outras, estão presentes na fala do engenheiro aposentado Orlando de Oliveira Victorino (OOV). Nascido e criado na cidade do Rio de Janeiro, Victorino graduou-se como técnico de estradas na antiga Escola Técnica Nacional, e depois como engenheiro de operações. Iniciou a sua trajetória profissional

⁷⁸ Letra da música *Maria Fumaça*, de autoria de Kleiton e Kledir.

ainda no Rio de Janeiro, na Estrada de Ferro Leopoldina, e depois de passar pela obra de Triagem do trecho Francisco de Sá – Belford Roxo transferiu-se para Barra do Pirai, onde fixou moradia e veio a constituir família e o seu lugar, mas sem ser poupado de viagens constantes aos diversos locais onde ocorriam atividades sob sua responsabilidade.

Aos 66 anos de idade e sócio da empresa COEFER Ltda., especializada na prestação de serviços de engenharia ferroviária, Orlando Victorino demonstra um grande envolvimento com a profissão e ao mesmo tempo, manifesta claramente o seu desagrado com a privatização das ferrovias e com a virtual extinção da profissão de ferroviário:

“A ferrovia é uma parte que eu me apaixonei. Na época da Rede⁷⁹, eu acho que essa coisa era mais latente. Havia um entrosamento muito grande entre os ferroviários, a Rede Ferroviária e as firmas empreiteiras. A gente participava...às vezes até ajudava muito, porque havia mais entrosamento. Hoje em dia, depois da privatização, a gente simplesmente é contratado para executar... Então, ser ferroviário, hoje, é um negócio (...) que se exauriu. (...) Dentro da própria iniciativa privada, eu sei que as pessoas ali não se sentem ferroviários, porque as pessoas não têm mais aquele sentimento ferroviário.” (OOV)

Mais adiante, ele acrescenta:

“... aquele camarada que tinha (...) um instinto de ferrovia, vivia ferrovia, [esse] não existe mais. Eu era até confundido com o pessoal da Rede como se fizesse parte dela, (...) várias vezes aconteceu isso (...). Hoje eu não me sinto [assim], hoje eu sou realmente... [um] negociante, né? (...) [...] Não adianta que você não vai mudar o mundo e, com isso, aquela ligação ferroviária... [...]Você vai encontrar isso no passado, nas pessoas que saíram e que hoje tem idade. Nesses tem ainda o sentimento, porque eles saíram na fase antiga. Hoje em dia ninguém fica preocupado que a estação está caindo, que o trilho está cheio de mato... No passado [o pátio] era o orgulho (...)

⁷⁹ O depoente está se referindo à Rede Ferroviária Federal – RFFSA.

da ferrovia. Hoje em dia não. Você vê o pátio. Se você observar o pátio. Eu não diria abandono, mas [...] é, o aspecto é de abandono, [...] Pra ser ferroviário, é o patrimônio, é lá o trem produzindo, funcionando,... né, você ter técnica. Nada impede uma coisa da outra. Hoje em dia... Eu sinto isso". (OOV)

Orlando Victorino demonstra sua apreensão quanto à formação de mão-de-obra na área, preocupação compartilhada pela maioria dos entrevistados dessa e das demais áreas trabalhadas. A sua inquietação está fundamentada num contexto marcado pelo declínio das atividades ferroviárias e pelas consequências da privatização da RFFSA. Em sua avaliação, esses fatores provocaram o surgimento de uma lacuna geracional entre os profissionais e a “desprofissionalização” do ferroviário. A sinalização, um dos campos específicos da área ferroviária, é bastante destacada na sua fala:

“A parte da sinalização ferroviária deu uma parada. Por quê? Porque aqui, na MRS⁸⁰, o que aconteceu? As firmas que ficaram com as pessoas da MRS (...), que já estão hoje beirando 60 anos... fica difícil, porque você faz um serviço, o sistema só eles que sabem (...). Não houve formação depois que a Rede terminou. A MRS não investiu nisso, não se interessou, se interessou em terceirizar, mas também não deu capacidade pras empresas darem continuidade, para as empresas poderem investir nisso. Então, hoje, [o que] você vê aqui na ferrovia é uma meia-dúzia de técnicos que eram da época da Rede e que um dia vão acabar, e não fica ninguém, né, pra entender realmente. Eletricista você arruma em qualquer eletricista, agora, entender... o problema é complicado. [...] Então, a ferrovia, não só na parte de sinalização, como toda parte, ela é carente, e não existe movimento pra que melhore, é mais um problema. [...] Não existe escola de formação de mestre. Como é que o camarada que se formou no tapa vai ter hoje 2º grau? Eu acho que essa exigência é fruto da evolução. Tem que ser assim (...). A realidade não condiz com o papel. [...] Então esse é o grande problema (...) da ferrovia: a falta de formação e a falta de um ferroviário”. (OOV)

⁸⁰ O entrevistado está se referindo à MRS Logística S.A., empresa que, segundo o sítio www.transportes.gov.br/bit/ferro/mrs/inf-mrs.htm, controla, opera e monitora a Malha Sudeste da RFFSA (o que corresponde a 1.674 km de malha ferroviária) transportando minérios, produtos siderúrgicos, cimento, produtos agrícolas, etc. Com a privatização da RFFSA, a MRS ficou com a antiga Linha do Centro, que liga Minas Gerais ao Rio de Janeiro (porto de Sepetiba), e que corresponde à área onde predominantemente atuava o entrevistado.

Mílvio Vicente Bertin (MVB), engenheiro aposentado com 76 anos de idade, e também sócio da empreiteira COEFER Ltda., foi outro entrevistado da área ferroviária que nos municiou com informações e impressões extremamente úteis. Nascido em Bragança Paulista, no interior de São Paulo, graduou-se em engenharia em Curitiba e iniciou a sua vida profissional no norte do Paraná, trabalhando na ligação ferroviária entre Uraí (PR) e Ourinhos (SP). De lá, transferiu-se para a Estrada de Ferro Santos–Jundiaí, e posteriormente para Curitiba, onde esteve à frente da construção de ferrovia unindo a capital paranaense à cidade de Pinhais. Mais tarde, em 1978, foi transferido para o Rio de Janeiro, onde reside e trabalha. Todavia, ainda hoje tem de se deslocar com frequência para as cidades onde a sua empresa atua.

Em seu depoimento, ele revela a mesma preocupação e a mesma insatisfação assinaladas por Orlando Victorino com a perda do sentimento de pertencimento à categoria ferroviária e com a carência de novos profissionais especializados. Mílvio Bertin faz questão de ressaltar a sua realização como engenheiro ferroviário e sua intenção de trabalhar até o fim de sua vida. Abaixo, seguem alguns trechos de sua entrevista sobre as dificuldades atuais da profissão, sobre sua realização como profissional e sobre suas intenções de continuar trabalhando indefinidamente:

“É, a ferrovia, hoje, foi toda ela privatizada, né? Então, hoje, pra ser empreiteiro tá muito difícil (...) Hoje, a grande maioria das ferrovias do Brasil estão na mão da Vale do Rio Doce. Quem está mandando é a Vale (...). Desde o norte do Brasil até São Paulo é quase tudo Vale. [...] A Vale tem a MRS, Ferrovia Centro-Atlântica, S.A., pega o Nordeste e vem até aqui, no Espírito Santo (...). Só daqui, do sul de São Paulo, até o Rio Grande do Sul que é a ALL, América Latina Logística.[...]. Então, no sentido de você ter empreiteiro de firma particular, você é muito espremido. Hoje em dia tem a concorrência, né? Antigamente, quando era empreiteiro do governo, você fazia a concorrência, o melhor preço ganhava. Aquele preço teu não muda até um centavo, não muda um tostão, não. Hoje em dia você ganha a concorrência, ele vêm e

te pede percentual de abatimento, pô! [...] Você vai discutir com esse pessoal? Não tem como discutir porque eles não tem conhecimento, não sabem nem do que estão falando, entendeu? [...] O cara não sabe nada. Então tá ficando difícil. Eu acho que, com o tempo, o empreiteiro ferroviário vai desaparecer (rindo).” (MVB)

“Está cada vez mais difícil de você promover gente agora porque não tem mais o que tinha [antes], remodelação de ferrovia, remodelação de sinalização, sinalização nova... não existe mais. Tem um lugar aí que o trem tá trafegando com um celular, é! Pede licença, vai passar, não vai passar. A sinalização que tem já é ultrapassada. [...] Então eu acho que é um ramo que com o tempo vai desaparecer (...)Quebrou tanta empresa já! Era um bando de empresas. Tanto é que eles fazem concorrência, convidam até... dono de restaurante pra fazer ferrovia.” (MVB)

“... eu não sei ficar parado. Num feriado longo – uma sexta, um sábado e um domingo – no domingo eu já estou indócil dentro de casa, doido pra que chegue logo a 2ª feira pra vir logo pra o escritório, pra ter alguma coisa pra fazer. Eu não sei ficar sem fazer nada, não sei. A gente vai trabalhando até chegar o dia fatal, né, porque... não sei ficar sem fazer nada, a não ser que venha alguma doença aí que impeça de andar ou de raciocinar (...). Mas eu acho que eu duro muito ainda porque a minha mãe tá inteira lá em casa, com 99 anos, (...). Vai fazer 100 anos no ano que vem agora, pô!” (MVB)

“Eu me sinto, profissionalmente, como engenheiro, realizado. Eu trabalhei a vida inteira, sempre nesse ramo, e sempre satisfeito. Eu nunca mudei de ramo.” (MVB)

“E estamos trabalhando até hoje em ferrovia porque é o que a gente gosta, é a paixão da gente, são quarenta e tantos anos de ferrovia...[...] É ferrovia, ferrovia. O resto de engenharia eu desaprendi porque eu não mexo com aquilo, mas (...) eu discuto o que você quiser sobre ferrovia.” (MVB)

Mílvio Bertin é um dos entrevistados que reconhecem a dificuldade em desvincular a vida do trabalho da vida familiar e cotidiana, devido ao grande tempo dedicado às suas atividades profissionais em determinados períodos de sua vida:

“Depende da época da vida da gente. Por exemplo, quando eu fui para o Paraná para construir a ferrovia, uma ferrovia nova, que era da Rede Federal, do governo federal, e tinha prazo pra construir, eu tinha lá, alojados na cidade de Araucária, 850 homens. Era a minha equipe de trabalho. Eu saía de casa antes da seis horas da manhã, todo dia, mesmo que estivesse fazendo quase zero grau. [...] Eu ficava até oito, nove, dez horas, aí que eu ia pra casa. Chegava em casa, minha mulher já estava deitada e meu filho estava dormindo. Eu saía cedo, eles estavam dormindo. Chegava à noite, eles estavam dormindo. Até hoje eles reclamam que eu não os vi crescer (...). Durante quatro, cinco anos, eu só os vi nos domingos, os domingos que eu fiquei em casa na parte da manhã porque, normalmente, eu trabalhava nos domingos também (rindo), entendeu? [...] O trabalho atrapalhou um pouco a vida familiar nessa época, entendeu? [...]”. (MVB)

A questão da mobilidade é extremamente presente na área ferroviária em virtude de suas características intrínsecas, como as grandes extensões das linhas férreas e por elas se encontrarem, muitas vezes, afastadas dos grandes centros urbanos. Assim, é comum que os profissionais que atuem nessa área de trabalho fixem residência em locais distintos dos de origem, bem como transitem ao longo de sua vida profissional por diferentes territórios.

A questão da idade para esse trabalhador, que se orgulha da longevidade de sua família e afirma não pensar em parar de trabalhar tão cedo, pesa quando reflete sobre as restrições impostas ao seu corpo pelo tempo:

“Evidentemente que, com a idade, a gente não tem o pique de quando era jovem, né? Ficava o dia inteiro na obra, de sol a sol, vendo, mandando, a gente não tem mais isso. [...] Como empresário, a gente só... administra, de longe. Mas sempre que tem algum problema técnico, o pessoal do campo vem perguntar pra gente (...). Uma coisa que acontece [e que] é repetitiva, quer dizer, já aconteceu no passado porque com 40 anos mexendo em ferrovia (...) não acontece nada de novo, né?(...) O que se fazia antigamente se faz até hoje. Só mudou de maria-fumaça para trem elétrico, e o trilho, que era um trilho 29/30, hoje é trilho 45/ 50/ 60 70 (...) Então...a experiência

pesa (...), mas mesmo que queira tocar uma obra hoje, não consigo mais, eu acho que não consigo. Ficar aí no campo e tocar uma obra seria um prazer enorme, mas você não tem mais pique pra isso.” (MVB)

Perguntado se, como empresário, não estaria numa posição mais confortável dada a sua idade, ele responde:

“É, mas [isso] não satisfaz. O que satisfaz mesmo é o serviço do campo. (...) Porque você aqui cuida de papel o tempo inteiro, papel, telefone, o tempo inteiro discutindo preço. [Mas] o trabalho [é] que é a parte boa de fazer, que é o bom da engenharia, de você ir lá e realizar (...) Você tem a satisfação de que a empresa é sua, e você mandou fazer aquilo lá e viu realizado, mas não foi você que fez! Eu tenho um orgulho danado de tudo o que eu já fiz. Eu fiz coisas (...) construí coisas... Na empresa nossa, hoje em dia, ninguém tem a experiência que eu tenho em construção, porque na época que eu fiz tinha muita construção de linha. Hoje não tem mais, tem pouca coisa.” (MVB)

A entrevista com os aposentados Setembrino da Silva Rosa (SSR), de 77 anos de idade, e Carlos Alberto Teixeira (CAT), com 69 anos de idade, foi realizada simultaneamente com os dois, na oficina em que ambos dividem a função de supervisão. Postos e convívio profissional que dividem a mais de 20 anos, acrescidos de uma longa amizade de infância. Foram responsáveis durante 20 anos por um estaleiro de solda em Barra do Piraí, onde os trilhos eram soldados até 240 metros de extensão, configurando-se como o único na região do Rio de Janeiro, e o segundo no Brasil (na época só havia mais outro estaleiro desse tipo, na Estrada de Ferro Santos–Jundiaí).

Os dois pretendem continuar trabalhando enquanto tiverem saúde. Perguntado por que não pretende parar tão cedo, Setembrino responde que é por prazer, e explica que pretende continuar enquanto puder. Para isso, vai se colocando, meta após meta, e que hoje está fixada em atingir os oitenta anos trabalhando. Em sua fala há críticas à aposentadoria e o modo como o aposentado é tratado. Sua determinação é o modo de

vida que entendeu como melhor para conviver com as agruras da vida, como a de ter perdido um de seus filhos e sua esposa.

“A pessoa costuma a falar assim: ‘Você tá maluco? Você vai morrer trabalhando.’ Na minha casa, a minha família fala isso comigo, falava isso comigo. Eu perguntava a eles se tinha diferença morrer trabalhando ou parado. Se é melhor, eu paro; se tem diferença pra melhor, vou escolher o melhor. Se me der esse direito, eu escolho o melhor sempre. Então a gente tem o prazer de trabalhar, gosta, né, porque o trabalho, desde o momento em que haja... que você tá trabalhando porque você gosta, num ambiente bom, você gosta do que você tá fazendo, ele é prazer, ele é lazer. A vida da gente constitui em que tempo? Nós temos dez horas aqui dentro pra ajudar a passar. [...] Se consumindo no tempo não faz nada o aposentado, como é que ele vai ficar? Como é que ele vai ficar dez horas, né, sem fazer nada, né? (SSR)

“Eu gostava muito da minha esposa, muito, gostava muito, demais, nem imagine! Mas isso eu coloquei como coisa da vida. Eu não fui o primeiro nem o último, isso vai acontecer com todo mundo. Você tem que ter um plano, você tem que ter uma cabeça, pra saber que você... não queria... que, por você, isso não aconteceria... Mas quem somos nós pra brigar com o Homem? É bom orar pra Ele, né? Então eu escolhi trabalhar porque o que é que acontece, trabalhando? Nada de se aposentar. Não sei se você... você sabe dessa história, é claro, todo mundo sabe, o aposentado é o mercado pra morrer (rindo) sem nada, porque o Governo, hoje, o salário realmente,... Você sai com cinco salários, seis salários, quando você vai ver, quando você vai ver, tá com dois, se bobear. Você vai ser obrigado a recorrer a alguma coisa pra você sobreviver, que a sua vida, seu padrão de vida...” (SSR)

Para Carlos Alberto, o determinante de parar de trabalhar é a saúde de sua esposa:

“Pode ser que amanhã eu pare por um motivo, porque eu tenho um problema sério com a minha esposa, né, todo mundo sabe, e isso só vai depender dela, não é de mim, porque se ela piorar, eu vou ter que parar, eu tenho que dar assistência a ela, porque ninguém dá assistência melhor à esposa de que o marido, porque filhos, todos têm seus compromissos, [...] eu é que vou ter que sacrificar, tá? Mas, até hoje, graças a

Deus, estou com saúde[...] não me descuido, tá, porque eu não gosto de me descuidar, porque tem muita gente lá fora contando comigo, então eu tenho que fazer isso, tá? [...] O que eu tinha que realizar, já realizei, mas agora tenho que trabalhar pra dar mais conforto pra eles. Estou com 69, estou com sessenta e nove anos, vou fazer sessenta e nove anos ainda...” (CAT)

“E estamos aí, trabalhando dia a dia por que... Eu acho que o trabalho, pra mim, é a melhor coisa que existe até hoje, porque a gente tem família, temos filhos pra educar, pra se formar, neto, bisneto [...] que se formou agora, no fim do ano, vai continuar fazendo Letras, então, como se diz, o vovô não pode parar agora, só Deus é quem sabe. E, graças a Deus, me sinto feliz porque já cheguei na terceira idade. Eu sou tri, sou pai, avô e bisavô, então eu me sinto feliz de Deus ter me dado essa alegria, né, que eu ainda brinco que isso não é pra qualquer um...” (CAT).

O mesmo não é compartilhado por Setembrino da Silva Rosa, que apesar de disponibilizar a maior parte dos seus dias ao trabalho e de reconhecer o quanto é difícil, afirma ter reservado um tempo para sua família e seus afazeres cotidianos. Um destaque nessa sua entrevista é a demonstração de sua vitalidade e a forma tranquila como trata a questão da idade, mesmo demonstrando pesar ao reconhecer que muitos de seus companheiros de trabalho não estão mais vivos.

“Desligo completamente. Graças a Deus, Deus me deu esse privilégio: tanto desligo da minha casa quando venho pra cá, quanto desligo daqui quando vou pra lá...[...] porque se não, ficaria complicado (...) Eu consigo. Eu não penso na minha casa quando estou aqui. Às vezes [...] mas o dia aqui, a normalidade, não, não penso, a não ser que alguma coisa desse tipo, mas eu não me ligo. Saio de lá pra cá, monto na minha bicicleta... Moro lá, próximo ao Belvedere⁸¹, que você deve conhecer... moro lá, vou embora, de manhã, às seis horas da manhã. Chego aqui e me desligo completamente de lá, da minha casa, completamente. Vou almoçar, almoço, vou na

⁸¹ Refere-se a um bairro de Barra do Piraí, próximo à BR-116 Norte e distante do centro onde trabalha. Como o nome sugere, fica numa cota mais alta que a cidade. Vale ressaltar que a despeito da idade do entrevistado (77 anos), ele vai todos os dias para o trabalho de bicicleta, retornando para casa na hora do almoço, para depois voltar ao serviço a pé, e finalmente caminhar ao final de sua jornada para sua residência.

minha casa almoçar, volto, quando estou aqui, e quando estou lá, me desligo daqui, completamente. Não penso em nada que eu fiz no dia.” (SSR)

“Muitas e muitas pessoas passaram por nós, muitas, muitas. Muitas já se foram, muitas, com a idade que a gente tá adquirindo, muitas pessoas foram muito mais cedo. [...] [A]migos nossos, que passaram por nós, fomos chefes deles, e que já se foram, e a gente ainda tá aí, com bastante pegada, com bastante vontade, nós estamos aí. Eu, sinceramente, não gosto de achar... eu não vejo velhice.” (SSR)

Setembrino e Carlos Alberto são naturais de Barra do Piraí, onde trabalharam ao longo de suas vidas. Por ter sido grande centro ferroviário de expressão latino-americana desde a origem da história ferroviária nacional, essa cidade tem em sua população grandes laços com a ferrovia e com suas tradições. Criados no mesmo bairro, foram influenciados pelo pai de Carlos Alberto, dando continuidade a uma história antes recorrente na área ferroviária dos laços comunais da profissão ferroviária.

“Vim através do pai dele, sr. Júlio Teixeira, pai do Carlos Alberto Teixeira, que era empregado do depósito, que era chefe do depósito da Rede Ferroviária, na época, Central do Brasil, e... fomos pra o estaleiro de solda de trilho, em Pulverização⁸². Lá adquirimos um know-how muito grande de solda de trilho, que é a arco elétrico.” (SSR)

“ [...] Vale especificar, eu sou filho de ferroviário. A minha família toda era ferroviária, tudo ferroviário, entendeu, e eu passei a ser ferroviário. Desde que eu entrei pra CBS⁸³ que já sou ferroviário.” (CAT)

Guilherme José Binelli (GJB), engenheiro aposentado, hoje com 68 anos de idade, trabalha atualmente como consultor na área de energia. Ele nasceu na cidade do

⁸² Pulverização é um local no município de Barra do Piraí, RJ, onde se instalou o primeiro estaleiro de solda de trilhos no estado, pertencente à RFFSA, mas operado primeiro pela empresa CBEI e depois pela COEFE S.A.

⁸³ Refere-se à Companhia Brasileira de Sinalização – CBS, que depois passou a se chamar Companhia Brasileira de Engenharia e Indústria – CBEI, extinta em 1982. Nas décadas de 1960 e 1970, essa empresa foi uma das maiores empreiteiras de construção e conservação na área ferroviária do Brasil.

Rio de Janeiro, onde se graduou em engenharia pela então Escola Nacional de Engenharia, da Universidade do Brasil. Viveu algum tempo nos Estados Unidos, onde fez a sua pós-graduação. De volta ao Brasil, residiu primeiro em São Paulo, depois em Santos e posteriormente no Rio de Janeiro, onde fixou sua residência. Durante muitos anos, foi diretor-superintendente de uma empreiteira de construção e manutenção nas áreas ferroviária e metroviária, sendo responsável, em nome da empresa, por obras como a da Ferrovia do Aço, por montagens nos metrô do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife, e diversas obras de via permanente e sinalização nas malhas ferroviárias das Redes Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Nordeste. Sua mobilidade pode ser evidenciada nas constantes viagens a trabalho, realizadas no decorrer de sua vida profissional:

“(...) Embora eu tenha dito ‘domiciliado’, (...) embora a minha casa fosse aqui no Rio, eu sempre viajei muito, né? Estava revendo algumas agendas minhas de (...) bastante anos atrás, e eu anotava os dias que eu tinha viajado (...) quando voltava... E [durante] muitos anos eu passava 170, 180 dias fora de casa, quer dizer, passava mais tempo fora de casa, viajando, do que realmente na minha casa. (...) [A] minha vida sempre foi uma vida profissional, (...) Pra mim, viajar é parte integrante da (...) minha atividade, né? Mesmo hoje, que eu trabalho por conta própria, estou sempre viajando. Numa hora estou aqui no Rio, em outro momento estou em Florianópolis, em outros momentos estou em Natal, Rio Grande do Norte, em Manaus, enfim, onde for necessário.” (GJB)

Apesar de dedicar a maior parte dos seus dias ao trabalho e de reconhecer o quanto isso é determinado pelas grandes responsabilidades e pelo envolvimento com a profissão que abraçou, Binelli diz ter conseguido reservar algum tempo para sua família, o que considera fundamental para a sua estruturação:

“Realmente, conciliar a vida em família com trabalho e tudo (...) muitas vezes é complicado, né? Mas acho que consegui administrar isso bem. [...] Quando eu estava em casa e em período de férias, eu sempre procurava, ao longo do ano, nas férias de

julho, nas férias de dezembro, procurava sair com meus filhos (...) ter um espaço pra eles, né? Estava sempre disponível pra conversar, pra discutir, que eu acho que isso tende a estar rareando. Você vê, os pais querem se ver livres dos filhos, querem colocar na escola, mas não querem saber como é o progresso dos filhos na escola, não cobram, né? Em casa nunca teve isso (...). Eu podia estar viajando, mas eu chegava e sentava com cada um, queria saber como é que tinham progredido, como é que estavam avançando...” (GJB)

Para Binelli, a questão da idade implica o desafio da reinvenção, a transformação que um indivíduo pode se permitir. Há dez anos atrás, quando tinha 55 anos, idade em que alguns trabalhadores se aposentam ou se encontram alijados do mercado de trabalho, ele modificou a sua trajetória profissional, ingressando num segmento novo que ora se instalava no Brasil, o da sustentabilidade dos recursos energéticos. Vale frisar que essa possibilidade de manter-se atualizado frente às transformações tecnológicas deve-se em parte à formação acadêmica do entrevistado.

Em geral, a questão da idade para esse grupo de entrevistados revelou não haver maiores tensões e significativa boa assimilação das restrições provenientes do tempo. As entrevistas com profissionais da área ferroviária revelam também a preocupação com a continuidade da profissão, que fica patente tanto nas críticas às políticas governamentais quanto na denúncia da existência de uma lacuna geracional cuja solução passa pela capacitação na área. Todos os entrevistados estão envolvidos nessa área, de um modo ou de outro, seja por atuarem diretamente no treinamento de novos profissionais, como é o caso de Setembrino e do Carlos Alberto, seja por terem participado, como professores, de faculdades de engenharia, como Binelli, ou ainda por promoverem, em suas empresas, a capacitação de jovens aprendizes, como o fazem Orlando Victorino e Mílvio Bertin.

As entrevistas também identificam aquilo que pode ser associado à “desprofissionalização” do setor, conforme foi abordado no Capítulo 4 da Primeira Parte desta tese. O envolvimento com a capacitação de jovens iniciantes na profissão está diretamente associado ao que os entrevistados descrevem como o prazer que ainda sentem e os motiva a permanecerem no exercício de suas profissões. Essa frente de atuação lhes permite serem ouvidos, assegurando que a memória do que fizeram ou aprenderam não se perca e, com ela, a importância de suas existências. Três falas, recolhidas nas entrevistas com os supervisores Setembrino da Silva Rosa e Carlos Alberto Teixeira, revelam essa preocupação com o registro de suas memórias e com a “desprofissionalização” no setor ferroviário:

“[...] por incrível que pareça, antes da gente deixar a vida no planeta, a gente vai gravar isso aí e falar o que eu tinha vontade de fazer: é fazer o que nós fizemos, falar o que nós fizemos[...] Dizem (...) [que] quem gosta de passado é museu, mas a história é importante, né? Nós⁸⁴ fizemos uma história. Por nós termos feito a história, nós aprendemos. Aposentamos. (...). Ele saiu, foi convidado pra ir pra Rede Ferroviária, foi, e eu continuei no Grupo. E estamos aí, já, depois de aposentados, já há quase 20 anos, e não pretendemos parar tão cedo.” (SSR)

“As pessoas, hoje, (...) [o profissional] vem, simplesmente, pra ganhar o salário. Tanto ganha aqui, como ganha ali, como ganha lá, pra ele é indiferente, onde estiver ganhando ele vem, ele não tem amor pelo que está fazendo, talvez. Ele quer trabalhar, é bem mandado, é uma pessoa normal, igual à gente, não tem nada de diferente, é até melhor, (...) só que (...) eu acho que não existe nas pessoas aquele carinho, aquele cuidado, (...) você hoje não vê [isso].” (SSR).

“Não têm amor no que faz, tá entendendo? Eu acho que o que falta neles é vergonha, que a pessoa que trabalha tem que ter vergonha, tem que gostar do que faz. Acho que esses elementos aí podem ser ótimos profissionais, eles fazem, mas não tem

⁸⁴ Refere-se a ele e a Carlos Alberto Teixeira, com quem trabalhou por quase toda a vida e que conjuntamente participou da entrevista.

acabamento, então não fica completo. Porque se ele fez tem que ter acabamento, senão fica difícil.” (CAT)

Essas falas sublinham o descompromisso atual com a profissão e também revelam um saudosismo do passado, associado a uma velada tensão entre gerações que, hoje, disputam espaços no mercado de trabalho. Tal tensão, como abordado anteriormente, deve-se ao aumento da expectativa de vida, possibilitando que os trabalhadores, consideradas as suas idades biológica, social e psicológica, se mantenham por mais tempo capazes, acentuando o descompasso entre a oferta de trabalho e o que é demandado por um número cada vez maior de pessoas.

O orgulho de suas trajetórias profissionais e de suas realizações foi um ponto comum nas falas dos entrevistados. Eles se identificam como testemunhos vivos de um momento importante da história ferroviária brasileira, e permanecem ativos, enquanto grande parte dos seus contemporâneos ou já faleceram ou seguem suas vidas como aposentados. Essa valorização e esse auto-reconhecimento, associados ao *leitmotiv* da permanência desse grupo como profissionais atuantes estar próximo do que descreveram como prazer ou essencialidade de sua condição humana, atestam a aproximação desse conjunto de trabalhadores do que ARENDT (2003) definiu conceitualmente como *homo faber*. Para eles, o trabalho constitui a razão de ser de um modo de vida autônomo e humano, um *bios* em que o exercício da ação construtiva desse grupo é a *práxis* contida no *bios politikos*, distanciada de uma vida voltada para suprir os instintos e as necessidades humanas, descritas pelos antigos gregos como *zoe*. Entretanto, cabe-nos mais destacar que mais do que os caracterizar como *homo faber*, o que vale é identificarmos que a condição humana que decorre entre as atividades do labor e do trabalho encontra-se de um modo complexo, uma vez que nos casos dos entrevistados o que se verifica é uma permeabilidade de uma condição a outra.

O trabalho, para esse grupo seletivo de profissionais, representa um elemento fundamental para a sua realização como indivíduos e cidadãos, bem como para a formação de seus valores como partícipes da construção de uma determinada memória coletiva. Conscientes de seu papel na história da sua área de atuação profissional, eles vêem a transmissão de seus conhecimentos e habilidades para os mais jovens como essencial para a continuidade da área ferroviária. Apesar de reconhecerem a idade que têm e as limitações por ela imposta, sentem-se motivados não apenas pelas lembranças passadas, mas também e principalmente pelas possibilidades que ainda vislumbram em suas vidas. Por mais que algumas falas pretendessem revelar uma nítida separação entre a vida profissional e a vida do dia-a-dia, uma análise mais fina do conteúdo das entrevistas demonstra que essa fronteira é muito tênue. O que se desvela é a permeabilidade entre as culturas do trabalho e da vida, restabelecendo pontes exemplares onde antes havia rupturas socioculturais e concretizando um diálogo que GORZ (2003b, p. 88) identificava como irrealizável, em virtude da fragmentação macrossocial do trabalho na maioria das atividades.

CAPÍTULO 3 – A ESCUTA NO ESTALEIRO NAVAL

*“Ó Mar Salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!*

*Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu. (PESSOA, 1977)⁸⁵*

Os entrevistados na área naval, mais especificamente no reparo naval, têm plena consciência da sua importância no processo de formação de novos quadros, devido ao declínio da área por quase 20 anos. O surgimento de uma lacuna geracional, ao longo dos quase 20 anos de acentuada decadência das atividades de construção e reparo navais, trouxe consequências diretas para a área nos dias de hoje, quando se observa um reaquecimento, ainda que tímido, da área. Esse campo distingue-se por um trabalho árduo, com muitas horas extras, o que a princípio denota valorização do tempo do trabalho e exigência de plena dedicação do trabalhador com a sua vida profissional.

A formação, de longa duração, tem como principal característica a qualificação profissional oferecida em escolas técnicas, associada à prática adquirida nas jornadas de trabalho. Em geral, os profissionais da área percorreram os diversos setores de produção que compõem o rol das atividades de reparo e de construção naval, o que lhes permitiu tomar consciência da relevância do conjunto das atividades desenvolvidas, bem como da interconexão de cada parte com o todo, e, é claro, do valor e da responsabilidade de seu trabalho. Essa percepção afasta-os do modelo de trabalho segmentado e alienado e não é à toa que eles revelam, em suas histórias, o orgulho da classe de trabalhadores à

⁸⁵ PESSOA, F., 1977, *Mar Português*, In: GALHOZ, M.A., org., 1977, *Fernando Pessoa: obra poética em um volume*, 7ª Ed., Série Portuguesa, Rio de Janeiro, Ed. Nova Aguilar, pp.82.

qual pertencem e das lutas por eles vivenciadas na vida cotidiana e na vida política (estas últimas lutas ficaram intencionalmente fora das gravações).

A maioria das entrevistas teve como ingrediente comum o reconhecimento das oportunidades de formação técnica que se dispunha à época e que hoje não corresponde às necessidades para o exercício da profissão. Nesse sentido, são unânimes as críticas quanto à formação técnica atual, principalmente em relação à carga horária insuficiente, fator que agrava o problema da carência de mão-de-obra qualificada decorrente do vazio geracional.

Dos seis entrevistados nessa área, cinco estão aposentados, mas todos continuam trabalhando. Desses cinco, apenas um, Luís Carlos de Jesus Ferreira, diz que só trabalha porque sua aposentadoria não é suficiente para pagar as despesas com as faculdades dos filhos. Assim que puder, deixará de trabalhar na área, mas considera a possibilidade de um trabalho eventual, por não se ver totalmente “parado”. Já os outros quatro aposentados continuam trabalhando não só para complementar as suas aposentadorias, mas principalmente pelo prazer e pelas amizades que encontram no ambiente de trabalho, e para não ficar sem fazer nada em suas casas.

A relação entre trabalho e espaço nesse campo não é caracterizada pela mobilidade e sim pela permanência, uma vez que Niterói, local onde se situa o estaleiro em que trabalham os entrevistados, há muito tempo concentra profissionais dessa área, distribuídos em diversos estabelecimentos de pequeno, médio e grande porte, e escolas de formação técnica na área naval. Apenas um dos entrevistados, George Aquino do Nascimento, não é originário de Niterói ou de algum município vizinho. De todo modo, sua formação técnica e prática foi feita na antiga capital do Estado do Rio.

O primeiro depoente desse grupo de entrevistados é Nilton Silva (NS), que atualmente trabalha como técnico de produção no estaleiro Renave/ Enavi. Assim ele sintetiza sua trajetória profissional:

“Sou de 22 de outubro de 48. Nasci em Niterói. Após concluir o curso de técnico naval, iniciei meu trabalho na Iskawagima Brasil Estaleiros S.A., no Caju, e dali eu comecei a minha vida (...) na construção naval. Trabalhei oito anos na sala de risco... Aí fui transferido para projeto naval, estrutura. Ali desempenhei a função de técnico de... projetista naval. Dali, com mais nove anos, fui pra oficina de processamento, acompanhamento de montagem... Dali, fui transferido para o controle de qualidade (...) acompanhando os armadores e os fiscais da classificadora. E dali, comecei até meados de 93, aí requeri minha aposentadoria. Dali, trabalhei mais dois meses e pedi minha baixa. (...) [D]escansei um ano e aí retornei à indústria naval, devido... (...) [à] queda de salário, redução de salário. Então eu tive que reestruturar minha vida... voltando ao trabalho.” (NS)

Perguntado porque, apesar de aposentado, continua a trabalhar, ele não poupa críticas ao sistema de aposentadoria para os empregados do setor privado, mas também não deixa de destacar a importância do trabalho para o seu rejuvenescimento como indivíduo e a sua paixão pela área em que trabalha. Para ele, trabalhar na esfera pública constitui um meio de se manter conectado aos amigos que conhece há tantos anos, com os quais passou tantas horas juntos, ao longo de muitos dias de trabalho, e também de não ficar restrito ao ambiente doméstico:

“[Para] recompor o salário, porque a defasagem do INSS é muito grande, né? (...) e também eu acho que, por enquanto, não pararia (...) porque (...) o trabalho me faz rejuvenescer, a vida continuando. Se eu parar, (...) não sei o que vai acontecer. [...] Aí juntei o útil ao agradável. [...] A área naval é a minha paixão. [...]” (NS)

“Minha vida foi assim mesmo... trabalho, gosto muito do trabalho. Vou pensar quando vou parar (rindo). [...] Não pararia não... não pararia não. [...] Ocupar o espaço... ficar parado, depender, ficar aporrinhando um, não ter o que fazer. [...] É um passo violento. A gente passa aqui... 11 horas, nove horas.” (NS)

Indagado sobre a eventual influência de alguém da família para ingressar na construção naval, ele nega que tenha havido uma estratégia de persuasão, mas acaba por estabelecer uma relação entre o desejo de seu pai de que entrasse para a Marinha Mercante e sua profissionalização na área naval:

“Não, a formação... quando eu iniciei a fazer a minha formação, eu vi o campo se encaminhando pra uma coisa boa. E meu pai também, na época, eu tinha uns 15anos, tentou me jogar na Marinha Mercante. Dali, da Mercante, comecei a ter visão da indústria naval. Eu não consegui passar na Marinha Mercante... Marinha Mercante, aquela que tem em Ponta de Areia, né? Aí, dali, quando eu fui trabalhar... trabalhei em outro serviço, mas, quando eu entrei na escola técnica, (...) a minha visão ficou perto do que queria: construção naval.” (NS)

Quanto à formação de jovens trabalhadores, Nilton Silva considera-os interessados e com vontade de crescer nas profissões correlatas às áreas de construção e reparo naval, mas reconhece que hoje em dia há outros campos mais atraentes, como a informática, a telecomunicação e a eletrotécnica. Acha também que os jovens que tentam ingressar na área naval sofrem, em sua maioria, a influência dos pais. Ele mesmo admite ter tentado colocar pelo menos um de seus dois filhos numa formação técnica, mas viu-os optarem pelas áreas de educação, contabilidade e direito. Diante do reaquecimento da área naval, ele vê problemas no que tange à oferta de mão-de-obra. Mesmo com as escolas técnicas formando bons técnicos, ele identifica a sua participação e dos demais companheiros de trabalho de sua geração como fundamental para a garantia de algum sucesso, uma vez que a formação tem sido dada, de fato, nos

espaços de trabalho. Apesar de considerar relevante seu papel como professor ou como instrutor para os jovens iniciantes, prefere atuar na produção e em projetos.

“Eu acho que é... de fato, uma parte... eu acho satisfatória, né? Porque uma pessoa poder falar: ‘transmiti o que eu sei’, é muito importante, para pessoa mais nova, um leigo, tá entrando na área naval agora, o que eu sei passar pra ele... Ele olha pra mim... não é professor, mas olha como uma pessoa: ‘Esse cara gosta muito da indústria naval’, aí se interessa pelo que eu falo. Eu vejo isso, que eu passo pra ele que eu gosto da profissão. [...] Eu sempre gostei de atuar. [...] Saí da sala de risco do projeto. No projeto havia outra visão porque eu sabia risco, risco, fui saber em desenho, em projeto, projetando, criando. Através de um plano básico, fazer um plano pra passar pra área de produção, proteção material. Eu vivia ali, construindo, desenhando.” (NS)

Quanto à relação entre o trabalho e a vida cotidiana, apesar do seu esforço em tentar garantir um tempo para a família – esposa e dois filhos –, a constante necessidade de fazer horas extras dificultou muito sua intenção:

“Hoje já estão... uma casada, dois netos e o outro casado, mas sem filho... Em casa eu estruturei os dois: uma é professora, outro é advogado, (...) falta só a carteira da OAB (...). Eu consegui sustentar minha família através do trabalho. [...] Tinha um tempo pra dedicar à família também... porque meu trabalho para cumprir era muito duro, né? Tinha muita hora extra, né? Porque tem prazo, cronograma, então tem meta pra ser entregue. Aí entrava hora extra: horário até dez horas da noite, trabalhava. Às vezes o fim-de-semana era dedicado à família. Porque, na maioria das vezes, de segunda a sábado era só trabalho. Só tinha o domingo. Hoje não, hoje eu estou mais tranqüilo, (...) só eu e a esposa...” (NS).

Outro entrevistado, Manuel dos Santos Duarte Silva (MSDS), aposentado, atualmente está com 62 anos de idade, está aposentado há 14 anos. Ele nasceu e se criou em Alcântara, município de São Gonçalo, vizinho a Niterói, para onde acabou se mudando. Realizou a qualificação técnica no Colégio Henrique Lajes em Niterói, e a formação prática nos estaleiros desse município e do Rio de Janeiro, tendo percorrido

diversos setores de trabalho da área de construção e de reparo naval. Essa foi uma característica comum aos demais entrevistados, e que é reproduzida no modo como realizam a formação dos seus aprendizes. Segundo Sr. Manuel a sua formação começou em 1965 quando iniciou um curso técnico e após ingressou como estagiário no Estaleiro Mauá. Primeiramente ficou tentado a cursar uma faculdade de engenharia naval, mas acabou desistindo, e após um período em que deu aulas de matemática retornou em 1976 a trabalhar num estaleiro, o Estaleiro Caneco, situado no Rio de Janeiro. Prosseguiu seus estudos de aperfeiçoamento profissional já trabalhando no Estaleiro McLaren, em Niterói:

“Aí eu trabalhei 11 anos, de 81 a 92. Fui bem sucedido, fiz vários cursos de especialização, fiz Fundação Getúlio Vargas, tudo me aperfeiçoando profissionalmente. A McLaren me deu uma boa bagagem de conhecimento para que eu pudesse evoluir profissionalmente. Aí, depois, houve aquela crise na indústria naval, por volta dos anos 80, né? (...). Alguns estaleiros foram fechando, (...) foi caindo o nível, aí eu vim parar num estaleiro de reparo, e eu só havia trabalhado um pouquinho em reparo lá no ano de 75, porque o Mauá tinha, na época, um dique que fazia reparo também, então tinha a construção e tinha o reparo.” (MSDS)

Característica marcante na área à época de formação dos entrevistados era a passagem por diversos setores de produção nos estaleiros. Não só tiveram uma boa base teórica e prática em sua formação técnica em escolas de mais fácil acesso do que ocorre atualmente às populações com faixas menores de rendimentos, como o fato de perpassarem por diversas especialidades numa época de intensa produção, garantindo-lhes qualidade profissional imprescindível.

“ Eu trabalhei um pouco em reparo, aí vim cair aqui, na Renave, pelo ano já de 91, 16 de março de 91⁸⁶. Fui admitido para um setor que eu havia trabalhado pouco, mas conhecia alguma coisa, que era o setor de docagem. Aí passei algum tempo na docagem... Eu já tinha uma boa formação porque eu tinha passado em todos os setores da indústria naval, todos. Aí eu peguei e, depois, fui e fechei essa caldeiraria. Aí, passado algum tempo, houve aquele problema aqui com a Renave, que ficou fechada um ano e pouco. Depois fui chamado para vir de volta, tomando conta de um dique que tem aqui, por conta de uma empresa de fora. Depois a Renave me chamou pra voltar, e eu estou até hoje aqui. Então, nesse ramo de engenharia naval, eu já... atuei, praticamente, em quase todas as área, menos a elétrica, que eu não troco nem uma lâmpada (rindo), mas no resto eu trabalhei em tudo.” (MSDS)

Como a maioria dos seus companheiros de trabalho de mesma idade geracional, Manuel dos Santos passou a maior parte de sua vida dedicada ao trabalho. Apesar de o seu tempo de vida ficar subordinado ao tempo do trabalho, ele demonstra satisfação pela sua dedicação às empresas em que trabalhou, porque isso significou reconhecimento profissional. A construção de sua identidade como profissional e o trabalho como medida de troca social estão presentes em grande parte de sua entrevista:

“Eu passei a maioria da minha vida me dedicando muito ao trabalho. Eu vou te contar uma coisa: quando eu olho pra trás, assim, na minha vida, no filme da minha vida – isso é que é o importante, o filme da vida da gente – a gente vê quanta coisa eu poderia fazer e não fiz, quanta coisa eu deveria ter feito e não fiz. E mesmo porque, durante os anos eu me dediquei muito às empresas, só trabalhei, então eu tive pouco lazer na minha vida, pouco, mas sempre me dediquei muito, me dedico até hoje, né? Por exemplo, no final de semana que passou, eu trabalhei sábado e domingo, direto, dentro da empresa.” (MSDS)

A experiência que reconhece ter está associada também à responsabilidade de não ter substitutos, o que o compromete ainda mais com sua vida profissional e com

⁸⁶ Há uma confusão por parte do entrevistado sobre a data em que saiu do Estaleiro MacLaren, se no ano de 1992 ou 1991, sendo esse o ano provável.

uma nova missão, que é a de transmitir seus conhecimentos aos mais jovens. Esse é o aspecto mais crítico detectável em sua fala e se relaciona à questão aqui tratada da “desprofissionalização”. Expressa também o fato de não haver um aproveitamento maior do conhecimento que outros de seus colegas detêm no processo de transmissão e de capacitação dos novos profissionais. A evasão de trabalhadores capacitados para outras áreas ou mesmo para outros setores da construção naval por conta da precariedade de mão de obra qualificada também é alvo de preocupação do entrevistado. Manuel faz parte do rol de entrevistados que, apesar de aposentados, continuam a trabalhar tanto para reforçar seu orçamento quanto por gostar do que faz.

“Hoje, com a experiência que eu tenho (...) – já estou aposentado há 14 anos – mas com a experiência e com a bagagem de conhecimento que eu tenho hoje,... (...) tento passar essa informação do que aprendi durante esses anos todos pra alguém. Mas isso tá meio difícil, a garotada não está vindo aprender, acho que não tá a fim de aprender. Então tá difícil até ter um substituto. Eu não tenho substituto. Se eu sair de férias, não sei como a empresa vai se virar.” (MSDS)

“A gente trabalha a vida inteira e chega na idade que eu cheguei, você sente, ou você fez... deu uma sorte na vida de fazer um pé-de-meia forte, ou você ainda tem necessidades. [...]Se fosse só pra minha parte, daria, sem problema nenhum. Poderia não ter uma vida de luxo, mas poderia ter uma vida normal, tranqüila. Mas, como tem outras pessoas ainda que estão envolvidas na minha vida, ainda preciso ajudar, (...), então por isso, e também porque gosto, eu gosto do que eu faço. Triste da pessoa que passa a vida inteira fazendo uma coisa, procurando sempre evoluir, e depois: ‘Porque eu não gosto disso.’ Não, se eu estou aqui é porque eu gosto, e eu gosto da empresa também (...), mas eu gosto muito do que eu faço e procuro fazer cada dia melhor. [...] Eu, hoje, não vejo interesse no jovem, sinceramente não vejo.” (MSDS)

“Eu vejo o jovem aqui se preocupar só com o pagamento dele, mas eu não vejo ele evoluir, eu não vejo ele fazer uma pesquisa, eu não vejo ele se aprofundar naquilo que ele quer. Ele fica muito superficial. Tem pessoas aqui com belíssimos conhecimentos, que poderiam ser transmitidos pra alguém, e, quando você olha pra o

lado, não tem ninguém. E quem aprende um pouquinho aqui, por incrível que pareça, faz e vai exercer isso em outros lugares.” (MSDS)

A valorização dada à experiência acumulada nesse campo do trabalho está na contramão do que é observado em grande parte das modalidades profissionais. Nelas, enfatiza-se a constante renovação de seus recursos humanos, em prejuízo da preservação e da transmissão dos conhecimentos gerados nos ambientes de trabalho, o que acaba dificultando a permanência de trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho. Para Manuel dos Santos, essa maior valorização está associada a um contexto específico da área, no qual estão presentes a lacuna geracional anteriormente citada e a tímida aposta que as empresas fazem atualmente na formação profissional continuada:

“Ela é valorizada como para suprir um hiato, que é a formação profissional, então não teve formação profissional. [...] Aí, depois, começou a se voltar muito timidamente. Isso o quê? Esse hiato é de 15 a 20 anos. Então aquele pessoal antigo que era o pessoal que tinha conhecimento. Então, hoje, aos pouquinhos se quer retomar uma coisa, mas tem que se formar uma mão-de-obra qualificada pra isso. [...] Que não existe, entendeu? Eu tento transmitir o conhecimento pra os jovens, mas muitos ali (...) não sei se é porque... Por que é que não têm interesse? Não sei. Mas hoje eu não vejo o jovem com aquela garra de querer aprender, querer seguir o exemplo. [...] Hoje existe uma equipe muito fraca aqui.[...] Muito fraca. Infelizmente é isso aí. Mas, por outro lado (...), acho que a empresa também tem culpa nessa história, porque ela deveria segurar os melhores profissionais, deveria investir nesse pessoal pra ter uma equipe técnica realmente qualificada. Quem quer ser melhor tem que ter uma equipe forte, muito forte, porque não conheço um tipo de área que você lida com armadores estrangeiros e tudo o mais... você não pode ter uma mão-de-obra fraca, você tem que ter uma mão-de-obra forte, uma equipe técnica realmente forte pra você transmitir segurança naquilo que você está fazendo. Eu não vejo isso.” (MSDS)

Nascido em Niterói, o entrevistado Jorge Mauro Braga (JMB) é pai de dois filhos e padrasto de outros três. Aposentado, ainda trabalha no estaleiro Renave/ Enavi Ltda.. Começou a sua trajetória profissional na antiga Costeira⁸⁷, por influência do pai e de seus irmãos que trabalhavam lá. Antes disso, quando era mais jovem, pensou em seguir a carreira militar na Marinha, o que de certo modo, o levou, mais tarde, a procurar uma ocupação na área naval. Conta ele:

“(...) [C]omecei a fazer escola técnica no Henrique Lage. Aí tentei como estagiário no Caneco. Trabalhei 20 anos lá, galgando estágios, técnicos, auxiliar técnico, auxiliar de Engenharia, chefe de departamento, e vai por aí afora, né? Trabalhei na área de construção do pátio, blocos curvos, retos... Trabalhei na parte de acabamento, né, acessórios... (...) [D]epois de 20 anos eu me aposentei, aí vim pra área de reparo. Trabalhei aqui na Renave, do ano de 90 a 94. Depois eu saí, fui pra Verolme. Também trabalhava em acessório, acabamento e acessório, de 94 a 97. Aí, depois, voltei aqui, ao estaleiro, fiquei uns seis anos, sete anos aqui, na área de reparos.” (JMB)

Apesar do seu envolvimento familiar nessa área profissional, Jorge Mauro Braga optou por não influenciar seus filhos a seguirem sua profissão. Aliás, essa foi uma característica interessante observada nas entrevistas da área naval. Apesar de essa área ser predominantemente constituída por trabalhadores com histórias familiares que os remetem a essa profissão, as entrevistas revelaram, algumas vezes, a firme disposição dos depoentes de preservarem seus descendentes da dura vida nos estaleiros. Eles demonstraram preocupação em estimular seus filhos em se graduarem em cursos de nível superior distantes da área técnica ou que os mantivessem afastados do trabalho na área naval.

⁸⁷ Estaleiro ligado inicialmente à Marinha do Brasil, que ocupava as ilhas em que hoje se situa o estaleiro Renave/Enavi Ltda., em Niterói.

Com efeito, à exceção de Nilton Silva, todos os demais depoentes não se propuseram a influenciar seus descendentes diretos em seguir carreira nas profissões da área naval. Essa posição pode parecer, num primeiro momento, incoerente com a postura comum adotada por esses profissionais de trabalharem na formação e na qualificação profissional de jovens aprendizes como estratégia para manter o setor em condições de atender às demandas de produção e preservar os conhecimentos acumulados. Por outro lado, ela reflete a consciência que esses profissionais têm a respeito do desaquecimento da área, das oportunidades existentes em outros campos de atuação profissional, e da dureza da vida que espera quem opta por esse trabalho, a despeito do envolvimento que eles e seus pais ou avós possam ter tido com essa área. Outra explicação para esse comportamento é a presença, detectada ainda hoje, do estigma do trabalho manual na cultura brasileira. Assim, mesmo cientes do valor de seu trabalho, eles almejam que seus filhos sejam bacharéis, professores, que trabalhem em profissões que não tornem obrigatório o uso de macacões, botas ou capacetes, e sim canetas, papéis e computadores, e que indiquem uma ascensão socioeconômica.

A exemplo de outros depoentes, Jorge Mauro explica sua continuidade no trabalho, apesar de aposentado, tanto para complementar a aposentadoria, quanto para não ficar parado, sem trabalhar. É também evidente em sua fala o comprometimento com a formação de novos quadros profissionais, e sua preocupação com a atualização dos antigos trabalhadores e com a profissionalização na construção e no reparo naval:

“Estou aposentado há 14 anos (...) [mas a] minha aposentadoria é tão pouca (rindo) que tive que voltar a trabalhar (...) pra poder sobreviver, né? [...] Hoje, (...)... se eu quiser parar hoje, eu paro, entendeu? Só que você não pode ficar parado, toda a vida, em casa. Você tem que ter uma atividade, né? E eu, até onde eu puder, a gente vai continuando, né, até quando Deus quiser, Deus permite, né?” (JMB)

“Teve uma época aí que nós formamos 60, não foi⁸⁸? Fizemos uma escolinha, [onde] nós formamos (...) pessoas pra montagem, solda, maçarico... Então tinha o ciclo e, em cada ciclo, vinha pegando aquele que tinha aptidão, (...) aí construímos um rebocador” (JMB)

“A renovação é meio complicada hoje em dia porque você (...) tem profissional que é responsável e tem profissional que não é responsável (...)... É diferente da nossa época, do Sérgio [Vidal], porque tem que ter responsabilidade. Hoje em dia o profissional não precisa ter responsabilidade, entendeu? Hoje ele tá aqui... tá onde dá mais (...). E (...) o mercado (...) ... hoje não tem profissional competente pra certos trabalhos.” (JMB)

“Os colegas que estão acima de 60 ou (...) até... estão trabalhando porque não existe profissional pra cumprir a demanda, né, (...) porque a gente consegue trabalhar um pouco mais, né, dar mais um tempo, porque senão não conseguiria mais trabalhar. Com 40 anos, para o mercado já é velho, você sabe disso, né, já é velho. E nós conseguimos ficar mais um pouco, né? [...] Pelo conhecimento, dedicação,... (...) responsabilidade, né?” (JMB)

Quanto à relação trabalho e vida cotidiana e familiar, Jorge Mauro não difere dos demais entrevistados da área naval, destacando igualmente a pesada carga de horas dedicadas ao trabalho como impeditivo para uma vida mais próxima da família e menos pautada pelas demandas dos estaleiros em que trabalhou:

“Bom, graças a Deus, com esse tempo todo de trabalho, eu consegui fazer um tipo de um patrimônio que, hoje em dia, dá pra eu parar de trabalhar, entendeu, e conciliar. O trabalho (...) não era fácil, era muito trabalho. Você vê, no Caneco, antigamente, a gente lançava, por ano, 12 navios, entregavam dez, então, praticamente, ocupava todo o tempo, né? [...] Sábados, domingos, feriados, entrava às sete, saía às

⁸⁸ Pergunta direcionada ao engenheiro Sérgio Vidal, engenheiro superintendente da área de produção do estaleiro, presente em parte dessa entrevista. Vidal em muito contribuiu para a realização das entrevistas no estaleiro.

nove da noite. Hoje em dia isso não acontece porque não tem tanta demanda pra isso, né? Eu consegui sobreviver.”

Aposentado e atualmente com 65 anos de idade, João Batista da Silva Campos começou a trabalhar na profissão aos 14 anos, idade em que perdeu o pai. Nascido em São Gonçalo, formou-se em torneiro mecânico num curso oferecido pelo SENAI, em Niterói, e que se estendeu por três anos. Sete anos depois ingressou, após ser aprovado num teste, no Estaleiro Mauá como oficial de terceira. Logo em seguida, passou a oficial de primeira, e daí em diante fez toda a sua vida profissional na área naval. Após se aposentar, tentou se firmar como proprietário de uma serralheria, mas a pouca afinidade com aquele ramo de negócio e o gosto pela profissão fizeram com que voltasse a trabalhar em estaleiros navais até os dias atuais. Sua expectativa é trabalhar enquanto aguentar, tanto para complementar a sua aposentadoria como pela afeição que tem ao trabalho. Rememorando sua trajetória passada, afirma:

“Trabalhei 20 anos na Ishibras. Nesses 20 anos de Ishibras eu também fiz cursos (...). Eu fiz muitos cursos dentro da Ishibras e consegui galgar postos melhores, fui até assistente de produção, certo? E, nesse período, conheci máquinas diferentes, trabalhos diferentes e até conheci toda a estrutura, entendeu? Fui parar na área de segurança, fui pra fundição, fiz tudo isso que se passou comigo nesses 22 anos⁸⁹. [...] Aí eu levei, tava tudo certo, eu peguei os papéis, me aposentei. Mas aí a companhia pediu se eu podia ficar mais dois anos, né? Eu fiquei. Aí fui interar 22 anos. Aí houve uma queda na construção naval, aí saí fora. Aí fui trabalhar em outros setores aí fora, até abri uma serralheria e tudo mais, mas eu não sou muito assim... de parte de negociar, [...] eu não tinha experiência... Aí eu resolvi, fui convidado pra vir trabalhar na Renave, como mestre. Eu vim, que aqui era comandado pela Petrobrás⁹⁰, [...] aí eu fiquei aqui, trabalhando aqui (...) durante dez anos. Nesse período de dez anos também

⁸⁹ O entrevistado se confunde com o tempo trabalhado no estaleiro Ishibras, mas ao que podemos entender, ele trabalhou 20 anos e depois mais dois, perfazendo os 22 anos.

⁹⁰ O Estaleiro Renave foi por longo tempo administrado e utilizado, pela Petrobrás, Docenave, e Lloyd Brasileiro – que ocupavam, alternadamente, a cada dois anos a sua direção – como estaleiro de reparo para seus navios. Posteriormente a CCN – Companhia de Comércio e Navegação veio a se juntar ao grupo e paulatinamente assumiu a sua direção.

aconteceu outro lance, que trocaram a administração toda e entrou um superintendente que não concordava com... com mestre, ele só queria contramestre. Então não aceitou, diminuiu cargos, fui trabalhar em Bonsucesso, outras firmas. O meu problema também é que eu gosto da profissão, eu gosto de estar trabalhando, certo, eu não quis ficar em casa, não quis ficar parado. Então, se eu sou chamado pra um lugar, eu vou, eu faço, entendeu? Comecei a trabalhar de biscate, entendeu? Aí fui chamado pra trabalhar, ... sempre como mestre. Até que fui pra o Mauá pra... agora no Mauá/ Jurong, o maior do mundo, né? Aí fui pra lá, mas aí João Cândido entrou aqui, como superintendente aqui, aí soube que eu estava trabalhando, me chamou de volta. Aí eu voltei aqui, e estou até hoje.” (JBSC)

A questão dos vencimentos recebidos na fase de aposentadoria estarem sempre defasados e com fatores de redução em relação ao percebido pelos trabalhadores ativos é sempre uma tensão colocada nas entrevistas e retrata bem uma situação que tende a se agravar com o progressivo envelhecimento populacional. Essa questão obriga aos aposentados a procurarem meios de complementação de sua renda num mercado que os alija e não consegue absorver os mais jovens.

“Eu ganhava o salário mínimo, dez salários mínimos, me aposentei com dez salários mínimos. Aí, nesse meio tempo, não sei por que, por que cargas d’água, me tiraram... desvincularam o salário, que eu estava no mínimo, aí eu tive quase que ficar com um salário mínimo. Eu já não estava nem indo receber, não compensava eu faltar pra ir receber aquela mixaria, certo? Ficou muito pequeno mesmo. [...] Então, quer dizer, antes que eu tinha filho, então ficava certo transtorno, né, então eu tenho que trabalhar (rindo), correr atrás e trabalhar. Então voltei a trabalhar porque não te traz assim, uma segurança, certo?”(JBSC)

Sobre a formação de jovens aprendizes, João Batista engrossa a fila dos descontentes com a carga horária reduzida que os cursos atuais propiciam aos alunos, o que faz com a sua capacitação se dê, na prática, nos próprios estaleiros. Perguntado

sobre qual a relação entre o trabalho e a vida, o entrevistado entende como de grande influência, e difícil distinção entre um e outro.

“O problema do trabalho e a vida do dia-a-dia eu acho que o meu trabalho influenciou muito na minha vida assim... na minha estrutura lá fora, certo, porque hoje, pelo menos, eu sou um cara muito conhecido em termos de amizades da profissão, né, área naval, como também na área social.” (JBSC)

“Vejo garoto que entra pra trabalhar comigo, que eu levo, levo, levo, levo... Daqui a pouco eles estão pegando na máquina, estão trabalhando, já estão... olhando até as pontas, aquilo ali é o meu resultado. Eu gosto de ensinar (...), embora (...) muitos deles (...) [digam] que eu sou chato às pampas: ‘Você é chato!’ . É chato, mas, quando ele me encontra lá fora me chama de ‘mestrão’: ‘Ô, mestrão! Estou em tal lugar.’ É isso aí. Eu era chato, mas, dentro do meu chato, eu mostrei a vocês como é que um profissional tem que agir, certo? E essa é minha vida. Não sei até quando vou agüentar. Já estou com 65 anos, mas, se puder, eu continuo até... o final: ‘Bom, agora não pode mais’, ou se ninguém me quiser mais, né?” (JBSC)

“Têm muitos que vêm pra cá e se encantam com aquilo ali, aí correm atrás e... entendeu? Se tivesse, agora, no SENAI, igual no passado, que seria de três anos... não 80 horas, que 80 horas é só ilusão, não ensina ninguém, embora o professor seja bom, não dá tempo. [...] Então nós, lá, tínhamos três anos, o dia todo, o curso era de três anos, o dia todo. Não chegava a três anos, era dois anos e sete meses, mas três anos, mais ou menos... né, porque tinha o negócio de período de férias e tudo o mais... Era de manhã e de tarde. Um grupo, de tarde, era aula normal, de Português, Geografia, né, aí a manhã era com oficina. A gente se via na hora do almoço. Então, pô, o SENAI – era o SENAI aqui no Barreto – era uma coisa! Aprendi muito!” (JBSC)

Há 42 anos trabalhando no mesmo estaleiro de reparo naval, o aposentado Luis Carlos de Jesus Ferreira, atualmente com 60 anos, não vê a hora de encerrar seus compromissos com as faculdades de seus filhos, para deixar o emprego de contramestre e o posto de chefe da manutenção. Acha que uma vez ou outra voltará a trabalhar, mas

fora do estaleiro poderá usufruir um pouco mais o convívio com seus netos e com sua família, e recuperar parte do tempo que lhe foi negado ao longo de sua vida profissional. Sua vontade é a de dar oportunidade a outros profissionais mais jovens a seguirem uma carreira na área. Embora sua inserção profissional tenha se dado por influência do pai e do tio, que trabalhavam no mesmo estaleiro, não influenciou seus filhos na escolha das profissões. A vida no trabalho, a seu ver, se sobrepôs a sua vida cotidiana, consumindo horas e dias que deveriam estar disponíveis ao convívio familiar:

“É, minha vida fora... minha vida particular, minha vida de chefe de família, foi uma vida meio tumultuada. Eu não vi meus filhos crescerem, estou vendo agora os meus netinhos[...]. Minha vida foi toda trabalhando pra dar condições (...) pra os meus filhos estudarem, essas coisas assim. [...] Tenho um casal de filhos. São formados, graças a Deus. [...] Um é técnico em eletrônica, e a minha filha gerente financeira de uma firma, entendeu, e estão estudando, continuaram a estudar e vão se formar agora, esse ano, se Deus quiser. Aí... é isso aí, mas é meio tumultuado, a gente não vê os filhos crescerem, vai ver os netos, agora, crescerem, quer dizer, a gente não tem tempo de cuidar, no dia-a-dia, de domingo a domingo, entendeu? Não tem... muitas vezes nem férias. Eu levei praticamente dez anos sem tirar férias, vendia minhas férias pra poder controle, manter uma boa... um padrão de vida. Não tinha casa própria, pagava aluguel, tudo isso influi na vida ... Como o meu caso, é o caso de milhões de pessoas aí, de operários que tem aí. [...] Estou terminando de pagar agora pela Caixa Econômica, estou pagando tudo, graças a Deus, estou terminando esse ano. É uma vida fora de série, mas aí você não vê os filhos crescerem, só vê os netos, agora, porque é uma vida de domingo a domingo. (...)” (LCJF)

O seu depoimento está marcado também pela preocupação com a formação dos jovens que ingressam nos estaleiros navais, municiados por cursos técnicos que, a seu ver, não atendem aos mais despossuídos, e que não oferecem a base necessária para o exercício de suas funções. Segundo o entrevistado, hoje os bons cursos técnicos estão restritos àqueles que possuem algum recurso financeiro, o que difere da época em que ele realizou a sua formação. Sua apreensão, compartilhada com a dos demais

entrevistados, tem a ver com a dificuldade de renovação dos quadros profissionais e, por conseguinte o maior comprometimento que devem os profissionais veteranos ter com a preservação da área naval:

“É, ter informação de um colega, tá um pouco difícil, né, porque somos de um colégio como antigamente, um SENAI, que você freqüentava o dia todo, tinha a teoria e a prática. Agora é só fazer um curso, entendeu, um curso de três meses, quatro meses. O que é que você vai aprender com esse tempo? Nada. Você fazia um SENAI, é um ano e oito meses, dois anos de um colégio de formação técnica. Hoje você, atualmente, não... acho que no Brasil... no Estado do Rio, Niterói, não tem um colégio que você tenha uma formação. E a gente, mais pobre tinha condição de ir porque não era pago, esses cursos... ficava num colégio o dia todo e não era pago. Agora, por exemplo, se uma pessoa quer fazer, no mínimo são 800 reais um curso de 30/35 horas, 40 horas, e não sai à custa, não. O curso é basicamente teoria, de prática não tem nada.[...] Geralmente, quem faz esses cursos é uma pessoa mais pobre, porque o cara que tem uma condição legal faz um curso técnico, tem condição de pagar. E o operário pra pagar um curso de 500 reais fica difícil, entendeu, qualquer curso aí, é um curso de pouco tempo, eu acho que vem aprender com o tempo, na área que ele for fazer o curso que ele fez, pra ter oportunidade, quando tem oportunidade de aprender e ter a vaga como soldador ou mecânico, o curso que o cara fez... E ele vai fazer com o tempo, não pelo tempo que ele teve no colégio, mas o tempo na área[...]” (LCJF)

“Com certeza, porque fazia um curso de ajustagem no SENAI, você trabalhava como? Na plaina, torno, fresa, ferramenta, você fazia ferramenta, sabia trabalhar com uma lima na mão..., saía do SENAI pra uma empresa, com dois anos você já é meio-oficial. Hoje, se você botar um cara como meio-oficial, tem que trabalhar ele mais ou menos uns três anos, pra aprender leitura, ver o desenho, olhar o micrômetro, um paquímetro...[...] E, geralmente, você não põe um cara formado pelo SENAI bom, ele vem cego praticamente, não conhece nada, aí aprendendo com o tempo.[...] Mas, pô, antigamente vinham pessoas boas. Agora não, chega gente, você tem que eliminar. Vê lá na oficina, tem quatro funcionários só, todos eles ajudantes. Tô ensinando, promovendo eles. Tem outro ajudante, um bom ajudante, que levou, no mínimo, uns seis anos pra botar ele no... a base é que você leva seis anos pra botar um cara como

profissional. Ele vem do nada, vem de servente aqui, nem curso tem, não tem nada, eles botam lá, trabalhando o cara. Tem uns que não agüentam, vão embora, não têm condições, não aprendem, não atualiza.” (LCJF)

O último entrevistado da área naval foi George Aquino do Nascimento (GAN), nascido em janeiro de 1948, em Barra do Piraí. Ao contrário dos demais entrevistados, ele é natural de um município sem tradição na área naval, e, por conseguinte, não teve familiares que o influenciaram na escolha da profissão. O seu caminho foi sendo construído a partir de suas necessidades e das oportunidades que se fizeram presentes até sua graduação em administração de empresas, mas tão-somente por almejar melhor salário, o que não se concretizou e fez com que investisse na área naval:

“Eu entrei para a área naval como ajudante, servente, não tinha profissão, e isso foi em 68. Aí, dali, graças a Deus e à minha esposa, eu fui progredindo, né, porque ainda, na época, até fiz o curso primário, e fiz o curso técnico de estrutura naval. [...] Então, na construção naval, eu cheguei a ter bastante experiência, não é? Você trabalha com a área de tubulação, a área elétrica, mecânica, pintura, essas coisas todas. E o reparo eu já considero que é mais fácil pela experiência que eu tenho. E eu fiz administração de empresas porque, na época, o salário era alto, maior que o de técnico naval.” (GAN)

“Eu vim para a área naval na época que estava desempregado, precisava trabalhar. [...] Aí, chegando aqui, na área naval – não foi aqui, foi na McLaren – aí eu fui pegando a curiosidade né? Aí, nesse período todo que eu tenho de trabalho, eu já fui inspetor de qualidade, já fui inspetor de armador, já fui... trabalhei com armador, e hoje eu sou supervisor de estrutura.” (GAN)

Ele ainda não se aposentou devido aos dirigentes do estaleiro acharem que, por ser supervisor técnico em estrutura, ele trabalharia em escritório e não no chão de fábrica, não estando, portanto, apto a se beneficiar com uma aposentadoria por tempo de serviço por seus 25 anos de trabalho. A sua intenção é, tão-logo se aposente, retirar-se

para dar lugar a outro e aproveitar sua vida pescando. O entrevistado está marcado pelo rigor das horas trabalhadas ao longo de sua carreira profissional, o que comprometeu a sua vida particular.

“Acho que eu não ia trabalhar, não, porque eu já dei aula no colégio onde eu me formei... Graças a Deus, a minha esposa é filha de um oficial do Exército. Infelizmente, faleceu o pai e a mãe. São quatro irmãs, então... aliás, cinco irmãs, então ela recebe pensão, né? Se eu tivesse o meu salário já de aposentado direitinho... [...] eu tenho a minha casa própria [...] adoro pescar. E, talvez, se precisasse ajudar alguém, eu ia entrar em alguma coisa... Mas agora ter aquele o negócio de acordar todo dia às cinco horas da manhã e voltar pra casa às oito horas da noite...[...] isso é um desgaste muito grande! Você fica mais tempo dentro de uma empresa do que com a tua família.”
(GAN)

“Você pega um navio da Petrobrás aí, como é o caso agora. Ali é 24 horas, dia e noite, dia e noite, você não tem sábado, não tem domingo, nada, entendeu? É o seguinte: tem dois turnos. Mas se você tem responsabilidade num sábado e domingo, você tem que, pelo menos, trabalhar passar no fim de semana. Então, por isso eu não gostaria de trabalhar mais quando conseguisse minha aposentadoria, não, entendeu? Ainda mais pelos meus fins de semana.” (GAN)

Na avaliação do entrevistado, os jovens estão atualmente mais interessados por áreas de trabalho como a informática, e menos por áreas em que se faz necessário um trabalho mais manual ou uma atuação mais presencial. O entrevistado demonstra, com humor, a sua consciência do ônus e das benesses da sua idade. Entende ser imprescindível para a continuidade do setor que haja não só a qualificação profissional que ele e os demais entrevistados podem passar para os mais jovens, mas que estes tenham interesse e afinidade, elementos vitais para prosseguir em qualquer profissão:

“Os jovens são mais ligados à informática, né? [...] E na área naval, eles têm que ir lá conferir. Mas também tem uns bons meninos aí, profissionais. Não é porque a gente,

por ter uma certa idade, vira bom. É questão de interesse. Você faz tudo na vida bem, quando você se interessa pela coisa. Você vai ser um jogador de futebol. Você gosta de futebol? Aí vai fazer tudo bem. Se vai ser um cantor, vai fazer tudo bem. A mesma coisa é a profissão. Você já pensou (...) viver 35 anos fazendo uma coisa que (...) não gosta? (...) [Eu], graças a Deus, não reclamo da minha profissão porque é uma coisa que eu gosto. Eu vim lá de baixo, aprendi a subir degrau por degrau, e, graças a Deus, tenho minha casa, me considero um bom profissional. Agora, se você não gosta daquilo que você faz, 35 anos ali dentro” (GAN)

Em suma, os entrevistados dessa área deram um panorama consensual sobre a situação atual das profissões desse campo do trabalho, e sobre as relações com o trabalho aqui estudadas. Como dito anteriormente, a relação do trabalho nessa área está associada à permanência e não à mobilidade, pelo menos quanto ao universo de entrevistados e à especificidade do reparo naval em um estaleiro situado num *locus* privilegiado e com uma longa relação com o setor naval. Já em espaços nos quais a indústria naval se estabeleceu há menos tempo, a incidência da migração de mão-de-obra qualificada de outras localidades faz da mobilidade um elemento primordial na caracterização do nexos entre o trabalho e o espaço. Se incluirmos outros setores da área naval – como a da construção de plataformas petrolíferas, situada em ambiente de trabalho amplamente cosmopolita – a mobilidade também será, certamente, um elemento a ser considerado na relação entre trabalho e espaço.

A área sofre muito claramente as consequências do hiato geracional motivado por um longo período de desaceleração de produção e de redução acentuada de ofertas de emprego, ocasionando não apenas a migração de profissionais ali instalados para outros campos de atuação, mas também a não atração de novos quadros. Associa-se a isso a constatação da diminuição da quantidade e da qualidade dos cursos de qualificação técnica para a faixa populacional com menos recursos, o que torna necessária a intervenção dos profissionais mais antigos na formação dos novos quadros

no próprio estaleiro. Se, por um lado, esse fato reduz a produtividade dos estaleiros, por outro abre espaço para um interessante modelo de convivência entre gerações profissionais distintas, valorizando o saber dos mais velhos, reduzindo tensões e permitindo a integração dos mais jovens nos ofícios.

Outro ingrediente presente em praticamente todos os depoimentos é a dureza do ambiente de trabalho nessa área. Nela, o trabalhador, além de ser submetido a ambientes insalubres e com alta periculosidade, compromete o seu tempo, disponibilizando-o integralmente ao trabalho. O tempo do trabalho se confunde com o tempo da vida. Essa sujeição é mais um elemento a não atrair os jovens que iniciam a sua jornada em busca de uma profissão. Com isso, a relação entre trabalho e profissão fica bastante fragilizada. Esses obstáculos são evidentes nas falas dos entrevistados e apontam para a necessidade de reestruturação das escolas técnicas existentes e a instalação de novos estabelecimentos voltados para a educação profissional nas localidades com tradição nesse campo do trabalho. Para suplantar essas limitações, devem ser estabelecidas diretrizes de longo prazo, capazes de envolver os poderes públicos, sindicatos e o setor privado, notadamente os estaleiros navais, na formulação de planos de qualificação profissional que prevejam um aproveitamento direto das competências desses velhos profissionais.

Outra questão que transparece nas entrevistas é que, apesar da constatação, quase onipresente, da plena transformação do tempo de vida em tempo de trabalho, o que aproximaria o trabalho de uma atividade em que proliferam o sofrimento e a renúncia, percebe-se, na maioria das falas, que esses trabalhadores têm também prazer em trabalhar nessa área, mesmo já estando aposentados. Afinal, as necessidades de complementação da renda, relacionadas quase unanimemente ao sistema de aposentadoria vigente, poderiam ser supridas, em última instância, por outras

atividades, menos devoradoras do tempo desses trabalhadores. O que os mantém nessa área para além do suprimento de necessidades não é só o “prazer” que alguns identificaram em suas falas, mas também o convívio com os companheiros de trabalho; o fato de não se verem parados e em casa; e o orgulho como trabalhadores de suas trajetórias profissionais. Esse orgulho está bastante evidenciado nas entrevistas, quando os depoentes discorrem longamente sobre a sua formação e experiências, e quando, de certa forma, depreciam a geração atual, ao compará-la com a do seu tempo. Manter-se trabalhando em seu ambiente de trabalho e com seus velhos companheiros aproxima-os do ato de preservar uma memória coletiva e de avivar experiências vividas comuns a esses profissionais de mesma idade geracional. É manter-se rejuvenescido, tal como mencionado por um dos depoentes. O trabalho, para esse grupo de entrevistados, é visto tal como nos disse WEIL (*In: BOSI, 1996, p. 26*), o de ser o lugar de encontro dos homens que perseguem a paz.

CAPÍTULO 4 – A ESCUTA DOS PROFISSIONAIS DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL

“Nenhuma época transmite à outra a sua sensibilidade; transmite-lhe apenas a inteligência que teve dessa sensibilidade. Pela emoção somos nós; pela inteligência somos alheios. A inteligência dispersamos; por isso é através do que nos dispersa que nós sobrevivemos. Cada época entrega às seguintes apenas aquilo que não foi.” (PESSOA, 1982)⁹¹

A área da preservação do patrimônio cultural, tanto de bens móveis como de bens imóveis, diferencia-se bastante das duas áreas anteriormente estudadas, primeiro por ser uma atividade terciária, enquanto aquelas são industriais e de produção. Segundo, por não ter tido na experiência brasileira uma época dourada e posteriormente um período de declínio produtivo, com seguida perspectiva de reaquecimento, tal qual viveram as áreas ferroviária e naval. Apesar da criação no final dos anos 1930 de um organismo federal de proteção ao patrimônio, seguindo uma tendência mundial, até a década de 1980, as atividades ligadas à preservação do patrimônio cultural sobreviveram no Brasil por conta de alguns militantes e apaixonados, que conseguiram constituí-la enquanto área de atuação profissional capaz de garantir, minimamente, a preservação de nossa memória. Vale lembrar que até aquele momento os profissionais envolvidos não eram necessariamente especializados nos ofícios técnicos. Acrescente-se a isso o fato de que a mão-de-obra empregada na construção civil era pouco qualificada. O que havia na época e que se intensificou ao passar dos anos era um hiato entre a camada mais intelectual e outra que se prestava a executar as ações, e para tanto não dispunha dos conhecimentos necessários.

⁹¹ Refere-se à PESSOA, F., 1982, *Reflexões*, In: BERARDINELLI, C., org., 1982, *Fernando Pessoa: obras em prosa, 3ª Ed., Série Portuguesa, Rio de Janeiro, Ed. Nova Aguilar*, pp.163. Em particular esse texto é assinado por Álvaro de Campos, um dos heterônimos de Fernando Pessoa.

Entretanto, o Brasil não ficou imune ao movimento mundial que nos anos 1980 afluía principalmente na Europa, sobretudo na Itália, França e Espanha. O mundo ocidental viveu a partir dessa época um movimento de preservação patrimonial bastante significativo, relacionado a algo de maior dimensão sociocultural, associado por alguns pensadores⁹² a uma necessidade latente de “memorialização” e de “musealização”. Essas preocupações podem ser explicadas pela necessidade humana e social de conservar tudo, em um mundo onde tudo passava a ser homogêneo e descartável⁹³. Esse movimento repercutiu em terras brasileiras de diferentes formas, mas a mais relevante para a área talvez tenha sido o estímulo à revitalização do patrimônio arquitetônico e urbanístico brasileiro. Para tal, se impôs como necessária a formação de diferentes tipos de profissionais pouco disponíveis no mercado.

A “profissionalização”, por assim dizer, iniciava-se na preservação propriamente dita do patrimônio cultural. Assim, essa área marca um contraponto em relação ao que sucedeu nas áreas ferroviária e naval, pois deixava uma fase, que pode ser qualificada como heróica, na qual o empenho e a dedicação de alguns eram os traços dominantes, e ingressava em outra, mais madura, na qual a especialização dos saberes desempenha um papel central. Essa passagem exigiu dos profissionais já atuantes na área um aperfeiçoamento de sua formação, ao mesmo tempo em que se intensificaram os intercâmbios internacionais e foram tomadas iniciativas governamentais importantes, como o Programa Monumenta. Ademais, foram criados cursos de graduação e de pós-graduação nas universidades públicas e privadas, e programas internacionais de qualificação profissional nas diferentes especializações, como o *Programa de*

⁹² Entre outros pensadores, devem ser destacados Hermann Lübbe e Andreas Huyssen, mas também autores como Jean Baudrillard, Henry-Pierre Jeudy e David Harvey, que refletiram sobre aspectos específicos desse comportamento social.

⁹³ A universalidade particular contida em nossa modernidade é particularmente substantiva a esse respeito. Para maior aprofundamento nesse tema, ver HUYSSSEN (1984, 1986, 2000) e PINHEIRO (2004).

Preservación del Patrimonio Cultural en Iberoamérica, começaram a ser implantados aqui.

Um pouco da memória do processo de constituição efetiva dessa área será contada nas entrevistas de alguns profissionais a ela ligados. Dos seis entrevistados, apenas dois não têm formação superior; dos quatro com formação universitária, dois têm cursos de pós-graduação. São todos profissionais de notório saber, verdadeiras referências em suas especificidades, e todos, sem exceção, têm grande afinidade com seu trabalho. Mais do que os seus pares nas outras duas áreas, os profissionais que atuam na área de preservação têm maior identificação com o que conceitualmente definimos como *homo faber*, tal seu comprometimento com a profissão e a consciência que têm de sua missão com o patrimônio cultural brasileiro. Eles possuem, sem dúvida alguma, como traço marcante de sua personalidade, os atributos que caracterizam em essência o *homo faber*, ou seja, a capacidade de realizar obras de arte, artesanatos e artefatos, conferindo aos objetos a durabilidade que tomam emprestada do que é natural.

Um dos entrevistados é o arquiteto Antônio José Aguilera Montalvo, atualmente com 67 anos. Natural do Equador, ele fez a sua graduação no Brasil, onde se formou pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Depois de formado, retornou ao seu país natal, onde trabalhou durante alguns anos em projetos de habitação popular, voltando ao Brasil para trabalhar num acordo do Ministério de Educação e Cultura com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD para a construção de escolas. Esse projeto permitiu-o conhecer o Norte e o Nordeste do país, e a se naturalizar brasileiro. Tão logo o acordo chegou ao fim, Aguilera ingressou, por concurso público, no que é hoje o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, instituição na qual se encontra ainda hoje, como funcionário ativo. Aguilera conta como foi a sua iniciação na área:

“Eu não tinha nenhuma formação de patrimônio. A minha formação era de um curioso que, durante as viagens, fotografava as igrejas e a riqueza do Norte e do Nordeste. Fui trabalhar na Regional do IPHAN e, embora não tivesse conhecimento de Patrimônio, tinha conhecimento de planejamento e de obras. Fui trabalhar como coordenador de obras.[...] Mas, a partir daí, eu me interessei muito pela questão de teoria do patrimônio, e não parei nunca mais. [...] Embora gostasse muito da área teórica, sempre estive junto com a prática. Uma vez pensei: ‘Oba, vou trabalhar com pesquisa!’ Não tem jeito (rindo), eu acabo em obra sempre, sempre. Ainda agora eu continuo trabalhando com obra.” (AJAM)

A sua opção pelo curso de arquitetura não foi por influência de ninguém da família, mas sim por sua aptidão para o desenho e por causa de uma namorada, cujo irmão estudava arquitetura. Aguilera diz-se realizado em sua profissão e satisfeito por ter optado pela naturalidade brasileira e por ter se especializado em preservação patrimonial. A sua escolha profissional modificou profundamente a sua vida, uma vez que, por causa dela a esfera do trabalho ficou tão integrada à sua vida, que hoje afirma não saber distinguir os limites entre elas. Sobre essa relação trabalho-vida, comenta o seguinte:

“Sobre a relação do trabalho com a vida, (...) o trabalho sempre fez parte da minha vida. Nunca consegui separar onde acabou o trabalho. Aliás, me parece que é uma característica de quem trabalha com patrimônio. Você sai... (...) vai tomar um chope e tal, mas continua falando de Patrimônio, [...] é uma coisa inesgotável. E, nesse sentido, tem uma característica que, às vezes, você precisa trabalhar sábado e domingo, porque está viajando[...] Da mesma maneira, o trabalho te propicia que você cuide, que você se prepare.” (AJAM)

“[...] eu sou muito satisfeito com o trabalho que eu fiz, me deu muita gratificação, e eu faria de novo. (...) Eu sou um equatoriano, no entanto, transitei aqui no Brasil com muita... nunca senti nenhuma rejeição. Trabalhei em áreas aqui que talvez fossem mais adequadas para pessoas brasileiras natas, né? Eu já representei o Brasil em outro

país, [...] e também (...) dá uma satisfação como profissional e como pessoa, né?”
(AJAM)

Para quem trabalha na preservação patrimonial a relação do trabalho com o espaço é muito especial. Podemos afirmar que o espaço é um dos eixos estruturantes da relação desse profissional com o trabalho, chegando mesmo a fazer parte do seu *ethos*. E isso ocorre, em primeiro lugar, porque, quando se trata de patrimônio arquitetônico e urbanístico, o espaço e o lugar assumem o protagonismo na relação com o trabalho; em segundo lugar, porque, culturalmente, esses profissionais estão, por definição, ligados às manifestações humanas de transformação espacial; e, em terceiro lugar, porque existe, no interior da área, uma intensa mobilidade, motivada por interesses culturais ou demandas profissionais. Em tese, pelas competências⁹⁴ que são necessárias, esse profissional não deveria estar restrito às fronteiras espaciais. Nesse aspecto, Aguilera não foge ao perfil padrão desse profissional. E não apenas devido à sua origem equatoriana, afirma sua mobilidade como decorrência de sua profissão, mesmo tendo como eixo de referência a cidade que escolheu morar e ter como seu lugar, o Rio de Janeiro. Apesar desse eixo referencial de lugar, ele fixou residência, por um ano, em Salvador, na Bahia, e diz ter achado complicado separar sua vida prática e cotidiana do trabalho numa cidade onde tinha poucas referências. Sobre sua mobilidade, Aguilera diz:

“Eu acho interessante uma coincidência: os dois trabalhos que eu fiz (...) o trabalho de convênio com o BIRD, aquele trabalho das escolas, e (...) [o] trabalho no IPHAN (...) têm a característica de nomadismo. Embora a base seja sempre o Rio de Janeiro, você percorre praticamente o Brasil inteiro, né? Eu coloco alguns alfinetes, assim, nos estados, e agora já completei.[...] É, onde eu fui, onde não fui. Temos um trabalho para o Ministério do Trabalho, para a COPPE, fora do IPHAN, que também

⁹⁴ Entendendo competência como tendo os conhecimentos, as habilidades e as atitudes como seus atributos. Desse modo, a aptidão por conhecer diversas manifestações culturais é precípua desse profissional.

envolveu a gente se deslocar daqui pra lugares distantes, e completei o Amapá e Roraima, que me faltavam no mapa. (...) [N]ão acho que isso seja um peso no trabalho; pelo contrário, acho uma situação extremamente enriquecedora, você ter uma noção da diversidade cultural do Brasil, né, que não é Rio e São Paulo. Então você conhece as características do sujeito do Caicó, do Rio Grande, gaúchos, as diferenças da fala, dos costumes, enfim...” (AJAM)

Sobre sua profissão de arquiteto engajado na preservação patrimonial, Aguilera sente-se confortável em sua escolha, e entende como parte dela a responsabilidade na formação de novos profissionais graduados de nível superior como de novos artífices com boa qualificação técnica profissional. Lembra de um momento anterior em que a situação era um pouco melhor que hoje em termos da quantidade e qualidade de mão-de-obra qualificada. A situação piorou tanto por conta de mudanças no mercado quanto por conta de políticas governamentais equivocadas para o setor. Ele entende que a área do patrimônio, no caso brasileiro, ainda carece de defesa por não ser uma unanimidade e nem haver consensos sobre sua relevância frente a interesses imobiliários, políticos e mesmo pelo status historicamente conferido à cultura no Brasil no contexto das estratégias de políticas sociais e econômicas. Em outros países, a situação é diferente. Em Portugal, por exemplo, a preservação do patrimônio faz parte do currículo das escolas de engenharia. No Brasil, além de estar restrito a algumas faculdades de arquitetura, há, segundo Aguilera, “[...] *ainda uma certa tendência para o ‘modernismo’, entre aspas, que acha que realmente não é bom preservar, que o bom é o novo*”. Indagado sobre como vê a formação de novos profissionais, Aguilera responde nos seguintes termos:

“Com relação à profissão, me parece que a profissão básica de Arquitetura te dá certo fundamento para você... No aspecto técnico, inevitavelmente, você trabalha em obra, enfim, na questão de Planejamento, e numa necessidade de uma formação

cultural. Eu sempre tive uma certa inveja do pessoal que estudou História, pela metodologia que eles tinham, enfim... E, de uma certa maneira, o meu doutorado é muito por aí, porque as leituras são muito parecidas. Nunca achei que eu pudesse mudar de profissão, (...) embora eu já tenha trabalhado nas coisas mais malucas do mundo, ao longo da minha vida (...) ... Eu, basicamente, me considero um arquiteto. Sou um arquiteto.” (AJAM)

“Olha, eu diria que não é boa a situação. Nós chegamos a ter 300 operários qualificados quando eu trabalhava na 6ª Regional. E, no período Collor, uma semana depois [da posse do Collor] foram demitidos todos. Tínhamos uma marcenaria em convênio com o Jardim Botânico e, uma semana depois [da posse do Collor], estava coberta com lona preta e, agora, parece que é do Jardim Botânico. Já encontrei com alguns operários trabalhando em loja...[...] Mudaram de atividade porque o mercado... não existem empresas ou existem poucas empresas nessa área. O trabalho (...) [é] esporádico, não há uma tradição. Então, o que acontece muitas vezes é que você tem que treinar operários para uma obra específica, com dificuldade, porque há dificuldade de que ele compreenda... que ele fuja dos padrões que ele já adquiriu na construção civil tradicional, de argamassa. Ele estranha o desapego. Existem alguns grupos de pessoas que ainda trabalham nisso, mas por uma questão de paixão...” (AJAM)

Sua disposição em atuar também na formação de jovens como forma de subsidiar a área de preservação patrimonial de força de trabalho capacitada faz parte de sua realização como profissional. Às vezes ele alcança seus objetivos, como quando conseguiu influenciar um jovem aluno. Ele rememora a experiência:

“Olha, uma vez eu recebi um presente, eu acredito que foi um presente. Eu dei um curso na Casa de Rui Barbosa, e uma colega que organizou o curso me ligou e falou assim: ‘Quero te comunicar uma coisa. A mãe de um dos participantes ligou para (...) pedir pra te agradecer porque o filho tinha trancado a matrícula no período anterior, e tá voltando a estudar. Ele vai tomar o caminho da Preservação do Patrimônio. ’ Bom, pelo menos um eu tenho certeza (rindo).” (AJAM)

Sobre a questão da idade e como ela interfere na continuidade de seus trabalhos, Aguilera reconhece ter tido ganhos e perdas, coisas que considera naturais ao tempo:

“Eu acredito que você faz as coisas com um pouco mais de calma e, inevitavelmente, há um segmento de conhecimento que vai se acumulando, de pequenas coisas, de uma certa maneira de agir... Você está tratando com problema de umidade, então você já tem uma certa malícia: você procura as origens, enfim, há um certo abandono do senso comum, e isso te dá uma convivência com os problemas. Naturalmente há uma certa perda de agilidade física, há uma... Ano passado eu trabalhei numa obra e um operário me disse: ‘Doutor, o senhor não tá mais em idade de ficar escalando andaime dessa maneira’ (rindo). (AJAM)

Entrevistado de grande renome no cenário nacional da preservação patrimonial é o arquiteto Cyro Corrêa Lyra (CCL) de 71 anos, nascido em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro. Cyro Lyra fez o primário e o secundário em Niterói, graduando-se em arquitetura em 1962, pela então Faculdade Nacional de Arquitetura, atual Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Sua trajetória profissional está estreitamente ligada aos grandes acontecimentos nacionais de preservação patrimonial, tendo trabalhado com os maiores expoentes da área no Brasil, como Augusto Silva Telles⁹⁵ e Aloísio Magalhães⁹⁶. Ocupou importantes

⁹⁵ O arquiteto Augusto da Silva Telles foi professor adjunto da FAU/UFRJ entre 1952 e 1982 e diretor de Conservação e Restauração do IPHAN de 1957 a 1988. Foi também vice-presidente do International Council of Monuments and Sites – ICOMOS, membro do Conselho do Centre International d’Études pour la Conservation et la Restauration des Biens Culturels – ICCROM, entre 1983 e 1989, e presidente de sua Assembléia Geral em 1987 e 1988. Representou o Brasil no Comitê Patrimônio Mundial - UNESCO, 1982/1989, tendo presidido o seu Comitê Executivo nos anos de 1988 e 1989. Disponível em <<http://www.ihgb.org.br/dicbio.php?id=00031>>. Arquivo consultado em 08/05/2009.

⁹⁶ Aloísio Magalhães, graduado em Direito, foi Coordenador do projeto do Centro Nacional de Referência Cultural CNRC, no período entre 1975-1980, Membro do Conselho de Cultura do Distrito Federal, entre os anos 1976 e 1980. Foi nomeado diretor do então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória . Foi também Vice-Presidente do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, em Sidney, em 1981, Membro do Bureau do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, e Membro do Conselho Superior da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza. Foi Secretário da Cultura do MEC em 1981. Disponível em <<http://www.fundaj.gov.br/docs/aloisio/aloisio.html>>. Arquivo consultado em 08/05/2009.

cargos políticos e técnicos, entre os quais o de coordenador regional do IPHAN no Rio de Janeiro, que corresponde, atualmente, ao de diretor da Superintendência do Rio de Janeiro. Cyro Lyra participou da revitalização de importantes espaços urbanos brasileiros, como a do Paço Imperial, no Rio de Janeiro, e da formulação e implantação do Programa Monumenta. Mesmo depois de aposentado, continuou como assessor da presidência do IPHAN, mas lotado no Rio de Janeiro. Foi essa a condição que impôs para permanecer no cargo, uma vez que por não queria mais residir em Brasília. Atualmente, coordena dois projetos pela instituição: um relativo à Memória Ferroviária, “*em função de uma lei que coloca que os bens da extinta Rede, que tenham um valor histórico, artístico e cultural, são transferidos ao IPHAN*”, e o outro, que diz respeito à criação de um Centro de Formação em Patrimônio, no Rio de Janeiro, voltado para a questão da gestão do patrimônio, principalmente aos sítios históricos reconhecidos como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

A iniciação de Cyro Lyra na área de preservação não se deu por uma linha reta, como ele faz questão de salientar. Antes pensou em seguir desde a medicina até a engenharia, passando pela Escola Naval, dado o seu amor pelo que é do mar. Já cursando arquitetura, só veio a se interessar pela questão do patrimônio no quarto ano da faculdade. Foi nessa ocasião que conheceu o professor Augusto Silva Telles, profissional que o influenciaria profundamente ao longo de toda a sua carreira, e a quem recorreu, sem sucesso, para ingressar no antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, antecessor do Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural – IBPC e do IPHAN. Segundo Cyro, nessa época, início dos anos 1960, a área era muito desprestigiada. Vivia-se então “*um período de um boom na arquitetura e na engenharia. Quer dizer, você estava todo voltado a projetar e construir. O país estava*

vivendo uma fase muito de esperanças com o governo Juscelino, e aquela questão da construção de Brasília. Então o Patrimônio era uma área que ninguém se interessava, pelo contrário, achavam que era uma área menor”.

Após trabalhar em Curitiba como arquiteto, foi professor da Universidade Federal do Paraná, e só em 1967 realizou o seu primeiro trabalho de restauração em uma capela na cidade de Paranaguá, no Paraná. Após outros trabalhos na área, em 1969 montou uma empresa de restauração chamada Aresta – Assessoria e Restauro, hoje extinta. Foi essa nova experiência profissional que o levou, definitivamente, à área de preservação patrimonial e a trabalhar na Fundação Pró-Memória, no Rio de Janeiro. Cyro Lyra faz, a seguir, um pequeno relato da como veio a participar, em termos mais efetivos, do trabalho de preservação patrimonial, ao qual qualifica como seu vício:

“[...] Bem, antes de eu colocar uma das questões que você pôs aí, eu devo dizer, só para contar da minha trajetória, que eu passei a trabalhar na Pró-Memória até a Pró-Memória ser extinta, no Governo Collor, em 90. Com a extinção dela, eu continuei a trabalhar porque aí foi criado o IBPC, Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural, seu sucedâneo, o IPHAN... Depois o IBPC teve... houve um período conturbado, de muitas dificuldades... Não vou entrar nos casos particulares, mas houve muitas dificuldades com algumas orientações da Presidência, na época, até que terminou sendo assumido o IBPC pelo Glauco Campelo [...] Aí eu dirigi a Coordenação Regional do Rio durante quatro anos, de 94 a 98. Foi muito bom também, inclusive eu não deixei de fazer o que eu gosto, que é me envolver em trabalho de restauração. [...] Depois o Glauco me convidou para ir pra Brasília. Em 98 eu fui para Brasília. Fiquei três anos e assessoriei ele na montagem do Programa Monumenta. Trabalhei nisso, no Programa Monumenta, até que eu tive um problema de estafa e pedi para voltar pra o Rio, pra sair do Programa. Saí do Programa e resolvi pedir licença sem vencimento. [...] Voltei, fui convidado a dirigir um departamento. Aceitei, fiquei um tempo, mas, indo e voltando a Brasília, vi que aquilo era muito desgastante.” (CCL)

“Eu já contei a minha trajetória, mas aí eu quero chamar a atenção sobre o seguinte: (...) por ser professor e, ao mesmo tempo, por ser profissional... arquiteto na

área de Patrimônio, eu (...) orientei muita gente. As pessoas que trabalhavam na Aresta foram pessoas que foram meus alunos, que se interessavam pela área, ou que eu percebia que tinham interesse, vocação, e passaram a trabalhar comigo. [...] E eu ainda sou professor do curso de especialização na Bahia, quando eu também tive a oportunidade de orientar muita gente, mas gente já engajada na área, já envolvida. Como eu disse a você, brincando, há pouco, a restauração é uma atividade que empolga, que ‘vicia’, entre aspas, quer dizer, você (...) termina passando a fazer essa atividade a vida inteira.” (CCL)

Cyro Lyra entende a necessidade de formação de mão-de-obra qualificada para o setor, apesar de concordar com a afirmação de Silva Telles de que os melhores artífices na área de restauro ainda estão nas cidades pequenas e não nos grandes centros. Primeiro porque as grandes obras de revitalização estão em grandes centros urbanos, e porque o que há, não é suficiente, nem de longe, para dar vazão às necessidades do setor, quer em termos de quantidade, quer de qualificação. Para Cyro Lyra, a mobilidade esteve sempre presente em sua vida. E isso desde a mais tenra infância, quando deixou Petrópolis para vir estudar no Rio de Janeiro, e mais tarde, quando trabalhou em Curitiba, Paranaguá, Florianópolis, Brasília, Luanda, e depois novamente no Rio. Isso sem falar de um período em Roma, onde fez uma especialização na área. Segundo Cyro Lyra, essa mobilidade, assim como a estreita relação entre os tempos do trabalho e da vida, tiveram, entre outras consequências, o fim do seu primeiro casamento. Ainda assim, apesar dessas interferências em sua vida particular, o trabalho o fascina, pois acha:

“que (...) é uma felicidade você... ficar conhecendo muitos lugares. Você aprende a se adaptar, aprende a respeitar os valores de cada lugar, e isso, para a nossa profissão, nossa atividade, é importante, até porque você lida com uma diversidade de patrimônio grande, né, um... patrimônio brasileiro diversificado de um lugar para outro”.

A única entrevista realizada com uma mulher foi com a professora e restauradora Marylka Mendes (MM). Atualmente com 79 anos de idade e aposentada, Marilka Mendes é considerada por muitos como um das maiores restauradoras brasileiras de bens culturais móveis. Aluna da Escola Nacional de Belas Artes, pensava em seguir a carreira de artista plástico, mas no meio do curso entendeu que essa opção deveria ser revista, por não lhe trazer a segurança econômica que necessitava e também por ter conhecido Edson Motta, professor da disciplina conservação e restauração. Edson Motta⁹⁷ estimulou-a a seguir no ofício de restauradora por perceber a sua dedicação, interesse e talento. Outra influência importante foi a do professor Castro Faria⁹⁸, que conheceu no Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, no Rio. Já depois de formada, conta ela,

“ (...) apareceu a oportunidade de eu ir trabalhar na Quinta da Boa Vista, na coleção egípcia, toda quase a maior parte das peças eram de pedra ou madeira. (...) E lá eu conheci o professor Castro, que é uma pessoa magistral, que hoje em dia deve estar vivo ainda, deve estar beirando os cem anos. (...). E ele, então, gostou também muito de mim, do meu trabalho, porque eu tinha uma fixação naquilo, trabalhava sábado e domingo, não queria saber[...]. Ele, então, ficou muito entusiasmado e... naquela época, isso foi na década de 60, e eu já era professora universitária na disciplina de Desenho. Naquela época a gente começava como professor adjunto e depois passava para assistente. O professor Castro gostava muito de mim, e achou que eu devia continuar no restauro e me indicou para uma bolsa da Capes que, naquela época quase ninguém fazia, mas eu tive essa oportunidade. E eu consegui uma bolsa, passei (...) dois ano trabalhando no Centro de Restauro da Espanha.” (MM)

⁹⁷ Edson Motta, falecido em 1981, foi pintor, restaurador e professor. Como pintor, destacamos a sua premiação no 42º Salão Nacional de Belas Artes, e a execução dos afrescos na Igreja Matriz, da cidade de Dolores do Turvo, MG. Foi diretor do Setor de Recuperação de Obras de Arte do antigo SPHAN, antecessor do IBPC e do atual IPHAN. Foi também professor da Escola Nacional de Belas Artes.

⁹⁸ O prof. Luis Castro Faria, antropólogo de formação, foi professor emérito da UFRJ e da UFF, presidente da Associação Brasileira de Antropologia, além de Diretor da Divisão de Antropologia do Museu Nacional.

Ao retornar da Espanha, Marilka Mendes passou a lecionar na Escola Nacional de Belas Artes, e montou um ateliê de restauração, na Rua da Glória, no Rio de Janeiro, que, com o tempo, veio a se tornar o maior ateliê de restauração da cidade. Marilka chama a atenção para o fato de, na época – isto é, em 1968 e 1969 – não haver formação específica para a profissão, o que pressupunha que o restaurador estudasse por conta própria e/ou procurasse fazer cursos no exterior. Após o falecimento de seu pai, Marilka adquiriu uma casa na Rua da Lapa onde até hoje funciona seu ateliê, consagrado por ela e por seu trabalho como o seu lugar, em seu sentido mais tradicional sociológico e etnológico que é o de cultura localizada no tempo e no espaço. Esse ateliê tornou-se referencial não apenas para Marilka como também para os envolvidos na preservação do patrimônio cultural, no sentido definido por AUGÉ (2001, p. 51) como lugar antropológico, por constituir não somente a figura geométrica do movimento, por abrigar, igualmente, o sentido inscrito e simbolizado, e que se pretende identitário, relacional e histórico das questões que dizem respeito ao restauro. Além de serem restauradas importantes peças de diversos museus, igrejas, e de obras de artes dos mais importantes nomes das artes plásticas do Brasil, o ateliê de Marilka na Lapa serviu de sede a um dos primeiros cursos de especialização na área. Foi também nesse espaço que nasceu a Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais – ABRACOR e onde, por muito tempo, essa instituição ficou abrigada. Para Marilka, a relação entre o trabalho e o espaço pode ser traduzida pelo que representa seu ateliê – a materialização dos sentidos de seu trabalho.

“(...) [A]qui era um hotel de prostituição, abandonado há uns oito anos, muito estragado... Meu pai morreu e eu fiquei com um dinheirinho que daria pra comprar um carro ou essa casa. Comprei essa casa e [a] reformei, vendendo o pinho de Riga daqui de dentro. Fomos reformando, e aqui ficamos durante esses anos todos (...) [A]qui, nessa casa, além do nosso trabalho de restauro, a nossa evolução dos processos, etc. (...) criei (...) um curso de pós-graduação lato senso (que era a especialização, na

Escola de Belas Artes) para restauradores, conservadores. Não [havia o] (...) intuito de ensinar o restauro, [mas] (...) simplesmente a preservação. Nós fizemos esse curso durante dez anos. E é uma coisa que me criou um grande prazer por uma razão: uma das coisas boas de escola é o aluno. O ruim da escola são os professores, mas os alunos são um encanto, porque aí você vai conhecendo gente, (...) que é um prazer enorme, né, é um prazer imenso que você tem. (...) Quando eu me aposentei, esse curso acabou (...) porque a universidade não quis bancar, (...) dizendo que já era hora de utilizar os professores da própria universidade. Mas você não monta um professor, nessa área, em dois ou três anos.” (MM)

“Quer dizer que essa casa, de repente, foi uma casa prestadora de serviço, se formou muita gente aqui dentro... Foi aqui dentro que eu montei a associação de classe, a ABRACOR, (...) e eu a abriguei. Eles não tinham onde ficar, e eu cedi o espaço durante dez anos. (...) [F]oi uma casa que serviu pra muita coisa: para nós trabalharmos, ganharmos a nossa vida, para nós evoluirmos profissionalmente, fazermos nossas palestras, e publicarmos alguns livros.” (MM)

Apesar de sua intensa dedicação ao trabalho, Marilka Mendes acredita que ele não provocou nenhum conflito com sua vida pessoal. Através dele, fez grandes amigos, amigos de muitos anos, e pôde criar sua filha, da qual muito se orgulha, sem uma família para ajudá-la. Essa reflexão hoje lhe faz bem, principalmente quando revê sua idade e constata que não pretende parar de trabalhar tão cedo, apesar dos limites físicos que lhe vão sendo impostos e do preconceito que sabe existir em relação às pessoas mais velhas. Sobre a questão da idade, afirma:

“Geralmente o preconceito contra o homem de idade é muito grande. Eu ainda não senti muito isso, não, não sinto muito. [...] mas mesmo que eu não faça mais nada, eu acho que eu gostei tanto de ser restauradora, de repente eu fiz bastante coisa [...] eu criei uma família (rindo).” (MM)

“E criei igual a todo mundo... Hoje em dia sou uma mulher velha, mas era uma mulher bonita. Era uma mulher que tinha uma vida normal como qualquer outra mulher. Nada me impediu que eu fosse profissional, nada.” (MM)

“Eu até fiquei impressionada com uma coisa, porque, realmente, depois que você começa... porque, no Brasil, é um crime o homem envelhecer. A sociedade não aceita o homem mais velho. O homem mais velho é um chato, é um ultrapassado, é isso e aquilo outro. Bom, mas isso também (...) só atinge a quem quiser.” (MM)

“Chega uma hora que eu vou dizer uma coisa: a cabeça está bem, mas o corpo não responde, o corpo não responde. O corpo começa a desgastar, e você fica cansado, Tem o problema de joelho. Se não melhorar tem que operar o joelho pra fazer prótese, o corpo vai se desfazendo, e a gente tem que ter a consciência que tem uma hora que tem que se poupar um pouco. Vamos ver.” (MM)

Ao comparar a área hoje em dia com o que era na sua época, Marilka reconhece um grande avanço na formação profissional, o que condiz plenamente com o fato de há pouco tempo as atividades ligadas à preservação do patrimônio estarem efetivamente se profissionalizando. Todavia, para que essa profissionalização atinja um novo patamar, é necessária, na sua opinião, a regulamentação da profissão de restaurador e de conservador⁹⁹, bandeira que sempre defendeu:

“ (...) [E]u sempre tive uma preocupação muito grande com a formação. [...] agora já temos duas universidades oferecendo a graduação em conservação e restauração, que é o CECOR, em Minas Gerais, e agora, em Campinas, a Unicamp, é em Limeira. Essa eu tive oportunidade de ir agora. Esses dois já têm formação profissional. Antes disso, era em forma de pós-graduação, como tivemos nós no curso de conservador no CECOR[...]. Inclusive, eu fiquei bem impressionada. [...] [N]a

⁹⁹ A profissão ainda não está regulamentada. Foi enviado um projeto de lei para a Câmara de Deputados, mas ele ainda não foi avaliado (PROJETO DE LEI Nº4042 apenso ao Nº3053 de 2008). Esse projeto de lei "regulamenta a profissão do Conservador-Restaurador de Bens Culturais (COR) e do técnico em conservação e restauração e cria o Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Culturais (CONFECOR) e os Conselhos Regionais de Conservação-Restauração de Bens Culturais (CONCOR's) e dá outras providências". <http://www.abracor.com.br/novosite/>

verdade, (...) a preocupação sempre foi muito essa, da formação, porque as pessoas não tinham outra forma, a não ser como eu, que fui mandada pra fora, e muitos outros foram pra fora, não fui só eu, não. [...] aprender o início de restauração, como se faz, como não é, não sei o que há, mas que nós tínhamos que ter isso aqui no Brasil. Agora, felizmente, temos duas universidades oferecendo, e nós oferecemos, em pós-graduação, a conservação. Esses alunos nossos de Conservação, todos eles, estão sempre comigo e sempre em todos projetos que eu faça. Além de alunos, nós somos hoje em dia amigos (rindo).” (MM)

O Sr. George Shliakas (GS) hoje com 61 anos de idade, diz não ter ainda se aposentado por não dar importância a isso. Pensa em continuar trabalhando como profissional autônomo até não poder mais. George vê com tranquilidade a questão da idade. Sente-se novo com a idade que tem, e diz se imaginar centenário trabalhando. Na sua avaliação, para o trabalho que desenvolve a idade é uma aliada, pois está constantemente renovando a experiência adquirida com a prática através de novas vivências e casos. Essa valorização do saber prático guarda estreita relação com sua formação, uma vez que enveredou para a área de restauração por não querer estudar quando menino. O seu pai, que trabalhava em restauração de bens móveis, decidiu empregá-lo, com apenas dez anos, como servente em obras de restauração.

A iniciação de George nos ofícios de restauração se deu com profissionais imigrantes europeus, o que era muito característico na época aqui no Brasil, uma vez que não dispúnhamos de mão-de-obra qualificada e nem tínhamos tradição nas práticas de restauração. A profissionalização era dada por membros do clero e por imigrantes que aqui praticamente reproduziam o processo de transmissão de conhecimentos característico das corporações de ofícios europeias, nas quais a mediação entre o artesão e seu aprendiz era direta e de longa duração. Esses instrutores, no Brasil, eram principalmente os noviços, no caso da Igreja, e os consanguíneos entre os imigrantes.

“Então eu trabalhei com espanhóis, com português, com italiano. O meu primeiro serviço foi queimar cal pra pintar a Igreja do Santo Sepulcro, em Cascadura. Isso eu estava com dez anos, pra completar onze anos. E daí eu fui servente: fui preparar as massas, fazer o pó de pedra, preparava os ácidos... E fui tocando, fui aprendendo com o espanhol, com o italiano, com o português, com cada um aprendi um pouco. Depois trabalhei muito tempo em convento, (...) [com] os franciscanos. Eles é que faziam a manutenção das igrejas, dos altares, do ouro em folha, do mármore... as freiras também. [...] Antes era tudo artesanal. Essa é minha trajetória, venho trabalhando sempre assim.[...] É a escola da vida: não tem como você aprender isso na escola, só no canteiro de obra.” (GS)

“A gente tem que durar 200 anos pra poder trabalhar direito (rindo). É, porque... por exemplo, material que não tem mais, tá escasso, você tem que improvisar. Então, por exemplo, algumas tecnologias modernas servem pra tu adaptar pra restauração, se fica bom, se fica bem aplicado, entendeu? Então é com o tempo mesmo. O cara chegar com 30, 40 anos, o cara dizer que é restaurador, que... não... é restaurador, mas ele, entendeu, não tem assim, um... ainda não viu tudo. Eu ainda não vi tudo, entendeu, ainda não vi tudo, e, olha, o que eu tenho ajudado o pessoal do IPHAN, do INEPAC, desses lugares...” (GS)

A relação do seu trabalho com o espaço é dada por ter que viajar por diversos estados brasileiros executando seu trabalho. Ela é passível de identificação em sua fala, quando ressalta ter participado da restauração de monumentos em todo o Brasil, e quando destaca cada espaço como local privilegiado para seu aprendizado profissional e de vida. Essa percepção fica evidente quando discorre sobre os materiais que encontra nas igrejas e conventos, sobre o corpo de um escravo que descobriu enterrado numa parede da Igreja de São Francisco, no Rio de Janeiro, sobre o antigo Cemitério dos Franciscanos, no Caju, Rio de Janeiro, considerado por ele como sua faculdade de restauração.

George Shliakas caracteriza sua relação do trabalho com a vida pela sua justaposição, visto que nem a questão da remuneração pelo que produz é mais relevante do que a conclusão de sua obra, pois reconhece ser a área incapaz de suprir aos seus profissionais o retorno financeiro equivalente à dedicação desprendida. Do mesmo modo está implícita nessa relação a necessidade de formar novos profissionais e de estar sempre em processo de aprendizagem. Faz parte de sua missão como restaurador formar alunos, seja na Escola Nacional de Belas Artes, no Corredor Cultural da Praça Tiradentes, ou nas suas obras. A questão dos novos profissionais é colocada criticamente como não havendo a mesma dedicação que outrora, mas se entendermos que essa área ao contrário das áreas naval e ferroviária sofre um processo contrário, ou seja, o de estar em processo de profissionalização, também ficará esclarecido que a fase heróica desse campo do trabalho está cedendo terreno para sua consolidação e profissionalização, o que caracteriza estar adentrando numa fase de amadurecimento. Sobre a relação do trabalho com sua vida, e sobre as aptidões necessárias para quem segue a profissão, diz:

“Não adianta você ir fazer curso de Restauração se você não sente ela no seu corpo. Então, se ganha dinheiro? Ganha, mas tem hora que você até paga pra continuar uma obra porque, se você interromper – o que é que acontece? – vai perder tudo. Então já cansei de fazer isso. Parar, não ter verba? Então tem que continuar fazendo a obra pra não perder a obra. E a mão-de-obra tá ficando cada vez mais difícil porque hoje em dia a pessoa visa mais o dinheiro, e Restauração, com essas leis do Governo agora, pra o restaurador tá difícil, porque é tanto documento, tanta coisa e tanto imposto, que o cara acaba vindo trabalhar pra uma firma.” (GS)

“Olha, não, não consigo, não consigo porque, por exemplo, eu saio pra passear em um lugar, eu vejo uma coisa que tá ruim, eu vou lá... Se a pedra estiver caindo, eu vou lá consertar, peço, vou botar no lugar, vou calçar a pedra; se eu vejo que é um telhado que tá com goteira, eu já vou, chamo uma pessoa: “Vamos ver, vamos tirar essa goteira, isso aqui vai estragar”; se é uma janela caindo...”(GS)

“Eu estou em casa, muito bem, [...] daqui a pouco, quando eu vejo, estou trabalhando, fazendo uma coisa sobre Restauro, fazendo um modelo... eu crio obras de arte com vidros ou com sobra de obra, né, eu vou montar pra mim mesmo, dou pra os amigos, por exemplo...”. (GS)

O entrevistado mais idoso foi Adorcino Pereira da Silva (APS), nascido em Araruama, em outubro de 1926 estava com 83 anos à época da entrevista. O Sr. Adorcino nasceu na cidade de no Rio de Janeiro, onde viveu até seus 16 anos e lá cursou o que hoje corresponde ao curso fundamental, trabalhando desde seus nove ou dez anos, na construção civil. O que faz questão de salientar que sempre foi por puro gosto. As raízes com essa cidade foram substituídas pela relação que estabeleceu com a cidade do Rio de Janeiro que escolheu como seu lugar, e que o acolheu como profissional. Atualmente, já aposentado, trabalha como mestre artesão – como prefere ser reconhecido – na Fundação Oswaldo Cruz em Manguinhos, cidade do Rio de Janeiro, onde iniciou em 1985 restaurando o seu Núcleo Arquitetônico Histórico, obra de arquitetura eclética do início do século XX tombada pelo IPHAN, construída para abrigar um instituto de pesquisa em saúde. Perguntado o modo como se dava a relação do trabalho com sua vida, respondeu:

“Eu estou percebendo que, devido a compromisso, né, o trabalho é o principal pra o movimento meu e da minha família, né. Até hoje eu trabalho, não só porque tenho a necessidade de trabalhar, como preciso trabalhar, e acho bom sair de casa pra trabalhar. Eu, em casa, passo até um pouco meio distraído, e saindo pra trabalhar vou me distraindo aqui, né, passo mais tempo aqui do que em casa. Então, pra mim, o trabalho é uma parte que é principal pra mim.” (APS)

Adorcino iniciou suas atividades profissionais influenciado por um irmão mais velho que trabalhava no ofício de artesão estucador, tal como ele, e depois teve outro

irmão mais novo também a seguir a profissão. Influenciou outros que acabaram por seguir a profissão, à exceção de seu filho que optou por outro caminho profissional. A sua formação foi, construída, essencialmente com base na prática e através do contato com profissionais mais experientes com quem trabalhou. Hoje, atua na formação de jovens na Oficina-Escola de Manguinhos, na Fiocruz, já tendo ministrado um curso na Escola Oficina de Salvador – EOS, na qualidade de professor convidado. Apesar da necessidade de complementar sua aposentadoria, ele afirma que continuaria a trabalhar mesmo que não precisasse, *“pra poder não sair daquele ‘metier’”* que iniciou. Não ignora que a idade é um ônus: *“Batalho nessa parte e me acho assim, com pouco de deficiência por causa da idade, mas também com 83 [anos]!. Quero trabalhar, trabalho, e minha idade eu sei que ela retorce um pouco, mas eu estou sempre teimando pra poder não parar”*.

Nosso último entrevistado nessa área foi Fernando Barreiros (FB), artesão, museólogo, e graduado em belas artes pela Escola Nacional de Belas Artes. É também proprietário de uma oficina de restauração em Santa Teresa, no Rio de Janeiro, onde trabalha praticamente sozinho, sendo ajudado apenas pelo filho arquiteto, do qual muito se orgulha e que desde nove anos de idade transitava por ali. Fernando Barreiros estava com 54 anos na época da entrevista, e mesmo não atendendo ao pré-requisito da idade mínima estipulada para compor o perfil do grupo de entrevistados, optamos por considerar seu depoimento por considerá-lo relevante para subsidiar as questões aqui estudadas, dado que o profissional em questão é reconhecido por todos que atuam na área de preservação patrimonial como um dos principais artífices e restauradores do país. Indagado sobre como começou a sua carreira, responde:

“ (...)Então ia na fundição vender metais que a gente encontrava aí no lixo, ou estava sobrando em casa. E aí fiz uma relação de amizade com essa pessoa,

interessante. Aí comecei a freqüentar os museus e tudo... Quando fiquei mais adulto, o que é que acontecia? Não existia, na época, um curso específico, nem técnico, nem superior, em restauração. Você se agregava a uma pessoa que sabia trabalhar e ficava trabalhando com ela como auxiliar. Foi quando eu entrei para o Museu Histórico Nacional e fiquei lá trabalhando com o professor Sérgio Lima. E aí fui aprendendo com o Sebastião Massa a parte da madeira, quer dizer, vi de tudo, né? O museu faz tudo, na restauração de museu cada um ia trabalhando naquilo que estava com tempo, quer dizer, eu estava com tempo sobrando, eu ia auxiliar outra pessoa que estava lá fazendo o retelamento, tela, uma pessoa que estava fazendo o papel, quer dizer, o auxiliar é isso, né? Nisso eu fui (...) me apaixonando pela profissão... Depois fiz o curso de museologia, na UniRio e, mais tarde, recebi uma bolsa do CNPq para trabalhar com a Ingrid Beck¹⁰⁰, na especialidade de couro e pergaminho. [...] Fiz a minha formação no curso de belas artes – antigamente, o aluno de Belas Artes, na graduação, tinha que passar pela Escola de Restauro, quer dizer, era teoria e prática (...)... Também só dava papel e tela, não tinha outros materiais.” (FB)

Como professor, Fernando crê que a formação nessa área não deve ficar restrita à obtenção de um diploma, pois pressupõe muita prática, e recomenda que a relação entre professor e aluno seja duradoura, uma vez que as atividades a serem executadas se estenderão por prazos longos, devendo, cada uma de suas etapas, receber assistência e avaliação. Em sua opinião, não há mão-de-obra qualificada suficiente para atender a demanda do mercado, e são poucos aqueles que se iniciam na área e persistem na profissão por conta da aptidão. Para ele, a restauração é uma profissão em que se aprende todos os dias, e que é leviano quem afirma saber tudo sobre os trabalhos dessa área. De acordo com Fernando, a atualidade de seu trabalho é explicada porque o trabalho mecânico só é justificado por uma quantidade mínima de peças e quando a necessidade de baixos custos se sobrepõe à especificidade do produto fabricado. Desse modo, o trabalho artesanal qualificado sempre encontrará quem o valorize:

¹⁰⁰ Professora da Universidade Federal Fluminense – UFF, Ingrid Beck é uma museóloga muito conhecida por sua atuação na preservação de acervos documentais.

“Eu acho que, como professor, eu tive a oportunidade de algumas vezes agir nessa área, né, interagir nessa área. [...] estava lá montada a estrutura, né, mas, das pessoas que lá estavam, poucas tinham realmente um interesse, entendeu? Acho que – pra mim – sempre faltou um trabalho antes de direcionar as pessoas, ver aquelas pessoas e tudo, então é um trabalho difícil, né, não é um trabalho fácil, e é um trabalho a longo prazo, não é um trabalho a curto prazo. [...] Mas eu acho que (...) se houvesse um trabalho de organização, de... selecionar as pessoas, ver porque as pessoas estão ali, fazer um trabalho certo, né, direcionado, né, eu acho isso teria um melhor resultado, entendeu? (...) [E]u falo nisso por causa desse curso do Monumenta, entendeu? Eu comecei com 15 alunos e terminei o curso com sete alunos.”(FB)

As relações do trabalho com sua vida e com o espaço devem ser vistas conjuntamente porque, apesar de ter atuado em várias cidades brasileiras (informação presente na fala da maioria dos entrevistados), a sua relação com o espaço se definiu nos moldes do da entrevistada Marylka Mendes, ou seja, a constituição de seu espaço de trabalho, de seu ateliê, em seu lugar antropológico. Como, inicialmente, sua oficina funcionava no interior de sua própria residência e, depois, transferiu-a para uma edificação anexa à sua casa, não ocorreu propriamente uma desvinculação entre o trabalho e a vida. Por conta disso, Fernando Barreiros acabou reproduzindo uma prática anterior à Revolução Industrial, que era a do trabalho muito próximo ao lar. Ademais, essa aproximação do *locus* do trabalho com a vida vivida propiciou a construção de diversos laços de amizade com quem convivia em sua oficina.

“Eu comecei a trabalhar, a minha casa era grande, eu tinha uma condição de espaço de agregar as pessoas e o trabalho, então era econômico, mas isso te acarreta outra coisa, que ninguém te respeita nessa parte, porque aí, nos sábados, domingos e feriados, o pessoal: ‘Ah, vamos lá ver suas coisas, vamos ver como é que está o meu acervo, se o Fernando tá em casa...’ Tinha gente que aparecia na minha casa, que era oficina, né, só pra... ‘Eu vim aqui, passar, só pra sentir o cheiro do pinho-de-riça.’ (risos) Quer dizer, não tinha o que fazer, né, aí é complicado. Depois eu separei a

residência para o atelier. Também já é complicado, entendeu, porque... tem vários fatores, entendeu, você tem que sempre... o tempo todo presente, né, são coisas que você se preocupa, entendeu? Então, o horário de trabalho pra mim é pesado. Geralmente eu acordo às sete horas, vou até dez horas, onze horas, trabalhando, quer dizer, quando não estou trabalhando, estou fazendo projeto, estou fazendo parte escrita, ou estou fazendo anotação, essa coisa todinha, estou separando alguma coisa, entendeu? E hoje em dia voltei de novo a ser residência e trabalho, né? Então, quer dizer, sábado e domingo, mesmo que eu não esteja aqui, as pessoas vêm, batem, me telefonam, porque aí passa a ser um narrativo da pessoa, né?” (FB)

“Tive uma grande sorte porque cheguei a trabalhar com quase todos restauradores: Edson Motta, Sérgio Lima, trabalhei com a Marilka, trabalhei... De quase todos restauradores do Brasil, talvez eu seja o único restaurador que... (...) [trabalhou] com todos eles. Foi uma grande sorte minha, entendeu. Fiz grandes amizades... Hoje em dia tenho vários amigos restauradores (...) que estão trabalhando em outros estados. (...) Agora mesmo, recentemente, trabalhei no projeto do presídio, com a Ingrid também, na área de papel, então, quer dizer... Agora me dedico mais à parte de madeira, né, mas o meu conhecimento, como foi nesse âmbito de museu, né, de acervo de museu, quer dizer, o museu tem um acervo variado, né, então a gente tinha que pegar e fazer, entendeu, então foi uma sorte também. No fundo, acho que é isso, (...)”. (FB)

A tônica nas entrevistas com os profissionais da área de preservação patrimonial foi a necessidade de se formar quadros aptos a dar conta das demandas para o futuro dessa área. Esta, como dissemos anteriormente, difere das outras duas aqui estudadas, por dois motivos. Em primeiro lugar, não atravessa uma fase de “desprofissionalização”; ao contrário, está vivenciando uma etapa de profissionalização até então inédita. E em segundo lugar, por não ter sofrido hiatos geracionais como os que marcaram as áreas ferroviária e naval. Quem se interessou em participar das atividades de preservação do patrimônio – arquitetos e graduados em Belas Artes – o fez, geralmente, por influência de algum professor ou profissional da área e acabou

abandonando um desejo inicial por uma atividade que até então não havia sido vislumbrada. Esse ponto merece ser destacado – a pouca disseminação do que a área trata, o que acarreta uma abordagem da profissão numa fase posterior da vida, posterior à sua escolha inicial da época de formação. Dois depoentes não se enquadram nessa descrição: Adorcino Pereira da Silva e George Shliakas. As características definidoras desses dois profissionais incluem o ingresso prematuro na área, em torno dos dez anos de idade, e ter sido esse ingresso diretamente na prática, provocado por influências familiares e por motivações diferentes em relação aos estudos (um por não se interessar pela escola e outro por suas precárias condições socioeconômicas).

A relação dos profissionais de preservação patrimonial com o espaço, como dito anteriormente, está impregnada pelas características desse grupo de profissionais devido ao tipo de trabalho e por seu interesse pelas manifestações culturais que se sucederam em diversas temporalidades. Porém, em duas falas, ficou bastante evidente outra apropriação dessa relação, que foi a de transformação do espaço de trabalho em lugar antropológico. A estreita vinculação entre trabalho e vida, explicitada por cinco dos seis entrevistados, que implicava o não estabelecimento de fronteiras entre ambos, pode ser caracterizada, devido à sua especificidade, de um modo um pouco diferente do das demais áreas. Como se trata de uma área que interage diretamente com a cultura, com as obras de artes e monumentos, não há propriamente uma cisão entre cultura da vida e cultura do trabalho. Elas são partes integrantes de uma única cultura, onde vida e trabalho dão provas de uma coexistência sempre renovada.

CONCLUSÃO

*“Não vá tranquilo numa boa noite,
A velhice deve queimar e delirar no fim do dia;
Raiva, raiva contra o morrer da luz. [...]”*

*Graves homens, perto da morte, que vêem com a visão
cega
Olhos cegos poderiam inflamar como meteoros e
serem brilhantes,
Raiva, raiva contra o morrer da luz.*

*E você, meu pai, lá na triste altura,
Blasfeme, abençoe, a mim agora com suas ferozes
lágrimas, eu rogo.
Não vá tranquilo numa boa noite.
Raiva, raiva contra o morrer da luz.” (DYLAN
THOMAS)¹⁰¹*

Na tentativa de elucidarmos a questão que envolve a relação entre o trabalho e a profissão nas áreas ferroviária, naval e da preservação patrimonial, acabamos por inserir na análise mais duas relações, aquela estabelecida entre o trabalho e a vida vivida, e a que se dá entre o trabalho e o espaço. A percepção de que os profissionais das áreas ferroviária e naval encarnavam, na sociedade brasileira da década de 1980, o espírito de uma profissionalização, embora cada vez mais fragilizada, levou-nos a escutar alguns representantes desses trabalhadores que ainda desempenhavam as suas atividades profissionais. Como todos tinham pelo menos 60 anos de idade, esse dado nos remeteu a outras questões, talvez mais instigantes, que dizem respeito ao idoso e à sua continuidade no mercado de trabalho, bem como à transmissão de seus conhecimentos aos trabalhadores jovens.

¹⁰¹ Tradução livre da poesia “*Do not go gentle into that good night*”, de Dylan Thomas, dedicada a seu pai. No original: “*Do not go gentle into that good night, Old age should burn and rave at close of day; Rage, rage against the dying of the light. [...] Grave men, near death, who see with blinding sight, Blind eyes could blaze like meteors and be gay, Rage, rage against the dying of the light. And you, my father, there on the sad height, Curse, bless, me now with your fierce tears, I pray. Do not go gentle into that good night. Rage, rage against the dying of the light*”. Dylan Thomas, poeta lírico e romântico, nasceu no País de Gales em 1914, falecendo aos 39 anos de idade, vítima de alcoolismo, na cidade de Nova York. Sua poesia foi popularizada nos Estados Unidos como um novo meio de leitura dessa arte. Disponível em <<http://www.poets.org/viewmedia.php/prmMID/15377>>, arquivo consultado em 28/05/2009.

Os dados da ONU (UNFPA, 2002, p. 9), aqui assinalados, de um contingente mundial de idosos que atualmente perfaz 10% da população total mundial, e que, segundo as projeções, equivalerão a 21% no ano 2050, dão a dimensão exata do lugar do envelhecimento demográfico ocupa hoje em escala planetária.

O cenário descrito no Capítulo 5 da Parte I referente ao Brasil deixa claro que o nosso país não escapa a essa tendência mundial. Com efeito, segundo o IBGE (2002), estima-se que nosso contingente demográfico com 60 anos ou mais passará de aproximadamente 8% da população total em 2000 para quase 13% em 2020. Essa transição demográfica é agravada, como vimos, por uma expressiva defasagem entre o aproveitamento e a valorização desse efetivo populacional em franco crescimento, e as estratégias sociais e políticas que, em tese, deveriam reduzir as taxas de desemprego e proporcionar oportunidades a quem inicia a sua vida no mundo do trabalho.

O agravamento socioeconômico produzido pela tendência cultural moderna de afastar o idoso da esfera pública do trabalho poderá ter um impacto ainda maior na sociedade brasileira devido ao envelhecimento populacional, se levarmos em conta dados do Censo 2000 do IBGE (2002), que revelam que 20% dos domicílios existentes no país tinham idosos como seus responsáveis. De acordo com o mesmo Censo, no ano de 2000 62,4% do contingente de idosos eram responsáveis pelos domicílios onde residiam, dado bastante preocupante. As entrevistas aqui realizadas corroboram essa tendência, uma vez que a maioria dos entrevistados aposentados revelou ajudar economicamente algum filho ou neto, quando não prover toda a família.

Cabe destacar que esses aposentados continuavam inseridos no mercado de trabalho não apenas porque precisavam – o valor de suas aposentadorias era insuficiente para atender às suas necessidades, situação denunciada em diversos depoimentos, sobretudo nos dos trabalhadores da área naval – mas também porque não queriam ficar

“parados” e porque guardavam uma grande afinidade com a profissão em si. Ao confrontarmos esse número com a realidade nacional, verificamos que a maioria da população masculina brasileira com 65 anos ou mais se encontra aposentada, sendo que 44% desse conjunto continuam a trabalhar. Partindo do pressuposto de que a grande maioria de trabalhadores não se enquadra no perfil dos nossos entrevistados – ou seja, não têm tanto apreço em relação à sua profissão –, isso significa que a motivação para eles continuarem a trabalhar se situa, exclusivamente na esfera econômica, quer para complementar a sua renda pessoal, quer mesmo para suprir as despesas dos domicílios pelos quais são responsáveis.

Esse cenário realça ainda mais a precariedade da situação do trabalhador com mais idade e atualiza as questões sobre as relações entre o trabalho e a vida, o trabalho e o espaço e o trabalho e a profissão. Da mesma forma, a aposentadoria, como conquista social e trabalhista, é posta cada vez mais em xeque, uma vez que está restrita à idade cronológica do homem, e evidencia a verdadeira dicotomia existente entre a cultura do trabalho e a cultura da vida que caracteriza a vida produtiva do trabalhador, e suas consequências para a sua realização como ser humano. A estruturação das idades da vida em tempos de formação, produção e repouso ganha contornos que conturbam tanto a ordem social quanto a própria condição humana numa sociedade tecnocrática, na qual o conhecimento acumulado acaba não sendo levado em conta, visto como algo estático estagnado e carente de renovação. Esse aspecto, associado ao fato de ser justa a experiência o elemento definidor do velho como classe relevante na produção social, leva o trabalhador idoso a experimentar uma avaliação negativa que dificulta ainda mais o seu reconhecimento como cidadão, tornando-o mais dependente das relações sociais que o cercam. Acentuam-se, assim, o envelhecimento das sociedades, o distanciamento

do pensamento ocidental da morte e a valorização excessiva do ser jovem, três características em extrema evidência na nossa contemporaneidade.

As entrevistas que realizamos com trabalhadores das áreas ferroviária, naval e da preservação patrimonial têm como um dos seus traços comuns mais destacados a premissa de o trabalho, em alguns segmentos da sociedade brasileira contemporânea, ser constituinte de laços sociais e da ordenação de relações socioculturais, políticas e econômicas, consubstanciando os profissionais entrevistados em indivíduos e cidadãos. Os depoimentos deixaram igualmente em relevo a pertinência da perspectiva de MÉDA (1999), que, considerando o trabalho enquanto laço social, o enfoca de quatro maneiras distintas: a) permitir a aprendizagem da vida social e a constituição de identidades; b) ser a medida de trocas sociais; c) permitir que cada indivíduo tenha uma utilidade social; e d) ser um lugar de encontro e cooperação, em contraste com os lugares não públicos.

O fato de 88% dos entrevistados continuarem a exercer seu trabalho depois de aposentados, motivados por fatores que extrapolam o atendimento de suas necessidades materiais, atualiza, como afirmamos anteriormente, a questão *animal laborans* versus *homo faber* suscitada por ARENDT (2003). Ainda assim há de se considerar que uma parcela, ainda que ínfima desse grupo, afirma continuar a trabalhar apenas como suprimento de necessidades que a aposentadoria não dá conta. Esse fato não é menor, se lembrarmos que esse grupo é diferenciado da maioria representativa da realidade nacional, o que revela as tensões e cisões provenientes da absorção do tempo da vida pelo tempo do trabalho. Entretanto, apesar de perceberem as transformações ocorridas no mundo do trabalho, os entrevistados contrariaram as premissas iniciais de rupturas intransponíveis, ao darem provas da possibilidade de superação das lacunas existentes entre o labor como provedor de recursos financeiros e o trabalho como atividade de

realização pessoal e de transformação da natureza, e entre ele e a vida vivida como vida autônoma e humana.

No que tange às relações entre o trabalho e o espaço, em virtude da chamada globalização, foi consagrada a mobilidade, e não mais a permanência, como característica social central da modernidade. Essa mobilidade trouxe em seu bojo um aprofundamento da discussão sobre a validade e a atualidade das universalidades particulares. Como foi visto no caso dos países latino-americanos, a urbanização, de uma forma mais acabada, só veio a ocorrer a partir dos anos 1930, muito tardiamente se comparados com os países mais desenvolvidos, visto que nestes a industrialização, bem como a migração campo/cidade a ela acoplada, ocorreu nos séculos XVIII e XIX.

Os anos 1930 representaram para a América Latina, aí incluindo obviamente o Brasil, o momento inaugural da industrialização e da ampliação do papel do Estado na vida econômica e social. No caso brasileiro, a sua população urbana aumentou num ritmo extremamente acelerado entre os anos 1950 e 2000, determinando um incremento da ordem de 50% na composição da população total do país. O que também chama a atenção é a concentração do adensamento populacional nos espaços periféricos às grandes cidades e aos centros geradores de empregos.

Um bom exemplo dessa situação de concentração demográfica é dado pela indústria de construção e reparo naval. No Estado do Rio, onde a grande maioria dos estaleiros navais está localizada na cidade do Rio de Janeiro e em Niterói, as entrevistas na área naval revelaram a fixação de seus trabalhadores nos municípios vizinhos à antiga capital fluminense, provocada pela afinidade e a oportunidade de empregos nos estaleiros da região, e por condições menos onerosas de custeio. Há décadas atrás, ainda havia um expressivo contingente de trabalhadores que residia na Ponta D'Areia ou em bairros mais afastados do centro de Niterói. No entanto, movidos por uma valorização

imobiliária recente, os entrevistados dessa área, em geral, residiam nos municípios vizinhos a Niterói e lá tinham suas origens familiares, apesar de terem tido a sua formação profissional em escolas técnicas na antiga capital fluminense. A tradição de outrora de moradia de trabalhadores da área naval na Ponta D'Areia e em outros bairros de Niterói dá a vez às periferias desse município.

A escuta desses velhos profissionais contribuiu para a análise do impacto das transformações socioculturais dos setores produtivos, os quais, em algum momento, foram formadores de lugares, pertencimento, memória social e cultura técnica e que tiveram uma inegável importância no processo de formação da sociedade brasileira. Setores que serviram de base para a fundação de inúmeras comunidades locais de trabalhadores, que hoje se apresentam fragmentadas, deterioradas, fadadas ao esquecimento em decorrência da migração forçada de seu potencial humano mais capacitado para outras frentes de trabalho. Essas frentes, por sua vez, constituem espaços distantes, “desterritorializados”, desenraizados, em função da mudança de paradigma do industrial para o pós-industrial, globalizado e transnacional, e de uma política econômica que aposta no capital financeiro em detrimento do capital produtivo.

Os entrevistados mostraram-se, em geral, preocupados com a continuidade das suas profissões, quer por constatarem sua fragilidade frente ao contexto atual, como no caso ferroviário, quer por perceberem o hiato geracional e a precariedade da formação técnica, como no caso do setor naval, quer, ainda, por assumirem a missão de conformação da sua profissão, como no caso da preservação patrimonial. Entre tantas outras marcas que esses profissionais carregam, destacamos o envolvimento com o trabalho para além de uma atividade provedora dos recursos necessários à subsistência. Esse envolvimento faz-se patente na dedicação que demonstram para com a formação

de profissionais e no seu engajamento na transmissão de conhecimentos para as gerações mais novas.

A possibilidade acenada nessas entrevistas do real aproveitamento e da valorização da experiência de idosos em prol da continuidade das profissões aqui tratadas, bem como de constituição de um elo entre distintas gerações, reforça a validade das experiências apresentadas no Capítulo 4 da Parte I, concernentes às estratégias de educação profissional na área de preservação patrimonial, vistas enquanto instrumentos de inserção de jovens no mercado de trabalho e de conquista da cidadania. Exemplos como os das oficinas-escolas e dos Tesouros Humanos Vivos podem ser levados para outros setores produtivos e campos do trabalho. Como já foi visto, as estratégias apontadas nesse estudo não são as únicas nem as melhores para o reencontro do trabalho com a profissão, mas são repletas de sentidos. O que essas experiências enfatizam como uma de suas possibilidades, também inscritas em seus processos, é a de valorização do profissional idoso. Trata-se de uma possibilidade ímpar, num mundo cada vez mais envelhecido e seduzido pelo que é jovem.

Um aspecto fundamental, portanto, é que essas experiências encerram, em suas estruturas educacionais, a transmissão de ofícios a jovens por intermédio de trabalhadores idosos, nomes destacados em suas áreas de atuação, que adquiriram uma técnica impecável ao longo de muitos anos de exercício da profissão, mas que, muitas vezes, são rotulados de ultrapassados, se forem considerados os padrões atuais de valorização profissional nas organizações. A experiência é, sem dúvida, um elemento essencial para a perpetuação das técnicas e conhecimentos contidos em projetos de educação profissional, tais como os descritos nas entrevistas realizadas nas áreas ferroviária, naval e de preservação do patrimônio cultural. Ela também está presente nas capacitações profissionais das chamadas oficinas-escolas e no reconhecimento dos

Tesouros Humanos Vivos, iniciativas que se contrapõem à intensa flexibilidade e à desvinculação, características que, nos dias de hoje, marcam um grande número de profissões.

Os jovens qualificados nessas ações, por seu turno, tornam-se responsáveis pela continuidade da transmissão desses saberes e práticas e, na condição de transmissores, devem manter, uma relação dialogal, não identificada na maioria dos demais jovens trabalhadores dos grandes centros, na associação entre o trabalho e a profissão. É exatamente essa relação que pode produzir a revisão da ética do trabalho e restabelecer a continuidade entre a formação e o exercício profissionais. O compromisso com as gerações futuras, que ganha forma com a intervenção do agente transmissor de tradições e do trabalho percebido como patrimônio cultural intangível, guarda estreita afinidade com o movimento humano de ser fiel a si mesmo e, em contrapartida, atenua os laços com a sujeição à interferência espaço-temporal.

Pensar o trabalho e seus processos como patrimônios intangíveis aproxima-se da tendência mundial de se repensar os significados e sentidos do que se definiu como patrimônio ou bem cultural a partir do Iluminismo, marco temporal e histórico da constituição de nossa modernidade. O conceito de bem cultural que se estabeleceu em nossa modernidade teve significado de ratificação da hegemonia cristão-germânica instituída como modelo filosófico nas sociedades ocidentais, e cristalizada numa universalidade própria imposta como única. O culto à memória de determinadas culturas estiveram atrelados ao processo de validação de certas nações e de constituição dos Estados nacionais centrais na cultura ocidental. O universal particular, como vimos, cede cada vez mais espaço para outras universalidades, não se consubstanciando mais como consenso sociocultural e muito menos político. A diversidade étnica e o multiculturalismo são realidades a serem cada vez mais consideradas nesse século XXI,

bem como as diversas realidades socioculturais e religiosas tais como as dos idosos, das mulheres, das diferentes escolhas sexuais, dos afro-descendentes, e de outros mais. Nesse sentido o patrimônio não se configura mais como a representação de uma determinada cultura e sim como sentido de diversos símbolos de pertencimento. O reconhecimento cada vez maior da imaterialidade dos patrimônios dá contornos impensados até então ao que se instituiu como bem cultural em nossa modernidade, muito voltado aos monumentos e a tudo que era tangível, num movimento claro de aceitação dos valores das classes mais privilegiadas pelas classes menos favorecidas, e de subjugação dos povos dominados por seus dominadores. O patrimônio era até então percebido como um movimento descendente, originado nas elites e destinado aos segmentos sociais mais baixos. A imaterialidade do patrimônio permite o reconhecimento do outro, da diversidade cultural e étnica, possibilitando a reversão da origem do movimento de valorização cultural.

Por outro lado, os sentidos que decorrem de pensar o trabalho, suas relações e seus processos como bens culturais intangíveis são materializados nas ações descritas de transmissão de saberes de profissionais idosos a jovens aspirantes a uma profissão. Iniciativas dessa natureza agregam o valor da experiência profissional ao comprometimento e à responsabilidade pela ação participativa da construção coletiva, preenchendo as lacunas e refazendo as rupturas sociais provocadas pela mobilidade espacial e pelas transformações ocasionadas pela economia de mercado. Ao valorizarem os saberes e as culturas locais, essas iniciativas vão ao encontro das políticas multiculturais e da gestão da diversidade cultural em um mundo globalizado. Elas conferem, ou mantêm vivos, os significados simbólicos constituintes dos lugares antropológicos e reavivam a relação do trabalho com a vida vivida, precisamente por estarem repletas de sentido inscrito e simbolizado, por serem identitárias, relacionais e

históricas, e por terem como objeto não só os valores econômicos necessários à vida social, mas também aqueles, de outra natureza, que prevalecem nas sociedades de cultura e em comunidades cujo foco é a sustentabilidade sócio-ambiental. Indo além das profissões, elas restauram valores basilares, como a autonomia do homem enquanto ser singular.

Não é nosso propósito apontar essas iniciativas como as únicas soluções para o reencontro do trabalho com a vida vivida ou com a profissão, e nem propô-las como um método ou um modelo suficientemente capaz de estabelecer pontes entre as necessidades de produção e consumo de uma sociedade capitalista com trabalhadores que se realizam no trabalho. Na verdade, essas ações têm um alcance social e cultural limitado, em função do número restrito de jovens envolvidos e do custo elevado da educação profissional, se levarmos em conta os padrões econômicos e políticos de países periféricos. Todavia, o significado nelas inscrito mostra ser possível a reestruturação das relações entre o trabalho e os diversos aspectos sociais e humanos, a partir da inserção e da revitalização de outras memórias e culturas marginalizadas.

Iniciativas com o foco no resgate de técnicas e saberes a partir da relação de velhos profissionais com jovens iniciantes, associadas a outros tantos modos alternativos de produção, podem se constituir em novas ordens simbólicas e diferentes modelos sociais capazes de incorporar a diversidade de sentidos, de modo que a singularidade humana e sua pluralidade de experiências e culturas prevaleçam na vida, sem que ocorram a fragmentação e o acirramento dos embates socioculturais e econômicos. Conformam, em conjunto com as práticas capitalistas e a produção estatal, uma formação social capitalista de outro tipo.

O que se observa é que, cada vez mais, novos esquecimentos são anunciados pela constante evolução tecnológica e pela inovação dos processos de trabalho. Esses

esquecimentos dizem respeito tanto às profissões que se tornam obsoletas, quanto aos trabalhadores que nelas projetam e realizam as suas vidas, ou ainda aos processos de trabalho, às técnicas e saberes, além dos vínculos espaciais, comunais e culturais. Algo há de ser feito de modo a redimir tanto esquecimento. A perspectiva do conhecimento e das práticas geradas no trabalho como bens culturais entrelaça as transformações e as relações do trabalho com a vida e com o *ethos* social. Nos casos das áreas ferroviária e naval, ela possibilita a continuidade de uma mão-de-obra qualificada e a supressão de uma lacuna indesejada pelos governantes, empresários e, sobretudo pelos antigos e novos profissionais das áreas.

Já no que tange à preservação patrimonial, ela permite reverter a perda da cultura técnica e da memória social, instalada com o advento da era industrial e com a modernização das técnicas construtivas, o que acarretou, conforme já dito anteriormente, consequências diretas na preservação do patrimônio histórico e artístico em nossos dias. Ela, em suma, possibilita o estreitamento entre o trabalho e a profissionalização dessas três áreas, opõe resistência consciente à banalização do trabalho e da vida, além de propiciar o resgate social de trabalhadores idosos e de jovens aspirantes a ingressarem na esfera pública do trabalho e, como tal, serem reconhecidos como cidadãos.

Retornando ao caso específico das experiências de capacitação profissional na área de preservação patrimonial, o que entendemos é que se, por um lado, a revitalização de espaços industriais pode provocar impactos socioeconômicos e culturais benéficos não apenas a uma região deteriorada pela falência de uma indústria por soluções espaciais, mas também à preservação de memórias constitutivas da cultura do trabalho, por outro, com a valorização do patrimônio cultural em escala mundial, percebeu-se a carência de profissionais habilitados nos ofícios de restauração e

conservação das edificações tombadas. A constatação da ausência de uma memória social que contemple o pleno exercício destas atividades, sujeitas ao estigma do trabalho manual, representa, portanto, uma das principais motivações para o estabelecimento de atividades voltadas para a educação desses ofícios. Vale lembrar que essas iniciativas de educação profissional, em sua maioria, associaram o compromisso do ensino técnico profissional com o do ensino da cidadania, envolvendo educação e ação social, além de valorizar o trabalho manual, integrando o saber prático ao saber teórico, sob a forma de oficinas-escolas. Como vimos anteriormente, as experiências européias dessa natureza, bem como de alguns de nossos irmãos latino-americanos têm mostrado resultados expressivos no resgate de profissões específicas e na inserção de jovens e velhos no mundo do trabalho. As iniciativas brasileiras revelaram-se positivas, mas ainda assim incipientes para as nossas necessidades e para a efetiva profissionalização da área de preservação patrimonial. Ao nosso propósito, apontamos esse caminho como possibilidade a ser replicada em outras áreas tais como a ferroviária e a naval, como modelos factíveis de capacitação e fortalecimento profissional¹⁰², capazes de favorecer a elevação do nível de escolaridade entre os jovens, sua inserção e resgate social, além da valorização de profissionais idosos. As entrevistas corroboram essa possibilidade ao acenar por um lado a disponibilidade e comprometimento de profissionais idosos com a causa da transmissão de seus conhecimentos e continuidade das suas profissões, e por

¹⁰² No Brasil deve ser destacado o ProJovem como interessante ação da Política Nacional de Juventude, iniciada pelo governo federal no ano de 2005. Segundo o sítio <<http://www.projovemurbano.gov.br/site/>>, consultado em 26/05/2009, esse programa é “voltado especificamente para o segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado por políticas públicas então vigentes: jovens de 18 a 24 anos, que haviam terminado a quarta série mas não concluído a oitava série do ensino fundamental e não tinham vínculos formais de trabalho. O Programa caracterizou-se como **emergencial**, atendendo um segmento que tem necessidade de chegar ainda jovem ao ensino médio, e **experimental**, baseando sua proposta curricular em novos paradigmas de ensino e aprendizagem que permitem articular o ensino fundamental, a qualificação profissional e a ação comunitária”. Atualmente o ProJovem Integrado compreende as modalidades: ProJovem Adolescente, ProJovem Urbano, ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador. Apesar da complexidade desse programa, o tempo disponibilizado para a qualificação profissional está muito aquém do necessário para a formação e qualificação profissional, em torno de 200 horas, em qualquer uma das ocupações propostas, situando-se dentro da crítica apontada nas entrevistas do setor naval. Mas ainda assim, mostra-se como uma ação política próxima das propostas mundiais de formação de jovens em ofícios de preservação patrimonial.

outro o fato em si, de ser desse modo como tem se dado realmente a capacitação profissional nas áreas naval e ferroviária. Sob essa mesma perspectiva a iniciativa dos Tesouros Humanos Vivos pode servir como modelo interessante para preservação e valorização de certas profissões. Obviamente que a área de preservação patrimonial mais se aproxima como potencial beneficiária dessa prática, mas em proporções adequadas podemos transpor esse modelo para as áreas naval e ferroviária, Pensar como estratégia de formação profissional nessas áreas a valorização dos seus mestres e dar-lhes condições para transmissão de seus conhecimentos e práticas aos mais jovens é uma diretriz sustentável de seu desenvolvimento. Para tal, antes é necessário pensar o trabalho como um bem cultural intangível e como tal passível de sua preservação e registro, e assim são possíveis as técnicas e os processos de trabalho, e de formas tangíveis podem ser valorizados os sítios industriais que traduzam à sociedade memórias coletivas de diversas temporalidades. Uma adaptação do modelo dos Tesouros Humanos Vivos se aplicado em setores como o ferroviário ou naval será a institucionalização do processo de formação tal como hoje na prática ocorre. Ou seja, o de usufruir os conhecimentos de profissionais notáveis em suas especialidades para capacitação e qualificação profissional de outros que estão a iniciar suas carreiras. O que tanto essa iniciativa como das oficinas-escola trazem como significados a serem apreendidos são a utilização e a valorização de profissionais por sua experiência e saber; a concepção positiva do investimento em uma formação profissional integral a jovens em situações sociais de vulnerabilidade; e a preservação do conhecimento de práticas e processos de trabalho.

Vale lembrar que as experiências de formação profissional adotadas para recuperação das atividades ligadas às culturas técnicas e formas de trabalho presentes na preservação patrimonial, contribuem para a recuperação da cultura técnica e da memória

social, e podem ser modelos para o reencontro do trabalho com a vida em outras profissões com fortes relações com o trabalho manual ou técnico, ou onde a capacitação profissional pressuponha uma expressiva carga de aulas práticas. Têm como premissa atribuir significado à conscientização dos indivíduos e das comunidades a respeito da relevância da preservação dos processos e métodos de trabalho, assim como dos costumes, de seu domínio. Para tanto, a ruptura da dicotomia entre o saber e o fazer, associada à preservação e à valorização das formas alternativas de relação entre o trabalho e a vida são essenciais para esse reencontro, que é a busca de significados mais fluidos e harmônicos de nossa existência. Apresentam-se, pois, como possibilidades concretas de recuperação da autonomia do trabalho, de criação de elos profissionais entre gerações, de estabelecimento de pontes entre a cultura do trabalho e a cultura da vida, bem como de resgate da profissionalização que por ventura ainda persistir numa ou noutra área de trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, R., CHAGAS, M. (orgs.), 2003, *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*, Rio de Janeiro, DP&A.
- AGAMBEN, G., 2004, *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*, Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- _____, 2005, *Estado de exceção*, São Paulo, Boitempo.
- ANTUNES, R., 2002, *Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, 6ª ed., São Paulo, Boitempo.
- _____, 2005, *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, 10ª ed., São Paulo, Cortez, Campinas, Ed. Univ. Estadual de Campinas.
- ARENDT, H., 2000, *Entre o Passado e o Futuro*. 5ª ed., São Paulo, Perspectiva.
- _____, 2003, *A Condição humana*. 10ª ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- ARIÈS, P., 2006, *História social da criança e da família*, 2ª ed., Rio de Janeiro, LTC.
- ARRIGHI, G., SILVER, B. J., 2001, *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.
- ASSIS, J. 2002, *Trabalho como direito: fundamento para uma política de promoção do pleno emprego no Brasil*, Rio de Janeiro, Contraponto.
- AUGÉ, M., 2001, *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Papirus.
- BACHMAN, B., 1994, *Laisser un Espace à L'imaginaire*. In: *Musées e Collections Publiques de France*, ano 1, nº 202, Paris, A.G.C.C.P.F., pp. 18 – 23.
- BARROS, M. M. L. (org.), 2007, *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*, 4ª ed., Rio de Janeiro, FGV.
- BEAUVOIR, S., 1990, *A velhice*, 5ª impressão, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- BIHR, A., 1999, *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*, 2ª ed., São Paulo, Boitempo.
- BOBBIO, N., 1997, *O tempo da memória: de senectude e outros escritos autobiográficos*, 9ª ed., Rio de Janeiro, Campus.
- _____, 1999, *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*, São Paulo, Paz e Terra.

- BORGES, J.L., 2005, *Funes el memorioso*. In: BORGES, 2005, *Ficciones*, 1ª ed., Buenos Aires, Emecé Editores, pp. 151 – 165.
- BOSI, E., 1986, *Cultura de massa e cultura popular: leitura de operárias*, 10ª ed., Petrópolis, Vozes.
- _____, 1994, *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, 10ª ed., São Paulo, Companhia das Letras.
- _____, 2003, *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*, 2ª ed., São Paulo, Ateliê Editorial.
- _____ (org.), 1996, *Simone Weil: a condição operária e outros estudos sobre a opressão*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BRANDI, C., 2004, *Teoria da Restauração*, Cotia, SP, Ateliê Editorial.
- BUBER, M., 1986, *O socialismo utópico*, 2ª ed., São Paulo, Perspectiva.
- _____, 1987, *Sobre Comunidade*, Coleção Debates, São Paulo, Perspectiva.
- _____, s.d., *Eu e Tu*, 5ª ed. Revista, São Paulo, Centauro.
- CARVALHO, J.A.M., ANDRADE, F.C.D., 2000, *Envejecimiento de La población brasileña: oportunidades y desafios*, In: CEPAL, 2000, *Encuentro Latinoamericano y Caribeño sobre las personas de edad –Seminário Técnico*. Série Seminários y Conferencias, nº. 2, agosto de 2000, Santiago de Chile, pp. 81-102. Disponível em: <www.eclac.org>, arquivo consultado em 02/10/2007.
- CASSIOLATO, L. et al. (org.), 2000, *Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico*. Disponível em:<www.ie.ufrj.br/rede>, arquivo consultado em 03/10/2007.
- CASTRO, C. (org.), 2004, *Franz Boas: Antropologia Cultural*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- CATTANI, A. DAVID A. (org.), 2003, *Outra Economia*, Porto Alegre, Veraz Ed., 2003.
- CERQUEIRA, L.A.E., 1999, *Memórias do trabalho: depoimentos sobre profissões em extinção*, São Paulo, Museu da Pessoa/ Confederação Nacional dos Metalúrgicos.
- CEPAL, 2000, *Encuentro Latinoamericano y Caribeño sobre las personas de edad – Seminário Técnico*. Série Seminários y Conferencias, nº. 2, agosto de 2000, Santiago de Chile. Disponível em:<www.eclac.org> , arquivo consultado em 02/10/2007.

- CEPAL – FNUAP, 2004, *Panorama Social de América Latina – 2004*. Santiago de Chile, Publicación de las Naciones Unidas. Disponível em: <www.un.org>, arquivo consultado em 02/10/2007.
- _____, 2006, *Panorama Social de América Latina – 2006*. Santiago de Chile, Publicación de las Naciones Unidas. Disponível em: <www.un.org>, arquivo consultado em 02/10/2007.
- CIAVATTA, M., 2002, *O mundo do trabalho em imagens – a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900 – 1930)*. Rio de Janeiro, DP & A.
- CHAUÍ, M. S., 2003, *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Cortez.
- CHOAY, F., 2001, *A Alegoria do Patrimônio*. 1ª ed., São Paulo, Unesp.
- COCCO, G., 2001, *Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização*, 2ª ed., São Paulo, Cortez.
- COULON, G., 1994, *Musées – Usines*. In: *Musées e Collections Publiques de France*, ano 1, nº 202, Paris, A.G.C.C.P.F., pp. 4 – 5.
- CURY, I. (org.), 2000, *Cartas Patrimoniais*, 3ª ed., Brasília, IPHAN/ DEPROM.
- CURY, V.M., 2006, *História da industrialização no século XIX*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.
- DEBERT, G.G., 2007, *A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade*. In: BARROS, M. M. L. (org.), 2007, *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*, 4ª ed., Rio de Janeiro, FGV, pp. 51-67.
- DEBORD, G., 1997, *A sociedade do espetáculo*, 1ª ed., 1ª reimpressão, Rio de Janeiro, Contraponto.
- DEJOURS, C., 1992, *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*, 5ª ed., São Paulo, Cortez-Oboré.
- DELAMARO, M.C., 2007, *Romano Guardini, “As Idades da Vida” Editora Palas Athenas*, In: *Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais*, nº 9, jun 2007, Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social, COPPE/ UFRJ, Rio de Janeiro, pp. 8 - 11. Disponível em: <<http://www.ltds.ufrj.br/gis/anteriores.htm>> Acesso em 05 jan 2009.
- DUARTE, A., LOPREATO, C., MAGALHÃES, M. B. (orgs.), 2004, *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*, Rio de Janeiro, Relumi.
- DUARTE, R., 2004, *Entrevistas em pesquisas qualitativas*, In: *Educar*, nº 24, Ed. UFPR, Curitiba, pp. 213 – 225. Disponível em:

<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/viewFile/2216/1859>>. Acesso em jan 2009.

- DUPAS, G., 2003, *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. São Paulo, Paz e Terra.
- DURKHEIM, E., 1999, *Da divisão do trabalho social*, 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes.
- ECKERT, C., 2007, *A vida em outro ritmo*, In: BARROS, M. M. L. (org.), 2007, *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*, 4ª ed., Rio de Janeiro, FGV, pp. 169-205.
- ELIAS, N., 1998, *Sobre o tempo*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____, 2001, *A solidão dos moribundos, seguido de, Envelhecer e morrer*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- ENGELS, F., 2002, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 16º ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- FERREIRA, M.M., AMADO, J., 2006, *Usos & abusos da história oral*, 8ª ed., Rio de Janeiro, FGV.
- FREYER, H., 1965, *Teoria da Época Atual*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- FONSECA, M.C.L., 2005, *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*, 2ª ed. rev., Rio de Janeiro, UFRJ/ MinC – Iphan.
- FOUCAULT, M., 2006, *Microfísica do poder*, 22ª ed., Rio de Janeiro, Graal.
- GALBÁN, P.A., et al, 2007, *Envejecimiento poblacional y fragilidad em el adulto mayor*, Rev. Cubana Salud Pública, La Habana, v.33, nº1, jan./ mar. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0864-3466200700010001> , acesso em 21/07/2008.
- GENTILI, P., FRIGOTTO G. (org.), 2002, *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*, 3ª ed., São Paulo, Cortez.
- GIDDENS, A., 1991, *As Conseqüências da Modernidade*. 2ª reimpressão, São Paulo, Unesp.
- GOLINI, A., 2000, *Características y perspectivas del envejecimiento de la población em um país com una transición demográfica avanzada: el caso de Itália*. In: CEPAL, 2000, *Encuentro Latinoamericano y Caribeño sobre las personas de edad – Seminário Técnico*. Série Seminários y Conferencias, nº. 2, agosto de 2000, Santiago de Chile, pp 103-122. Disponível em: <www.eclac.org>, arquivo consultado em 02/10/2007.

- GONDAR, J., BARRENECHA, M.A. (org.), 2003, *Memória e Espaço: trilhas do contemporâneo*, Rio de Janeiro, 7 Letras.
- GORZ, A., 1982, *Adeus ao proletariado*, Rio de Janeiro, Forense.
- _____, 1997, *Crítica da divisão do trabalho*, 4ª ed., São Paulo, Martins Fontes.
- _____, 2003a, *L'Immateriel, connaissance, valeur et capital*, 1ª ed., Paris, Galilée.
- _____, 2003b, *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*, São Paulo, Annablume.
- _____, 2004, *Miséria do presente, riqueza do possível*, São Paulo, Annablume.
- _____, 2008, *Carta a D. – Histoire d'un amour*, São Paulo, Annablume.
- GUARDINI, R., 2003, *A aceitação de si mesmo/ As idades da vida*, 2ª ed. revisada, São Paulo, Palas Athenas.
- HABERMAS, 2000, *O Discurso Filosófico da Modernidade*. 1ª ed., São Paulo, Martins Fontes.
- HARDMAN, F., LEONARDI, V., 1991, *História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*. 2ª ed., São Paulo, Ática.
- HARDT, M., NEGRI, A., 2001, *Império*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Record.
- _____, 2004, *O trabalho de Dionísio: para a crítica ao Estado pós-moderno*. Juiz de Fora, MG, Ed. UFJF.
- HARVEY, D., 2000, *Condição pós-moderna*, 9ª ed., São Paulo, Loyola.
- HOBSBAWM, E. J., RANGER E.J., 1997, *A invenção das tradições*, 2º ed., São Paulo, Paz e Terra.
- HOBSBAWM, E. J., 2000a, *Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado*, 2ª ed., São Paulo, Paz e Terra.
- _____, 2000b, *Mundos do Trabalho*, 3ª ed., São Paulo, Paz e Terra.
- HOLANDA, S. B., 1995, *Raízes do Brasil*, 26ª ed., São Paulo, Companhia das Letras.
- HUYSSSEN, A., 1984, *Mapeando o Pós-moderno*. In: HOLLANDA, H.B., org., 1991, *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro, Rocco, pp. 15 – 80.
- _____, 1996, *Memórias do Modernismo*. Rio de Janeiro, UFRJ.

- _____, 2000, *Seduzidos pela Memória: Arquitetura, Monumentos, Mídia*. 1ª ed., Rio de Janeiro, Aeroplano.
- ILLICH, I., 1976, *A Convivencialidade*. Lisboa, ed. Francisco Lyon de Castro.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2002, *Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil – 2000*. Rio de Janeiro, Disponível em: <www.ibge.gov.br>, arquivo consultado em 08/08/2008.
- INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA – IPEA, 2006, *Brasil: o estado de uma nação – Mercado de trabalho, emprego e informalidade*, ed. 2006. Rio de Janeiro, Disponível em:<www.ipea.gov.br>, arquivo consultado em 08/08/2008.
- JAMESON, F., 1996, *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*, São Paulo, Ática.
- JEUDY, H.P., 1990, *Memórias do Social*. 1ª ed., Rio de Janeiro, Forense Universitário.
- JONAS, H., 2006, *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro, Contraponto/ Ed. PUC – Rio.
- KOWARICK, L., 1994, *Trabalho e vadiagem – a origem do trabalho livre no Brasil*. 2ª ed., São Paulo, Paz e Terra.
- KÜHL, B., M., s.d., *Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação*, Disponível em:< <https://portal.iphan.gov.br>>, arquivo consultado em 10/07/2008.
- KUNCZIK, M., 2002, *Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul – Manual de Comunicação*, 2ª ed., São Paulo, EDUSP.
- LANCMAN, S., SZNELWAR, L.I. (org.), 2004, *Chistophe Dejours: da psicopatia à psicodinâmica do trabalho*, 1ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz.
- LASTRES, H., et al., 2000, *Proposição de Políticas para a Promoção de Sistemas Produtivos Locais de Micros, Pequenas e Médias Empresas Brasileiras*, Disponível em:<www.ie.ufrj.br/rede>, arquivo consultado em 11/07/2007.
- LAZZARATO, M., NEGRI, A., 2001, *Trabalho imaterial – formas de vida e produção de subjetividade*, Rio de Janeiro, DP&A
- LEMOES, M.T.T.B., MORAES, N.A. (org.), 2000, *Memória, Identidade e Representação*, Rio de Janeiro, 7 Letras.
- LESSA, S., 2002, *Mundo dos homens – trabalho e ser social*. 1ª ed., São Paulo, Boitempo.
- LOPES, A.H., SERRA O., MAUREAU X., 1990, *Patrimônio Naval do Brasil*, Brasília, Fundação Nacional Pró-Memória.

- LOVISOLO, H., 1989, *A memória e a formação dos homens*, Estudos Históricos, vol.2, n.3, 1989, Rio de Janeiro, CPDOC/ FGV, pp. 16-28, Disponível em:<www.cpdoc.fgv.br>, arquivo consultado em 15/08/2008.
- LUCA, T.R., 2000, *Indústria e trabalho na história do Brasil*, Contexto.
- LUKÁCS, G., 2004, *Ontologia del ser social: el trabajo*. 1ª ed., Buenos Aires, Herramienta.
- MAIROT, P., *Musées des Techniques et Cultures Courtoises*, In: Musées e Collections Publiques de France, ano 1, nº 202, Paris, A.G.C.C.P.F., pp. 24-30
- MARAZZI, C., 2003, *El sitio de los calcetines: El giro lingüístico de la economía y sus efectos sobre la política*, Madrid, Ediciones Akal.
- MARX, K., 1983, *O Capital: crítica da economia política*. v.1, São Paulo, Abril Cultural.
- _____, 1993, *Grundrisse: Foundation of the critique of political economy*, Londres, Penguin Classics.
- _____, 1998, *O Capital: o processo de produção do capital*, Livro 1, v.1, 16ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____, 2003, *Contribuição à crítica da economia política*, 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes.
- _____, 2004, *Manuscritos econômicos-filosóficos*, 1ª ed., São Paulo, Boitempo.
- MASI, D., 2003, *O Futuro do Trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*, 7ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio.
- MATTA, R., 1981, *Relativizando: uma introdução à antropologia social*, Petrópolis, Vozes.
- MATE, R., 1997, *Memória de Occidente: Actualidad de pensadores judiós olvidados*, 1º ed., Rubí (Barcelona), Anthropos Editorial.
- MÉDA, D., 1999, *O trabalho. Um valor em vias de extinção*. Lisboa, Fim de Século.
- MEIHY, J.C.S.B., 2005, *Manual de história oral*, 5º ed., São Paulo, Loyola.
- MINISTÉRIO DA CULTURA, 1995, *A Invenção do Patrimônio: Continuidade e Ruptura na Constituição de uma Política Oficial de Preservação no Brasil*, Rio de Janeiro, IPHAN.
- MUMFORD, L., 2004, *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*, 4ª ed., São Paulo, Martins Fontes.

- NACIONES UNIDAS – CONSEJO ECONÓMICO Y SOCIAL, 2007, *Estudo econômico y social mundial 2007: el desarrollo en um mundo que envejece*, Genebra, Disponível em:<www.un.org>, arquivo consultado em 15/08/2008.
- OFFE, C., 1992, *La sociedad del trabajo. Problemas estructurales y perspectivas de futuro*. Madrid, Alianza Editorial.
- OLIVEIRA, D.A., 2004, *A reestruturação do trabalho docente:precarização e flexibilização*. Educ. Soc., Campinas, v.25, n.89, Dec. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-733020040004000003&nrm=iso>, acesso em 21/11/2008.
- ORTIZ, R., 1996, *Mundialização e Cultura*. 1ª ed., 2ª reimpressão, São Paulo, Brasiliense.
- PALÁCIOS, A.R.J., 2005, *Velhice, palavra quase proibida; terceira idade, expressão quase hegemônica: apontamentos sobre o conceito de mudança discursiva na publicidade contemporânea*. In: DUARTE, I., LEIRIA, I. (org.), *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística (APL)*, Lisboa, APL, pp. 173-182, Disponível em:<www.apl.org.pt/xx-encontro-da-associacao-portuguesa-de-linguistica.html>, arquivo consultado em 23/12/2008.
- PAZ, S.F., 2002, *Trabalho na velhice: uma relação possível? IN: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2002, Diversidade: avanço conceitual para a educação profissional e o trabalho – Ensaios e Reflexões*, Brasília, OIT, pp. 83 – 96, Disponível em:<www.oit.org>, arquivo consultado em 15/08/2007.
- PEIXOTO, C., 2007, *Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velhos, velhote, idoso, terceira idade...*, In: BARROS, M. M. L. (org.), 2007, *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*, 4ª ed., Rio de Janeiro, FGV, pp. 69-84.
- PINHEIRO, M.J.A., 2004, *Museus, Memória e Esquecimento: um projeto da modernidade*, Coleção Engenho & Arte, v. 7, 1ª ed., Rio de Janeiro, COPPE/ E-papers.
- _____, 2006, *Entretenimento: alienação ou resistência cultural*. In: KAMEL, J.A. (org.), 2006, *Engenharia do entretenimento: meu vício, minha virtude*, Rio de Janeiro, E-papers, pp. 196 - 204.
- PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2004, *Relatório do desenvolvimento humano 2004: Liberdade num mundo diversificado*, Lisboa, Mensagem, Disponível em:<<http://hdr.undp.org>>, arquivo consultado em 11/12/2008.
- POLANYI, K., 2002, *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Campus.
- POPOLO, F., 2001, *Características sociodemográficas y socioeconómicas de las personas de edad em América Latina*. Série Población y Desarrollo, Santiago de

Chile, FNUAP/ CEPAL, Disponível em: <www.eclac.org>, arquivo consultado em 01/10/2007.

PRADO, E. F. S., 2003, *Pós-grande indústria: trabalho imaterial e fetichismo*. In: *Crítica Marxista*, nº 17. 1ª ed., nov. 2003, Campinas, Revan, pp. 109-130.

_____, s.d., *Habermas contra Marx: crítica e crítica da crítica*. Disponível em: <www.econ.fea.usp.br/eleuterio/>, arquivo consultado em 14/06/2004.

_____, s.d., *Pós-grande indústria e neoliberalismo*. Disponível em: <www.econ.fea.usp.br/eleuterio/>, arquivo consultado em 14/06/2004.

_____, s.d., *Economia política do imaterial*. Disponível em: <www.econ.fea.usp.br/eleuterio/>, arquivo consultado em 14/06/2004.

PRADO, S.D., SAYD, J.D., 2004, *A pesquisa sobre o envelhecimento humano no Brasil: pesquisadores, temas e tendências*. Ciênc. saúde coletiva. Rio de Janeiro, v.9, n.3, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-8123004000300027&Ing=en&nrm=iso>. Acesso em 10/08/ 2008.

_____, 2007, *O ser que envelhece: técnica, ciência e saber*. Ciênc. saúde coletiva. Rio de Janeiro, v.12, n.1, 2007, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000100028&Ing=en&nrm=iso>. Acesso em: 10/08/ 2008.

RAMALHO, J. R., SANTANA, M. A. (org.), 2001, *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro, DP & A.

REICHEN, B., 1994, *Conservation, "museification et développement*. In: *Musées e Collections Publiques de France*, ano 1, nº 202, Paris, A.G.C.C.P.F., pp. 11-17.

RICCEUR, P., 2008, *Vivo hasta la muerte: seguido de fragmentos*. 1ª ed., Buenos Aires, Fondo de Cultura Econômica.

RIFIOTIS, T., 2007, *O ciclo vital completado: a dinâmica dos sistemas etários em sociedades negro-africanas*, In: BARROS, M. M. L. (org.), 2007, *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*, 4ª ed., Rio de Janeiro, FGV, pp. 85-110.

ROCKER, R., 1998, *Nationalism and Culture*. Montreal, Black Rose Books.

ROSDOLSKY, R., 2001, *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*, 1ª ed., Rio de Janeiro, EDUERJ/ Contraponto.

ROSENZWEIG, F., 1997, *La estrella de la redención*. Salamanca, Ediciones Síguene.

ROUANET, S.P., 1987, *As Razões do Iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras.

- SANTOS, B. S. (org.), 2002, *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Coleção Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, vol. 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SANTOS, B. S., RODRIGUEZ C., 2002, *Introdução: para ampliar o cânone da produção*, In: SANTOS, B. S. (org.), 2002, *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Coleção Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, vol. 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 23 – 77.
- SANTOS, M., 2002, *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Edusp.
- SANTOS, M.S., 2003, *Memória coletiva & teoria social*. São Paulo, Annablume.
- SAID, E.W., 1990, *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHIRRMACHER, F., 2005, *A revolução dos idosos: o que muda no mundo com o aumento da população mais velha*. Rio de Janeiro, Elsevier.
- SCLIAR, M., 2007, *Opinião Expulsória*, In: *Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais*, nº 9, jun 2007, Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social, COPPE/ UFRJ, Rio de Janeiro, pp. 27 – 28. Disponível em: <<http://www.ltds.ufrj.br/gis/anteriores.htm>>. Acesso em 05/01/ 2009.
- SENNETT, R., 2006, *A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 11ª ed., Rio de Janeiro, Record.
- SILVA, G., COCCO, G. (org.), 1999, *Cidades e portos: os espaços da globalização*. Rio de Janeiro, DP & A.
- SILVA, J.P., 2002, *André Gorz: trabalho e política*, São Paulo, Annablume/ Fapesp.
- SILVA, L., M., s.d., *Patrimônio industrial: passado e presente*. Disponível em: <<https://portal.iphan.gov.br>>. Arquivo consultado em 08/08/2008.
- SILVA, S. R. F., 2007, *Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento*. In: *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, 2007, v.15, nº 1, jan - mar, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, pp. 155 – 168.
- SILVER, B. J., 2005, *Forças do trabalho: movimentos trabalhistas e globalização desde 1870*, São Paulo, Boitempo.
- SINAVAL, 2007, *Indústria naval no Brasil: um novo horizonte*, setembro de 2007, Disponível em: <www.sinaval.org.br>. Arquivo consultado em 11/08/2008.
- SINGER, P., 2002, *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*, In: SANTOS, B. de S. (org.), 2002, *Produzir para viver: os caminhos da produção*

não capitalista. Coleção Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, vol. 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 81 – 129.

SIQUEIRA, R. L., BOTELHO, M. I. V., COELHO, F. M. G., 2002, *A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais*. Ciênc. saúde coletiva. Rio de Janeiro, v.7, n.4, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232002000400021&Ing=en&nrm=iso> . Acesso em: 10/08/ 2008.

SOARES, F.P., 2007, *Diálogos com o envelhecimento e a morte*. In: *Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais*, nº 9, jun 2007, Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social, COPPE/ UFRJ, Rio de Janeiro, pp. 12 – 19. Disponível em: <<http://www.ltids.ufrj.br/gis/anteriores.htm>>. Acesso em 05/01/ 2009.

STUCCHI, D., 2007, *O curso da vida no contexto da lógica empresarial: juventude, maturidade, e produtividade na definição da pré-aposentadoria*, In: BARROS, M. M. L. (org.), 2007, *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*, 4ª ed., Rio de Janeiro, FGV, pp. 35-46.

THIESEN, B.,V., s.d., *Arqueologia industrial ou arqueologia da industrialização? Mais que uma questão de abrangência*. Disponível em:<<https://portal.iphan.gov.br>> Arquivo consultado em 08/08/2008

TOURAINÉ, A., 1995, *Crítica da modernidade*, 3ª ed., Petrópolis, Vozes.

UNITED NATIONS POPULATIONS FUND – UNFPA, 2002, *Population ageing and development: social health and gender issues*. Population and Development Strategies Series, nº 3, Disponível em:<www.un.org>. Arquivo consultado em 08/08/2008.

VAILLANT, E., 1994, *Le Musée dans l'Usine*. In: *Musées e Collections Publiques de France*, ano 1, nº 202, Paris, A.G.C.C.P.F., pp. 8 – 10.

VAZ, H.C.L., 1997, *Escritos de Filosofia III: Filosofia e Cultura*. São Paulo, Loyola.

_____, 2002, *Escritos de Filosofia VII: Raízes da Modernidade*. São Paulo, Loyola.

VEYRON, T., 1994, *Une usine-musée le puits couriot: Musée de la Mine Saint-Étienne*. In: *Musées e Collections Publiques de France*, ano 1, nº 202, Paris, A.G.C.C.P.F., pp. 31-35.

VOGEL, H. L., 2001, *Entertainment Industry Economics. A guide for financial analysis*, 5ª ed., Cambridge, Cambridge University.

WEBER, M., 1967, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Livraria Pioneira.

_____, 1997, *Sociologia de la Religión*. Madri, Istmo.

_____, 2000, *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. vol.1, 4ª ed., Brasília, Universidade de Brasília.

WEIL, S., 2001, *O Enraizamento*. Bauru, SP, EDUSC.

WAGNER, E. S., 2002, *Hannah Arendt & Karl Marx. O mundo do trabalho*. 2ª ed., São Paulo, Ateliê Editorial.

YÚDICE, G., 2004, *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*, Belo Horizonte, Ed. UFMG.

ZAOUAL, H., 2006, *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*, Rio de Janeiro, DP&A/ COPPE/ UFRJ.

ANEXO I - ENTREVISTAS DA ÁREA FERROVIÁRIA

I. 1 – ENTREVISTADO: GUILHERME JOSÉ BINELLI

I.1.1 - 1ª Entrevista

Data: 11 / 12 / 2008

Local: Escritório situado na Av. Rio Branco, nº 45 sala 605.

Rio de Janeiro, RJ

GB – Então... Por onde é que a gente começa exatamente? O que é que você sugere? Você mencionou alguma coisa de... como que eu escolhi a minha profissão... Eu acho que poderíamos começar um pouco...

MP – (*falando ao mesmo tempo*) a primeira pergunta (*falam ao mesmo tempo*), seria sobre... O primeiro tema são as relações com espaço e lugar, mas a gente pode começar por... onde você nasceu, por quanto tempo você viveu na sua cidade de origem, qual a sua profissão... como você veio a se interessar por essa sua profissão, qual a sua formação, um pouco da trajetória da sua vida profissional

GB – Ta. Eu sou carioca de nascimento, não é, e eu nasci em 1940, vou fazer 68 anos agora, agora em dezembro, aliás é no domingo próximo, não é? Vivi a... vamos dizer assim, a maior parte da minha vida aqui no Rio, pelo menos domiciliado no Rio, né, e algum tempo nos Estados Unidos, onde eu fiz o meu curso de pós-graduação... Vivi em São Paulo, em Santos, durante alguns anos também, trabalhando... E, vamos dizer assim, embora eu tenha dito “domiciliado”, porque... embora a minha casa fosse aqui no Rio, eu sempre viajei muito, né? Estava revendo algumas agendas minhas de uns anos atrás, bastante anos atrás, e eu anotava os dias que eu tinha viajado porque ia viajar, quando voltava... E muitos anos eu passava cento e setenta, cento e oitenta dias fora de casa, quer dizer, passava mais tempo fora de casa, viajando, do que realmente na minha casa. Eu sempre... quer dizer, a minha vida sempre foi uma vida profissional, mas sempre assim, muito... Pra mim, viajar é parte integrante da... vamos dizer, da minha atividade, né? Mesmo hoje, que eu trabalho por conta própria, eu estou sempre viajando. Numa hora eu estou aqui no Rio, em outro momento estou em Florianópolis, em outros momentos estou em Natal, Rio Grande do Norte, em Manaus, enfim, onde for necessário. Em 1960 eu fiz vestibular para a Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, que antecedeu, vamos dizer, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, né? E eu fiz vestibular para Engenharia... Eu sempre tive uma facilidade muito

grande para Matemática, gostava muito de Matemática, sempre me... vamos dizer... e naturalmente, quer dizer, naturalmente eu fui me encaminhando para fazer o Curso de Engenharia. Claro que, vamos dizer, por trás disso, tinha toda a orientação dos meus pais, especialmente do meu pai. Meu pai era brasileiro de nascimento, mas a criação dele toda foi na Itália, é, porque ele era filho de italianos, não é? Então ele, muito pequeno, criança ainda, ele voltou para a Itália e já como... Depois da I Guerra Mundial – ele é de 1900 – em 1921/22 ele voltou para o Brasil. Já era um rapaz, já tinha servido ao Exército Italiano, aí serviu aqui no Brasil novamente, mas sempre aquela... aquela diretriz, né, aquele princípio de... do imigrante, né, que a gente vinha pra cá, que eles tinham vindo pra cá pra dar certo. Então isso era passado pra gente: nós tínhamos que dar certo, né? E aí eu fui criado assim, dentro de parâmetros assim, muito restritos, uma educação assim muito... muito rígida, né? Nós não éramos uma família rica, né, mas duas ou três coisas não faltavam nunca na minha casa: nunca faltava comida, nunca faltava livro e nunca faltou educação. Nós sempre tivemos a melhor educação, nos melhores colégios que existiam na época e que meu pai podia pagar. Bom, e ele gostava muito de eletricidade, talvez pelo fato de Ferni, né, que era um... tinha sido um cientista italiano que descobriu o rádio, as possibilidades de transmissão... Quer dizer, talvez isso tenha influenciado ele, não sei, e ele... a gente sempre conversava sobre a eletricidade. Aí, naturalmente, fui fazer Engenharia, e optei por fazer o curso de Engenharia Elétrica, e fiz. Aí me formei em 1964, e aí me habilitei a uma bolsa nos Estados Unidos. Aí tive... a felicidade de ser um dos escolhidos. Foram dois indivíduos escolhidos: eu e um outro colega, né, mais velho do que eu, o Pietro, né, Pietro que também era italiano. Aí eu fui para os Estados Unidos e fiz um curso de... recebi a... tinha uma bolsa da Fulbright, Comissão Fulbright, que era um... vamos dizer assim, era um... foi um... vamos dizer assim, era um... foi importante, era uma bolsa muito renomada, era um negócio importante. Aí fiquei nos Estados Unidos durante quase uns três anos, quase quatro anos, já fui casado naquela época. Aí fiz meu curso, o mestrado, e comecei a trabalhar um pouco no doutorado. Em 1969/70... 69, voltamos para o Brasil, eu e minha mulher voltamos para o Brasil. Ela tava grávida do meu primeiro filho, né, então eu vim pra cá e comecei a trabalhar. Eu procurei emprego, etc., um pouco assim esperando, vamos dizer... Eu já tinha o grau de mestre, Mestre em Ciências de Engenharia Elétrica, Master of Science in Electric Engineering, né, tinha o mestrado e esperava com isso, vamos dizer assim, ter uma vantagem, vamos dizer, do ponto-de-vista econômico, de salário, pelo menos ganhar tanto quanto tinham me oferecido, nos Estados Unidos, como salário

inicial, e tive sorte. Eu fui trabalhar numa empresa de engenharia, na época, que tinha ganho um contrato para gerenciar para a Light a conversão do sistema de 50 para 60 ciclos, quer dizer, de 50 para 60 Hertz. Trabalhei muito nesse programa, trabalhei durante dois anos e tudo. E depois, quando começaram ocorrer as conversões – eu trabalhava com colegas meus, né, contemporâneos meus de escola e colegas mesmo meus, de turma – nós resolvemos constituir uma empresa para executar as conversões. As conversões implicavam em uma série de modificações eletromecânicas nos equipamentos. Na mecânica você tinha que mudar o tamanho de polia, e nas elétricas você tinha às vezes que modificar a tensão, fazer ajustes de tensão, enfim, tinha uma série de modificações. Então nós resolvemos montar uma empresa voltada essencialmente para esse... para as conversões de... para as ajustagens eletromecânicas que a conversão de frequência de 50/60 ciclos exigiria. Isso não se mostrou assim um campo muito aberto, né, e aí, naturalmente, nós partimos... começamos a fazer pequenas montagens eletromecânicas. Começamos a fabricar painéis elétricos – eu era responsável pela fabricação de painéis elétricos. Nós tínhamos uma fabricazinha que era o depósito e uma fábrica, e começamos a vender painéis desenvolvidos especificamente para cada cliente, e também a fazer montagens elétricas. Fomos trabalhando nisso, né, e em 1970... acho que foi 70/71, antes do milagre, vamos dizer, ter ocorrido – acho que o auge do milagre acho que foi em 73/74, por aí, um pouquinho antes, nós tínhamos vindo de um período de depressão, um período de crescimento muito pequeno, já tínhamos alguma inflação e tal – e aí a nossa empresazinha estava passando dificuldades. Nós éramos cinco sócios, e eu era... éramos eu e um outro que éramos casados, e eu tinha um... já tinha nascido meu primeiro filho, nasceu meu segundo filho, enfim, e eu estava tendo dificuldades, dificuldades materiais, eu não tinha dinheiro para pagar as coisas. E aí, não sei se por conta dessas dificuldades, ou dessas dificuldades e outras razões, eu acabei me divorciando, me separando da minha primeira mulher, que tinha estado comigo nos Estados Unidos, então eu fui morar em Santos. Aí arranjei um emprego, saí da Engequip, que era nossa empresa – isso assim, de comum acordo com todo mundo – saí da Engequip, e fui trabalhar na SERTEP. Aí fui trabalhar na SERTEP, fui trabalhar lá em Cubatão. A SERTEP tinha ganho uma obra, por administração, muito grande, e fui trabalhar como engenheiro de campo, né, engenheiro elétrico de campo. E isso aí, essa atividade eu me adaptei muito bem a ela por conta da... do meu temperamento, da minha personalidade, né, da minha formação. Eu gostava de comandar um grupo grande de pessoas e tudo, né, e organizei uma equipe que era uma

SWAT em termos elétricos, lá na Refinaria, em 1971/72, né? Eu era... sempre fui muito exigente em termos de qualidade, de desempenho das pessoas, né, nunca perdoava o mínimo deslize, sempre fui assim, muito... extremamente exigente, e nunca... tentava ser o mais justo possível, quer dizer, eu tratava da mesma maneira todo mundo, sem privilegiar ninguém por essa ou aquela razão. Então isso foi uma coisa que me conduziu naturalmente a ir assumindo funções cada vez maiores dentro daquela comunidade. Primeiro era engenheiro de campo, depois comecei a ser coordenador do Serviço de Engenharia Elétrica, depois fui chefe da obra, aí eu tinha... comandava lá os 1600 homens, né, que foi uma das maiores obras que a SERTEP fez. Embora fosse uma obra por administração, né, era um negócio complicado: era pessoal civil, elétrico, mecânico. Então isso não tinha nada... isso tinha muito pouca tecnologia, tinha muito pouco a ver com o conhecimento técnico que eu tinha adquirido nos Estados Unidos, e eu preenchia bem as funções por conta do meu temperamento. Eu gostava de comandar um grupo grande de gente, de organizar, de... entende? Focava-se muito a produtividade e a motivação do pessoal, a liderança, eram coisas que... eram livros que eu estava lendo sempre naquela época, não tinha nada a ver com Engenharia Elétrica, e eu lia muito essas coisas. E isso aí meio que pautou a minha trajetória dentro da SERTEP. Tive na SERTEP desde 1972, por aí, até 1995, né? Sempre fui muito descompromissado. Sou muito pouco diplomata no tratamento com o pessoal de cima, eu nunca... Eu sempre acreditei muito... sei lá, qualquer que fosse a razão, por convencimento, por ser pretensioso, qualquer coisa, eu sempre acreditei muito no meu taco, entende? Eu nunca pedi muita... nunca fui muito de beijar a mão de ninguém. Isso, ao contrário do que poderia parecer, vamos dizer, numa outra estrutura, na verdade isso foi cada vez me fortalecendo mais dentro do grupo e eu fui tendo responsabilidades maiores. Eu era realmente uma pessoa que a direção acreditava, embora eu não quisesse ser sócio. Eles me ofereceram sociedade na SERTEP, eu não quis, eu disse: “Olha, se eu quisesse...”

MP – A SERTEP faliu?

GB – Não ela esteve em concordata, e agora ela tá aí, se fingindo de morta, né? Mas, na época, eles me ofereceram, inclusive, participação na sociedade, e eu fui tão pouco hábil, que eu disse pra eles que eu preferia comprar ações da Petrobrás e do Banco do Brasil do que gastar meu dinheiro comprando ações da SERTEP. Isso foi um chute no saco dos caras, né, e eles nunca perdoaram isso, a vida inteira sempre me repetiram isso e... Aí eu comprei as ações da Petrobrás e do Banco do Brasil, nunca dei bola pra nada. E mesmo assim eu fui ascendendo a outras posições até que, mais ou menos em

1974/75, eu saí da SERTEP e fui trabalhar na Eletrosul, novamente numa área... numa área de gerenciamento mais de recursos. Era o coordenador de projetos hidroelétricos. A Eletrosul tinha três projetos elétricos, tinha um acabando, um no meio e um começando. E eu gerenciava e fazia a coordenação dos esforços de projeto de compras e de obras. Quer dizer, eu fazia o meio-de-campo, fazia com que o projeto atendesse às necessidades de obra que... o suprimento atendesse às necessidades de obra, entendeu, para que a obra... Eu tinha uma vivência boa de obra, quer dizer, eu compreendia bem o que podia atrasar ou segurar uma obra, e eu atuava em cima disso e, felizmente, fui muito bem sucedido também nessa atividade, mas era uma atividade assim, muito mais administrativa, muito mais gerencial do que técnica. Aí eu voltei pra SERTEP. A SERTEP ganhou a concorrência para a execução do sistema elétrico do Metrô, né? Aí eles me convidaram pra voltar, me cercaram, tal, me paparicaram, até que eu voltei novamente pra tocar essa obra. Era uma obra muito grande. A obra do Metrô era uma obra em que eu tinha trabalhando sob minha responsabilidade 31 engenheiros.

MP – Foi em que época, mais ou menos?

GB – Isso foi de 1976 a 1982.

MP - Era o início da implantação do Metrô.

GB – Foi, nós ganhamos a concorrência, uma concorrência pública, nós ganhamos, e eu fiz absolutamente tudo naquela obra, quer dizer, eu só não fiz o orçamento da obra. Eu discuti, eu negocieei todo o contrato junto com o Metrô... naturalmente que com outros diretores da empresa, mas eu conduzi todas as negociações com o pessoal do Metrô, né, depois conduzi a obra, tá certo? E não tocava só essa obra, quer dizer, essa obra era muito grande, uma obra que demandava muita atenção, mas eu tinha outras responsabilidades aqui, tinha outras obras: tinha obras na Reduc, na (?), tinha outras obras aqui na região. E toquei essas obras durante... e toquei isso com muito empenho. Era uma obra em que tinha muito dinheiro envolvido, né...

MP – Era inovadora, né?

GB – Era, tinha uma série de tecnologias inovadoras e tudo. E eu, sempre com a minha arrogância, que eu sempre rejeitava a chave de diploma lá, de conhecimento que os franceses vinham jogar na gente, tal, entendo? O cara dizia um montão de besteiras, eu dizia pra ele que ele estava falando um montão de besteira e dizia porque ele estava falando um montão de besteira. Enfim, eu não usava... não usei os meus conhecimentos técnicos, na época, como um engenheiro de projeto ou concebendo coisa nenhuma, eu usava de uma maneira mais difusa, tá certo, mais dentro de uma orientação geral para

fazer com que as coisas dessem certo. E aí, inclusive, eles vinham com umas tecnologias de emenda de cobre em aço: eles queriam fazer uma solda que era caríssima. Aí eu fui para o Coppe, desenvolvi um outro procedimento em que a gente soldava as barras de cobre, né, no terceiro trilho de aço, a gente... O Coppe desenvolveu todo o procedimento que gente fazia. Nós fizemos isso, (??), deu um resultado que custava 1/10 do preço da... ou menos de 1/10, custava uma merreca aquilo. Foi uma das coisas assim, que deu muito certo no Metrô e o Metrô usa até hoje isso, né? O terceiro trilho, quer dizer, os pontos em que você supre de energia a linha têm uma barra de cobre que é soldada no aço, né, tem todo um procedimento para fazer isso. Bom, eu sei que a SERTEP ganhou muito dinheiro com esse negócio, né, e pra mim foi uma obra assim, extremamente satisfatória, quer dizer, me deu muita satisfação profissional. Eu trabalhei... por conta do trabalho eu tive que morar na França durante alguns meses, eu trabalhei na Alemanha, morei na Suíça, trabalhei numa porção de lugares de onde vinham os fornecimentos, quer dizer, planejando os fornecimentos, equacionando, não só do ponto-de-vista técnico como do ponto-de-vista de entrega, para atender as necessidades do Metrô, né? Então foi assim, pra mim, pessoalmente, uma experiência excepcional. Aí, em mil novecentos e oitenta e poucos, 78, por aí, 78/80, começaram... o governo começou a não ter mais dinheiro pra tocar a obra, né? E eu comecei cada vez mais a fazer mais coisas, a cuidar de outras obras, em outros estados. Aí, quando foi em mil e novecentos e sei lá quando, oitenta e poucos, sei lá, oitenta, por aí, eu recebi um convite da Promon para gerenciar a construção do linhão, aquela linha de corrente contínua, né, que vem de Itaipu pra cá. Aí eu fui pra SERTEP, falei que estava muito interessado em fazer isso, né? E eles me contrapropuseram, na época, que eu... me propuseram, na verdade, que eu ficasse como diretor de operações, diretor adjunto de operações. Isso foi uma promoção que veio sob a forma de mais salário, mas também sob a forma de mais responsabilidade, né? E aí eu fiquei responsável pela operação da SERTEP... pela Operação Sul da SERTEP, do Rio de Janeiro pra baixo, até o Rio Grande do Sul, né, e um outro colega, o Sérgio, que ficava responsável pelo Rio de Janeiro, algumas partes, até o Norte do País. Mas... Essa foi uma situação que prevaleceu durante alguns anos, né? Em um determinado momento a SERTEP tinha 13 mil homens trabalhando, na época. Nós tínhamos uma folha de pagamento de um milhão de dólares por semana, na época, e eu gerenciava um conjunto de obras que empregava 8 mil homens desses 13 mil homens. Então, era, realmente, uma atividade frenética, né, muita... Aí, mais ou menos nessa época, eu não me lembro bem quando as

coisas ocorreram em tempo, relativamente, né, a SERTEP ganhou duas coisas importantes: ganhou a participação na obra de Itaipu e um pedaço da Bacia de Campos, os sistemas antecipados, ela ganhou uma concorrência muito grande e tal, mas eu não participava disso, eu estava olhando o Metrô, estava olhando o outro conjunto de obras. Eu queria ir pra Itaipu, mas o Lago não permitiu que eu fosse pra Itaipu porque a direção técnica da construção de Itaipu, da parte de montagem eletromecânica, era da SERTEP, era um cargo da SERTEP, e eu era a pessoa pra fazer isso, né, mas eles não deixaram de forma nenhuma que eu fosse pra lá pra tocar, fazer a montagem eletromecânica. Aí continuei trabalhando, né, e meio como compensação por isso tudo e tal, se comprou a... nós compramos a CBEI, né, que era uma empresa ferroviária, aí eles me deram a CBEI para... que passou a se chamar COEFE, para que eu cuidasse da COEFE. Aí compraram a CBEI e, de repente, nós nos tornamos responsáveis por 800 homens da CBEI – quando veio, veio com 800 homens – e eu fui lá, tocar a COEFE com a minha secretária, a Maria Augusta. Não sei se você lembra da Maria Augusta, uma portuguesinha, né, que já vinha trabalhando comigo há alguns anos, desde algum tempo antes. Éramos nós dois e dentro de um ambiente que não era um ambiente muito... muito afável, não, era bastante hostil, porque eles eram uma empresa e, de repente, aparece um cara de fora, né, que não quer saber se o cara tem cabelo branco, se não tem, né? E eles tinham muitos maus hábitos, né, que a gente não tinha na SERTEP, né, tipo, o cara ia viajar e aí trazia uma conta enorme da boate, com uísque, uma porção de coisas... tinha muito dessas coisas, né? Batiam na minha mesa pra aprovar e aí aquilo ficava lá, ficava lá, ficava lá. Aí, um dia, o cara vinha reclamar, né? “Tem uma prestação minha de contas aí, você não liberou ainda.” Eu disse: “É, nem vou liberar nunca, pô, tá certo? Não estou pagando você pra você ir à boate, tomar uísque, nem coisa nenhuma. Você foi lá pra.. Você pernoitou, foi pra o... Se você quer ir pra boate, quer sair com as mulheres, tudo bem. Não sou contra, não, mas não é da conta da empresa, né?” Então isso não... isso novamente era uma mudança de filosofia, né? O pessoal da CBEI não sabia fazer... não estimava obra, entende? Eles: “Ah, a obra vale tanto.” Eu disse: “Não, isso aí... (?) não diz nada. Eu quero um orçamento... um demonstrativo que parta da quantidade de homens-hora que são necessários para executar quantas tarefas, que cada tarefa é o custo da mão-de-obra, essa coisa toda.” Então eu e o Mílvio, no início, a gente se debatia muito com isso, porque ele tinha uma experiência de dizer: “Ah, essa obra vale tanto.” “Pra mim isso não... Eu não posso, eu não assino um contrato em que você me diga que a obra vale tanto, tem que demonstrar

pra mim que a obra vale tanto, eu tenho que estar convencido.” Aí eles faziam os orçamentos e vinham discutir. A gente levava horas discutindo até que eu ficasse convencido, né, e aí, então, a gente ia e participava das licitações e tocava pra frente, porque eu achava que eles tinham falido porque não tinham esse tipo de coisa, né, esse tipo de filtro, né? E a CBEI...

MP – Acabavam dando prejuízo?

GB – É. E a CBEI, como ela tinha sido do Hélio de Almeida, né, que tinha sido ministro dos Transportes, a CBEI ganhava... recebeu muita obra assim, na boa, sem concorrência, sem nada, obras por administração. E ela faliu exatamente porque as obras por administração acabaram, né, e aí passaram a ser obras por empreitada. Em obra por empreitada você tem que saber quanto vai gastar, e isso a gente sabia na SERTEP, a SERTEP era muito boa nessa parte, embora, de vez em quando, desse uns furos, etc, mas era muito boa nessa parte de estimativa de custo de obra e tal. Então nós fomos crescendo, fomos investindo, até que eu cometi – eu assumo essa responsabilidade dos erros – um dos maiores erros estratégicos na condução de uma empresa, né, que foi o seguinte. Nós sempre... nós esperávamos, vínhamos esperando que o segmento ferroviário tivesse um impulso muito grande, né, em algum momento teria que ter um impulso muito grande. Aí, de repente, surgiram as obras do Banco Mundial. O país fez um acordo com o Banco Mundial, né, e o Banco Mundial liberou, na época, 200 ou 300 milhões de dólares de obras... de recursos para serem investidos na malha ferroviária. Isso aí demandava uma contrapartida do BNDES, mas uma contrapartida pequena. O BNDES compareceu com essa contrapartida. Então, tinha os recursos do Banco Mundial, tinha a contrapartida do BNDES, mas o Governo Federal tinha que entrar com alguma coisa e isso que o Governo tinha que entrar era 3%, mais ou menos 3% do valor das obras. Então foi aí que eu cometi um erro, entende, foi que... mergulhamos de cabeça nesse programa. Nós participamos das licitações e ganhamos um trecho enorme, um trecho que ia de Mafra, na divisa de Santa Catarina com Paraná, até Veranópolis, no Rio Grande do Sul, atravessava inteiro Santa Catarina e entrava... né? E nós nos mobilizamos comprando retroscavadeiras, caminhões, máquinas de fazer... como é que chama... de concreto, né, enfim, e sem jamais ter imaginado que o Governo Federal não conseguiria comparecer com os 3%, que era a parte dele, para que então o BNDES liberasse os 30% para que, então, o Banco Mundial comparecesse com o restante. Enfim, nós mobilizamos uma fortuna e, de repente, nós estávamos assim, endividados até a cabeça, sem obra. Nós trouxemos gente da Bahia, trouxemos gente de

tudo quanto era canto pra tocar a obra e no final foi um programa que abortou, né, não teve... Isso nos deixou numa dificuldade muito grande, assim, a ponto de a gente sentar na mesa com credores e: “Ah, você leva essa retroescavadeira, você fica com esse caminhão, não sei o quê, tal...”, realmente negociando as coisas na bacia das almas, né? Perdemos muito dinheiro e isso acabou com a COEFE, né, basicamente. Nós tínhamos outras obras, e coisa e tal, mas o prejuízo que nós tivemos ali... Aí eu voltei pra SERTEP, né, eles quiseram que eu voltasse para a SERTEP, os sócios quiseram que eu voltasse para a SERTEP, e aí eu comecei a... eu me desliguei da COEFE e comecei a me envolver novamente nos problemas da SERTEP, né? Aí a SERTEP, na época, contratou um... era uma empresa eminentemente familiar porque os três eram cunhados, né, e aí eles contrataram um consultor famoso na época, chamado, se não me engano, João Bosco Lodi, para tentar organizar a empresa, né, para que... eles começaram a se achar para que ela tivesse uma continuidade. E aí o Lodi achou... Ele entrevistou todo mundo, passou na empresa não sei quanto tempo e tal, e, para grande surpresa minha, um dia ele fez uma reunião em que ele apresentou os resultados do trabalho dele e disse que eu deveria ser o vice-presidente executivo do grupo, e disse quais atribuições eu deveria ter. Eu tinha, na época, uma experiência grande, eu tinha administrado a COEFE numa época de muito aperto financeiro, né? Na verdade, eu tinha já administrado a Engequip com aperto financeiro, enfim, sempre trabalhei apertado de dinheiro... Eu tinha muito boa noção de como conduzir essas fases ruins, e a SERTEP também estava atravessando um período financeiro difícil. Mas eu não conseguia me... embora eu... eu não conseguia me entrosar com o Gilson, entende? O Gilson era um... eles eram cheios de... das mutretas, né? Tinham ouro guardado que não estava contabilizado, tinham ouro, barras de ouro guardadas nos cofres lá da empresa, entende, e, enfim, ele não queria que eu soubesse dessas coisas, enfim, ele não me deixava conhecer a intimidade do processo financeiro todo. E uma das atribuições que o Lodi tinha colocado era a de que eu deveria ser o responsável pela gerência financeira porque quem manda numa empresa é o diretor financeiro, né? Se o diretor financeiro e o presidente ficarem brigando, o diretor financeiro sai, tá certo, ou o presidente consegue tirar ele... O que acaba mandando na empresa é o financeiro. Normalmente o presidente acumula as funções financeiras também, né, então... Aí eu vi que a coisa estava muito hermética, né, e não me interessei muito por aquele negócio, e comecei a trabalhar em outros segmentos, em outros negócios que surgiram, né, particularmente as relações internacionais da SERTEP. A SERTEP tinha parceiros: tinha um sócio inglês, tinha

estabelecido uma parceria com a Pratt-Whitney... Pelo fato de eu falar Inglês fluentemente, tudo, essas coisas acabavam sempre chegando na minha mão. E aí eu comecei a administrar essas coisas, tal, até que a SERTEP, em 1995, entrou em concordata, e aí eu não tive mais condições de trabalhar, até porque eles optaram por uma linha assim, meio cínica, entende, na minha opinião, de tratamento dos empregados, quer dizer, os empregados passaram a ser que nem peças de uma engrenagem. E tanto o Mílvio, quanto eu, quanto o Orlando, estávamos muito penalizados com esse negócio. E eu, sempre com minha falta de habilidade, né, eu fui lá conversar com o Gilson sobre a minha saída da empresa e ele começou a me enrolar, me enrolar muito e tal, eu não tive dúvidas: eu entrei com um processo na... trabalhista contra a SERTEP, né, que rola até hoje. Está no finalzinho, mas eu não ganhei, mas podia ter sido resolvido numa boa. Na verdade, se eles tivessem chegado pra nós, naquela época, e tivessem dito: “Olha, nós não temos condições, mas vamos arregaçar as mangas, vamos juntar todo mundo, vamos lá. Não vamos pagar salário mais, tá certo, mas vamos tentar tirar a empresa desse atoleiro que ela está”, tenho certeza de que os diretores da época teriam se juntado para fazer isso. Mas a empresa não estava bem não era à toa, era porque eles tinham tirado da empresa muito mais do que ela podia oferecer, né? Eu sei é que com isso eu me afastei de lá, saí da SERTEP, e aí, aos 55 anos de idade, comecei uma outra atividade completamente diferente, entendeu, mas assim, com...

Final da 1ª entrevista*

* aproximadamente 40 minutos de gravação.

I.1.2 - 2ª Entrevista

19 / 01 / 2009

Local: Escritório situado na Av. Rio Branco, nº 45 sala 605.

Rio de Janeiro, RJ

MP – Bom, Binelli, retomando a gravação.

GB – Bom, acho que na última vez, né, nós começamos a relatar para você o período, mais ou menos, de 90 a 95, né, quando a SERTEP tentou se reestruturar, porque ela era uma empresa eminentemente familiar. Ela tentou se preparar para a aposentadoria dos donos, e eles contrataram então um consultor – se não me engano, eu acho que era... o

nome dele é... eu sei que é João Lodi, não sei se é João Bosco Lodi, não sei se tem Bosco no meio ou não – um consultor de empresas, né, especializado em empresas familiares. Isso foi, mais ou menos, quando eu vim da COEFE e voltei pra SERTEP. Eles contrataram esse consultor, querendo eleger entre os diretores da empresa, eleger entre os diretores, uma porção de gente – eram várias empresas, né? – quem ficaria, quem deveria ser o sucessor deles, né? E aí, pra surpresa minha, o João me procurou, depois de conversar comigo, entrevistar várias pessoas, e me disse que eu era a pessoa que tinha o perfil adequado pra ser o sucessor deles. Isso foi colocado pra eles e isso foi colocado pra mim, né, e aí, com uma certa frustração deles, eu não fiquei assim... vibrantemente entusiasmado com a idéia, não, né? Não fiquei porque o foco principal seria na área financeira, na área contábil, financeira, etc. Eu não fiquei na... porque eu... nunca tivesse feito isso, eu fiz isso intensivamente, cansativamente, na COEFE. Quem administrou financeiramente a COEFE fui eu, todo (?) fui eu quem administrou. Eu tinha outras atribuições, quer dizer, eu era o superintendente da empresa, mas toda operação financeira era comigo, uma operação financeira difícil, né, quando ela estava entrando num período de concordata, inflação alta, os contratos nos quais a gente tinha apostado não estavam se realizando, enfim, uma série de complicações. E aí, foi onde tinha... eu vim pra... Mas eu não me entusiasmei com a idéia porque eu... de início, aquilo era uma área de... privativa do Gilson. Embora o Gilson fosse presidente da COEFE e eu com ele tivéssemos uma relação funcional, naquela época, muito boa, os dois, eu não vi com bons olhos assumir a operação, visto que a operação era extremamente confusa, entende, com impostos atrasados, conversas com fiscais, enfim, aquela maratona de tentar driblar a fiscalização de todos os jeitos possíveis e imagináveis, e mais o fato que o Gilson não queria abrir as portas, entende, eu percebi que ele não queria abrir as portas pra mim, né? E isso aí ficou caracterizado desde o início, foi quando houve aquela decisão do Collor, da Zélia, que eles bloquearam todos os recursos. E a SERTEP tinha uma quantidade... no cofre da SERTEP tem ouro, ouro, barras de ouro, entendeu, que ela usou, mas o Gilson não quis abrir pra mim quanto era, nem... Aliás, eu fiquei sabendo indiretamente que existiam esses recursos, e que eles lançaram mão desses recursos pra fazer frente ao problema do fluxo do caixa. Então isso me desanimou bastante, entende, porque não havia... eu percebi que não havia a intenção verdadeira de que eu participasse das empresas familiares, mas pra participar de empresa familiar, como presidente executivo do grupo, que era a proposta do Lodi... Eu fiquei sabendo de todas essas coisas porque fiquei conhecendo todos os meandros,

né, e tinha que ter a autonomia pra decidir, eles tinham que cada vez se afastar mais. Era uma crise complicada aquela crise da Zélia, mas eu esperava não participar do processo decisório, entende, ficar à margem do processo, né? E aí isso foi o que me desanimou e eu fiquei... eu não... eu... agi de uma maneira refratária, mais ou menos, ao conjunto todo, eu fiquei à parte. Na verdade, eu procurei várias vezes o (?), naquela época, um pouco antes, um pouco depois, querendo me desligar do grupo, e eles não queriam que eu me desligasse. Aí foi... foi um certo tempo, aí surgiram... A SERTEP tinha um sócio inglês, né? Primeiro era uma empresa chamada (?), que... uma empresa grande, acho que... não sei se empresa era a maior empresa inglesa de minério, e que faliu, absorvida por uma outra empresa, e a (?), inclusive, fabricava turbinas a gás, né, e o gás estava sendo introduzido na matriz energética do Brasil, gás natural. Aí o Lago se entusiasmou com aquilo e tal, e me colocou na frente pra começar as negociações com esse pessoal, desenvolver os projetos, buscar as oportunidades de negócio, né? O que ele não contava é que o pessoal inglês nem queria saber, tinha horror da SERTEP. Saber que eles tinham uma participação numa empresa chamada SERTEP causava ânsias de vômito neles, né, (?) saber de forma nenhuma. Então ele ligava pra eles, falava com eles na Inglaterra, programava a vinda deles: não aparecia ninguém. Eles agendavam uma série de visitas pra eles na Petrobrás, na Eletrobrás e tudo, eles nem davam as caras. Isso aí foi mais um fator de desestímulo, né, até que... de repente, surgiu a possibilidade de uma parceria com a Pratt Whitney, fabricante de turbinas, né, turbinas de aviação e turbinas usadas na geração de energia elétrica, turbinas à gás. Aí eu me entendi com esse pessoal, né, e conduzi preparação de conversas grandes, né, para ofertas, aí, não me lembro, acho que uma coisa de uns... não me lembro direito, acho que foi de uns 80 milhões de dólares, e a outra foi de uns trezentos e poucos milhões de dólares, né, fornecimento deles, fornecimento nosso, a SERTEP como líder do pacote e... Aí elaborei essas ofertas. Foram ofertas difíceis, complicadas e tudo, né, que, no final das contas, não... foram apontadas pela Enersul, que era a empresa do Mato Grosso do Sul. Uma das usinas era a Usina de Campo Grande, que hoje existe, e a outra era uma usina pra Corumbá, que também hoje existe. Mas, na época, eu acho que o governador lá quis antecipar pra ver se conseguia algum benefício pessoal porque estava no final do mandato, já era uma pessoa de uma certa idade, então estava querendo se aposentar com uma garantia de um benefício maior. Bom, aí, depois disso, eu continuei na SERTEP, mas a situação da SERTEP foi se agravando cada vez mais, a situação financeira dela foi se agravando mais, cada vez mais. Essas concorrências foram mais ou menos em 93/94 e, no início de

95 a SERTEP entrou em concordata. Eu ainda continuei trabalhando lá durante algum tempo, até que ficou absolutamente impossível: não tinha mais condições nem de fazer uma reserva nem nada, né? E o fato que determinou meu desligamento da empresa foi uma discussão que eu tive com o Lago porque ele queria que eu fizesse uma análise comercial de 1500 instrumentos para uma banca de instrumentação de geração de energia em Fortaleza, queria que... eram 1500 instrumentos, e queria que eu analisasse as ofertas de vários fabricantes. Eu disse: “Olha, eu não tenho condição de fazer isso, tá certo, porque... quer dizer, não é que eu não tenha condições de fazer isso. Primeiro que eu não entendo desse negócio, mas, tudo bem, eu posso ler e comparar, não deve ser um negócio... eu não tenho é tempo de fazer... no tempo da administração. Pô, 1500 instrumentos, quanto tempo, né?” Se fosse alguma coisa que eu tivesse... que eu conhecesse, seria diferente, mas eu não conhecia. Bom, eu sei que... aí eu larguei tudo e saí da SERTEP. Saí da SERTEP e não consegui receber absolutamente nada dos meus direitos, né, que eu já não recebia salário há mais de oito meses, 13º, FGTS, tal. Aí eu me afastei e tentei amigavelmente um entendimento, não consegui, e acabei entrando com uma ação na Justiça que tá rolando até hoje, né, que se transformou numa bola de neve, se transformou num valor muito grande. Mas aí me desliguei deles e... eu estava preste a poder me aposentar, me aposentei e comecei a receber um dinheirinho do INSS, recebi lá um... o que tinha sido depositado no FGTS, porque a maior parte do meu FGTS, ao longo dos anos que eu trabalhei na COEFE, não tinha sido depositado. De 120... vamos dizer, dez anos, 120 parcelas: 57,58 não tinham sido depositadas. Recebi alguma coisa e tal e aí comecei a trabalhar por minha conta mesmo. Comecei a trabalhar, então me reaproximei do pessoal da Pratt Witney, né, e comecei a procurar clientes potenciais, aqui no Brasil, que estivessem interessados numa geração de energia, né? E aí, nesse processo, (?)... antes, desde a época já das duas estações lá de Campo Grande e Corumbá, né, eu comecei a estudar aqueles documentos que eu recebia da *Pratt Witney* com um critério, inclusive eles apresentavam uma série de fluxos de caixa para demonstrar a viabilidade econômica do empreendimento, tal, e aqueles fluxos de caixa não faziam muito sentido pra mim, de início. Mas aí eu fui lentamente cuidando daquele negócio, fui buscando uma série de correlações, etc., enfim, e, aos poucos, aquilo foi clareando e eu passei a entender daquele negócio, passei a entender daqueles fluxos de caixa. Aí saí, me desliguei da... SERTEP e comecei a procurar alguns clientes, fiz ofertas, fiz estudos pra eles, e assim foi que começou a minha atividade como consultor... Aí comecei a trabalhar sozinho, né, oferecendo serviços para

a Pratt Witney, uma série de clientes grandes com quem eles tinham uma ligação. Foi a (?), que era uma empresa de... fazia a sintetização de (?) de (?) para fazer (?), né, importava... outro foi a Companhia Nacional de Álcalis, enfim, eram projetos grandes, né, que a gente vinha trabalhando, buscando apoio de um, de outro, para fazer. Mas logo eu percebi o seguinte, que o mercado de turbinas era um mercado pra grandes... grandes *players*. Não era eu, sozinho, tá certo, com um salário do INSS e mais um FGTS que iria conseguir enfrentar (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – (*falam ao mesmo tempo*)...

GB - ... né? E, nessa ocasião, eu conheci um outro colega, um outro engenheiro, que era o gerente técnico de uma fábrica americana de motores a gás, uma fábrica chamada (?), e aí nós começamos a trabalhar juntos, né, e eu acabei... Bom, aí, quando eu comecei a trabalhar, trabalhar com turbinas, fui convidado por um colega, que tinha feito MBA comigo, que tinha uma empresa de Engenharia e tinha ganho um contrato com a CEG para fazer marketing de gás natural, as vantagens do gás natural... O gás estava chegando, naquele momento, no mercado nacional, né? Esse marketing era feito através de estudos de viabilidade. Como é que (*você?*)...?

MP – (*falam ao mesmo tempo*)?

GB - Isso foi em 98, por aí, mais ou menos, né? Aí começamos a... nesse trabalho pra CEG eu comecei a visitar uma porção de indústrias e comecei a fazer estudos de viabilidade pra esse pessoal, avaliando a viabilidade técnica e econômica do uso de gás natural, né, substituindo o fornecimento convencional de energia (*inaudível*) pela (?) produção de energia com gás. Aí, nesse trabalho, eu conheci o... esse amigo, o (?), né, e o (?), depois, inclusive, se tornou sócio da COERTEC – foi sócio até o final do ano passado. O (?) trabalhava numa empresa que representava a (?), e a (?) não fabricava turbina, mas fabricava motores a gás, e motores próprios para geração de pequenos blocos de energia. (?), normalmente, fabricavam turbinas para a geração de grandes blocos de energia, ou seja, alimentar uma cidade, coisas desse tipo, né, é uma indústria muito grande. Já dos motores não, dos motores são de todos os tamanhos, dá pra alimentar desde um posto de gasolina, uma agência bancária, até um shopping center ou uma indústria grande. Aí comecei a me familiarizar com esse outro tipo de equipamento e... trabalhamos juntos. Eu fui para os Estados Unidos, fui fazer uns cursos de Engenharia de aplicação desses motores na fábrica deles... Estive lá, estudando, aí fomos eu e o (?), fomos até juntos, ficamos lá quase um mês, fazendo esses cursos, né, e aprendendo como é que a gente realmente podia vender. Aí voltamos para o Brasil e

comecei a trabalhar... aí constituí a *Powertech*, né, e comecei a trabalhar nesse segmento, entendeu, (?) absolutamente nada, quer dizer, não tinha nenhuma tradição no mercado e...

MP – Num novo segmento, né, que (*falam ao mesmo tempo*)...

GB – Totalmente diferente, né, mas estava começando aquele segmento e as pessoas pediam pra falar, entendiam que era importante. Isso aí gerou uma série de trabalhos, começamos a fazer trabalhos... Naquela época, o trabalho mais importante foi um trabalho que eu vendi sozinho para o Rio de Janeiro Refrescos, engarrafador da Coca-Cola, lá em Jacarepaguá, e eles se entusiasmaram com o estudo de viabilidade, com o estudo técnico, né, porque era um estudo que contemplava, inclusive, a recuperação do CO² dos gases de exaustão, quer dizer, você está com o gás na queima do combustível, você recuperava o CO² pra botar no refrigerante pra fazer a bolinha do refrigerante. E eles se entusiasmaram com esse negócio, né, e, depois que eu fiz o estudo, no ano seguinte, eles fizeram uma licitação: me convidaram, convidaram a Light, convidaram a White Martins, e aí... pra oferecer o termo de geração pra eles, convidaram isoladamente. Aí saí, fui, conversei com a Light, disse: “Olha, eu não tenho porte pra... não tenho tamanho pra fazer isso sozinho.” Fui na White Martins, disse: “Olha, eu não tenho tamanho pra fazer isso sozinho.” Disse: “Vamos juntar os três aí.” Aí sentamos, os três, consegui fazer os três sentarem, quer dizer, consegui fazer os dois sentarem comigo, né, porque... Uma coisa que facilitou foi que o diretor de geração da Light tinha sido meu aluno na escola, aí foi bom. Aí desenvolvemos um projeto muito grande de co-geração de energia elétrica, água gelada, água quente, vapor e recuperação de CO². Naquele momento, nós lideramos todo o trabalho, tudo, tudo, tudo, (*inaudível*). (?) deu uma projeção muito grande da Powertech na época, né,... E tinha gente muito grande, indústrias estrangeiras disputando, e não conseguiram uma condição melhor do que a nossa. Aí eu estava superfeliz, esperando que fosse assinar um contrato, quer dizer, nós assinamos, acertamos os contratos entre nós, entre a Powertech, a White Martins e a Light, tudo isso estava acertado... Uma semana antes, cinco dias antes de assinar com a Rio de Janeiro Refrescos eles voltaram atrás, deram uma recuada, deram uma puxada de tapete...

MP – Fizeram (?), né?

GB – É, porque veio uma... uma diretriz da Coca-Cola Internacional, que achou que no Brasil as engarrafadoras estavam muito pulverizadas, e ela quis que elas se aglutinassem, em vez de serem trinta, tinham que ser duas ou três. Aí eles pararam o

que estavam fazendo, partiram para uma comprar a outra, não sei o quê, montaram então, estabeleceram uma nova ordem, (??) Coca-Cola. Aí, depois disso, veio uma série de contratos, entrei numa série de disputas... No início, eu não tinha dinheiro pra nada, dava mal pra pagar o aluguel do escritório, alguma coisa assim, fui gastando as minhas reservas pessoais e tal, mas, aos poucos, a Powertech foi se... o nome Powertech foi se consolidando no mercado como uma empresa que atuava nesse segmento. Mais adiante começaram a ter problemas de falta de gás, a crise de gás e tudo, mas a nossa atividade remetia naturalmente pra outras áreas adjacentes, que eram áreas de conservação de energia e áreas de geração de energia com fontes renováveis, né, naturalmente, a coisa bem natural. Aí nós começamos a trabalhar nesses outros segmentos, começamos e tal, ficamos (???), né, mas, ultimamente, nós demos um passo atrás no sentido de fazer uma coisa que eu nunca quis, que eu não queria ter feito desde o início, que era projeto de Engenharia Elétrica, não queria fazer projeto de... né? Mas estávamos tão apertados há uns dois anos atrás, três anos atrás, (??), né, alguns projetos de co-geração importantes que nós estávamos... nós tínhamos uma posição proeminente e esses projetos foram abortados, começaram a ser abortados, um atrás do outro: (?) projeto grande da *Infraero*, depois um projeto grande do CENPES – ele está sendo executado, mas nós fomos excluídos, nós estávamos juntos com a Caterpillar, né? Enfim, eu sei que (*inaudível*), apareceu uma concorrência aí, nesses pregões eletrônicos, nós entramos, mesmo sozinhos, fizemos um projeto grande para a Universidade Federal Fluminense. Depois entramos no Banco do Brasil, começamos... enfim, mudou um pouco, quer dizer, o arroz com feijão da Powertech deixou de ser a co-geração e a conservação de energia, e passou a ser uma coisa nessa área, né? Mas, ao mesmo tempo, outros projetos de... agora estão voltando a aparecer, novamente, nessa... de geração e co-geração de energia, né, então... Nós estamos agora bem, né, com bastante serviço, serviços garantidos até o final do ano, nesse ano, pelo menos.

MP – Tá. A trajetória até agora, você falou tudo do que está aqui dentro do roteiro, mas alguma coisa está implícita no que você falou, ou seja, sua vida profissional sempre foi muito marcante na sua vida como um todo, né?

GB – Ah, é.

MP – (*inaudível*) é muito claro dentro tudo o que você falou.

GB – Eu, vamos dizer, olhando pra trás, hoje, eu me sinto *satisfeito* por várias razões, né? Primeiro: eu tive a oportunidade de explorar vários vieses da minha...

MP – Formação?

GB - ... (*falam ao mesmo tempo*) capacitação profissional. Tanto a parte de gerenciamento e grandes grupos de trabalho, que foi o que eu fiz na SERTEP e tudo, né, como, mais recentemente, voltar a fazer consultoria. Quer dizer, eu tive uma formação de base muito consistente, muito boa, porque eu fiz Escola de Engenharia, uma escola de nome, né, a Universidade do Brasil, a chamada Faculdade Nacional de Engenharia, depois eu fui para o exterior, fiz pós-graduação lá e tudo... Eu nunca tinha usado plenamente meus conhecimentos de Engenharia Elétrica, não tinha. Tinha trabalhado muito na área de Administração, na área de gerenciamento financeiro, que é exatamente o contrário, né? Normalmente, o pessoal... os engenheiros começam a trabalhar na área técnica e depois evoluem para outras áreas, né? Eu não, eu comecei nessas áreas, e depois que eu saí da SERTEP... eu tinha assim uma grande frustração por não ter trabalhado mais na parte Elétrica, entendeu? Disse: “Caramba, será que eu entendo disso, será que eu não entendo?”, sempre ficava aquela dúvida, né, num canto, na cabeça, né? “Será que eu estou fugindo de enfrentar essas coisas?”, e tal. Aí surgiu a oportunidade, né, e, como profissional, eu me afirmei muito nessa outra área, e pude agregar os conhecimentos de Administração e Gerenciamento Financeiro, e de direção de empresa... Porque uma coisa importante é que esses projetos todos de geração de energia não vendem pra gerente de manutenção, eles vendem para o dono, entende, pra o board, pra o grupo de diretores, é pra eles que a gente vende, e os anos de SERTEP me deram uma experiência de... um *feeling* de saber o que é que essas pessoas... o que é que o dirigente quer saber, o que é que ele não quer saber, né? Não adianta você ficar sentado com um cara, falando abobrinha...

MP – Mas assim, uma das questões que está muito colocada para qualquer profissional, hoje em dia, com mais de sessenta anos, é como ele se mantém profissionalmente, né? Muitos se aposentam, muitos têm que continuar ou, às vezes, não precisam continuar, mas é uma opção, e como eles se mantêm no mercado? Você... Tá muito claro, pela sua trajetória, pela sua capacitação, pelas suas várias experiências, que você pôde ir se transformando, se modificando, se adequando e criando,...

GB – Outras oportunidades.

MP - ... outras oportunidades, mas isso é muito fruto da sua formação e da experiência que você teve, né?

GB – É, é.

MP – (*falam ao mesmo tempo*) Isso possibilitou você, por exemplo, à questão de há dez anos atrás ter entrado num outro segmento completamente novo...

GB – (*falam ao mesmo tempo*), é.

MP - ... (*falam ao mesmo tempo*)...

GB – Com (*falam ao mesmo tempo*) cinqüenta e cinco anos de idade eu mudei...

MP - ... enquanto vários engenheiros nessa idade estão...

GB – Estão se aposentando.

MP - ... estão se aposentando, ou então, se eles querem continuar, estão meio fora do... mercado... “o que é que eu faço?”

GB – É, é, exatamente, até porque não são muitos os profissionais da minha idade que trabalham com computador, nem nada, quer dizer...

MP – (*falam ao mesmo tempo*) transformação tecnológica (*falam ao mesmo tempo*)...

GB – É, é.

MP - ... precisam se adaptar (*falam ao mesmo tempo*).

GB – É, é. Isso eu aprendi bastante, né? Mas eu gostei muito de engenharia, sempre gostei muito de engenharia. E eu fui pra essa área assim, mais de gerência de pessoal, etc., nem sei por que, acho que... também tinha um apelo, pra mim, importante nesse negócio. Eu acho que tudo isso ficou muito marcado na minha cabeça, né? Desde quando eu era estudante ainda, eu fui conhecer a obra... a construção de Furnas, a obra da construção da barragem de Furnas e a implantação da usina. Eu estive lá alguns dias, lá naquela barragem, e fiquei muito interessado, em como é que os engenheiros da obra conseguiam gerenciar um contingente tão grande de pessoas, equipamentos...

MP – (*falam ao mesmo tempo*) mais variadas possíveis, né?

GB – É. Aquilo, pra mim, era um negócio muito interessante, né, muito... E, ao mesmo tempo, eu estava acabando meu curso no CPOR, e esse aspecto...

MP – (*falam ao mesmo tempo*) Você é oficial da reserva?

GB – Isso.

MP – Na Engenharia?

GB – É. E esse aspecto de gerenciamento de pessoal era muito (?) na época, era um... era constantemente repetido, né, que... o que o oficial tinha que fazer... Na verdade, um oficial do Exército vai gerenciar recursos humanos e materiais, né, só que com um outro foco, um outro objetivo, né? Então essas coisas, aqueles conceitos, entende, da área militar, mais aquela movimentação, aquela coisa toda (??), me despertaram interesse, quer dizer, e, quando eu voltei, eu, naturalmente, acabei atuando nisso (?).

MP – Ma por que é que você aderiu... (*inaudível*), que você chegou a mencionar, para Engenharia? Foi... Você teve alguma influência, alguma coisa, ou foi algo natural seu?

GB – Não, olha só, o... Eu sempre tive uma facilidade, desde pequeno, desde bem garotinho, tive uma facilidade muito grande para Matemática, para Aritmética, essa coisa toda, sempre tive uma facilidade grande pra isso, né? E eu era filho... meu pai tinha nascido no Brasil, mas, pequenininho, foi mandado para a Itália e foi criado na Itália, né? Ele era de 1900, do ano de 1900. Ele só não serviu na Guerra, foi na Guerra Mundial, porque ele disse que foi convocado e a guerra acabou naquela época. Aí ele voltou, depois, com uns anos ele voltou pra cá e tudo, e o sonho dele era ser engenheiro, o sonho dói meu pai era ser engenheiro, entendeu. Ele se formou como contador na Itália, né, veio para o Brasil e trabalhou em áreas de auditoria, essas coisas, mas ele gostava muito da área técnica, né, e ele me passou essa coisa. (??) aí, (??) aí, mais a parte (?) que eu, naturalmente, tinha (??), como Matemática e tudo, né... Eu sei que depois eu fiz alguns testes vocacionais, na época, e os testes indicaram que eu deveria fazer Engenharia e eu fiz. Eu me dei muito bem desde o início, desde o vestibular eu já passei bem e (??)... Então, por isso que eu acabei optando por Engenharia, entende?

MP – Uma aptidão, né, (*falam ao mesmo tempo*)...

GB – É, e me sinto muito realizado como profissional hoje.

MP – O senhor tem filhos?

GB – Eu tenho três filhos.

MP – Algum seguiu a profissão?

GB – Então, a minha filha mais nova é engenheira de produção e tem uma loja que vende coisas de bebê. Mas eu sempre dei muita força pra ela, disse: “Olha, você estuda Engenharia, depois você faz o que você quiser.” Eu acho que Engenharia é essencial pra... né? O meu filho mais velho é engenheiro agrônomo, tá certo, e é um especialista... conhecido aí em vários países como um especialista em fisiologia animal, quer dizer, não entende nada de Agronomia, né... E o meu filho do meio fez Economia e é um economista... Tem a empresa dele, uma empresa de... uma corretora de valores, essas coisas, mas dois são engenheiros, né?

MP – É, e o outro não é engenheiro, mas está na área...

GB – Está numa área financeira.

MP ... financeira? Tem a Matemática.

GB – É, (*falam ao mesmo tempo*), exatamente.

MP – Bom, eu acho que, de alguma forma, passamos por todo o roteiro... não na seqüência que estava o roteiro, mas acho que atingiu todos os pontos.

GB – É, tá ótimo.

MP – Então vou te agradecer e encerrar esse...

GB – Aí você...

MP – Quer falar alguma coisa mais (*falam ao mesmo tempo*)?

GB – Não, (*falam ao mesmo tempo*). Então o teu esforço qual é? O teu objetivo qual é? É... você quer saber como...

MP – Por exemplo, nessas... essa mudança de um período industrial para outro pós-industrial, tem história, as mudanças que tem nesse período que nós vivemos– isso já não é de agora, já tem tempo – o trabalho tá muito presente na nossa vida, está muito impregnada a cultura do trabalho, e isso, muitas vezes, a gente não consegue desassociar da nossa vida do dia-a-dia. E eu estou fazendo a análise desse impacto em três relações primordiais: uma, da relação com sua cidade, seu lugar de origem, das pessoas com quem trabalhamos, você viaja muito...

MP - ... (??) na área da ferroviária você também...

GB – Viajava muito.

MP - ... viajava muito... Muitas vezes você estabelece não só relações novas nos lugares onde você tá trabalhando, mas inclusive familiares, né?

GB – É.

MP – Hoje, nesse mundo... o trabalho mais e mais está muito presente nos espaços das relações do dia-a-dia, apesar de ocorrer uma coisa primordial que é a questão da “desprofissionalização”. Nós conversamos, acho, sobre isso, que tem profissionais, às vezes, muito mais capacitados, mas eles estão muito desvinculados da sua área, da sua profissão, né? Eles podem estar hoje fazendo tal coisa, como podem não estar. Isso é um fenômeno até que... se identificou nos Estados Unidos e na Europa já na... nas duas últimas décadas, e, de alguma forma, também se reproduz também no Brasil, né? Nos Estados Unidos eles até chamam de “geração X”. O trabalho, aí se transforma em outro algo... trabalho fica colocado como terceira ou quarta opção. Então tem uma transformação, né, onde o trabalho, que estava colocado como primeiro ponto, começa a se transformar, modificar, e vai para uma quinta colocação, quarta colocação na vida das pessoas.

GB – Quer dizer, não é tão importante?

MP – Ele começa a ter uma (*inaudível*), no Brasil...

GB – (*falam ao mesmo tempo*)...

MP - ... e em outros países menos desenvolvidos isso é mais difícil porque há uma necessidade de você se manter, de você trabalhar, né, e aí a questão da profissão ainda é muito importante. Nos países desenvolvidos isso passa a ser não tão importante, e, de alguma forma, você começa a distinguir isso em alguns... algumas coisas...

GB – É, é. Realmente, conciliar a vida em família com trabalho e tudo é complicado, muitas vezes é complicado, né? Mas eu acho que eu consegui administrar isso bem. Apesar de eu ter passado muito tempo da minha vida fora de casa, (?) agora... agora menos, mas quando eu estava na SERTEP... mas, mesmo assim, quando eu estava em casa e em período de férias, eu sempre procurava, ao longo do ano, né, nas férias de julho, nas férias de dezembro, procurava sair com meus filhos e ir com eles a uma...

MP – Ter um espaço.

GB - ... ter um espaço pra deles, né? Estava sempre disponível pra conversar, pra discutir, que eu acho que isso tende a (??), estar rareando, né? Você vê, os pais querem se ver livres dos filhos, né, querem colocar na escola, mas não querem saber como é o progresso dos filhos na escola, não cobram, né? Em casa nunca teve isso, sempre... Eu podia estar viajando, mas eu chegava e sentava com cada um, queria saber como é que tinham progredido, como é que estavam avançando...

MP – A estrutura dentro da família, hoje, é outra.

GB – É.

GB – Meus filhos têm conseguido manter ainda as nossas tradições de família, quer dizer, de sentar todo mundo pra pelo menos fazer uma refeição por dia, juntos, né? Então isso é uma das coisas, quer dizer... Finais de semana curtir os filhos e... E, às vezes, é difícil, sabe, porque... às vezes, a cabeça da gente tá tão absorvida com outras preocupações, né, mas tem que saber diferenciar um pouco essas coisas. Muita coisa eu me eduquei, ao longo da minha vida, vendo, né? Então, nesse aspecto, uma coisa importante é um livro que eu li já há algum tempo, chamado, do Steven (?) – você conhece ele. Um dos livros mais conhecidos dele é “Sete (???)”. Mas ele tem um outro livro cujo título em Português não foi traduzido, foi mantido em Inglês, que é “First Things First”, As Coisas Mais Importantes Primeiro, né, em que ele analisa... em todo contexto do livro ele analisa essa... o processo decisório, quer dizer... Muitas vezes você

tem uma coisa pra decidir, importante, tem a formatura do seu filho, tem o aniversário da sua mãe, tem isso, tem aquilo, como é que você vai pra decidir essas coisas na sua vida? Como é que você prioriza esse conjunto de coisas, né? Eu aprendi muito com esse livro, sabe, e procuro, dentro do possível, priorizar uma coisa, dar atenção pra um, dar atenção pra outro, né, (?) trabalho, né? Só que, como eu (??), eu não tenho muito horário pra trabalhar: eu trabalho (?), trabalho de noite, trabalho de madrugada (??), entende? Então isso...

MP – Te absorve.

GB - ... absorve, é, mas (??) tempo que me possibilita fazer essas coisas, né? Então é isso aí.

MP – Então, Guilherme, obrigado mais uma vez.

FINAL DA ENTREVISTA*

*Essa entrevista teve a duração aproximada de 41 minutos e 19 segundos.

I.2 - ENTREVISTADO: MÍLVIO VICENTE BERTIN

Data: 09 / 01 /2009

Local: Escritório situado na Av. Presidente Vargas, nº 445, sala 2202.

Rio de Janeiro, RJ.

MP – Mílvio, onde que você nasceu?

MB – Nasci na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo.

MP - Estado de São Paulo, né? E você viveu muito tempo na sua cidade de origem?

MB – Fiquei até os dezessete anos.

MP – Dezessete anos?

MB – É, até os dezessete anos, aí mudei para Londrina onde fiz os dois últimos anos de Científico, e me transferi para Curitiba para fazer a faculdade de Engenharia e lá me formei.

MP – E você começou a trabalhar lá mesmo, em Curitiba, ou você foi transferido?

MB – Não, não. Uma empresa daqui, do Rio de Janeiro, que se chamava CBS, na ocasião, depois se transformou em CBEI, Companhia Brasileira de Engenharia e Indústria, que trabalhava na própria ferrovia, me contratou pra tomar conta de uma obra lá no Paraná – ia de Ourinhos, no Estado de São Paulo, até Uraí. Eram 159 quilômetros de manutenção ferroviária e lá eu fiquei trabalhando quatro anos. Aí me transferiram pra tomar conta dos subúrbios de São Paulo, da Estrada de Ferro Santos – Jundiaí, de Jundiaí até a baixada de Serra de Santos. Lá eu trabalhei – só trabalhava nas linhas tronco – na manutenção. Estava difícil, troca de trilho, troca de dormente durante o dia, implantação da 3ª linha de subúrbio, entre Santo André e Pirituba, de 66 até 72. Aí me transferiram para Curitiba pra construir uma ferrovia nova, entre Engenheiro (?) e Pinhais, uma extensão aí de... uma extensão de linha com quase 100 quilômetros de ferrovia. E lá foi até 78. Em 78 eles me transferiram, final de 78, aqui para o Rio de Janeiro para ser o gerente geral do Departamento de Engenharia da empresa toda. Eu fiquei até 82, quando a firma acabou. Aí, em 82, fundamos a COEFE - Construções e Engenharia Ferroviária.

MP – Na qual o senhor era sócio.

MB – Não, não era sócio, era sócio minoritário, acionista minoritário, tinha 2,5%. Nós éramos em oito engenheiros que tinham vindo da CBEI, que tinha falido, e cada um de nós tinha 2,5%.

MP – O majoritário era SERTEP?

MB – Tinha 20%, o total dos engenheiros era 20%, e a Sertep tinha mais uns 65 e poucos por cento, e o resto era de uma firma inglesa, uma firma inglesa que depois passou tudo para a SERTEP, né? Lá ficamos até 99, só fazendo manutenção e construção de ferrovia no Brasil inteiro, desde a Paraíba até o Rio Grande do Sul. Fizemos cento e tantas obras, né? Em 99 a COEFE acabou, eles quiseram fechar a COEFE, os donos, os majoritários, e eu e o engenheiro Orlando fundamos a Construtora COEFER Ltda., um nome meio parecido com a COEFE, né? E estamos trabalhando até hoje em ferrovia porque é o que a gente gosta, é a paixão da gente, são quarenta e tantos anos de ferrovia...

MP – Quarenta e tantos anos?

MB – É, ferrovia, ferrovia. O resto de Engenharia eu desaprendi porque eu não mexo com aquilo, mas ferrovia... eu discuto o que você quiser sobre ferrovia.

MP – Dentro dessas cidades todas que você... Trabalhar numa ferrovia é também você de cidade em cidade, né?

MB – É.

MP – Justamente no início da sua carreira, né, você trabalhou em vários lugares, e hoje, agora, no Rio, né?

MB – É.

MP – Nesses lugares... que relações você estabeleceu, em termos afetivos, em termos de amizade, elas permaneceram (*falam ao mesmo tempo*)...?

MB – É, logo que eu me formei eu fui para o norte do Paraná, então... Fui morar numa cidadezinha, cidade que tinha muito fazendeiro, cafeicultor, chamada Andirá, no norte do Paraná. Eu fiz amizades lá que eu tenho até hoje. Até hoje, quando preciso de alguma coisa, ligo pra lá e o cara manda pra mim. Se eu precisar de alguma coisa lá, assim, documento da minha filha, que eu (?) uma filha caçula que foi registrada lá, por telefone eles arrumam, vão no cartório, arrumam o documento e mandam pra mim. Quer dizer, então, eu fiz boas amizades lá, no norte do Paraná. São Paulo já é uma cidade cosmopolita, maior, então é mais difícil de fazer amizade duradoura porque é uma cidade muito grande, né? Mas fiz boas amizades, que ainda conservo até hoje, com as pessoas. Quando preciso de alguma coisa, eu ligo pra... Pinheiro, Santos, Jundiaí, se preciso de alguma coisa, aí: “Ô, Mílvio, como está você? Tubo bom?”, não sei o que lá... “O que é que você quer?” As amizades a gente nunca perde. Eu, como sou um

emérito falador, né, gosto muito de conversar bastante, então faço amizade fácil com todo mundo.

MP - Que bom. Então veja o seguinte: em uma das perguntas que estavam colocadas, você já estava respondendo, trata-se das amizades e dessas relações cordiais e das relações profissionais. Mas, em um outro ponto, que era essa questão da vida profissional, você mantém ainda alguma relação com o seu local de origem, com a sua cidade, onde você nasceu, ou você (*falam ao mesmo tempo*)...?

MB – Eu (*falam ao mesmo tempo*) mantenho. Eu vou... uma vez por ano vou lá visitar: primas, tias... Os tios morreram todos, os homens morreram todos primeiro, mas as tias estão todas vivas ainda, as primas também. Uma vez por ano, sempre início de julho, eu vou lá e passo um dia ou dois. Visito todos os parentes e tal, que eu sempre vou visitar, em Bragança Paulista. É perto de São Paulo, né? E eu sempre vou a uma cidade chamada Itatiba, que é pertinho de São Paulo, então... Itatiba (*inaudível*).

MP – (*falam ao mesmo tempo*) Você mantém todas essas relações? Bom, eu ia pedir um pouco também para você descrever a sua trajetória profissional, mas você já fez, né...

MB – Um resumo.

MP - ... um resumo. Mas, depois, se quiser, a gente pode se estender um pouco mais. Mas quais são suas influências, por exemplo, influências dessa sua vida profissional na sua vida cotidiana, no seu dia-a-dia, na sua vida familiar? Como é que você percebe essa...

MB – Aí eu...

MP - Até... eu aditaria um pouco mais essa pergunta. Você consegue separar a sua vida, o tempo gasto na sua vida, o trabalho na sua vida como um todo, ou não há separação?

MB – Há, há. Depende da época da vida da gente, por exemplo, quando eu fui para o Paraná para construir a ferrovia, uma ferrovia nova, que era da Rede Federal, do Governo Federal, e tinha prazo pra construir, eu tinha lá, alojados na cidade de Araucária, 850 homens. Era a minha equipe de trabalho. Então eu saía de casa antes das seis horas da manhã, todo dia, mesmo que estivesse fazendo quase zero grau. No inverno é bravo, né? Eu ia pra o canteiro de obra pra ver as turmas saírem para o trabalho. Tinha quatro caminhões e 850 homens. Quatro caminhões. Então... a turma que ia de um lugar pra outro, um monte de feitores, mestres de linha... e eu ficava lá até... acertar tudo, acertar todo o planejamento do dia, e soltava o pessoal pra o campo. Aí, de lá de Araucária ia pra o escritório, que o escritório era em Curitiba, era... Chegava no escritório as oito e pouco e trabalhava até às cinco e, ao mesmo tempo,

ainda tinha... durante o dia eu ainda ia dar um pulo a... Há trinta e poucos quilômetros do (*município?*) tinha uma pedreira que fornecia pedra britada pra fazer a ferrovia. A pedreira funcionava 22 horas por dia. Eu precisava ir todos os dias à pedreira. Tinha 85 homens trabalhando na pedreira. E eu era engenheiro sozinho, não tinha estagiário, não tinha ninguém (*rindo*), só era eu!

MP – Não sobrava muito tempo pra mais nada, né?

MB – É. Então às cinco horas da tarde eu parava o que estava fazendo e ia pra Rede Ferroviária Federal, na sede da Rede, em Curitiba, pra ver se a Comissão de Obras tinha alguma coisa, alguma... Ficava lá, batendo papo, ou vendo alguma coisa que eles quisessem perguntar até seis, seis e meia, sete horas. O pessoal ia pra casa e eu voltava pra o escritório. Aí o pessoal do escritório já tinha ido embora, aí (*inaudível*), aproveitava pra botar a correspondência da obra em dia, entendeu, responder memorando... Naquele tempo o telefone não era como hoje, que fala na hora, não tinha fax, não tinha nada, você tinha... era tudo memorando e carta pra sede da empresa e pra ferrovia. Era tudo feito por escrito, né? Com cópia, não tinha fax, não tinha xerox, então era mais difícil. Eu ficava até oito, nove, dez horas, aí que eu ia pra casa. Chegava em casa, minha mulher já estava deitada e meu filho estava dormindo. Eu saía cedo, eles estavam dormindo. Chegava à noite, eles estavam dormindo. Até hoje eles reclamam que eu não os vi crescerem, quer dizer, durante quatro, cinco anos eu só os vi nos domingos, os domingos que eu fiquei em casa na parte da manhã porque, normalmente, eu trabalhava nos domingos também (*rindo*), entendeu? Só não trabalhava porque aquela época era a da ditadura, a gente, com medo dos militares, a gente não trabalhava: Sete de Setembro, Natal, que ninguém queria trabalhar, 1º do ano, que ninguém ia trabalhar, e Sexta-Feira Santa, que ninguém queria trabalhar. No resto do ano todo dia era bom pra gente, trabalhava todo dia. O trabalho atrapalhou um pouco a vida familiar nessa época, entendeu? Mas, quando eu estava em casa, procurava levar as crianças pra passear, conhecer a cidade... conhecer Ponta Grossa, Vila Velha, ir pescar... a família sempre ia junto, né?

MP – Bom, aí vai um outro campo de perguntas que é... Como é que você percebe essa relação de trabalho com relação... hoje, a sua vida profissional em relação à sua idade? Lógico que tem a questão da experiência, uma série de fatores que são extremamente positivos, mas também tem outros fatores que pesam principalmente nos dias de hoje que tem uma flexibilidade grande, né? Gostaria de desenvolver um pouco isso... são os pontos fortes da gente.

MB – Evidentemente que com a idade a gente não tem o pique de quando era jovem, né? Ficava o dia inteiro na obra, de sol a sol, vendo, mandando, a gente não tem mais isso. Então, agora, a gente tem... como empresário, tem engenheiro que faz o serviço, e a gente só... administra de longe. Mas, sempre que tem algum problema técnico, o pessoal do campo vem perguntar pra gente, conhecem, porque a gente sempre... já tem visto. Uma coisa que acontece é repetitiva, quer dizer, já aconteceu no passado porque com quarenta anos mexendo em ferrovia alguma coisa aconteceu. Não acontece nada de novo, né, ferrovia não... O que se fazia antigamente se faz até hoje. Só mudou de maria-fumaça para trem elétrico, e o trilho, que era um trilho 29/30, hoje é trilho 45/ 50/ 60 70, então... A idade... A experiência pesa, a experiência pesa, mas mesmo que queira tocar uma obra hoje, não consegue mais, eu acho que não consegue. Ficar aí no campo e tocar uma obra seria um prazer enorme, mas você não tem mais pique pra isso.

MP – Mas o seu trabalho agora como empresário, estando à frente, gerenciando, é bastante confortável...

MB – É, é, mas não satisfaz. O que satisfaz mesmo é o serviço do campo. Engraçado, né? Porque você aqui cuida de um papel o tempo inteiro, papel, telefone, o tempo inteiro discutindo preço, e o trabalho, que é a parte boa de fazer, que é o bom da Engenharia, de você ir lá e realizar, e ver realizado aquele (??), (??), outro faz, outra pessoa faz, né? Você tem satisfação que a empresa é sua, e você mandou fazer aquilo lá e viu realizado, mas não foi você que fez! Eu tenho um orgulho danado de tudo o que eu já fiz. Eu fiz coisa que... construí coisa... Na empresa nossa, hoje em dia, ninguém, tem a experiência que eu tenho em construção, porque na época que eu fiz tinha muita construção de linha. Hoje não tem mais, com pouca coisa.

MP – É. Nessa relação do trabalho e profissão, você teve alguma influência pra seguir a carreira de Engenharia... por alguém, alguma história familiar, da sua comunidade?

MB – Não. Quando eu era pequeno, no Curso Primário, eu gostava de desenhar. Então, na família, sempre alguém dizia: “Olha, esse aí vai ser engenheiro.” Eu achava que ia ser médico, mas todo mundo dizia: “Não, ele vai ser engenheiro, vai ser engenheiro.” Conforme eu fui crescendo, no Ginásio eu já achei que eu ia ser engenheiro, porque eu gostava muito de Matemática. Todo mundo tinha raiva de Matemática, e eu achava bacana Matemática, porque a única coisa em que dois e dois são quatro é em Matemática, o resto... Geografia, História, coisa, é tudo... muda, né, e em Matemática não, é exato. Ciências, eu estudava no Ginásio, Ciências muda também, sempre evolui,

né? E Matemática eu gostava. Fui um bom aluno de Matemática! Fui um bom aluno no Primário, no Ginásio, no Científico, me formei em 1º lugar, e fui um bom aluno na Escola de Engenharia também. Ninguém na família... eu não tinha nenhum paradigma na família, mas eu fui engenheiro... porque na minha família era tudo fazendeiro de café: meu avô, meus dois avós eram fazendeiros de café, meu pai foi fazendeiro de café... Não tinha ninguém com curso de universidade, eu fui o primeiro. Já depois de mim não. Meu filho, por exemplo, é engenheiro porque foi... na mesma...

MP – (*falam ao mesmo tempo*)?

MB - ... (*falam ao mesmo tempo*) função do pai, é. Eu tenho um filho e duas filhas. Os três eram muito bons em Matemática, e eu pensei que os três iriam ser engenheiros. A filha do meio foi ser psicóloga e a caçula foi fazer Arquitetura. Arquitetura (?) Matemática também, mas... Então eu não fui influenciado por ninguém, veio...

MP – (*inaudível*) Mas influenciou.

MB – É. Diziam que eu ia ser, ia ser engenheiro porque eu gostava de desenhar, né?

MP – Como é que você avalia, por exemplo, essa área de Engenharia Ferroviária? Ferrovia, no Brasil – vou falar de coisas que você sabe muito melhor do que eu, né? – ferrovia, no Brasil, você mesmo veio de uma grande empresa, que era a CBS, que depois era a CBEI, que foi um período áureo das ferrovias, e depois veio uma decadência dessa área muito, talvez, por opções políticas do Governo, né? Optaram mais pelas rodovias e outras coisas assim, e isso afetou diretamente as ferrovias, ou no reaquecimento na época, talvez pelo Metrô e algumas grandes obras, e tal, mas nunca foi o que foi, né? E hoje, por exemplo, já não temos mais a rede ferroviária. Como é que você avalia essa profissão ou profissões que estão ligadas à ferrovia, nos dias de hoje ou num futuro?

MB – É, a ferrovia, hoje, foi toda ela privatizada, né? Então, hoje, pra ser empreiteiro tá muito difícil porque quase todas as ferrovias, hoje, a grande maioria das ferrovias do Brasil estão na mão da Vale do Rio Doce, né, quem está mandando é a Vale, atualmente, né, desde o Norte do Brasil até São Paulo, é quase tudo Vale, né? Ela pode não (?) direto, mas é... (*inaudível*). A Vale tem MRS, Ferrovia Centro - Atlântica, S.A., pega o Nordeste e vem até aqui, no Espírito Santo, e a Vale também. Só daqui, do sul de São Paulo, até o Rio Grande do Sul que a ALL, América Latina Logística, e parece que o acionista majoritário é a Ambev – fiquei sabendo essa semana – que a ALL está distribuindo até... nos estados do Sul ela é distribuidora da cerveja. Se é verdade, eu não sei, mas... Então, no sentido de você ter empreiteiro de firma particular, você é muito

espremido, né? Hoje em dia tem a concorrência, né? Antigamente, quando era Governo, você fazia a concorrência, o melhor preço ganhava. Aquele preço não muda, até um centavo, não muda um tostão, não. Hoje em dia você ganha a concorrência, ele vêm e te pede percentual de abatimento, pô! Se você entrou com 1.95, pra você ganhar 5%, o cara vem pedir: “Não, quero 20% de abatimento.” “Não, não dá pra dar 20%!” “Não, porque (?)...” “Não, o que é isso?!” Você vai discutir com esse pessoal? Não tem como discutir porque eles não tem (?), não sabem nem do que estão falando, pô, entendeu? (*inaudível*): “Bota o teu preço aí que eu boto o meu, o custo.” “Quanto custa?” O cara não sabe nada. Então que tá ficando difícil. Eu acho que, com o tempo, o empreiteiro ferroviário vai desaparecer (*rindo*).

MP – E a gente vai fazer como?

MB – Tem que botar pessoal deles lá. Porque pega uma empresa... Pegaram uma empresa agora pra trabalhar em São Paulo. A empresa botou lá dez caminhões novos, caminhão Munck, um monte de coisa, começou a trabalhar, apertaram, tanto apertaram que o cara abandonou, ele pegou e abandonou: “Fica com vocês, eu não quero mais.” Agora chamaram a gente e disseram: “Olha, a gente, com essa crise, não podemos pagar mais... Só podemos pagar depois de 90 dias.” Uma empresa igual a MRS, que é... bota milhões de toneladas... Se pegar uma firmeca igual a gente, pequenininha, e quiser pagar com 90 dias, quebra, vai quebrar, então vão ficar eles sozinhos.

MP - E os profissionais, vamos dizer, os operários que trabalham nessa área... como mestres, encarregados?

MB – Está cada vez mais difícil de você promover gente agora porque não tem mais o que tinha, remodelação de ferrovia, remodelação de sinalização, sinalização nova... não existe mais. Tem um lugar aí que o trem tá trafegando com um celular, é! Pede licença, vai passar, não vai passar. A sinalização que tem já é ultrapassada. Agora a sinalização é via satélite, né? Aquela que você fez, tá tudo ultrapassado. Agora faz via satélite e não tem mais fio pra roubar, né, (*rindo*), não tem fio pra roubar mais. Antigamente tinha que enterrar o fio e, assim mesmo... enterrava fundo, e ainda, assim que você ia testar, não passava corrente, e, às vezes, era... um quilômetro, tinham roubado o cabo enterrado. Isso não existe mais. Então eu acho que é um ramo que com o tempo vai desaparecer, acho que sim, porque tá tão difícil! Quebrou tanta empresa já! Era um bando de empresas. Tanto é que eles fazem concorrência, convidam até... dono de restaurante pra fazer ferrovia.

MP – Estão acabando as firmas especializadas...

MB – Ah, é, isso não exige mais currículo, não exige mais você ter atestado, você não ter atestado... Isso aí, pra eles, não exige, não exige. Você se candidata lá, então eles mandam uma carta te convidando, e você dá preço, mandam uma planilha. Vai tudo por Internet, né? Antigamente tinha documentação, mais os atestados que você tem, mais o currículo de cada engenheiro, o pessoal técnico, o equipamento que você tem, máquinas... Agora não existe mais nada disso: é uma planilha, via Internet, só, não tem mais nada. Então, qualquer paquiderme pode (*rindo?*) se habilitar.

MP – Me diga uma coisa, você está aposentado?

MB – Já, há muito tempo...

MP – (*falam ao mesmo tempo*)...

MB - ... muito tempo.

MP – Você acha que... o panorama que você tava apontando, dessa área ferroviária, você vê condições de estar formando algum jovem pra isso, alguma coisa assim? O que você acha que está faltando?

MB – Olha, a gente tá... a gente tem alguns engenheiros conosco. Os engenheiros que a gente tem com a gente... Tem um que tá trabalhando com a gente, que é estagiário, que deve se formar no ano que vem, o resto tem de 12 a 30 anos de formados. O Altair é formado, trabalha comigo, só comigo tem 30 anos já.

MP – O Alatair está com você (*falam ao mesmo tempo*)...

MB – Aqui no Rio, aqui no Rio, trabalha comigo. A parte do Rio é com ele, só com ele, eu e ele, então... Se formou em 78, fez 30 anos agora. Formou, já estava na CBEI. Ele se formou em engenheiro... como é que é... antigamente era engenheiro operacional, né? Depois, quando estava na COEFEE, ele acabou completando o curso de Engenharia Civil, aqui na Santa Úrsula, em 82. O Cléber tá com mais de dez anos de formado; o Larry tem mais de dez anos de formado; o Antônio Carlos muito mais anos de formado, mas todos eles entraram na época da CBEI e COEFEE, e estão até hoje com a gente. É uma equipezinha... Além disso, tem mais dois que eram da Rede, eram gerentes da Rede, chefes de linha, (*inaudível*), e... são nove, nove engenheiros. E não queremos crescer mais, não, viu? A gente só trabalha em torno... perto do Rio de Janeiro. Se digamos, o serviço sai em São Paulo, a gente agradece.

MP – Por quê?

MB – Porque vai perder dinheiro. Porque corre... é muita despesa de viagem, transporte, mandar equipamento,... Os problemas que acontecem lá, pra você resolver à distância é difícil, e você não tem garantia de contrato, né? A gente ganhou um contrato aqui, no Rio, para faturar 258 mil por mês. No primeiro mês, no primeiro mês, quando foi no dia 20, não pode passar de 100 mil, já tinha passado... já estava acima de 120 o faturamento. “Já passou de 100 mil! É dia 20 ainda! O que é que você quer que eu faça, mande todo mundo embora?” Não dá. Foi a 140 naquele mês. No mês seguinte foi a 120. “Não pode passar de 60”. Com contrato de faturamento de 258 mil. Como é que você acha que a empresa pode ir pra gente desse jeito?” Não tem jeito. É firma particular, você não pode acionar e, se acionar, você tá fora do mercado pra o resto da vida, né? Esse é o problema. (*inaudível*) (*ruídos estranhos*).

MP – Não, está cumprido todo roteiro...

MB – Foi a contento ou não?

MP – Foi, lógico!

MB – É?

MP – Tem todas as informações que eu preciso, mas eu deixo em aberto para você falar sobre a sua vida profissional, sobre, por exemplo... se você se realizou profissionalmente, como engenheiro, na sua profissão...

MB – O negócio é o seguinte: veja bem, eu poderia ter parado já de trabalhar a muito tempo. A gente não parou de trabalhar... Quando o pessoal da COEFE anunciou que não queria mais continuar trabalhando, iam fechar a COEFE, eu falei pra o Orlando: “Orlando...” Nós dois éramos os últimos diretores, nós dois tomávamos conta da COEFE. A SERTEP eles nunca se meteram. Quando o Binelli saiu, em 89, não quis mais, o Lago não quis mais, achou que estava... estava indo pra baixo, né? Estava um negativo, desgraçado na COEFE, e acabou que o (?) se afastou, pediu pra eles que não queria mais, voltou pra SERTEP, e ficou na minha mão. Aí eu peguei o Orlando e falei: “Orlando, vamos nós dois tocar?” A COEFE emprestou pra gente... a SERTEP emprestou pra gente 500 mil dólares, na época, pra gente... Estava (*inaudível*), mas sei que, até a gente levantar, quando a gente foi ver, a gente estava devendo pra eles um milhão de dólares. Nós começamos a correr atrás, a gente era jovem, mais jovem, né, correr atrás (*inaudível*). (*inaudível*), em duas horas nós pagamos um milhão de dólares, duas horas que fizeram um milhão de dólares. E eles emprestaram pra gente, em vez de emprestar em Real – o dinheiro sei lá o que era, era Real, né? – emprestaram em dólar. A gente tinha que pagar pra eles em dólar, com o preço do dia, do dia. A gente pagou

e... eles não quiseram mais ficar, em 98, 99: “Ah, vamos fechar e tal...” Tinha ainda umas cinco ou seis obras. Aí falei: “Vamos montar uma firminha pra gente. Vamos acabando as obras aí, encerra os contratos.” Encerramos. “Vamos montar uma firminha pra gente, então (*inaudível*).” Manda uma carta pra CBTU, uma carta para as Docas, uma carta pra Rede, uma carta não sei pra quem, ... Fiz uma carta dizendo que nós, que éramos diretores da COEFE, tínhamos fundado uma outra empresa, com outro nome, e eles passavam o contrato pra gente – eles já conheciam a gente – e que eles avaliassem se topavam. “Ah, faturei em nome da COEFE”, e eles passavam pra gente, entendeu? Foi feito... mas tudo amigavelmente, sem briga, nós saímos de lá sem briga... Você acredita que até hoje nem eu nem o Orlando fomos indenizados? Até hoje, nunca indenizaram a gente? E a gente comprou todo equipamento, eu e o Orlando compramos os caminhões velhos, os carros, máquinas de linha, ferramental, tudo o que tinha a gente foi comprando devagarzinho. Com esse dinheiro da compra do equipamento deles que a gente comprou – a gente ia faturando, ia faturando na COEFE e comprava, né, mais um pouquinho, mais um pouquinho – a gente indenizou 300 funcionários que tinha a COEFE, um por um, não ficou ninguém sem indenizar. E todo mundo foi indenizado perante o juiz, com assessoria do Sindicato da Construção Civil. O Sindicato acompanhava o peão e indenizamos todo mundo, desde o engenheiro até o faxineiro. Não teve nenhuma reclamação trabalhista: todo mundo recebeu sua indenização. Aí a gente escolheu o (?), o pessoal que ficou com a gente, porque a gente quis montar a COEFER, não pra ganhar dinheiro, mas pra ajudar gente que estava conosco há vinte e tantos anos, trinta anos! (??) com a gente que, pô, engenheiro com 45 anos sai dali e não acha outro emprego! Peão: não acha outro emprego, quer dizer, só sabe fazer aquilo, desde mocinho, pô, já tá... na rua da amargura! Então, pra ajudar esse povo, eu e o Orlando fundamos a COEFER, e os melhores e mais antigos ficaram com a gente. Tem gente que a gente carrega nas costas até hoje, não produz mais nada, entendeu? Um cara com setenta, oitenta anos, tá com a gente ainda. O cara não faz mais nada e enseba o dia inteiro, entendeu? Fica ciscando aqui e ali, mas não... Então a gente comprou isso porque... eu não sei ficar parado. Num feriado longo – uma sexta, um sábado e um domingo – no domingo eu já estou indócil dentro de casa, doido pra que chegue logo a 2ª feira pra vir logo pra o escritório, pra ter alguma coisa pra fazer. Eu não sei ficar sem fazer nada, não sei. A gente vai trabalhando até chegar o dia fatal, né, porque... não sei ficar sem fazer nada, a não ser que venha alguma doença aí que impeça de andar ou de raciocinar, entendeu, que eu não possa trabalhar. Mas eu acho que eu duro muito ainda

porque a minha mãe tá inteira lá em casa, com 99 anos, pô, 99, vai fazer 100 anos no ano que vem agora, pô!

MP – Que bom!

MB – Eu me sinto, profissionalmente, como engenheiro, realizado. Eu trabalhei a vida inteira, sempre desse ramo, e sempre satisfeito. Eu nunca mudei de ramo. Eu comecei a minha vida profissional, antes, quando estava na Engenharia, em construção civil, trabalhei em construção civil. Entrei na CBEI, me convidaram, e me pagaram 50% acima do salário do cara que (??), (?) Engenharia mais do que o maior salário da minha turma. E eu entrei e gostei, e acabei ficando até hoje, né? (*rindo*) O que mais?

MP – Esse desfecho foi ótimo. Eu vou encerrar aqui... (*interrupção na gravação*)

FINAL DA ENTREVISTA*

* Essa gravação teve e duração de aproximadamente 35 minutos.

I. 3 - ENTREVISTADO: ORLANDO DE OLIVEIRA VICTORINO

Data: 02 / 02 / 2009

Local: Sede da empresa COEFER, no antigo pátio da ex-RFFSA/ SR3, em Barra do Piraí, RJ.

OV – Minha relação com a Ferrovia começou quando eu era estudante de curso técnico de estradas, antiga Escola Técnica Nacional. No Primeiro ano, praticamente fiz o meu estágio de ferrovia, no trecho da antiga Estada de Ferro Leopoldina, naquela época estava sendo alargada a bitola, de um metro para um metro e sessenta. Eu fui estagiar lá por um mês e daí me identifiquei com a ferrovia, achei que era aquilo que realmente precisava e gostaria de ter uma formação. E daí eu consegui, num desses estágios, um estágio de longa duração, que eu ia a obra em toda parte dessa área e... ou final de semana (*inaudível*). E daí eu comecei a me identificar em muitos trabalhos lá, trabalhos que se estenderam até 1967, quando foi concluída e eletrificação do trecho Triagem – Penha Circular. Aí eu já estava na empresa CBO, Companhia Brasileira de Obras, e daí eu fui transferido pra obra de Triagem, do trecho Francisco e Sá – Belford Roxo. E continuei trabalhando até que me formei como técnico. Daí tive uma oportunidade dentro da empresa, e eu fiz a minha base pra entrar... fiz o pré-vestibular pra poder entrar na faculdade. Comecei, na UFRJ, o Curso de Engenharia de Operações, um curso de curta duração, que eu julgo que, realmente, a formação que um engenheiro como eu precisava ter, então um curso, realmente, que... junto com o Curso Técnico de Estrada, me deu uma grande formação, muita base. Então, quando eu me formei em Engenharia de Operações, surgiu a oportunidade, em Barra do Piraí, pra operar o estaleiro de solda. E daí em diante eu comecei a me dedicar à parte de soldagem de trilho que também tinha uma atividade que, na escola, eu tinha conhecimento. Desenvolvi e desenvolvemos nesse trabalho, um trabalho muito importante que foi a recuperação desse estaleiro de solda, eu eram... tão poucos no Brasil que existem, poucas unidades. O que ele fizeram já estava na década de 50, e ele foi totalmente reformado e reformulado seus equipamentos através de um consórcio junto com a Slatter (?), uma firma suíça. Esse estaleiro ganhou projeção dentro da Ferrovia. Nessa oportunidade surgiu a necessidade da minha disponibilidade inteira em ferrovia. Em 73 eu passei a ser responsável pelo trecho ferroviário de Japeri até Três Rios, o serviço de remodelação de toda ferrovia pra receber o projeto da MTE(?), que é o transporte de minério em maior

escala pra ser embarcado no porto de Mangaratiba. Trabalhei nesse período todo, fizemos projetos, e a parte de estaleiro avançou... Foram feitas concorrências internacionais, e nós ganhamos a concorrência pra montar um outro em Barra do Piraí e outro em Pedro Leopoldo, que são as duas unidades, talvez, as da... ainda, aparentemente, mais modernas que existem aí do... apesar do tempo, porque não é uma instalação que se monta todo dia, em qualquer lugar. Então foi um negócio que eu me dediquei bastante... Depois operei essas instalações e depois, a Rede absorveu, e eu me dediquei simplesmente à parte ferroviária propriamente dita, da via permanente... Fizemos também... coordenei também a parte da obra do cabo de telecomunicações, junto com outro colega... Daí a minha vida ferroviária seguiu, né, dentro desse... dessa parte de via permanente, justamente em Barra do Piraí, onde eu resido hoje, desde 72. E hoje temos a nossa empresa, empresa que eu criei (??) sócio, também no segmento ferroviário, e essa é, basicamente, a minha trajetória dentro da Ferrovia.

MP – Deixe eu te fazer uma pergunta...

OV – (*falam ao mesmo tempo*) pra relatar aqui porque é uma coisa...

MP – Não... Então vou fazer algumas perguntas, porque ainda tem tempo. Você nasceu quando?

OV – Quando?

MP – É. Só pra ter um...

OV – Data?

MP – É.

OV – 28 de abril de 43. Na minha família não tem ninguém ferroviário.

MP – Não tem ninguém ferroviário?

OV – Não.

MP – Mas você conseguiu influenciar algum? Tem algum filho ou alguém...

OV – Nenhum.

MP – (*inaudível*).

OV – Minha filha é oncologista, meu filho é... como se fosse engenheiro, né, Informática, então não tem ninguém pra dar seguimento a isso. Não tem ninguém da família, de antes, anterior a mim... A única ligação que eu tenho é aquele trem, eu tinha sete anos e resolvi, realmente... Eu que decidi pela primeira vez ter um brinquedo, foi por aí.

MP – E como é que é essa relação sua do trabalho com a vida do dia-a-dia?

OV – Com o quê?

MP – Com o trabalho e a vida do seu dia-a-dia, do seu cotidiano. Você mistura, você confunde, ou você sai daqui, fechou, vai pra casa e não pensa na Ferrovia, não pensa no seu trabalho, não pensa (*falam ao mesmo tempo*)...?

OV – A Ferrovia é uma parte que eu me apaixonei. Na época da Rede, eu acho que essa coisa é mais latente. Havia um entrosamento muito grande entre os ferroviários, Rede Ferroviária, e as firmas empreiteiras. A gente participava... às vezes até ajudava muito, porque havia mais entrosamento. Hoje em dia, depois da privatização, a gente simplesmente é contratado para executar e... acabou, não existe. Então, ser ferroviário, hoje, é um negócio até... Eu, aparentemente, sinto que se exauriu, porque dentro da própria iniciativa privada eu sei que as pessoas ali não se sentem ferroviários, porque as pessoas não têm mais aquele sentimento ferroviário. Eu chamo simplesmente um agenciador, e as pessoas que lidam com você estão em cargos de alta rotatividade, né, não existe raiz. Então isso preocupa, preocupa porque aquele ferroviário, que sempre se sentiu ferroviário, ele vai sendo alijado desse processo porque a coisa tem uma tendência muito comercial, entendeu? Então... existe isso realmente a parte profissional, lógico, mas não é profissional... profissional... específico, entendeu? Então isso, realmente. Já relatei isso, inclusive, a pessoas da iniciativa privada que a gente tem contato, que tem liberdade pra poder falar, e eles até concordam que estão preparados, entendeu, pra dar resultados. Eu acho que resultado é importante, mas tem que vir dentro de um contexto maior. E as empresas que são colocadas, elas hoje, se você observar, a maioria, elas não têm um ferroviário, entendeu, elas têm uma pessoa que criou uma empresa, e que ferrovia, no passado, existiam quatro, cinco empresas, e que hoje existem mais de cinquenta. Então, todo mundo, hoje, sabe mexer com ferrovia,

sabe fazer ferrovia, então é um negócio muito estranho saber essa... saber até fica meio duvidoso, mas sabem, compram as ferramentas, (*inaudível*), daí a pouco criou a firma tal, realmente... Não existe formação ferroviária (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – (*falam ao mesmo tempo*)...E os nossos encarregados, nossos feitores?

OV - ... então eles estão aí até hoje. Então as pessoas vão atrás dessas pessoas e conseguem fazer as empresas, entendeu, assim, meio que...

MP – Agora, essas pessoas estão acabando, né?

OV – Hein?

MP – Essas pessoas estão acabando.

OV – Estão acabando.

MP – E aí, qual a perspectiva disso?

OV – E aí a gente não consegue...

MP – Formar?

OV – Os mais jovens não se interessam muito. Aqui na nossa empresa nós já temos alguns que estão tentando dar um passo... A gente tem que conscientizar fazendo isso, conscientizando, explicando, tal, mas, ao mesmo tempo, ao não posso dar a condição de fazer um curso, entendeu, uma especialização. Então eles vão aprender aqui, com a gente, né, aprendendo com os mestres mais antigos, vão passando... Há uma dificuldade nessa passagem porque nem todos mestres querem passar porque se sentem ameaçados, apesar de eles fazerem um trabalho muito de perto mesmo, mostrar, que a coisa não vai por aí... Esse problema nós tivemos também quando implantamos a ISO 9000 aqui na nossa empresa. Havia uma dificuldade muito grande, houve uma resistência... As pessoas resistem a certas coisas que vão mudar a rotina, né? (*inaudível*) que essa passagem de conhecimento, temos conseguido, mas eu acho que teria que ser numa velocidade maior.

MP – Vocês implantaram o programa de qualidade nessa empresa?

OV – Implantamos (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – É?

OV - ... mas já tem um ano e meio já.

MP – Bom.

OV – Isso foi um passo que nós demos aqui porque... nós nunca fomos exigidos, né, mas eu acho que estamos caminhando para a exigência. Então nós não vamos esperar, nossa idéia foi antecipar, então nós nos antecipamos. Então nossa empresa eu acho que é uma das poucas que têm ISO na ferrovia. Foi um negócio muito bom. A gente teve resistências internas, mas que foram quebradas rapidamente, que a coisa funciona e só trouxe melhoria, né, isso aí...

MP – Foi rápido, mas você foi preciso.

OV – Hein?

MP – Você foi rápido, mas foi preciso. O ponto que eu achei mais assim... que eu mais queria ouvir de você foi que você falou sobre essa preocupação da continuidade de formação dentro da área, né?

OV – É, formação é de extrema importância porque, você vê, nós temos um mestre... Teve um mestre que pediu... “Eu não agüento mais. Estou bem, mas estou na hora de parar.” Tem 76 anos. Então você fica segurando: a cabeça funciona bem, mas... né? Mas, ao mesmo tempo, você tá sentindo que você não é mais um jovem pra... Eu mantenho um trabalho aí de... uma meia-dúzia de funcionários tentando aprender. Também... porque a pessoa que vem de servente, normalmente, a cabeça dele é difícil na hora que fala que tem que mandar nos colegas dele, esse é que é o problema. Não que ele não absorva a parte técnica, mas não quer ser...

MP – (*falam ao mesmo tempo*)...

OV – Então esse é um trabalho que você tem que fazer muito lento, faz reuniões aqui, entendeu, motiva pessoal, entendeu? Esse é o trabalho que a gente costuma fazer, e está conseguindo alguma coisa, ou seja, pra o nosso gasto... Eu agora não sei nas outras empresas o que está acontecendo. Esse é um mercado grande, eu estou olhando é em termos de empresa.

MP – Agora, isso que você tá identificando é uma coisa da região, Rio de Janeiro, Sudeste? Toda essa situação que você está falando de pessoal, tudo, a saída da Rede está no Brasil inteiro, essa mudança é no Brasil todo?

OV – Eu acho que sim.

OV – Eu acho que a situação... Você quer ver? A parte de sinalização ferroviária, deu uma parada. Por quê? Porque aqui, na MRS, o que é que aconteceu? As firmas que ficaram com as pessoas da MRS, hoje a Rede, que já estão hoje aí, beirando sessenta anos... fica difícil porque você faz um serviço, o sistema só eles que sabem, né, não foi formado... não houve formação depois que a Rede terminou, a MRS não investiu nisso, não se interessou, se interessou em terceirizar, mas também não deu capacidade pras empresas darem continuidade, para as empresas poderem investir nisso. Então, hoje, você vê aqui na ferrovia, é uma meia-dúzia de técnicos que eram da época da Rede e que um dia vão acabar, e não fica ninguém, né, pra entender realmente. Eletricista você arruma em qualquer eletricista, agora, entender... o problema é complicado. Nós apenas demos um basta... Fomos convidados para uma concorrência, mas não... entendeu, porque a gente sabe que é difícil. Nós temos aqui um engenheiro, que é o Mauro, que era da Rede, tá aqui com a gente. De vez em quando dá pra você sair, mas aí você esbarra na parte técnica de campo. Então, a Ferrovia, não só na parte de sinalização, como toda parte, ela é carente, e não existe movimento pra que melhore, é mais um problema. A Vale do Rio Doce, hoje, quando põe licitação, ela quer 2º Grau, e tudo. Como? Não existe escola de formação de mestre. Como é que o camarada que se formou no tapa vai ter hoje 2º Grau? Então eu acho que essa exigência é fruto da evolução, tem que ser assim, não é mais... A realidade não condiz com o papel. Aí o que é que fazendo? Acomodações, né, porque, se levar a ferro e fogo, não vai acontecer, não acontece. Então esse que é o grande problema que eu acho da ferrovia: falta de formação e a falta de um ferroviário. Eu acho que o ferroviário, a figura do ferroviário...

MP – Tá acabando?

OV - ... aquele camarada que tinha um... um instinto de ferrovia, vivia ferrovia. Não existe mais. Eu era até confundido com o pessoal da Rede como se fizesse parte dela, por várias vezes aconteceu isso porque eu fazia parte. Hoje eu não me sinto, hoje eu sou realmente... negociante, né? Custei muito a quebrar isso porque isso pra mim foi duro,

né, você... sabe. Se você ficar sentindo, tem que cair na real: a empresa tem que sobreviver; as negociações, hoje, são, eu diria assim, de muita mentira, muita... entendeu, as coisas são assim, entendeu? Aí você começa a ter que viver esse tipo de vida. Não adianta que você não vai mudar o mundo e, com isso, aquela ligação ferroviária... Eu, pra ir ali [**referindo-se à parte que era da RFFSA e hoje pertence à empresa MRS**], eu tenho que pedir ao cara pra abrir o portão, hoje. Antigamente, eu podia entrar, eles aceitavam. Hoje não, nem eles se entendem como ferroviário, com raras exceções. É triste a gente falar isso, mas é verdade. O ferroviário, realmente... Você vai encontrar isso no passado, nas pessoas que saíram e que hoje tem idade, mas nesses tem ainda o sentimento, porque eles saíram na fase antiga. Hoje em dia ninguém fica preocupado que a estação tá caindo, que o trilho tá cheio de mato... No passado era o orgulho de... da ferrovia. Hoje em dia não. Você vê o pátio. Se você observar o pátio. Eu não diria abandono, mas (*falam ao mesmo tempo*)...

OV – É, o aspecto é de abandono, (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – (*falam ao mesmo tempo*)...

OV - ... mas que não... entendeu, não... (?) não se dedica (??). Pra ser ferroviário é (?), é o patrimônio, é lá o trem produzindo, funcionando, é (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – (*falam ao mesmo tempo*)...

OV - ... né, você ter técnica. Nada impede uma coisa da outra. Hoje em dia... Eu sinto isso. Eu não sei se é o meu sentimento... Eu acho que ele é bem realista.

MP – Eu concordo. Você quer acrescentar mais alguma coisa?

OV – Hein?

MP – Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

OV – É basicamente isso. É isso que eu te falei no final...

MP – Esse é o final, a conclusão.

OV - ... Hoje eu me vejo como... dono de firma, né? (?) você me conheceu, você sabe (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – É.

OV - ... fazia aquela coisa com aquela vontade de ajudar a Ferrovia. Hoje em dia não, eu sou um gestor, né? A Ferrovia... eu gosto. Às vezes... agora apareceu um problema lá no Rio, eu tive que fazer lá um trabalho com uma pessoa particular... Adorei fazer o negócio, legal, (??).

MP – Ferrovia, né?

OV – Defini algumas coisas e tal... Me senti assim, meio... voltei a ser ferroviário por pelo menos dois dias. (*rindo*). A coisa é complicada. Mas no resto eu sou gestor, igual a qualquer um aí... A coisa vai se perder. Os próprios engenheiros aqui acabam também tendo que entrar nisso, (??)... Ainda são também um pouco daquela tradição, mas que eu chamo eles e falo: “Ó, não adianta viver disso, tem que viver a realidade.” Porque, se depender, o pessoal é agressivo, né, então não tem que ficar preocupado com isso, tem que sobreviver. Agora, procuro fazer dentro disso que eu te falei.... Agora mesmo nós recebemos a menção do CREA (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – (*falam ao mesmo tempo*) O Mílvio, ele mostrou uma premiação.

OV – (*falam ao mesmo tempo*).

MP – Ele mostrou um certificado (*falam ao mesmo tempo*).

OV – É, nós fomos condecorados lá, (*inaudível*), saiu no Globo... Isso não vale nada financeiramente, mas vale aquele negócio que eu te digo: é importante a gente (?)...

MP – Vale sim.

OV - ... Recebemos uma carta do prefeito... Como nós estamos...

MP – (*falam ao mesmo tempo*), né?

OV - ... sempre tivemos uma situação financeira estável, então isso tudo é muito bom, porque isso não enche barriga, mas ajuda bastante, né? Olha, foi legal, saiu no Globo, né? Então, quer dizer, coisas que a gente faz e que a gente sente com um sentimento melhor. É isso aí, o resto... ser ferroviário eu continuo sempre porque sou ferroviário,

né? Porque essa é realmente (??) que (?) e também por a gente não ter apoio pra preservar...

MP – (*falam ao mesmo tempo*).

OV - ... aquela cultura. Você vê que aqui em Barra do Piraí, aquele prédio está há mais de quinze anos, né? Cada hora (??), né, coisa... Então, quer dizer, (*inaudível*). Eu poderia estar ali (?)... Tem muita coisa aqui de ferrovia que eu gosto. Outros (*inaudível*), vários, (?) pessoas (??), mas não conseguem, e isso ajuda a enfraquecer mais a...

MP – Uma cidade como essa...

OV – (*falam ao mesmo tempo*) sou saudosista ou (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – Não, (*falam ao mesmo tempo*) uma cidade como Barra do Piraí, boa parte dela tá dentro da... as raízes dela estão na ferrovia, né, (*falam ao mesmo tempo*)...

OV – (*falam ao mesmo tempo*) foi o maior entroncamento ...

MP – ... (*falam ao mesmo tempo*)... Foi o maior entroncamento rodo-ferroviário da América Latina.

OV - ... (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – (*falam ao mesmo tempo*).

OV - ... ferrovia, né, basicamente. Hoje ainda (?) muito... dos aposentados da Ferrovia, financeiramente. O apoio dela ainda é... que vão morrendo, porque os outros é que são transitórios (?). (*inaudível*) que eles não param, né? Um camarada do Maranhão vem pra cá, daqui a pouco daqui vai lá pra Vitória, entendeu, então não vai ter essa...

MP – (*falam ao mesmo tempo*)...

OV – (*falam ao mesmo tempo*) pra baixo é terceirizado, né, (??) ferroviária mesmo não (?). (?), realmente, poxa, eu viajei aqui de trem de passageiro, pô... Eu vinha do Rio pra cá, eu andava no Rio, vinha pra cá, voltava, tinha trem sempre... Hoje em dia simplesmente é trem de carga e acabou, a estação toda deteriorada, ninguém quer dar um centavo pra preservar nada, tudo acha que o poder público que tem que (?)... É

complicado. Eu, agora, ultimamente, tenho investido através do prefeito, tal... Ontem mesmo falei com ele: “Olha, vamos investir.” É isso aí.

MP – Tá bom. Obrigado pela... (*interrupção da gravação*)

FINAL DA ENTREVISTA*

* Essa entrevista teve a duração de 25 minutos e 31 segundos.

I.4 - ENTREVISTADOS: SETEMBRINO DA SILVA ROSA E CARLOS ALBERTO TEIXEIRA

Data: 03 / 02 / 2009

Local: Oficina da empresa COEFER Ltda., antigo pátio da RFFSA – SR3.

Barra do Piraí, RJ.

MP – Bom, vamos começar com o sr. Setembrino. Setembrino, pode começar a falar um pouco.

SR – Meu nome é Setembrino da Silva Rosa. Eu trabalhei... cheguei em Barra do Piraí. Nasci, em primeiro lugar, em 11 de setembro de 1931. Estou com 77 anos. Há... dezoito pra dezenove anos já aposentado. Continuei trabalhando, não parei sequer um dia, continuei trabalhando, né? E trabalhei, cheguei em Barra do Piraí, eu, um cidadão barrense, fui agraciado como Cidadão Barrense, em 1940. Trabalhei na Light. Participei das atividades esportivas da minha cidade, Barra do Piraí. Fui diretor social, fui jogador de futebol, fui diretor social do Royal Sport Clube por quase trinta anos. Construímos uma vida no clube, fizemos uma sede. Hoje é uma cidade com 80/90 mil pessoas, que num clube eu participo até hoje. Então sou benemérito, sou... uma porção de coisinhas, né? Vim para a ferrovia, né, trabalhei na Light, companhia de eletricidade, primeiro, quando fui dispensado. Na época, não podia fazer dez anos. Minha família toda é *lighthiana*, toda minha família. A gente, naquele período, não podia deixar completar dez anos, a estabilidade era de dez anos, fui dispensado. Vim através do pai dele, sr. Júlio Teixeira, pai do Carlos Alberto Teixeira, que era empregado do depósito, que era chefe do depósito da Rede Ferroviária, na época, Central do Brasil, e... fomos pra o estaleiro de solda de trilho, em Pulverização. Lá adquirimos um *know how* muito grande de solda de trilho, que é a arco elétrico. Trabalhamos ali o quê? Vinte e cinco anos, né?

CT – Vinte anos.

SR – Vinte anos ali, vinte anos. Fizemos ali, aprendemos o que era soldar. Nós começamos... implantamos..., quase não é reconhecido, poucas pessoas sabem disso, mas, no Estado do Rio, no Brasil não, porque em São Paulo já fazia, com a Santos – Jundiaí, mas na região pra cá fomos nós que implantamos a solda de trilho, com Orlando. Orlando era o chefe da operação. Implantamos uma solda de barras de 240 metros. Soldamos, participamos de todo movimento de renovação dessa linha, tudo isso. Trabalhamos em dois turnos, naquela época de dois turnos, três turnos... Aprendemos

muita coisa, que a gente... Tem muitas pessoas que trabalham, passam por cima, não sabem o que é que aconteceu. Nós não,... tivemos uma história. Eu até faço questão, sinceramente, de falar isso porque eu tinha muita vontade de ficar gravado (*falam ao mesmo tempo*).

MP – (*falam ao mesmo tempo*)...

SR - Por incrível que pareça...

MP - ... uma oportunidade.

SR - ... por incrível que pareça, antes da gente deixar a vida no planeta, a gente vai gravar isso aí e falar o que eu tinha vontade de fazer: é fazer o que nós fizemos, falar o que nós fizemos e... Orlando reconhece o que a gente fez... pouca gente reconhece, que eu... Dizem aquele negócio de museu, quem gosta de passado é museu, mas a história é importante, né? Nós fizemos uma história. Por nós termos feito a história, nós aprendemos. Aposentamos. Ele foi pra Rede Ferroviária, eu continuei lá no Grupo. Ele saiu, foi convidado pra ir pra Rede Ferroviária, foi, e eu continuei no Grupo. E estamos aí, já, depois de aposentados, já há quase vinte anos, e não pretendemos parar tão cedo.

MP – Por quê?

SR – É prazer.

MP – É prazer?

SR – Porque... A pessoa costuma a falar assim: “Você tá maluco? Você vai morrer trabalhando.” Na minha casa, a minha família fala isso comigo, falava isso comigo. Eu perguntava a eles se tinha diferença morrer trabalhando ou parado. Se é melhor, eu paro; se tem diferença pra melhor, vou escolher o melhor. Se me der esse direito, eu escolho o melhor sempre. Então a gente tem o prazer de trabalhar, gosta, né, porque o trabalho, desde o momento em que haja... que você tá trabalhando porque você gosta, num ambiente bom, você gosta do que você tá fazendo, ele é prazer, ele é lazer. A vida da gente constitui em que tempo? Nós temos dez horas aqui dentro pra ajudar a passar, (*inaudível*) (*forte ruído*). Se consumindo no tempo não faz nada o aposentado, como é que ele vai ficar? Como é que ele vai ficar dez horas, né, sem fazer nada, né?

MP – Deixe eu te fazer uma pergunta nesse sentido. Você consegue... por exemplo, você tá aqui há dez horas, trabalhando, ou seja, então, se você sai daqui, você esquece seu trabalho...?

SR – (*falam ao mesmo tempo*)...

MP - ... você desliga ou...?

SR – Desligo.

MP – Você desliga completamente?

SR – Desligo completamente. Graças a Deus, Deus me deu esse privilégio: tanto desligo da minha casa quando venho pra cá, quanto desligo daqui quando vou pra lá...

MP – Interessante.

SR - ... porque se não, ficaria complicado a gente ir embora... A gente embola as coisas. Eu não consigo. Eu não penso na minha casa quando estou aqui. Às vezes...

MP – É claro.

SR - ... mas o dia-a-dia aqui, a normalidade, não, não penso, a não ser que (*inaudível*), alguma coisa desse tipo, mas eu não me ligo. Saio de lá pra cá, monto na minha bicicleta... Moro lá, próximo ao Belvedere, que você deve conhecer...

MP – Conheço.

SR - ... moro lá, monto na minha bicicleta e vou embora de manhã, saio às seis horas da manhã. Chego aqui e me desligo completamente de lá, da minha casa, completamente. Vou almoçar, almoço, vou na minha casa almoçar, volto, mas quando estou aqui, e quando estou lá, me desligo daqui, completamente. Não penso em nada que eu fiz durante o dia.

MP – Deixe eu só te fazer uma pergunta. Essa experiência toda que o senhor tem de trabalho, tudo, o senhor já deve ter formado muita gente, né?

SR – É... Como assim?

MP – (*falam ao mesmo tempo*).

SR – Muitas e muitas pessoas passaram por nós, muitas, muitas. Muitas já se foram, muitas, com a idade que a gente tá adquirindo, muitas pessoas foram muito mais cedo. Até vamos ver se depois a gente faz uma... eu ia parar pra conversar a respeito disso, as pessoas... amigos nossos, que passaram por nós, fomos chefes deles, e que já se foram, e a gente ainda tá aí, com bastante pegada, com bastante vontade, nós estamos aí. Eu, sinceramente, não gosto de achar... eu não vejo velhice.

MP – Uma coisa que eu queria conversar... Vamos parar nesse ponto?

SR – Vamos, vamos.

MP – Aí eu vou ver um pouco a voz do sr. Carlos Alberto...

MP - ... (*falam ao mesmo tempo*) e depois a gente retorna a esse ponto... da velhice e do trabalho, tá bom?

SR – É, é. (*rindo*)

MP – Carlos Alberto, fala você um pouquinho.

CT – Bom, eu... (*todos falam ao mesmo tempo*) (*risos*).

CT – É. Eu nunca posso falar, não posso falar. Sou Carlos Alberto Teixeira. Me tratam muito de “Beto” porque a maior parte não me conhece como Carlos Alberto Teixeira, é como Beto, né?

SR – (*falam ao mesmo tempo*).

CT – Eu iniciei meu trabalho de maior, em 1961, na Fábrica de Papel Piraí. Saí em 1962. Como ele lhe disse, meu pai arrumou pra mim uma vaga em Pulverização. No dia nove de abril de 1962 eu entrei pra o Estaleiro de Solda, CBS naquela época, tá? E da CBS ali foi pra CBEI, né, depois COEFE e, depois, CBO. Mas quando foi iniciar a CBO, eu fui convidado, em 82, pelo engenheiro Milton Goulart, que era o engenheiro fiscal, né, da Rede Ferroviária e me convidou se eu queria trabalhar com ele no Estaleiro de Solda. Aí, então, saí da empresa, em novembro de 1982, para prestar os exames para entrar para a Rede Ferroviária. Fui admitido para essa brincadeira no dia 1º de dezembro de 1982. Saí aposentado, né? Fiquei dezoito meses sem fazer nada, descansando, (*rindo*) e no dia 27 de outubro, iniciei pela COEFE (*forte ruído externo*) contrato com o estaleiro, onde eu trabalhei na época, 15 pra 16 anos, e ficamos lá dois anos, trabalhando. Depois acabou o contrato, retornei pra essa sede aqui, que era da Rede Ferroviária, que o Orlando conseguiu alugar, pra nós organizarmos tudo pra ficar do jeito que está hoje. Bom, (*inaudível*) em todos locais, (*inaudível*) separado, né, a companhia era num lugar, o escritório era no outro... Hoje não, hoje aqui pega do escritório até a oficina, entendeu, continua. E estamos aí, trabalhando dia a dia porque... Eu acho que o trabalho, pra mim, é a melhor coisa que existe até hoje, porque a gente tem família, temos filhos pra educar, pra se formar, neto, bisneto (*falam ao mesmo tempo*)...

SR – (*falam ao mesmo tempo*).

CT - ... que se formou agora, no fim do ano, vai continuar fazendo Letras, então, como se diz, o vovô não pode parar agora, só Deus é quem sabe. E, graças a Deus, me sinto feliz porque já cheguei na terceira idade. Eu sou tri, sou pai, avô e bisavô, então eu me sinto feliz de Deus ter me dado essa alegria, né, que eu ainda brinco que isso não é pra qualquer um...

SR – (*falam ao mesmo tempo*) consegui, (*risos*) (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – (*falam ao mesmo tempo*).

CT – E estamos aqui, nós consideramos uma família, tá? Já passou muita gente, como você mesmo já falou, em nossas mãos, tá? Lidamos com eles, temos amizade, né, lá fora, porque aqui dentro a gente modifica um pouco, a gente passa a ser chefe, pra não deixar misturar as coisas: amizade é uma coisa e chefe é outra. E, como se diz, pra trabalhar, eu, por exemplo, fui trabalhar, o meu problema, antes das sete e trinta fica lá fora, fica lá fora o meu problema. Então, das sete e trinta até dezoito horas a gente se concentra só no serviço, tá? Se tem um probleminha de família, sempre tem um problema no trabalho, sempre tem, e eu gosto de trabalhar. Eu me sinto satisfeito em trabalhar porque eu sou uma pessoa muito exigente, com horário principalmente, tá, porque... Por isso que eu acho que o Orlando confia muito na gente, tá, confiamos nele. Porque o Orlando, quando veio pra cá, prá nós ele era uma criança, né, veio acabar de se formar aqui, entendeu? Então, fora disso, ele tem (*falam ao mesmo tempo*)...

SR – Tem quarenta (*falam ao mesmo tempo*).

MP – Quarenta anos (*falam ao mesmo tempo*)?

CT - ... a gente vive com ele assim, e correto é pedir a Deus, que a gente vai continuando, porque eu acho que parar de trabalhar vai modificar a vida completamente. Porque a gente que convive em casa... quer dizer, de minuto em minuto você passa a saber dos problemas todinhos dentro de casa, e você, trabalhando, passa a não ver os problemas que tem dentro de casa.

SR - Você tem que ter um... você tem que ter... a gente tem que ter meios para que você conduza pra lá o que o trabalho te absorve aqui. Se você tem... se você tem – mesmo que eu digo que não sei – você absorve, você distrai, você vai pra lá... é o modo de vida que a gente escolheu pra viver. É (*inaudível*), mas (??) diferente, assim: uma filha está em Portugal, foi trabalhar em Portugal; um filho meu faleceu recentemente, trabalhava com a gente aqui. Tenho dois filhos que trabalham comigo, aqui tinha dois... Um faleceu – por sinal, muito inteligente o menino – e o outro tá sendo ta sendo formado igual à gente, é o Pinduca.

MP – Pois é, eu conheço.

SR – Conhece o Pinduca? Já viu, com os cabelinhos lisos, meu filho.

MP – Trabalhei com ele.

SR – Pois é, é meu filho. E você trabalhou com o Edmar...

MP – Eu trabalhei com ele.

SR - ... o Edmar, que meu filho que morreu. Acho que faz uns três anos já.

CT – Quatro anos.

SR – Quatro anos. Na época, quem chefiava o escritório era ele, o Edmar, Gifoni, você estava aí. Foi na época do cabo, você estava aí.

MP – (*inaudível*).

SR – Então... eles, minha filha, que trabalha comigo, que trabalha no Estado, no Estado... Aí a gente... A minha mulher faleceu também, aí eu fiquei meio à deriva, porque você perde as coisas que você gosta. Eu gostava muito da minha esposa, muito, gostava muito, demais, nem imagine! Mas isso eu coloquei como coisa da vida. Eu não fui o primeiro nem o último, isso vai acontecer com todo mundo. Você tem que ter um plano, você tem que ter uma cabeça, pra saber que você... não queria... que, por você, isso não aconteceria... Mas quem somos nós pra brigar com o Homem? É bom orar pra Ele, né? Então eu escolhi trabalhar porque o que é que acontece, trabalhando? Nada de se aposentar. Não sei se você... você sabe dessa história, é claro, todo mundo sabe, o aposentado é o mercado pra morrer (*rindo*) sem nada, porque o Governo, hoje, o salário realmente,... Você sai com cinco salários, seis salários, quando você vai ver, quando você vai ver, tá com dois, se bobear. Você vai ser obrigado a recorrer a alguma coisa pra você sobreviver, que a sua vida, seu padrão de vida... que você (??). Eu... porque... eu gosto de falar, eu vim... por isso eu falo, gosto de tirar coisas de pessoas que falam, coisas boas. Tem um amigo meu, um empresário, dono do Café Barrense, ele diz o seguinte: “Se você quisesse ter alguém pra te ajudar, não fora do dia-a-dia dele, você pega aquele cara que tá bem ocupado. Não vai pedir àquele cara que tá de mão no bolso, na esquina, não, que ele não vai ter tempo, ele vai dizer pra você: ‘Ah, eu não tenho tempo.’ Quando você vê aquele cara que tá bem sem tempo, aquela cara que você não consegue ver ele, chama ele pra te ajudar, ele arruma um tempo, aquele vai arrumar tempo. Então ele falava: “Será que nós somos vagabundos?” Você trabalha no seu emprego, você tem a sua casa... Eu fiz a minha casa, fiz quatro casas pra mim, sem ser pedreiro! Nunca trabalhei de servente de pedreiro na minha vida, fiz a minha casa, fiz quatro casas pra os meus filhos, nunca trabalhei. Nunca peguei uma pá, uma colher de pedreiro diferente. Fiz, aprendi a fazer alvenaria sozinho, aprendi a fazer a minha casa. Fiz parte elétrica, fiz parte hidráulica, fiz tudo, de chegar pessoas na minha casa, olharem o projeto que eu fiz, o balanceamento: “Quem fez isso?” “Fui eu.” “Você que fez?” “Eu fiz, fiz pra os meus filhos, fiz quatro casas”. Tenho quatro filhos. Quatro filhos, quatro casas, ganhando pouco, mas eu arrumava horário. Eu chegava da minha empresa, saía daqui, chegava em casa, catava até oito horas da noite... Levou sábado e

domingo, botava eles pra trabalhar comigo: “Ó, é pra vocês isso aí, gente, não é pra mim não!” (*rindo*) E vamos “bora”. Então a gente arruma um tempo. Eu saia do Royal à meia-noite, uma hora, depois do baile, a gente ia até meia-noite, uma hora, tomava uma cerveja (*inaudível*) (*rindo*). Depois levava a minha esposa pra lá, pra dançar com a gente... Ocupava um dia, então isso é importante entre a gente. E a gente vem trabalhar, luta aqui... A gente vê hoje, com tristeza, tudo aquilo que a gente fez, que a gente queria que fosse... que aquela coisa continuasse naquele caminho tão bonito que a gente fez, hoje você vê o que nós tentamos fazer, o que nós implantamos... estávamos ajudando a implantar, não é tão bom quanto foi no começo, no estaleiro de solda (*inaudível*) (*ruído forte*), não é, Beto?

MP – Nesse sentido, quer dizer – aí é uma pergunta para os dois – eu também trabalhei um tempo na ferrovia, e a gente constata que... na minha época, quando eu comecei, tinha o pessoal mais antigo da ferrovia, eram formados no próprio campo, eram muito envolvidos (*falam ao mesmo tempo*)...

SR – (*falam ao mesmo tempo*)...

MP - ... no seu trabalho, né? E, no meu tempo mesmo, a percepção que essa coisa estava um pouco caída, à medida que os novos iam chegando. Aí, hoje, tem uma mudança...

SR – Muito grande.

MP - ... muito grande, que foi com a privatização, (*falam ao mesmo tempo*)...

SR – (*falam ao mesmo tempo*).

MP – Quería que você falasse um pouco, hoje, como é que vocês estão vendo hoje a continuidade desse trabalho de vocês, as novas pessoas que chegam, como é que vocês estão vendo isso?

SR – Com preocupação, (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – É? (*falam ao mesmo tempo*)

SR – Preocupante, preocupante porque a gente vê de uma forma, e a gente vê quais... não sei também, não sei analisar, diria pra você aí o Beto, porque parece aí que existe mais um ciúme. As pessoas, hoje, de repente, é um ciúme da pessoa que fez e que não quer largar. Não é isso, não, não é bem ciúme disso, não, é um ciúme das pessoas não gostarem daquilo que a gente fez, não gostarem daquilo que ele tá fazendo: ele vem, simplesmente, pra ganhar o salário. Tanto ganha aqui, como ganha ali, como ganha lá, pra ele é indiferente, onde estiver ganhando ele vem, ele não tem amor pelo que está fazendo, talvez. Ele quer trabalhar, é bem mandado, é uma pessoa normal, igual à gente,

não tem nada de diferente, é até melhor, de repente, só que não existe, eu acho que não existe nas pessoas aquele carinho, aquele cuidado, que você vê que... você hoje não vê. Eu falo com as pessoas, com os rapazes aqui, de vez em quando, o seguinte: “A liderança, líder, não se faz em colégio, líder é nato.” No meu tempo, no tempo dele aí, no dia-a-dia com mais batalha, com mais gente em volta, quando você pega uma coisa pra fazer, você vai pegar um peso, em hipótese, vamos pegar um peso, precisa de dez pessoas: “Gente, vamos pegar?” “Vamos embora.” É preciso que você chame, comande: “Vamos embora!”, chame aqui pra... Se você não se abaixa, ninguém abaixa, também não levanta. Você fica observando, você fica assim, você quer tirar o líder, você quer tirar um cara pra te substituir, aí você fica olhando. Dificilmente um daquele meio, sente que seja mandado, sente que tenha um superior, mas eu digo: “Vamos pegar!”

SR – E no meu tempo, no tempo dele, era diferente: “Vamos pegar!”. Então aí surge, nasce o líder, aí nasce o cara que você quer comandar, pra trabalhar. E, hoje, a preocupação deles... eles se preocupam muito em dizer que eu, numa palavra bem comum, ‘é’ puxa-saco (*rindo*), (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – É, né?

CT – (*falam ao meso tempo*)...

SR - ... com isso, né?

CT – (*inaudível*). Hoje, nós estamos aqui hoje porque o interesse é nosso. Quando lá em Pulverização, nós já chegamos a virar a noite. Quando dava um defeito numa máquina, nós éramos funcionários, nós partíamos pra resolver o problema. Um ou outro é que vinha se interessar pra trabalhar junto, o resto...

SR – (*falam ao mesmo tempo*).

CT - ... (*falam ao mesmo tempo*) se afastava mesmo. A gente era pra parar onze horas da noite. Chegava duas e meia, três horas, parava às onze horas. Chegava, dava um defeito. A gente é que tinha que tirar aquele defeito pra que a outra turma que entrasse às cinco horas da manhã tinha que trabalhar. A gente estava produzindo, mas quem ficava?. Sabe quem ficava? Beto, Setembrino e Baltazar Manuel da Cunha, e um senhor aposentado da Rede, seu Wilson da Silveira.

SR – É, Wilson Costa da Silveira.

CT – Wilson da Silveira, cabelinho branco...

SR – (*falam ao mesmo tempo*) cabelo branco, gente boa à beça.

SR - Só ficávamos nós virando a noite.

CT - Me lembro que eu ficava com mortadela e coca-cola. Então desses, nessa geração você não tem. Hoje também não tem neles, tá entendendo, eles se preocupam com o relógio, o negócio é esse, eles se preocupam com o relógio, (*inaudível*). Eu fico até com vergonha porque a gente, com a idade que nós temos, tá, falarmos isso, porque a gente gosta. A pessoa só se interessa pelo serviço se... tem que gostar. Se não gostar, ele vai só cumprir o horário, porque tem que fazer uma marca, entendeu? E nós, eu acho, graças a Deus, fizemos, tá... vale especificar, eu sou filho de ferroviário. A minha família toda era ferroviária, tudo ferroviário, entendeu, e eu passei a ser ferroviário. Desde que eu entrei pra CBS que já sou ferroviário (*falam ao mesmo tempo*).

SR – (*falam ao mesmo tempo*).

CT – E até hoje fica nessa iminência de ser ferroviário. E problema de trabalhar, aí é aquele negócio, a gente tenta, tenta, a gente não sabe se vem pra frente. Pode ser que amanhã eu pare por um motivo, porque eu tenho um problema sério com a minha esposa, né, todo mundo sabe, e isso só vai depender dela, não é de mim, porque se ela piorar, eu vou ter que parar, eu tenho que dar assistência a ela, porque ninguém dá assistência melhor à esposa de que o marido, porque filhos, todos têm seus compromissos, não (*falam ao mesmo tempo*)...

SR – (*falam ao mesmo tempo*)

CT - ... com alguém, eu é que vou ter que sacrificar, tá? Mas até hoje, graças a Deus, estou com saúde...

SR – (*falam ao mesmo tempo*).

CT - ... não me descuido, tá, porque eu não gosto de me descuidar, porque tem muita gente lá fora contando comigo, então eu tenho que fazer isso, tá? Estou com uma neta em Vitória, com uma bisneta, entendeu, aqui em Barra do Piraí, minha esposa, minha neta, outra bisneta, quer dizer, tudo depende da minha estrutura, né? Como ele falou, ele tem quatro casas, e eu consegui duas casas pras filhas, um apartamento e... eu acho que eu estou feliz. O que eu tinha que realizar, já realizei, mas agora tenho que trabalhar pra dar mais conforto pra eles. Estou com 69, estou com sessenta e nove anos, vou fazer sessenta e nove anos ainda...

SR – Ainda vai fazer sessenta e nove? (*rindo*)

CT – Aí sim, aí eu vou fazer sessenta e nove. Tenho é tocar a vida pra frente, né?

MP – Estão todos bem, trabalhando (*falam ao mesmo tempo*)...

CT – Estamos, (*falam ao mesmo tempo*). Ando de bicicleta, (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – *(falam ao mesmo tempo)*.

CT - ... não fumo... *(inaudível)*...

MP – Eu também gosto muito de bicicleta.

CT – É bom. Não fumo, nunca botei um cigarro na boca...

SR – *(falam ao mesmo tempo)*...

CT - ... *(falam ao mesmo tempo)* beber vinho... Fora isso é contar o tempo.

SR - A gente tem uma vantagem muito grande porque... eu falo sempre pra minha família: sorrir, sorrir faz parte da vida. Eu falava pra minha esposa: “Meu amor, vamos fazer o seguinte, vamos pensar em nós, vamos sorrir. Não vamos aprender a ter raiva dos outros, não. Qualquer pessoa que está passando na rua, se você tem raiva daquela pessoa, ela está te ignorando e você tá se martirizando. Vamos procurar sorrir, vamos procurar nos dar bem com as pessoas, vamos procurar...” Eu falei, eu sou um cara... hoje eu falo muito, falo bastante. *(inaudível)* ele fala mais que eu, conversa mais do que eu, por incrível que pareça.

MP – É, Beto?

SR – É. No serviço ele conversa mais do que eu. É porque ele diretamente vê o material. “Ô, Beto, (??)”, “Ô, Beto, (??)...” Ô, pô, só tem Beto aqui?”

CT – *(falam ao mesmo tempo)*...

SR – *(falam ao mesmo tempo)*, ele fala mais que eu, assim, de dia-a-dia, eu falo *(falam ao mesmo tempo)*...

CT – *(falam ao mesmo tempo)*...

SR - ... mas deixar ele sozinho, *(falam ao mesmo tempo)*...

CT – Um jornal pra ele é pouco. *(risos) (falam ao mesmo tempo)*...

SR - Chegou uma moça aqui pra implantar o ISO aqui na firma, a primeira coisa eu ela estranhou... você talvez tenha estranhado um pouco também, eu falei pra você que isso aqui era dupla. Nós não somos gêmeos, não, não temos nada a ver, nem pai, mãe, filha. Quando ela chegou aqui, falou assim... falou que nós éramos dois supervisores da mesma seção, disse: “Eu nunca vi isso. Dois supervisores? Nunca vi. E vocês não brigam, vocês não discutem, vocês não...?” “De jeito nenhum! Eu respeito completamente o serviço dele, mas ele respeita o meu. Ele dá uma idéia lá, se a minha idéia for melhor, ele tem que ficar com a minha idéia.” Eu não tenho privilégio, eu quero o melhor pra nós, *(inaudível)*. Setembrino, Setembrino não serve pra nada, tem que olhar a empresa. A empresa é que... tem que ganhar com a empresa: eu ganho, ele ganha, se estiver bem, não é?

MP – É, isso é uma sabedoria que vem com o tempo, né...

SR – É, (*falam ao mesmo tempo*) porque...

MP – ... porque, quando a gente é mais jovem, a gente quer fazer valer o que a gente acha (*falam ao mesmo tempo*), né?

SR – Pois é, mais aí existe um negócio... Tem que haver o tal jogo de cintura, porque a gente... tem pessoas que fazem isso, mas com egoísmo, embora o caminho do outro ‘é’ um pouco mais curto que o dele: “Não, o teu que é melhor.” “Por que é melhor? Tem certeza que é melhor? O outro não é melhor. Como vai achar que o outro é melhor? (*inaudível*). Eu não sou assim, eu não sou de dizer que o meu é melhor, eu não. Eu tenho a minha idéia, entendeu? Sem ser radical. Eu falo pra os meus subordinados o seguinte: “Me tenham sempre como amigo, não como chefe.”

MP – Você tocou num ponto que faz parte... dos itens que a gente tá conversando, que é o ponto das relações de trabalho, né?

SR – É.

MP – A gente passa dez horas...

SR – Dez horas.

MP - ... do dia que, de alguma forma, a gente faz relações, né?

SR – (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – Hoje, aqui, já tá muito evidente que vocês têm uma relação além do trabalho, né?

SR – Bom, é, pois é, (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – Como é que foi isso ao longo da vida de vocês, não só entre vocês, mas assim, (*falam ao mesmo tempo*)?

SR – Nós já somos amigos de infância, de infância.

MP – Ah, é, né?

SR – Fomos criados no mesmo bairro... Eu sou um pouco mais velho que ele. Eu tenho setenta e sete,... quase dez anos mais velho que ele, mas a gente vivia... Eu conheço a família dele, ele conhecia a minha... Nós éramos... já de infância, né? Quando eu trabalhava lá, ele me carregava de bicicleta pra o meu trabalho, bicicleta é rápido. Ele vinha trabalhar na loja, ele trabalhava na loja, e eu trabalhava na Light.

CT – A pior coisa que tem é você chegar e introduzir numa palestra. Se o funcionário chegar, seja o chefe ou seja o engenheiro, é pra dar bom dia. Então, se não deu bom dia, isso é um problema que nós já vamos tentar pra frente, porque ele já trouxe problema lá de fora aqui pra dentro. Eu acho a pior coisa você chegar e não dar bom dia. Eu saio...

MP – Claro, já é um sinal, né?

CT – É, já é um sinal que você tem que... Eu saio daqui... Ele, por exemplo, ele é “vaselina” (*risos*), e eu já não sou “vaselina”.

CT – ...eu não tenho local, não tenho hora, porque chega a hora que a pessoa que fala certas coisas perto de outros colegas vai ter que ouvir a minha (*reação perante os colegas?*), entendeu, então... Até o Orlando tem hora que brinca comigo...

CT – “Você brigou com quem?” (*risos*)

CT – Não é brigar, é que tem hora que a pessoa (*inaudível*). Eu tenho por hábito...

CT - ... eu tenho por hábito, eu tenho por hábito.

SR - Chego aqui, a gente faz a palestra, faz a palestra, aí eu falo com todo mundo, a gente conversa, brinca, quando eu tenho que falar, implantar o que a gente pretende, a gente implanta, (??)... (*inaudível*) vamos começar o dia a dia, vamos trabalhar (?) segurança, as coisinhas que a gente faz, (??)... Vou lá no escritório, (*inaudível*), (*dou bom dia?*): “Bom dia, gente.” Eu (??): “Bom dia, bom dia.” O dia que (??). Todo dia eu dou bom dia pra todo mundo porque... (*inaudível*) partir pra um bom dia! É o mínimo que a gente pode desejar.

MP – Mas o senhor sempre fez isso?

SR – (*falam ao mesmo tempo*), eu gosto de fazer, (*inaudível*), eu gosto de desejar, eu gosto de fazer porque isso é bom eu me sinto bem. Eu acho que eu, me sentindo bem, eu vou trabalhar bem: “Bom dia.” O cara: “Bom dia.” Porque eu tenho por hábito, gosto de resolver problema. Eu acho que nós nascemos para resolver problemas, não?

CT – Eu acho que, dia pra dia, o problema pra nós é um desafio, então a gente tem que encarar o desafio.

SR – É, você tem que resolver o problema. Agora, se você é um elemento pra criar problema, não dá pra criar problema, seja onde for, ainda mais no trabalho, com meia dúzia de gente. Dá pra resolver, estou aqui pra resolver problema, não quero criar... Agora, eu, que estou pra resolver problema, vou criar? Está fora do contexto.

MP – Deixe-me só fazer uma pergunta curta pra você. Beto, você vai fazer 69 anos, né?

CT – Em 14 de março.

MP – No dia 14 de março. Como é que você se avalia, como avalia a idade em relação a você, como pessoa, e a você, como profissional?

CT – Ela é uma aliada, ela...

MP – Como é que você avalia, como é que você vê...?

CT – Eu, pra mim, eu acho, eu me julgo tudo igual, porque eu tenho que viver o dia a dia, entendeu, eu não posso modificar a minha personalidade, né? Eu encaro muito e respeito muito a personalidade do ser humano. A gente que convive com cada cabeça diferente, é difícil, né, então a gente tem que ter uma personalidade só, mas eu convivo. O meu jeito de ser é desde criança, que eu fui criado pelos meus pais... Meu pai era muito rígido, tá? Eu, com dez anos, onze anos, eu carregava almoço, saindo lá do matadouro – eu morava ali na Mãe Pobre – saía a pé, com lama, que o rio lá, botava lama pela rua... Não tinha aquela ponte, tinha que dar a volta pelo campo do Royal pra chegar num depósito, depois voltar pra estudar, pra chegar em casa, tomar um cafezinho, pra cuidar de horta, pra, de manhã, sair vendendo, pra depois se arrumar (*inaudível*). (*grande barulho*) pouco, né, porque não dava tempo, (*inaudível*), o salário era muito baixo. Então cada um dos irmãos começou a trabalhar cedo. Então eu era mais moço, eu fui carregar almoço, ajudava, né? Ajudava nas despesas. Porque meu pai foi um excelente pai, entendeu? Não é porque é meu pai, mas ele foi... Então a grande dificuldade que nós tivemos, que nós participamos no dia-a-dia, isso eu acho que me fez o homem que eu sou hoje, tá, um homem sério, procuro ser sério, cuido dos meus problemas todos, seja lá fora, seja aqui, seja na parte de despesas, mas eu, hoje, sou um homem realizado: feliz. Só não sou mais feliz porque minha esposa, uma esposa que... ela me carregou e eu carreguei, então você vê uma mulher que fez de tudo e hoje não pode mais sair de casa. E hoje eu não posso sair (*inaudível*), então isso me deixa um pouco inconsolado, mas eu não posso. Se soubesse que você viria hoje, eu tenho um currículo todinho da CBS até à época que eu fui pra Rede, todas, todas... isso eu tenho até hoje. Na minha casa eu tenho um quadrozinho que é uma maria-fumaça. Estou trabalhando, gosto de trabalhar, dentro da empresa. Não é porque eu passei quinze anos na Rede Ferroviária que eu (???). O que eu tenho hoje eu iniciei lá atrás, entendeu? Sou um homem feliz, que de vez em quando eu dava meus pulinhos fora (*risos*) (*falam ao mesmo tempo*) (*inaudível*) muita coisa, entendeu? Não nego, não tenho segredo pra ninguém, tá, minhas filhas sabem meus problemas... Tem uma que me respeita muito, tá? Eu tenho uma filha e outra de um relacionamento fora, que é espetacular, (*inaudível*)... Então o que eu tive que fazer na vida, eu fiz, só peço que papai do céu que deixe eu seguir mais um pouco. (*risos*) Tá bom?

MP – Tá.

CT – Aquele ali é meu estaleiro, onde nós nos conhecemos, (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – (*falam ao mesmo tempo*) Vocês começaram a falar de Pulverização...

CT – (*falam ao mesmo tempo*)...

MP - ... foi lá que eu conheci vocês, montamos um canteiro de obra, de concreto, (*falam ao mesmo tempo*)...

CT – É, de concreto. Isso aqui já foi a reforma, que ‘saiu’ os trilhos (??), (?) trilhos vinham, ela não (?), (*inaudível*) (*falam ao mesmo tempo*)...

CT – Quer dizer, nós somos ferroviários, eu sou ferroviário, e (??) (*rindo*).

MP – E tem orgulho, né?

CT – E como tenho.

MP – E você, Setembrino, como vê a idade na vida e na sua profissão, né?

SR – A vida, pra mim, estou com setenta e sete anos e recém casado com uma menina de vinte e sete anos.

MP – (*inaudível*)? (*risos*) É mesmo?

SR – Hoje ela está fazendo vinte e oito anos, a minha mulher, (*inaudível*).

MP – Você tá muito bem, né, Setembrino?

SR – (*Tento?*). (*rindo*) Então a gente (*inaudível*) (*falam ao mesmo tempo*)...

CT – (*falam ao mesmo tempo*)... Enquanto tiver Viagra não está ninguém mal (*risos*).

MP – (*falam ao mesmo tempo*)...

SR - ... (*inaudível*), não tem ninguém mal, não tem ninguém... (*risos*) Então... eu botei na minha cabeça trabalhar até os oitenta anos.

MP – Provavelmente. Pelo que eu estou vendo, (*falam ao mesmo tempo*) (*risos*)

SR – (*falam ao mesmo tempo*)...

CT – (*falam ao mesmo tempo*)...

SR - ... trabalhando, com disposição, (*inaudível*) (*falam ao mesmo tempo*)...

SR – Quer dizer, se chegar até oitenta anos, porque eu me sinto bem. Eu falei com o Nando, ontem ou anteontem, um amigo particular meu... Caiu uma barreira na minha casa, perto da casa da minha filha, que eu fui pra tirar mil carrinhos de terra, mil, ou mais, mil. Eu, trabalhando, fazendo aquilo, meu filho mais um outro rapaz, duas pessoas que eu paguei lá pra me ajudar a tirar, eles enchiam o carrinho, dois enchendo o carrinho, e eu carregando, uma distância de, mais ou menos, dez ou quinze metros, eu jogava fora. A única coisa que me fez um pouquinho mal foi o sol demais, me queimou as costas, mas, fisicamente... Mas nada. “Meu Deus do céu, tem um negócio errado, tem um negócio errado aí. Eu não estou sentindo nada! Não é possível, eu tenho que estar sentindo um negócio, gente! Eu tenho que estar com dor no braço, tenho que estar com

dor no corpo...” Não estava sentindo nada. À tarde eu estava inteirão, isso com 77 anos – não é 77 dias não. Os problemas meus sempre foram resolvidos com alegria, sempre com alegria. Nunca me revoltei porque a revolta faz mal pra gente. Você quer revoltar, depois você se aborrece, aquilo faz um mal danado, e eu nunca resolvi problema assim! Meu irmão me chamava de maluco, meu irmão mais velho, maluco, o mais velho, que trabalhava na Light, estava com 83 anos, ele tá bem até. Ainda fala... tudo o que eu falo aqui, ele fala, lembra de tudo. Então, às vezes, ele fala: “Você é maluco.” Porque você tem que procurar levar o negócio não pra você se aborrecer! Se você se aborrecer, se você ficar zangado, mal-humorado, (??) aborrecer você! (*inaudível*). Então deve participar com alegria, deve participar com... entendeu, nisso (??) no dia-a-dia. Qualquer lugar que eu estiver, seja a minha casa, seja o meu clube, seja onde estiver, seja aqui... Tem hora que eu estou sozinho, fico sozinho... Falo muito pouco, acho que eu falo (??). Ele agora falou bastante, né, (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – Ô! (*falam ao mesmo tempo*)...

SR - ... (*inaudível*) (*rindo*). E eu me sinto bem. Por que é que eu vou mudar? Eu não posso. Com 77 anos? Não, não posso mudar. Eu (*inaudível*).

MP – Já deu certo, né, o que você fez já deu certo.

SR – É, já deu certo. Quer dizer, então recomendo a todos, a todos, porque me parece que é isso que funciona pra mim porque, se eu tivesse outro jeito, não dava certo.

MP – Deixe eu só dar... Vou ter que...

SR – Profissionalmente?

MP – Profissionalmente.

SR – Ótimo. (?) porque eu aprendi... Eu sou motorista, aprendi a ser motorista...

MP – Tá certo.

SR – A gente... Profissionalmente eu aprendi muito, com muita gente de gabarito, muita gente profissional. Eu tive pouco estudo, mas tive muita cabeça. Os profissionais com quem eu trabalhei aqui, na Ferrovia, no estaleiro de solda, nós aprendemos coisas que muita gente não sabe.

MP – O que o senhor... Agora, pra concluir, senão a gente (*falam ao mesmo tempo*)... (*risos*)

MP – Eu queria perguntar pra cada um o que gostaria de acrescentar, de falar assim, como... se você tivesse que falar com um profissional que estivesse começando, ou que, assim, o que você poderia dizer, assim, do que foi mais significativo na sua carreira...?

CT – Eu iria passar pra ele o que eu sou hoje, tá, porque, até hoje, o que eu aprendi... Se daqui pra gente eu ainda pudesse aprender mais... Eu vou falar pra eles. Se eles puderem seguir o exemplo, o meu exemplo, eu acho que eles vão se dar bem, porque, se não seguirem, eu acho que vão se dar mal. E é difícil você encontrar uma pessoa (?) igual a ele, porque nós seguimos uma regra, nós nos interessávamos, como nos interessamos até hoje, entendeu, a procurar fazer o bom e o melhor, tá, porque a gente não vai dar satisfação só ao nosso chefe, nós temos que dar satisfação lá fora, pra o pessoal que está conduzindo o negócio, que tá acompanhando, que tá vendo... Nós fizemos aqui solda... como é que chama... não é solda Termint, não, solda colada, esqueci o nome dela... (??) junta...

SR – É (?).

CT - ... junta Termali.

CT – É uma junta que faz uma tala isolada, *(falam ao mesmo tempo)*...

SR – *(falam ao mesmo tempo)*.

CT - ... pra ver se... Nós fizemos aqui, há uns anos atrás, novecentas juntas. São seis metros, três metros de cada lado, um serviço muito bonito...

MP – Ah, é?

CT - ... *(falam ao mesmo tempo)*...

SR – Foi elogiado na Inglaterra, na Inglaterra foi elogiada a maneira como foi feito o serviço aqui, em Pulverização, porque na Inglaterra o cara fazia lá de qualquer maneira, e aqui foi feito um estaleiro, foi feito num lugar pra fazer a solda. Então se fez a solda com o melhor princípio... (??), é um negócio direito. Então o cara fez um livro, um jornal, na Inglaterra, dizendo, elogiando como foi feito aquele negócio no Brasil, e nós participamos.

CT – É isso aí. É a vida nossa, não é? Ensina, passa pra outro... [...] É o que eu falo: sorria, né, um bom-dia faz falta, brincar faz falta... Vamos rir à vontade pra não ficar velho, não criar ruga, tocar pra frente. E fico satisfeito com essa entrevista.

MP – E eu mais ainda.

CT – Isso é o que faltava pra nós.

MP – E você, Setembrino?

SR – Faltava isso, isso faltava pra o nosso currículo histórico. A gente faz as coisas, passar para os herdeiros da gente, de modo geral, até de trabalho,...

MP – De conhecimento, da prática...

SR – E a gente tenta falar pra eles que a primeira coisa pra um homem, qualquer ser, né, é fazer as coisas direito. Primeiro item: equilíbrio. Ninguém é sábio; bobo é aquele que se julga sabido. O cara que se julga sabido é bobo porque tem um mais sabido do que ele. Não existe sábio, tem os mais sabidos. Então o cara tem que, pelo menos, tentar fazer a coisa direito. Se não souber, pergunte, tem sempre um que sabe mais do que gente, né? E não custa nada, faça com delicadeza, faça com atenção, porque o patrão quer isso!

CT – E ele cobra.

SR – Ele cobra! Ele tem que cobrar porque é a subsistência dele também,...

MP – Então o que você teria a dizer pra uma pessoa que está começando? Se posicionar?

SR – Trabalhar, gostar do que está fazendo, trabalhar, trabalhar, trabalhar, trabalhar...

MP – E ser responsável pelo que faz, né?

SR – Pelo que faz. Ter prazer, discutir, ter hombridade de mostrar pra o chefe dele o que ele fez, ter hombridade de falar pra o chefe dele que ele não sabe.

CT - Não têm amor no que faz, tá entendendo? Eu acho que o que falta neles é vergonha, que a pessoa que trabalha tem que ter vergonha, tem que gostar do que faz. Acho que esses elementos aí podem ser ótimos profissionais, eles fazem, mas não tem acabamento, então não fica completo. Porque se ele fez tem que ter acabamento, senão fica difícil.

SR – Você vai falar (*falam ao mesmo tempo*).

MP – Pessoal, eu vou ter que encerrar aqui. (*risos*) (*falam ao mesmo tempo*) tempo da (?) vai acabar.

SR – Eu te agradeço...

MP – Eu que agradeço muito a disponibilidade de vocês.

MP - ... vou desligar aqui, agora, tá ok?

SR – Obrigado. (*interrupção da gravação*)

FINAL DA ENTREVISTA*

* A entrevista teve a duração de 81 minutos e 46 segundos.

ANEXO II - ENTREVISTAS DA ÁREA NAVAL

II. 1 – ENTREVISTADO: GEORGE AQUINO DO NASCIMENTO

Data: 05 / 03 / 2009

Local: Estaleiro Renave/ Enavi – área de produção

Ilha do Viana – Niterói, RJ.

MP – George, então, por favor, pode... a palavra é sua.

GN – Eu entrei para a área naval como ajudante, servente, não tinha profissão, e isso foi em 68. Aí, dali, graças a Deus e à minha esposa, eu fui progredindo, né, porque ainda, na época, até fiz o Curso Primário, e fiz o curso técnico de Estrutura Naval. Depois de Estrutura Naval eu fiz Administração de Empresas, mas, naquela época, era a coisa mais fácil que tinha pra eu entrar pra trabalhar, que eu já tinha saído do Exército – também saí do Exército como cabo – e parti pra essa área. Então, dentro dessa área, eu comecei em construção naval porque eu tinha mais interesse, não no reparo naval, e eu comecei em construção naval. Então, na construção naval, eu cheguei a ter bastante experiência, não é? Você trabalha com a área de tubulação, a área elétrica, mecânica, pintura, essas coisas todas. E o reparo eu já considero que é mais fácil pela experiência que eu tenho. E eu fiz Administração de Empresas porque na época o salário era alto, maior que o de técnico naval, e aí o dono do estaleiro falou: “Você tem duas opções: ou você vai fazer um curso superior, ou então você não vai receber mais... aumento de salário. Entendeu? Agora, você pode também vai me perguntar algumas coisas que... às vezes eu estou falando pra você, mas não tá adiantando naquilo que você quer fazer.”

MP – Tá bom. Só voltando... Você nasceu onde e quando?

GN – Eu nasci no dia quatro de janeiro de 48, de 1948, em Pirai.

MP – Em Pirai?

GN – (*inaudível*).

MP – Conheço Pirai. Trabalhei muito tempo em Barra do Pirai.

GN – Pois é, é município (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – Minha esposa... é de Barra do Pirai.

GN – Que coincidência, né?

MP – É. Mas aí você veio pra cá, pra o Rio de Janeiro, pra Niterói, por quê?

GN – É que a minha família vendeu o sítio que tinha lá e... veio pra cá, aí eu vim junto. Eu era garoto ainda...

MP – OK. Você não tinha influência na sua família nessa área...?

GN – Naval?

MP - ... na área naval?

GN – Não, não tive influência, não.

MP – Então foi o quê? Foi oportunidade, foi interesse? Por que é que você veio parar nessa área?

GN – Eu vim para a área naval foi na época que seu estava desempregado, precisava trabalhar.

MP – Então era uma oportunidade, que surgiu.

GN – Aí, chegando aqui, na área naval – não foi aqui, foi na McLaren – aí eu fui pegando a curiosidade né? Aí, nesse período todo que eu tenho de trabalho, eu já fui inspetor de qualidade, já fui inspetor de armador, já fui... trabalhei com armador, e hoje eu sou supervisor de estrutura.

MP – Supervisor de estrutura? E me diga uma coisa, George, como é que é essa relação sua com trabalho? Hoje você já é aposentado.

GN – Não aí é que tá o negócio.

MP – Ah, é? Você não tá aposentado?

GN – Não estou, não estou e isso aí vai dar uma briga grande com o estaleiro, porque o cara que trabalha como supervisor técnico, como engenheiro também, eles alegam que o cara não trabalha na área de produção. Mas eu não, eu vivo o tempo todo na área de produção. Então, agora, quando a gente pede o... tempo de trabalho para o salário benefício, você tem um documento que... o INPS exige pra ver poder se aposentar, com vinte e cinco anos de trabalho. Aí, quando bate lá, eles não me aposentam porque eu sou técnico de estrutura, então eles acham que eu trabalho em escritório, tá entendendo? Aí já dei entrada na aposentadoria.

MP – Se o senhor estivesse aposentado, o senhor estava trabalhando?

GN – Eu já estou com 61 anos de idade, tem que dar vaga prá outro.

MP – Mas o senhor continuaria trabalhando em outra área, ou ia...?

GN – Acho que eu não ia trabalhar, não, porque eu já dei aula no colégio onde eu me formei... Graças a Deus, a minha esposa é filha de um oficial do Exército. Infelizmente, faleceu o pai e a mãe. São quatro irmãs, então... aliás, cinco irmãs, então ela recebe pensão, né? Se eu tivesse o meu salário já de aposentado direitinho...

MP – Não ia nem ter problema.

GN – Não.

MP – (*falam ao mesmo tempo*)...

GN – (*falam ao mesmo tempo*) eu tenho a minha casa própria (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – E qual é o seu sonho pra quando se aposentar? Vai fazer o quê?

GN – Comprar um barquinho e ficar pescando (*rindo*).

MP – É? O senhor gosta de pescar?

GN – Gosto, adoro pescar. E, talvez, se precisasse ajudar alguém, eu ia entrar em alguma coisa... Mas agora ter aquele o negócio de acordar todo dia às cinco horas da manhã e voltar pra casa às oito horas da noite...

MP – Não é bom, né?

GN – (*falam ao mesmo tempo*), não, não, isso é um desgaste muito grande! Você fica mais tempo dentro de uma empresa do que com a tua família. E, na área naval, pra você ter um período de férias é difícil pra caramba, né, somente no reparo.

MP – É, porque não tem uma regulagem... não é regular. (*falam ao mesmo tempo*).

GN – Não tem. Você pega um navio da Petrobrás aí, como é o caso agora. Ali é vinte e quatro horas, dia e noite, dia e noite, você não tem sábado, não tem domingo, nada, entendeu? É o seguinte: tem dois turnos. Mas se você tem responsabilidade num sábado e domingo, você tem que, pelo menos, trabalhar passar no fim de semana. Então, por isso eu não gostaria de trabalhar mais quando conseguisse minha aposentadoria, não, entendeu? Ainda mais pelos meus fins de semana. E o que mais?

MP – E como está aí essa nova safra de profissionais? Como é que eles são? Os jovens que aparecem...?

GN – É, os jovens são mais ligados à Informática, né?

MP – É, né?

GN – E na área naval eles têm que ir lá conferir. Mas também tem uns bons meninos aí, profissionais. Não é porque a gente, por ter uma certa idade, vira bom, é questão de interesse. Você faz tudo na vida, bem, quando você se interessa pela coisa. Você vai ser um jogador de futebol. Você gosta de futebol? Aí vai fazer tudo bem. Se vai ser um cantor, vai fazer tudo bem. A mesma coisa é a profissão. Você já pensou você viver trinta e cinco anos fazendo uma coisa que você não gosta? Entendeu? Então eu, graças a Deus, não reclamo da minha profissão porque é uma coisa que eu gosto. Eu vim lá de baixo, aprendi a subir degrau por degrau, e, graças a Deus, tenho minha casa, me

considero um bom profissional. Agora, se você não gosta daquilo que você faz, trinta e cinco anos ali dentro (*falam ao mesmo tempo*).

MP – Não é brincadeira, não, né? Como é que você vê essa questão da idade? É tranqüilo para o senhor?

GN – Eu vou vivendo um período, etapa por etapa, (*inaudível*)... Chega uma certa idade você tem que começar a cuidar mais do corpo, e... até agora tá dando pra viver. O único problema que eu estou é na dentição, mas eu estou com um plano de saúde dentário e já estou tratando, entendeu? Agora, o resto... Graças a Deus, nunca usei Viagra (*rindo*).

MP – O que já é um bom sinal, né?

GN – É um bom sinal. De saúde eu não reclamo, tenho bastante.

MP – E o senhor veio de Piraí, sua família é de Piraí, né? Você perdeu os laços com Piraí?

GN – Eu perdi porque todo mundo veio pra o Rio de Janeiro.

MP – Sua família toda, que tinha lá, veio pra cá? E aí, na verdade, acabou se estabelecendo onde, aqui em Niterói, na região...?

GN – Me estabeleço em São Gonçalo.

MP – Em São Gonçalo?

GN – É. Tenho a minha casinha lá, graças a Deus. Tenho um casal de filhos. ele trabalha no (?), a outra trabalha no Laboratório Central. Então, de Piraí pra cá, estabilizei tudo aqui.

MP – É, e acabou constituindo a sua família, a sua relação de amizade, tudo aqui?

GN – Tudo aqui.

MP – Piraí ficou pra trás.

GN – Tem muito tempo que eu não vou em Piraí, que a minha família era de Barra do Piraí, (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – Era de Barra do Piraí?

GN – ... só que eu nasci em Piraí, entendeu? Mas o restante tá tranqüilo. Sempre gostei dessa área naval. O Dr. Sérgio que está aí me conhece um monte de tempo...

SV – George já era antigo na área naval, né?

GN – É.

MP – É, George, acho que, em essência, tá tudo ok. Quer deixar algum... alguma coisa que quisesse falar, alguma coisa que quisesse registrar aí?

GN – Eu queria registrar que deviam reconhecer engenheiro e técnico que trabalham em área de produção... porque todos aqui têm que trabalhar em área de produção, , entendeu, porque acham que a gente fica em escritório. Eles ficam lá, o dia todo lá, no meio de poeira, de jato de tinta, não sei o quê, então trabalham muito mais do que trabalhar em escritório? Esse é o único registro que eu quero deixar, (*inaudível*)...

MP – Se não fosse assim, o senhor já estava no seu barquinho, né?

GN – Já estava no meu barquinho, pescando. (*risos*)

MP – Tá bom, seu George.

GN – Se precisar de mais alguma coisa...

MP – Tá ok. (*interrupção da gravação*)

FINAL DA ENTREVISTA*

*Essa entrevista teve a duração de 11 minutos e 12 segundos.

II. 2 - ENTREVISTADO: JOÃO BATISTA DA SILVA CAMPOS

Data: 05 / 03 / 2009

Local: Estaleiro Renave/ Enavi – área de produção

Ilha do Viana – Niterói, RJ.

MP – João, a palavra está com você. Pode falar.

JC – Eu comecei na profissão com quatorze anos, porque eu não tinha pai, certo, então eu comecei na profissão com quatorze anos. Fui pra Marca Olho, trabalhar na Marca Olho. Na Marca Olho trabalhei de ajudante, de varredor e tudo o mais, e fui aproveitado nos testes para ir pra o SENAI. Aí fui pra o SENAI, fiz três anos de colégio no SENAI, por conta da Marca Olho, fiz três anos. Me formei no SENAI, voltei pra Marca Olho. Da Marca Olho, onde eu tive um bom relacionamento com a chefia, então eu cresci muito na minha profissão. Eu gostava demais da parte de tornearia, certo – me formei em torneiro – eu gostava demais, e aquilo ali, pra mim, era os quindins pegar numa máquina e fazer uma peça, então... Aí cresci muito na Marca Olho. Depois de sete anos fiz um teste, aí surgiu a construção naval. Aí eu fui fazer um teste no Estaleiro Mauá e passei pra oficial de terceira. Passei pra oficial de primeira, mas não podia entrar, nessa época, porque tinha o sindicato e não podia entrar logo por cima, então eu aceitei entrar de terceira, (?) oficial de terceira. Aí me destaquei também na área da construção. Fui bem aceito pelo pessoal, que eu também me relaciono bem com o pessoal, certo? Aí eu fui designado a fazer outros setores, a fazer outros serviços, se eu aceitaria a pegar em outras máquinas, que a minha vontade era enorme também. Aí fui pegar numa mandrilhadeira, peguei numa mandrilhadeira. Aí, da mandrilhadeira peguei a fresa, trabalhei na fresa também. Fui pra plaina e pra furadeira. Isso me deu um valor porque eu fui à primeira e depois eu fui à especializada, no que ganhava, mais ou menos, um setenta reais a mais que um oficial de primeira, que era pra eu atender as máquinas que tinham o parafuso (?) de (?). Então isso me deu um conhecimento enorme, certo? E dentro da Mauá mesmo fiz curso, dentro da Mauá, da própria empresa, em que fui promovido a contramestre, fui direto a contramestre, nem encarregado eu passei, direto a contramestre. Daí, de contramestre, eu já estava já com muito conhecimento do serviço e tudo o mais, e houve uma falha, houve um erro de administração. Isso pra mim foi muito... em tese, foi bom, me chocou, mas foi bom porque tinha quatro com nomes iguais, aí eu fui mandado embora, e não era eu que tinha que ser mandado embora. Aí eu estava jogando uma pelada na própria empresa,

mas já tinha ido embora, aí o engenheiro veio falar comigo. “Ah, agora já fui embora, já peguei meu material e tudo, eu vou embora”, mas porque eu já tinha feito um teste na Ishibras e tinha passado. Aí me deram uma chance na Ishibras, eu entrei na Ishibras, certo, e trabalhei na Ishibras pelo período de 22 anos, entre... 20 anos. Trabalhei 20 anos na Ishibras. Nesses vinte anos de Ishibras eu também fiz cursos, fiz muito, muito, a Ishibras fazia muitos cursos. Eu fiz muitos cursos dentro da Ishibras e consegui galgar postos melhores, fui até assistente de produção, certo? E, nesse período, conheci máquinas diferentes, trabalhos diferentes e até conheci toda a estrutura, entendeu? Fui parar na área de segurança, fui pra fundição, fiz tudo isso que se passou comigo nesses 22 anos. Durante 22 anos aí eu ia pegar auxílio “pé na cova”. Aí eu fui ver o pé na cova, que dava quando a pessoa tinha trinta anos, pé na cova. Aí, quando eu cheguei lá, o rapaz do INPS falou: “Você pode se aposentar, rapaz.” Aí eu levei, tava tudo certo, eu peguei os papéis, me aposentei. Mas aí a companhia pediu se eu podia ficar mais dois anos, né? Eu fiquei. Aí fui interar 22 anos. Aí houve uma queda na construção naval, aí saí fora. Aí fui trabalhar em outros setores aí fora, até abri uma serralheria e tudo mais, mas eu não sou muito assim.. de parte de negociar, então eu estava levando na cabeça (*rindo*) com negócio de cheque e tudo o mais, eu não tinha experiência... Aí eu resolvi, fui convidado pra vir trabalhar na Renave, como mestre. Eu vim, que aqui era comandado pela Petrobrás, o chefe superintendente era da Petrobrás, eu tinha conhecimento com o pessoal que estava trabalhando aqui, me conheciam, sabiam meu valor, me chamaram, aí eu fiquei aqui, trabalhando aqui, trabalhando durante dez anos. Nesse período de dez anos também aconteceu outro lance, que trocaram a administração toda e entrou um superintendente que não concordava com... com mestre, ele só queria contramestre. Então não aceitou, diminuiu cargos, fui trabalhar em Bonsucesso, outras firmas. O meu problema também é que eu gosto da profissão, eu gosto de estar trabalhando, certo, eu não quis ficar em casa, não quis ficar parado. Então, se eu sou chamado pra um lugar, eu vou, eu faço, entendeu? Comecei a trabalhar de biscate, entendeu? Aí fui chamado pra trabalhar, fui, fui pra (?), fui pra... (?), sempre como mestre. Até que fui pra o Mauá pra... agora no Mauá/ Jurong, o maior do mundo, né? Aí fui pra lá, mas aí João Cândido entrou aqui, como superintendente aqui, aí soube que eu estava trabalhando, me chamou de volta. Aí eu voltei aqui, e estou até hoje. Agora, dentro desse contexto de trabalhar, houve uma série de coisas que... Eu ganhava o salário mínimo, dez salários mínimos, me aposentei com dez salários mínimos. Aí, nesse meio tempo, não sei por que, por que cargas d’água, me tiraram... desvincularam

o salário, que eu estava no mínimo, aí eu tive quase que ficar com um salário mínimo. Eu já não estava nem indo receber, não compensava eu faltar pra ir receber aquela mixaria, certo? Ficou muito pequeno mesmo. Aí veio a nova carta magna – eu acho que é magna o nome dela, carta magna – aí voltou pra 7.2. 7.2 é baixo, certo? A gente ganhava dez salários mínimos! 7.2 dá mil e pouco. Então, quer dizer, antes que eu tinha filho, então ficava certo transtorno, né, então eu tenho que trabalhar (*rindo*), correr atrás e trabalhar. Então voltei a trabalhar porque não te traz assim, uma segurança, certo? Porque, se você tem casa, se você não tem casa... Eu tinha casa, tudo bem, mas também separei da minha mulher, deixei tudo pra ela. Foram vinte anos, acho, vinte e três anos, (*inaudível*), (*inaudível*) nós separamos.

MP – O senhor tinha filho?

JC – Tinha, duas filhas, e graças a Deus já fizeram faculdade. Então nós nos separamos. Quer dizer, mas eu não ia tirar dela, então deixei tudo pra ela porque eu trabalhava, certo? Então agora estou tentando agora vou ter um filho, (?) eu tinha que comprar outra casa que é pra (?) também ficar, que (?) dois apartamentos (?), ficou um pra cada filho. Esse nasceu a um certo tempo, tá com 19 anos, tá no Quartel, então agora eu luto mais por causa dele, né, porque... pra ajudar ele, criar ele, pra formar também, né, então eu estou nessa luta aí. E outra coisa: não é só por causa do dinheiro, sinceramente, é porque eu adoro fazer as coisas. Eu, aqui mesmo, já criei várias máquinas, já ganhei prêmio aqui da companhia, entendeu? Porque eu fico olhando as coisas, como faz, quer dizer, eu gosto. A maior loucura da minha vida seria me formar em engenheiro, mas já que não deu pra me formar em engenheiro, mas pelo que eu sei, que eu aprendi na profissão no SENAI, de vez em quando eu estou criando uma coisa nova, né, gabaritos. Então eu crio, aí, depois, vejo aquilo funcionando... feliz da vida. Vejo garoto que entra pra trabalhar comigo, que eu levo, levo, levo, levo... Daqui a pouco eles estão pegando na máquina, estão trabalhando, já estão... olhando até as pontas, aquilo ali é o meu resultado. Eu gosto de ensinar, eu gosto de ensinar, embora que... muitos deles dizem que eu sou chato às pampas: “Você é chato!” É chato, mas, quando ele me encontra lá fora me chama de “mestrão”: “Ô, mestrão! Estou em tal lugar.” “É isso aí. Eu era chato, mas, dentro do meu chato, eu mostrei a vocês como é que um profissional tem que agir, certo?” E essa é minha vida. Não sei até quando vou agüentar. Já estou com 65 anos, mas, se puder, eu continuo até... o final: “Bom, agora não pode mais”, ou se ninguém me quiser mais, né?

MP – Quando você nasceu?

JC – Foi onze do dez de mil novecentos e quarenta e três.

MP – Onde você nasceu?

JC – Eu nasci aqui em São Gonçalo.

MP – Em São Gonçalo mesmo?

JC – Em São Gonçalo.

MP – Bom, aí... deixa eu te fazer uma pergunta. Essa formação que você gosta, que você gosta de ensinar os jovens, como é que você tá vendo assim, sua área, né, em termos de renovação, tendo esses jovens pra trabalhar aí na sua área de...?

JC – Tem uma coisa, que tem pessoas, que tem garotos que você pode ensinar quando ele está com o espírito voltado também, ou, talvez, seja assim, a educação que ele tem em casa, então eles são fáceis de você ensinar. Tem outros que são meio rebeldes, não aceitam, ou, se a companhia atrasa o pagamento, ele já vira contra você, entendeu? Mas você conversa com ele, explica: “Olha, não é assim. Tudo na vida tem dificuldades, tem que ter as dificuldades. Você tem que aprender as dificuldades.” “Ah, porque minha gata teve filho...” “Bom, mas esse negócio de filho, você é que... fez o problema, fez o mal, né? Você vê, então você que tem que ter cabeça antes, né, você tem que criar uma estrutura pra poder você ter pra dar pra alguém, certo?” Aí, bom, a gente consegue dominar e consegue levar. E quando a companhia também nos assumia de maneira... Vamos dizer assim, você tem uma avaliação. Eu faço avaliação todo mês, todo mês eu faço avaliação dos funcionários, entendeu? Quando eles querem, eu faço com eles; quando eles não querem, fica comigo. Eu tenho um tal de um livro negro onde boto os erros das pessoas, e tenho o azul, que coloco as pessoas que vão acertando, eu vou olhando, vou (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – Você tem um caderninho preto e um caderninho azul? (*rindo*)

JC – É, pra avaliação e pra condenação, certo? Então, quer dizer, se aquela pessoa tá se destacando, também, no futuro, e falar pra chefia, mostrar pra eles os erros. Agora mesmo saíram umas quatro ou cinco promoções. Promovi dois a profissional. Tem dois profissionais, entendeu? Eles entraram crus, mas já estão... entrou, não sabia nada, não sabia o que era uma broca, já estão trabalhando: um no torno, outro em furadeira, entendeu, outro a forja, quer dizer, então eles cresceram, e aquilo ali vai me incentivando. E eles cresceram porque eles aceitaram o argumento. Eu acho que o aluno fala que nem um filho, ele fala: “Pô, (*inaudível*)!” “Não, não, você também não, filho. Se a gente só fica no interesse da gente, aprender as coisas, só com interesse, senão não

adianta querer ser um professor, se você não está nem aí. Não resolve. Tá de brincadeira na hora em que está estudando!” Então isso eu brigo muito com eles, brigo pela disciplina, falo, reclamo, marco eles na linha, quer dizer... Aqueles que aceitam o meu modo de ser estão aí, já estão como profissionais. Outros também saíram, já estão lá fora, em outra firma, se deram bem, entendeu, graças a Deus, e... aqui tem uns que eu mandei embora porque eu vi que não tinha jeito. Não era aquilo que queriam, não queriam aquilo, queriam outra coisa, mas não sei, queriam o dinheiro. O dinheiro, você ganha, mas tá difícil. Então o cara tem que procurar ver a faixa dele.

MP – Você acha que esses jovens, assim, tanto na área naval, reparo, construção naval, você acha que tem interesse ainda deles?

JC – Tem, tem muitos, tem. Tem muitos que vêm pra cá e se encantam com aquilo ali, aí correm atrás e... entendeu? Se tivesse, agora, no SENAI, igual no passado, que seria de três anos... não oitenta horas, que oitenta horas é só ilusão, não ensina ninguém, embora o professor seja bom, não dá tempo. Olha que eu comecei no SENAI, eu já vinha da Marca Olho trabalhando com máquina, com um profissional, trabalhava ajudando um profissional, então ele tinha algum conhecimento. Quando eu cheguei no SENAI, eu desenvolvi rápido. Mas quem não teve essa chance de ter um profissional ao lado, que explicou alguma coisa, então ele que só tem 80 horas acha que tá fácil, certo, só não vai conseguir chegar lá. Então nós, lá, tínhamos três anos, o dia todo, o curso era de três anos, o dia todo. Não chegava a três anos, era dois anos e sete meses, mas três anos, mais ou menos... né, porque tinha o negócio de período de férias e tudo o mais, (*inaudível*)... Era de manhã e de tarde. Um grupo, de tarde, era aula normal, de Português, Geografia, né, aí a manhã era com oficina. A gente se via na hora do almoço. Então, pô, o SENAI – era o SENAI aqui no Barreto – era uma coisa! Aprendi muito!

MP – Deixe eu te fazer uma pergunta, João. Esse trabalho, como é que esse trabalho atrapalhou, ou beneficiou a sua vida. Como é que foi essa separação do seu trabalho – você disse que tá muito envolvido – com a sua vida do dia-a-dia?

JC – O problema do trabalho e a vida do dia-a-dia eu acho que o meu trabalho influenciou muito na minha vida assim... na minha estrutura lá fora, certo, porque hoje, pelo menos, eu sou um cara muito conhecido em termos de amizades da profissão, né, área naval, como também na área social, que eu participo profissionalmente de clubes, de jogo, frequênto... Meu filho corre regata, eu corro regata...

MP – É mesmo?

JC – É, adoro regata, eu corro regata, entendeu? Não posso remar porque o braço não dá, mas participo de tripulante. Então, quer dizer, essa função do meu serviço nunca me prejudicou fora daqui, nunca me prejudicou em nada socialmente: parte de diversões e... socialmente lidar com as pessoas, viver lá fora, nada, minha família... Vivia bem com minha família, embora eles reclamavam que às vezes não se via, mas, naquela época, a construção naval estava muito intensa, então a gente trabalhava muito, dobrava, entendeu, hora extraordinária direto, tinha muita hora extraordinária... E eu também trabalhei muito tempo de noite, trabalhei quase dez anos de noite, direto, entendeu, porque aproveitei pra estudar mais um pouco, então, pra não estar trocando de dia e de noite, não dava pra trocar de colégio, então eu peguei um período pra não... pra me aperfeiçoar mais ainda na parte técnica, entendeu? Fui fazer um curso, aí eu peguei e pedi pra ficar direto de noite, aí fiquei direto no turno da noite. Então eu acho que não atrapalha nada, eu acho que, pelo contrário, te eleva mais ainda. Lá fora, principalmente, as pessoas todas me chamam de “mestrão”: “Ô, mestrão!” “Ô, mestrão!” Mesmo os caras que eu nem... que eu sou apresentado, eu já me apresento como “mestrão”, (*inaudível*) de “mestrão”, “mestrão”, entendeu? Mas eu acho que não atrapalha nada, eu acho que me elevou muito. Olha, eu consegui... Eu não tinha nada, vim do nada, porque meu pai me deixou muito novo, nós não tínhamos nada, né? Aí comecei no trabalho, eu com aquela minha intenção de crescer, e cresci, graças a Deus. Me casei, duas filhas, entendeu? Agora estou com quatro netos. Duas filhas: botei elas... se formaram, tudo pago pelo meu trabalho, não tinha outra fonte, só isso mesmo. A minha esposa era professora, quer dizer, dava um auxílio também, né, então, quer dizer, nós criamos os filhos e... tudo bem. Eu acho que não tem nada que atrapalhe, não, eu acho que a pessoa tem como dividir...

MP – Tem como dividir, né?

JC - ... tem como dividir. Eu trabalho no sábado e trabalho no domingo. Já no outro eu... alguém fica.

JC – É, tem que saber dividir... e a esposa também ajudar um pouco, não criar problema. Porque eu acho que a pessoa, quando conhece bem um ao outro, não existe problema. Eu não separei por causa de traição, não separei por causa de... separei pelo gênio, que a minha mulher era muito ciumenta, entendeu, mas não é o caso de dizer assim: “Ah, não, é que eu trabalhava à noite...”, nada disso. Eu ia (*inaudível*), graças a Deus, e nós nos damos até hoje. No fim de semana eu vou na casa dela... e somos separados, certo? Eu dei uma casa pra ela, então, quer dizer, você vê que o

relacionamento era muito perfeito, certo, muito perfeito mesmo. Então eu acho que não atrapalha em nada. O Sérgio já me viu lá no Jurujuba, né?

SV – É, (*falam ao mesmo tempo*)...

JC – A parte social minha lá é boa, né?

SV – (*falam ao mesmo tempo*)...E quando vai ter regata?

JC – (*falam ao mesmo tempo*) Vai ter regata no dia vinte e dois.

SV – (*falam ao mesmo tempo*) umas galinhazinhas, (*falam ao mesmo tempo*)...

JC – Tem as galinhas, futebol... você jogar futebol (??)...

SV – (*inaudível*) aquele Zeca, foi uma vez lá aquele José Duarte.

JC – José Duarte.

MP – Só pra concluir, (*inaudível*) e o que é que você... Você tá com sessenta e oito anos... sessenta...?

JC – De idade?

MP – É.

JC – Sessenta e cinco.

JC – Tá me envelhecendo mais (?) (*rindo*).

MP – Não, não. Sessenta e cinco anos, né e trabalhando aí. Tá dizendo que vai até quando puder, né?

JC – (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – Como é que você vê essa questão da idade em relação ao seu trabalho?

JC – Essa questão da idade é mental, certo, é você... como é que vou me explicar... estruturalmente, né, você se sentir bem naquilo que está fazendo, que tem gente que tá aqui obrigado, só pra apanhar dinheiro. Aí você não vai render e não vai ficar satisfeito com você mesmo, você vai se acidentar, tudo isso vai acontecer, entendeu? Eu te digo isso porque eu fui... até... na Ishibras aconteceram uns lances comigo, de acidentes, acidentes feios, que eu fui pra uma psicóloga pra ver o que estava se passando. Aí ela fez um trabalho e falou pra eu não ficar trazendo problema de fora pra dentro e nem de dentro pra fora. Então aqui, vou discutir com ele, vou discutir com ele, nós vamos brigar, “(*inaudível*)”, reclamam, né, esses coroas reclamam, “... mas não dá pra ficar pronto...” (*rindo*) Então, quer dizer, imagine, vou pra... sair ali, vou continuar pensando, discutindo com ele? Eu vou? Não, viro as costas, acabou. Em casa minha mulher vem e diz: “Não, você não tem...”, depois dessa experiência de psicóloga, aí não vai mais chegar em casa e contar o que é que tá acontecendo no trabalho. Se ela não perguntasse, (??): “Não, tudo bem.” Aí (*inaudível*) deixar os problemas lá fora e (?) os problemas

aqui dentro. Com isso acabou, nunca mais me acidentei. É, e teve acidente feio, aqui, ó, de abrir mesmo a mão, tirei a rótula do joelho do lugar, entendeu? Quer dizer, eu tinha acidente assim, sem esperar, não entendia o porquê. Eu só não fui mandado embora porque todo mundo gostava de mim. Aí o cara falou: “Não, mas tem alguma coisa com ele, vamos estudar...” Até o cara da segurança, um engenheiro de segurança lá, me adorava. Depois parti pra segurança, depois fui pra segurança, porque ele era meu amigo, gostava de mim. Ele dizia: “Eu não entendo, João, (?) acontece acidente (?), só você mesmo pra explicar.” Eu estava fazendo, (?), acabou acontecendo, quer dizer, (??) fazendo aquilo com o pensamento lá fora, entendeu? Depois que eu consegui me coordenar, nunca mais, graças a Deus,... Não perdi nada, não perdi pedaço nenhum, está tudo inteiro. Mas eu acho que é só ter a vontade, o que você gosta de fazer, faz o que gosta. Você vê um médico. O médico trabalha, trabalha, trabalha. Dificilmente vai se aposentar. (*várias pessoas falando ao mesmo tempo*). Adoro criar alguma coisa.

MP – Pois é, João, por mim tá encerrado. Você quer acrescentar mais alguma coisa?

JC – Tá bom, (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – Foi ótimo.

JC - ... que eu estou falando de coração, não estou inventando...

MP – Mas é isso que eu quero ouvir.

JC – Tudo o que você ouviu aí foi o que passou comigo, o que eu sou, (*falam ao mesmo tempo*), entendeu, respeito todo mundo, respeito, respeito você, respeito as pessoas, como gosto que me respeitem também, certo? Posso reclamar com você, posso discutir com você, mas não vou guardar raiva de você, (*inaudível*) que aqui eu recebo um (?) de todo mundo mesmo. Isso aqui (*falam ao mesmo tempo*), é o foco, ela é o coração da empresa, a minha área é o coração da empresa, da manutenção, da carpintaria... tubulação, tudo vem aqui. Muitas vezes você (*inaudível*), mas não (??), procuro fazer. (*inaudível*) todas, eu mesmo... deixa que eu vou ver como fazer isso. Vou, resolvo, entendeu, (*inaudível*). Se pudesse, atendia todo mundo. Não posso, então vou fazendo aos poucos, entendeu? Às vezes eu me estouro, mas não é dizer que eu estou zangado com você, não, de maneira nenhuma. Daqui a pouco eu estou... É só aquele momento. (*inaudível*) dizer: “Deixa ele calado lá que o João resolve. Não pode é ficar perturbando a cabeça dele, deixa ele lá.” Daqui a pouco ele vai dizer pra mim: “Não, , tá tudo certo.” Porque aí a cabeça esfria, você consegue fazer, e eu fico grato porque pude te ajudar em alguma coisa.

MP – Tá bom, obrigado pela... (*interrupção da gravação*)

FINAL DA ENTREVISTA*

* Essa entrevista teve a duração de 25 minutos e 37 segundos.

II.3 - ENTREVISTADO: JORGE MAURO BRAGA

Data: 05 / 03 / 2009

Local: Estaleiro Renave/ Enavi – área de produção

Ilha do Viana – Niterói, RJ.

MP – Jorge, você pode começar falando.

JB – Meu nome é Jorge Mauro Braga. Nasci em 1949. Comecei a entrar no trabalho aqui, em 1969, até 73, na Costeira, né na Costeira – foi onde eu comecei a caminhar, a pegar responsabilidade – através do meu pai, que já trabalhava aqui, né? E saí, essa parte (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – Você nasceu onde, Jorge?

JB – Eu nasci no Estado do Rio de Janeiro, em Niterói, Niterói. E comecei a caminhar por aí, né? Aí comecei a gostar... Eu queria ser militar. Como não consegui, aí comecei a gostar da área naval. Aí comecei a fazer escola técnica no Henrique Lage. Aí tentei como estagiário no Caneco. Trabalhei vinte anos lá, galgando estágios, técnicos, auxiliar técnico, auxiliar de Engenharia, chefe de departamento, e vai por aí afora, né? Trabalhei na área de... construção do pátio, blocos curvos, retos... Trabalhei na parte de acabamento, né, acessórios... E, depois, essa parte depois de vinte anos eu me aposentei, aí vim pra área de reparo. Trabalhei aqui na Renave, do ano de 90 a 94. Depois eu saí, fui pra Verolme. Também trabalhava em acessório, acabamento e acessório, de 94 a 97. Aí, depois, voltei aqui, ao estaleiro, fiquei uns seis anos, sete anos aqui, na área de reparos. Estou aposentado, há quatorze anos que estou aposentado, e continuo. A minha aposentadoria é tão pouca (*rindo*) que tive que voltar a trabalhar, trabalhar pra poder sobreviver, né?

MP – Você continua trabalhando mais pra complementar a renda (*falam ao mesmo tempo*)...

JB – É, complementar e praticamente, hoje, eu já não preciso... se eu quiser parar hoje, eu paro, entendeu? Só que você não pode ficar parado, toda a vida, em casa, você tem que ter uma atividade, né? E eu, até onde eu puder, a gente vai continuando, né, até quando Deus quiser, Deus permite, né?

MP – Me diz uma coisa, você também forma novos profissionais pra trabalhar (*falam ao mesmo tempo*)?

JB – Teve uma época aí que nós formamos sessenta, não foi? Fizemos uma escolinha, que nós formamos aí pessoas pra montagem, solda, maçarico... Então tinha o ciclo e, em cada ciclo, vinha pegando aquele que tinha aptidão, iam formando, aí construímos um rebocador, que tá terminando, ai pra o patrão, né, que é o... aquele... Como é o nome daquele rebocador que tá terminando lá?

SV – LH.

JB – LH. Foi feito por ajudantes e depois foram jogados pra meio-oficial, né?

MP – E como é que você tá vendo essa renovação de...?

JB – Agora?

MP - ... dessa força de trabalho aqui do...?

JB – A renovação é meio complicada hoje em dia porque você tem... tem profissional que é responsável e tem profissional que não é responsável, então... É diferente da nossa época, do Sérgio [Sérgio Vidal, superintendente da área de produção do estaleiro], é porque tem que ter responsabilidade. Hoje em dia o profissional não precisa ter responsabilidade, entendeu? Hoje ele tá aqui... tá onde tá mais, tá mais. E não tem no mercado, o mercado não tem profissional... hoje não tem profissional, né, competente pra certos trabalhos.

MP – E me diz uma coisa, Mauro, eu entendi a sua trajetória de trabalho, mas uma das coisas que eu gostaria de saber...por exemplo o seu colega de trabalho que acabou de sair, conseguia,... pelo que eu entendi, ele consegue fazer isso muito bem, mas nem todo mundo consegue separar essa parte do trabalho da vida do dia-a-dia, né? Como é que foi essa coisa: seu trabalho com sua vida?

JB – Com a minha vida? Bom, graças a Deus, com esse tempo todo de trabalho, eu consegui fazer um tipo de um patrimônio que, hoje em dia, dá pra eu parar de trabalhar, entendeu, e conciliar. O trabalho, que não era fácil, era muito trabalho. Você vê, no Caneco, antigamente, a gente lançava, por ano, doze navios, entregavam dez, então, praticamente, ocupava todo o tempo, né?

MP – Ocupava todo o seu tempo (*falam ao mesmo tempo*)...

JB – (*falam ao mesmo tempo*), sábados, domingos, feriados, entrava às sete, saía às nove da noite. Hoje em dia isso não acontece porque não tem tanta demanda pra isso, né? Eu consegui sobreviver.

MP – E me diga uma coisa, você tem filhos?

JB – Tenho, tenho dois que é legítimo (*rindo*), e tenho três postiços.

JB – É, do segundo casamento... Não, não é meu, não, eu criei, né?

JB – Tem dois que são legítimos e tem três que são...

MP – E você conseguiu influenciar algum deles pra essa área naval, ou cada um seguiu...?

JB – Não, eu não quis influenciar (*inaudível*), eu fiz tudo... que eles são militares, né?

MP – Fez tudo pra eles não seguirem?

JB – Não seguirem, porque é muito difícil, e é muito estafante, né?

JB – Hoje, um é sargento do Exército e o outro é sargento da Marinha. Então consegui tirar eles dessa... e continuar estudando, né? Agora, os filhos dela não. Um se formou em professor de Matemática, Química, o outro trabalha com o pai na Argentina, e a menina agora viajou ontem pra Austrália. Ela se formou em... como é... essa parte de... Deu um branco, deu um branco (*risos*)... (?) faz... viagem, né? Como é o nome dessa...?

MP – Turismo?

JB – Turismo, Turismo.

MP – Então me diz uma coisa: bom, você... nesse período, você acabou caindo nessa parte naval, assim, por quê? Foi acontecendo, ou você teve oportunidade...?

JB – Não, foi acontecendo. Eu, praticamente, quando entrei, em 69, aqui, eu não conhecia nada, né?

MP – Seu pai ou alguém (*falam ao mesmo tempo*)?

JB – Meu pai, meu pai trabalhou aqui antes de mim, aqui, na Costeira.

MP – É, na Costeira também, né?

JB – Meus irmãos trabalharam aqui também, então (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – (*falam ao mesmo tempo*) A família, né?

JB – A família, família. E aí fui gostando e fui embora.

MP – Tá. Bom, deixe eu ver aqui o que poderia...

SV – Você começou como? Você começou foi...?

JB – Aqui?

JB – Trabalhador de (?), era menos que um ajudante.

SV – Fazia tudo?

JB – Tudo. Aqui nós fazíamos tudo.

SV – Varria, limpava...?

JB – Hein?

SV – Varria, fazia...?

JB – Tudo, tudo, limpava... Quem limpava a oficina eram os ajudantes, nós. Lavávamos banheiro... O banheiro da oficina quem lavava éramos nós, não tinha ninguém pra limpar, não! Então, quer dizer, era responsabilidade, né? O pessoal daqui fazia a diferença, porque a diferença do pessoal de...

MP – É, um tipo de formação bastante diferente.

JB – (*falam ao mesmo tempo*) formação profissional, né, e também vem de casa, né, responsabilidade que vem de casa, né?

SV – Você chegou a trabalhar na usinagem aqui, (*falam ao mesmo tempo*)?

JB – Não, só na parte de...

SV – Como aprendiz, (*falam ao mesmo tempo*)...

JB – É, de aprendiz, (*falam ao mesmo tempo*)...

SV – (*falam ao mesmo tempo*), limpava bomba, montava bomba junto com os profissionais, ia montar a bordo...

MP – Mas era também uma época, vocês até me corrigem, mas eu acho que tinha muito mais demanda pra fazer, né...

JB – Ah, tinha.

MP - ... um volume de trabalho muito maior...

JB – (*falam ao mesmo tempo*)...

MP - ...então você tinha que passar por tudo, né, tinha que aprender tudo, né?

JB – Com certeza.

MP – Hoje (*falam ao mesmo tempo*)...

SV – (*falam ao mesmo tempo*), (*inaudível*) entrava lá, quando você entrava, naquela época, como ele entrou, o cara que estava acima dele já tinha passado por isso tudo (*inaudível*)...

JB – (*falam ao mesmo tempo*)...

SV - ... (*falam ao mesmo tempo*) natural. Quando chegava um você falava: “Sabe aquele cara que esta lá na frente”... “um dia começou aqui, igual a você.”

JB – Com certeza.

SV – Hoje em dia não. O garoto aí, daqui a pouco já quer ser chefe, outro quer ser isso, cheio de cobrança, né... Obrigações são poucas, ele quer... não tem dever nenhum, não tem compromisso... Chega aqui, tem que pagar (*inaudível*). É uma questão de responsabilidade, de fazer um trabalho com qualidade, fazer um trabalho com zelo, guardar o material, manter a oficina do jeito, até porque não tem nada com isso. É capaz de tomar um café e jogar o copo...

JB – No chão, *(falam ao mesmo tempo)*...

SV - ... *(falam ao mesmo tempo)* varredor que vai varrer, vai tirar o copo de café.

MP – Porque ele não passou por isso, ele não *(falam ao mesmo tempo)*...

SV – É, não passou, mas *(falam ao mesmo tempo)*...

JB – *(falam ao mesmo tempo)*...

SV – Existe um pouco isso, estava ali, naquele tempo a obra só era entregue quando estava limpa. Vocês paravam na sexta-feira, se não me engano.

JB – Toda sexta-feira parava, parava todo mundo...

SV – Depois de uma hora *(falam ao mesmo tempo)*...

JB - ... depois de uma hora parava pra você fazer limpeza na oficina, entendeu, tudo, tudo, tudo, limpava, quer dizer, era uma cultura, né...

SV – Existia uma competição, né, os profissionais eram mais dedicados...

JB – Isso.

SV - ... um queria ser melhor que o outro, um queria fazer melhor, queria ser elogiado, queria ser o melhor encarregado de solda, o melhor soldador... Hoje você procura o melhor soldador: são os antigos, e são melhor porque... sempre foi bom, mas os novos não tentam acompanhar e...

JB – *(falam ao mesmo tempo)*...

SV - ... *(falam ao mesmo tempo)* uma passagem, é um momento que tá bom, a área tá boa, tá fazendo um trabalho razoável, mas não sei se, na cabeça deles, eles pensam um dia chegar lá, (?) aquele velhinho que tá lá na frente. Talvez não, *(falam ao mesmo tempo)*.

JB – *(falam ao mesmo tempo)*...

SV - ... dentro da própria cultura da área naval, o trabalho na oficina, aquela obra que ela fazia com carinho, cuidava, desenvolvia, criava coisas novas. Hoje, o cara faz, basicamente, a rotina mecânica, poucos, não estou dizendo que são todos, poucos se destacam nessa parte. Então se mantinha, sabia que a oficina estava limpinha, fulano de tal tomava conta, aquela máquina é do fulano, quem fez essa solda, quem montou essa chapa, quem fez aquele trabalho mecânico foi fulano de tal. Então os outros ficavam um dia querendo chegar a... chegar àquele profissional que estava lá na frente.

JB – *(falam ao mesmo tempo)*...

SV – Hoje em dia não tem muito isso. *(falam todos ao mesmo tempo)*...

MP – (*falam ao mesmo tempo*) em boa parte das áreas tem isso, o pessoal está chamando de “desprofissionalização”, ou seja, você não tem assim... não almeja ser um bom profissional daquela... Talvez em algumas áreas, por exemplo, um neurocirurgião...

SV – É, isso, talvez ainda tenha.

MP - ... tá entendendo, ou uma coisa assim...

SV – (*falam ao mesmo tempo*).

MP - ... (*falam ao mesmo tempo*)... É o que eu estava falando, nessa área ferroviária, depois da venda da Rede Ferroviária, acabou o ferroviário, o que era muito parecido com...

SV – Com a área naval.

MP - ... com vocês, muito parecido. Eram pessoas assim...

JB – E uma área dura, né?

MP – Uma área dura, uma área dura.

SV – Não era... (*falam ao mesmo tempo*) (*inaudível*) – você sabe disso – melhorou um pouco porque teve demanda, melhorou porque formou muito garoto – alguns deram bons profissionais, deu uma renovada. Mas, mesmo assim, ele tá aqui pensando em passar o tempo dele, quer dizer, não quer, não almeja (*inaudível*) o João, que é um contramestre, é um torneiro, “eu quero um dia ser igual ao João. Existe algum motivo pra isso? Os salários estão um pouco achatados, as empresas não tem muito aquela... né, (*todos falam ao mesmo tempo*) é o momento de você ter uma demanda de trabalho, e sofrem por isso porque amanhã não tem, vai até ter bons profissionais, depois não renova... Aceita, às vezes, trabalhar com profissionais “médios”, porque ela não tem também no mercado pra pegar, ou, se tem, algumas empresas, uma vez ou outra, os estaleiros pagam uma condição melhor porque trabalham com... às vezes trabalham com *offshore*, essa parte de petróleo. Mas a gente faz o reparo, né? Quem constrói plataformas tem uma certa condição melhor, é bem melhor, então são projetos de não sei quantos milhões de dólares aí, centenas de milhões de dólares. Então o cara consegue, às vezes, quando tá fazendo uma obra, consegue pagar melhor o profissional, (*inaudível*), né, (*inaudível*), quer dizer, o mundo está passando uma crise agora, porque não tem importação, não tem exportação, navios do mundo inteiro estão parados. Na Grécia muitos navios parados. Na Alemanha, na Europa, (*inaudível*). (*inaudível*) o frete caiu o valor de quase 10% do que era no final do ano de 2008... Quer dizer, quem vendia também não vende; quem comprava tá evitando de comprar, ficou meio...

MP – *(falam ao mesmo tempo)*...

SV – *(falam ao mesmo tempo)* agora que deu uma melhora, mas não tem demanda de comércio. Aí já fica difícil, né? Então a gente sofre, nós estamos sofrendo. A gente tinha vinte, trinta consultas aí, por semana, de docagem, caiu sei lá, para a décima parte. Nesse carnaval aí, tudo vazio. O que é que vai ser não trabalhar no carnaval?

MP – Dando continuidade.

JB – A gente vai falando, vai falando, vai falando... depois você vai ter que arrumar.

MP – Isso. Bom, isso que nós conversamos, sobre essa renovação dos profissionais, do mercado. Aí eu disse que profissionais como vocês, que estão há tanto tempo, vindo de um tempo que não é mais hoje, né, vivendo dessa profissão, têm uma responsabilidade muito grande, né?

JB – Com certeza, muito grande. Tem que agarrar, você tem que gostar pra você...

MP – Isso é diferente de algumas outras áreas, né? Em algumas outras áreas, às vezes os profissionais, a partir de certa idade, eles são até meio colocados pra escanteio, principalmente quem veio de baixo. Mas isso, não ocorre nessa área naval. Vocês são essenciais, porque como não tem esse novo profissional, você tem que estar ali...

JB – Com certeza, por isso que *(falam ao mesmo tempo)*...

MP - ... *(falam ao mesmo tempo)*...

JB - ... até hoje...

MP – Pois é.

JB - ... porque não fez a renovação a nível de fazer profissionais, né? Então temos que dar mais um pouquinho da nossa vida pra poder ver se consegue sair, consegue... formar profissionais também do mesmo nível, né, e com boa-vontade e responsabilidade, né?

MP – Bom, a gente passou, mais ou menos, as linhas gerais da entrevista. Mas o que é que você gostaria de deixar registrado, alguma coisa que você queira estar falando um pouco sobre... sobre a sua relação com o trabalho, sua relação com sua área, a relação do seu trabalho com sua vida, ou alguma coisa ou comentários sobre os novos profissionais?

JB – Vamos dizer assim, o meu tempo é diferente de hoje, se dava crédito à responsabilidade, ensinamento de pais, de família, de... hoje é diferente. Hoje o pessoal até está com responsabilidade com mais garra, com mais profissionalismo. Isso é o que eu desejo *(inaudível)*...

MP – Deixe eu fazer uma outra pergunta...

JB - ... vontade também de aprender...

MP – Deixe eu fazer uma outra pergunta. Eu vejo assim, você está aposentado, continua trabalhando, enfim, você é essencial aqui, (*inaudível*)...

JB – (*inaudível*) (*rindo*).

MP – ... mas como é que você vê a situação geral do trabalhador com mais de sessenta anos? Em geral, não precisa ser necessariamente na sua área. Como é que você vê, hoje, colegas seus que estão aí, como é que você vê?

JB – Os colegas que estão acima de sessenta ou sessenta até... eles estão trabalhando porque não existe profissional pra cumprir a demanda, né, e... graças a Deus, né, porque a gente consegue trabalhar um pouco mais, né, dar mais um tempo, porque senão não conseguiria mais trabalhar. Com quarenta anos pra o mercado já é velho, você sabe disso, né, já é velho. E nós conseguimos ficar mais um pouco, né?

MP – Pelo conhecimento que vocês têm.

JB – Pelo conhecimento, dedicação,...conhecimento, dedicação, responsabilidade, né?

MP – Bom, Mauro, eu te agradeço. Então acho que por mim tá encerrado.

JB – É, (*falam ao mesmo tempo*) porque eu falei muita coisa, né, eu detonei (*rindo*)...

MP – Não, tá certo, tá ótimo.

JB - ... eu detonei. Agora você vai coordenar...

MP – Tá. Eu estou fechando o... (*interrupção da gravação*)

FINAL DA ENTREVISTA*

* A entrevista teve a duração de 19 minutos e 13 segundos.

II.4 - ENTREVISTADO: LUIS CARLOS DE JESUS FERREIRA

Data: 05 / 03 / 2009

Local: Estaleiro Renave/ Enavi – Produção

Ilha do Viana, Niterói, RJ

MP – Bom, Luis, pode começar a falar, onde nasceu...

LF – Meu nome é Luis Carlos de Jesus Ferreira. Nasci no Barreto. Vim pra empresa atual com a idade de quinze anos. Comecei como servente. Fiz curso no Henrique Lage de eletromecânico, e, daí pra cá, eu trabalhei nessa empresa, porque, com o tempo, as companhias foram mudando o nome. Primeiro era autarquia federal, passou a ser particular e, até hoje, ainda é particular. Minha estadia na empresa é [de] quarenta e dois anos, de empresa. Comecei trabalhando no estaleiro. Fui ajudante, profissional, fui a meio oficial, oficial de segunda, oficial de primeira, contramestre, e, atualmente, encarregado... atualmente estou como contramestre. Sou aposentado. Continuei trabalhando porque não estava dando condições de fazer o estudo do meu filho, e estou até hoje. Atualmente, estou na empresa... isso é como eu falei, há quase quarenta anos, fui a contramestre... e pretendo parar esse ano, se Deus quiser. Espero que tudo corra bem, botar outro no meu lugar aí e que eu consiga fazer isso. Tem que dar oportunidade a outras pessoas, que sempre que tem oportunidade, tem que dar, meu pensamento é esse.

MP – Luis deixe eu te fazer uma pergunta. Você tá aposentado e ainda continua trabalhando pra complementar a aposentadoria, né? (*falam ao mesmo tempo*)...

LF – (*falam ao mesmo tempo*) porque eu estou pagando a faculdade dos meus filhos.

MP – E se você não precisasse disso?

LF – Eu já estava aposentado, tinha parado de trabalhar.

MP – Quer dizer, foi uma questão de necessidade, né?

LF – De necessidade.

MP – Deixe eu te fazer outra pergunta. Como é que você vê essa... Teve um tempo, como nós estávamos conversando, que essa área naval teve um auge (*falam ao mesmo tempo*)...

LF – (*falam ao mesmo tempo*)...

MP - ... tinha uma história, aí teve uma parada, aí ela retomou, às vezes bem, às vezes mal, e aí vem a necessidade de novos profissionais, né?

LF – É, ter informação de um colega, tá um pouco difícil, né, porque somos de um (colégio?) como antigamente, um SENAI, que você freqüentava o dia todo, tinha a teoria e a prática. Agora é só fazer um curso, entendeu, um curso de três meses, quatro meses. O que é que você vai aprender com esse tempo? Nada. Você fazia um SENAI, é um ano e oito meses, dois anos de um colégio de formação técnica. Hoje você, atualmente, não... acho que no Brasil... no Estado do Rio, Niterói, não tem um colégio que você tenha uma formação. E a gente, mais pobre, tinha condição de ir porque não era pago, esses cursos... ficaria num colégio o dia todo e não era pago. Agora, por exemplo, se uma pessoa quer fazer, no mínimo são 800 reais um curso de 30/35 horas, 40 horas, e não sai à custa, não. O curso é basicamente teoria, de prática não tem nada, a prática ele vai pegar na área que tem condição de ele ter um pra o... pra o cara ter uma oportunidade. Geralmente, quem faz esses cursos é uma pessoa mais pobre, porque o cara que tem uma condição legal faz um curso técnico, tem condição de pagar. E o operário pra pagar um curso de 500 reais fica difícil, entendeu, qualquer curso aí, é um curso de pouco tempo, eu acho que vem aprender com o tempo, na área que ele for fazer o curso que ele fez, pra ter oportunidade, quando tem oportunidade de aprender e ter a vaga como soldador ou mecânico, o curso que o cara fez... E ele vai fazer com o tempo, não pelo tempo que ele teve no colégio, mas o tempo na área, fazendo aquilo que ele fez no curso dele, principalmente se ele já vinha no colégio, ele vem praticamente formado, teoricamente e na prática. Você tinha uma boa formação de Tecnologia, Desenho, Eletrônica, Leitura de Desenho, é muito difícil um colégio que tenha isso...tinha um SENAI.

MP – Tem algum colégio funcionando ativamente?

LF – Aqui no Estado do Rio não tem, eu tenho certeza que não tem. SENAI tem que pagar uma grana. É um curso de 30/32 horas. O que é que um homem vai aprender com isso? Eu acho que a formação de colégio, atualmente, tá muito fraca.

MP – (*falam ao mesmo tempo*) nessa área, porque, quando vocês chegaram, quer dizer, vocês tinham uma formação muito melhor. Quando vocês chegaram no estaleiro...

LF – Com certeza!

MP - ... vocês chegaram...

LF – Com certeza, porque fazia um curso de ajustagem no SENAI, você trabalhava como? Na plaina, torno, fresa, ferramenta, você fazia ferramenta, sabia trabalhar com uma lima na mão..., saía do SENAI pra uma empresa, com dois anos você já é meio-oficial. Hoje, se você botar um cara como meio-oficial, tem que trabalhar ele mais ou

menos uns três anos, pra aprender leitura, ver o desenho, olhar o micrômetro, um paquímetro...

MP – Então, na verdade, ele chega, e quem dá a formação, na verdade, acaba sendo o senhor?

LF – Atualmente, é. E, geralmente, você não põe um cara formado pelo SENAI bom, ele vem cego praticamente, não conhece nada, aí aprendendo com o tempo. Porque, quando a gente põe, que acha que tá numa boa, rapa fora. O cara, atualmente, se veio do colégio e aprendeu, se tem condições de procurar uma coisa melhor, ele sai fora. A companhia, por exemplo, já perdeu uns quatro funcionários bons aqui. Viu que tava bom: “Ó, bicho, vou embora porque eu quero arrumar minha parada.” Não posso fazer nada, não posso. Mas, pô, antigamente vinham pessoas boas. Agora não, chega gente, você tem que eliminar. Vê lá na oficina, tem quatro funcionários só, todos eles ajudantes. Tô ensinando, promovendo eles. Tem outro ajudante, um bom ajudante, que levou, no mínimo, uns seis anos pra botar ele no... a base é que você leva seis anos pra botar um cara como profissional. Ele vem do nada, vem de servente aqui, nem curso tem, não tem nada, eles botam lá, trabalhando o cara. Tem uns que não agüentam, vão embora, não têm condições, não aprendem, não atualiza.

MP - Na prática, então... são seis anos pra entrar no eixo?

LF – Como profissional, pra ficar bom, um bom profissional. Um mecânico que não sabe ler não é mecânico, porque o cara tem que conhecer, tem que conhecer, no mínimo, entender, um paquímetro, um micrômetro, embora poucas vezes eu trabalhe com micrômetro, mas o paquímetro a gente tem que estar sempre com ele na mão, no dia-a-dia. Eu boto a mão, quando eu não tenho o que fazer eu boto pra ver, um ensinar o outro, o profissional ensinar o ajudante. Eu não tenho... eu não boto na oficina profissional formado, eu boto ajudante, prá ter oportunidade que ele tem de subir, né, só assim que eles conseguem subir. É meio...

MP – E quando o senhor tá falando que, em breve, o senhor... vai parar, o senhor vai sentir falta disso tudo?

LF – Bom, talvez eu até sinta, mas eu vou... Eu tenho muitos conhecimentos aí, eu não vou parar total aqui. Às vezes, eu saio daqui, os caras me chamam pra fazer trabalho fora, montar aí fora, aí você não fica totalmente parado. Tem uma rotina de trabalho, porque a gente tem que ver a melhoria, a evolução, pô! Aqui tem um maquinário antigo, né? Então, a pessoa que tem uma mente, que tá estudando, quer evoluir, ele tem que procurar o novo, ter a intenção de aprender cada vez mais. Eu estou falando pra os caras

lá: “Procura aprender, estudar, procura aprender pelo menos uns dois... falar uns dois idiomas, que é o essencial agora, aí é só pra isso.” Você não tem só aqui, aqui você (*inaudível*)... pra aprender ele tem que continuar estudando e acompanhar a vida do jeito que tá essa vida aí, tecnologia nova, desenho, estudo... leitura, falar uns dois ou três idiomas, porque a vida agora é essa, daqui pra frente é só isso. Eu falei, o que eu tinha que aprender, eu já aprendi, aqui, agora, pra mim só morte, entendeu? O pouco que eu sei eu passo pra os meus companheiros de trabalho. Acho isso essencial: como passaram pra mim, eu tenho que passar pra os outros também, né, é lógica essa coisa. Não vou morrer e guardar pra mim.

MP – Sr. Luis, mudando um pouco,... como é que está essa coisa do trabalho com a sua vida? O senhor conseguiu separar bem seu o tempo de trabalho do seu tempo de vida, ou essas coisas se misturavam? A vida fora do trabalho?

LF – É, minha vida fora... minha vida particular, minha vida de chefe de família, foi uma vida meio tumultuada, então eu não vi meus filhos crescerem, estou vendo agora os meus netinhos, (*inaudível*). Minha vida foi toda trabalhando pra dar condições pra os meus filhos, pra os meus filhos estudarem, essas coisas assim.

MP – Tem quantos filhos?

LF - Tenho um casal de filhos. São formados, graças a Deus...

MP – Trabalham na área?

LF – Não, na área não. Um é técnico em Eletrônica, e a minha filha gerente financeira de uma firma, entendeu, e estão estudando, continuaram a estudar e vão se formar agora, esse ano, se Deus quiser. Aí... é isso aí, mas é meio tumultuado, a gente não vê os filhos crescerem, vai ver os netos, agora, crescerem, quer dizer, a gente não tem tempo de cuidar, no dia-a-dia, de domingo a domingo, entendeu? Não tem... muitas vezes nem férias. Eu levei praticamente dez anos sem tirar férias, vendia minhas férias pra poder controle, manter uma boa... um padrão de vida que (??). Não tinha casa própria, pagava aluguel, tudo isso influi na vida do... Como o meu caso, é o caso de milhões de pessoas aí, de operários que tem aí.

MP – E agora, já tem sua casa?

LF – Graças a Deus. Estou terminando de pagar agora pela Caixa Econômica, estou pagando tudo, graças a Deus, estou terminando esse ano. É uma vida fora de série, mas aí você não vê os filhos crescerem, só vê os netos, agora, porque é uma vida de domingo a domingo. Tive uns dez a doze anos sem tirar férias, tinha que vender as férias pra... poder ter uma condiçõzinha melhor.

MP – Muito difícil, né?

LF – É, e acontece isso muito, já me aconteceu muito isso.

SV – (*inaudível*).

MP - Acaba que você nem vê a vida passar, né?

SV – Quando você vê, já passou.

MP – Quando você vê já passou.

LF – Não é mole, não.

LF - Esse pequenininho dá prá gravar tudo o que eu falei? Pô!

MP – É.

MP – Então, pelo que você falou agora, você teve influência familiar pra trabalhar nessa área, né?

LF – É, eu gostava, e já estava aqui dentro, tinha o meu pai, que também era caldeireiro, também trabalhou aqui dentro, mas não agüentou a bola, saiu fora, foi ser pescador. Meu tio também trabalhava aqui dentro, aí foi pelo meu tio que eu vim pra cá. Eu jogava um pouquinho de bola, tinha um futebol aqui, tinha um time da... autarquia federal, aí tinha um time. Aí eu parei, fui jogar uma bolinha, e foi assim que eu consegui entrar aqui, que era difícil. Aqui, antigamente, pra você ter uma vaga, você ir a profissional, o cara que era profissional tinha que ficar naquele setor dele, até ele morrer ou ser afastado, senão você não era promovido. Tinha uma oficina, tinha vinte vagas, vinte profissionais.

MP – Aqui era federal?

LF – Era.

MP – Bom, existe alguma coisa mais que o senhor queira falar aí?

LF – Não, tudo bem, é praticamente quase a minha vida que eu morei aqui dentro, né, que entrei garoto aqui, aí... até Chefe de manutenção, (*falam ao mesmo tempo*) chefe de manutenção.

MP – Vou encerrar aqui. (*interrupção da gravação*)

FINAL DA ENTREVISTA*

*A entrevista teve a duração de 16 minutos e 05 segundos.

II.5 - ENTREVISTADO: MANUEL DOS SANTOS DUARTE SILVA

Data: 10 / 02 / 2009

Local: Estaleiro Renave/ Enavi – área de produção

Ilha do Viana - Niterói

MP – Bom, Manuel, pode começar a falar.

MS – Você quer que eu comece pela data da minha formação...?

MP – Podemos começar assim: quando que você nasceu, onde você nasceu...

MS – Eu nasci no dia 26 de outubro de 1946, em Itaboraí.

MP – Em Itaboraí, aqui no Estado do Rio de Janeiro?

MS – Depois de Alcântara, onde funciona o Campestre, atualmente, né?

MS – Bom, lá eu nasci e me criei. Minha educação foi lá... Fiz... na época, Primário – hoje é Fundamental – e Ginásio, tudo lá. Depois eu vim para Niterói. Aí eu fui fazer curso técnico no... Colégio Henrique Lajes. A minha formação profissional começa por ali. Isso aí nós já estamos no ano de 65, 1965. De 65 até 68, por aí, eu fiz o curso técnico e fiz um belíssimo estágio na... o que eu considero a melhor escola de Engenharia Naval, que era o Estaleiro Mauá, antigamente. Daí, como eu me formei, eu só trabalhei algum tempo, mas, depois, eu quis fazer faculdade. Fiz, primeiro ia fazer Engenharia, depois desisti, fui fazer Matemática. Depois eu acabei indo dar aula em colégio, no Estado, não sei o que mais. Passado algum tempo, eu cheguei à conclusão que não era nada daquilo que eu queria e que a minha vida estava errada. Num belo dia encontrei com um amigo, que estudou comigo, na época, e ele – depois vou achar o nome dele até – trabalhava em estaleiro. Ele me perguntou: “Você não quer voltar a trabalhar em estaleiro?” Eu falei: “Ok, vou voltar.” Aí, “você deve ter um salário bom...”, na época. Aí eu peguei e abandonei Matemática, abandonei tudo, colégio, abandonei tudo. Aí fui parar, na época, no Estaleiro Caneco, no Rio de Janeiro. Isso nós estamos falando do ano de 1976, já, 76. De 76 até 81 eu trabalhei no Caneco, Estaleiro Caneco. O pessoal dizia que era muito organizado, mas produzia muito. Essa é a verdade. Então eu passei lá. Depois eu saí de lá pra trabalhar na McLaren, Estaleiro McLaren. Aí eu trabalhei onze anos, de 81 a 92. Fui bem sucedido, fiz vários cursos de especialização, fiz Fundação Getúlio Vargas, tudo me aperfeiçoando profissionalmente. A McLaren me deu uma boa bagagem de conhecimento para que eu pudesse evoluir profissionalmente. Aí, depois, houve aquela crise na indústria naval, por volta dos anos 80, né, aquele *boom* de cair tudo, aí, aí eu acabei lá. Alguns estaleiros foram fechando,

não sei o quê, foi caindo o nível, aí eu vim parar num estaleiro de reparo, e eu só havia trabalhado um pouquinho em reparo lá no ano de 75, porque o Mauá tinha, na época, um dique que fazia reparo também, então tinha a construção e tinha o reparo. Eu trabalhei um pouco em reparo, aí vim cair aqui, na Renave, pelo ano já de 91, 16 de março de 91. Fui admitido aqui para um setor que eu havia trabalhado pouco, mas conhecia alguma coisa, que era o setor de docagem. Aí passei algum tempo na docagem... Eu já tinha uma boa formação porque eu tinha passado em todos os setores da indústria naval, todos. Aí eu peguei e, depois, fui e fechei essa caldeiraria. Aí, passado algum tempo, (?) fechei (?), depois houve aquele problema aqui com a Renave, que ficou fechado um ano e pouco. Depois fui chamado para vir de volta, tomando conta de um dique que tem aqui, por conta de uma empresa de fora. Depois a Renave me chamou pra voltar, e eu estou até hoje aqui. Então, nesse ramo de Engenharia Naval, eu já... eu atuei, praticamente, em quase todas as áreas, menos a Elétrica, que eu não troco nem uma lâmpada (*rindo*), mas no resto eu trabalhei em tudo. Hoje, com a experiência que eu tenho de... – já estou aposentado há quatorze anos – mas com a experiência e com a bagagem de conhecimento que eu tenho hoje, eu... passo, tento passar essa informação do que eu aprendi durante esses anos todos pra alguém. Mas isso tá meio difícil, a garotada não está vindo aprender, acho que não tá a fim de aprender. Então tá difícil até ter um substituto. Eu não tenho substituto. Se eu sair de férias, não sei como a empresa vai se virar. Bom, mas aí, eu procurei trabalhar nesses anos todos, vi tudo o que podia acontecer na parte de caldeiraria, na parte de docagem, doquei tudo quanto é tipo de navio, tudo, nos últimos anos doquei muita raça de navio. Então eu fui evoluindo, procurando evoluir profissionalmente, porque acho que a cada dia a pessoa tem que evoluir alguma coisa, senão não aprende nada. A gente nunca sabe nada, a gente tá sempre aprendendo. A cada dia você tem uma surpresa na sua vida, diz assim: “Nunca vi isso, nunca aconteceu isso na minha vida.” Eu já estou fazendo... eu vou... já tenho 62 pra 63 anos. Então, você vê, nesse tempo todo tem evoluído muita coisa. Estou aprendendo, aprendendo, aprendendo... aprendo com um, aprendo com outro, e vamos lá.

MP – Deixe eu te fazer uma pergunta, já duas coisas que você falou que me interessam. Uma é a seguinte: a primeira questão que você falou, que tenta formar profissionais, e tá difícil encontrar um substituto. Eu queria que você falasse um pouco mais por que é que você acha que tem essa dificuldade, ou porque é que, de repente, os jovens não se

interessam. E, segundo, seria o seguinte: você falou que está aposentado já há dezessete, né...?

MS – Quinze anos.

MP - ... quinze anos e continua trabalhando, né? O que é que te motiva a continuar trabalhando? É a questão mesmo financeira ou é uma questão de você gostar?

MS – Tem que juntar as duas partes.

MP –Vamos, primeiro, falar da parte do porquê continuar trabalhando.

MS – Bom, por vários fatores, né? Uma coisa é a gente... A gente trabalha a vida inteira e chega na idade que eu cheguei, você sente, ou você fez... deu uma sorte na vida de fazer um pé-de-meia forte, ou você ainda tem necessidades. Eu tenho pequeno ainda, de dez anos, não pareço, mas tenho. Tenho filho maior, tal, tenho neto, essa coisa toda, então preciso continuar lidando. Se fosse só pra minha parte, daria, sem problema nenhum. Poderia não ter uma vida de luxo, mas poderia ter uma vida normal, tranqüila. Mas, como tem outras pessoas ainda que estão envolvidas na minha vida, ainda preciso ajudar, que estão lá, então por isso, e também porque gosto, eu gosto do que eu faço. Triste da pessoa que passa a vida inteira fazendo uma coisa, procurando sempre evoluir, e depois: “Porque eu não gosto disso.” Não, se eu estou aqui é porque eu gosto, e eu gosto da empresa também, enfim eu gosto da empresa, mas eu gosto muito do que eu faço e procuro fazer cada dia melhor. Procuro sempre me aperfeiçoar pra fazer cada dia melhor, (*inaudível*). Agora, por que as dificuldades de preparar alguém? Porque parece que o jovem, hoje, tá com a cabeça mais em outro lugar, eles parece que não têm interesse. Eu, por exemplo, procurei fazer faculdade de Matemática, procurei me aperfeiçoar muito em Cálculo, procurei fazer uma evolução em... como um todo, como um todo, não só visando fazer um ‘calculinho’ ali, de Engenharia, não, eu procurei evoluir de uma forma geral, procurei aprender também com essas pessoas, que cada vez você vai adquirindo conhecimento conversando com as pessoas, e participando de eventos, participando de seminários, participando de alguma coisa. A sua evolução é gradativa porque você não consegue fazer tudo de uma vez só, a cada dia você termina alguma coisa. Eu, hoje, não vejo interesse no jovem, sinceramente não vejo...

MP – Mas é específico pra essa área de reparo ou em geral?

MS – Olha, eu vejo lá fora também. Sei lá, lá fora também talvez seja até pior. Aqui, quem tá aqui ainda tenta saber alguma coisa, mas lá fora, sei lá. Eu não vejo... eu vejo o jovem aqui se preocupar só com o pagamento dele, mas eu não vejo ele evoluir, eu não vejo ele fazer uma pesquisa, eu não vejo ele se aprofundar naquilo que ele quer. Ele fica

muito superficial. Tem pessoas aqui com belíssimos conhecimentos, que poderiam ser transmitidos pra alguém, e, quando você olha pra o lado, não tem ninguém. E quem aprende um pouquinho aqui, por incrível que pareça, faz e vai exercer isso em outros lugares. Tem gente que saiu daqui há pouco tempo, começou a se formar como um engenheiro novo ou um técnico novo, saiu daqui pra o Estaleiro Mauá Jurong, saiu daqui pra outras empresas aí que foram absorvendo os melhores profissionais... melhores não, os... aqueles que estavam aprendendo um pouquinho mais. Então sobrou uma “galera” que hoje não tem conhecimento, é fraca. Os ‘melhorezinhos’... começou a falar um pouquinho de Inglês (*rindo*) e começou a aprender alguma coisa, alguém oferece um ‘salariozinho’ melhor pra ele, ele vai à luta. Aí o Mauá leva, aí aqui há pouco tempo, oferecendo emprego pra todo mundo, e assim vai, entendeu? Cada um que chega aqui vê um cara aprendendo um pouquinho melhor, ele: *pá*, chama logo pra trabalhar fora. Os mais antigos não, já estão mais solidificados, já não se deixam mais levar por isso, também não vão cair em aventura, né? Mas tem um aqui, por exemplo, que saiu, foi pra... foi pra uma empresa de dragagem, voltou a trabalhar aqui, que ele chegou à conclusão que lá não era o ramo que ele queria, e ele é da parte estrutural. Mas outros que saem daqui, mal começam a aprender alguma coisinha, principalmente se falam um pouquinho de Inglês, são chamados pra outro local. Pois, se você for analisar, os outros estaleiros também não têm mão-de-obra, eles não tem mão-de-obra pra passar (?) essa cara porque (?) passar (*ruído alto de telefone*) (*inaudível*) dez, quinze anos, passa a ter formação de mão-de-obra, o dia que precisa de mão-de-obra, não tem. (??) o jovem, eu não vejo, hoje, lá fora é pior ainda, né? Parece que o jovem também não tem interesse nenhum em evoluir. Por quê? Isso é uma questão pedagógica e até de formação dentro de família, né? Antigamente, ela orientava a uma série de fatores que, antigamente, era muito preso á família. Hoje não.

MP – Você enveredou por essa área por influência de família, ou alguma coisa assim?

MS – Olha, na verdade, eu queria... primeiro, eu queria ser da área de Saúde, mas meu pai tem oito filhos, achou que não dava pra pagar. Eu era um bom aluno até, na época.

MP – Seu pai era o quê?

MS – Meu pai era fiscal de renda, trabalhava em Itaboraí. Mas ele não tava conseguindo pagar. Aí ele mesmo me... Eu queria... depois, ir para a Aeronáutica. Ele falou: “Não, lá é muito perigoso.” Aí acabei caindo na... no Henrique Lajes. Nunca pensei se outro lugar teria sido melhor ou pior. Foi o que Deus me reservou, me deu um caminho, e o caminho é pra eu poder seguir, fazer da melhor maneira possível.

MP – E você conseguiu influenciar algum filho seu a seguir essa área.

MS – Nunca quis, nunca quis, nunca quis, cada um segue o que a cabeça lhe mandar...

MP – Mas algum seguiu essa área?

MS – Não, não.

MP – Não, né?

MS – Eu... aliás, tenho quatro filhos com três mulheres. O primeiro acabou que ela... viveu um casamento aí, tinha um filho, mas (*inaudível*) casamento (*inaudível*) vida dela. Depois veio a menina, que se formou em advogada; veio um filho, que se formou em Educação Física, que não tem nada a ver, e a outra; e tem um garotinho, agora, de dez anos. Não influenciei ninguém, cada segue a cabeça, o que quiser, cada um fala o que quiser. Não quero que depois venha dizer assim: “Meu pai me influenciou pra um lado, e eu não gosto.”

MP – Deixe eu te fazer duas perguntas básicas. Uma: Qual é a relação que você vê, por exemplo, pelo que você estava descrevendo, essa área, se você sair, está acumulando prática e conhecimento, né...

MS – Isso.

MP - ... ou seja, essa área... pelo que eu entendo, é uma área que valoriza a experiência da pessoa, porque, normalmente, o que se vê aí no... – eu queria que você falasse um pouco disso – o que você vê nas outras áreas é... a pessoa com mais idade, apesar de ter uma experiência e tudo, ela é meio jogada pra escanteio, e vem o mais jovem. Mas, pelo que eu estou vendo, pela falta de condições de você formar novos jovens e tudo, a impressão que dá é que, nessa área, aqui, no estaleiro, essa sua experiência é valorizada?

MS – É, ela é valorizada como para suprir um hiato, que é a formação profissional, então não teve formação profissional.

MP – (*falam ao mesmo tempo*), porque houve um hiato.

MS – É, é. Aí, depois, começou a se voltar muito timidamente. Isso o quê? Esse hiato é de quinze a vinte anos. Então aquele pessoal antigo que era o pessoal que tinha conhecimento. Então, hoje, aos pouquinhos se quer retomar uma coisa, mas tem que se formar uma mão-de-obra qualificada pra isso.

MP – Que não existe.

MS – Que não existe, entendeu? Eu tento transmitir o conhecimento pra os jovens, mas muitos ali não... (*inaudível*) não sei se é porque... Por que é que não têm interesse? Não sei. Mas hoje eu não vejo o jovem com aquela garra de querer aprender, querer seguir o

exemplo. Eu fiz muito curso em paralelo. Os estaleiros, graças a Deus, onde que eu trabalhei, eles investiram muito em mim profissionalmente. Não sei, alguém viu, achou que eu tinha condições, e fui evoluindo em... Fundação Getúlio Vargas, em mais outros cursos em paralelo. Fui fazendo diversos cursos em paralelo, achando que tinha que aprender alguma coisa, e assim fui evoluindo. O conhecimento é fazendo o curso de soldagem, curso de caldeiraria, curso disso, curso daquilo, fui fazendo. Até curso que não tinha nada a ver eu fiz: “E se mais à frente eu precisar?” Até curso de fotografia eu fiz, fiz tudo o que você pensar pra poder... sempre achar que eu tinha que aprender alguma coisa. Mas hoje eu não vejo isso. Infelizmente, como eu estava dizendo a pessoa começa a aprender um pouquinho melhor, (*inaudível*), aí, cada vez mais. Hoje existe uma equipe muito fraca aqui.

MP – É?

MS – Muito fraca. Infelizmente é isso aí. Mas, por outro lado também, eu acho que a empresa também tem culpa nessa história, porque ela deveria segurar os melhores profissionais, ela deveria investir nesse pessoal pra ter uma equipe técnica realmente qualificada. Quem quer ser melhor tem que ter uma equipe forte, muito forte, porque não conheço um tipo de área que você lida com armadores estrangeiros e tudo o mais... você não pode ter uma mão-de-obra fraca, você tem que ter uma mão-de-obra forte, uma equipe técnica realmente forte pra você transmitir segurança naquilo que você está fazendo. Eu não vejo isso.

MP – Só concluindo, a última pergunta que eu te faria, Manuel, é a seguinte: Qual é a relação que você vê entre o trabalho e a sua vida? Você tem fronteira, tem divisão entre uma coisa e outra ou elas se misturam? Como é que foi essa história do trabalho na sua vida?

MS – Eu passei a maioria da minha vida me dedicando muito ao trabalho. Eu vou te contar uma coisa: quando eu olho pra trás, assim, na minha vida, no filme da minha vida – isso é que é o importante, o filme da vida da gente – a gente vê assim, quanta coisa eu poderia fazer e não fiz, quanta coisa eu deveria ter feito e não fiz. E mesmo porque, durante os anos eu me dediquei muito às empresas, só trabalhei, então eu tive pouco lazer na minha vida, pouco, mas sempre me dediquei muito, me dedico até hoje, né? Por exemplo, no final de semana que passou, eu trabalhei sábado e domingo, direto, dentro da empresa. Mas estou satisfeito naquilo que eu fiz, entendeu, eu procurei fazer o melhor e com muita honestidade, procurei fazer o melhor, profissionalmente procurei fazer o melhor. Me dediquei de corpo e alma àquilo que eu fazia. Eu sempre procurei

fazer pela empresa... eu achei... a empresa, se ela me paga, ela merece dedicação. Sempre me dediquei, de corpo e alma, (*inaudível*).

MP – Tá ótimo. Quer deixar algum recado final, alguma coisa?

MS – Tá bom.

MP – Tá bom? Então, obrigado... (*interrupção da gravação*)

FINAL DA ENTREVISTA*

* A entrevista teve a duração de 12 minutos e 48 segundos.

II.6 - ENTREVISTADO: NILTON SILVA

Data: 05 / 03 / 2009

Local: Estaleiro Renave/ Enavi – Produção

Ilha do Viana – Niterói, RJ.

MP – Bom, Sr. Nilton, pode começar a falar.

NS – Sou de 22 de outubro de 48. Nasci em Niterói. Após concluir o curso de técnico naval, iniciei meu trabalho na Iskawagima Brasil Estaleiros S.A., no Caju, e dali eu comecei a minha vida naval, na construção naval. Trabalhei na sala de risco... Com oito anos de sala de risco, aí fui transferido para projeto naval, estrutura. Ali desempenhei a função de técnico de... projetista naval. Dali, com mais nove anos, fui pra oficina de processamento, acompanhamento de montagem... Dali, fui transferido para o controle de qualidade e aí comecei a trabalhar em controle de qualidade, caminhando através de... acompanhando os armadores e os fiscais da classificadora. E dali, comecei até meados de 93, aí requeri minha aposentadoria. Dali, trabalhei mais dois meses e pedi minha baixa. Com um tempo ali, fiquei... descansei um ano e aí retornei à indústria naval, devido... ao Governo, né, queda de salário, redução de salário, então eu tive que reestruturar minha vida através... voltando ao trabalho. Vim trabalhar na Renave, estou na Renave até hoje, no momento, fazendo a função de técnico de produção.

MP – Então, você, na verdade, continua trabalhando mais para recompor (*falam ao mesmo tempo*)?

NS – Recompor o salário porque que a defasagem do INSS é muito grande, né?

MP – Se tivesse condições, o senhor pararia?

NS – Não, e também... e também eu acho que, por enquanto, não pararia, não, porque eu acho que o trabalho me faz rejuvenescer, a vida continuando. Se eu parar, talvez, sei lá, não sei o que vai acontecer.

MP – O senhor poderia...

NS – Aí juntei o útil ao agradável.

MP – Aí o senhor continuaria trabalhando nessa área naval ou em outra área?

NS – Não, na área naval. A área naval é a minha paixão.

MP – É?

NS – Eu me formei na área naval... até hoje.

MP – Mas você acabou entrando nessa área naval por quê? Alguma influência ou foi oportunidade, o que é que foi?

NS – Através... na área naval foi influência de... Como assim?

MP – Você teve alguém na sua família que te influenciou a trabalhar na área naval, algum familiar...?

NS – Na verdade...

MP - ... amizade, ou era uma oportunidade que surgiu dentro de uma formação que você teve...?

NS – Não, a formação... quando eu iniciei a fazer a minha formação, eu vi o campo se encaminhando pra uma coisa boa. E meu pai também, na época, eu tinha uns quinze anos, tentou me jogar na Marinha Mercante. Dali, da Mercante comecei a ter visão da indústria naval. Eu não consegui passar na Marinha Mercante, Marinha Mercante, aquela que tem em Ponta de Areia, né? Aí, dali, quando eu fui trabalhar... trabalhei em outro serviço, mas, quando eu entrei na escola técnica, eu... dali eu me... a minha visão ficou perto do que queria: construção naval.

MP – Hoje você tá trabalhando na parte de...?

NS – Técnico de produção.

MP – Técnico de produção? Aí você trabalha com outras pessoas mais jovens, que tenham de se formar, capacitar, ou você...?

NS – Não, (*falam ao mês mo tempo*) eu treino os mais jovens, mais jovens.

MP – E o que é que você acha, hoje, desse pessoal mais jovem, como é que está sendo isso?

NS – Estão interessados. Peguei um mais ou menos, já foi até embora, mas os outros que eu peguei agora estão interessados, têm vontade de crescer na construção naval.

MP – Como é que você está vendo essa parte da área naval... Hoje já entrevistei seis profissionais, e todos com mais de sessenta anos, extremamente importantes nas suas áreas, extremamente importantes até pra continuar a transmitir esse conhecimento. Como é que você avalia esse... seu papel, dentro dessa parte de transmissão de conhecimento?

NS – Eu acho que é... de fato, uma parte... eu acho satisfatória, né? Porque uma pessoa poder falar: “transmiti o que eu sei”, é muito importante, para pessoa mais nova, um leigo, tá entrando na área naval agora, o que eu sei passar pra ele... Ele olha pra mim... não é professor, mas olha como uma pessoa: “Esse cara gosta muito da indústria naval”,

aí se interessa pelo que eu falo. Eu vejo isso, que eu passo pra ele que eu gosto da profissão.

MP – (*falam ao mesmo tempo*) Você gostava mais quando você estava mais atuando ou quando você está mais de professor, né...?

NS – Não... eu sempre gostei de atuar.

MP – De atuar, né?

NS – De atuar. Saí da sala de risco do projeto. No projeto havia outra visão porque eu sabia risco, risco, fui saber em desenho, em projeto, projetando, criando. Através de um plano básico, fazer um plano pra passar pra área de produção, proteção material. Eu vivia ali, construindo, desenhando.

MP – Me diz uma coisa, Nilton, nessa sua trajetória profissional, que é longa, como é que foi essa conciliação de trabalho na área naval – ela exige bastante – com a sua vida do dia-a-dia, o cotidiano...?

NS – A minha família aceitou muito meu trabalho, (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – (*falam ao mesmo tempo*) Tem filhos?

NS – Um casal de filhos.

MP – Um casal de filhos.

NS – Hoje já estão... uma casada, dois netos e o outro casado, mas sem filho... Em casa eu estruturei os dois: uma é professora, outro é advogado, mas não tá... falta só a carteira da OAB, o resto tá. Eu consegui sustentar minha família através do trabalho.

MP – E esse tempo todo que você dedicava aqui?

NS – Não, tinha um tempo pra dedicar à família também...

MP – Conseguia conciliar isso?

NS - ... porque meu trabalho para cumprir era muito duro, né? Tinha muita hora extra, né? Porque tem prazo, cronograma, então tem meta pra ser entregue. Aí entrava hora extra: horário até dez horas da noite, trabalhava. Às vezes o fim-de-semana era dedicado à família.

MP – Você conseguiu sempre reservar um tempo pra sua família?

NS – (*falam ao mesmo tempo*), porque, na maioria das vezes, de segunda a sábado era só trabalho. Só tinha o domingo. Hoje não, hoje eu estou mais tranqüilo, casado, só eu e a esposa...

MP – E como é que você tá vendo essa área naval? Você está achando o quê? Tem um reaquecimento...?

NS – Não.

MP – Eu digo assim, não só em termos de demanda mesmo de serviço, como também de profissionais da área.

NS – Bom, tem um interesse dos governantes de levantar a construção naval, mas não sei se... conforme essa crise, agora, de fora aí, se alguém tem medo de injetar... Porque nós temos nosso banco, o BNDES, e tem outros bancos de fora, quer dizer, dependemos deles, né, governantes... Eu creio que vai melhorar.

MP – E, se melhorar, tem profissional pra isso?

NS – Aí é que vem o problema. Na escola técnica, ao menos, estão se formando bons técnicos. Nós, eu e mais outros amigos aí, no meio deles, talvez ajude em alguma coisa.

MP – É muito fraco, né? Eles estavam contando isso, que... Mas isso não é só na área naval, tudo, né? O SENAI tinha um curso, por exemplo, eu estava falando de marcenaria, eram seiscentas horas. Hoje é algo em torno de...

NS – Duzentas horas...

MP - ... cento e poucas, (*falam ao mesmo tempo*)...

NS – O soldador *Mig* aqui. Paga lá um valor x, treina três meses e vem pra área: não sabe nada!

MP – Então, na verdade, ele vem aprender aqui?

NS – Com certeza... aqui é a escola. Exemplo: agora são... atualmente (??) escola, (*falam ao mesmo tempo*) profissionais.

NS – Muito garoto tem passado aqui e tem saído...formado, se forma e vai embora.

MP – E você... você, na verdade, não chegou a influenciar seus filhos para seguir nessa área, né, ou, pelo contrário, até desestimulou?

NS – Não, a minha filha foi... a parte dela é mais Educação. Agora, o meu filho eu tentei, mas não era isso, não, era mais a parte de Contabilidade, negócio de papel, de... Pela indústria naval ele não se interessou, não. Na época eu tentei colocar ele no Henrique Lajes, mas não... partiu pra outra. Ele estudou, mas fez Contabilidade, e dali partiu pra área de Direito.

MP – Hoje é mais difícil, né, tem outras áreas que despertam mais os jovens, não é, não?

NS – Tem a Informática.

MP – A Informática

NS – A Informática é um, a Telecomunicação, Eletro-técnica, né, (*inaudível*). Agora, da... a turma que... a garotada que entra na naval é porque tem influência do pai.

MP – É?

NS – Quer dizer, aí entra naquilo ali, já não gosta daquela área, da parte... É o caso do meu filho.

MP – A garotada, então, quer dizer que... boa parte dos jovens que vem, tem influência?

NS – Tem influência.

MP – Bom, Nilton, quer falar mais alguma coisa, acrescentar um pouco dessa...?

NS – Não.

MP – Não?

NS – Minha vida foi assim mesmo... trabalho, gosto muito do trabalho. Vou pensar quando vou parar (*rindo*).

MP – Você gosta disso?

NS – Não pararia não... não pararia não.

MP – Apesar de que isso é uma... uma pesquisa que eu tenho feito, também não sei se é o perfil das pessoas que eu estou escolhendo, né? Mas na área, o que eu tenho visto é... quase 100%, mesmo tendo se aposentado, eles querem continuar trabalhando como forma de não...

NS – Não parar, (*falam ao mesmo tempo*)...

MP - ... não conseguir se ver parado ... não necessariamente pra recompor a renda, não, como...

NS – Ocupar o espaço (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – É, ocupar o espaço (*falam ao mesmo tempo*)...

NS – (*falam ao mesmo tempo*) também...

MP – Está acostumado a não...

NS - ... ficar parado, depender, ficar aporrinhando um, não ter o que fazer, (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – É, porque você passar dessa vida pra vida doméstica é...

NS – É um passo violento.

MP - ... é um passo violento, né?

MP – Porque eu acho que a gente também acaba, assim, ao longo do tempo, boa parte das nossas relações é dentro do trabalho, né?

NS – A gente passa aqui... onze horas, nove horas, (*falam ao mesmo tempo*).

MP – Você tá ali, né? Então, quer dizer, eu estou ali, o seu companheiro, o seu colega, é aquele que tá ali, do seu lado, trabalhando, né, *(falam ao mesmo tempo)*...

NS – Sai depois da hora, uma sexta-feira, pra tomar uma cerveja..., tomar uma cerveja, descontraír... num fim-de-semana...

MP – Isso faz parte da vida, né?

NS – Parte, é. Se não fizer isso, a vida não... Tem o lado bom e o ruim, né? A gente tem que juntar o útil ao agradável pra desenvolver.

MP – Tá bom, Nilton, pra mim...

NS – Tá bom?

MP – Tá ótimo. *(interrupção da gravação)*

FINAL DA ENTREVISTA*

* A entrevista teve a duração de 13 minutos e 55 segundos.

ANEXO III - ENTREVISTAS DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL

III. 1 – ENTREVISTADO: ADORCINO PEREIRA DA SILVA

Data: 25 / 07 / 2008

Local: Oficina-Escola de Manguinhos situada na Fundação Oswaldo Cruz

Av. Brasil nº 4365

Rio de Janeiro, RJ

MP – Iniciando a entrevista com o sr. Adorcino Pereira da Silva - hoje é dia 25 de julho de 2008 – a respeito do doutorado “Memória e Trabalho – Relações sob o Olhar do Idoso”. Então, sr, Adorcino, pra iniciar a entrevista, tem uma série de... um roteirozinho...

AS – Sim.

MP - ... mas esse roteiro a gente pode ir fugindo dele, a gente, de repente, vai se sentindo a vontade, vai falando, e... então algumas perguntas? Primeiro: onde o senhor nasceu, sr. Adorcino?

AS – Eu nasci em Araruama, né, Estado do Rio.

MP – E o senhor viveu muito tempo na sua cidade de origem?

AS – Não, até a idade de dezesseis anos.

MP - Dezesseis anos, né? E foi lá que o senhor fez a sua formação: colégio, (*formação profissional...*

AS – Olha, eu gostei dessa pergunta...

AS - ... é importante essa pergunta pra o senhor porque eu comecei a trabalhar muito novo.

MP – Tá.

AS – Eu sou de 1926. Em 35 eu estaria com nove, dez anos, e já comecei a trabalhar em construção civil, sempre trabalhei em construção civil, que é porque eu gosto, né? E lá tinha um senhor chamado Jesuíno e eu trabalhava com ele, fazendo aquelas casas de tijolo maciço, aquele tijolo de 20 por 10 de altura, 20 de comprimento e... não, 7 de altura, 10 de largura e 20 de comprimento. Então ele... em terrenos planos, (?) nós fazíamos aquela valeta de 40 centímetros por (?) quarenta de largura (?), e ali, com aquele tijolo maciço, fazia o alicerce, (?) naquela época. E o cimento, (?) (o fazia *a vez de cimento?*), era cal, cal com terra preta, terra de emboço. Misturava o cal com aquela

terra e fazia a massa de colocar o tijolo. mas pra fazer o alicerce... A história é longa, hein! (*rindo*)

MP – Não, o senhor pode ir falando, tá?

AS – Então eu vou fazer aquele alicerce(?), o (*senhor é engenheiro?*), sabe muito bem como é a amarração do (?) tijolo, né? (??) uma saída no tijolo inteiro, (*inaudível*), (*inaudível*), botava uma saída no tijolo inteiro, outro no sentido do comprimento(?), (?) assim, (*tudo?*) de comprimento, (*naquele?*) também, botava metade na (?), e botava o outro e aí formava um vinte, né (?) (*vinte?*) de largura. Quando chegava (??), (??), aí trabalhava com tijolo dobrado, (*inaudível*), tijolo dobrado, botava ele no sentido horizontal. Esse (??), na direção da viga(*inaudível*), fazia uma coluna, também dobrado, que é pra poder dar (*inaudível*). E assim eu comecei com esse sr. Jesuíno. Desde meus onze anos trabalhei como ajudante com ele... Aí teve outras... outras intervalos nesse intervalo, trabalhei em outras coisas, mas vamos deixar, vamos pular essa parte de construção. Eu trabalhei também de ajudante de caminhão com um senhor, comprando galinha, porco, vendendo querosene... em Niterói, nessa Baixada Fluminense...até Campos... Aí eu vim pra o Rio. Chegando aqui no Rio, eu fui trabalhar numa firma e essa firma... Aliás, vou voltar um pouquinho atrás. Aí tirei a carteira profissional, aqui no Castelo, na avenida... o nome da rua é um nome... Antônio Carlos, né? Entrei no Ministério do Trabalho e na hora disseram: “Qual é a sua profissão, hein?” “Eu trabalho como ajudante de pedreiro.” Aí a minha carteira foi tirada como pedreiro. Mas eu fui trabalhar numa firma e me botaram como ajudante – eu trabalhei um dia só. Chamava-se... o nome da construtora era Borgado Oliveira. Não agüentei porque o trabalho era muito pesado, assim, naquelas pranchas que *dois homens* pegava, virava o concreto na betoneira... E o indivíduo, muito forte, eu, mais fraquinho, chegou à noite eu não agüentei, parei naquilo, parei fui trabalhar num botequim, também muito árduo o trabalho. Trabalhava de cinco às dez da noite, (*inaudível*). À noite as pernas estavam inchadas de ficar em pé... Tá tudo gravado, né? (*rindo*)

MP – Tá gravando, (*falam ao mesmo tempo*)...

AS – Aí tinha um senhor, que era empreiteiro de obra, que vinha tomar... todo dia vinha tomar café comigo, né, no botequim. Aí apanhamos intimidade: “Toma café também...” Daí botava uma cadeira, a gente sentava ali na cadeira, na mesinha, tomava café com leite... Chegou um belo dia: “O senhor não quer vir trabalhar comigo, não, sair do *café aí*, trabalha muitas horas,...” “Quero, sim.” Ele tava fazendo umas obras ali na Avenida Ataulfo de Paiva, ali, umas obras ali, de cimento, eu fui trabalhar com ele. Fui trabalhar

com esse senhor, chamado Marquês (?)... (?) Marquês. Aí comecei a trabalhar com ele, ficava aquela vontade de aprender e ganhar um pouco mais... Tinha uns estucadores emboçando: botavam a colher, começavam a chapar a massa... *Ele disse*: “Você tem jeito de aprender, (??).” “Tá bom.” Aí tinha mais dois ajudantes. Um chamava Ricardo Santos e o outro era Barbosa. “Olha, Barbosa, o Adorcino vai chapar a massa aí na parede e você vai botar massa pra ele no caixote.” Aí começou o Barbosa a botar massa ali pra mim, (*inaudível*)... Mais tarde foi aquela inveja, ele já deixava o caixão ficar vazio e ia botar massa pra os outros. Aí eu ficava danado: “pegava massa, (??)?” (*rindo*) Aí ele não gostava... Aí eu ia lá no (?), pegava massa e botava no caixote, e a gente: *pa, pa, pa*... Enfim, aí trabalhei nove meses com esse senhor, carteira assinada, né? Aí tinha uns dois conhecidos meus que trabalhavam numa outra firma, mas firma de revestimento também. “Sr. Adorcino, quer trabalhar conosco? Eu falo lá com o Zé Dias, que é nosso patrão. Se você for trabalhar conosco, a gente ensina você. Você gosta de trabalhar em altura? Nós vamos trabalhar em jaú. Nós vamos fazer um revestimento de... (?), (?), e a gente ensina como você fazer.” Eu disse: Tá, tá bom.” Aí cheguei pra esse meu patrão, falei: “Olha, sr. Marques, eu arrumei um lugar pra ganhar um troco mais, e eu quero sair.” Ele disse: “Pois não. Eu vou assinar sua carteira na saída, botou como meio oficial de pedreiro.” Quando cheguei lá, entreguei a carteira, primeira semana, pagamento era por semana, peguei a carteira, tava assinada como estucador, e isso ganhava o dobro do que ganhava como servente. Aí fiquei um tempo, não me lembro quanto tempo, mas bastante tempo com esse senhor empreiteiro. Aí apareceu uma... saí dele, apareceu um chamado pra eu trabalhar nas Listas Telefônicas, mas (?) também. Morava na Rua Visconde de Pirajá, e (?) na Prudente de Moraes tinha um senhor que era presidente da Lista Telefônica aqui de Bonsucesso, aí ele me chamou me convidou pra ‘mim’ trabalhar pra ele. (??), e ele assinou minha carteira como pedreiro, (?) pedreiro. Trabalhei uns tempos na Lista Telefônica como pedreiro, carteira assinada. Saí da Lista Telefônica – ainda foi na década de 50 – fui trabalhar numa firma chamada Abraão, Abraão (?). Ali era uma oficina de gesso, em frente ao... na Avenida Copacabana, cinquenta e três, (?) em frente ao Palace Copacabana. Ali então que desenvolvi a parte de estuque mais ornamentado, com um senhor chamado João(?), (??), era italiano... Tinha também um senhor chamado sr. Luís, mas ele era descendente de africano, falava um pouco meio atrapalhado, a gente chamava ele de “Luís americano”. Então eles eram profissionais qualificados, eles tinham diploma, que eles estudaram ali

no... na Escola Nacional de Belas Artes, que fica ali na... o senhor sabe onde é, na Rio Branco...

MP – Sei, na Rio Branco.

AS – É. Então ali trabalhei um bom tempo, com o sr. Luís e esse João (?). Eles tinham uma prática muito grande, um conhecimento também teórico, né, e eu, com aquela vontade de aprender, fiquei ali com eles muito tempo. Então aprendi a restaurar aqueles até elementos, tinha que fazer forma de cimento, de gesso... Na época não tinha silicone, então a gente ... aqueles capitéis de muito ornato, muito trabalhados, a gente fazia forma com cola de madeira. Não sei o senhor sabe, a cola de madeira é dissolvida em banho-maria pra preparar aquele remendo, modelar, preparar e tirar a forma (*inaudível*). E assim foi indo, eu aprendi a fazer forro de cimento, de gesso, e ... havia bastante Aí já foi em 55/60... Em 53 eu já era casado... Conclusão: eu... Depois que eu saí dessa firma (??), tinha uma outra aqui também na... em Botafogo – esqueci o nome da rua – mas o nome do dono da firma era Carlos(??), ele era alemão. Também aprendi ali com o sr. Emílio, tinha um senhor chamado sr. Emílio... Fazia formas de balaústre. Tinha (??) ali. A gente fazia balaústre, fundia, tirava (?) fundição (?). A *produção*... comecei a praticar e fazia dez, doze (?) daquele, né, (??). Bom, dali fui trabalhar como autônomo. Aí trabalhei muito tempo, (?) quatorze anos como autônomo. Tive uma prática de fundição, (?) modelação, fazer forma, etc. Aí tinha umas igrejas evangélicas, da Assembléia, da Batista, e de outras denominações também. Tudo bem, então ali eu posso até dizer os endereços... Até, numa ocasião, eu fiz uma igreja bem ornamentada, eu e esse sr. Luis Americano, lá em Nova Iguaçu. Isso já foi na década de 70: 70, 71, 72... E nós fizemos aquela igreja ali na Rua... na Avenida Getúlio de Moura, 116, que até hoje é toda modelada. Lá é um “bolo de noiva”. (*muito ruído externo*) (*inaudível*) uma (?) em Salvador, (??) lá em Salvador, né?

MP – (*falam ao mesmo tempo*) em Salvador?

AS – É. Bem na praça eu e o Renato entramos lá num templo católico, e tinha lá uns ornamentos até idênticos aos que nós fizemos lá em Nova Iguaçu. Aí fui trabalhar como autônomo... Fiz também Américo da Rocha em Marechal Hermes, em 72, também tem lá, até hoje, lá... e outras e outras que, no momento, que, pra citar assim... mas tem bastante tempo. E trabalhei também numas firmas: ... de oficina..., Global Engenharia, tudo com gesso, que eu gosto muito de trabalhar com gesso. Na década de 80 foi que eu vim pra aqui.

MP – Na Fundação Oswaldo Cruz?

AS – É, em 85. Comecei no Oswaldo Cruz, fui trabalhar na ...Jatocred, ajeitar o prédio...

MP – A torre, né?

AS – É, na Torre Norte, né, Torre Sul, né? Comecei na Torre Sul na Jatocred dificuldade de fazer forma... (?) aqui um senhor chamado José Mauro... Conhece o José Mauro? (?) engenheiro chamado José Mauro, do dr. Heraldo que, na época, era coordenador do Castelo, ali, (*conhecimento?*) do primo do sr. Miguel, (?) faleceu, trabalhava aqui. E chegou ao conhecimento quer eu sabia fazer essas formas, então eu vim, convidado por ele, para vir aqui falar com o dr. Heraldo e José Mauro. O dr. Heraldo disse: “Olha, José Mauro, leva o Adorcino lá na torre, vê (?) sabe fazer alguma coisa.” Aí o José Mauro correu comigo (?) interna, área interna, externa... Aí eu disse: “Olha, José Mauro, tudo o que tem aí eu sei fazer a forma e sei confeccionar também as peças, só que alguma fôrma daí é trabalhosa, não sai em fôrma de cimento, não, sai em cola, em cera” – na época já tinha silicone – “em silicone... Mas vamos ver, vamos ver.” Quando chegou na sala do dr. Heraldo, ele passou pelo dr. Heraldo, o dr. Heraldo falou: “Olha, nós podíamos botar o senhor como autônomo aqui na Fundação.” Acho que foi no governo do... Figueiredo, foi no governo do Figueiredo. Mas dava muito trabalho, aquela coisa, e a... e eu, como autônomo, tava difícil. Tinha época que eu dava dez orçamentos, não saía um. Falei: “Vou ficar por aqui mesmo, (?) (*sentir?*) que o dr. Heraldo...” “Ele bota você como encarregado-geral pela Jatocred.” Aí eu como encarregado. Mas como encarregado-geral... Tinha também outros encarregados, inclusive meu filho (?) botou como encarregado. Ele não tinha um grande conhecimento, mas... Tinha um senhor que eu não lembro o nome dele, mas o apelido era “Pardal”, muito bom em trabalhar em ferragem esse Pardal... Conclusão: eu comecei a trabalhar, Na época o nosso canteiro-de-obra era ali em frente à praça (*inaudível*) (*muito ruído externo*). Como encarregado-geral eu tinha documento (?). Era pra administrar, né, mas, nada, era pra trabalhar porque só quem sabia fazer aquilo era eu, os outros não se interessavam, inclusive meu filho não ficou interessado: “Aprende com o teu pai, aprende com o teu pai, Renato, aprende com teu pai, José Renato!” Mas não queria nada, só queria era brincar lá com os outros, sabe? Então, tinha quatorze homens ali comigo, mas só eu trabalhando. Um dia me aborreci, falei pra o Zé Mauro: “Zé Mauro, vou embora, vou embora porque esse pessoal só quer (??), e eu trabalhando sozinho...” (*rindo*) Ele disse: “Ah, Adorcino, não, porque...” Aí ele me dobrou, eu fiquei trabalhando. Trabalhei até dois anos e sete meses pra acabar o contrato deles. Daí fiquei

passei da Jatocred, o senhor lembra disso. Tinha a Cristina (?), né, e fiquei trabalhando como autônomo, contrato de um mês... um mês não, três meses, como autônomo. Depois teve o sr. Benedito, que era chefe de departamento ali no... Patrimônio Histórico do Castelo. O sr. Benedito disse: “Sr. Adorcino, ‘era’ bom que você arrumasse um meio pra você trabalhar, carteira assinada.” Eu disse: “É isso que eu quero!” Aí tinha um senhor chamado Domingos... Conheceu o Domingos?

MP – Ahã.

AS – Ele tava emprestado, ele era servidor, tava emprestado aqui na manutenção – eu esqueço o nome do chefe da manutenção – era José Luís. Mas teve uma licitação do Zé Luís, em seguida, e botou todo mundo pra trabalhar comigo. Aí sim, ele trabalhou muito tempo... Ó, Marcos, vou apanhar um copo d’água (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – Tá, (*falam ao mesmo tempo*).

AS – Bom, então esse sr. Domingos ajudou bastante, ele era trabalhador... ele ajudava a fundir as peças, os ‘torneões’, aquelas peças pesadas, as ameias, que era pra levar lá pra o Castelo pra montar, na torre. Aí, a Jatocred já tinha ido embora. Aí eles contrataram uma firma... Não lembro o nome da firma, era... era lá de Minas... Não tá lembrado o nome da firma, não?

MP – Era a Coscarelli.

AS – Coscarelli, é. Contrataram a Coscarelli. Lá tinha um engenheiro chamado Marcos, se não me engano, e eles montaram lá aquela forma. Mas toda confecção das peças quem fez fui eu e o sr. Domingos, e seu Jorge também, seu Jorge. E daí pra frente me contrataram pela ... Asfoc.

MP – Ah, foi pela Asfoc primeiro?

AS – Pela Asfoc primeiro. Aí trabalhei pela Asfoc não lembro o tempo, parece que dois anos e pouco, e me demitiram. O sr. Benedito disse: “Adorcino, a gente precisa do senhor aqui.” “Tá bom, eu gostei mesmo de trabalhar aqui...” Eu gostava mesmo de trabalhar, gosto de trabalhar nessa parte de gesso, cimento. Aí ele disse: “Você fica por aí, não vá embora, não, fica por aí. Embora não ganhe, mas fica por aí que eu vou falar com o dr. Gadelha pra ver se ele te encaixa na Spcoc.” “Tá bom.” Então venceu o aviso ‘breve’, deram baixa na minha carteira e assinaram na Spcoc. Fiquei também uns tempos. Aí veio o tempo de me aposentar e eu dei entrada na aposentadoria, me aposentei pelo INPS. Só que o salário era muito pouquinho. Aí na época era o Sarney,

parece que era o Sarney que era o presidente. Aí teve aqueles aumentos e gatilho, aquela coisa e tal, teve época de eu ganhar uns três salários, mas dei entrada e eles me botaram com um salário... quando era autônomo pagava dois salários mínimos. Depois teve aí um... (*eu dei uma bobeira?*), o governo... a presidência do INPS, quem quisesse pagar menos voltava atrás, em vez de pagar 20%, pagava 10%, e eu fui nessa. E na época de me aposentar eles me botaram naqueles 10%: eu ganho um salário mínimo. Muito bem, mas estou satisfeito. Mas fiquei trabalhando lá, na Spcoc. Bastante tempo trabalhando na Spcoc depois que me aposentei. Aí me aposentei... O que é que houve mais? O presidente acho que era o senhor...

MP – Não, chefe de departamento.

AS - ... Marcos José, chefe do Departamento de Patrimônio Histórico. O senhor arrumou pra ‘mim’ ficar trabalhando como autônomo.

MP – Foi?

AS – Acho que foi, ou ‘era’ a Sônia que era...?

MP – Não, era um contrato direto com a Fiocruz, isso mesmo.

AS – Não é?

MP – É.

AS – Fazia aqueles contratos de um ano, dois anos, e trabalhando como autônomo. Aí o trabalho terminou, a palestra dessa parte. Aí trabalhei como autônomo um bocado de tempo, não sei se ‘foi’ nove ou dez anos, né, por RPA, né, foi quando a Nova Rio Serviços Gerais(?) teve aquela reunião, (?) estava como contrato de dezoito meses(???), daí me passaram para a Nova Rio. Mas eu estou pulando assim, mas depois eu chego numa conclusão (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – Não, depois eu vou... assim, eu estou assim, deixando o senhor falar, aí, depois, eu vou ter que retomar porque tem umas perguntas, assim, chave, que eu preciso, mas eu acho interessante essa... essa fala toda.

AS – É?

MP – É.

AS – É interessante?

MP – É, (*falam ao mesmo tempo*).

AS – (*rindo*) (*falam ao mesmo tempo*). É. Eu posso dizer assim: devo até muita obrigação ao senhor porque na Nova Rio... entrei na Nova Rio e fui bem sucedido... Fui classificado como técnico, né, mas não tem importância porque, pra falar a verdade, eu nunca pedi pra ser classificado. Mas, pelo interesse dos meus chefes, eu fui a – como eu

falei no início – fui de servente, a meio oficial de pedreiro, de meio oficial de pedreiro fui a pedreiro, de pedreiro fui a estucador, de estucador fui a encarregado – que ainda ficou pra trás – fui encarregado da Construtora Maracanã – acabou, ela faliu. Fui encarregado, na Jatocred fui encarregado geral, Na Asfoc me botaram como mestre-de-obras, tudo que quiseram, né (*rindo*), eu fui aceitando, né? De mestre-de-obra me botaram como artesão, que foi na época que... da... da COC, Casa de Oswaldo Cruz, e de artesão me botaram a técnico. E agora, por essa firma que eu estou, IPPP, né...

MP – É.

AS - ... estou como técnico 3, (*inaudível*).

MP – Deixe eu te fazer algumas perguntas.

AS – Pois não.

MP – Acho que algumas coisas que o senhor vem falando já deu... responde algumas das perguntas, né?

AS – É, né?

MP – Assim, pelo que eu entendo, então o senhor nasceu em Araruama, né...

AS – Isso.

MP - ... mas a sua formação profissional não se deu em Araruama...

AS – Não.

MP - ... ela se deu no Rio de Janeiro?

AS – Exatamente.

MP – E aí a... Como é que o senhor classificaria... o senhor falou assim, dessa sua trajetória, como é que o senhor classificaria assim, qual é a sua profissão? Artesão, estucador, pedreiro, como o senhor definiria como a sua profissão?

AS – Olha, artesão.

MP – Artesão?

AS – É.

MP – Tá. E entendi também que a sua formação profissional, na verdade, ela se deu foi na prática, né, (*falam ao mesmo tempo*)...

AS – É, (*unicamente?*) na prática porque na teoria (*??*).

MP – Agora, o senhor chegou a estudar na escola alguma coisa...?

AS – Bom, estudei pouco, estudei um ano só...

MP – É?

AS – ... (*inaudível*)... na escola pública (?) um ano.

MP – E o senhor estudou foi em Araruama mesmo?

AS – Foi em Araruama, é.

MP - Deixe eu te fazer uma pergunta: lá em Araruama o senhor chegou a trabalhar, na sua cidade de origem, ou o senhor só trabalhou no Rio de Janeiro?

AS – Não, no início – já tá até gravado – trabalhei com o Jesuíno...

MP – Ah, tá. o sr. Jesuíno?

AS – É.

MP – É, porque alguns dos pontos que tem aqui da entrevista são as relações, do trabalho... em relação ao espaço, quer dizer, do seu trabalho com o lugar que o senhor está, a relação que o senhor tem do seu trabalho com a sua vida (*do dia-a-dia?*), né, e a relação do seu trabalho com a sua profissão. Então, mais ou menos, eu vou tentar ver se, com essas perguntas, a gente consegue... eu vou tentar ir esclarecendo isso, né? Então, por exemplo, eu estou entendendo que o senhor trabalhou em Araruama e depois veio a trabalhar no Rio de Janeiro por longos períodos, né...

AS – (*falam ao mesmo tempo*).

MP - ... quer dizer, na verdade, a sua vida toda?

AS – É, minha vida toda, é.

MP – E aí deixe eu te fazer uma pergunta: nesses locais todos que o senhor trabalhou, o senhor sempre estabeleceu relações pessoais?

AS – Em relação assim...?

MP – É, de relações afetivas, se foram relações assim, só profissionais, ou se o senhor conseguiu, nesses vários lugares que o senhor trabalhou... conseguiu ter amigos, transformar colegas em amigos, ou sempre foram relações profissionais? Qual é essa sua relação com... Como é que o senhor entende isso?

AS – É, a relação de amigos na profissão, isso em todas partes onde andei sempre tive amigos.

MP – Sempre fez amigos?

AS – É, (*na profissão?*)... Eu fiquei nessa parte de construção, conforme eu andei, fiquei (?) por (?) porque de vez em quando tá se encontrando um ou outro, né?

MP – Se encontram ainda?

AS – É, se encontra, sim, não esses primeiros, como o seu Luís Americano, seu João... Na época eles já tinham seus sessenta e poucos anos...

MP – É, então...

AS – Já faleceram, (*inaudível*), né?

MP – Aí, deixe eu entender, o senhor nasceu em Araruama e veio logo pra o Rio, , e o senhor manteve algum contato com Araruama, sua cidade de origem, alguma coisa assim, ou isso ficou pra trás?

AS – Ficou pra trás.

MP – Ficou pra trás.

AS – Tem mais de quinze anos que eu não vou lá.

MP – É? A sua cidade então ficou sendo o Rio de Janeiro ou...?

AS – É, é isso aqui mesmo.

MP – Bom, queria fazer outra pergunta, outra parte de perguntas. Eu ia pedir pra o senhor descrever a sua vida profissional, mas o senhor já descreveu.

AS – É.

MP – Em relação a essa sua trajetória profissional, também entendo que ela sempre foi muito bem sucedida, mas qual foi a relação, senhor Adorcino, com o seu trabalho? Como é que o senhor percebe essa influência do trabalho, né, na sua vida como... como indivíduo? O senhor consegue entender ou... ou posso explicar um pouco mais, ou o senhor entende?

AS – É, (?) explica um pouco mais...

MP – Tá. Por exemplo, pra muitas pessoas, o trabalho passa a ser uma coisa quase que... como se tomasse a sua vida toda. Quer dizer, muitas pessoas não conseguem fazer a fronteira do que é a sua vida da casa, do dia-a-dia, da sua vida do trabalho.

AS – É.

MP – Outras pessoas têm isso completamente separado. Outras pessoas são muito influenciadas pelo seu trabalho, o trabalho passa a ser a mola mestra da sua vida, a coisa mais essencial, que motiva a gente. E é isso que eu estava querendo saber, quer dizer, qual é a sua relação com o trabalho?

AS – É, a minha relação com o trabalho é isso mesmo que o senhor falou. Eu estou percebendo que, devido a compromisso, né, o trabalho é o principal pra o movimento meu e da minha família, né, que até hoje eu trabalho, não só porque tenho a necessidade de trabalhar, como preciso trabalhar, e me acho bem sair de casa pra trabalhar. Eu, em casa, passo até um pouco meio distraído, e saindo pra trabalhar vou me distraíndo aqui, né, passo mais tempo aqui do que em casa. Então, pra mim, o trabalho é uma parte que é principal pra mim.

MP – É? E esse tempo, o senhor consegue separar, se o senhor olhar pra trás a sua vida, o senhor consegue... hoje mesmo, separar esse tempo que o senhor gasta no seu trabalho com o tempo que dedica à sua vida? O senhor consegue separar isso, uma coisa da outra?

AS – É, no caso, eu... separar o trabalho ‘com’ a minha vida? Estou achando assim, um pouco de deficiência (?) (*rindo*)

MP – É?

AS – É, porque...

MP – O senhor consegue por exemplo, o senhor tá aqui, trabalhando, e quando o senhor sai daqui e vai pra sua...?

AS – Minha casa?

MP - ... sua casa, o senhor desligou totalmente do trabalho ou ainda tá pensando no seu trabalho?

AS – Ah, eu estou pensando, sem dúvida.

MP – Tá pensando?

AS – Pensando no trabalho (??) (*ruído externo*).

MP – E aí então é uma pergunta... o senhor atribui ao trabalho algum papel... que papel podemos dar ao trabalho, qual é a dimensão do trabalho em termos da sua relação como indivíduo, como homem? Qual o valor que o senhor daria ao trabalho?

AS – Ah, ‘é’ os meus compromissos, né, meus compromissos, realizar minhas contas, meus compromissos, (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – (*falam ao mesmo tempo*) a pergunta de outra forma... Pelo que o senhor falou anteriormente, eu entendo que... lógico, se eu trabalho é porque tem a questão do compromisso, mas fora do compromisso das coisas que o senhor tá pagando, a questão de comprometimentos financeiros, o senhor se sente realizado, hoje como pessoa, e... primeiro: o senhor se sente realizado?

AS – Olha, rapaz, eu não me sinto, não.

MP – Não se sente, não, é? É? O que é que o senhor acha que...

AS – Pra ‘mim’ me achar realizado... Minha vida pessoal, né?

MP – É.

AS – Pessoal é familiar também. Teria que ter mais um... vamos dizer assim, um capital pra me estabelecer, como foi que o senhor disse, é onde que o trabalho, pra mim, parece que só vai mesmo findar quando partir, e aí, então, não tenho realização completa, não.

MP – Se o senhor estivesse realizado hoje, se o senhor tivesse capital, o senhor continuaria trabalhando?

AS – Com certeza, pra poder não sair daquele “*metier*” que iniciei, não, trabalharia, né?

MP – Quer dizer, mesmo sem ter necessidade, se o senhor estivesse bem...?

AS – Com certeza.

MP - ... o senhor continuaria trabalhando?

AS – É, com uma vida realizada, mas em movimento, isso com certeza.

MP – Tá. E aí outra pergunta. O senhor já tem idade, como é que o senhor vê a idade na sua relação com o trabalho? Ela passa a ser um amigo ou um inimigo, o amigo pela experiência, o inimigo (*falam ao mesmo tempo*)...?

AS – (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – Como é que o senhor vê isso?

AS – Essa é uma pergunta interessante pra mim. Eu batalho nessa parte e me acho assim, com um pouco de deficiência por causa da idade, mas também com oitenta e (??), né, mas eu batalho nessa parte, não (?), não. Quero trabalhar, trabalho, e minha idade eu sei que ela retorce um pouco, mas eu estou sempre teimando pra poder não parar.

MP – E... mas a idade, tudo bem, então ela tem um problema que é... que eu estou entendendo, ela tem um problema, que seria do corpo, um cansaço (*falam ao mesmo tempo*)...

AS – Tem.

MP - ... , agora, mas também tem uma experiência?

AS – Ah, sem dúvida, a experiência... O senhor diz experiência...?

MP – Profissional?

AS – Profissional. Tenho, tenho experiência, com certeza! A minha experiência eu considero bem elevada.

MP – É?

AS – Sim, senhor. Na parte, vamos dizer, de estuque, né, que é a (?) que eu já [me] referi com o senhor, que o senhor perguntou, a parte de artesão, eu me *safo*, qualquer tipo de ornamento que me der, eu tenho certeza que eu me *safo*, É uma prática que eu... não me amedronta, não.

MP – Deixe eu te fazer uma pergunta então, (*inaudível*): tem um lado que é a experiência que o senhor tem que ajuda...?

AS – É.

MP - ... profissionalmente, e tem um outro lado que é a idade. Se o senhor hoje quisesse... hoje, se o senhor for arrumar um outro trabalho ou alguma coisa desse tipo, como é que o senhor veria isso, o que é que... O senhor tá entendendo? Porque isso...

AS – Estou entendendo, sim.

MP – O que é que pesaria mais, ou como...?

AS – (*falam ao mesmo tempo*)...

MP - ... (*falam ao mesmo tempo*) perguntar de outra forma, ... Como é que a gente poderia lhe perguntar, ... Como é que a sociedade ou os outros estariam vendo o senhor, como profissional? Como é que o senhor avalia isso? Como é que o senhor (*acha?*)?

AS – No caso, se mudasse de profissão, né?

MP – Não, dentro da sua profissão, (*falam ao mesmo tempo*)...

AS – (*falam ao mesmo tempo*)

MP - ... dentro da sua profissão de artesão.

AS – Ah, sim, é! Aí... aí eu teria que... teria que me encostar em alguém mais novo...

MP – Sei.

AS - ... e dar a minha atenção com ele, de prática, e instruir ele pra fazer o que for necessário porque, do contrário, a força física não dá mais pra me achar valente...

MP – Pra isso, né...

AS – Não é?

MP - ... trabalho pesado.

AS – Trabalho pesado.

MP – o senhor falou de uma coisa assim... bom, aí eu acabei e inicio outra parte, que eu queria saber um pouco dessa relação da profissão. E eu te pergunto o seguinte... bom, pelo que o senhor respondeu... mas vamos de novo: a sua vida profissional – no caso, o senhor começou, então, como ajudante de pedreiro, e foi seguindo a parte de pedreiro, pra depois passar pra parte de estuque e artesão, né? – ela teve alguma influência por parte de alguém da sua região, da sua família, da comunidade?

AS – Como artesão?

MP – É.

AS – Teve, sim, até porque eu tenho um irmão também que trabalha na mesma profissão, estucador e artesão... Eu tenho três irmãos – um já faleceu, né? – ainda tenho dois que trabalham em artesão.

MP – Trabalham nessa...?

AS – É. Então teve essa influência, né?

MP – Eles são mais velhos?

AS – Olha, um é mais novo do que eu e o outro é mais velho, né? Praticamente não trabalha mais, (*inaudível*) também... Mas teve influência, sim.

MP – E o senhor chegou a influenciar alguém da sua família ou...?

AS – Cheguei. Eles tem lá... tem um homem chamado Francisco. Esse aposentou, ele aposentou (?), (*inaudível*), não trabalha mais. Ele... eu incentivei bastante ele, o Hermínio também, incentivei bastante ele, (?).

MP – O senhor conseguiu encaminhar algumas pessoas na sua profissão, né?

AS – É, consegui.

MP – E como é que o senhor acha que é essa sua profissão hoje? Como é que o senhor avalia hoje essa sua profissão de artesão, hoje? Acha que ela é reconhecida, ela tem futuro...? Como é que o senhor compara ela em relação (*falam ao mesmo tempo*)?

AS – Ah, eu comparo... eu comparo assim, ó, essa profissão... é de grande validade. Eu até falei com a Sônia aqui, isso... Aqui, (*na época?*), faz muito tempo, tem uma escolinha de manutenção.. pra ensinar a fazer essa parte de ornamentação porque (?) ficou muito parado, né? Antigamente eles faziam essas obras importantes, (?) teve uma parada tão grande assim, principalmente aqui no Brasil. Falta de interesse, pode se dizer que até político, né?

MP – É.

AS – (?) tá gravando tudo...

MP – Pode falar, (*falam ao mesmo tempo*)...

AS – Mas a realidade é essa.

MP – É?

AS – Não é? E foi importante, isso é muito importante, né, essa escolinha aqui porque futuramente vai ter aí artesão, vai ter escultores, né, pra... porque tudo tem que ter um início. Vai fazer um capitel. Tem que modelar, né, tem que ter um modelador, né?

MP – Então o senhor acha que vale a pena influenciar os jovens?

AS – Vale a pena em muita coisa.

MP – Muita? E aí, como é que o senhor vê essa influência que pode ser dada, esse caminho que pode ser mostrado aos jovens? Como é que... seu papel assim, o senhor, da sua experiência nisso, como é que o senhor vê contribuindo?

AS – Eu vejo que os jovens, tendo esse início da profissão, eles, por certo, mais tarde, nós vamos ter profissionais aqui, engenheiros, pra... pra fazer essa obra, tanto manual como... tanto na prática como na teoria, né? Os dois têm que ser feitos juntos, né?

MP – É?

AS – É.

MP – É preciso a experiência de quem sabe fazer pra...

AS – É preciso a experiência de quem sabe fazer... vamos ver no papel, também na massa, né, (?) pode dizer assim.

MP – Tá. Bom, em termos de perguntas, sr, Adorcino, seriam essas, mas a gente pode só pra concluir um pouco... Eu ia pedir também que o senhor dissesse seu nome, podia repetir, mas só pra ficar gravado, (*inaudível*) (*muito ruído externo*)?

AS – Meu nome?

MP – É.

AS – Adorcino Pereira da Silva.

MP – Tá. E nascimento, data de nascimento?

AS – Data de nascimento é 18 do 10 de 1926.

MP – Nascido em Araruama, correto?

AS – Nascido em Araruama, é.

MP – Tá. Escolaridade do senhor?

AS – Bom, a verdade certa, eu... pra falar a verdade, tá no papel 1º Grau completo, né?

MP – 1º Grau completo? Bom, profissão, podemos então dizer “artesão”, correto?

AS – É, artesão.

MP – O senhor tá aposentado, porém continua trabalhando, correto?

AS – Continuo trabalhando.

MP – Tá bom, sr. Adorcino. Mais alguma coisa? O que o senhor gostaria de deixar, de falar que fique aqui registrado, que tenha te marcado nessa sua trajetória profissional...? O que é que o senhor pensaria... ou até que... se o senhor tivesse que dizer pra um jovem que o senhor tá ensinando, o que é que você falaria? Deixo aberto aqui pra o senhor falar o que o senhor achar que deve falar.

AS – Bom, pra falar pra os jovens... pode dizer para eles ‘ter’ força de vontade de aprender a profissão, de trabalhar aqui, que eu tenho aqui como se ‘seja’ a minha casa. Me acho muito bem trabalhando aqui, e tem vinte e um anos e pouco que trabalho aqui dentro, com uma amizade cada vez mais dobrada porque cada dia tenho amizade com o

povo daqui. Vocês devem fazer o mesmo: se esforçar pra aprender e fazer o mesmo, um bom (?). E... são palavras de incentivo, né?

MP – Tá bom. Então obrigado mais uma vez.

FINAL DO DEPOIMENTO*

*Essa gravação teve a duração de 50 minutos.

III.2 - ENTREVISTADO: ANTÔNIO JOSÉ AGUILERA MONTALVO

Data: 02 / 02 / 2009

Local: Palácio Gustavo Capanema, Rio de Janeiro, RJ.

MP – Aguilera, pode começar a falar.

AM – Bom, minha formação é de arquiteto. Eu fiz alguns cursos depois de... Eu trabalhei muito tempo, e voltei a estudar depois de muito tempo de ter terminado a faculdade. Me formei aqui no Brasil, embora eu seja equatoriano, me formei na UFRJ. Voltei a trabalhar alguns anos no Equador, praticamente em projetos de construção de habitações populares. Voltei pra o Brasil e trabalhei no acordo do Ministério da Educação, com o BIRD, de construção de escolas... O projeto era de construção, equipamento e treinamento, ou seja, o pacote pronto. Foi um trabalho que me permitiu conhecer profundamente o norte e o nordeste do Brasil. Quando terminou o acordo, eu tinha feito concurso para o Ministério da Educação, eu passei a trabalhar no IPHAN. Eu não tinha nenhuma formação de patrimônio, a minha formação era de um curioso que, durante as viagens, fotografava as igrejas e a riqueza do Norte e do Nordeste. Fui trabalhar na Regional do IPHAN e, embora eu não tivesse conhecimento de Patrimônio, eu tinha conhecimento de Planejamento e de obras, e fui trabalhar como coordenador de obras. Que houvesse uma comissão para tratar das questões teóricas e tal. Mas, a partir daí, eu me interessei muito pela questão de Teoria do Patrimônio, e não parei nunca mais. Passado um tempo, eu fiz um curso na Fundação Getúlio Vargas, de Administração de Projetos, por causa da função. No mestrado eu estudei Patrimônio, e, atualmente, estou fazendo doutorado e também estudando a questão do Patrimônio. Embora eu gostasse muito da área teórica, sempre estive junto com a prática. Uma vez pensei: “Oba, vou trabalhar com pesquisa!” Não tem jeito (*rindo*), eu acabo em obra sempre, sempre. Ainda agora eu continuo trabalhando com obra. Sobre a relação do trabalho com a vida, um dos pontos que você focaliza, me parece que eu sempre... o trabalho sempre fez parte da minha vida. Nunca consegui separar onde acabou o trabalho. Aliás, me parece que é uma característica de quem trabalha com Patrimônio. Você sai... às vezes você sai e... vai tomar um chope e tal, mas continua falando de Patrimônio, de... enfim, do... é uma coisa inesgotável. E, nesse sentido, tem uma característica que, às vezes, você precisa trabalhar sábado e domingo, porque está viajando... Eu não vejo assim, uma... não fico magoado... Da mesma maneira, o trabalho te propicia que você cuide, que você se prepare. Eu acho interessante uma coincidência:

os dois trabalhos que eu fiz, que eram trabalhos de convênio com o BIRD, aquele trabalho das escolas, e eu fiz um trabalho no IPHAN. Os dois têm uma característica de nomadismo. Embora a base seja sempre no Rio de Janeiro, você percorre praticamente o Brasil inteiro, né? Eu coloco alguns alfinetes, assim, nos estados, e agora já completei.

MP – É, pra ver onde você foi, né?

AM – É, onde eu fui, onde não fui. Temos um trabalho para o Ministério do Trabalho, para a COPPE, fora do IPHAN, que também envolveu a gente se deslocar daqui pra lugares distantes, e completei o Amapá e Roraima, que me faltavam no mapa. Enfim, também não acho que isso seja um peso no trabalho, pelo contrário, acho uma situação extremamente enriquecedora, de você ter uma noção da diversidade cultural do Brasil, né, que não é Rio e São Paulo. Então você conhece as características do sujeito do Caiapó, do Rio Grande, gaúchos, as diferenças da fala, dos costumes, enfim... Uma coisa que eu poderia te... Com relação à profissão, me parece que a profissão básica de Arquitetura te dá um certo fundamento para você... No aspecto técnico, inevitavelmente, você trabalha em obra, enfim, na questão de Planejamento, e numa necessidade de uma formação cultural. Eu sempre tive uma certa inveja do pessoal que estudou História, pela metodologia que eles tinham, enfim... E, de uma certa maneira, o meu doutorado é muito por aí porque as leituras são muito parecidas. Nunca achei que eu pudesse mudar de profissão, achei que... embora eu já tenha trabalhado nas coisas mais malucas do mundo, ao longo da minha vida, mas... Eu, basicamente, me considero um arquiteto, sou um arquiteto. Se haveria alguma influência com a idade... Eu acredito que... você faz as coisas com um pouco mais de calma e, inevitavelmente, há um segmento de conhecimento que vai se acumulando, de pequenas coisas, de uma certa maneira de agir... Você está tratando com problema de umidade, então você já tem uma certa malícia: você procura as origens, enfim, há um certo abandono do senso comum, e isso te dá uma convivência com os problemas. Naturalmente há uma certa perda de agilidade física, há uma... Ano passado eu trabalhei numa obra e um operário me disse: “Doutor, o senhor não tá mais em idade de ficar escalando andaime dessa maneira (*rindo*).

MP – Quando você se formou... ou melhor, o que é que te fez optar pela Arquitetura, alguma influência familiar ou foi uma escolha sua? (*falam ao mesmo tempo*)...

AM – Eu desenhava muito, pintava, enfim, parecia uma brincadeira. O que me levou para a Arquitetura foi uma namorada que tinha um irmão que estudava na Arquitetura. (*inaudível*): “Olha, você tem todas as características de arquiteto.” E, realmente, foi na Arquitetura que eu me encontrei.

MP – Você, de alguma forma, conseguiu influenciar pessoas para se formarem em Arquitetura ou seguir pela área da... Conservação e Restauração do Patrimônio?

AM – Olha, uma vez eu recebi um presente, eu acredito que foi um presente. Eu dei um curso na Casa de Rui Barbosa, e uma colega que organizou o curso me ligou e falou assim: “Quero te comunicar uma coisa. A mãe de um dos participantes ligou para agradecer, e pedir pra te agradecer porque o filho tinha trancado a matrícula no período anterior, e tá voltando a estudar. Ele vai tomar o caminho da Preservação do Patrimônio.” Bom, pelo menos um eu tenho certeza (*rindo*).

MP – (*falam ao mesmo tempo*) Você conseguiu influenciar.

AM – É.

MP – Bom, mas quando a gente estava falando sobre um certo nomadismo, a gente tá falando dela, mas você, de alguma forma, apesar de ser equatoriano, (?), (*inaudível*).

AM – (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – (*falam ao mesmo tempo*) O seu trabalho transita ao longo do Brasil, mas o seu lugar é o Rio.

AM – É, é o meu lugar.

MP – (*falam ao mesmo tempo*).

AM – (*falam ao mesmo tempo*), é.

MP – Seria um pouco diferente se você fosse a cada momento fixar sua residência (*falam ao mesmo tempo*).

AM – Seria, seria completamente diferente.

MP – E, se fosse dessa forma, o que você acharia desse nomadismo?

AM – Olha, eu fixei minha residência em Salvador por um ano e, no início, foi uma coisa muito complicada, né, porque a vida prática é completamente diferente do trabalho, onde você já tem um... um grupo que está te esperando, abrir conta em banco, ir num lugar diferente, (*inaudível*).

MP – (*inaudível*), na verdade, não conhece as pessoas, (*falam ao mesmo tempo*)...

AM – É, é, realmente.

MP – Eu queria só, assim, voltar a um ponto que eu acho importante (*inaudível*) do patrimônio e tal, você tá falando muito do... até agora, do arquiteto, né?

AM – Sei.

MP – (*inaudível*) Você gosta da parte de obra, né, mais a questão de prática, mas você tem a necessidade de trabalhar com determinado tipo de profissional nessa área, que é o quê?, o artesão, o técnico, o prático... Sua experiência ao longo do tempo para esse tipo de profissionais. No Brasil, como é que você enxerga esse tipo de profissional? Como é que está a situação nossa em relação a esse tipo de profissional?

AM – Olha, eu diria que não é boa a situação. Nós chegamos a ter 300 operários qualificados quando eu trabalhava na 6ª Regional. E, no período Collor, uma semana depois foram demitidos todos. Tínhamos uma marcenaria em convênio com o Jardim Botânico e, uma semana depois, estava coberta com lona preta e, agora, parece que é do Jardim Botânico. Já encontrei com alguns operários trabalhando em loja...

MP – Mudaram de atividade.

AM – Mudaram de atividade porque o mercado... não existem empresas ou existem poucas empresas nessa área, o trabalho estava esporádico, não há uma tradição. Então, o que acontece muitas vezes é que você tem que treinar operários para uma obra específica, com dificuldade, porque há dificuldade de que ele compreenda... que ele fuja dos padrões que ele já adquiriu na construção civil tradicional, de argamassa. Ele estranha o desapego. Existem alguns grupos de pessoas que ainda trabalham nisso, mas por uma questão de paixão...

MP – Porque o mercado não consegue absorvê-los?

AM – Não.

MP – As atividades dessa área requerem, teoricamente, bons profissionais, (*falam ao mesmo tempo*)...

AM – É.

MP - ... a gente percebe que não tem, na realidade... não a parte da formação, mas, talvez, pra dar continuidade (*falam ao mesmo tempo*)...

AM – É. Uma coisa curiosa é que, há anos atrás, fizemos um curso para os artesãos da Fiocruz. Foi uma espécie de um seminário com duas semanas, sobre obra e tal. Uns quinze ou vinte anos depois, eu fui à Fiocruz tentar localizar quem tinha participado, enfim, pra fazer uma avaliação, e encontrei um carpinteiro. Mas o que ele lembrava-se com mais entusiasmo era da técnica do adobe.

MP – (*falam ao mesmo tempo*) (*risos*).

AM - Ele nunca tinha visto... Tudo o que eu falar aqui você vai rir. Ele não queria saber de carpintaria e se interessou pelo o adobe (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – (*inaudível*)...

AM - ... continuava a atividade. Ele trabalhava no laboratório das (?) lá. Eu não me lembro o nome dele, não.

MP – Você, hoje, profissionalmente, se sente reconhecido como profissional? (*inaudível*)?

AM – Olha, a gente diz assim, então te procuram quando o problema é grave (*rindo*).

MP – (*inaudível*) É sinal que te reconhecem.

AM – Acontece que... como eu trabalho numa instituição, então (*não há esse?*)...

MP – (*falam ao mesmo tempo*)?

AM – É, instituição pública, mas, de qualquer maneira... Outra coisa que te dá uma certa... digamos, notoriedade, é o trabalho acadêmico. Eu dei aulas e ainda dou. Então, às vezes, ex-alunos ligam, perguntam, procuram, então há, de uma certa maneira, uma pequena rede de contato.

MP – Já que você falou dessa parte acadêmica, né, nessa parte acadêmica eu tenho visto muitos profissionais que mudam seu objeto de trabalho, principalmente quando o trabalho é mais prático, né? Aí, quando chega... no decorrer mais da idade, da experiência, começam a migrar e encontrar uma maior realização nessa parte acadêmica, de formação, poder passar sua experiência. Você viveu isso ou você sempre esteve militando nessa área também?

AM – Não, eu dei aula, durante dois anos, na UFF, mas a legislação não permite que você acumule. Antigamente podia vinte horas, agora não é possível você acumular. Eu dou aula num curso de pós-graduação nos sábado. Aí você não tem essa... Mas eu tive uma muito boa experiência, uma boa relação de empatia com os alunos e, possivelmente, se eu chegar a me aposentar, eu gostaria de fazer um concurso, me aprofundar mesmo nessa área.

MP – Me diga uma coisa: se você tivesse que avaliar a sua trajetória profissional, em sua relação com sua vida, o que você falou agora, mobilidade, (*inaudível*) (*muito ruído externo*), você acha o quê? Valeu à pena? Você acha que é uma área que... Estou perguntando se valeu à pena... Uma outra coisa: como é que você vê a perspectiva ou futuro dessa sua área, tanto a parte do arquiteto (*inaudível*)...?

AM – Olha, eu... (*inaudível*), eu sou muito satisfeito com o trabalho que eu fiz, me deu muita gratificação, e eu faria de novo. É uma pergunta muito interessante. Eu sou um equatoriano, no entanto, transitei aqui no Brasil com muita... nunca senti nenhuma rejeição. Trabalhei em áreas aqui que talvez fossem mais adequadas para pessoas

brasileiras, natas, né? Eu já representei o Brasil em outro país, (??), e... (?) que (?), tal, e também dá uma satisfação, dá uma satisfação como profissional e como pessoa, né? Você me perguntou outra coisa?

MP – Como é que você vê a perspectiva dessa área (*falam ao mesmo tempo*)...

AM – (*falam ao mesmo tempo*) eu... Não é uma área de... A área do Patrimônio ainda precisa ser defendida, eu acho. Não há uma unanimidade como você vê, por exemplo, em... lá em Portugal os engenheiros estudam Patrimônio. Fui a um seminário organizado por uma escola politécnica, e as publicações têm (??) espetacular produzidas por uma escola de Engenharia. No Brasil e, em geral, em outros países em desenvolvimento há ainda uma certa tendência para o “modernismo”, entre aspas, que acha que realmente não é bom preservar, que o bom é o novo. Aqui tem muita variação. Me lembro de ter lido, aqui no Brasil, uma revista do condomínio... na Barra da Tijuca – que eu li no dentista – que fazia uma apologia crítica da destruição...

MP – Do Patrimônio?

AM – É. E (*inaudível*). Atravessaram o rio numa canoa, mas eles não carregaram a canoa, afundaram (*rindo*). (*inaudível*). Mas então... isso mostra que existe uma ideologia. Você vê como as próprias autoridades, no Brasil, (?) nas cidades históricas, os piores edifícios são do Estado: Tribunal de alguma coisa, Caixa Econômica, Banco do Brasil... são uns imensos trambolhos. Então não é uma área que tenha uma unanimidade, é necessário defender ainda o Patrimônio, não é uma coisa que aconteça normalmente, como exemplos os países mais antigos, né? Agora me parece que há uma... uma aceitação maior, pelo menos no período que eu trabalho nessa área, muita coisa mudou.

MP – Você começou a trabalhar quando?

AM – A trabalhar no...?

MP – É.

AM - Em 83.

MP – Em 83?

AM – É, a trabalhar no Patrimônio.

MP – (*inaudível*)... começou a valorizar um pouco, na verdade...

AM – Sim.

MP - ... aqui no Brasil.

AM – Houve uma influência grande da área de Meio Ambiente, né, patrimônio ecológico, de alguma maneira influenciou a questão do *(falam ao mesmo tempo)*...

MP – *(falam ao mesmo tempo)*.

AM - ... Patrimônio, da cultura...

MP – Bom, em suma... Você quer acrescentar alguma coisa, *(falam ao mesmo tempo)*...?

AM – *(falam ao mesmo tempo)*.. não sei como é que poderia concluir... Bom, eu acho assim, que... Sobre a pergunta se você acha que influenciou... Acho que todos nós temos a obrigação de influenciar de alguma maneira, através do trabalho, através das aulas (??)... E eu acho, assim, muito gratificante que alguma pessoa, (?) um aluno, (?) ex-aluno (?), me procure. Eu recebi um e-mail de um menino de... estava em Porto Alegre, que tinha conseguido um dinheiro da faculdade pra comprar livros, e ele queria sugestões sobre livros de Patrimônio (??)... ó que eu não tinha naqueles anos. Enfim, de uma certa maneira, acho que há um certo sacerdócio (?)... (??) acredita no que você está fazendo... Não significa que você esteja retrógrado (?), (??) que você esteja atualizado, inclusive nas questões técnicas, não só nas questões conceituais, até para trabalhar num trabalho de preservação.

MP – Bom, obrigado, (?). *(interrupção da gravação)*

FINAL DO DEPOIMENTO*

* Essa gravação teve a duração de 23 minutos e 52 segundos.

III.3 - ENTREVISTADO: CYRO CORRÊA LYRA

Data: 22 / 01 / 2009

Local: Av. Oswaldo Cruz nº 112, apto 1101

Flamengo – Rio de Janeiro, RJ

MP – Cyro, a palavra é sua.

CL – Bem, eu sou natural de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro. Estou com 71 anos. Fiz Primário e Secundário em Niterói e me formei, em Arquitetura na UFRJ. Chamava-se na época de Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Comecei em 1958, no prédio da Praia Vermelha onde hoje funciona a Economia. Terminei o curso em 62, o Fundão. Como no preâmbulo de sua tese, eu também passei por muitas modificações. Essa história de encontrar cedi o que se quer fazer na vida nem sempre acontece. Não é comum um caminho linear e previamente traçado, pelo contrário, eu acho que frequentemente é sujeito a modificações e variações, tanto que eu, em criança, na juventude, nunca pensei em fazer Arquitetura, nem sabia o que era Arquitetura. Na realidade, eu não tinha nenhuma coisa definida. Foi depois que eu acabei o Secundário, que eu cheguei a entrar em cursinho pra fazer Medicina, para ser médico, depois vi que não dava pra isso. Depois pensei em ir pra Escola Naval porque gostava muito e gosto de coisa de mar, também vi que não era isso. Aí fiz um exame psicotécnico que me deu a orientação para Arquitetura ou Engenharia, ou Artes, e eu optei pela Arquitetura porque no convívio, no Liceu com muitos colegas que queriam ser engenheiros, eu percebi que não tinha muita afinidade com o campo da Engenharia. Entrei na Arquitetura e pra mim foi uma revelação, não propriamente pela questão do “projetamento” arquitetural, mas muito pela teoria da Arquitetura, a História da Arquitetura e a da Arte. Então, de certa forma, eu fui descobrindo, pouco a pouco, na Arquitetura, qual seria o meu campo. Depois me entusiasmei no 4º ano da faculdade com a questão de Patrimônio, através de professores ligados a essa área, principalmente o Augusto Silva Telles, professor de “Arquitetura no Brasil”. Inclusive pedi a ele que freqüentasse, que estagiasse no IPHAN, que, na época não se chamava Instituto do Patrimônio, mas acho que ainda tinha o nome antigo de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Daí, quando terminei o curso, vi que não teria chance de trabalhar no órgão. O próprio Silva Telles me disse que eu não haveria possibilidade de eu trabalhar diretamente nessa área, até porque, diferentemente de hoje – e isso eu estou falando do início da década de 60 – era uma área muito... não vou dizer desvalorizada, mas desprestigiada, principalmente por se viver um período de um *boom* na Arquitetura e na Engenharia. Quer dizer, todos estavam motivados a projetar e construir. O país estava vivendo uma fase de muita esperança com o governo do Juscelino e os arquitetos entusiasmados com construção de Brasília. Então o Patrimônio era uma área que ninguém se interessava, pelo contrário, achavam que era uma área menor. Mas eu me entusiasmei pessoalmente pelo assunto, e o Silva Telles disse: “*Olha, não tem possibilidade de trabalhar aqui.*” Na época eu estava noivo, disse: “*Bem, eu vou procurar outro lugar.*” Aí houve duas circunstâncias interessantes: o fato do Silva Telles me informar que estavam procurando arquitetos para ensinar no Paraná, Curitiba, numa escola nova, e a coincidência do meu irmão ter casado com uma paranaense e ter ido morar em Curitiba. Então eu fui pra Curitiba e comecei, inicialmente, trabalhando num escritório de Arquitetura que estava desenvolvendo os projetos do Centro Cívico, e minha idéia – já que Curitiba é tão longe do mar – era a de ficar por cinco anos. Fiquei vinte, cheguei em 63 e saí em 82. Bem, como eu tinha interesse por ensino também,

particularmente pelo ensino de História da Arquitetura, procurei a direção da escola. Realmente eles estavam procurando gente e, apesar de eu ser recém-formado, meu nome foi aceito, e naquele mesmo ano, 63, eu fui contratado pela Universidade Federal do Paraná para aulas de Arquitetura no Brasil. Comecei ajudando o professor de História da Arquitetura porque a disciplina, “Arquitetura no Brasil” ainda não tinha sido ofertada pela escola. Aliás não era uma escola de Arquitetura, mas um curso de Arquitetura e Urbanismo do Setor Tecnológico do Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná. Nessa mesma época eu procurei o Departamento de Patrimônio Histórico do Paraná para oferecer meus serviços. Mas antes de me envolver com Patrimônio saí do emprego do escritório de Arquitetura no Centro Cívico e fui trabalhar numa companhia recém-criada de Urbanização, que ainda existe, a Urbes. Trabalhei também na Prefeitura, mas três ou quatro anos depois, se não me falha a memória, em 67, o Departamento de Patrimônio Histórico do Paraná tinha conseguido um recurso para restaurar uma capela, uma pequena igreja em Paranaguá, da Irmandade de São Benedito. Eu então fui contratado para fazer o trabalho, meu primeiro trabalho na área. Recebi muita orientação do Silva Teles: eu escrevia para ele, colocava os problemas, ou vinha ao Rio conversar com ele. Esse primeiro trabalho foi concluído em 68. Foi muito bom pra mim porque fortaleci contatos nessa área de Patrimônio, não cortei relações com aqueles que eu já tinha no Rio. A partir daí fiz uma série de trabalhos. Na realidade, eu fui profissional não só de “patrimônio”, fui também de prancheta, de “projetamento” de construções – projetei casas, projetei uma capela, um edifício de apartamentos – mas sempre procurando ou dando preferência a oportunidades de trabalhar em restauração. Bem no final da década de 1960, em 68, o responsável pelo Patrimônio de São Paulo me perguntou se eu toparia fazer uma empresa, uma firma, e trabalhar no Sul, Paraná, Santa Catarina e até Rio Grande do Sul. Naquela época, o patrimônio do sul era fiscalizado pelo distrito com sede em São Paulo. Isto é, abarcava os quatro estados, ia até o Rio Grande. Eu não fiz logo uma firma. Associei-me inicialmente a um engenheiro que já tinha uma firma, e comecei a prestar serviços ao Patrimônio, que me encomendava trabalhos, às vezes pequenos, simples reparação. Depois disso foi se ampliando para trabalhos maiores. Como não deu certo a minha parceria, eu montei em 69 uma empresa de restauração. Chamava-se “Aresta – Arquitetura e Restauro” (não existe mais). Aresta – Arquitetura e Restauro passou a ser contratada pelo IPHAN para serviços de restauro. Mas também por outras instituições voltadas para a preservação. Então eu fui, cada vez mais, deixando o campo da Arquitetura privada e me concentrando no campo da preservação do patrimônio. Para o Iphan comecei com uma obra que gosto muito, a de restauração do Forte de Santana, forte situado embaixo de uma extremidade da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis. Eu “peguei” o Forte muito arruinado, abandonado e invadido, e fui até o fim, até, como se diz, “entregar as chaves”, com ele totalmente restaurado. Nesses anos, nessa década de 70, depois desse forte, eu fiz uma série de trabalhos. Talvez o trabalho mais extenso tenha sido aquele que iniciei em 1970, interrompi dois anos depois por um breve período de um ano e meio, para voltar a participar até o final da década: a restauração da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, em Santa Catarina. Foi um trabalho interessantíssimo em uma pequena ilha... A fortaleza estava abandonada há muito tempo, com suas várias edificações, muito depredadas, cobertas de mato. Como as verbas eram pingadas, levei muitos anos. Com a minha firma restauramos os antigos edifícios do quartel, da casa do comandante, da casa pólvora. Depois de 1981 não mais participei. Depois de alguns anos a restauração foi recomeçada, com recursos do Banco do Brasil. Hoje a ilha está administrada pela Universidade Federal de Santa Catarina. Naquela época – anos setenta - eu fiz também vários trabalhos para a Prefeitura de

Curitiba. Coordenei um plano de preservação do Centro Histórico, do Setor Histórico – não chamava Centro Histórico – um pequeno setor do Centro de Curitiba. . Eu já tinha uma experiência de Planejamento porque, em 68, tinha feito um curso de Planejamento Urbano e coordenado um plano diretor para Paranaguá e, nesse plano, uma parte se referia à preservação do Centro Histórico de Paranaguá. Então eu fiz esse trabalho para o Centro de Curitiba, na gestão do prefeito Jaime Lerner. Fiz várias restaurações pontuais em Curitiba, como a sede da Fundação Cultural, a Casa “Romário Martins” e a “Casa do Barão”, para a Prefeitura. Para particulares fiz a restauração da casa que hoje se chama Solar do Rosário... Nessa década trabalhei para a Prefeitura da Lapa, uma cidade a 60 quilômetros de Curitiba. Foram várias edificações durante as gestões de Sergio Leoni, um prefeito entusiasmado pelo Patrimônio. Ele foi prefeito três vezes e nas três vezes eu o assessoriei nessa área. Terminei também por fazer um plano diretor para a cidade da Lapa, da qual sou, aliás, cidadão honorário... Bem, isso tudo foi nos anos setenta, quando fiz vários outros trabalhos: em Santa Catarina e até no Rio Grande do Sul. Mas em 81, estava sendo criada a Fundação Nacional Pró-Memória, sob a direção de Aluísio Magalhães. Então fui convidado para vir trabalhar na Fundação Pró-Memória. Eu fui a Brasília e eles conversaram comigo: “*Você gostaria de trabalhar na Pró-Memória?*” Eu já estava um pouco desencantado com a questão de execução de obra porque tinha descoberto que, ou você é um empresário, ou você é um técnico. Não tendo um empresário como sócio – na realidade a sócia era minha esposa – eu tinha que fazer as vias de empresário e técnico. Isso era muito complicado. Então correria o risco, se continuasse, de ir à falência. Ou teria que mudar muito porque, embora fosse uma firma pequena, era sempre uma trabalhadora muito grande. Em trabalho de restauro é complicada essa questão de dinheiro, de você ser remunerado e não ter prejuízo. Então eu resolvi “pegar” a oportunidade, aceitar o convite para trabalhar na Pró-Memória, e passar a firma para dois arquitetos que trabalhavam comigo. E isso aconteceu... Terminei não indo pra Brasília porque como Aluísio Magalhães morreu em 82, o Silva Teles, que era um assessor dele, disse: “*Olha, Cyro, se você quiser, venha para o Rio trabalhar conosco, em vez de ir para Brasília.*” Eu vim para o Rio, voltei para o Rio. A firma ficou com os dois arquitetos que depois se separaram, e a Aresta ficou com um deles. Anos depois foi à falência e, hoje, não existe mais. Bem, o que é importante dentro daquilo que você falou antes... Ah, sim, quando eu voltei pra o Rio, eu pequei, de saída, a participação num projeto que também me deu muita alegria: a restauração do Paço Imperial. Eu era o assessor do superintendente que, na época, era o Glauco Campelo, e eu participava das decisões dos rumos daquela restauração. Foi um trabalho muito desafiante. Tivemos que respaldar muitas decisões, numa equipe multidisciplinar. Foi ótimo participar de uma equipe grande, com arquitetos, historiador, arqueólogo, engenheiro, principalmente essas quatro profissões. Bem, antes de eu colocar uma das questões que você pôs aí, eu devo dizer, só para contar da minha trajetória, que eu passei a trabalhar na Pró-Memória até ela ser extinta em 90, no Governo Collor. Com sua extinção, eu continuei a trabalhar no seu sucedâneo, o IBPC - Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural. Foi um período conturbado, de muitas dificuldades... Não vou entrar nos casos particulares, mas houve muitas dificuldades com as orientações da Presidência da época. Em 94 quando assumiu a presidência do IBPC, o arquiteto Glauco Campelo, e me disse: “*Olha, você está aí... Eu gostaria que você trabalhasse comigo...*”, e me convidou, primeiro, para dirigir um departamento, mas, depois, disse: “*Olha, seria melhor você dirigir a Coordenação do Rio de Janeiro.*” (hoje se chama Superintendência, naquela época era Coordenação Regional e abrangia os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo). Dirigi a Coordenação Regional durante quatro anos, de 94 a 98. Foi muito bom também, inclusive porque eu não deixei de fazer o que eu

gosto, que é me envolver em trabalho de restauração. Nessa época eu coordenei a restauração da Igreja de Anchieta, uma antiga igreja jesuíta, no Espírito Santo. Foi um trabalho ótimo que eu fiz também com uma equipe multidisciplinar, com um grande trabalho em Arqueologia, um trabalho excelente. Depois o Glauco me convidou a ir para Brasília. Em 98 eu fui. Fiquei três anos e assessorei ele na montagem do Programa Monumenta. Trabalhei nisso, no Programa Monumenta, até que eu tive um problema de estafa e pedi para voltar pra o Rio e sair do Programa. Saí do Programa e resolvi pedir licença sem vencimento. Fiquei três anos fora do IPHAN... Nesse período, além de fazer a tese de doutorado – eu já vinha fazendo os créditos das disciplinas, mas tinha que fechar a tese, uma tese voltada para a questão do uso dos monumentos. Nesse mesmo período eu fiz vários trabalhos privados. Alguns muito interessantes, em Angola, para uma empresa de um arquiteto amigo meu, antigo colega no corpo docente da Universidade em Curitiba. Para essa empresa coordenei o projeto de restauração da Fortaleza de São Miguel, em Luanda, o projeto de restauração da futura Casa Brasil – Angola, em Luanda, e... mais o do “Palácio de Ferro”. Dei consultoria também para o Plano de Revitalização da Baixa Luanda. Depois desses trabalhos e de ter terminado a tese – que apresentei em 2005 - eu resolvi voltar para o IPHAN. Fui convidado então a dirigir um departamento. Aceitei, fiquei algum tempo indo e voltando a Brasília, mas conclui que esse vai-e-vem era muito desgastante. Quando entrou um novo presidente, que queria que eu ficasse em Brasília, eu disse: “Não, em Brasília eu não quero mais morar, já morei três anos.” Ele então me convidou a ser assessor no Rio de Janeiro, cargo que eu desempenho até hoje. Como assessor da Presidência do IPHAN, cuido principalmente de dois grandes projetos, além de questões pontuais. Um projeto é relativo à Memória Ferroviária, consequência de uma lei que transfere para o IPHAN os bens da extinta Rede Ferroviária Federal, que tenham valor histórico, artístico e cultural. Claro que o IPHAN não vai ficar com todos esses bens, mas o IPHAN faz a intermediação com prefeituras, com órgãos federais, quando não tem como assumir sua administração. E o outro projeto que eu estou trabalhando – daí esses telefonemas – é relativo à criação de um Centro de Formação em Patrimônio, aqui no Rio de Janeiro. E o resto são consultas, são pareceres técnicos sobre questões pontuais. Eu já contei a minha trajetória, mas quero chamar a atenção sobre o seguinte: a minha atividade foi muito variada. Fui professor e, ao mesmo tempo arquiteto na área de Patrimônio. Com essa dupla atividade orientei muita gente. Muitas pessoas que trabalharam na Aresta foram alunos meus. Estudantes de arquitetura que se interessavam pela área, ou que eu percebia que tinham interesse, vocação, passaram a trabalhar comigo. Por exemplo: um deles, diretor, hoje, em Brasília, do departamento mais importante da casa, trabalhou comigo na Aresta; o outro é o superintendente regional do Paraná, foi meu braço direito na Aresta em muitas obras. E eu ainda sou professor do Curso de Especialização na Bahia, e lá também tive a oportunidade de orientar muita gente, pessoas já engajadas na área, já envolvidas. Como eu disse a você, brincando, há pouco, a restauração é uma atividade que empolga que “vicia”, Você termina nessa atividade a vida inteira. As pessoas que trabalharam comigo, uma grande maioria que começou comigo na Aresta, ou que participou em alguns projetos que eu fiz depois da Aresta, hoje trabalham nessa área. Têm firma ou estão trabalhando em empresas. Enfim, se envolveram. OK?

MP – Vou fazer só uma pergunta aqui. Quando o senhor se referiu a esse Centro de Informação, ele é para formação de quê? Mão-de-obra qualificada ou... mais técnica, ou *(falam ao mesmo tempo)*...?

CL – Não, ele é para formar... Quer que eu abra a janela *(pra entrar esse vento?)*? É que essa janela... Aqui tem um vento, à tarde, muito grande.

MP – Pra mim está ótimo, (*falam ao mesmo tempo*).

CL – Ah, tá bom. Não, esse Centro de Formação é voltado para a questão da gestão do Patrimônio e, prioritariamente, voltado para a gestão dos sítios reconhecidos como Patrimônio da Humanidade. Por que para isso? Porque é uma área que a UNESCO tem muito interesse...

MP – É um pouco naquela formação que existe em Recife, naqueles moldes do...?

CL – Não é bem naqueles moldes porque vai ser dirigido, fundamentalmente, para profissionais que já estão trabalhando, seja no Governo Federal, seja nos governos estaduais, seja nos governos municipais, seja no Brasil, seja nos outros países da América do Sul. O projeto é de um Centro Regional, Centro Regional de Formação de Patrimônio, sob os auspícios da UNESCO. Nossos parceiros são os outros países da América do Sul e, eventualmente, os países da África lusófona. Esse projeto está na fase de avaliação. Estão sendo avaliadas, atualmente, pela Unesco, nossas condições, nossos objetivos, nossos recursos... Vai se instalar no Palácio Capanema. Vai ocupar a área desse prédio que é administrada pelo Ministério da Cultura. Esse Centro não vai substituir os centros existentes, como o CECI de Recife, mas, pelo contrário, vai trabalhar com eles também. Então nós temos, em princípio, três parceiros de centro de formação: o CECI, voltado para a gestão urbana, o CECRE, na Bahia – do qual sou professor – que é voltado para a conservação e restauração de monumentos, e o CECOR, em Minas Gerais, voltado para a conservação e restauração de bens móveis. Então a idéia do Centro é essa. O projeto é começaria a funcionar em 2010. Ele está agora em gestação.

MP – Eu pergunto porque, quando você também se referiu a estar na ação do Monumenta, né, e ter ao longo da sua carreira, da sua trajetória... estar envolvido com a restauração e, muitas vezes, ali... na maioria das vezes no exercício da restauração, não é?

CL – É.

MP - ... principalmente quando você encontra o empresário do setor privado... Porque uma das questões que eu tento trabalhar é um pouco dessa formação dessa mão-de-obra com quem a gente tá trabalhando e tudo necessita. Você falou assim... você ... muitas vezes você citou o trabalho disciplinar, multidisciplinar, etc., com arqueólogo, engenheiro, tudo. Mas tem outra ponta que a gente conhece bem, que é lá o artesão, que é o mestre, que é o...

CL – Artífice.

MP - ... artífice? Aí eu gostaria também que você falasse um pouco, tanto pela sua trajetória, sua passagem pelo mundo, também sobre isso, como a sua experiência como empresário... executando essas obras de restauração, qual é a sua relação, qual a sua percepção dentro desse setor?

CL – A minha percepção nessa questão da execução da obra e na participação do artífice, em primeiro lugar, é que é uma atividade especializada. Isso quer dizer que um bom carpinteiro, acostumado a fazer forma de concreto, tem que passar por uma reciclagem para trabalhar na restauração de um telhado. Nem todo carpinteiro dá pra isso, nem vai gostar disso. A mesma coisa acontece com o pedreiro. Eu trabalhei muito com gente jovem, profissionais jovens, mas que não eram artífices. Tinham alguma experiência em reforma, quer dizer, sabiam consertar telhado, mexer em telhado de igreja e tal. Alguns se vieram a se tornar profissionais muito habilidosos. Por exemplo, o último trabalho que eu tive uma participação direta – que eu não citei, esqueci, foi em 2004/2005, na época em que estava fora do IPHAN . Naqueles anos eu conduzi os projetos de restauração da Catedral de Valença, no Estado do Rio de Janeiro. Nós trabalhamos com uma empresa do Rio, a *Ópera-Prima* e uma empresa de Goiás, a

Biapó. Além de empresas de restauro de bens móveis, três empresas de Minas Gerais. Bem, praticamente, só vieram de fora, no caso da *Biapó* e da *Ópera-Prima*, a supervisão e técnicos no nível de engenheiros e arquitetos. E o restaurador, no caso das empresas de bens móveis. Isso porque, antes dessas empresas entrarem, nós fizemos uma experiência de execução direta, de treinamento, pegando pessoas conhecidas da comunidade: “*Olha o fulano*” “*O fulano é muito bom. Ele tem vindo aqui, tem consertado... tudo o que é problema aqui na igreja ele conserta...*” E “ele” revelou-se uma pessoa de grande habilidade e capacidade de trabalho. Além desse, por exemplo, tivemos outra grande surpresa na hora de executar três escadas, nessa obra, porque... Deixe eu ver se tenho um livro aqui... (*procurado alguma coisa*) Não, não tenho. Nós fizemos um livro desse trabalho. Voltando ao assunto, eu projetei três escadas na igreja: uma escada substituindo a do coro, –aliás, quatro escadas – uma outra escada, nova, para a sacristia, indo do salão para o andar de cima, e uma outra escada do salão para a cripta, espaço que eu propus e uma última helicoidal “*E quem pode fazer a escada?*” “*Ah, o Jovelino.*” O Jovelino é um engenheiro mecânico, aposentado, que resolveu fazer escadas. As escadas do Jovelino eram para você premiar: perfeição, acabamento, qualidade, todas as qualidades de uma bela escada de madeira. Aí, conversando com o Silva Teles, na época, ele disse: “*Olha, Cyro, os melhores artífices na área de restauro você vai encontrar nas cidades pequenas, dificilmente nas cidades grandes.*” E eu concordo com ele porque na cidade grande, pra sobreviver, o homem que quiser se envolver com os ofícios da construção, vai trabalhar em empresas grandes e vai se moldar em uma escala industrial, escala de fabricação em série: ou ele vai fazer formas, entendeu? E ele vai fazer toda aquela carpintaria, que é uma carpintaria rudimentar. Claro, tem seus segredos, mas ela é rudimentar diante de uma carpintaria que envolve uma restauração. A mesma coisa o pedreiro: ela vai cuidar, digamos, talvez, do fazer os emboços e rebocos, ou ele vai levantar paredes de tijolo, mas tudo aquilo já definido, quer dizer, ele não se depara com um problema comum na área do restauro que é “*o edifício já existe*”, e, se esse edifício já existe, ele é cheio de imperfeições e ele é cheio de segredos. Então o envolvimento desse artífice vai exigir sempre uma sensibilidade, uma capacidade de percepção do que ele está trabalhando. Se ele já vem da construção civil, é muito difícil pra ele. Então a mão-de-obra que fez a restauração na Catedral de Valença é toda de lá, alguns muito bons: o mestre que construiu os telhados... Aliás, eu minto. Tem um grande artífice de telhado que não era de Valença, era de Minas Gerais. Esse sim, esse foi trazido, mas os outros todos eram gente de lá. Agora, o que a gente tem feito... o Programa “*Monumenta*” tem patrocinado cursos porque desde o início, nós percebemos que esse era um dos calcanhares de Aquiles. Quer dizer, você não tem profissionais em todo lugar e não é fácil. È preciso sempre ter gente especial, principalmente quando são trabalhos mais delicados, em igrejas ou outras obras com elementos de arte. Entendeu? Não é para qualquer um. O Centro de Formação não é voltado pra isso, ele é voltado, principalmente, em princípio, para pessoas que já militam nessa área, em órgãos públicos, entendeu?

MP – Excelente. Você já deixou muito claro aqui, que tem um dos itens aqui, que é a questão da influência, e você, como professor e como profissional, você já deixou muito claro que você influenciou muita gente pra essa área, então, pra mim, já está respondido. Por outro lado, você disse que a sua formação em Arquitetura não se deu espontaneamente, você fez várias incursões em outras atividades e tudo, e acabou optando por um teste vocacional.

CL – É.

MP – Mas você não teve nenhuma influência familiar ou de amigos, ou coisas assim, desse tipo, que colocassem a Arquitetura, em especial a parte de restauração...?

CL – Não, não, não.

MP – Não? Foi um...

CL – Meu pai era médico da Marinha, minha mãe era dona-de-casa, com habilidades, principalmente na costura. E ela costurava muito além de voltada para prendas domésticas. Tios: ninguém dessa área, nem de Engenharia, nem de Arquitetura, aliás, tanto na família da minha mãe como na do meu pai não tem ninguém nessa área. Eu não sabia nada do que era Arquitetura, nem tinha contato com arquiteto. Pra mim foi uma surpresa, um mundo que se abriu... Eu poderia não estar fazendo Arquitetura. Mas foi realmente através da orientação de um teste vocacional que eu resolvi fazer o vestibular, o que me atrasou um pouco porque o primeiro vestibular de Arquitetura, eu fiz quando acabei de fazer a bateria de testes no ISOP - Instituto de Seleção e Orientação Profissional. Não sei se existe ainda. Levei uns quinze dias, fazendo vários testes, entrevistas – isso já era setembro, outubro. Aí, quando eu entrei num cursinho pra fazer vestibular, já não deu tempo. Eu fui reprovado em Geometria Descritiva, tive que fazer mais um ano. Mas não tive influência, não, de ninguém. Nem simpatia nenhuma pela Arquitetura, não era uma coisa que eu que...

MP – Almejasse?

CL – Não. Agora, também dentro da Arquitetura, nem tudo me entusiasmou muito... Eu projetei várias coisas por necessidade, sobrevivência, nunca recusava um trabalho. Eu projetei casas, mas não era uma coisa que me dava a satisfação, sem sombra de dúvida, igual a que me dava de “pegar” uma construção antiga e recuperar. Aí, sem dúvida, continuo achando a coisa mais interessante que existe, porque cada edificação é um desafio novo, não há nada igual... Eu trabalhei com várias igrejas, mas nenhuma tem nada a ver com a outra. É claro que é uma arquitetura pré-industrial, é uma arquitetura artesanal. Você não tem coisas seriadas, não tem cópias, você tem assemelhadas, você pode ter as mesmas matrizes “projetuais”. Você pode dizer que uma igreja, como a que eu trabalhei no Espírito Santo, Anchieta, tem semelhança com a dos Reis Magos?. Pode ter semelhança com aquela de São Francisco Xavier, porque foram feitas por jesuítas da mesma época, às vezes pelo mesmo padre. Mas a própria distância entre os lugares, as condições do lugar, provavelmente a mão-de-obra e, por exemplo, até a possibilidade dos padres determinarem que cada igreja fosse diferente. Então não são iguais. E, como as histórias de vida delas são independentes, elas terminam, ao longo do tempo, também ganhando coisas e perdendo outras, e se transformam em obras únicas. Eu acho que isso talvez seja um dos aspectos mais interessantes: a de você trabalhar sempre com coisas únicas.

MP – Singulares?

CL – Singulares.

MP – Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

CL – Olha...

MP – Eu teria que só fazer uma observação...

CL – Então faça, claro.

MP - ... mas... para mim estaria muito claro dentro de tudo o que você já falou. Uma das coisas é essa relação com o lugar, e também está muito claro, assim, ao longo da sua trajetória e tudo, que a questão que está ali, primordial, é a mobilidade. Você nasce em Petrópolis, se forma no Rio, certo tempo você vai trabalhar no Paraná, trabalha em Paranaguá, trabalha em Florianópolis...

CL – *(falam ao mesmo tempo)*...

MP - ... trabalha em Brasília, volta pra o Rio... Então, essa mobilidade tá presente na sua vida profissional e, com certeza, trouxe alguns, e não devem ter sido poucos,

impactos na sua vida cotidiana, cada vez que você se transfere... você... se transfere com sua família ... cria novos laços afetivos e tudo... Você gostaria de falar algo em torno disso?

CL – É, até não acrescentei seis meses em Roma.

MP – Seis meses em Roma?

CL – Eu fiz um curso de especialização lá, nessa área. Essa mobilidade... Claro, eu acabei por me separar da primeira mulher, hoje tenho uma segunda mulher, tenho filhos da primeira e filhos da segunda, quer dizer, há uma mobilidade, até. de ordem familiar. Acho isso muito... Quero dizer, eu gosto disso, mas, na realidade, isso tem um antecedente: meu pai era médico da Marinha... era pernambucano. Ele saiu de Pernambuco, foi pra Bahia. Da Bahia foi para o Rio. No Rio encontrou uma carioca e casou com essa carioca. Bem, quando nós éramos crianças fomos morar em Recife, três anos. Antes de ir pra Recife papai morou em muitos lugares, por exemplo, Petrópolis, onde eu nasci. (mas eu não tenho nada a ver com Petrópolis). Ficamos dois anos em Petrópolis. Depois de Petrópolis papai foi pra Friburgo, trabalhar no Sanatório Naval de Tuberculose. De Friburgo ele foi pra Angra dos Reis, trabalhou no Colégio Naval, foi médico lá. De Angra dos Reis nós fomos para o Rio. Moramos em Santa Teresa, moramos no Andaraí (*rindo*), depois fomos morar em Niterói. Quer dizer, eu acho que isso é da família, ao menos eu, que me mudei muito mais que meu irmão, que já é falecido, e minha irmã, que sempre morou em Niterói. Mas eu tive essa... eu acho que isso é uma felicidade, de você... ficar conhecendo muitos lugares, e você aprende a se adaptar, aprende a respeitar os valores de cada lugar, e isso, para a nossa profissão, nossa atividade, é importante, até porque você lida com uma diversidade de Patrimônio grande, né, um... Patrimônio brasileiro diversificado de um lugar para outro.

MP – Tá.

CL – OK?

MP – Está ótimo. Gostaria de agradecer muito.

CL – Olha, Marcos, a gente vai ficando velho e, entre outras coisas, eu acho que tenho obrigação de atender aos mais jovens, até nesse tipo de coisa: formando e passando a experiência... Essa área é ótima, viu? Não sei como é lá na Fundação Oswaldo Cruz, mas eu acho que a área do Patrimônio é muito rica. Eu, atualmente, dou uma ou outra consultoria, às vezes, quando sobra tempo, mas fico muito mais ligado ao IPHAN. Agora estou de férias e ficam me aporrinhando (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – (*falam ao mesmo tempo*).

CL - ... Vou desligar celular porque... Mas é bom, puxa, é melhor do que se eu estivesse em casa, vendo televisão. (*risos*) Não é?

MP – É isso aí. Muito bem, (*falam ao mesmo tempo*)...

CL – Estou às suas ordens, Marcos.

MP – Está bom. Estou encerrando aqui (*falam ao mesmo tempo*)...

CL – (*falam ao mesmo tempo*)...

MP - ... estou finalizando aqui... (*interrupção da gravação*)

FINAL DA ENTREVISTA*

* Essa entrevista tem a duração aproximada de 50 minutos e 44 segundos.

III.4 - ENTREVISTADO: FERNANDO BARREIROS

Data: 02 / 02 / 2009

Local: Largo do França nº4, casa 101 – Ateliê

Santa Tereza

Rio de Janeiro – RJ

MP – Bom, Fernando, pode começar a falar.

FB – Eu vou tentar resumir pra não tomar muito tempo com coisas minuciosas, né? Na minha época, aconteceu o seguinte: perto de casa tinha uma fundição artística, chamava-se Favina, Fundição Favina, ali no Méier. Eu conheci o dono e a gente jogava xadrez, essa coisa todinha, e era uma fundição onde trabalhou o Bernadelli, trabalhavam vários outros artistas. E na fundição você consegue um trabalho com vários materiais, né, você tem que criar uma forma pra tirar o positivo. Então você trabalha com gesso, trabalha com metais, trabalha com vários outros materiais, então essa coisa sempre atrai porque é um trabalho puramente artesanal, com um conhecimento muito específico. Eu era garoto, tudo... quer dizer, a gente vendia moedinha pra poder comprar outras coisas, como brinquedo. Então ia na fundição vender metais que a gente encontrava aí no lixo, ou estava sobrando em casa. E aí fiz uma relação de amizade com essa pessoa, interessante. Aí comecei a freqüentar os museus e tudo... Quando fiquei mais adulto, o que é que acontecia? Não existia, na época, um curso específico, nem técnico, nem superior, em restauração. Você se agregava a uma pessoa que sabia trabalhar e ficava trabalhando com ela como auxiliar. Foi quando eu entrei para o Museu Histórico Nacional e fiquei lá trabalhando com o professor Sérgio Lima. E aí fui aprendendo com o Sebastião Massa a parte da madeira, quer dizer, vi de tudo, né? O museu faz tudo, na restauração de museu cada um ia trabalhando naquilo que estava com tempo, quer dizer, eu estava com tempo sobrando, eu ia auxiliar outra pessoa que estava lá fazendo o retelamento, tela, uma pessoa que estava fazendo o papel, quer dizer, o auxiliar é isso, né? Nisso eu fui vendo a... fui me apaixonando pela profissão... Depois fiz o curso de Museologia, na UniRio e, mais tarde, recebi uma bolsa do CNPq para trabalhar com a Ingrid Beck(?), na especialidade de couro e pergaminho. Trabalhei durante dois anos, no Arquivo Nacional, com ela. Fiz a minha formação no Curso de Belas Artes, que, antigamente, o aluno de Belas Artes na graduação tinha que passar pela Escola de Restauo, quer dizer, era teoria e prática, então você tinha... Também só dava papel e tela, não tinha outros materiais. O Edson Mota que deu o curso. Me graduei no curso

de... assistindo como estudante de disciplina isolada, né, porque não era estudante de Belas Artes... E aí eu fui convidado para trabalhar no Museu da República. Já tinha trabalhado antes porque o Museu Histórico e o Museu da República eram o mesmo... tinham a mesma direção, então me convidaram pra trabalhar lá. Trabalhei durante oito anos no Museu. Foi a primeira vez que teve uma grande reforma no Museu. Foi no tempo da Lílian, a Lílian Barreto, né? Então havia várias questões de obra, de acervo e tudo, que o Museu precisava... e foram oito anos de trabalho de Restauero. Tive a oportunidade de trabalhar com vários outros restauradores, porque eu era contratado pelo Patrimônio, não era funcionário, né? Depois eu fui para Belo Horizonte, fiz o curso de especialização em forro de igreja e retábulo com o Orlando (?) e o Adriano, família Ramos, né? Voltei para o Rio, entendeu, aí montei uma firma que eu tenho “As três ...(?)... Depois eu trabalhei no Conselho Estadual do Direito da Mulher, por dois anos, fazendo formação de auxiliares de Restauração. Trabalhei no Curso Momumenta com a Cristina. Fiz também um ano lá, entendeu? O que mais? E trabalhei em várias outras ONGs aí, ensinando as pessoas a trabalhar em Restauero, mas sempre com função de auxiliares, né, entendeu, porque eu acho que falta... não é... as pessoas querem ser logo restauradores, e esquecem que a primeira função é a de auxiliar, né, onde a pessoa faz o seu conhecimento com outros profissionais, né? Tive uma grande sorte porque cheguei a trabalhar com quase todos restauradores: Edson Mota, Sérgio Lima, trabalhei com a Marilka, trabalhei... De quase todos restauradores do Brasil, talvez eu seja o único restaurador que... eu trabalhei com todos eles. Foi uma grande sorte minha, entendeu, fiz grandes amizades... Hoje em dia tenho vários amigos restauradores e tudo, que estão trabalhando em outros estados. Já tive... Agora mesmo, recentemente, trabalhei no projeto do presídio, com a Ingrid também, na área de papel, então, quer dizer... Agora me dedico mais à parte de madeira, né, mas o meu conhecimento, como foi nesse âmbito de museu, né, de acervo de museu, quer dizer, o museu tem um acervo variado, né, então a gente tinha que pegar e fazer, entendeu, então foi uma sorte também. No fundo, acho que é isso, entendo, assim, a grosso modo, né...

MP – *(falam ao mesmo tempo)*...

FB - ... mais serviços particulares a museu, bastante acervo particular, entendeu?

MP – Deixe eu te fazer uma pergunta. Você foi de alguma forma influenciado para seguir esse caminho?

FB – Fui, sim, lógico que sim, entendeu? Eu acredito mais que se faz esses trabalhos artísticos da própria fundição, de conversar com uma pessoa que era um escultor italiano e tudo... Fiz vários outros amigos e tudo, quer dizer, a gente... Sempre gostei de arte e de música, e desses trabalhos artísticos, então foi uma coisa que a gente... Acho que eu estou muito interligado, no...

MP – Deixe eu te fazer uma pergunta. Normalmente, os profissionais que a gente vê, vão se fazendo pela prática, que vão...

FB – Tinha, na minha época tinha.

MP - ... chegar à determinada experiência. Em algumas áreas esse profissional acaba sendo desvalorizado por sua idade, e, em outras áreas, isso é o contrário, ele acaba sendo cada vez mais valorizado pela experiência que tem. Acho que, dentro da área do Patrimônio, cada vez mais tempo valoriza essas pessoas. Mas você... o que vejo também, dentro da área do Patrimônio, na medida em que ele vai tendo a prática, ele começa a ter a necessidade interna de formar pessoas, de passar um pouco esse saber pra outros – você já teve a experiência no Monumenta... Você alimenta ou gosta dessa parte de formação de pessoas, de profissionais?

FB – Eu acho que, como professor, que eu tive a oportunidade de algumas vezes agir nessa área, né, interagir nessa área. Eu acho que a (?) que eu tinha é que tudo bem, estava lá montada a estrutura, né, mas, das pessoas que lá estavam, poucas tinham realmente um interesse, entendeu? Acho que – pra mim – sempre faltou um trabalho antes de direcional as pessoas, ver aquelas pessoas e tudo, então é um trabalho difícil, né, não é um trabalho fácil, e é um trabalho a longo prazo, não é um trabalho a curto prazo. Se você fala assim: “Ah, vou restaurar um objeto”, você pode demorar seis, oito meses, um ano, dois anos, dependendo do que você quer restaurar. Um forro, por exemplo, é um trabalho... é um trabalho bonito, mas é um trabalho duro, né? Você subir num andaime, a vinte metros de altura, pra tirar cravo, serrar cravo, fazer veladura, fazer... e é um trabalho sujo também. E algumas pessoas, às vezes, também não... querem fazer um trabalho mais específico, né? Eu acho que isso é um detalhe que poderia ser resolvido na estrutura do curso, entendeu? Se essa coisa fosse montada dentro de uma organização, eu acho que seria mais fácil. O que eu vejo é isso, que, às vezes, tem pessoas estão ali: “Ah, não tenho nada pra fazer, eu vou fazer aquilo porque é mais um diploma.” E aí acaba que o seu tempo, a sua dedicação... e, às vezes, você quer chamar aquele aluno até pra trabalhar, e não adianta, sabe, você não tem resposta, né? Você faz tudo, você fala: “O erro deve ser meu, né?”, entendeu? “O trabalho tá

aqui, tá perdendo tempo, entendeu, tá me ouvindo, e até agora não se interessou? Então o erro deve ser meu.” Passa por aí, né, entendeu? Mas eu acho que no final da estrutura, eu acho que, se houvesse um trabalho de organização, de... selecionar as pessoas, ver por que as pessoas estão ali, fazer um trabalho certo, né, direcionado, né, eu acho isso teria um melhor resultado, entendeu? Porque, olha só, eu falo nisso por causa desse curso do Momumenta, entendeu? Eu comecei com quinze alunos e terminei o curso com sete alunos.

MP – Você dava aula de quê?

FB – Eu dava aula de carpintaria. Mas aí o que acontece? As pessoas ou já vão com vícios de trabalho, de alguns trabalhos, acham: “Ah, não, isso aqui eu faço de outra maneira, não dá pra fazer... Ah, eu vou ter um diploma que eu vou mostrar...” Porque não funciona assim, entendeu?

MP – Será que eles não estão tendo... não têm muita perspectiva ou que o mercado não vai absorvê-los?

FB – Não, tem, tem. Olha, eu trabalho há mais de vinte anos nisso, entendeu? Deus me livre, falta muita gente!

MP – Falta muita gente, né?

FB – Falta muita gente, não tem por onde... Eu acho que também... Não é dividir o conhecimento que vai me faltar cliente, muito pelo contrário, entendeu? Eu acho que tem certas coisas que a gente... eu já nem faço mais, entendeu, (?) outras pessoas para poderem fazer. Desse projeto do Talavera Bruce, de oitenta pessoas que nós dávamos aula, todo dia, de segunda à sexta-feira, uma trabalhou comigo, até hoje trabalha comigo, já esteve até na Alemanha. E todo mundo dizia que o preso não tem condições de mudar a situação, que está sempre voltado à marginalidade. Não, pelo contrário, é isso que eu estou falando, entendeu, quer dizer, a gente acaba despertando na pessoa um interesse... Como você vê, uma pessoa que ficou sete anos presa, ela saiu, veio me pedir ajuda: “Ah, eu queria trabalhar com você...” “Ah, tá, então vamos trabalhar.” E hoje foi para a Alemanha, está na Alemanha.

MP – Tá trabalhando lá?

FB – Tá trabalhando lá, em restauro, entendeu, então... Quer dizer, isso a gente aí vê, né, o que falta mesmo é interesse da própria pessoa, né, a pessoa é que tem que ver. E tem trabalho, né, tem muito trabalho. Em outros países o que é que acontece? O trabalho em algumas coisas, eles não têm... não é mais um trabalho artesanal, já é um trabalho mecânico, né? Então eles também querem ver como é que funciona, como é que as

peças fazem diferente, né, porque, às vezes, compensa o trabalho manual. O trabalho mecânico só é aconselhável quando você tem uma quantidade de coisas que você tem que fazer e aquilo tem que ter um custo baixo porque é muito grande, né, então tem que andar depressa, entendeu, mas em outras coisas não. Trabalho artesanal ainda tem que ser valorizado, e muito, então tem muita coisa...

MP – É uma formação longa, né?

FB – É uma formação longa. Hoje em dia... Quer dizer, e Restauração é uma profissão difícil porque você aprende no dia-a-dia, é o que vem, entendeu, não é esse negócio: “Ah, eu sei tudo.” Mentira, entendeu, mentira, a gente aprende no dia-a-dia. Quando a gente não sabe, tem que perguntar, né, o que é eu vai se fazer, entendeu? Não sei tudo, quem dera que eu entendesse de tudo, entendeu?

MP – Vou fazer uma pergunta. Pelo que eu entendi, o que você está falando, então o trabalho sempre foi uma coisa muito presente na sua vida, né?

FB – Ah, foi, foi.

MP – Você consegue... Como é que você avalia o tempo de trabalho na sua vida? Ele te consome, sempre te consumiu o tempo todo, (*risos*) ou você consegue separar o tempo que não é do trabalho...?

FB – Isso é difícil, isso é uma coisa difícil pra mim porque, primeira coisa, eu já tentei fazer isso de modificar, mas é complicado, eu já... Quer dizer, primeiro, você... Eu comecei a trabalhar, a minha casa era grande, eu tinha uma condição de espaço de agregar as pessoas e o trabalho, então era econômico, mas isso te acarreta outra coisa, que ninguém te respeita nessa parte, porque aí, nos sábados, domingos e feriados, o pessoal: “Ah, vamos lá ver suas coisas, vamos ver como é que está o meu acervo, se o Fernando tá em casa...” Tinha gente que aparecia na minha casa, que era oficina, né, só pra... “Eu vim aqui, passar, só pra sentir o cheiro do pinho-de-riça.” (*risos*) Quer dizer, não tinha o que fazer, né, aí é complicado. Depois eu separei a residência para o atelier. Também já é complicado, entendeu, porque... tem vários fatores, entendeu, você tem que sempre... o tempo todo presente, né, são coisas que você se preocupa, entendeu? Então, o horário de trabalho pra mim é pesado. Geralmente eu acordo às sete horas, vou até dez horas, onze horas, trabalhando, quer dizer, quando não estou trabalhando, estou fazendo projeto, estou fazendo parte escrita, ou estou fazendo anotação, essa coisa todinha, estou separando alguma coisa, entendeu? E hoje em dia voltei de novo a ser residência e trabalho, né? Então, quer dizer, sábado e domingo, mesmo que eu não esteja aqui, as pessoas vêm, batem, me telefonam, porque aí passa a ser um narrativo da

pessoa, né? E eu também aproveito o tempo pra poder – são uns dias calmos, sábado e domingo, são dias mais tranqüilos – hoje também dou aula particular pra outras pessoas que... quer dizer, que têm outra formação, profissionais, como um engenheiro, médico e... coisa que é usada mais como terapia. Então eu tiro dois dias da semana pra dar aula pra essas pessoas.

MP – Ah, é?

FB - É. Mas aí é um trabalho de... quer dizer, que gostam, né, acabam vindo aqui pra fazer um trabalho, tanto de restauro, como de fazer alguma peça de seu interesse, né? Tem um biólogo, dois médicos – um anestesista e um ortopédico –, tem um engenheiro elétrico também, da Petrobrás, (*inaudível*), né, quer dizer, temos aqui oito alunos. Bom, tem o João também, que é meu filho, entendeu? Ele... (*rindo*) Nosso tempo aqui é brabo, de segunda à segunda...

MP – Sem parar, né?

FB - ... , sem parar, entendeu, porque a gente tem vários compromissos e tudo, né?

MP – Deixe eu te fazer uma pergunta. Tem outro lado, que é a relação com o espaço. Pelo que você falou, você tem uma relação com o trabalho que é um pouco de história... antes até, vamos dizer, antes industrial, quer dizer, antes da revolução industrial. Pois temos você trabalhando quase que praticamente no seu espaço, porque essa grande transformação que tem, que é a maior transformação que teve, foi a da ruptura do... seu espaço de trabalho com o seu espaço de vida.

FB – É, é, certo.

MP - ... (*falam ao mesmo tempo*) locais (*falam ao mesmo tempo*)...

FB – É, certo.

MP - ... uma das grandes separações (*falam ao mesmo tempo*).

FB – É, certo.

MP – E você, pelo que eu estou vendo e pelo que você está falando, você manteve...

FB – (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – (*falam ao mesmo tempo*) já passou por essa fase.

FB – Já passamos. Lá, eu falei com ele: “Você vai...” Porque a gente teve aquele ateliê de casa, entendeu, mas também é preocupante, entendeu?

MP – Mas não era muito distante, ou era?

FB – Não, não, um era na Glória e o outro na Tavares Bastos, ia a pé (*rindo*).

J – Mas (?) uma série de... (???) de (?) financeira (?). Você acaba tendo que pagar dois aluguéis, duas contas de tudo... Invariavelmente você tem que contratar alguém e... (??) custos ficou muito alta. (?) uma procura que a gente tem, uma procura muito específica, mesmo que a gente tenha diversificado bastante, abarcado muitas áreas, ainda assim é muito complicado a gente conseguir viver só com o nosso trabalho e bancar muita coisa além do que a gente precisa, É melhor, acho, pra gente, a gente ter essa proximidade, a gente trabalhar com a casa próxima, então a gente fica com um apoio mais perto, (*falam ao mesmo tempo*)...

FB – E outra, a “figuraça” também, eu estou aqui, né, eu estou aqui.

MP – Ou seja, você mantém um tipo de relação, trabalho e vida, de proximidade.

FB – É, é.

MP – É importante pelos fatores econômicos, vários fatores (*falam ao mesmo tempo*)...

FB – É, é.

MP - ... você conseguiu manter esse tipo de coisa que não é uma prática, hoje em dia...

FB – Não, não é.

MP - ... comum, né? Então, assim, é bastante interessante ver esse lado, porque uma das coisas que eu estou trabalhando é justamente essa relação. Então eu queria que você falasse (*falam ao mesmo tempo*)...

FB – Por outro lado, tem pontos positivos, né, porque a gente tem esses fatores, né, de estar tomando conta, né, estar próximo, porque qualquer coisa a gente tá aqui, tem um controle muito maior, né? Agora, tem coisas que são negativas. A gente, mesmo estando trabalhando, aparece sempre um ou outro querendo trabalho, vem conversar (*rindo*), vem perguntar, essas coisas todinhas... Mas isso...

MP – Vem entrevistar... (*rindo*)

FB – Vem, tem de tudo, você tem de tudo.

MP – Tem de tudo.

FB – Tem de tudo porque a gente também... a gente conseguiu... quer dizer, isso eu acho que foi um erro também, entendeu, porque nós... o que é que acontecia? Sobrava um monte de materiais nossos, sobram. Quem trabalha com madeira sabe disso, entendeu? Então você tem um lixo que você não pode considerar lixo, você tem que reaproveitar isso. Então nossa situação foi: “O que é que nós vamos fazer pra aproveitar isso? Dá condições de outras pessoas de terem trabalho com esse nosso lixo?” Aí foi uma idéia boa, entendeu? Mas é isso, tá faltando a parte comercial da coisa, entendeu, porque, hoje, só na parte de encadernação, nós produzimos mais de trinta ferramentas,

entendeu, coisas que as pessoas teriam que ir a outros países pra comprar pra poder exercer a sua atividade de encadernação, ou então estar ligados a um atelier de encadernação pra poder fazer aquilo. Enquanto um trabalho de encadernação era um trabalho masculino, as ferramentas todas eram fundidas, pesadas, mas depois passou a ser um trabalho feminino, onde as máquinas, que eram pesadas, passaram a ser de madeira. Hoje em dia todo mundo tem necessidade de ter uma prensa, um prelo, uma tábua de vincar, quer dizer, isso ninguém faz, entendeu? Porque uma pessoa: “Ah, quanto custa isso?” Isso é uma sobra do nosso produto, entendeu? Mesmo um perfurador, entendeu, que a gente pode torneir e fazer pra pessoa furar as páginas(?) – Tá vendo? Isso aqui já tá usado, entendeu, pra poder costurar, entendeu? – até as coisas mais complexas de encadernação. Hoje a gente já desenvolveu algumas idéias pra algumas máquinas de restauro de papel. O que é que a gente nota? Como... O João trabalha comigo desde quatro anos, né, onde eu ia, levava ele, então ele adquiriu também vários conhecimentos. A partir de técnicas de arquiteto de projetos, o que é que acontece? A gente consegue fazer uma porção de coisas com menos custo e uma coisa muito mais eficaz, por exemplo, essa mesa de higienização. Nós temos projeto de... Porque você tem três tipos de mesa: uma pequena, uma média e uma grande, e tem vários erros naquela mesa de higienização. Primeiro: a luz, que dá incidência na vista. A pessoa, se tiver um livro maior, não vai poder fazer. Então...

MP – *(falam ao mesmo tempo)*...

FB - ... não tem espaço pra perna, tem desconforto, por quê? Porque a pessoa que vende essas máquinas nunca trabalhou com restauração. Ela pegou alguns dados e projetou aquela mesa.

MP – E só tem aquela no mercado.

FB – Só tem... e é cara, é uma mesa cara. Tem motor de sucção, um aspirador de pó, entendeu, e um filtro só e acabou, e um projeto de mesa errado. Nós já fizemos vários projetos dessa mesa, até de suporte de embalagem, de acondicionamento, tá lá no Museu da República. Quer dizer, a pessoa coloca o suporte em cima da mesa, puxa e trava, é fácil de colocar e tudo, entendeu? Então, quer dizer, a gente foi desenvolvendo essas... e, pra nós, algumas coisas eram do nosso lixo, entendeu? Foi bom, mas esse bom também implica numa mudança...

J – A gente, às vezes, tem um problema sério, que a gente se encaixa muito mais no fordismo do que no pós-fordismo, então a gente acaba fazendo um produto que dura

muito, que... bom, de certo modo, as pessoas que vão trabalhar com aquilo têm mais condição de comprar do que se fossem comprar em outro lugar...

FB – Isso é um espaço pra encadernação. Isso nós... (*falam ao mesmo tempo*)...

MP – Ah, (*falam ao mesmo tempo*).

J – Isso a gente fez pra um atelier específico, então eles pediram pra fazer a gravação do tipo deles e tal, a gente (*falam ao mesmo tempo*)...

FB – Então o aço inox não enferruja... O que é vendido em outros lugares é de alumínio, marca e tudo. Esse aí é pra usar a vida toda, entendeu?

MP – Então, pra gente concluir, Fernando, eu acho que você passou por todas as questões... né? (*risos*) Você queria falar alguma coisa mais, só pra fechar?

FB – Não, quero. Eu acho que é importante o que eu vou te falar agora. Nesse tempo todinho, eu acho que as instituições ainda erram no fator de segurança, entendeu? Eu acho que isso tem que ser revisto pela Segurança de Trabalho.

FB – (*falam ao mesmo tempo*). É muito importante, entendeu, a Segurança do Trabalho, Isso tem que ser revisto, tudo, até por questão ecológica, por questão... Eu acho que as pessoas podem se machucar muito feio, podem, que eu já vi pessoas pararem de trabalhar porque começaram a trabalhar com... na minha época era pentaclorofenol. O pessoal usava pentaclorofenol jogando assim, borrifando, sem máscara, sem nada... Eu vi várias pessoas fazendo isso, entendeu? Eu questionava esse tipo de tratamento. Por quê? Porque era uma época em que as pessoas pegavam a literatura estrangeira e achavam que aquilo é que era certo, se usava na Europa, ia se usar aqui, e faziam essa barbaridade. Era certo? Era certo, entendeu, mas o modo em que estava sendo feito é que estava sendo... Acho que hoje tem outras coisas: as pessoas jogarem lixo, resíduo químico, em ambiente, pode ser filtro, etc... É difícil falar sobre isso, mas acho que Segurança de Trabalho é um tema que as pessoas deveriam estar muito... quer dizer...

MP – Mais atentas.

FB - ... mais atentas, entendeu, porque isso é muito importante. A gente estava até agora...

J – (*falam ao mesmo tempo*) incorre numa necessidade de uma estrutura relativamente grande, mas depois que você consegue montar essa estrutura, não tem mais que mexer nela, e facilita diversas coisas na produção do trabalho, mesmo que, por exemplo... Eu vou dar um exemplo bobo de marcenaria. Quando você faz gabarito pra fazer corte de... ou... enfim, rebaixo, você trabalha com mais segurança, tem um resultado mais perfeito, produz melhor o seu trabalho, enfim... Você vai ter um trabalho grande pra fazer o

primeiro (?), mas, depois daquele primeiro, você faz quantos você quiser, com muito mais facilidade, muito mais segurança, etc. Você tem um (?) evidente. Você vai ter um custo de implantação, mas, no fim, das contas, depois, ele se paga. A gente tenta implantar isso aos poucos, mas como, muitas vezes, são mais caras, a gente não tem tanta (?), né? (*forte ruído de trânsito*) Eu tento botar essa idéia pra o Fernando e pra minha mãe, pra eles se mudarem pra o interior do Rio de Janeiro, Parati, uma coisa dessas, a gente consegue montar uma infra-estrutura mais adequada, e até tem um escoamento bom no próprio Centro Histórico de Parati, tem como atender às pessoas de uma maneira melhor, e vão ter um acréscimo de qualidade de vida fenomenal. Minha mãe já é aposentada pelo Patrimônio, Fernando faz o trabalho dele...

MP – Mas aí mexe com várias estruturas que (*falam ao mesmo tempo*)...

FB – Mexe, mexe, é, justamente.

MP - ... né?

FB – É. Mas eu acho que...

MP – (*falam ao mesmo tempo*)...

FB – É, é. Eu acho que a Segurança do trabalho tem que ser levada em conta. Eu acho que é um trabalho que tem que ser começado, entendeu, porque, olha, eu cito vários exemplos. Já vi litro de hidróxido de amônia caie em andaime, e todo mundo ter que parar o serviço pra poder... sair porque é volátil, né, amônia é volátil, hidróxido de amônia é volátil... Já vi pessoas, portuguesas – tem até a fotografia no jornal – a pessoa... quer dizer, milhões e milhões de (?), as pessoas (?) num (??), trepado num banquinho que pode (???). Então, por quê? Isso até está registrado. Tem na fotografia do jornal: a pessoa em cima de um banco... Não sei se a capacidade do banco agüenta essa pessoa...

MP – (*falam ao mesmo tempo*)...

FB - ... do lado do azulejo. Tá lá.

MP – (*falam ao mesmo tempo*)...

FB – (*falam ao mesmo tempo*) as pessoas... As pessoas, então, fumam, tiram a máscara, não botam a máscara... A máscara é descartável, descartável, é jogar fora dentro de um recipiente, e as pessoas aproveitam aquilo, não... Quer dizer, eu acho que tem que haver esse trabalho de conscientização, falta muito no trabalho de restauração. E essa coisa tem muito pouco curso. Deveria ter mais curso, até pra poder falar sobre esse tema, né, com as pessoas, deveria, né? Agora, eu acho que antes de fazer qualquer coisa, é fazer um trabalho que tenha condições saber o que é que as pessoas querem naquilo,

entendeu, porque tem que gostar muito, não pode gostar pouco, não. É uma profissão que...

MP – Então, Fernando...

FB – Bom, o que eu...

MP – Tá, tá bom. (*falam ao mesmo tempo*)...

FB - ... soube responder todas suas perguntas, mas, qualquer dúvida... (*interrupção da fita*)

FINAL DA ENTREVISTA*

*Essa entrevista teve a duração de 31 minutos e 36 segundos.

III.5 - ENTREVISTADO: GEORGE SHLIAKAS

Data: 04 / 02 / 2009

Local: Auditório do Centro Cultural do Tribunal de Justiça

Av. Rio Branco.

Rio de Janeiro, RJ.

MP – Por favor, George, a palavra é sua agora.

GS – Bom, eu estou com sessenta anos, sessenta e um anos já completados. Eu estou na área de restauração porque eu não quis estudar, não estudava, não conseguia ficar no colégio, e meu pai, com dez anos, me botou pra trabalhar como servente dos funcionários que trabalhavam com ele. Então eu trabalhei com espanhóis, com português, com italiano, e o meu primeiro serviço foi queimar cal pra pintar a Igreja do Santo Sepulcro, em Cascadura. Isso eu estava com dez anos, pra completar onze anos. E daí eu fui servente: fui preparar as massas, fazer o pó de pedra, preparava os ácidos... E fui tocando, fui aprendendo com o espanhol, com o italiano, com o português, com cada um aprendi um pouco. Depois trabalhei muito tempo em convento, que eram os franciscanos, e eles é que faziam a manutenção das igrejas: dos altares, do ouro em folha, do mármore... as freiras também. E com elas aprendi muita coisa também: como limpar um mármore, como tratar uma peça dourada pra não estragar o banho de ouro, porque o hoje em dia não tem mais um banho de ouro – hoje é um banho eletrostático, né? Antigamente não. A peça... a gente via o cara dar o banho, aquecia a peça, mergulhava no ouro, e aí dava um banho de ouro, verdadeiro, ou então, pra fazer a galvanização também, era o mesmo processo: ele pegava o ferro e botava ela no estanho pra poder ele ficar estanhado, e era tipo... era galvanização, porque, hoje, também já é mais por método de eletrólitos, métodos diferentes. Antes era tudo artesanal. E essa é minha trajetória, venho trabalhando sempre assim. A parte de estuque eu aprendi também com o português: fazer teto de estuque, fazer consolidação de estuque, que eu era o servente. Até os vinte anos eu, praticamente, era servente... auxiliar, né? Esses profissionais foram morrendo, alguns se aposentaram, não quiseram mais trabalhar, foram para o Interior, outros voltaram para suas terras, e eu continuei trabalhando até 85, que foi minha grande prova, que foi o Museu da República, que entregaram todo na minha mão para eu ser responsável por aquela parte estrutural toda de madeira, do assoalho, estuque, pintura, os vitrais... Fiquei seis anos ali, mais ou menos, trabalhando ali, naquilo ali. E a escola da vida: não tem como você aprender isso na escola, só no

canteiro de obra. Então hoje eu já formei muitas pessoas na área de vitrais... É uma técnica, aqui no Brasil, muito pouco divulgada, não tem, porque essa quem trouxe pra o Brasil foi o Conrado, que trouxe essa técnica dos vitrais pra o Brasil, que antes era todo importado. Meu pai trabalhou em conjunto com eles, foi onde eu aprendi os vitrais também. E a parte de piso hidráulico eu via o pessoal fazendo o piso hidráulico na própria obra, quando não era importado – o importado não, já vinha com um cimentozinho de barriga, e eles também já vinham todos embalados. Mas na década de sessenta, em São Paulo, teve um senhor que fazia o piso hidráulico muito bom, era no Ipiranga. Hoje em dia já não tem, não existe mais. E aí eu fui vindo, fui deslanchando e formando, por exemplo, modeladores... Eu não sou artista, eu não sei pintar, por exemplo, fazer desenho, eu não sou desenhista, mas para definir um mosaico de piso, um mosaico de vitrais, isso eu tenho a consciência de fazer as dimensões exatas, fazer a complementação de uma peça faltante... Já formei, há pouco tempo formei, da Faculdade de Belas Artes, eu formei... são... de oito... dez alunos da Faculdade de Belas Artes só seis conseguiram chegar ao final, mas, mesmo assim, na aula de vitrais, eles conseguiram... Eu consegui um muito bom pra cortar o vidro, um muito bom pra desenhar, e o outro muito bom pra pintar, porque a pintura do vitral é diferente da pintura comum porque é uma pintura que vai ao forno a 600 graus pra fixar o óxido, né? E consegui um outro... uma menina que monta muito bem (*peça?*), que é o chumbo, que ali tem que ter a máquina pra perfilar o chumbo, tem que ser montado em chumbo. E, fora isso, eu venho... todas obras minhas, por exemplo, onde eu estou, eu sempre pego estagiário pra formar eles. E, graças a Deus, nesse meu período todo, todos estagiários que trabalharam comigo... Tem um em Angola que é um bom arquiteto hoje em dia, tem outra na Prefeitura de Niterói, tem uma na Bahia, foram todos estagiários comigo... outro no próprio IPHAN, e são pessoas que eu fico contente porque são pessoas que estão bem profissionalmente, são respeitadas pela sua capacidade, pegaram aquela coisa da sensibilidade da Restauração. Não adianta você ir fazer curso de Restauração se você não sente ela no seu corpo. Então, se ganha dinheiro? Ganha, mas tem hora que você até paga pra continuar uma obra porque, se você interromper – o que é que acontece? – vai perder tudo. Então já cansei de fazer isso. Parar, não ter verba? Então tem que continuar fazendo a obra pra não perder a obra. E a mão-de-obra tá ficando cada vez mais difícil porque hoje em dia a pessoa visa mais o dinheiro, e Restauração, com essas leis do Governo agora, pra o restaurador tá difícil, porque é tanto documento, tanta coisa e tanto imposto, que o cara acaba vindo trabalhar pra uma firma. E aí a firma... O que é

que faz a firma? A firma pega e não compra material adequado. Então, em vez de usar um ouro, vai usar um ouro que a gente chama de “ouro falso”, o ouro italiano, que é de baixa qualidade. Então, às vezes, eu fico com pena dos monumentos que se encontram ainda aqui em bom estado, o que é que vai ser deles. Porque antigamente a gente fazia a tinta, não comprava a tinta pronta. Você pegava o gesso, pegava o óleo de linhaça, você batia aquilo, depois você ia acrescentando o alfaiaje, ia acrescentando a cera, e fazia a sua tinta na cor que você queria. Você preparava o cal, você queimava, peneirava ele, pô, você pintava uma parede que ninguém dizia que era cal. Fazia um afresco... Quem hoje em dia que faz afresco? Acabou. Eu ainda tenho noção porque eu faço alguma recuperação, mas pegar um cara: “Quero que você faça um afresco”, você não vai achar, não tem. Escaiola, que é tingimento de mármore, o cara faz, faz na tinta, é o que a gente chama de marmorizado. O cara pinta, sai, depois vem com essa... mas fazer na massa? Com pó de mármore, com pigmento mineral, não acha mais profissional pra isso, não tem. Então, quando tem obras assim, eu procuro botar sempre pessoas. Por exemplo, aqui, onde eu estou trabalhando agora, no Centro Cultural, o arquiteto aqui tá acompanhando todos os serviços. Então o que é que acontece? Ele me pergunta, eu vou dizendo a ele como, por que é que eu estou usando massa de cal e areia num lugar, e no outro lugar estou botando cimento, ou por que é que eu estou usando uma chapa na calha, o beiral de cobre num lugar e por que é que em outro lugar eu estou usando as (*pingadeiras?*) de cerâmica. Quer dizer, aí eu explico, digo a ele: “Porque a pingadeira de cerâmica, onde o pessoal geralmente passa por cima e sobe, lá dentro é de cobre. Onde ninguém vai a gente faz tudo de cobre pra não ter manutenção.” Isso tudo eu vou detalhando. Mas é difícil você achar pessoas que se interessem, pouquíssimas. Todo pessoal que trabalhou comigo – foram mais de dois anos – hoje tá trabalhando profissionalmente nessa área, até tá fazendo concorrência (*rindo*). É! Então, eu tenho... de obras que eu fiz eu já pedi as contas, porque o meu currículo tem vinte e seis páginas de obras executadas no Brasil inteiro. Tem os monumentos mais importantes da área do Brasil... Do Rio de Janeiro foi restaurado parte pelo meu pai, eu junto, e eu também. Aqui no Rio de Janeiro não tem um prédio desses que eu não tenha trabalhado. Em São Paulo eu que descobri o Arco do Bexiga, um arco que tem ali no... quem vai para o aeroporto. Era uma favela, então demoli, descobri aquele... A gente descobre muita coisa: descobre defunto na parede, corpo... É, na Igreja de São Francisco nós descobrimos o corpo de um escravo enterrado na parede...

MP – É mesmo?

GS - ... na torre da igreja. Era o sineiro. Aí nós... Porque todo dia eu passava ali, eu via um... batia na parede, tinha um oco. Aí eu falei ao provedor, chamei ele, falei: “Olha, tem um negócio oco aqui, mas é só nessa área.” Ele falou: “Vamos abrir.” Eu falei: “Vamos abrir.” Aí, quando abrimos, era o corpo de um escravo. Ele era o...

MP – Por que ele foi enterrado ali?

GS – Ele era o sineiro da cidade naquele...

MP – Ele foi enterrado ali?

GS – Foi enterrado ali. Porque na época do... Depois ele procurou no livro da Irmandade, e ele achou. Em mil oitocentos e pouco, logo após a Abolição da Escravatura, ele era o único sineiro que tocava os sinos nessas igrejas antigas aqui todas, porque ele era pequeno e tinha o ritmo de bater pra casamento, pra festa, ele que... pelo sinal ele avisava as pessoas. Um dia, estava chovendo, ele foi se balançar no sino. Quando ele foi dobrar, ele escorregou, quando foi dar a dobra do sino ele escorregou, caiu e morreu. Enterraram ele com duas garrafas de vinho, um punhal, o cachimbo, a bota, (*inaudível*). Aí removeram lá pro cemitério. Tem isso, tem... sei lá, vi tanta coisa, tanta obra... Não sei mais especificamente o que é que você quer.

MP – Você nasceu onde?

GS – Em Nova Iguaçu.

MP – Em Nova Iguaçu?

GS – É. Meu pai é russo...

MP – É russo?

GS – É.

MP – Por isso esse seu sobrenome?

GS – É. E...

MP – Ele veio pra cá quando?

GS – Ele veio em 1915.

MP – Mas garoto?

GS – Garoto. Aí foi pra Argentina. Da Argentina eles fugiram pra o... porque eles eram caçados pela KGB. Aí foram pra Mato Grosso. A KGB achou eles em Mato Grosso, tiveram que fugir de novo, aí se esconderam em São Paulo, justamente Ferraz de Vasconcelos... Aí, depois, ele começou a trabalhar como... ele foi ser lutador de boxe, e ele foi trabalhar na Conrado, que estava começando. Meu avô era construtor de pontes na Rússia, então, quer dizer, já tava mais ou menos... (*rindo*) Outra coisa que não existe

mais: O cara pra fazer ferro batido, na forja, à força, fazer aquelas folhas, fazer aquelas flores-de-lis, fazer aqueles puxados, ponta de seta... pô, tá acabando. Então, quando eu vou em algum lugar, por exemplo, na formação do... daquele curso da Praça Tiradentes... O primeiro curso quem montou fui eu. Eu não fui pra Veneza porque eu esqueci, como sempre, esqueci de mandar os documentos, então não pude ir porque chegou no dia da convocação, eu fui convocado, mas não tinha documento, então não fui. Quando voltaram, pediram pra eu montar o curso pra eles. Aí montou o melhor curso que teve. Então eu falei sobre ferro fundido, falei sobre mosaico, sobre vidro, sobre quem foi... Muita gente não sabe, mas o único fornecedor de vidro colorido pra vitrais e pra igrejas, no Rio de Janeiro, era a Casa Cruz, até que vinha da *Picton* (?), Casa Cruz, então muita gente não sabe. Eu sempre (?) que falta o do ferro batido, (??) doce. Quando eu falo: “Não, a gente tem que usar o ferro doce.” “Mas que ferro doce?” É ferro doce porque ele é macio e você pode deixar ele no tempo que ele não apodrece. Ele cria aquela ferrugem... é o ferro puro, né? (??) essas ligas, essas misturadas já. Então, quando a gente quer pra fazer uma ponta de lança, fazer um trabalho no ferro puxado, encomenda esse tipo de ferro. Tem um outro nome, mas a gente chama de ferro doce, entendeu? Então eu dou assim, eu falo com... tudo o que tem na... o porquê do cal, o porquê do barro... Cada lugar que vai restaurar você tem que pesquisar o material primeiro porque cada terreno é diferente: aqui no Rio é uma coisa, em Minas é outra, em São Paulo é outro solo, no Espírito Santo é outro solo, então você tem que saber qual é a composição. Mas aí ele, pela prática, já sabe, mas só pela prática. Em faculdade você não aprende isso nunca.

MP – Ou seja, é um ofício, uma profissão que... É muita prática, né, muita prática.

GS – É prática, muita prática e gosto, né?

MP – E gostar.

GS – E gostar.

MP – Deixe eu só voltar um pouco. Você falou muito do seu trabalho, sua profissão, na parte de obra você tem até coisas bastante interessantes, mas como é que essa relação do seu trabalho com a sua vida mesmo, do dia-a-dia, que é um pouco do que eu tinha te falado sobre... você consegue separar uma coisa da outra?

GS – Olha, não, não consigo, não consigo porque, por exemplo, eu saio pra passear em um lugar, eu vejo uma coisa que tá ruim, eu vou lá... Se a pedra estiver caindo, eu vou lá consertar, peço, vou botar no lugar, vou calçar a pedra; se eu vejo que é um telhado que tá com goteira, eu já vou, chamo uma pessoa: “Vamos ver, vamos tirar essa goteira, isso

aqui vai estragar”; se é uma janela caindo... Às vezes eu chego em cidades que, por exemplo, em Ouro Preto, cheguei lá – era o Jaime Zetter que era o presidente do IPHAN – eles iam inaugurar a igreja e tinham desmontado aquele lustre da igreja de Ouro Preto, que era a Igreja de São Francisco, e ninguém sabia montar. E tudo espalhado, tinha um metro e sessenta de diâmetro! Aí eu fui olhando: “Vão inaugurar a igreja sem aquilo?” Aí eu pequei e comprei as ferramentas com o meu dinheiro, comprei... Não tinha o fio de prata que...

MP – Você estava a passeio ou foi lá pra inauguração (*falam ao mesmo tempo*)...?

GS – Não, eu fui convidado pra inauguração (*rindo*). Aí, quando eu vi aquilo tudo espalhado, o pessoal desesperado porque ninguém sabia como ia montar, já tinha umas dez latas, dez baldes assim, com os pingentes, tudo dentro d’água, eu falei: “Gente, e agora?” Aí eu peguei e mandei comprar aquele arame de aço inoxidável maleável e falei: “Vamos começar a separar.” Aí começamos a separar peça por peça. E quando foi o dia da inauguração ele tava montado, quer dizer, eu não consigo... Eu estou em casa, muito bem, (?), daqui a pouco, quando eu vejo, estou trabalhando, fazendo uma coisa sobre Restauo, fazendo um modelo... (*inaudível*) eu crio obras de arte com vidros ou com sobra de obra, né, eu vou montar pra mim mesmo, dou pra os amigos, por exemplo...

MP – (*falam ao mesmo tempo*) *hobby* também?

GS – É, meu *hobby* também, mas quem se envolve em Restauração, quem gosta, como eu, [que] comecei com os meus dez anos até meus sessenta e cinco anos... A única vez que eu me afastei da Restauração... foram duas vezes. Uma vez porque, lá em Juiz de Fora, eu estava com dezessete anos, pra fugir do serviço militar eu fui trabalhar lá em Juiz de Fora. Aí caí de um terceiro andar em cima de uma rede de seis mil volts. Aí fiquei dois anos todo quebrado, sem poder fazer nada. E a anterior, eu briguei com meu pai... Eu estava trabalhando no Cemitério do Caju quando ainda tinha o Cemitério dos Franciscanos, dentro do Cemitério do Caju, que não tem mais. Ali foi uma escola! Ali foi uma Faculdade de Restauração, porque ali todo material era da Itália: o mármore, o piso, as catacumbas, as criptas... E nós fizemos a capela... Ali eu trabalhei um ano e pouco, e o português que trabalhava com o meu pai me botou pra... Eu é que fazia a massa pra fazer a restauração do mármore e pra fazer o complemento. E cada vez que eu não fazia aquilo direito ele me dava um cascudo, e fumando um charuto daqueles... Aí o cara: “Ah, não é assim! Tu tem que aprender.” E eu fui aprendendo, aí fazia. Para você ver a tonalidade, você... quando você molhar, se ficar mais claro não vai dar certo; se

ficar muito escuro, não vai dar certo. Então você tem que ficar, mais ou menos, um centímetro um do outro porque, quando secar, fica igual, quer dizer, seria 10% entre um e o outro. E com essa tabela, até hoje, eu tenho feito... tem dado certo. No Museu de Belas Artes mesmo, muita intervenção com argamassa de cal com um pouco de cimento e pó de mármore, e ficou perfeito. Eu não gosto de usar resina acrílica. Então ali eu aprendi a soldar ferro fundido, que ninguém soldava naquela época. Eu aprendi com um alemão. O cara queimava o eletrodo de solda elétrica e, depois dele queimado no fogo, ele usava pra fazer a solda de ferro fundido. Ali eu aprendi a trabalhar com mármore, ali eu aprendi a trabalhar com aquele pó de mármore, pó de pedra rosado, que depois é lavado com ácido muriático, 3 pra 1, e depois você usa o sabão... É por isso que você vê aí muita fachada de pó de pedra caindo. É porque o ácido muriático, quando você lava aquela fachada, ele limpa pra aparecer a mica, e ele dá uma têmpera naquela textura, mas se você deixar com aquele ácido ali...

MP – *(falam ao mesmo tempo)*...

GS - ... ele penetra, então você tem que lavar com sabão...

MP – Pra neutralizar.

GS - ... pra neutralizar ele, entendeu? Então tem algumas que, pô, você vai quebrar uma fachada de pó de pedra, vai ficar difícil, mas a maioria não, o cara, pô, não queria saber, não passava. E ali aprendi a fazer tinta também, tinta a óleo, também com esse pessoal, que era o pintor que era... esse era baiano, esse pintor que trabalhou comigo era baiano, esse que me ensinou a fazer tinta a óleo, o teto de... de uma coisa, um material pra o outro... Era um baiano, um escuro, era gente muito boa... e isso tudo que você sabe.

MP – Agora, você acha que você está conseguindo passar isso para as pessoas, pra... Bom, eu vou dividir um pouco essa pergunta, né? Primeiro, é assim: como é que você vê hoje a formação das pessoas que trabalham com você e o comprometimento delas com esse tipo de trabalho que você mesmo tá colocando...?

GS – *(falam ao mesmo tempo)*...

MP - ... *(falam ao mesmo tempo)* que você sente que a pessoa gosta, *(falam ao mesmo tempo)*?

GS – As pessoas que trabalham comigo eu boto frente e peço na mão deles pra aprender, pra fazer do jeito que eu quero. Agora, os outros profissionais a gente vê fazendo muita coisa, mas a gente não pode falar porque tu vai falar com o cara, o cara: “Pô, (??) aqui. Valia x, mas o cara só me paga y, não tem como eu fazer. Pô, eu precisava de seis meses, o cara me deu três meses.” Tem isso. Eu estouro prazo de obra.

Eu nunca entreguei uma obra no prazo na minha vida, nunca! Sempre passo dois, três meses, o cara reclama... Eu falo: “Pô, tem que fazer direito, pô!” Também ninguém nunca reclamou... Eu tenho reclamação por atraso, por “malcriação”, isso aí ‘nego’ já reclamou, já foi até no IPHAN reclamar de mim, mas por qualidade de obra, graças a Deus, nunca. E a pior coisa... coisa que eu não gosto é pedir (*aditivo?*), não gosto, não gosto. Ou o cara dá o preço e assume, ou... a não ser igual aqui. Aqui eles estão fazendo a restauração da fachada, mas eles só têm uma determinada verba, então eles já fazem com a programação de ter um aditivo, aqui é diferente. Agora, assim, obra de restauração desses pisos hidráulicos, isso aí eu prefiro – esses que estão aqui vão ser restaurados – recuperar esses que estão aqui, todo quebrados, do que fazer novo, porque o novo não tem a mesma resistência, não tem o mesmo pigmento, não tem o mesmo brilho. Então você tem como restaurar esse daqui e ele ficar 90% íntegro, do que o outro, que vai ficar 100%, vai ficar... não é 100% porque na tonalidade você já vê diferença. A durabilidade, se o outro tá durando cem anos, aquele ali vai durar vinte anos. Então eu prefiro aproveitar o máximo possível da... do que tem de original, eu procuro recuperar o máximo possível, sempre foi assim.

MP – É, em geral, as intervenções duram menos, né?

GS – É.

MP – Bom, um pouco agora a relação do seu trabalho, da sua experiência, com a sua idade, né? Essa profissão, quem está na Restauração... fica claro que o tempo pode ser um aliado, né, porque você vai...

GS – É, você vai...

MP - ... agregando conhecimentos, (*falam ao mesmo tempo*)...

GS - ... conhecimentos, (*falam ao mesmo tempo*) novas técnicas e se adequando a elas.

MP – Então fala um pouquinho dessa relação, (?) um pouco desse trabalho com a idade. Você vê, realmente, ela como uma aliada (*falam ao mesmo tempo*)...?

GS – Ah, é importante, é importante, é muito importante. A gente tem que durar duzentos anos pra poder trabalhar direito (*rindo*). É, porque... por exemplo, material que não tem mais, tá escasso, você tem que improvisar. Então, por exemplo, algumas tecnologias modernas servem pra tu adaptar pra restauração, se fica bom, se fica bem aplicado, entendeu? Então é com o tempo mesmo. O cara chegar com trinta, quarenta anos, o cara dizer que é restaurador, que... não... é restaurador, mas ele, entendeu, não tem assim, um... ainda não viu tudo. Eu ainda não vi tudo, entendeu, ainda não vi tudo, e, olha, o que eu tenho ajudado o pessoal do IPHAN, do INEPAC, desses lugares... Tu

vê, aqui perto, em Botafogo, junto com o Aguilera, tinha uma casa da farmácia da Beneficência Portuguesa. Ela cedeu 30 centímetros e afundou mais de não sei quanto. Pô, nós voltamos a estrutura pra o lugar. Sem desmontar, pô, troço, parede, tudo caindo, voltamos pra o lugar. Agora, há pouco tempo, lá em Quissamã, a Fazenda Mantiqueira tava desabando. Ninguém quis botar a mão, todo mundo ficou com medo. “Olha, chama o George, e o George vê se arranja uma solução.” Cheguei lá com o pessoal, falei com o pessoal: “Vocês, solução tem, agora, vocês têm que trabalhar junto comigo. Quero uma equipe que eu vá...” Vou perder dois dias conversando com os caras pra não fazerem besteira porque, se fizeram besteira, desaba a casa em cima de todo mundo. Fomos, escoramos a casa todinha... Já tá lá há um ano e pouco, não cedeu. Há pouco tempo eu quis ir lá, não cedeu um milímetro, e é grande, hein!, o troço é quase um quarteirão. Tava afundando, tava se degradando, tava se... Então, quer dizer, na hora do incêndio o pessoal me chama, e eu nunca nego. Às vezes não tem nem dinheiro, né?

MP – Você gosta mesmo...

GS – É.

MP – George, você passou todos os itens, basicamente, a gente passou, né? (?) até pra concluir mais, né, pra concluir, eu deixaria à vontade, assim, se você... o que você gostaria de deixar como...

GS – Olha, o que eu gostaria de deixar é o que eu já falei em 76, quando um senhor que tava escrevendo um livro, “Luz e Êxtase no Brasil”, que são os vitrais no Brasil, que foi publicado pela... a Eucatex que patrocinou, não me lembro o nome do autor, que fala sobre a formação da mão-de-obra, que nós não temos diretamente. Ou o cara vai pra obra trabalhar de peão e se transforma num auxiliar... porque não tem, tá acabando, tá ficando difícil... Tem, parece, muitas pessoas que preferem quebrar tudo e fazer uma coisa nova pra dizer que restaurou, e botam lá que restaurou, e não é isso. A gente junta caquinho até que seja... A gente só tem 30% do original, mas eu aproveito os 30%. Eu não vou tirar molde pra fazer composição, nunca fiz isso, nem em vitrais eu faço isso, o vidro eu aproveito. Aqui mesmo tem um exemplo, dos vitrais daqui, do Gastão. Eu inventei, com um cara, uma fita de cobre, que agora tem nos Estados Unidos, pra vender, que fazia uma lâmina de cobre pra segurar, pra passar na fresta do vidro, pra não perder o vidro. Porque eu... Geralmente, quando restauram o vitral, ele quebrou aqui, então o cara tira aqui, que a alma do... o fundo é uma (*garra?*). Então você tem que tirar... Ele tem dois milímetros e pouco de espessura, o centro. Isso você tem que tirar no vidro. Então o que é que acontece? Quando você tira, você já tá deformando o

desenho. Então eu sempre falei: “Um dia ainda vai aparecer uma solda que vai soldar o vidro”, porque aí o que o cara faz? Ele pode tirar aquela fita de cobre que tu não perdeu material nenhum, é só a fita de cobre, ela tá ali. O vidro tá quebrado ali embaixo, guardado ali, e ele não tá sofrendo atrito um com o outro, que tem... É tipo um durex. Então, você, tirando ali, solda ele, você pode reaproveitar, entendeu? Eu levo tempo, se eu não tiver condições de fazer naquele dia, eu não faço, que às vezes tem isso também, você não tá afim... Não tem, não adianta você chegar: “Eu tenho que fazer essa restauração hoje”, ou vitrô ou pintura, consolidação de parede... Quem começou a fazer as consolidações de parede aqui do... no Rio de Janeiro fui eu, na Casa de Rui Barbosa e Museu da República, que começou a fazer injeção de resina de *Rodopax*. Antes, antigamente, a gente fazia com água de cal, e até hoje ainda se faz, né? Os painéis do Gustavo Capanema foram consolidados com água de cal. Pô, estão perfeitos. Já tem dez anos, nunca mais ficou... Então, se nesse dia eu não estiver a fim, no outro dia também não estiver a fim, eu chego lá, olho, olho, olho pra cá, fico batendo papo, mas não faço nada. Agora, se eu estou capaz de mexer ali, eu mexo. Então eu resumo a Restauração nisso: é a vontade de fazer a coisa, gostar, e não pensar no dinheiro. O dinheiro vem. Se o cara for pensar: “Não, vou fazer porque eu vou ganhar...” Não, ele (*inaudível*). Só aqui no Rio o que já teve de firma de restauração que os caras me chamaram pra fazer acordo com eles, que eu disse que não! “Então nós vamos acabar contigo e...” Acabou-se a firma deles já há muito tempo, eu continuo trabalhando. Hoje eu trabalho de autônomo, não me aposentei ainda, não, tá entendendo, senão não dá, não (*rindo*). Nunca liguei pra isso, agora que eu estou correndo atrás de aposentadoria. É porque você se envolve tanto que você... cem anos pra você é um ano, entendeu? Você não pensa (??): “Pô, eu estou com sessenta anos, (??) mais um ano...” Eu me julgo novo. Se eu chegar a cem anos, vou estar me julgando novo porque o que a gente vê de coisas antigas, de mil anos, quinhentos anos... Quinhentos anos é novo (*rindo*). Então a gente... nessa a gente nunca é velho. Meu pai morreu ensinando à gente a isso, né?

MP – George, obrigado. Vou...

GS – Ah, se você quiser depois ver mais algumas coisas (*inaudível*)...

MP – Vou encerrar aqui.

GS – Tá.

FINAL DA ENTREVISTA*

* A entrevista teve a duração de 32 minutos e 51 segundos.

III.6 - ENTREVISTADA: MARYLKA MENDES

Data: 04 / 02 / 2009

Local: Ateliê situado na rua da Lapa n º 276, Centro.

Rio de Janeiro, RJ.

MP – Bom, Marylka, é com você.

MM – *Você está interessado em saber por que eu cheguei a me interessar por Restauração.*

MP – Dentre outras coisas.

MM – Dentre outras coisas. Bom eu freqüentava a escola de Belas Artes porque me considerava uma pessoa com talento para as artes, como todo mundo que vai para a escola de Belas Artes deseja ser um dia um artista plástico, no meio do caminho, eu percebi que apesar do que as pessoas sempre me diziam, que era talentosa, comecei a não acreditar nisso, e achei que eu ia ter muitas dificuldades em me afirmar como artista plástica e conseqüentemente na área financeira. Os artistas plásticos durante anos e anos vivem numa situação econômica difícil tendo que ter uma atividade paralela para se sustentar. No curso da escola eu tive uma disciplina de conservação – restauração com o professor Edson Mota. O professor Edson Mota achava que eu era talentosa e então comecei a tomar interesse pela restauração. Aí apareceu a oportunidade de ir trabalhar no Museu da Quinta da Boa Vista, na coleção egípcia onde a maior parte das peças eram de pedra ou de madeira. Foi trabalhando lá que conheci o professor Castro Faria, antropólogo e meu chefe.

Era uma pessoa magistral. Ele gostou do meu trabalho e achou que eu devia continuar no restauro e me indicou para uma bolsa da Capes que, naquela época quase ninguém fazia, mas eu tive essa oportunidade. Consegui, passei dois anos trabalhando no Centro de Restauro da Espanha (Madrid) voltando continuei nas Belas Artes dando aulas de Desenho, não que eu gostasse muito, mas procurei me desempenhar o melhor possível. Montei paralelamente um atelier junto com dois colegas, que no decorrer dos anos foram se afastando, não se interessando mais por aquilo, e eu continuei. Aluguei uma casa na Rua da Glória nº 30 e começamos nosso atelier de restauração, cujo concorrente maior era Edson Mota (meu antigo professor de disciplina de restauração-conservação na escola) Edson Mota além de restaurador autônomo era também funcionário do IPHAN. Ele gostava de meu desempenho na área e nos transformamos em bons amigos. Continuamos estudando, fazendo estágios em outras instituições fora do Brasil,

consultando revistas técnicas, e acompanhando o desenvolvimento da área agora com o apoio da área tecnológica que transformam radicalmente os conceitos e materiais utilizados.

Com a morte do meu pai herdei uma quantia que deu para comprar esta casa, um antigo hotel e um casarão de três andares, tombado pelo patrimônio (Corredor Cultural) e adaptamos o prédio para ser um atelier de restauração.

Além do trabalho de restauro e o aprendizado de novos processos demos apoio ao curso de pós-graduação lato senso em conservação de Bens Culturais móveis em forma de especialização da Escola de Belas Artes onde eu era a coordenadora (início 1989). Este curso teve a duração de dez anos. Quando me aposentei ele acabou porque a Universidade não quis mais bancar dizendo que já era hora de utilizar os professores da própria Universidade. O curso era dado em módulos, cada módulo era administrado por profissionais que mais se destacavam na sua área. A universidade pegava a viagem, a estadia e um pró-labore para cada professor. A duração de cada módulo era de uma semana. Meu companheiro de trabalho Antonio Carlos Nunes Batista era químico e dava a parte de Química Aplicada ou restauro, outro professor da universidade dava História da Arte, professor. Miranda do COPPE metal e assim por diante. Me aposentei mas continuei aqui dentro.

Trabalham comigo duas moças formadas pela Escola de Belas Artes possivelmente vão ser quem continuarão quando eu me retirar. No próximo ano completo 80 anos e acho que será a hora de parar. Vamos ver.

MP – Não, eu fico controlando pra não parar, porque teve uma vez que eu perdi uma entrevista...

MM – *(falam ao mesmo tempo)*...

MP –... A pessoa ficou falando e tinha parado de gravar.

MM –... *(falam ao mesmo tempo)*?

MP – Não. Continua. Tem muita... Pode falar à vontade.

MM – Trabalha comigo há mais de 15 anos um ex-aluna de Belas Artes que aprendeu a restaurar na prática do dia a dia, fazendo cursos e lendo revistas técnicas e literatura da área. Hoje é uma boa profissional mas sem titulação. De certa forma seu aprendizado foi dentro desta casa. Aqui dentro montei uma associação de classe a ABRACOR que permaneceu dez anos nesta casa enquanto eles não tinham onde ficar.

Publicamos quando ainda trabalhava na escola um banco de dados de materiais empregados em conservação – restauração de Bens Culturais. Nós tivemos o cuidado em elaborar um questionário e mandá-lo para todos os profissionais para que nos respondessem. Éramos três os autores. Antonio Carlos na Química e na área de papel, eu na área de pintura de cavalete e Sergio Burgui na preservação de fotografias. A Universidade se encarregava da parte gráfica. Em seguida, Antonio Carlos e eu publicamos um livro como organizadores sobre técnicas de restauro intitulado “Restauração Ciência e Arte” em 1996.

Vários autores contribuíram com um artigo Masschlein do Instituto Real do Patrimônio de Bruxelas (IRP) - solventes, Novos Métodos na Limpeza de Pintura. Richard C. Wolbes, exames da Florescência da Pintura. Nestor Barrio, Informática e Conservação, Carlos Regis Leme Gonçalves, Degradação de Materiais Pétreos T.A.G. Krätzig A.E. Marques, Restauração de Obras de Arte Metálicas Professor L. de Miranda COPPE, Restauração de Pintura Barroca de Manoel da Costa Athayde – Marylka Mendes, História de Arte e a Preservação de Bens Culturais professor Almir Paredes a editora da Universidade encarregou-se da publicação. Em 2001 publicamos um 2º livro intitulado “Conservação Conceitos e Práticas”, cujo organizadores foram Luciana Silveira, Fátima Bevilacqua antigos alunos do curso de conservação, Marylka e Antonio Carlos. O livro consistia em 15 artigos sobre conservação de autores mundialmente conceituados. Pedimos por cartas de autorização para incluirmos na nossa proposta. Agora estamos empenhados no reconhecimento da profissão. Um cliente meu advogado e um dos maiores colecionadores do Rio com quem trabalho cuidando de sua coleção vem nos ajudando dentro da área do Direito. Estamos nesta luta há dois anos. Nosso projeto foi aprovado no Senado e agora estamos na Câmara. Resumindo, nossa história começou em 1968 na criação do atelier até agora 2009. Naquele tempo eu estava na casa dos trinta anos, hoje estou com oitenta anos.

MP – Bem, eu não sei se você chegar a mencionar o ano. Quando você nasceu?

MM – Eu sou de 1930.

MP – De 1930?

MM – É

MP – Bom. Você passou... A sua história se confunde um pouco com a história... tem muito dessa história no atelier, né?

MM – Nós tivemos que evoluir, tivemos que aprender também toda a parte instrumental. Tudo isso foi um período de adaptação. Cada vez que você começa alguma coisa, você começa do zero. Você sabe disso porque você passou sua vida estudando e aí você está sempre na estaca zero para correr de novo.

MP – Mas veja só. Mas o seu atelier também faz parte da sua história profissional. Esse... empreendimento que é o seu atelier, a sua profissão, e, em parte, tá também na formação...

MM – Uma das minhas maiores preocupações é a formação profissional. Felizmente no momento já temos um duas faculdades a graduação em restaurados – conservados, uma em Belo Horizonte - MG (CECOR) e outra em Campinas, Unicamp em Limeira.

MP – (*inaudível*) Assim, essa parte da formação me interessa muito porque ela de alguma forma é a continuidade...

MM – Da profissão.

MP – ... Da profissão. né?

MM – É lógico.

MP – Então... Essa...

MM – E a qualidade da profissão?

MP – A qualidade da profissão. E essa parte de preservação em imóveis. Ela... porque. Pela minha experiência, ela, ao contrário da maior parte das profissões atuais... porque, hoje em dias, o que é que existe? Quanto mais você for jovem to mais inserido da disputa, por que... tem a questão da inovação constante, né?

MM – Inovação em que sentido?

MP – Inovação mesmo tecnológica. né?

MM – Tecnológica.

MP – Tecnológica é E nessa área preservação o que dá pra ver é o seguinte: o profissional na área de Preservação – só vou lançar a coisa para ver se você concorda comigo – são como os bons vinhos, né? (*ela ri*) a pessoa vai se fazendo, ao longo do tempo, pela prática, pelo estudo, e ela quanto mais ela tiver prática e mais estudo, mais ela vai estar valorizando dentro dessa coisa, né? Isso que eu queria que você ...

MM – É essa a forma normal das coisas. Mas infelizmente não é o que acontece sempre.

MP – Em geral, as outras profissões. Hoje em dia... esse lado da experiência está sendo muito abandonado, e por isso que...

MM – Está. Eu fico impressionada com o desprezo que se tem neste país pelo homem velho. A sociedade não aceita o homem mais velho. A mim não me atinge muito. Não chega a me afetar. Mesmo que não faça mais nada eu gostei muito de tudo que fiz profissionalmente e paralelamente minha vida familiar.

MP – Alguém.

MM – Minha filha é uma jovem mulher tem trinta e oito anos, e uma grande profissional grande mãe e uma pessoa de integridade absoluta.

Esta menina até os dois anos de idade vinha comigo para o trabalho, nunca deixei de trabalhar por causa dela. Ela nunca me pediu que deixasse de trabalhar.

MP – Não.

MM – O orientador da tese de mestrado no MIT convidou-a para ficar lá mas ela não quis porque não queria morar fora, não queria sair do Brasil. Raro né? Minha vida foi muito boa, boa mesmo. Houve sacrifício? Não foi sempre um prazer trabalhar para mim e um prazer, mas terei que parar um dia.

MP – Ou não.

MM – Não sei, chega uma hora que apesar da cabeça estar bem o corpo não responde.

MP – Tá ótimo, você falou tudo.

MM – Eu falo demais, né...

MP – Não, o que é isso...

MM – (*falam ao mesmo tempo*) O vício do professor. O professor fala demais.

MP – (*falam ao mesmo tempo*)... Quando eu disse que falou tudo eu não quis dizer que fala muito. Você falou sobre todas as questões que tinha que falar né? Que é uma forma de divulgar essas informações, né? Quando você fala... dessa sua relação com a sua filha no trabalho, né, fica muito clara... a relação do trabalho com a vida. você já respondeu.

MM – É, não é dizer que você se casou com o trabalho (*falam ao mesmo tempo*...)

MP – Não...

MM – Não foi isso.

MP – ...Mas você conseguiu (*falam ao mesmo tempo*...) dar o tempo de cada um.

MM – É eu tive uma família.

MP – Uma família.

MM – E criei igual a todo mundo... Hoje em dia sou uma mulher velha mas já fui bonita. Tinha uma vida normal como qualquer outra mulher, nada me impediu que eu fosse profissional, nada.

MP – Você... Não sei se poderia ter essa parte concluída... ou deixaria aberto pra você (?). Duas coisas: uma, vou fazer uma provocação aqui (*ela ri*), e a outra depois você conclui com o que você acha importante concluir... Assim, como mensagem de... uma é provocativa pelo seguinte, apesar de você trabalhar nessa área de preservação, e tudo, e saber que existe a questão de gênero existe muitas mulheres dentro dessa área. Mas nas outras áreas o que eu tenho visto é o seguinte...

MM – Tem mulher demais nessa área.

MP – Nessa área tem. Mas nas demais não tem, né?

MM – Não tem. Nessa área é demais, não sei por que. Eu até te pergunto por que será?

MP – Pois é assim. Eu vou fazer uma provocação... O que é que você acha um pouco dessa questão da mulher no trabalho, principalmente na faixa da sua idade?

MM – É

MP –... Porque na sua idade era muito

MM – Mas acho que, na minha idade não tem ninguém, não.

MP – É?

MM – Outro dia fizemos, eu e mais duas colegas um balanço de quantos ainda vivem de nossa geração que estudaram conosco, nós três temos a mesma idade e fomos colegas de Belas Artes. A maioria já morreu e outras deixaram de trabalhar, largando totalmente sua vida profissional.

MP – É o reconhecimento da profissão, né?

MM – O reconhecimento. Tem que regulamentar. Tem que (*falam ao mesmo tempo...*)

MP – Pra valorizar.

MM – Pra valorizar. A importância do reconhecimento profissional. Será a libertação de podermos assinar qualquer obra que valorizamos sem ter que recorrer a profissionais que já são reconhecidos para assinarem por nós.

MP – Eu entendo.

MM – ...(*rindo*) (*inaudível*) Pra falar mas precisa ter cuidado com essas coisas. Vamos ver se mais um ano e nós estamos com a profissão reconhecida.

MP – Tomara né?

MM – Interessa inclusive a quem esta precisando de gente para trabalhar, como por exemplo, o IPHAN. No momento qualquer um mesmo que não tenha formação adequada, mas que seu preço é melhor ganhará a concorrência. E não poderá ser eliminado. Sob a alegação de que o candidato não tem formação adequada. Isto é mais sério ainda em lugar mais afastado em estudos distintos.

MP – Não, tá ótimo. Marylka. Podemos concluir então?

MM – O que é que você quer concluir? Como?

MP – Não. Assim, pra mim tá de bom tamanho. Você que falar alguma coisa mais ou...?

MM – Não. não tenho mais nada. Acho que já falei tudo. (*falam ao mesmo tempo...*)

MP – Então.

MM – ... E vamos torcer para que nossa profissão seja reconhecida.

MP – Tá ótimo.

MM – Vi agora, quando estive num seminário em Ouro Preto, o programa da formação em graduação da Universidade de Campinas e tive uma impressão muito boa. Vamos torcer para que tudo isso se realize.

MP – (*falam ao mesmo tempo...*)

MM – ...Gente com experiência .

MP – Essa questão da formação é fundamental (*falam ao mesmo tempo...*)

MM – (*falam ao mesmo tempo...*), não é?

MP – Bom...

MM – Quem vai dar aula tem que ser bom.

MP – Isso é óbvio, a formação dos formadores, a formação dos instrutores, isso é fundamental. Bom, Marylka, Obrigado. Concluindo aqui...

FINAL DA ENTREVISTA*

A entrevista teve a duração de 33 minutos e vinte e cinco segundos.